

CLÁUDIO FIGUEIREDO



Entre sem bater

A vida de Apparício Torelly

O BARÃO DE ITARARÉ



Casa da Palavra

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros, disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.Info](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#).

Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível.



Ficha Técnica

Copyright © 2012 desta edição Casa da Palavra

Copyright © 2012 Cláudio Figueiredo

Todos os esforços foram envidados no sentido de garantir o devido crédito aos detentores de direitos autorais e de imagem. Não obstante, colocamo-nos à disposição para retificar eventuais falhas.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19.02.1998.

É proibida a reprodução total ou parcial sem a expressa anuência da editora e do autor.

Este livro foi revisado segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

DIREÇÃO EDITORIAL

Martha Ribas

Ana Cecília Impellizzeri Martins

EDITORA

Fernanda Cardoso Zimmerhansl

EDITORA ASSISTENTE

Marina Boscato Bigarella

COPIDESQUE

Elisa Nogueira

REVISÃO

Beatriz Sarlo

PROJETO GRÁFICO DE MIOLO E CAPA

Sérgio Campante

Créditos de imagens

p. 9, 35, 94, 106, 178, 213, 278, 309, 323, 341, 392, 405, 414, 417 - Ary e Helena Torelly; p. 17, 70, 332, 358 - Biblioteca Central PUC-RS; p. 22, 29 - Graça Torelly; p. 47, 75 - Virgílio Calegari/Museu José Joaquim Felizardo - Fototeca Sioma Breitman; p. 81 - Biblioteca Riograndense; p.332(quadro) - Projeto Portinari; p. 101, 123, 148, 154, 156, 161, 182, 187, 217, 224, 273, 301, 351, 354, 374, 379, 387, 421 - Biblioteca Nacional; p. 281, 409 - Nelly Torelly; p. 205 - Arquivo Nacional; p. 242, 295 - APPRJ/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; p. 271 - Arquivo PCB; p. 365 - Getty Images; p. 372 - IEB; p. 3, 332, 344, 395 - Acervo do autor.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

F49c

Figueiredo, Cláudio

Entre sem bater: a vida de Apparício Torelly,
o Barão de Itararé / Cláudio Figueiredo. - Rio de Janeiro:

Casa da Palavra, 2012.

Inclui bibliografia

ISBN 9788577343416

1. Não-ficção - História e crítica. I. Título.

12-5498. CDD: 928.69

CDU: 928:821.134.3(81)-7

CASA DA PALAVRA PRODUÇÃO EDITORIAL

Av. Calógeras, 6, sala 1.001, Centro

Rio de Janeiro RJ 20030-070

21.2222 -3167 21.2224 -7461

divulga@casadapalavra.com.br

www.casadapalavra.com.br

Ao meu pai, Cândido
e em memória da minha mãe, Cléia

Para Bebel, Alice e Ana



Anos 1930: Oswaldo Aranha, *Apparício Torelly* (centro) e homem não identificado.
Centro do Rio de Janeiro.

NA FOTOGRAFIA, o humorista Apparício Torelly caminha entre dois homens, seguindo a moda da época num terno escuro de risca de giz e exibindo uma corrente de relógio que pende do bolso do colete. O homem à sua direita, usando o terno mais claro, é Oswaldo Aranha. Mais do que um político, ele era um dos personagens mais poderosos do Brasil naquele início de 1931 – o homem forte de um governo recém-formado em meio à onda de entusiasmo popular que empurrara Getúlio Vargas e seus correligionários gaúchos para o poder durante a revolução de outubro de 1930. Afinal, fora Aranha que, meses antes, convencera um Getúlio relutante a aceitar a candidatura à presidência pela Aliança Liberal. E, uma vez perdida a eleição, fora ele novamente a “alma” da conspiração que pressionara Getúlio a abandonar suas hesitações e assumir o papel de líder do levante, pondo por terra não apenas o governo de Washington Luís como todo o arcabouço da República Velha. Nomeado ministro da Justiça, sua influência ia muito além dos limites formais do cargo. “É óbvio que o Governo Provisório não dá nenhum passo importante sem primeiro consultar o ministro da Justiça. Seu lugar na estima pública e imaginação popular também fortalece sua posição”, registrava um relatório da embaixada americana. Mais do que um articulador a atuar nos gabinetes, Oswaldo Aranha emergira da

Revolução de 1930, aos olhos da opinião pública, como um verdadeiro herói nacional – a ponto de suscitar a inveja de Getúlio Vargas, [líder formal do movimento](#).

Os três homens na fotografia – não é conhecida a identidade do terceiro – estão vestidos com esmero. Aranha, com chapéu enterrado na cabeça, exhibe, no bolso do paletó, a ponta de um lenço branco cuidadosamente dobrado, seguindo uma fórmula de elegância da época. Cobrindo os sapatos, um par de polainas revela o apuro de quem valorizava a aparência pessoal. Já Torelly, apesar do terno vistoso, é traído pela ponta de um colarinho virada para cima e pela pose pouco elegante, com a mão apoiada nas costas – gesto que talvez se deva ao fato de ele ser hemiplégico e ter dificuldade para mover uma das pernas.

Parecendo à vontade, os dois amigos demonstram bom humor, embora o sorriso de Torelly pareça um tanto melancólico. Mas o que faziam, lado a lado, o humorista e o político? A amizade era baseada em alguns pontos em comum. Ambos eram gaúchos e haviam estudado no mesmo colégio de jesuítas, o internato Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo, perto de Porto Alegre. Eram também provincianos que agora saboreavam o sucesso e a popularidade conquistados na capital do país. Cada um à sua maneira, os dois haviam contribuído para fazer desabar o domínio que há décadas as oligarquias exerciam sobre a política. Aranha travara sua luta abertamente, pelos meios convencionais: recorrendo a campanhas eleitorais, discursos, manifestos e articulações entre parlamentares e líderes partidários. Já o jornalista e humorista Apparício Torelly se dedicara a um trabalho subterrâneo, minando os fundamentos da respeitabilidade e da solenidade, tão cuidadosamente construídos por aquela elite. Nesse trabalho de demolição, a principal ferramenta foi seu jornal, *A Manhã*, veículo para o deboche e a ironia, que manejava com uma irreverência quase anarquista.

Um quarto de século mais tarde, o homem de imprensa, político e jurista Hermes Lima, ao fazer um balanço daqueles anos, chamaria a atenção para o fato de aquele jornal de humor ter surgido “numa era de transformações sociais e políticas” e de ter ocupado “lugar tão conspícuo na larga ação preparatória dos espíritos para a Revolução de 30”. E acrescentou, no estilo rebuscado da época: “Partiram de suas colunas algumas das mais eivadas setas que [feriram a Primeira República.](#)”

Na foto, os amigos caminham pela avenida Rio Branco, passando diante do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, quase chegando à Cinelândia, centro nervoso da então capital federal. Ali perto ficava o palácio Monroe, onde Aranha, novo ministro da Justiça, decidira instalar-se. Também a poucos metros estava o edifício do cinema Império, onde funcionava o jornal de Torelly. O prédio, construído em meados dos anos 1920, fora um dos primeiros arranha-céus erguidos na cidade. Diante dele passavam os principais políticos do país que, ao saírem do Monroe, onde funcionava também o Senado, confundiam-se com os transeuntes e respiravam a atmosfera das grandes comoções populares.

Poucos anos antes, no Rio Grande do Sul, Aranha e Torelly haviam ocupado trincheiras opostas na luta que dilacerara o Estado. O político tinha combatido, de arma em punho, ao lado dos partidários de Borges de Medeiros. Já o humorista e sua família eram fanaticamente maragatos. A velha rixa, no entanto, esvaziara-se quando as facções gaúchas decidiram somar forças para levar Getúlio ao poder.

A fotografia registra o momento em que os caminhos desses personagens se cruzaram: o apoio ao que poderia ser considerado o Marco Zero do Brasil moderno, a Revolução de 30. Seguiriam sendo amigos por muitos anos, porém suas linhas de vida voltariam a se afastar, apontando para direções opostas. E, realmente, vitoriosa a revolução, muitas coisas os separariam. Aranha, como ministro da Justiça, tinha entre suas tarefas controlar os jornais, dando os primeiros passos – ainda que a contragosto – para a instituição da censura à imprensa. Ora, Torelly era dono de um jornal, além de editor, redator e único repórter. O novo ministro pretendia evitar a publicação de qualquer material constrangedor e inconveniente. Mas parecia uma questão de honra, para Apparício Torelly, tornar seu jornalzinho o mais constrangedor e inconveniente possível. O ministro empenhava-se em conferir solenidade e respeitabilidade ao novo governo. Porém seu amigo já arregaçava as mangas para despir o poder recém-constituído de tudo que parecesse solene e respeitável.

Se seu companheiro era um político famoso, Torelly, na época, estava longe de ser um desconhecido. O gaúcho que cinco anos antes chegara ao Rio de Janeiro, vindo de Porto Alegre, como figura anônima, para dormir em pensões baratas, conquistara a capital em poucos meses, numa ascensão fulminante no jornalismo carioca. Realizara esta façanha à frente de um pequeno jornal de humor, *A Manhã*. Para derrubar a República Velha, Aranha havia mobilizado tropas e agitado multidões em diferentes cidades e estados. Quanto a Apparício Torelly – ou Apporelly, como se assinava – era nesse território exíguo, delimitado pelos limites de uma folha de papel, que promoveria a sua própria revolução.

Diretor e proprietário da folha, Apporelly era a estrela maior do jornal, desdobrando-se nas páginas em suas muitas facetas – homem de imprensa, magnata, estadista, revolucionário, cientista e literato –, todas enfeixadas no epíteto singelo de “o nosso querido diretor”. Com ele contracenavam os personagens mais poderosos do país, figurando sempre com nomes trocados e em fotografias retocadas. Mais proeminente entre todos era Washington Luís, eleito quatro meses antes do lançamento de *A Manhã*. Durante seus quatro anos de governo, o presidente seria assombrado pela figura de Vaz Antão Luís, que frequentava as páginas na condição de colaborador do jornal.

Como era de se esperar, a relação entre o diretor e o presidente era conturbada. “O nosso querido diretor” chegou, em certo momento, à conclusão de que “a propriedade é um roubo e o roubo é uma propriedade”, passando a pregar “os segredos do comunismo em artigos primorosos, cheios de vivo entusiasmo e [profunda paixão](#)”. Era de se esperar que as divergências levassem os dois a um conflito. *A Manhã* achou que devia uma explicação aos leitores:

A fim de evitar mal-entendidos futuros, muito a contragosto somos forçados a declarar que esta empresa em absoluto não encampa as opiniões de seus colaboradores, que têm ampla liberdade de agir e pensar. As opiniões, portanto, emitidas pelo Sr. Dr. Vaz Antão Luís, que é maior e vacinado, correm sob inteira responsabilidade de sua firma individual e não devem ser atribuídas à [direção desta empresa](#).

Não demorou para que o colaborador fosse demitido. Infelizmente para o jornal, “o ex-companheiro soube aproveitar-se logo da circunstância de estar também na presidência da Nação” para ordenar ao Ministério da Justiça a apreensão do jornal.

Profundamente irritado, o nosso querido diretor redobrou a virulência da linguagem contra o regime burguês. A polícia, por ordem do governo, continuava a apreender nossas edições. Depois de tantas apreensões, nosso prezado chefe apreendeu também que não era negócio estar de [relações cortadas com o governo](#).

Nas páginas de *A Manhã*, políticos como o Dr. Vaz Antão Luís apareciam como integrantes do círculo de admiradores do “nosso querido diretor”. O presidente, segundo o jornal, juntamente com outro político, Irineu Machado, ofereceu um banquete em sua homenagem. “O primeiro a chegar foi o ilustre escritor que dirige esta folha, que penetrou no recinto com a naturalidade do homem cosmopolita, habituado a essas homenagens, sem denotar em sua fisionomia de grande pensador o menor assombro”, relatou o jornal. No restaurante, foi recebido com toda a pompa: “Um criado, com enternecedora humildade, despojou-o da bengala de jacarandá e de seu fino guarda-pó de palha e de seda impermeável, deixando-lhe na cabeça o elegante chapéu de coco da Bahia, que usa nos grandes cerimoniais [com licença eclesiástica](#).”

Ao final do jantar, Irineu Machado, “aproveitando-se da distração dos presentes, produziu uma longa oração” em que traçou o perfil do homenageado – provocando uma resposta vibrante do “nosso querido diretor”. “Foi uma verdadeira plataforma o discurso do nosso chefe”, registrou *A Manhã*, respondendo ao brinde de honra:

Tipo completo do *condottieri*, rápido, incisivo, disse o Robespierre nacional: “Estou onde devo estar, ao lado do povo e das instituições!” Abordando em seguida o problema das estradas de rodagem, exclamou, cheio de fé: “Creio na dilatação dos corpos opacos pelo calor oficial!” Sempre calorosamente aplaudido, o nosso chefe entrou na peroração, afirmando: “Vamos para a frente! Frente única! Única no gênero! Gênero livre! [Livre de despesas!](#)”

Segundo *A Manhã*, o entusiasmo chegou “aos paroxismos do delírio”:

Diversos guardas civis penetraram, então, no recinto, confraternizando, e, no auge da vibração, transportaram, nos

braços, nosso chefe, que daí por diante não mais se pertenceu, entregando-se completamente aos dignos representantes da autoridade, que fizeram questão de apresentá-lo na delegacia ao comissário de dia, seu velho e [constante admirador](#).

Nem a ciência era deixada em paz no alto do seu pedestal. O semanário listou certa vez as teses do “concurso de livre docência” da Faculdade de Medicina, todas mencionando nomes verdadeiros de médicos conhecidos: “Dr. W. Bernardinelli: ‘Do *rouge* no tratamento sintomático das anemias.’; Dr. Motta Maia: ‘Estudo sobre a possibilidade da transplantação das barbas do Dr. Estelita Lins na careca do professor Aloysio de Castro.’” Ou ainda este, que fazia menção a um político da época: “Dr. Genival Londres: ‘Um caso interessante de bulimia – Lopes Gonçalves e sua capacidade gástrica’ (estudo de [zoologia comparada](#)).”

O jornal também mantinha na mira os editoriais conservadores em que a imprensa tradicional abordava a crescente inquietação operária. “A Light e os perturbadores da ordem” era o título do artigo que *A Manhã* dedicava à greve deflagrada pelos empregados da empresa que, na retórica da esquerda, era o símbolo do imperialismo. Evidentemente, a Light, “o simpático polvo canadense que nos abraça fraternalmente com todos os seus tentáculos de alta sucção”, somente podia ser vítima da “atitude intempestiva dos agentes do [Olho de Moscou](#)”.

Naqueles dias, toda e qualquer agitação sindical era atribuída às “ideologias exóticas” importadas pelos trabalhadores imigrantes, inoculados pelo “vírus” da subversão importado da Europa. Esse curioso nacionalismo da imprensa conservadora era subvertido pela advertência de *A Manhã*, que terminava seu editorial com um apelo ao chefe de polícia:

Saibam duma vez para sempre esses nefastos agitadores nacionais que serão considerados como perigosos estrangeiros todas as vezes que se insurgirem contra acionistas estrangeiros, que são considerados nacionais! Corja de mandriões e preguiçosos! Pau nessa canalha, Capitão João Alberto!

A Manhã não poupava ninguém: a Presidência da República e a Academia Brasileira de Letras, a Faculdade de Medicina e o Congresso, a família Guinle e o papa. Contudo, a instituição que mais sofreu seu deboche talvez tenha sido a própria imprensa. O caráter venal, os clichês, a linguagem empolada, a subserviência e o talento para a adulação – todos eram vícios que prosperavam nos seus bastidores quando Apporelly virou a imprensa pelo avesso nas páginas de *A Manhã*.

Em 1930, enquanto o país se dividia entre as candidaturas de Getúlio Vargas e de Júlio Prestes, o semanário publicou, na primeira página, um editorial escrito em tom grave, motivado “pelo descaso das facções políticas para com a nossa empresa”:

A Manhã mais de uma vez teve oportunidade de definir a sua atitude clara e desassombrada em face do problema presidencial, causando, portanto, profunda estranheza à gerência desta folha o descaso inqualificável que até agora têm votado à nossa empresa os tesoureiros das facções em luta.

Mas a paciência do diretor e proprietário tinha limites. “Aproxima-se o dia 1º de março e ainda não se explicaram os senhores tesoureiros! É tempo ainda de refletir! [Amanhã será tarde!](#)”

Numa época em que verbas privadas e públicas compravam opiniões e pagavam pela indignação ou pelo silêncio de tantos jornais, *A Manhã* estampava a foto de um homem amordaçado e amarrado sob a ameaça do punhal de um homem encapuzado. A imagem era acompanhada pela manchete “Miserável tentativa de suborno! O nosso querido diretor é intimado a aceitar importante quantia, sob ameaça do punhal, mas repele com energia a

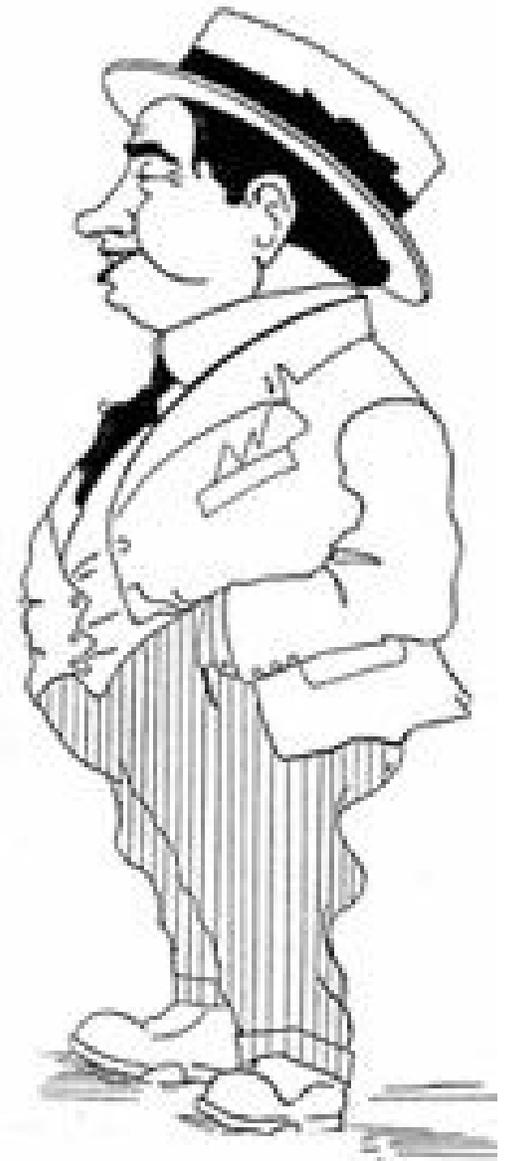
proposta indecorosa!” Empunhando a faca e uma carteira cheia de notas, o mascarado, explicava a reportagem, pretendia “à viva força e sob a pressão das mais terríveis ameaças” obrigar “o nosso querido diretor” a aceitar o dinheiro.

“Embora amordaçado, com seu olhar inteligente, vibrante de indignação” descrevia *A Manhã*, “nosso chefe soube traduzir com rara eloquência sua formal repulsa, repelindo com máxima energia mais essa tentativa de suborno”. Frustrado nas suas intenções, informava o jornal, o homem mascarado “retirou-se do nosso gabinete, tendo antes posado gentilmente [para a nossa objetiva](#)”.

O papel desempenhado pelo humorista junto à imprensa foi revolucionário, como reconheceu Raymundo Magalhães Jr. Numa crônica escrita nos anos 1940, o jornalista emitiu seu veredicto:

Dentro da nossa imprensa, foi ele quem deu o golpe mortal na velha escola do cabotismo, graças à qual os diretores e proprietários dos jornais se atribuíam inspiração divina, virtudes cívicas e intelectuais extraordinárias, acima do comum dos mortais, em notas muitas vezes escritas do próprio punho. ‘O nosso querido diretor’ foi uma expressão que desmoralizou [tais manifestações](#).

Apparício Torelly tinha apenas 31 anos quando criou seu pequeno jornal e estava no Rio de Janeiro havia pouco mais de um ano. Depois de colaborar com publicações em Porto Alegre, conquistara certo renome ao militar no jornalismo político durante andanças pelo interior do Rio Grande do Sul. Contudo, sua discreta fama provinciana nada lhe valeu na capital do país. Na praça Mauá, desembarcou de um vapor na condição de personagem desconhecido, trazendo no bolso apenas o dinheiro que o pai lhe emprestara. Deixava para trás muitos desafetos, dois duelos, possivelmente algumas dívidas de jogo, um casamento desfeito, um escândalo numa cidade do interior e três filhos. No entanto, meses depois, no Rio de Janeiro, havia conquistado fama, dinheiro e um jornal seu, sendo ungido por seus pares da imprensa com o título, ainda que informal, de “príncipe do humorismo” – numa alusão à denominação “príncipe dos poetas”, [popularizada por Olavo Bilac](#). Esse sucesso incomum explicava-se por uma personalidade igualmente rara, forjada em Porto Alegre e no interior do Rio Grande do Sul durante o início do século XX.



Parte 1
(1895-1924)

1. O clã dos Torelly

[1]

FERNANDO APPARÍCIO de Brinkerhoff Torelly, filho de João da Silva Torelly e de Maria Amélia Brinkerhoff Torelly, nasceu em 29 de janeiro de 1895. O local exato seria, anos depois, tema de controvérsias intermináveis, não apenas entre admiradores do humorista como entre vereadores e prefeitos, ansiosos por reivindicar para suas cidades o privilégio de ser berço de Apporelly – a começar pela cidade de Rio Grande, onde seus pais moravam. Porém, ao ser questionado sobre seu local de nascimento, o humorista dizia que viera ao mundo a bordo de uma diligência, em algum lugar no Uruguai.

Seu pai, João da Silva, era brasileiro; a mãe, Maria Amélia, uruguaia. Na iminência de ter seu primeiro filho, a esposa insistiu com o marido para que o parto acontecesse na fazenda de seus pais, no departamento uruguaio de Treinta y Tres. O local era ermo e o vilarejo mais próximo, Pueblo Vergara, ficava a cerca de 40 quilômetros. O pai de Maria Amélia era norte-americano e chamava-se John Brinkerhoff. A mãe, Francesca, era descendente de índios que habitavam o Uruguai e o sul do Brasil. Somada à ascendência italiana dos Torelly, as origens variadas coloriam a árvore genealógica do humorista, algo de que se vangloriava, dizendo: “Sou uma autêntica Liga das Nações.”

Naquela época, quando viajantes enfrentavam condições duras e o interior do estado servia como palco para rixas políticas e confrontos armados, uma jornada até o Uruguai era uma aventura. Do porto da cidade de Rio Grande, viajaram de navio – a bordo do *Juncal* ou do *Mirim*, que navegavam pela lagoa Mirim – até Jaguarão, após avançar pelo rio São Gonçalo. “Dali, numa balsa, passaram para Artigas e, de lá, até à fazenda do meu avô, viajaram de diligência”, contaria Apporelly. Uma das rodas partiu-se e houve um choque violento. “Minha mãe levou um susto. Nada mais natural do que eu saísse para ver o que estava acontecendo.”

Enquanto checava se todos estavam bem, o cocheiro encontrou um novo passageiro. *Mucha suerte tiene usted*, observou ele, porque ali perto, num *ranchito*, havia uma parteira. Ela foi chamada e revelou-se também cartomante, fazendo graves profecias imediatamente ignoradas por todos. A história, incorporada ao folclore familiar, é suficientemente rocambolesca para despertar a suspeita de qualquer biógrafo. Décadas mais tarde, um poeta da cidade de Rio Grande, onde Apporelly foi registrado e batizado, ansioso para provar ser seu conterrâneo, descartou a versão como um exemplo de humorismo aplicado àquele nascimento. No título de eleitor, consta apenas Rio Grande do Sul como naturalidade, sem menção à cidade. Porém, detalhe revelador, ao matriculá-lo no ginásio, aos 11 anos, seu tio inscreveu-o como natural do Uruguai. A história aparentemente fantasiosa, portanto, [pode ser a verdadeira](#).

[2]

É um tanto nebulosa a origem do fundador do clã Torelly no Brasil, Fernando Maria Torelli (grafado ainda com “i”), bisavô do futuro humorista Apporelly. Filho de pai italiano e de mãe portuguesa, alguns documentos o dão como nascido em Florença, outros em Lisboa. Segundo uma das versões, ele pertenceria à pequena nobreza de Pisa, na Itália, de onde teria saído por motivos políticos. Depois de um período exilado em Portugal, chegaria ao Brasil no início do século XIX, onde, em 1813, casou-se com Josepha Joaquina de Carvalho, uma gaúcha filha de portugueses, com quem teve nove filhos. Mais tarde, reencontraria os ideais da juventude ao participar da Revolução Farroupilha (1835-1845), lutando ao lado de Garibaldi.

Fernando Maria, após enriquecer como negociante de gado, vivendo entre as cidades de Rio Grande, Rio Pardo e Porto Alegre, teria sido esfaqueado por um peão de confiança, que o acompanhava numa viagem. Ele roubou do patrão as libras que levava na guaiaca – largo cinto de couro em que os gaúchos carregavam armas, dinheiro e objetos miúdos. Dando a vítima por morta, o criminoso teria ouvido, numa venda quilômetros adiante, um viajante pedir ajuda para um italiano esfaqueado e encontrado à beira da estrada. Alegando que o socorreria, o peão voltou às pressas ao local do crime para terminar seu serviço. Assim, à sombra de uma figueira, numa estrada deserta nos confins da América do Sul, teria chegado ao fim a vida do [aventureiro saído de Florença](#).

Um de seus nove filhos foi Firmino Maria, que passou a assinar seu sobrenome como Torelly. Comandante da marinha mercante, Firmino teve sob seu comando dois brigues que navegavam nas lagoas dos Patos e Mirim. Ele se casaria com Regina da Silva, filha de um homem muito rico, Honório Luiz da Silva, dono de terras no Rio Grande e no Uruguai e de uma grande charqueada, onde o gado era abatido e a carne era salgada e conservada – negócio milionário numa época em que não se contava com a refrigeração. Firmino Maria morreu jovem, aos 43 anos, seguido três anos depois pela esposa, falecida com apenas 35 anos. O casal deixou órfãos seus cinco filhos. A única menina, Julieta, morreu aos 18 anos, vítima de tuberculose. Honório decidiu então investir sua fortuna na educação dos quatro netos homens: Pio, Carlos, Firmino e João – que viria a ser o pai de Apporelly.

[3]

Se ainda restam dúvidas sobre a origem do primeiro Torelli, sabe-se ao menos que ele realmente lutou ao lado de Garibaldi na Guerra dos Farrapos. E algo da rebeldia do revolucionário italiano e de seus homens transferiu-se para o sangue dos Torelly, que eram ferrenhamente maragatos. Apporelly cresceu num dos períodos mais violentos da história do Rio Grande do Sul. No ano em que nasceu, 1895, terminava a Revolução Federalista, que deixou dez mil mortos. No conflito, os federalistas – ou maragatos, como eram conhecidos – levantaram-se contra os republicanos do governo de Júlio de Castilhos, os pica-paus. Partidário de um regime autoritário, Castilhos elaborara uma nova constituição para o Rio Grande do Sul, inspirada nas ideias do positivista Augusto Comte, que atraíam não apenas uma nova geração de líderes gaúchos como também jovens oficiais que, no Rio de Janeiro, davam o tom à recém-declarada república. Nascia aí a aversão que Apporelly sempre

demonstrou pelo pensador francês.

É de Comte a frase que mandaram gravar em latim no pórtico do cemitério São Miguel e Almas, em Porto Alegre, e no túmulo do próprio Castilhos: “Os vivos são sempre, e cada vez mais, governados pelos mortos.” Ao que Apporelly contrapunha: “Os vivos são sempre, e cada vez mais, governados pelos mais vivos.” Anos mais tarde, quando já se agraciara com um título de nobreza, ele escreveria: “Espírito positivo, como pensador, o Barão de Itararé revela-se superior a Augusto Comte, o chefe do positivismo.” E comparava: “Viver para outrem, aconselha, de maneira genérica, o fundador da Religião da Humanidade. Viver para o trem é o que recomenda Itararé, numa mensagem dirigida [especialmente aos ferroviários.](#)”



Firmino Maria Torelly, avô de Apparício.

Os partidários de Castilhos defendiam um presidencialismo autoritário; os federalistas, um parlamentarismo democrático. Contudo, as disputas políticas entre gaúchos não se limitavam a divergências filosóficas, degenerando numa guerra civil de violência raramente registrada na história do país. “Fuzis transformavam-se em clavas. Espadas e lanças quebradas convertiam-se em punhais”, contou, de maneira grandiloquente, uma testemunha da batalha do Passo de Inhanduí, uma das mais ferozes dessa guerra. “E no fim, no auge da confusão e do desespero, federalistas e castilhistas pelejavam a faca, corpo a corpo, braço a

braço, como os medievais, ferindo-se, estrangulando-se, matando-se sem dó, sem misericórdia, cegos de tudo, [num combate terrível](#).”

Tema de relatos apaixonados e de testemunhos parciais, a guerra civil que dividiu os gaúchos avançou numa espiral de represálias e contrarrepresálias em que as duas facções se revezavam na perpetração de atrocidades. Escrevendo mais de setenta anos depois dos acontecimentos, um historiador americano chegou à conclusão de que, embora os dois lados tivessem cometido crimes, “a maior parte dos atos de terror – embora de modo algum todos eles – foram [obra dos republicanos](#)”.

O aspecto mais chocante dessa violência foi a prática desenfreada da degola, uma das tradições mais sombrias dos pampas, que se banalizou durante o conflito. Na sua modalidade mais comum, o adversário era morto como uma ovelha é degolada. As mãos eram atadas às costas e a vítima era forçada a se ajoelhar. Com a cabeça presa entre as pernas do algoz, a carótida era cortada com um único golpe de faca. Dessa forma, dezenas – e às vezes centenas – de adversários eram sistematicamente degolados ao fim de um combate, após se renderem ou caírem feridos. Enquanto tribunos em Porto Alegre e nas páginas dos jornais esgrimiam argumentos e exercitavam sua oratória, as diferenças ideológicas no interior eram ofuscadas pela barbárie em que se afundavam cada vez mais os combatentes e seus comandantes.

Apparício nasceu no fim do conflito iniciado em 1893 e, por isso, não chegou a testemunhar seus episódios mais sangrentos. Porém, ainda criança, assistiu ao que havia de intrinsecamente violento no modo de vida pastoril. Durante o período em que cresceu numa fazenda do avô, no Uruguai, observou o sacrifício de novilhos, a cada 15 dias, para alimentar os trabalhadores. Apparício lembraria quase setenta anos depois:

Perto da casa do meu avô havia uma grande mangueira e um brete. Ali punham umas vacas mansas para atrair e acalmar o gado bagual que os gaúchos tocavam para o aparte. Lembro-me de ter ficado muito impressionado vendo uma tropa de bois correr, atropelando-se para entrar na mangueira. Lembro-me de ter visto o aparte, o novilho laçado e desgarrado, o gaúcho sangrando o animal no coração, de frente, e, depois, o corte da cabeça. A cabeça do novilho era levada a um braseiro, em outro local, e assada com couro e tudo. Eu xeretei a coisa. Fui ver como é que os gaúchos abriam a rês. Ela estava morta, mas quando foram tirando o bofe, o fígado, as tripas, *la pajarita* estava saltando. [O pâncreas não havia morrido](#).

Anos mais tarde, para escândalo de seus conterrâneos, Apporelly anunciaria sua condição de “único gaúcho vegetariano”. Sua repulsa ao consumo de carne seria discutida em várias crônicas, nas quais era claro que sua objeção se devia menos a problemas de saúde do que a questões éticas. “O menino que mata um passarinho revela maus instintos, mas o magarefe que abate quinhentas vacas para alimentar a população da cidade [é considerado um benemérito](#)”, questionava. Protestando contra “o procedimento infame” que mantemos em relação aos animais, denunciava: “Quando os tratamos bem, é para comê-los mais gordos ou para vendê-los para o açougue por um preço melhor. E fazemos tudo isso com o agravante da premeditação do crime e agimos traiçoeiramente, mantendo as vítimas na ignorância de nossas sinistras intenções.” O problema poderia ser resolvido sem recurso ao vegetarianismo. “Acreditamos que é possível ao homem viver de animais mortos, mas por morte natural, [nunca morte violenta ou provocada](#)”, argumentava.

Em meio às batalhas de 1893, os irmãos Gumercindo e Aparício Saraiva, cidadãos da fronteira, adquiriram fama quase lendária e encarnaram à perfeição a figura do caudilho rebelde. Menos temido, porém mais amado, do que seu irmão Gumercindo, que teve sua sepultura violada e o corpo decapitado pelos adversários num episódio célebre, Aparício manteve-se em atividade até 1904, inicialmente ao lado dos maragatos e, mais tarde, à frente dos combatentes *blancos*, em território uruguaio. Eram tempos violentos e, a título de elogio, mencionava-se com admiração que “sua habilidade era tal que conseguia, montado em seu cavalo, em alta velocidade, atravessar pela região abdominal dois homens com um só arremesso”. As histórias acerca das façanhas e da bravura do coronel Aparício Saraiva eram conhecidas entre os gaúchos das três fronteiras. Como o futuro humorista, Saraiva nasceu no departamento de Treinta y Tres no Uruguai, também de pai brasileiro. Aos olhos do maragato João da Silva Torelly, portanto, nada seria mais natural do que homenagear o caudilho dando ao filho o nome de Apparício.

Este não renegaria sua associação com os irmãos Saraiva: a afinidade não se dava apenas em torno do espírito de rebeldia, mas em relação à índole anárquica com que conduziam suas lutas. Anos mais tarde, Apporelly lembraria a história que outro veterano das revoluções de 1893 e 1923, Honório Lemes, contara-lhe durante uma viagem de trem nos anos 1920. Segundo este, Gumercindo, antes de cada combate, improvisava seu estado-maior, distribuindo funções e patentes: *Usted agora és capitán, usted es coronel. Usted – e apontava para o nomeado – vamos ver después. Usted es major... Pero no se olviden!*

Revolucionário fervoroso, João Torelly vivera em andanças pelo estado durante aquele período, ao sabor dos combates. Sempre com o lenço vermelho amarrado ao pescoço, símbolo dos maragatos, era conhecido pelos habitantes da cidade como Maneta, dada a perda de um braço numa batalha contra os castilhistas: o ferimento a bala provocou uma gangrena e o último recurso foi a amputação, a frio e sem anestesia, em que o álcool foi usado para embriagar o paciente. Antigovernista ferrenho, João, a princípio, não permitia sequer que seu filho desse um simples bom-dia a qualquer funcionário do governo, por mais humilde que fosse.

Em 1947, quando era vereador no Rio de Janeiro pelo Partido Comunista, Apparício Torelly relembria essa faceta do pai ao evocar um episódio da sua infância, numa palestra cuidadosamente anotada e arquivada por um informante da polícia política. Quando garoto, certo dia presenciara um policial fardado prender um menino como ele. Sem enxergar prepotência no gesto, assistiu à cena com admiração por aquela figura forte e decidida. Chegando em casa, o pai perguntou-lhe o que seria quando crescesse. “Policial”, respondeu o menino, orgulhoso. Foi o bastante para que o pai lhe aplicasse imediatamente uma surra, fazendo com que abandonasse para sempre a ideia. Assim, ironicamente, a primeira pregação antiautoritária que o menino Apparício ouviu veio do personagem mais autoritário com quem convivia.

João foi o único entre os quatro irmãos que desprezou a oportunidade de estudar no

exterior oferecida pelo avô. Pio da Silva Torelly, em suas viagens pela Marinha de Guerra, aperfeiçoou na França sua formação de oficial; Carlos da Silva Torelly, pintor e escultor, estudou na Itália; e Firmino da Silva Torelly, tio que teria importante papel na vida de Apporelly e seria uma liderança dos partidos Federalista e Libertador, formou-se engenheiro agrônomo nos Estados Unidos, no Massachusetts Agricultural College, em 1887.

A forte impressão que Pio da Silva Torelly deixou na imaginação do sobrinho Apparício não se deveu a qualquer convivência direta: ele tinha apenas 4 anos quando o tio morreu. “Não conheci meu tio a não ser por tradição, mas o espírito desse homem exerceu sempre uma grande influência em minhas lutas”, recordaria ao falar do oficial que participou da Revolta da Armada, em 1893, contra o governo de Floriano Peixoto.

Segundo o humorista, o almirante Saldanha da Gama, um dos líderes do levante, referia-se a Pio somente como “tenente-metralha”. O oficial parecia ter realmente um temperamento irrequieto, pois nos arquivos da Marinha estão registradas repetidas ocorrências do tempo em que servia como aspirante, ainda adolescente: as repreensões eram sempre por “procedimento irregular”, “procedimento inconveniente na celebração da missa”, “por contrariar ordens” ou “por conduzir-se mal [na refeição do jantar](#)”.

Promovido a primeiro-tenente em 1890, o jovem oficial participaria com seus companheiros de farda, três anos depois, do levante contra o governo. Coube a Pio Torelly o comando do *Palas*, um navio a vapor com casco de aço. Pertencente a um frigorífico, a embarcação foi confiscada pelos revoltosos e integrada à esquadra. Em 18 de setembro de 1893, o *Palas* – desafiando o fogo das fortalezas do Rio de Janeiro – conseguiu sair da baía de Guanabara e seguir rumo ao Sul. No litoral de Santa Catarina, a embarcação capturou o *Íris*, um vapor do Lóide, antes de naufragar, sem vítimas, próximo a Itajaí.

Sem seu navio, em terra, Pio, com outros oficiais e à frente dos marinheiros, formou um corpo batizado como Batalhão Naval. Nele, participou de operações decisivas e vitoriosas dos revoltosos no sul do Brasil. No Paraná, dividiu com outro primeiro-tenente o comando da artilharia em dois cercos importantes: em Tijucas do Sul e na Lapa; este, um dos episódios mais famosos da campanha militar, durou 26 dias. Nessa investida na região, os oficiais da Marinha que se sublevaram contra Floriano na capital uniam forças aos federalistas, que no Rio Grande do Sul levantaram-se contra o governo de Júlio de Castilhos. O desdobramento teve um significado especial para o primeiro-tenente Torelly, uma vez que eles e seus marinheiros combatiam agora ao lado do lendário caudilho Gumercindo Saraiva, ídolo do seu pai e dos maragatos. Além disso, os revolucionários somariam forças para tomar justamente a terra natal de Pio, a cidade de Rio Grande. Contudo, a invasão, em 6 de abril de 1894, fracassaria. [a invasão fracassaria](#)

“Era um homem que nos maiores perigos não perdia o bom humor. Em pleno combate, tocava violão alegremente”, contava o humorista. “Para dar uma pálida ideia de sua coragem”, Apporelly gostava de contar um episódio ocorrido durante a frustrada operação no sul:

Custódio de Mello, comandante da esquadra, ao chegar à entrada da baía do Rio Grande, não queria entrar porque constava que as águas estavam minadas. Desembarcando com três marinheiros num escaler, meu tio dirigiu-se ao comandante da praça e meteu-lhe a ombreira na cara, assumindo em seguida [o comando da praça de guerra](#).

Politicamente, Pio conseguiu sobreviver à derrota dos revoltosos comandados pelos

almirantes Saldanha da Gama e Custódio de Mello. Em 1895, foi anistiado, graças a um decreto do presidente Prudente de Moraes, e, três anos depois, reintegrado à ativa. Recuperando sua patente de primeiro-tenente na Marinha de Guerra, em agosto de 1899 comemorou a visita ao Brasil do presidente Julio Rocca, da Argentina. O ponto alto das atividades seria a “festa veneziana”, um desfile noturno de embarcações coloridas e iluminadas na enseada de Botafogo, acompanhado por milhares de pessoas. À luz da lua, desfilavam barcos e navios, cada um decorado com um “tema” diferente – um castelo, uma gôndola, um cisne. Uma chuva de fogos de artifício, montada em pleno mar, era o ponto alto dos festejos.

“À entrada das divisões na enseada, sob o comando de ilustres oficiais da Marinha brasileira – relatou o jornal *O Paiz* –, a multidão em terra fitava o mirífico espetáculo que se lhe oferecia aos olhos deslumbrados.” O brilho da festa, contudo, seria ofuscado por um acontecimento:

O acidente, inesperado e terrível, foi desgraçadamente de efeitos fatais. No grupo de escaleres do Comando Geral das Torpedeiras manifestou-se subitamente uma explosão em fogos mistos, um morteiro que arreventou atingiu em cheio o primeiro-tenente Pio da Silva Torelly, produzindo horríveis queimaduras, com dilaceramento de tecidos em todo o tronco. O infeliz oficial pôde apenas articular gemidos pungentes, porque poucos minutos teve de cruéis sofrimentos. O capitão de fragata, Alexandre de Alencar, levou seu inditoso camarada e o conduziu para o Hospital da Marinha. O primeiro-tenente já chegou ali morto. O oficial vitimado de modo tão inesperado e cruel era ainda moço, pois nasceu em 1866, [tendo, portanto, 33 anos](#).

O ambiente festivo e o cenário de fantasia deram um toque de incongruência à morte do oficial revolucionário, que arriscara a vida em tantos combates. “Aquele adorável Torelly, que se foi justamente quando, em torno, tudo era riso, tudo era rumor festivo, tudo era brilho e encanto”, escreveu Olavo Bilac, comentando a ironia daquele desfecho numa das suas crônicas na *Gazeta de Notícias*:

Que destino o daquele belo e desempenado rapaz, bravo como as armas, alegre como o sol, bom como a saúde! Vezes sem conta, durante a revolta, no ardor da batalha, arrebatado pela sua temeridade, sentiu que a morte lhe roçava os cabelos com o hálito gelado e lhe punha sobre a farda os dedos aduncos e secos, raspando-lhes os galões com as unhas cheias de cal e terra... Mas a morte respeitava sua mocidade e sua bravura – e passava adiante. Devia morrer, e morrer tragicamente, em plena festa – como um globo de cristal de um candelabro que estala e se desfaz em cacos quando mais animado vai o baile, quando mais lânguida se arrasta a valsa, quando mais doce e saborosa é a delícia de viver! Se não morreu em batalha, vendo palpar sobre a frente a bandeira adorada pôde ainda assim morrer como marinheiro, [entre os seus](#).

Segundo a tradição familiar, o oficial teria morrido heroicamente durante um incêndio, ao tentar afastar morteiro e alguns explosivos. Mas Apporelly, ao escrever sobre o tio que tanto admirava, preferiu ser seco, quase brutal: “Morreu de forma estúpida, examinando um morteiro que [não queria disparar](#).”

A Pio Torelly restou o consolo de ser carregado no caixão por três estadistas: o presidente em exercício, Campos Sales, seu antecessor, Prudente de Moraes, e o argentino Julio Rocca, num enterro de grande repercussão, que chegou a ser filmado por Paschoal Segreto, pioneiro do cinema no Brasil. Ao jovem Apparício, o tio deixou como herança o exemplo de quem soube manter o bom humor nas situações mais desesperadas. Legou também matéria para uma reflexão espinhosa acerca do limite entre a coragem e a temeridade. Sobre esse fio de navalha Apporelly caminharia no Brasil da primeira metade

do século XX, trabalhando sua mistura explosiva de política, revolução e humor com a leviandade de quem conta piadas sentado sobre um barril de pólvora.



O pai, João Torelly (topo). Os tios Firmino Torelly, com a esposa (esquerda), e Pio Torelly (direita).

2. Infância: entre peões e jesuítas

[1]

NO INÍCIO do século XX, os habitantes do centro da então pacata cidade de Rio Grande habituaram-se a ver vacas gordas vagando pelas ruas. Eram acompanhadas por um peão, que oferecia leite fresco a duzentos réis por copo. Os animais pertenciam ao estancieiro João Torelly, um homem de estatura mediana, barba raspada e guarda-chuva debaixo do braço, fizesse tempo bom ou ruim. Segundo alguns, escondia ali um estilete afiado, habituado que estava às emboscadas e às [lutas políticas da época](#). Não era, nem de longe, um homem de vida regrada: mesmo o anárquico Apporelly reconheceria, a respeito do pai, que “era [mais louco do que eu](#)”. Apesar do temperamento fechado e retraído, tratava-se – a despeito da falta de um braço – de um mulherengo inveterado. Certa vez, um sobrinho acompanhou-o numa visita ao vilarejo de Povo Novo, nos arredores de Rio Grande. O rapaz surpreendeu-se com as várias crianças, saídas de casas diferentes, que corriam em direção ao tio gritando “papai, papai”. Ao voltar, o sobrinho comentou com os parentes: “É... Parece que o tio João está povoando [de novo Povo Novo](#).”

Por índole, era boêmio e destemperado, além de ter modos rudes: seria sempre, aos olhos dos parentes, a ovelha negra da família. Introverso, pouco expansivo, João era o oposto dos irmãos, e esse comportamento menos pitoresco do que se poderia imaginar tinha seu lado sombrio. Anos mais tarde, ao lembrar a infância, Apporelly diria que seu pai lhe ensinou muito, sendo um exemplo vivo do que ele não deveria ser nem fazer. “Era de uma violência incrível”, contou, sem [entrar em detalhes](#). Seu temperamento teria consequências trágicas para a família e principalmente para a mãe de Apporelly, Maria Amélia Brinkerhoff.

Vivendo em Rio Grande, João Torelly dividia-se entre sua estância, no distrito de Mangueira, e sua casa na rua Zalony. A mais de trezentos quilômetros de Porto Alegre, na extremidade da lagoa dos Patos, Rio Grande tem saídas para o mar e para a lagoa Mirim e, na época, acomodava uma população próxima a vinte mil habitantes. Antiga capital da província, a vila de Rio Grande de São Pedro esteve em poder dos espanhóis entre 1763 e 1776, quando as elites da região reconquistaram a cidade em benefício da coroa portuguesa – esta, em troca, fingia ignorar o negócio lucrativo que constituiu as maiores fortunas locais: [o contrabando de mulas](#). Durante o império, Rio Grande foi um dos principais portos do país, abrigando vice-consulados da França, Portugal, Inglaterra, Holanda, Suíça, Espanha e Estados Unidos, e dispunha de uma ligação por navio a vapor, que partia algumas vezes por semana rumo a Porto Alegre.

Antes do nascimento de Apparício, Rio Grande já contava com três jornais diários e dois “periódicos caricatos”, número considerável para uma cidade pequena. Porém, a imprensa destinava-se a atender aos caprichos da elite local. Um dos jornais mais críticos, *O Fanal*, mencionava, em 1900, as visitas e os pedidos que um redator típico costumava receber de cidadãos de prestígio: “E no dia seguinte, o leitor há de ler com toda certeza: ‘Completo

mais um botão de rosa do odoríssimo jardim de sua preciosíssima saúde, a inteligentíssima e formosíssima jovem... dileta filha do ilustre... honradíssimo [comerciante em nossa praça](#)’.”

Uma das principais distrações da população, como em muitas cidades do interior, era caminhar em torno da praça principal, onde uma banda animava as noites de quinta-feira e os domingos. Os jovens divertiam-se no circo Albano Pereira, uma grande construção de madeira em frente à praça Municipal onde assistiam às exibições das [companhias equestres](#).

Os pais de Apporelly conheceram-se durante uma das visitas de João a amigos no Uruguai, em Pueblo Vergara, no departamento de Cerro Largo. Ali, travou contato com o senhor Brinkerhoff e sua esposa, Francesca, criadores de gado. Ele era norte-americano e – apesar de seu nome ser grafado ora como Juan, ora como João, fossem os documentos uruguaios ou brasileiros – chamava-se John. Ela era descendente de charruas, índios que habitavam o sul do Rio Grande e o Uruguai, conhecidos por sua relutância em aceitar a catequese jesuíta.

O estancieiro João Torelly também conheceu as duas filhas do casal, Branca e Maria, ambas muito bonitas. Segundo a versão contada por um velho amigo da família a um poeta riograndino, João apaixonou-se por Branca. Vendo-se correspondido, pediu aos pais da jovem sua mão. Permissão obtida, voltou ao Brasil, após algum tempo em Cerro Largo, para cuidar dos preparativos para o casamento, que aconteceria em Rio Grande. Então retornou à casa dos sogros no Uruguai para ouvir que a futura noiva mudara de ideia e desistira do casamento. Podemos apenas imaginar como o gaúcho exaltado recebeu a notícia. Porém, ao fechar uma porta, a jovem teve o cuidado de abrir outra: ela não queria se casar, mas sua irmã, Maria Amélia, se ele concordasse, estava disposta a se tornar sua esposa. Homem de poucas palavras e muito pragmático, João Torelly aceitou a proposta, provavelmente ao contabilizar os gastos feitos com a viagem, com a nova casa, com o enxoval e ao pensar na expectativa criada em torno do [casamento na sua cidade](#).

João trouxe Maria Amélia para a cidade de Rio Grande, onde viveram numa casa na esquina das ruas Paissandu (atual rua República do Líbano) e Benjamin Constant. Casado, João manteve a vida desregrada de antes. Maria Amélia, ao que parece uma mulher de índole nervosa, viveria atormentada pelos casos e pelo comportamento do marido.

Ao fim da tarde de 14 de setembro de 1896, atendendo a um pedido da mulher, que se dizia indisposta, ele saiu de casa e atravessou a rua para comprar cachaça numa venda: misturada a outras substâncias e queimada, a bebida era usada como remédio. A conversa com o dono da venda foi interrompida por um disparo. Ao voltar para casa, encontrou a mulher morta, no chão da sala. Os conhecidos do casal e os habitantes de Rio Grande souberam dos detalhes pela notícia publicada nos três diários da cidade. Nela, o fato foi registrado quase no tom em que eram informados batizados, casamentos e outras ocasiões sociais: “Ontem, às 7 horas da noite, pôs termos aos seus dias, desfechando um tiro de revólver na cabeça, a Exma. Sra. D. Amélia Brinkerhoff Torelly, esposa do [Sr. João da Silva Torelly](#).” E o *Echo do Sul* acrescentava: “A infeliz moça, que tinha a mania do suicídio, desfechou o revólver sobre a fronte do lado direito, saindo a bala no alto da cabeça. D. Amélia era natural da República Oriental do Uruguai, contava 18 anos de idade e deixa [na orfandade dois filhinhos](#).”

Apparício tinha pouco mais de 18 meses quando perdeu a mãe. E esta, pouco mais de 16

anos – talvez 15 – quando se casou. Em que medida o temperamento violento do marido contribuiu para esse desfecho é matéria para especulação, mas certo é que o episódio transformou-se num tabu familiar, num tema a ser evitado principalmente por Apparício Torelly. Não há registro de que este tenha comentado o suicídio com qualquer amigo ou aludido a ele nos seus escritos ou nas inúmeras entrevistas concedidas ao longo da vida. Também nunca se mencionou o segundo filho citado pelos jornais. Numa época em que a mortalidade infantil era alta, o mais provável é que o irmão tenha morrido ainda pequeno.

João Torelly enviou o filho Apparício para o Uruguai, onde, até os 7 anos de idade, cresceu na fazenda dos avós maternos, num ambiente rural amparado pelo carinho das tias. “Meus primeiros amigos foram meu cachorro Talismã e um petiço que meu avô me deu”, contou, usando o termo usado pelos gaúchos para se referir a um cavalo pequeno. “O petiço me obedecia cegamente, só me levava [aonde eu queria](#).” Por muitos anos, manteria gravada na memória, como um dos momentos marcantes da infância, a comparsa, festa que se segue à tosquia.

[2]

O viúvo casou-se então com outra filha do casal Brinkerhoff – não Branca, sua primeira escolha, mas Orfilia, com quem teve três filhos: Edésio, Severo e Anita. Não se conformando em ver seu filho Apparício falando espanhol melhor do que português, João Torelly decidiu trazê-lo para Rio Grande, matriculando-o, em 1902, no colégio Stella Maris. Ali Apporelly teve seu primeiro contato com a cultura e os valores dos padres jesuítas, cuja importância na sua formação apontaria mais tarde. A convivência com os religiosos se aprofundou quando, em 1906, seu tio Firmino, impressionado com as qualidades intelectuais do sobrinho de 11 anos, determinou-se a educá-lo.

Completo oposto do pai, João Torelly – um homem rude, habituado à vida do campo, que escrevia e lia com dificuldade –, o tio Firmino, líder do Partido Federalista, estudara nos Estados Unidos e tinha outra formação. Ao visitar o irmão em Rio Grande, Firmino viu entrar na sala o sobrinho, que respondeu a algumas das suas perguntas e deixou uma boa impressão. Convencido de que o irmão descuidava da educação de Apparício e desejando um futuro melhor para seu sobrinho e afilhado, Firmino decidiu dar-lhe a mesma atenção que recebiam seus filhos. Matriculou-o, assim, no colégio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo, perto de Porto Alegre, que por muitos anos seria considerado o mais tradicional do estado e um dos melhores do país. Viúvo, sem uma presença feminina para ajudá-lo na formação das crianças – foram oito filhos no primeiro casamento –, Firmino encontrara no internato uma solução conveniente. Durante o período escolar, o contato com os filhos se limitava às visitas de fim de semana, ocasião em que buscava as crianças para passeios que geralmente incluíam uma visita à confeitaria local.

Órfão de mãe, com um pai severo e distante, longe das tias que o criaram no Uruguai, o menino precisaria se habituar ao rigor de um internato administrado por jesuítas. Rigidez expressa nos estatutos do colégio. “O favor de saídas só se concede mediante boas notas no mês”, rezava, por exemplo, o artigo 14. Os alunos cujos pais morassem em São Leopoldo

poderiam visitá-los em domingos intercalados. Aqueles que vivessem em Porto Alegre poderiam ver os filhos no domingo seguinte à divulgação dos resultados dos exames, “[supostas sempre boas notas](#)”.

Fundado em 1870, o colégio funcionava num edifício imponente, construído no final do século XIX, marcante na paisagem de São Leopoldo até ser destruído por um incêndio em 1981. Apesar de ter em seu quadro professores brasileiros, a maior parte era composta por padres alemães, suíços e austríacos, formados em universidades europeias. No início de cada ano letivo, os alunos chegavam a São Leopoldo num trem que partia de Porto Alegre, passando por Sapucaia e por Canoas. Durante quarenta minutos de viagem, os meninos mantinham-se sentados nos duros bancos de madeira dispostos ao longo do vagão e distraíam-se durante as paradas, quando vendedores de frutas assediavam os passageiros e ofereciam tangerinas aos estudantes. Na gare de São Leopoldo, os cocheiros esperavam os alunos nas suas velhas carruagens de duas rodas, as traquitanas. Os meninos eram deixados na porta do colégio, onde provavelmente impressionavam-se com o aspecto grandioso do prédio e assustavam-se com a perspectiva de dez meses de estudo, enclausurados sob a disciplina de jesuítas alemães. Ao chegar à portaria do colégio, o pequeno Apparício, aos 11 anos, como todos os outros deve ter puxado a corda do sino no pequeno vestíbulo da entrada. Quando a pequena portinhola se abriu, apareceu o rosto do porteiro, [um alemão chamado Witte](#).

Apparício Torelly foi admitido no colégio em 15 de abril de 1906, sendo o 56º entre 61 novatos a se matricularem naquele ano. Recebeu o número 66, a ser bordado em seu uniforme para identificação na lavanderia. Os estatutos estabeleciam que “no ato de entrada, o aluno deve trazer o enxoval composto dos objetos seguintes”, pedindo entre muitas coisas “12 lenços, 6 guardanapos, 3 camisas de dormir e 8 pares de ceroulas”, além de um uniforme cáqui para os domingos. Para calçar, dois pares de sapatos, “simples e fortes”, e um par de botinas “para os dias festivos”.

O currículo do colégio, além das disciplinas costumeiras como português, história natural, química, elementos de física e história do Brasil, incluía latim, alemão, francês e, para aqueles que vestiriam a batina, o estudo superior de teologia. Segundo os estatutos, o objetivo era “dar aos alunos a par de esmerada educação religiosa, moral e cívica, uma sólida instrução literária nas matérias do ensino primário, secundário e comercial”. Visava também “educar-lhes a novel inteligência, habilitando-os a formar por si juízo maduro sobre questões literárias, [científicas e práticas](#)”.

Apparício Torelly não se saiu mal durante o curso: nos anos 1907 e 1908, foi o melhor aluno da turma, ficando, em 1911, em segundo lugar. Diversas vezes obteve o primeiro lugar em português, francês, alemão e inglês. Obteve menções honrosas em latim, em religião e nas disciplinas ligadas à música, como orquestra, canto e banda, na qual tocava trombone. Contudo, não dava muita importância às premiações. “No ginásio, cheguei a trocar um primeiro lugar por uma rapadura”, contou. Quanto ao futebol, sabe-se que certo Apparício, de acordo com a súmula de uma partida entre o Internacional e o time do Conceição, jogou como centroavante, ajudando seu time a vencer por quatro a dois, em 13 de agosto de 1911. Outro esporte cotado entre os estudantes era praticado sobre pernas-de-pau. Tratava-se de uma estranha e agressiva modalidade de futebol, em que as canelas dos adversários eram por

vezes mais visadas do que a bola.



À esquerda do padre, Apparício com seu trombone na banda do colégio N. Sra. da Conceição, em São Leopoldo.

Os alunos não podiam “receber nem mandar cartas, pacotes ou qualquer outro objeto, sem que o Diretor o saiba, nem tão pouco usar de livros que não tenham sido apresentados e aprovados”, estabelecia o artigo 17. E de fato, num colégio jesuíta, segundo o costume da ordem, o reitor podia abrir todas as cartas que chegavam ou saíam, com exceção daquelas que seus subordinados enviavam ao Padre Geral em Roma, indicando o novo reitor. O último artigo encerrava os estatutos definindo os limites toleráveis para os jesuítas: “Falta habitual de aplicação ou docilidade, desobediência e principalmente falta em artigo de moralidade [são casos de exclusão.](#)”

Dois entre os religiosos, que apelidaram Apparício carinhosamente como “o holandês”, marcaram-no particularmente: os padres Schneider e Dzuibon. Schneider era professor de português, idioma que o menino, criado no Uruguai, ainda tinha de aprender. Meio século mais tarde, o antigo aluno ainda se lembrava da minúcia e do preciosismo com que o religioso procurava transmitir aos estudantes as sutilezas da língua. No quarto ano, o padre Schneider, sobre o tablado de madeira onde dava aulas, convocou o jovem Apparício, sentado na primeira fila, para ler um trecho de *Céus e terras do Brasil*, de Visconde de Taunay. Depois da leitura, o professor se deteve, diante do aluno, admirado, para examinar cada palavra.

Espere um pouco. Vamos analisar palavra por palavra. Primeiro, prestemos bastante atenção ao aspecto

sentimental, à parte sensível dos sons das vogais e das consoantes. Veja bem a palavra “lusco-fusco”. São quatro consoantes e duas vogais. Todas as vogais exprimem um sentimento. O “a” exprime indiferença. O “e”, a afirmação. O “i”, a alegria, como num tilintar de taças, um brinde à vida. O “o” é o espanto, a admiração. O “u” é lúgubre, soturno, escuro, tumular. Assim, lusco-fusco dá-nos a impressão exata de escuro, de [prenúncio da penumbra](#).

O padre Dzuibon dava aulas de grego, desempenhava a função de reitor e, juntamente com o padre geral, dirigia a escola. Conhecido por ser especialmente austero e autoritário, exibia testa larga e nariz adunco, compondo um perfil sisudo, que lembrava o papa Pio XII. Zeloso quanto à autoridade intelectual que exercia sobre a escola, não admitia brincadeiras nas suas aulas. Numa delas, ordenou ao aluno:

– Apparício, leia e traduza o decálogo.

O estudante levantou-se, leu e traduziu o mandamento “Honrarás pai e mãe”.

– Espere um pouco, Apparício. Isso merece um comentário.

O jesuíta observou que aquele era um dos mandamentos que “a Santa Madre Igreja chama de recíprocos”. A ordem expressa, de forma taxativa, transmitia erradamente a impressão de que apenas os filhos deviam cumpri-la, quando, explicava o professor, a mesma obrigação cabia aos pais.

Porém, enquanto o professor falava, a atenção do aluno, com o olhar perdido através da janela, havia voado para longe, enquanto admirava as águas do rio dos Sinos, onde lavadeiras batiam suas roupas.

Percebendo a distração do aluno, o reitor provocou:

– Veremos agora o que Apparício aproveitou da lição. Diga-nos, são apenas os filhos que devem obedecer a este mandamento?

Despertando de seu devaneio, o estudante respondeu:

– Não, professor. As filhas também.

As gargalhadas da turma coincidiram com o estrondo do compêndio de grego fechado com toda a força.

– Levante-se, Apparício!

De pé e calado até o fim da aula, o aluno por fim ouviu a sineta tocar, mas quando ameaçou imitar os colegas e recolher seus livros, o reitor foi ríspido:

– Apparício, fique!

Em seguida, outro padre o acompanhou até o pátio, onde ele precisou ficar por um bom tempo, em silêncio, [ao lado de uma pilastra](#).

Um conflito entre o menino irrequieto e a rígida disciplina da escola era previsível e aconteceu quando o interno Apparício resolveu criar seu primeiro jornal. *O Capim Seco*, escrito a mão, trazia na primeira página um poema intitulado “O Carço”, onde o estudante descrevia a ira de um dos jesuítas germânicos diante de um mísero carço de ameixa atirado do dormitório para o lavatório, na mais absoluta violação de todos os regulamentos: era proibido comer no dormitório e o lavatório precisava estar sempre limpo. O padre estigmatizado no poema era dos mais preocupados com a manutenção da ordem no colégio e sua popularidade entre os internos, pelo apelido que os estudantes lhe deram – Jararaca –, não devia ser muito grande. Na capa do jornal, a figura de uma cobra vestindo uma batina, desenhada por um colega, ilustrava o poema. Passado de mão em mão, toda a tiragem, de um exemplar, foi apreendida pelos padres. O episódio valeu a Apporelly sua primeira ameaça

de retenção [depois da aula](#).

Houve outras mostras de seu talento para o desacato à autoridade. Durante uma aula de português, o professor Oswaldo Vergara, que mais tarde seria advogado e personagem da política gaúcha, pediu a conjugação de um verbo no tempo mais-que-perfeito. O jovem Apparício não resistiu à tentação e levantou o dedo:

– O burro vergara ao peso da carga.

Apesar da brincadeira, o mestre aprovou o aluno e comentou com os outros professores: “Sim, ele realmente foi desaforado, mas revelou ter o mais importante: conhecimento. Não havia razão para massacrá-lo. O mundo se encarregará dele”, [profetizou o professor](#).

O talento humorístico do estudante, que gostava de imitar o sotaque alemão diante dos padres, não ficaria nas salas de aula. Desde suas origens, em 1870, o colégio mantinha uma tradição teatral, produzindo duas peças por ano, em textos que iam de Shakespeare às obras dos padres jesuítas. Segundo os arquivos do colégio, a participação de Apparício limitou-se a uma peça. Apresentada “na conclusão solene do ano letivo de 1911”, o texto de autor desconhecido intitulado “A senha de roncar” contava com apenas quatro personagens, sendo um deles, o soldado Gamela, interpretado pelo “Sr. Apparício Torelly”. A peça obteve sucesso e, ao fim do ano, quando o tio buscou o sobrinho, o jesuíta recebeu-o com uma notícia.

– Dr. Torelly, temos uma novidade a lhe contar: Apparício revelou-se um grande humorista. Do momento em que ele entrou no palco até sair, [a plateia delirou](#).

“Eu era muito brincalhão, mas se os padres faziam vista grossa para minhas molecagens é porque eles gostavam de mim”, lembrou. E estava certo. Em seu último dia no colégio, um dos professores aconselhou-o a procurar o reitor, que manifestara o desejo de vê-lo. No gabinete da diretoria, recinto onde poucos alunos foram admitidos, ele expôs ao severo padre Dzuibon suas dúvidas sobre a futura carreira. Enquanto o pai defendia a medicina, ele pedia para o direito. O jesuíta surpreendeu-o, sugerindo que seguisse a carreira eclesiástica.

Aquilo para mim foi como uma bordoadá. Nunca pensara naquela possibilidade. Ainda atônito, ouvi o padre-reitor dizer, despedindo-se: “Apparício, seja quais forem as dificuldades que aparecerem em tua vida, as maiores que tiveres, nunca te esqueças de que as portas da Companhia de Jesus estarão sempre abertas para ti. Estou certo de que tens uma extraordinária [vocação apostólica](#).”

No fim da vida, com mais de 70 anos, ele ainda se lembrava do convite: “Até hoje essa é uma das passagens de minha vida que mais me emociona.” O conselho, no entanto, não foi seguido. Preferiu deixar o colégio naquele mesmo ano, 1911, após completar a quinta série ginásial. Se cursasse também a sexta, teria o título de bacharel em letras.

Mais de uma pessoa mencionou o respeito e a admiração que o humorista, já septuagenário, professava pelos jesuítas. Como interpretar essa simpatia por parte de um homem que anunciaria repetidamente sua condição de marxista e de ateu? Fundada em meio ao esforço da contrarreforma, a Companhia de Jesus nasceu com uma disposição agressiva, voltada contra os protestantes e as heresias. A sociedade, criada por Inácio de Loyola, um ex-soldado, inspirou-se nas formações militares ao estabelecer seus princípios e ao defender as posições da Igreja. Transformou-se na grande inimiga dos iluministas do século XVIII: aos olhos destes, seus integrantes estavam entre os principais símbolos da reação e do

fanatismo religioso. Não por acaso, nos dicionários, um dos sentidos para a palavra jesuíta é “dado a intrigas, dissimulado, hipócrita”.

Curiosamente, foi justamente a tão criticada disposição belicosa dos jesuítas que atraiu os elogios de revolucionários, que viam na sua postura um exemplo a ser imitado. Num panfleto famoso, Leon Trotsky afirmou que os jesuítas deram prova de maior tenacidade e de maior audácia do que os outros religiosos. Os jesuítas construíram uma organização militante e rigorosamente centralizada. “Pela sua psicologia e por seus métodos de ação, os jesuítas da época ‘heroica’ distinguiram-se do padre comum, como os guerreiros da Igreja se distinguem dos que comerciavam à sua sombra”, escreveu o [revolucionário russo](#).

Os jesuítas de São Leopoldo, contudo, estavam separados por séculos dos seus antecessores da “fase heroica”. E Apporelly, um iconoclasta e transgressor por vocação, não tinha por que demonstrar afinidade com uma organização centrada na obediência cega aos superiores. Sua simpatia estava relacionada à outra tradição da Companhia de Jesus: a dedicação ao ensino e ao conhecimento. “Falava muito, falava sempre nos padres de São Leopoldo. Como uma pessoa que não era católica – ele sempre foi ateu –, reconhecia que a educação dos jesuítas tinha contribuído muito para ser quem ele foi. Aquela havia sido uma relação cheia de conflitos, mas tinha a maior gratidão em relação a eles”, lembraria uma amiga de Apporelly, a socióloga Moema Toscano, que o conheceu no fim da vida. “Para os jesuítas, ele [tirava o chapéu](#).”

3. Rua da Praia: anatomia e boemia

[1]

A ESCOLA de Medicina e Farmácia de Porto Alegre não era uma instituição tradicional quando, em 1912, matriculou-se nela Apparício Torelly, com apenas 17 anos. A faculdade era ainda mais nova do que o aluno: havia sido fundada em 1898, na rua da Alegria, atual rua General Vitorino. A mudança do rapaz para a capital gaúcha, o ingresso no curso superior e sua adesão ao universo da boemia e das repúblicas de estudantes representaram uma revolução na vida do ex-interno. Escreveria Apporelly anos depois:

No colégio estava sujeito a uma disciplina muito rígida. Minhas manifestações de revolta eram dirigir jornais clandestinos ou escrever comédias para representação. Tornei-me, porém, impossível quando deixei o colégio Nossa Senhora da Conceição, onde estive internado. Após seis anos de reclusão, não é de estranhar que tenham explodido todos os meus anseios de liberdade. Tinha de haver [uma compensação](#).

O primeiro passo rumo à nova vida foi escolher entre duas opções. A carreira de direito, que Apparício via com simpatia, frequentemente abria portas para a política e era bem-vista pelo tio Firmino, envolvido com o Partido Federalista, mas o jovem Apparício certamente tinha interesse pela área biomédica, já que durante o período no colégio jesuíta obteve boas notas em história natural. E era o caminho que seu pai, preferia, ainda que não tivesse em alta conta as qualidades intelectuais do filho, muito pelo contrário. Segundo o pai, para conquistar uma boa clientela um advogado precisava ser um excelente profissional e ter grande talento. “Já um médico pode ser um burro, basta assinar receitas e [atestados de óbito e pronto](#).” O futuro estudante não via com bons olhos o mercantilismo de muitos médicos. “Sabe o que quer dizer aquelas duas cobras no anel do médico?”, costumava perguntar. “Que cobra duas vezes: se cura, cobra; se mata, cobra.” Começava a tumultuada relação do futuro humorista com a medicina e, indiretamente, com a ciência em geral, tema que, apesar da medíocre carreira acadêmica, continuaria a obcecá-lo até o fim da vida.

Nos dois primeiros anos, durante o curso de farmácia e química, seu antagonista nos temidos exames orais era o renomado professor Cristiano Fischer. Quando este pressionou o novato com uma pergunta particularmente difícil, o aluno espantou-se: “O senhor, que é doutor em química, vem perguntar justo para mim?”

Mais tarde, no curso de medicina, continuaria a sequência de episódios que marcaram época e se incorporaram ao folclore da instituição. Cada arguição sua era um espetáculo à parte, que os colegas não podiam perder e que atraía alunos de outros cursos e até os bedéis da faculdade.

Numa aula de anatomia de Sarmiento Leite, catedrático famoso, o estudante encontrou uma mesa cheia de ossos ao entrar na sala. O professor apanhou um fêmur e estendeu-o em direção ao aluno.

– O senhor conhece este osso?

O jovem Torelly, igualmente respeitoso, respondeu rápido, empertigando-se e sacudindo

o osso como num cumprimento:

– Não, muito [prazer](#).

Durante outro exame, percebendo que Apporelly não sabia as respostas, o professor, irônico, pediu ao bedel:

– Traga um pouco de alfafa, por favor.

– E para mim um cafezinho – completou, rápido, o [aluno](#).

Palco escolhido pelo estudante para suas performances irreverentes, a Escola de Medicina desfrutava de enorme prestígio entre a elite política e a opinião pública do Rio Grande do Sul. A imprensa constantemente elogiava a faculdade, registrando atividades como provas, exames, palestras, formaturas, discursos e defesas de teses, tratados como fatos relevantes para a vida de Porto Alegre. A relação entre políticos e médicos era provavelmente mais estreita do que em outros estados. O primeiro diretor da escola, Dr. Protásio Alves, era importante integrante do Partido Republicano Rio-grandense (PRP), que fora comandado por Júlio de Castilhos. Além disso, ambos os candidatos ao governo do Rio Grande do Sul, em 1907 – Carlos Barbosa Gonçalves, da situação, e Fernando Abott, da oposição –, eram médicos.

Um complicador eram os princípios positivistas, adotados pelos governantes, pois, em obediência às ideias de Augusto Comte, vigoraria no Rio Grande do Sul, até 1928, a liberdade de exercício da profissão médica: para praticá-la, bastava que os interessados se inscrevessem nos registros da Diretoria de Higiene do Estado. Esse menosprezo ao diploma era motivo de polêmicas intermináveis envolvendo médicos, políticos, médicos-políticos e [políticos-médicos](#). Numa crônica escrita em 1920, o jovem jornalista Apparício Torelly acusaria: “Nos nossos tribunais não se implantam processos por imperícia profissional. O positivismo do Sr. Borges de Medeiros, nesse ponto, conseguiu atingir o máximo do aperfeiçoamento. A medicina hoje deixou de ser uma ciência e uma arte para ser um negócio comum, ao alcance de qualquer mascate [botequineiro](#).”

Somava-se a esse quadro a inquietação natural dos estudantes, que extravasavam seu inconformismo além das portas da faculdade. Seis anos antes de Apporelly se matricular, um desentendimento provocado por uma tese de doutoramento opôs os alunos à direção da faculdade e a alguns professores. O autor de um trabalho, que incluía críticas irônicas ao desempenho de um professor, foi reprovado pela banca examinadora, revoltando seus colegas. Assim, o que começou como uma disputa acadêmica em torno de uma tese com o inocente título “Contribuição ao estudo dos tumores congênitos do crânio” terminou em manifestações de rua, gritos de “morra” e cargas de [cavalaria da polícia](#).

Com sua despreocupação habitual, foi nesse campo minado que o calouro Apparício pisou ao ingressar na faculdade de medicina. No primeiro ano, no dia de um exame de história natural, o estudante não demonstrou preocupação ao receber a lista com os tópicos: havia se familiarizado com a maior parte dos temas no ginásio do colégio jesuíta. Ao chegar, o professor Marques Pereira o interrogou:

– Senhor Torelly, o senhor sabe o que é um protozoário?

O estudante olhou à sua volta. Na política e nas letras da época vigorava a oratória grandiloquente, as frases rebuscadas e as palavras empoladas. Apporelly respondeu simplesmente:

– Um protozoário é um bichinho muito pequeno que se enxerga no microscópio.

Insatisfeito com a resposta prosaica, o professor ironizou o estudante, que publicara alguns poemas em Porto Alegre.

– Mas o senhor é um literato... Não poderá responder melhor? Não acha que esse verbo “enxergar” poderia ser substituído com proveito por “ver”?

Aceitando o desafio, o rapaz limpou a garganta e anunciou:

– Um protozoário, preclaro mestre, é um animalúnculo tão minúsculo que só pode ser observado através de lentes côncavo-biconvexas e à luz meridiana. É um ser tão inferior que parece sentir-se à vontade chafurdando na lama das sarjetas.

Sem perder a calma, o professor continuou.

– O senhor não foi inteiramente feliz, mas não tem importância. Fale-me, pois, sobre botânica, que talvez seja mais do seu agrado, pois o senhor é poeta. Conhece a família das solanáceas?

– Conheço intimamente – declarou o aluno.

– Pode citar um exemplar dessa família?

E o aluno, sempre imitando o tom empolado do professor:

– Como não poderia citar ao ilustre cientista-professor um caso banalíssimo de batata inglesa?

Virando-se para os colegas, o estudante anunciou:

– *Solanum tuberosum*. ImproPRIAMENTE chamada de batata inglesa. Não veio da Inglaterra, mas do Peru.

O professor não se deu por satisfeito e pediu outro exemplo.

Adotando a mesma entonação, o estudante procurou ganhar tempo, enveredando por uma explanação sobre a batata inglesa, com direito a digressões a respeito da salada russa e dos bifés a cavalo, enquanto não lhe ocorria outro exemplo das solanáceas. Até que se lembrou finalmente dos tomates e exclamou, triunfante:

– *Solano lycopersicum!*

Impiedoso, o professor exigiu outro exemplo. Solidário, um colega gesticulou, indicando o cigarro que tinha nas mãos. Apporelly deu a resposta – o tabaco –, mas não se lembrava do nome científico. Não se deixando enrolar pelos gestos aflitos com que o aluno descrevia as folhas da planta e a produção de charutos, o professor esperava a resposta.

“De súbito chegou-me a denominação salvadora”, contou Apporelly anos depois, “gritada como uma pedra na vidraça: *Nicotiana tabacum!* Toda a turma explodiu numa gargalhada e o professor prorrogou o exame para o dia seguinte”.

Ao contar o caso, Apporelly procurava demonstrar que os professores não tinham motivo para irritar-se: “Minhas respostas eram verdadeiras. Apenas eu as dizia de modo diverso, [gaiato](#).”

Sem assistir a uma aula sequer de fisiologia prática, ele viu chegar o dia do exame. Na sala repleta de aparelhos de laboratório de aspecto misterioso para o estudante-bissesto, o professor indicou o instrumento sorteado. Nervoso, Apporelly perguntou ao colega ao lado o nome do instrumento. Era um “carrinho de Bois-Reymond”. Ele, que não ouviu bem a cola, arriscou, inseguro, murmurando com o canto da boca:

– Carrinho de mão.

Gargalhada geral na sala. O professor, porém, bastante surdo, acreditou ter ouvido a resposta certa. “Isso mesmo, carrinho de [Bois-Reymond](#).” Talvez este episódio tenha inspirado Apporelly a escrever a pequena história do professor surdo e do aluno cínico:

Professor surdo:

– Quantas são as classes dos insetos?

Aluno cínico, a meia voz:

– Os heminópteros, os heminópteros, os heminópteros, os heminópteros e os heminópteros.

Professor surdo:

– Falta uma, vagabundo!

Aluno cínico:

– Ah! [Os heminópteros](#).

Em outra oportunidade, numa banca de anatomia, o professor, cansado das respostas erradas do aluno e querendo ajudá-lo, perguntou: “Quantos rins nós temos?” A pergunta, por sua simplicidade, provocou risos. Apporelly, entretanto, demorou a responder e, pensativo, lançou um olhar à sala repleta de estudantes. O professor, irritado, insistiu:

– Vamos! Quantos rins nós temos?

– Quatro.

– Como?

– Sim – disse o aluno. – Dois seus e dois meus.

E, para desespero do professor, continuou:

– Demorei um pouco para responder, primeiro por não saber se o senhor é um indivíduo normal. Eu, por mim, garanto que só tenho dois rins. Mas e se o senhor for um anormal? Se o senhor tiver mais de dois rins? Se o senhor possuir rins supranumerários? Depois, teria o senhor se referido a nós dois apenas ou à coletividade, a todos que se encontram nesta sala? Por isso, olhei em torno para saber [quantos somos aqui](#).

Quase no final do primeiro ano, o professor tomou nas mãos, pela milésima vez, um velho osso humano, exibido à exaustão para algumas gerações de estudantes de medicina.

– Seu Apparício, o que é isso?

– Não sei.

– Mas o senhor ainda não sabe o que é um osso ilíaco? – pergunta o velho Sarmiento, surpreso.

– Desculpe, professor, mas isso não é um osso ilíaco. Isso aí *foi* um osso ilíaco. Hoje não passa de um osso corroído e estragado – disse o aluno, com expressão de nojo –, que não serve [para ninguém, nem para nada](#).

Ao recordar aquela época, em conversa com um jornalista nos anos 1940, ele explicaria:

Fiz algumas molecagens na faculdade de medicina de Porto Alegre, à qual não compareci durante quatro anos, embora fizesse os exames finais e sempre me saísse bem. Acontece que eu deixara o ginásio com um bom curso fundamental e estudava, ao acaso, todos os assuntos universitários. Só ia à faculdade por troca. De tal forma que, quando comparecia às aulas, os professores resolviam suprimi-las em protesto contra a minha presença. O Dr. Fischer, principalmente, gostava de proclamar da cátedra quando notava minha presença entre os outros alunos: “Em vista do extraordinário comparecimento do Sr. Apparício Torelly, hoje está suspensa a aula.” [Era uma farra!](#)

Em sua casa na cidade de Rio Grande, o pai recebia telegramas de Porto Alegre, informando que o filho raramente ia à faculdade. E o estancieiro não sabia o que pensar daquilo diante das boas notas que Apparício alegava receber.

O estudante carregava consigo um cartão vistoso, que, com ar grave e solene, distribuía aos amigos literatos. Nele, em letras grandes e imponentes, lia-se “Apparício Torelly. Da Academia” e, embaixo, em letras miúdas, “de [Medicina de Porto Alegre](#)”. Para assustar as meninas, carregava no bolso um dedo indicador removido de um dos cadáveres durante as aulas. Em meio a discussões inflamadas, gesticulava com a mão, agitando o dedo como se fosse seu até fazê-lo voar longe, num gesto mais violento.

Encontrava sempre a melhor resposta para escapar ao interrogatório dos professores. Numa ocasião, passou por uma sabatina do catedrático de técnica cirúrgica.

– Muito bem, senhor Torelly. Vejamos um caso simples: acidente com traumatismo craniano e ferimento com hemorragia intensa. Qual seria a sua técnica?

– Bem – respondeu o estudante –, eu lavaria o local e, se não houvesse fratura, costuraria o corte.

– Mas o senhor não mencionou o principal: a limpeza completa do campo operatório. A primeira coisa é raspar o cabelo do paciente.

O estudante olhou muito sério para o professor e anunciou com segurança:

– Acontece que o [meu acidentado é careca](#).

[2]

Além das irreverências, as brincadeiras manifestavam seu inconformismo com a forma como a medicina era exercida. “Nunca levei a sério aquele estudo e acho – e hoje mais do que nunca – que a medicina é objeto de um brutal comercialismo”, declarou, vinte anos após [abandonar a faculdade](#). Ele questionaria os próprios conceitos de doença e de cura. Sua abordagem, nada ortodoxa, para dizer o mínimo, não poderia ser aceita por qualquer instituição médica, convencional ou não. Já septuagenário, dizia: “Não há dois homens iguais, nem duas doenças iguais, por isso cada qual deve ser [seu próprio médico](#).”

Porém, se mal frequentava a Escola de Medicina, onde passava a maior parte do tempo? Depois de deixar a residência do tio Firmino, onde vivera com os primos, Apparício morou em diversos quartos no centro da cidade. Segundo um contemporâneo, José Gay da Cunha, ele viveu durante certo tempo numa pensão instalada no segundo andar do prédio onde funcionava a tradicional livraria Americana, na esquina da rua da Praia, atual rua dos Andradas, com a rua General Câmara, num edifício que ainda existe no centro de Porto Alegre. O endereço estava impregnado de memórias e de simbolismos. No andar superior, o espaço onde a pensão funcionava fora, anos antes, sede da Academia Riograndense de Letras. Já a livraria, no térreo, fundada em 1875 e a mais antiga da cidade, estava associada a tradições políticas. Ponto de encontro de estudantes, advogados e intelectuais, seu proprietário, José Pinto, era um federalista convicto e permitiu o funcionamento, numa das salas, da redação do jornal *A Reforma*, principal órgão do movimento da Revolução de 1893. Além disso, Gaspar Silveira Martins, líder histórico dos federalistas, frequentava a

livraria, onde encontrava [amigos e correligionários](#).



Esquina da rua da Praia com a General Câmara. Apparício morou no segundo andar do edifício à direita, onde funcionava a Livraria Americana (detalhe da vitrine).

Conta-se que Apparício também dividiu um quarto, em outra pensão, com dois companheiros estudantes. Os amigos raramente eram vistos juntos em ocasiões especiais: a penúria era tão grande que havia apenas uma roupa decente e saía quem pegasse primeiro o único terno disponível. Morou também sozinho, ocupando um minúsculo aposento que não tinha sequer banheiro. Inconformado com aquelas proporções modestas, pegou um giz e riscou no chão os novos cômodos: entrada, sala de estar, sala de jantar, quarto e banheiro. As visitas eram advertidas a não pisar nas “paredes” e convidadas a passar à sala de estar, onde fora riscado um retângulo em que se lia “Renoir”. Na outra parede, ao lado da cama, um quadrado fora desenhado a giz, com a indicação rabiscada: espelho. Ali, o rapaz compenetrado parava para arrumar a gravata ou pentear o cabelo antes de [sair com os amigos](#).

Contudo, quem precisasse encontrar o estudante faria melhor ignorando seu endereço oficial e procurando-o pelas ruas e casas de chope tradicionais do centro de Porto Alegre: o chalé da praça Quinze, o Zither Franz, o Binter ou a confeitaria Rocco. Naqueles bares, Apporelly deixava as horas passarem, admirando na parede de um deles, em frente à sua mesa, um grande relógio sem ponteiros, símbolo perfeito daqueles momentos de vagabundagem. Ali refletia a respeito do pensamento gravado sob o relógio: “Aos homens felizes as horas não soam e as horas da vida têm [asas que voam](#).”

Como outras capitais brasileiras, Porto Alegre passava por reformas destinadas a esconder ou demolir tudo o que parecesse acanhado ou provinciano. As autoridades mostravam-se determinadas a erguer novas construções e monumentos pretensiosos. Assim, o antigo chafariz foi removido da praça da Matriz, sendo a área cercada por um tapume. A população viu surgir aos poucos, entre as tábuas, a ponta do que Augusto Meyer chamou, em suas memórias, de “[obelisco positivoide](#)”. No centro do monumento, Júlio de Castilhos, com a solenidade de quem se senta num trono, surge cercado por uma simbologia positivista delirante. Afetando uma indiferença altiva, o caudilho não se digna a baixar os olhos para o dragão que, aos seus pés, ameaça subir os degraus numa atitude ameaçadora, representando os inimigos da doutrina de Augusto Comte.

A principal artéria da cidade era a rua da Praia, atual rua dos Andradas, onde se concentravam as confeitarias, entre elas Colombo, América e Rocco; os cinemas, como o Ideal, o Variedades e o Smart-Salão; as livrarias, como a livraria do Globo e a Americana, e as redações dos jornais, como *A Federação* e o *Correio do Povo*. Ali ficavam também as casas de negócios e as vitrines das lojas caras. Pela rua da Praia passavam tanto os desfiles carnavalescos quanto os cavalos da polícia, prontos para dissolver qualquer aglomeração.

A paisagem humana não era menos pitoresca. Conhecidos se cumprimentavam e dândis eventualmente se desentendiam em duelos em que destruíam a bengaladas os respectivos chapéus de palhinha. Por ali transitavam vagabundos folclóricos, como Zweil Mil, sempre fumando seu cachimbo, que oferecia as enormes orelhas para as crianças puxarem, ou Maria Paraguaia, que dava o peito a uma criança feita de trapos sujos. Figura mais soturna, o major Galant, alto e imponente, era o ajudante de ordens de Borges de Medeiros e comandava as cargas dos cavalarianos que, com suas espadas, varriam da praça os manifestantes.

Um dos personagens mais curiosos a colorir a cena pública da capital gaúcha era o orador e publicista Carlos Cavaco. Homem de frases empoladas e de gestos teatrais, fazia sucesso com seus bigodes torcidos e gravatas espalhafatosas. Anos mais tarde, na década de 1940, Apporelly, ao estigmatizar o estilo floreado dos literatos e dos homens públicos da sua juventude, comentaria: “A demagogia do Carlos Cavaco fazia furor, com as suas tiradas grandiloquentes, tremidas [do fundo da garganta](#).” Hoje sua reputação cabe numa discreta nota de pé de página, mas, na Porto Alegre da época, era impossível ignorá-lo. Poeta e ativista, político e jornalista, advogado e teatrólogo, o homem colecionava contradições. Simpatizante da causa operária, vestia-se com o apuro exagerado de um janota. Socialista, não recusava as sinecuras oferecidas por diferentes governos. Esforçava-se, principalmente, para ocupar o centro das atenções. E conseguia. Participou da campanha civilista de Rui Barbosa e, como tribuno, teve papel de destaque na primeira greve geral ocorrida em Porto Alegre, deflagrada em 1906. Além de presidente do Partido Socialista, foi diretor dos jornais *Eco Americano* e *A Vanguarda*. Homem casado, suas aventuras amorosas chegaram às páginas do noticiário policial.

Cavaco gostava de desempenhar o papel de mártir, mas cultivava o hábito irritante de ser preso pelos motivos errados. Após cumprir pena por ter fugido com uma menina de 16 anos, o tribuno discursou ao sair da cadeia: “Aos que me agridem com a arma mal temperada do anonimato, ofereço sorrindo a majestade olímpica do meu desprezo. Para domar essas

panteras que por aí aprumam, tenho látego potente [do meu sarcasmo nobre](#).” O flerte de Cavaco com as ideias de esquerda poderia até despertar a simpatia do futuro humorista, mas este já estava vacinado contra o estilo do homem. “Viajo nas asas turvas da tormenta, levando nas mãos semeadoras de raios, a bandeira vermelha da minha revolta”, anunciara no mesmo discurso. Apparício, porém, via na bandeira vermelha apenas um adereço cenográfico a serviço do ego do poetaastro. Mesmo assim, percebeu o potencial cômico da prosa rebuscada do tribuno. Nos anos seguintes, algo do estilo de Cavaco apareceria nas metáforas extravagantes e nos autoelogios do “nosso querido diretor” e do Barão de Itararé.

[3]

Era nessa Porto Alegre que Apparício entregava-se, com seus amigos, a uma boemia vivida sob o signo da pobreza. Esta, para ele, era mais uma opção do que uma fatalidade. “Minha mesada, nos meus tempos de estudante de medicina, era sumária e religiosamente liquidada nos primeiros dias de cada mês. A consequência disso é que levava o resto do mês numa ginástica louca para passar o tempo que me separava da próxima [mesada paterna](#)”, escreveu posteriormente.

Muitas vezes, para almoçar, recorria a um amigo, o Sardinha, dono do Café América e veterano da Revolução de 1893. O estudante se valia de uma fraqueza do comerciante: o orgulho quanto à sua participação na batalha de Inhanduí. Era sempre lembrada a ousadia do coronel Vasco Alves, que, ao perceber o estrago que uma peça de artilharia dos governistas fazia nas suas fileiras, avançou a cavalo contra ela, laçou a arma e arrastou-a para seu acampamento, transformando-a num troféu famoso.

Quando estava com fome, eu me sentava perto do púlpito do senhor Sardinha e lhe pedia que me contasse o episódio. Era quanto bastava para que se inflamasse. Eu, então, aproveitava a ocasião para ir pedindo – no decorrer da palestra – todas as iguarias que julgasse necessárias para [matar a fome](#).

Não por acaso a falta de dinheiro inspirou muitos poemas que o jovem Apporelly escreveu na época, como “Micróbio de Pindaíba”. Numa das suas estrofes ele tentava descrever esse mal: “Pindaíba, prontidão ou quebradeira, / Eis os nomes pelos quais é conhecida / Essa enfermidade que entristece a vida, / Localizada no cofre ou [na algibeira](#).” Em outro poema, ele imagina: “Sonhei que era um burguês. Tinha aprendido / A ignóbil arte de empilhar dinheiro.” Em outro ainda, o poeta cinicamente traça sua estratégia para escapar à pobreza, nem que seja pelo matrimônio, como em “Proposta”:

Um rapaz sério, esplêndido estudante,
Já cansado da vida de solteiro,
Considerando a crise apavorante,
Quer casar-se com moça de dinheiro.
(...)
Um casamento assim é um jugo brando...
Prisão perpétua que, de quando em quando,
Pode aceitar uma ordem de habeas-corpus.
Se a deidade é de idade já avançada,
Tenho uma condição estipulada:

União de bens, [separação de corpos](#).

No período em que morou em repúblicas, teve como companheiros futuros nomes da política, que liderariam o movimento revolucionário de 1930. Com eles frequentava o Clube dos Caçadores, misto de cabaré e casa de jogo e principal ponto de encontro da boemia de Porto Alegre. Na entrada, os frequentadores viam seu reflexo distorcido em espelhos côncavos e convexos: as imagens cômicas resultantes mostravam a face oculta daqueles cidadãos sérios, prontos a abandonar no vestíbulo do cabaré, com as bengalas e os chapéus, suas reputações respeitáveis. O francês André Dumanoir, *cabaretier*, batia palmas para puxar os aplausos ou para anunciar a próxima atração, quando o maestro Piadrahita agitava os braços e arrancava os acordes iniciais da sua orquestra. No palco, apresentavam-se atrações estrangeiras, como o casal de dançarinos Max e Arlette com sua tensa [coreografia de tango](#). Anos mais tarde, no Rio de Janeiro, alguns desses gaúchos – Flores da Cunha e Oswaldo Aranha à frente – deixariam suas diferenças ideológicas em segundo plano para formar uma comunidade solidária que mais de uma vez sairia em socorro do humorista.

Ao mesmo tempo, o término da Primeira Guerra marcou uma virada para um novo século, novas ideias e uma nova vida. Foram anos em que a geração emergente procurou demonstrar seu rompimento com o passado, numa revolta que, começando na política e chegando à arte, passava até pelo guarda-roupa. Se o Rio de Janeiro e São Paulo abrigavam os nomes mais ilustres dessa geração, Porto Alegre também esteve representada por um grupo – do qual Apparício Torelly era um expoente – cuja ocupação principal, além de divertir-se, era chocar a sociedade.

O historiador e acadêmico Vianna Moog, ao recordar seus anos de formação em Porto Alegre, disse ter vivido à sombra dessa figura quase lendária: “Nós, estudantes, não fazíamos outra coisa senão recordar [suas proezas](#).” Outro conterrâneo, o jornalista Justino Martins, escreveu: “Para a minha geração gaúcha – filha da geração de Apporelly –, a fama desse humorista incomparável era uma devoção. Desde os tempos do colégio, quando queríamos fazer rir, púnhamo-nos a repetir anedotas e [piadas atribuídas a ele](#).” O ensaísta e poeta Augusto Meyer, sete anos mais novo do que o humorista, lembra, com certa reverência, como viu o personagem já conhecido “numa quarta-feira de cinzas, fantasiado de gaúcho e dormindo a sono solto, todo coberto de confetes”, abraçado a uma sanfona, em frente ao [cinema Ideal](#). A admiração que o personagem despertava se originava numa série de episódios incorporados ao folclore da Porto Alegre daqueles anos.

Era constante a necessidade de levantar fundos, geralmente recorrendo a apostas mirabolantes. Enquanto esperava numa fina alfaiataria no centro da cidade, apostou duzentos réis com outro estudante, garantindo que conseguiria desfilar pela principal rua de Porto Alegre sem ser reconhecido, numa façanha que o amigo considerava impossível. Contou Apporelly:

Meu amigo topou logo a parada. Cem mil-réis foram casados por ele, pois eu sabia que ia ganhar e não precisava mostrar os meus cem. Então chamei um carro de praça cujo guia era meu velho conhecido e, às cinco horas da tarde de um sábado, tendo mandado arrear o toldo do carro, embarquei de cabeça para baixo e as pernas para cima, saindo pela rua da Praia.

A cena inusitada chamou a atenção dos passantes: “O povo alinhava-se na calçada, intrigado, querendo saber o que era aquilo, quem andava passeando daquele jeito. O

comércio parou, a caxeirada e a freguesia, atraídas pela sensação, abandonaram tudo.”

Era natural que tamanho alvoroço chamasse a atenção das autoridades. Quando o carro passou pelo Conselho Municipal, um policial deu voz de prisão a Apporelly, que tentou convencer o agente da lei de que seu ato não era perigoso ou ilegal. Se alguém tinha culpa, argumentou, era o público, cuja curiosidade metia-se na vida de um cidadão a passear pacatamente num carro.

Como o polícia insistisse, eu o convidei a embarcar em meu carro a fim de chegarmos mais depressa à delegacia. Mas, entrando na rua Voluntários, dei uma “gravata” no guarda e pedi ao carreiro que tocasse para fora da cidade. No Passo da Mangueira, despinos o “rato-branco” e o amarramos numa árvore. Vesti sua farda e voltamos a andar na rua da Praia, dessa vez em atitude marcial, com a túnica curta demais e o quepe pequenininho, lá no alto.

Trajando o uniforme do guarda, foi cobrar ao amigo o dinheiro [ganho com a aposta](#).

“Rato-branco” era o termo com que os sulistas se referiam aos homens da polícia. O apelido não demonstrava grande apreço pela instituição e – a julgar pelo atrevimento de Apporelly e de seus companheiros –, o sentimento provavelmente era recíproco. O personagem que encarnava a ordem estabelecida e a máxima autoridade em Porto Alegre era certo coronel Francisco de Paula da Cunha Louzada, temido delegado do 1º Distrito de Porto Alegre, a área central da cidade, e responsável pela repressão a todas as manifestações dos estudantes. Por sua pequena estatura, chamavam-no de Louzadinha. Franzino, vestia-se invariavelmente de fraque e cartola, traje já então fora de moda, o que tornava uma figura cômica, alvo perfeito para as brincadeiras dos estudantes. Tinha como arqui-inimigo o estudante Apporelly, conhecido na capital gaúcha por seu espírito e por suas [atitudes extravagantes](#).

Certa vez, após uma escaramuça entre os universitários e a Brigada Militar, Apporelly correu, tentando esconder-se numa cafeteria de portas arriadas. Mesmo assim, os policiais que o perseguiram invadiram o bar para prendê-lo. Ao ser agarrado pelos policiais, protestou, indignado, e tentou impressioná-los, apelando sempre para o que parecia ser uma estreita amizade com o chefe de polícia: “O Dr. Louzada disse que eu não podia ser preso em hipótese alguma! Me largue! Ah, se o Dr. Louzada sabe disso...” Ao vê-lo entrar na delegacia pela enésima vez, carregado pelos soldados, o chefe de polícia, furioso, gritou para o estudante: “Eu não disse que não queria vê-lo nunca mais?!” E Apporelly, desfazendo-se em desculpas: “Foi o que eu tentei explicar o tempo todo a estes senhores, Dr. Louzada, mas [eles não me ouviam](#).”

Em outra ocasião, defronte ao Café América, uma manifestação estudantil atraiu uma carga dos cavalarianos da polícia. “No momento em que ocorreu o fecha-fecha”, contou Apporelly, “proveitei a confusão para me retirar, mas encontrei meus colegas imprensados contra a parede do café, ameaçados pela espada dos cavalarianos. Nesse momento, passava o delegado de polícia, gritando energicamente: Ninguém mais se manifesta! Ninguém mais se manifesta! Foi a conta. Avançando em direção à autoridade, tirei o chapéu e gritei com toda a força: Abaixo o coronel Louzada! A autoridade, ato instantâneo, deu-me ordem de prisão. Mas, simultaneamente ao seu gesto, plantei a mão no seu ombro e bradei: Está preso! O que se verificou então foi uma gargalhada geral, acabando estudantes e soldados numa [verdadeira confraternização](#).”

Como aluno não muito estudioso, habituado a fracassar nos exames, decidi que a

façanha da sua aprovação final não passaria em branco. Como naqueles dias os jornais falavam sempre nas “repartições públicas embandeiradas e iluminadas” ao relatar comemorações oficiais, quem passou em frente à república onde o estudante morava pôde ver, no final da tarde, as bandeirinhas nacionais espalhadas pela sacada e diversas velas acesas sobre a balaustrada. Ali, ele acenava para os curiosos e dava vazão à sua euforia com [discursos incompreensíveis](#).

Em outra ocasião, antes de se recolher para dormir, pendurou sobre a janela um pano preto, com a seguinte inscrição em vermelho: “Aqui jaz Apparício Torelly”. No dia seguinte, ao meio-dia, era grande o número de curiosos que se aglomeravam em frente à casa, trocando informações e especulando a respeito do “trágico desenlace” quando Apporelly acordou e reapareceu espetacularmente na sacada, fazendo um dos seus discursos costumeiros e inflamados que não significavam [absolutamente nada](#).

Benjamin Vargas, quando estudante, morava na mesma pensão que Apporelly e às vezes arrastava o irmão, Getúlio, para tomar um café e conversar no quarto do amigo. “Beijo” Vargas, eterno boêmio, seria estigmatizado como uma eminência parda do governo Vargas pelos ataques da União Democrática Nacional. Os tumultos em que o irmão do presidente se metia seriam explorados pela oposição e pela imprensa anti-getulista, mas, naquela época, quando os dois amigos eram apenas estudantes, as confusões na companhia do futuro barão eram brincadeiras inocentes que não traziam grandes consequências. “Beijinho era engraçado. Baixote, nariz em curva, [dava tiros](#)”, lembraria Apporelly.

Certa vez, um amigo comum invadiu, apavorado, a república em que moravam. Fugira da pensão em que fora alojado sem pagar o que devia ao dono, um calabrês violento e de sangue quente, mais acostumado a resolver as questões no braço do que na diplomacia. Os estudantes receberam o pedido de asilo com todas as formalidades, mas a voz do calabrês a trovejar na rua lembrou-lhes que a situação era séria. O foragido não tinha mesmo um tostão, nem seus companheiros. Um deles, estudante de direito, especulou que não era correto cobrar dívidas às altas horas da noite. Como o italiano insistisse, sentiram a dignidade atingida. Ficar assim aos berros. Aquilo não era maneira civilizada, pelo menos na sua república. “Faça um requerimento”, gritou Apparício, arriscando a cabeça para fora da janela.

Como o calabrês gritasse cada vez mais alto, resolveram mudar a tática e apelar para Beijo, que andava armado. Este, com revólver em punho, proclamou, em nome da república, estado de guerra contra aquele representante da Calábria. E saiu atirando; para o alto, felizmente. E só parou quando o italiano, que corria, desesperado, sumiu [na primeira esquina](#).

Para muitos desses jovens, que se encontravam no Clube dos Caçadores, que perambulavam pela rua Nova – a zona de prostituição de Porto Alegre – e que corriam das cargas da polícia montada durante manifestações, aquele período boêmio de rebeldia não passaria de uma fase. Uma etapa obrigatória a ser superada antes que, seguindo os passos dos pais, assumissem os compromissos de uma vida convencional. Alguns poucos, porém, nutriam uma vaga crença de que a liberdade, a imaginação e o humor que marcavam seu estilo de vida transformariam um mundo considerado por eles postiço e vazio. Entre estes, Apporelly seria um dos poucos a levar aquele espírito de irreverência até as últimas

consequências, procurando conciliar o inconformismo juvenil com as exigências da vida adulta. Ele soube expressar, melhor do que qualquer outro, essa identificação, numa das suas máximas: “Adolescência é a idade em que o garoto se recusa a acreditar que um dia ficará tão cretino como o pai.”

4. Sonetos e bengaladas

[1]

QUANDO ECLODIU a Primeira Guerra Mundial, o jovem estudante Apparício, com 19 anos, ainda não havia desistido do compromisso com a medicina – uma noiva que abandonaria no altar. Porém, outras musas o seduziam para vocações diferentes: as letras e o jornalismo. A literatura ou, melhor, a mania de versejar, era uma coqueluche na época. Aos olhos dos jovens, Olavo Bilac reinava como autoridade absoluta e a poesia, bem-comportada, mantinha-se nos limites ditados pelo pré-modernismo. O talento de Apparício se manifestou inicialmente em quadrinhas bem-humoradas, que recitava para os colegas, como:

Ó sua descaradona
Tire a roupa da janela
Que essa camisa sem dona
Lembra-me a dona sem ela.

Outras eram enganadoramente simples, como a “Quadra da semelhança”:

Sei que pareço um ladrão,
Mas muita gente eu conheço
Que não parecendo o que sou,
É aquilo que eu pareço.

Ou ainda essa, sobre a natureza das discussões:

Com dois paus se faz a cruz,
Do couro saem as correias,
Da discussão nasce a luz
Ou muitas [palavras feias](#).

Em 1914, Apparício começou a colaborar, de forma esporádica, com a revista *Kodak*. Fundada dois anos antes, por Augusto Carvalho, sua redação ficava na rua da Praia, perto do antigo Hotel Majestic. Apesar dos esforços dos editores, nem mesmo o uso generoso de fotografias conseguia esconder seu tom provinciano. Uma das fotos exibia um senhor obeso, esparramado numa poltrona e cercado por familiares, todos no estado de torpor que costuma seguir uma refeição pesada. A legenda, não menos sonolenta, transmitia a informação palpitante: “Na residência do desembargador Arsênio Gusmão realizou-se, à semana passada, animada festa íntima em regozijo ao seu aniversário natalício. *Kodak* compareceu e focou este aspecto.”

Apparício publicou seus poemas pela primeira vez na revista, estreando a assinatura Apporelly, nome que marcaria a imprensa gaúcha e que levaria para o Rio de Janeiro. No poema “Olhos”, recorria a imagens pouco usuais:

Dous olhos enfeitiçados!
Pestanejam com preguiça
E ficam frios, gelados

Como dous [lagos da Suíça](#).

Contudo, se os poemas inicialmente não se diferenciavam do romantismo convencional dos outros colaboradores, o humor gradativamente se insinuaria e subverteria o sentido dos versos tradicionais.

Aos poucos, viria a adquirir uma reputação modesta diante dos colegas estudantes. Ao recordar aquela época, o poeta Theodomiro Tostes mencionou um companheiro que fora “no nosso mundinho ginásiano, o primeiro divulgador da obra poética” de Apporelly:

Em uma das aulas de declamação, enquanto outros alunos menos ousados recitavam o seu Bilac, o seu Raimundo, o seu Castro Alves, Zé Bina se saiu um belo dia com um poeminha das *Pontas de cigarro*. Era o soneto em que o poeta propõe casamento à bem-amada e lhe oferece generosamente, em chave de ouro, ‘cem contos humorísticos’ de dote. O padre gostou. Exigiu bis. E, na próxima declamação de notas, Bina repetiu o soneto e disse um monólogo em versos de Apporelly, para um público bem maior, no saudoso salão do [Centro Católico](#).

Pontas de cigarro foi publicado por Apparício em 1916, em Porto Alegre – uma segunda edição viria à luz no Rio de Janeiro, em 1925. O volume de “versos diversos” devia sua existência a um dos personagens pitorescos da cidade, um espanhol conhecido como Robles. Companheiro de Apporelly e dos colegas de faculdade, ele recolheu as estrofes que o amigo escrevia em folhas soltas e em guardanapos de papel nas mesas dos cafés. Do misterioso espanhol, dizia-se que à noite fabricava dinheiro em casa. Fosse ou não fundamentada a acusação, Apparício improvisou um comício na porta da casa de Robles, defendendo o direito de cada um fazer o próprio dinheiro, no tipo e na quantidade [que bem entendesse](#).

Grande parte dos poemas seguia o formato rígido dos sonetos, com seus 14 versos, e tratava do terrível problema da falta de dinheiro. “Deus”, explicava ele na introdução, “esqueceu-se de colocar no bolso do primeiro antropeide alguns pares de contos de réis. Daí surgiu essa luta contínua, essa combatividade incessante para a manutenção do protoplasma, que é a [base física da vida](#)”. No prefácio, o jovem autor explicava suas pretensões: “Consegurei o que desejo se estas pontas de cigarros não queimarem os sensíveis lábios dos críticos e forem bem acolhidas no cinzeiro da opinião pública. Em caso de sucesso, o autor reserva-se o direito de montar [uma tabacaria](#).” Seguindo o costume, o livro trazia uma dedicatória, porém não era dirigida à memória de algum patrono ou benfeitor, mas “à minha própria memória, que está ficando um pouco atrofiada”. Na folha de rosto, um chamado solene e transcendental aos leitores: “Se queres viver, levanta e... [vai tomar café](#).”

O pequeno livro não tinha índice, mas era dividido em três partes: “Espadas de dois gumes”, “Cobras e lagartos” e “Salada de frutas”. Os versos, na maioria, mostram um humorista ainda não amadurecido, mas indicam do que Apporelly seria capaz. Há alguns sonetos divertidos, entre eles um a respeito de um tema aparentemente sombrio, chamado “Tentativa de suicídio”.

Foi numa noite de neurastenia
Num daqueles grandes momentos de demência,
Que, garanto, não sei o que fazia,
Mas eu sei que tentei contra a existência.
Não se riam porque o negócio é sério,
Eu quase fui parar no cemitério!

(...)

Noite canalha! Estava co'a macaca!

Não me contive. Fui até o armário,

E, assumindo um aspecto funerário,

Tirei dentre os talheres uma faca.

Um mosquito, tristonho, nesse instante

Passou por mim, zumbindo soluçante!

Coitadinho! Fiquei com pena. O pobre

Ia sentir falta do meu sangue nobre.

Cheio de raiva e coragem tanta

Levei a faca à altura da garganta!

Meu Deus do céu! A morte estava perto.

Eu vi na frente um sepulcro aberto!

Senti também que andavam pelos

Ares, brigando, os meus cabelos!

Lembrei-me da minha vida... me lembrei de tudo

Senti frio... Me lembrei do sobretudo!...

Mas pensei sobre o caso e tive medo.

E disse: “Rapaz, [deixa de brinquedo!](#)”

Nos anos seguintes, nas páginas das revistas *Kodak* e *Ilustração Pelotense*, Apporelly se especializaria em poemas que ironizavam o romantismo derramado da época. Em “O pudim”, o poeta doente agradece o doce enviado pela amada, a base de amêndoas finas: “É tão bom receber-se, de presente, um gostoso pudim d’uma menina.”

Em seguida fiquei convescente,
Pois meu médico é fero em medicina...

E, com vontade, fui metendo o dente

No pudim... (Fortifica – é sacarina...)

Estou, graças a Deus, minha Lisoca,

Completamente bom... Revigorei,

Como a planta que brota pela haste.

E ainda guardo comigo a maçaroca

De teus cabelos lindos, que encontrei

No gostoso [pudim que me mandaste](#).

Já em “O lenço”, o tema é esse objeto que tradicionalmente serve como elo entre apaixonados e que o poeta guarda como *souvenir* da antiga namorada:

Que lindo lenço! É um primor e penso

Que assim não bordariam mãos de fada.

É uma lembrança deste amor intenso

Para enxugar lágrimas choradas.

Guarda-lo-ei, embora me desprezes...

É uma recordação do meu passado.

Desse tempo que amei e fui feliz.

De ti me lembrarei todas as vezes

Que, por acaso, esteja resfriado
Ou tenha um [corpo estranho no nariz...](#)

No antológico “Dentes”, Apporelly se detém sobre a arcada dentária da amada:
São teus dentes de alvura alvinitente,
Lindo teclado do marfim polido
Dum estranho piano... Especialmente
Se comes feijão preto e remexido,
A casquinha que fica sobre o dente
Dá-me a exata impressão [dum sustenido](#).

Apesar de anarquizar as convenções do verso romântico, o estudante, quando necessário sabia adotar atitudes de um cavalheirismo antiquado. Foi assim na ocasião em que, pegando um bonde da Força e Luz na praça da Alfândega, viu subir uma dama na parada seguinte. Quando o cobrador se dirigiu à moça, sentada no banco da frente, ela, depois de vasculhar a bolsa, chegou à conclusão de que esquecera o dinheiro. Constrangida, pediu para saltar. Apporelly, que assistia à cena – e era um perfeito cavalheiro –, veio em seu socorro: “Por favor, não desça, deixe que eu pago a passagem”, disse, dando seus últimos níqueis ao cobrador. Visivelmente satisfeito com a boa ação praticada e com o sorriso de agradecimento da bela passageira, voltou ao seu lugar. Daqui a pouco, volta o funcionário, desta vez para cobrar a sua passagem. Apporelly, depois de revirar os bolsos sem encontrar um tostão, pede ao homem, com toda dignidade: “Mande parar o bonde, por favor. Agora quem desce sou eu. Acabo de lembrar que deixei o dinheiro em casa.” E, tranquilamente, saltou do bonde, [sem perder a pose](#).

[2]

Enquanto a guerra devastava a Europa, a juventude e a opinião pública no Brasil tendiam a defender franceses e ingleses contra os alemães. O confronto suscitou poemas exaltados, escritos por estudantes que admiravam a França. Apporelly também adotou a guerra como tema, mas seus versos culminavam em desfechos nada épicos:

A mais terrível catástrofe da terra
É o conflito da França com a Alemanha,
Tantos soldados sucumbem nessa guerra
Que não se sabe quem surra ou quem apanha.

Porém, se o Brasil entrasse no conflito, o autor proclamava: “Em caso de guerra, morro ou mato!” E explicava adiante, ou corria para o morro ou [se escondia no mato](#). Em *Pontas de cigarro*, proclamou no soneto “Militarismos” que “Detesto a carabina, odeio as balas /Excetuando as de guaco ou mel de pau”. E fazia sua profissão de fé:

Não sou militarista, sou contrário
A todos os mortais que envergam farda.
Esse fero regimen da espingarda,
Converte o homem hora [em sanguinário](#).

Também debochava da fama de valente e do espírito guerreiro dos gaúchos, prontos para

comprar briga por um olhar atravessado. Num poema que se passa à volta da fogueira, cheio de referências regionalistas a pelegos, facas, índios, chinas e gurias, o narrador avisa:

Cuê, pucha! Se a china é minha
E um índio se faz de tolo,
Para me meter no barro,
Puxo a faca da bainha,
E... pingo fumo creoulo,
Para [fazer um cigarro...](#)

Em mais de um sentido, 1918 seria decisivo para a vida de Apparício. Nesse período, ele descobriu que poderia conciliar a vocação para o jornalismo, que se afirmava nele, com o talento para o humorismo, até então restrito a alguns poemas e às brincadeiras que promovia entre estudantes e boêmios. Também naquele ano um terceiro elemento, o interesse pela política, ingressaria de modo barulhento em sua vida, sob a forma das manifestações estudantis que agitariam a capital gaúcha.

Suas colaborações na revista *Kodak* certamente causaram alguma repercussão, pois quando o ano começa Apporelly está à frente de uma seção de duas páginas, intitulada “Toques e retoques”. Nela, poemas alternavam-se com notas e comentários do serviço telegráfico de capitais europeias, cujas notícias eram temperadas com alguns trocadilhos. Esse esforço, porém, era tímido se comparado a outro passo que daria naquele ano: sua adesão, em março, ao jornal humorístico *O Maneca*. Tais publicações não eram novidade em Porto Alegre, onde gozavam de algum sucesso no início do século XX, apesar de sua circulação irregular. Costumavam ter oito páginas, combinando desenhos e textos. Se, num primeiro momento, muitos priorizavam a sátira política, outros logo abririam suas páginas a outros temas. *O Bate Pau* foi um desses pioneiros, seguido de *O Xiru*, 606 e 914 – esses dois, nomes de remédios recém-surgidos, que ofereciam cura milagrosa para a sífilis, o que já diz algo sobre seu conteúdo. Outra publicação, *A Sogra*, dedicava-se à [crítica de costumes](#).

Foi a essa pequena dinastia que se juntou, a 16 de novembro de 1917, *O Maneca*, fundado por Hermínio de Freitas e que contava com Apporelly entre seus colaboradores. A principal característica da publicação era o ataque ao governo de Borges de Medeiros. Apesar de custar o dobro de um jornal diário, o pequeno humorístico tinha seus exemplares disputados pelos leitores. Apesar disso, os diretores não conseguiram saldar sua dívida com a tipografia e o proprietário desta, certo Adolfo Powolni, insistiu em explorar o título por conta própria.

Logo no primeiro número, imitando revistas que submetiam celebridades a um pequeno questionário sobre seus gostos e preferências, a revista escolheu como vítima o inevitável “Sr. Cel. Major Louzada, fino bibelô que ornamenta a cátedra policial do 1º Distrito”. Obviamente, as perguntas alfinetavam o policial em seu ponto mais sensível, a pequena estatura: “O meu fraco: parecer ser grande; O que me faz vir água à boca: biscoito *mignon* com *petit-pois*; O meu princípio filosófico: os grandes hão de ser sempre, e cada vez mais, [presos pelos pequenos.](#)”

Em *O Maneca*, Apporelly publicou um longo poema intitulado “Regimento feminino”, em que mobilizava para a guerra mundial um corpo militar formado exclusivamente por

mulheres.

Devem formar casadas e donzelas
Ficando, apenas, poucas reservadas,
As mulheres loquazes, tagarelas,
Levarão baionetas, bem “caladas”.

As sogras formarão como “dragões”,
Mas sem nenhum direito a ter dragonas,
Devem formar ao lado dos “canhões”,
Com todas as senhoras quarentonas.

Essas que brigam com o namorado
Pelo gostinho de fazer as pazes,
Essas não servem porque são capazes
De querer [fazer paz em separado](#).

No mesmo mês de março, Apporelly foi *cabaretier* no cine-teatro Apollo, inaugurado em 1914 e que contava com dois mil lugares. O artigo intitulado “O festival no Apollo” citava Apporelly:

Conforme noticiou o jornalzinho humorístico *A Federação*, esteve bastante concorrido o Festival do Sport Club Internacional, no qual tomaram parte as artistas Lyson, Linda Morosini e o *cabaretier* Apparício Torelly. O *cabaretier* lamentou profundamente não ter proporcionado ao público um espetáculo mais divertido, conforme esperava, por haverem faltado ao contrato a dançarina Carlos Penafiel e outros artistas cômicos que, nesses últimos tempos, muito têm [divertido a população](#).

Mesmo sendo um lugar incomum para um jornalista se apresentar, ele já ensaiava os primeiros passos numa atividade à qual voltaria esporadicamente até os anos 1940: a realização de conferências cômicas, em que punha à prova sua capacidade de prender a atenção das plateias mais variadas. A própria revista *Kodak*, ao estampar uma caricatura sua, usou a legenda “O humorista Apparício Torelly”. Seus colegas de *O Maneca*, por sinal, adotavam a mesma prática: em agosto daquele ano, o teatro Coliseu anunciou a montagem da revista *O Maneca*, numa “produção do Violes, um dos redatores do popular semanário”, informava a imprensa, prevendo para a ocasião uma “[fábrica de gargalhadas](#)”.

Outros detalhes no texto atualmente exigem explicação. *A Federação*, “jornalzinho cômico”, era, na verdade, órgão máximo – severo e seríssimo – da elite política que há quase vinte anos dominava o Rio Grande do Sul e porta-voz oficial do governo Borges de Medeiros. O último pormenor da nota em *O Maneca*, escrita provavelmente por Apporelly, era a referência à “dançarina” Carlos Penafiel, conhecido político do PRR, e a “outros artistas cômicos que tanto têm divertido a população”, os companheiros de partido do parlamentar. O tom de deboche e a intenção de anarquizar os personagens mais graves e as instituições mais solenes já prenunciavam o espírito da futura *A Manha*.

A passagem de Apporelly por *O Maneca*, contudo, seria meteórica. Apenas duas semanas após a nota ser publicada, o jornal anunciou, de forma *sui generis*, sua “demissão”: “FATO MUITO POUCO IMPORTANTE – O Sr. Apparício Torelly deixou de fazer parte de nossa redação por nossa [livre e espontânea vontade](#).” O comunicado se transformaria no primeiro disparo de uma guerra nas páginas da imprensa de Porto Alegre, pois Apparício não saiu de cena silenciosamente e respondeu ao gesto fundando o próprio jornal. O

primeiro número de *O Chico* saiu em abril de 1918, com tiragem de oito mil exemplares, em que o jornal anunciava seu lema no alto da primeira página – o mesmo que, oito anos depois, Apporelly adotaria em *A Manhã* – “Órgão de ataques... de riso.”

O jornal se dizia um semanário, porém sua circulação era mais do que irregular. Quando *O Chico* não foi publicado numa semana, seus ex-colegas de *O Maneca* se apressaram em decretar a morte do jornal, com direito a caixão e sepultura. A resposta veio na capa seguinte de *O Chico*: um desenho mostrando Apparício, vestindo o terno e o chapéu de palhinha que usava na época, emergindo sorridente e triunfal de um túmulo enquanto seus adversários fugiam em pânico.

Os “Manecas” insultam e fogem... São assim os garotos que atiram pedras. O enterro do *Chico* não é uma blague original... Teria espírito se fosse feita por estudantes, que costumam enterrar pessoas vivas... Em todo caso, se o *Chico* morreu no conceito engarrafado dos ‘Manecas’, esse mesmo *Chico* há de continuar a aparecer-lhes todas as quintas-feiras, como uma alma do outro mundo, como um fantasma que há de pô-los em debandada, como um cadáver impertinente que há de puxá-los pelas pernas e pelas orelhas, para o merecido [ajuste de contas](#)...

As frentes abertas nessa rixa incluíam até diferenças sobre questões gramaticais: “Citando o verbo espalitar, dizem os ‘Manecas’ que *O Chico* não sabe escrever o português!” E reagia:

Mas como?! À alta autoridade linguística que dirige e redige esta folha não lhe residirá o direito de criar um neologismo?... Espalitar é a forma verbificada do substantivo palito, sustentado pelo prefixo “es”, vindo especialmente do latim. Agora, fazendo suposição que o *Chico* não soubesse português, que mal havia nisso?... Arno Philip também não sabe e será diretor de Instrução Pública... O coronel Lulico já é intendente de Passo Fundo. O Sargento Saca-Rolhas é um extraordinário analfabeto e foi promovido a major... Victor Hugo escreveu *Os miseráveis* em francês... Augusto Comte mandou ao Dr. Borges um autógrafo na mesma língua... Saibam por fim os senhores ‘Manecas’ que Napoleão também não conhecia a língua do nosso prezado colaborador Luiz de Camões e, apesar disso, rebentou [a alma de muita gente](#)...

A polêmica, descendo alguns degraus, descambava para acusações pessoais que o diretor-proprietário do semanário se apressava a responder.

Quanto àquela história do *Chico* ter metido os dedos na goela durante um banquete, é mentira descarada dos intrujões. Mas embora *O Chico* tivesse empurrado o seu mimoso indicador contra os pilares da garganta para provocar, por meio de contrações faringo-esofagianas, a devolução do bolo alimentício, fiquem sabendo que estavam bem metidos!

E justificava:

Petrônio, o romano elegante, também fazia cócegas nas amídalas durante os opíparos comes e bebes na corte dos césares onipotentes. E, nos nossos dias, Carlos Penafiel e Lourenço Saca-Rolhas, num banquete oferecido ao Dr. Antonio Augustus, mandaram os seus dedos “fura-bolos” e “pai-de-todos” fazer uma irritação na mucosa retro-lingual, a fim de preparar o estômago para receber nova remessa de talharim à napolitana e de bifés, [com ovos e batatas](#).

Apenas quatro anos passaram-se desde a estreia de Apporelly nas páginas da bem-comportada revista *Kodak*, mas, como se vê, o humorista já se encontrava a anos-luz do jornalismo que se contentava em registrar aniversários de sobrinhas de comendadores. E, nas páginas seguintes de seu semanário, desfechava novos golpes contra seu concorrente, lamentando “a aparição do pasquinoide indecente e pornográfico, *O Maneca*, que tem prazer em insultar pessoas respeitáveis, como nosso diretor, homem honrado, quase noivo, futuro chefe de família honesta, cidadão eleitor de raríssimas qualidades cívicas, cavalheiro que almoça e janta às horas de costume, senhor que se deita às nove horas (da noite ou da manhã,

mas sempre às nove horas), varão justo e respeitador, gozando boa saúde e bom conceito no alto comércio desta praça da Alfândega e em todas as instituições bancárias [nacionais e estrangeiras...](#)”

Pode-se perguntar se o interesse dos leitores dos dois jornais por essa rixa justificava a atenção que lhe dedicavam seus protagonistas. Contudo, ao se insultarem dessa forma, os jovens jornalistas obedeciam a uma tradição da imprensa, em particular das publicações satíricas. Na cidade natal de Apporelly, Rio Grande, um episódio semelhante servia como exemplo. Uma disputa, ocorrida alguns anos antes do nascimento do humorista, colocara em lados opostos duas publicações: *O Diabrete* e *O Maruí*, seu concorrente fundado em 1880. E mostrava a que extremos chegaria essa rivalidade. A primeira publicação era comandada por Francisco Luís de Campos Júnior, a segunda, pelo espanhol Henrique Marcos Gonzáles. Este, um gravador e ilustrador, deixara a redação de *O Diabrete* para lançar seu jornal. *O Maruí* imitava em tudo seu concorrente. De versos irônicos e insinuações maldosas, as acusações entre os dois órgãos, em menos de um mês, desciam a outro plano. Assim, *O Diabrete* acusava:

Constando-nos que o indivíduo de nacionalidade espanhola, Henrique Gonzáles, propala que lhe somos devedores, não sabemos de que quantia, apressamo-nos em declarar ser isso uma torpe mentira, pois, ao contrário, julgamo-nos credores desse biltre em quantia superior a cinquenta mil-réis, assim como de diversos objetos que nos furtou de nossa oficina, quando nosso assalariado, tais como um diamante de gravata, pedras e mais outras coisas que hoje lhe estão servindo.

Quando o proprietário de *O Maruí* respondeu, *O Diabrete* contra-atacou: “Dente por dente, olho por olho. Às diatribes com que nos mimoseou, domingo passado, o galego Henrique Gonzáles, respondemos só com esses dois vocábulos: infame e ladrão!” A coisa não pararia por aí. Dias depois, o jornal adversário registrava o ocorrido:

O proprietário do *Maruí* foi traiçoeiramente acometido pelo Sr. Francisco Luís de Campos Júnior. Achando-se o Sr. Henrique Gonzáles, cerca de nove horas da noite no mercado, sentado na barraca do Sr. Antonio Fraz das Neves, comendo uvas tranquilamente e sem julgar que traiçoeiramente fosse ofendido, quando inesperadamente reparou que o indivíduo supradito se lhe ia aproximando com um chicote debaixo do braço e demonstrando que queria comprar algumas frutas. Nisto se dirigiu ao Sr. Henrique dizendo que não continuasse a tratar de sua pessoa no *Maruí*, que do contrário lhe quebraria a cara. Mal tinha pronunciado essas palavras, deu-lhe uma bofetada, agarrando-o em seguida o dono da barraca, que o desviou. O Sr. Henrique tratou de lançar mão à bengala e não a encontrou; depois correu à frente de seu agressor, para desafrontar-se, gritando mais de uma vez o Sr. Campos Júnior: Esse sujeito tem revólver!

Com um banco atirado à cabeça do adversário ao som dos apitos de um policial que se aproximava, o episódio se encerrava, mas apenas na rua. Nas páginas dos jornais, a briga continuaria. No número seguinte, *O Diabrete*, de Campos Júnior, voltou à carga:

O sevandija e infame ladrão H. Gonzáles, a quem a cara esbofeteamos, e esvergalhamos em plena rua, pode vir, quando quiser, a este escritório, buscar a bengala de seu pai, com a qual pretendeu... desafrontar-se e que lhe arrancamos da mão, na noite em que o castigamos por suas insolências. Outrossim, pode aproveitar o ensejo para nos trazer o diamante e demais objetos que nos roubou.

Quando, meses depois, Campos Júnior morreu, vítima de uma doença fulminante, o espanhol escondeu seu contentamento ao ver passar o cortejo fúnebre do desafeto. Outras vítimas de *O Diabrete*, porém, não foram tão discretas e manifestaram publicamente seu alívio. Foi o bastante para que uma folha local defendesse o defunto:

Ficamos revoltados ao presenciar o indivíduo Manoel Maria proferindo insultos e blasfêmias na ocasião em que passava o corpo de um nosso amigo que, em vida, merecidamente cortou-lhe a cara a vergalho. Insultar os mortos é

ser covarde e digno de quem possui sentimentos demasiadamente baixos e vis. Por isso escarramo-lhe na cara [por](#)
[desprezo](#).

Era movimentada a vida dos mal-humorados órgãos humorísticos na cidade de Rio Grande de fins do século XIX.

5. A passeata da rolha

[1]

FELIZMENTE, A rivalidade entre *O Maneca* e *O Chico* não chegou à troca de socos ou bengaladas, até porque tinham outro tipo de violência com que se preocupar: a intimidação das vozes da oposição, especialmente pelo jornal *A Federação*, órgão oficial do governo. Sob o título “Segunda-feira trágica”, o jornal de Apporelly lamentava “dois desastres na imprensa”. O primeiro, desnecessário dizer, foi a publicação de *O Maneca*... O outro era mais sério: “O segundo desastre desse dia trágico foi o empastelamento do *Liberal*, que amanheceu com todos os tipos misturados e amontoados no meio das oficinas. Mas como? Quem foi?” E respondia com estes sinais misteriosos, soltos entre os parágrafos:

??

!!

Para o irônico Apporelly, a lição a ser tirada não poderia ser mais clara:

Bem faz o *Chico*, que não ataca o governo sério e honesto destes pampas. Bem pensado anda o nosso periódico em não meter-se a falar de coisas escabrosas. Faz suas brincadeiras porque é rapaz alegre e divertido, mas tudo com recato e reviravoltas. Senão... um belo dia deparará também com seu palácio assaltado e os tipos de corpo 8, corpo 10, corpo redatorial... tudo transformado em pastéis ou [empadinhas de camarão](#).

Aos olhos dos mandarins da política gaúcha, a atitude do semanário era bastante atrevida. Apesar das ameaças de empastelamento, sobravam provocações nas colunas. Na página três, ladeando o cabeçalho, podiam ser lidas duas inscrições. À direita, “FEDERAÇÃO – Jornalzinho”; à esquerda, “CHICO – Jornalão”. A pose não era condizente com o modesto endereço para correspondências relativas ao semanário de Apporelly: “rua dos Andradas, 403, segundo andar, quarto nº 4” – ou seja, o quarto de pensão onde morava o diretor-proprietário. A sede ficava, portanto, a apenas duzentos metros do imponente edifício de *A Federação*.

O que simbolizava aquele jornal governista aos olhos da opinião pública gaúcha? É impossível responder à pergunta sem lembrar um pouco da sua história. Após servir como porta-voz a Júlio de Castilhos, líder histórico dos republicanos, *A Federação* passou a ser comandado na prática, por seu sucessor à frente do estado, Borges de Medeiros. Assim, todos os dias, um rapazinho subia a escadaria do palácio do governo para submeter ao Dr. Borges os artigos sobre política e os editoriais, que voltavam com alterações rabiscadas pelo chefe de estado. Júlio de Castilhos introduzira em *A Federação* um texto seco, contrastando com o estilo verborrágico da época. Somente em raros momentos o jornal abandonou sua prosa contida. Uma dessas ocasiões foi a morte, em 1894, de Gumercindo Saraiva, o comandante das tropas rebeldes maragatas. “Miserável!”, escreveu um articulista.

Pesada, como os Andes, te seja a terra que o teu cadáver maldito profanou. Caiam sobre essa cova asquerosa todas as penas concentradas das mães que sacrificaste, das esposas que ofendeste, das virgens que poluíste, besta-fera do sul, carrasco do Rio Grande. Maldita seja para sempre tua [memória de bandido](#).

Logo após o 15 de Novembro, *A Federação* chegara a exercer alguma influência sobre o recém-criado regime republicano no Rio de Janeiro, mas sua penetração diminuiu com o

tempo, assim como a contenção de linguagem mantida nos primeiros anos. A publicação foi apelidada, por muitos gaúchos, como “jararaca”, devido ao veneno que destilavam seus editoriais. Com a queda de circulação, o jornal, órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), dependia da publicação de atos de governo, uma vez que não existia um diário oficial, e das assinaturas, quase compulsórias para muitos funcionários do estado. Seguindo a mesma lógica, jornais de oposição, como *A Reforma* e *Gazeta do Comércio*, fecharam as portas devido à pressão oficial sobre anunciantes e assinantes. Já o *Correio do Povo*, publicação de maior circulação, pretendia-se equidistante dos extremos ocupados pela imprensa [governista e oposicionista](#).



O primeiro jornal de humor de Apporelly. Circulou em maio de 1918 em Porto Alegre.

Na época em que Apporelly ensaiava seus primeiros passos no jornalismo de humor,

Borges de Medeiros já governava o Rio Grande do Sul desde 1898. Exceto pelo quadriênio 1908-1912, El Perpétuo, como era chamado por seus inimigos, governaria o estado até 1926, somando vinte anos no poder uma vez que, fiel aos princípios positivistas, a constituição gaúcha conferia ao governador poderes quase ditatoriais. Isso fez com que merecesse a condenação de intelectuais no Rio de Janeiro, como Sílvio Romero, que não tinha meias palavras ao falar dos discípulos de Borges e Castilhos: “Aqueles sectários são a gente mais odienta do Brasil, almas semibárbaras e egressas do regime pastoril, envenenadas pelas doutrinas e manhas ditatoriais de um meio [positivismo grosseiro](#).”

Para funcionar como nos últimos vinte anos, a máquina de poder castilhista dependia do controle ininterrupto do estado e do apoio de um partido disciplinado. Borges de Medeiros interferia nos municípios, cancelava eleições e recorria a chefes locais para intimidar os adversários. Eleitores eram registrados ilegalmente, outros tinham seus registros negados; servidores públicos [eram coagidos](#). O próprio Castilhos nunca indicou que prezava a instituição do voto popular – pelo contrário, denunciava como “vão e inepto o empenho daqueles que através da expressão numérica das urnas pretendem reconhecer as correntes que sulcam profundamente [o espírito nacional](#)”.

Contra essa situação a sociedade emitia os primeiros sinais de cansaço e de inconformismo. E Apporelly, nas páginas de *O Chico*, com o estilo a um só tempo sério e jocoso que aperfeiçoaria no futuro, profetizava o fim daquela era:

Há um estremecimento nervoso em tudo. Sente-se, embaixo da meia-sola do sapato, um movimento eletrizante e desconhecido, que faz lembrar um abalo sísmico... Parece que é a alma do povo gaúcho, que forceja para arrancar as algemas dos pulsos e tirar [a rolha da boca](#)...

À frente de sua frágil publicação, Apparício não hesitava em disparar contra os símbolos mais óbvios da autocracia borgista. Numa seção intitulada “O herói do dia”, investia contra o famoso major Galant, chefe dos milicianos da Brigada Militar e arqui-inimigo dos estudantes. “Sargentão Saca-Rolhas” era o título do artigo, ilustrado pela caricatura de um oficial bigodudo, num capacete de estilo prussiano, coroado por um saca-rolhas:

Um dia, que ninguém sabe qual foi, como toda gente que se preza ou não se preza, o Sargentão Saca-Rolhas resolveu nascer. Mas para quê? Para crescer incógnito, e desconhecido, e verificar praça na Brigada. Um dia, no posto de sargento, Saca-Rolhas surgiu na capital, distribuindo espada, conquistando simpatias a patas de cavalo. Não sabemos por que o Saca-Rolhas não gosta dos estudantes. Talvez porque nunca estudou... Os estudantes também não gostam dele. É o que lhe vale.

A recente promoção do oficial também não foi perdoada:

Os seus serviços sempre foram premiados. Pudera! Ele é tão bonzinho... Num instante, num abrir e fechar d'olhos, arranjou quatro voltas ou espirais de major para o seu “saca-rolhas” e tenciona subir mais ainda, preterindo os colegas, porque sua verdadeira vocação é ser “general... da brigada”, pois julga que esses generais podem [brigar à vontade](#)...

Em novembro de 1918, a tal “eletricidade” que Apporelly dizia sentir no ar ganhou alguns volts após dois fatos: o fim da guerra e a greve-geral dos operários no Rio de Janeiro. Com a vitória dos aliados, as autoridades gaúchas viram, preocupadas, as passeatas degeneraram em quebra-quebras de lojas e de estabelecimentos com nomes que soassem germânicos. Já a greve no Rio de Janeiro, que se deu apenas uma semana após os alemães assinarem a rendição, culminaria num levante de inspiração anarquista, com ataques contra delegacias, o palácio presidencial, a Câmara e o Senado. “Maximalistas e niilistas

induziram o pacífico operário brasileiro a fabricar bombas de dinamite a fim de declarar guerra aos seus irmãos”, denunciava a revista gaúcha *A Máscara*. Em meio a essa atmosfera de tensão, chegou a Porto Alegre um mal vindo da Europa que tiraria a vida de centenas de milhares de pessoas em todo o mundo: a gripe espanhola. “Começou a cair gente nas ruas”, escreveu em suas memórias Augusto Meyer.

Morria-se como se não houvesse outra coisa a fazer nesta vida. Vizinhos contavam casos alarmantes, de gente conhecida: saíam de casa andando com as duas pernas e daí a pouco, desentendidos de tudo, ficavam estirados na primeira esquina, quietos e sérios, [de pés juntos](#).

Valendo-se da decretação de estado de sítio no início desse mês de novembro, o governo de Borges de Medeiros tomou uma medida polêmica. À redação do *Correio do Povo*, assim como em todos os jornais da capital, chegou uma carta do chefe de polícia de Porto Alegre, Ariosto Pinto, que dizia: “A contar da presente data, ficam sujeitos à censura policial as publicações desse jornal referentes à influenza espanhola. Devereis submeter a apreciação dessa chefia todas as notícias a respeito, a qualquer hora [do dia ou da noite](#).”

O governo alegava a necessidade de evitar a circulação de boatos que criassem pânico entre a população, porém, calejada por anos de autoritarismo e de manipulações, a imprensa encarava com desconfiança a medida, vendo nela apenas mais uma rolha a ser colocada na boca da opinião pública. O próprio *Correio do Povo* comentou: “Como se vê, está cerceada a partir de ontem a liberdade de imprensa em Porto Alegre quanto à apreciação dos fatos relacionados à pandemia que aflige [a população desta capital](#).” Durante trinta dias, nos quais vigorou a censura, os espaços em branco se espalharam pelas colunas do *Correio do Povo* e de outras publicações.

Os governistas, nas páginas de *A Federação*, argumentavam que a medida era inevitável, uma vez que “certa imprensa pouco escrupulosa assumiu uma atitude francamente inconveniente, fazendo-se o veículo de boatos alarmantes e, sobretudo, descomedida e tendenciosa aos atos do governo do Estado”. E proclamava: “Rolha – a bem [da saúde pública](#).” É difícil saber o que o órgão oficial entendia como noticiário tendencioso. De qualquer modo, o grau de isenção do jornal governista podia ser aferido pela avaliação dos redatores sobre a atuação de seu líder máximo durante a crise da gripe espanhola:

Foi no meio dessa angústia que se desenhava nítido, sintetizando bem o tipo gaúcho, o perfil do Dr. Borges de Medeiros. O seu brilhantíssimo talento, a sua cultura, a sua capacidade, fazem a honra do estado que o escolheu para seu dirigente. E não é excessivo falar também nas suas maneiras, na sua fina educação, no seu trato, qualidades que constituem um complemento indispensável de personalidades com o destaque [que Sua Excelência tem](#)...

Foi nesse momento que, aos 23 anos, Apparício Torelly – aproveitando seus dotes de estudante de medicina, jornalista, humorista e *cabaretier* – concebeu e liderou um protesto que entrou informalmente para a história de Porto Alegre como “a passeata da rolha”. A polícia divulgara através dos jornais e espalhara avisos proibindo ajuntamentos de mais de três pessoas. “Não me dei por vencido. Juntei um grande número de estudantes e promovemos uma passeata pela cidade, em fila. A polícia nada podia fazer. Não estávamos formando grupos de mais de três pessoas.” No longo cortejo, os jovens eram dispostos dois a dois, em respeito à determinação da polícia. De pé sobre uma carroça puxada por um burro, ele ia à frente do longo cortejo. Disciplinados, os estudantes formavam um desfile absolutamente silencioso, pois todos tinham as bocas tampadas por rolhas. O líder, no alto

da carroça, com o dedo em riste e ar exaltado, fazia um discurso mudo, enfatizado por gestos eloquentes.

A insólita procissão seguiu pela rua da Praia em meio a cidadãos boquiabertos. Curiosos vinham às sacadas enquanto as calçadas se enchiam com populares, que aos poucos começaram a acompanhar o cortejo, formando uma procissão paralela. Os alunos do ginásio Anchieta saudaram o desfile com gritos. Com sua pantomima, sem emitir um som, o protesto denunciava a censura com uma veemência que a retórica e os discursos tradicionais jamais igualariam.

O cortejo conquistou a simpatia da população; o que restava aos estudantes? Para onde ir? O líder do grupo tinha ideias claras. “Por fim, dirigimo-nos ao Palácio, a fim de desafiar o Dr. Borges”, contou Apporelly. Engrossada por populares, a multidão rumou para a praça da Matriz. Ali, Apporelly subiu numa árvore, protagonizando outro de seus discursos feitos de silêncios e de gestos frenéticos e arrancando dos colegas manifestações de apoio igualmente silenciosas.

Terminado o “discurso”, o orador voltou à carroça e, passando em frente ao palácio do governo, conduziu o grupo pela rua Duque de Caxias para voltar à faculdade. Segundo uma versão, foi na esquina com a rua Espírito Santo que outra turma se juntou à passeata, carregando faixas com dizeres ofensivos e fazendo gestos de provocação aos guardas. A postos nas imediações, os integrantes da brigada esperavam apenas um sinal do comandante. Segundo alguns, tratava-se do chefe de polícia do estado, o general Paim Filho, que posteriormente seguiria com seus homens no encalço da Coluna Prestes. Outro relato fala no major Galant, o “Saca-Rolhas”. Nesse caso, a ocasião seria apropriada para sua revanche contra o autor de tantos deboches. Os risos deram lugar ao ruído dos cascos de cavalo e aos gritos de comando. Com espada na mão, soldados investiram contra os estudantes, dispersando o protesto. Ao fugir, os futuros homens de letras Athos Damasceno e Ernani Fornari viram-se obrigados a pular apressadamente a grade de um jardim, aterrissando no quintal da casa de Possidônio da Cunha, político da situação e primeiro secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul.

Na confusão, diante de um oficial que lhe apontava a espada, Apporelly espetou nela sua rolha, para hilaridade geral, inclusive de muitos militares. Ele e dois estudantes foram presos e levados ao general Paim Filho, enquanto o burro e a carroça permaneciam sob vigilância na porta do quartel. Depois de um longo sermão, em que o militar tentou trazer os jovens à razão, alertando-os sobre as graves consequências daquele gesto, o chefe de polícia pressionou os estudantes para descobrir “quem era o cabeça do movimento”. Levando em conta o caráter inusitado do protesto, a resposta com que Apporelly se esquivou não poderia ter sido outra: “Foi uma manifestação sem pé nem cabeça.” E, ante a insistência do chefe de polícia, teria apontado pela janela para um personagem. “Quem ia na frente era aquele ali”, disse, apontando para o burro. Horas depois, os estudantes foram soltos por ordem, diz-se, [do próprio Borges de Medeiros](#).



Borges de Medeiros. Político positivista, foi um dos alvos preferidos do jovem Apparício.

[2]

Em que acreditava, na época, Apparício Torelly? Quais influências pesavam sobre sua formação? Na década de 1940, ao relembrar esses tempos em Porto Alegre e as convicções políticas da juventude, o humorista observou: “Quando era mais jovem, acreditei [no voto secreto](#).” A afirmação causa estranheza. Afinal, quem seria contra? Entretanto, longe de ser ponto pacífico na prática democrática, o tema foi objeto de grande polêmica nos primeiros anos da República. Uma lei federal de janeiro de 1892 havia estabelecido o voto secreto no Brasil, mas, 12 anos mais tarde, um novo decreto permitia também que o cidadão votasse a descoberto.

Contudo, o Rio Grande do Sul, sob domínio mais estrito dos ideais positivistas, vivia

uma realidade diferente. Júlio de Castilhos e seus partidários defendiam com veemência o voto a descoberto, princípio que lutaram para incluir na constituição gaúcha. A lei nº 18, de 12 de janeiro de 1897, elaborada por Castilhos, suprimiu no estado o voto secreto, sob a alegação de que todos, tanto as autoridades como os cidadãos, deveriam assumir a responsabilidade pelas próprias ações. “Seria mesmo visivelmente iníquo exigir, do Governo, a inteira publicidade de seus atos, permitindo aos particulares, eximirem-se dela”, argumentava Castilhos. Pela lei, o eleitor deveria entregar sua lista “em dois exemplares iguais, aberta, escrita ou impressa em qualquer papel, mas assinada por ele próprio”. Aos que mencionavam as pressões a que os eleitores estariam expostos, principalmente os funcionários públicos, um deputado da situação, Jayme Darcy, falando na capital federal em 1903, alegou que seria uma injúria aos funcionários públicos atribuir à categoria esse [pavor em relação aos governos](#)... Tão arraigada estava essa ideia entre os republicanos gaúchos que o próprio Getúlio Vargas, cria do castilhismo, na véspera da Revolução de 1930 ainda hesitava em abraçar com convicção a bandeira do [direito ao voto secreto](#).

Durante muitos anos, Júlio de Castilhos e seus seguidores tiveram como maior antagonista Gaspar Silveira Martins, personagem marcante para mais de uma geração de maragatos. “Não podia deixar, naturalmente, de ter sido influenciado pelo ambiente em que me atirei, onde havia uma admiração desmedida pela figura de grande tribuno de Gaspar Silveira Martins, que defendia os princípios parlamentaristas”, lembraria Apporelly, nos anos 1940. “Orador completo, com uma bela estampa e voz de trovão, abordava os assuntos com muita clarividência. Dotado ademais de uma grande cultura e principalmente de um senso verdadeiramente popular, procurando interpretar [as aspirações do povo](#)”, definiu. Tão forte foi o fascínio que o personagem exerceu sobre o humorista que, septuagenário, no fim da vida, após anos de militância na esquerda, ao tentar definir-se politicamente durante uma entrevista, pareceu espantar-se ao constatar: “Sob o ponto de vista político, ainda sou [gasparista](#).” Que afinidade o intelectual supostamente marxista poderia ter com um político que pertenceu ao Partido Conservador, um monarquista que passou à história como um adversário da República?

Silveira Martins morreu em 1901, quando Apporelly tinha apenas 6 anos. A influência sobre sua formação deu-se, portanto, de forma indireta e através do círculo familiar. Entre os Torelly, o político era venerado na mesma medida em que Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros eram execrados. Muito amigo de Firmino, tio do humorista, Silveira Martins costumava hospedar-se com os Torelly ao passar pela cidade de Rio Grande, e os episódios ligados a essas visitas se incorporaram ao folclore familiar. Numa das ocasiões, fez 12 discursos num dia. Voltando para casa, exausto, ao receber a homenagem de uma banda formada por instrumentistas negros, improvisou a décima terceira peça de oratória, que teve como tema a música – foi o [discurso mais bonito](#), segundo uma testemunha.

Orador brilhante, sabia seduzir não apenas as plateias. Entre um e outro compromisso político, encontrava tempo para enviar um bilhete ou uma foto para uma de suas conquistas amorosas. Esse aspecto hedonista e galanteador do político parecia talhado para atrair a simpatia de Apporelly, em tudo avesso ao ascetismo do austero Júlio de Castilhos e da figura seca de Borges de Medeiros. Certa vez, Silveira Martins, tentando desculpar-se por suas aventuras extraconjugais, disse aos filhos: “Os homens liberais costumam ser

mulherengos por natureza. Só os tiranos são castos. Vejam o caso do Cromwell e do Júlio de Castilhos.” E ao especular sobre como gostaria de chegar ao fim da vida, anunciou: “Morrer? Só por uma destas três formas: num lampejo do verbo, na tribuna; domando um belo potro ou nos braços de [uma linda mulher](#).”

Politicamente, Silveira Martins começara sua carreira durante o império, como liberal, passando em seguida para o Partido Conservador. A respeito do efeito produzido por esse gaúcho no cenário nacional, a melhor descrição ainda é aquela traçada por Joaquim Nabuco, em *Um estadista no império*:

A figura do tribuno, como depois a do parlamentar, era talhada em formas colossais: não havia nele nada de gracioso, de modesto, de humilde, de pequeno; tudo era vasto, largo, soberbo, dominador. Em todos os papéis que desempenhou, Silveira Martins foi sempre único, diferente de todos os mais; possante e sólido, súbito e irresistível, natural e insensível, como uma tromba ou um ciclone. Ele é seu próprio auditório, sua própria claque.

Sobre a guinada para o Partido Conservador, Nabuco comenta:

Quando o espírito que ele encarnou o deixa e vai animar e suscitar contra ele mesmo outras figuras, ele será tão intensamente odiado pela revolução quanto fora antes querido; mas em um tempo, entre 1868 e 1878, foi ele em nossa política o ídolo de tudo que tinha a aspiração republicana, que sentia [a vibração democrática](#).

O surpreendente é que, no fim da vida, o orador gaúcho viesse a encarnar ainda um terceiro papel: líder e mentor dos maragatos, crítico implacável dos florianistas da capital federal e dos adeptos de Júlio de Castilhos que queriam implantar a “ditadura comtista” no Rio Grande do Sul. Pela constituição dos positivistas, a assembleia estadual não exercia funções legislativas, limitando-se a referendar decretos-leis do executivo. Toda a estrutura era apoiada sobre uma máquina eleitoral cujas engrenagens eram azeitadas pelas fraudes e pela coação dos eleitores. A oposição de Silveira Martins a essa situação e seu ânimo antiautoritário despertaram a simpatia de Apporelly. Em junho de 1920, quando seus restos mortais foram trazidos do exílio, no Uruguai, para o Rio Grande do Sul, caberia ao jovem Apparício Torelly assinar um artigo publicado em jornal oposicionista sobre o enterro de Silveira Martins em solo gaúcho. “A terra riograndense neste dia há de estremecer, num frêmito nervoso, quando sentir o contato eletrizante daquele que foi em vida a mais alta expressão de sua [bravura e cavalheirismo](#)”, escreveu, no estilo derramado da época.

A atmosfera política no Rio Grande do Sul tinha algo peculiar. Vivaldo Coaracy, jornalista carioca, por exemplo, ao transferir-se para Porto Alegre depois do fim da guerra, espantou-se com a intensidade das paixões políticas, que compunham um quadro completamente distinto daquele vivido no Rio de Janeiro. Na capital, divergências mal definidas diluíam-se em torno de interesses ou terminavam esvaziadas pelo temperamento conciliador dos antagonistas. Entre os gaúchos era diferente. Os dois partidos locais não eram agremiações semelhantes, separadas apenas por ambições de poder de um ou outro nome, mas agrupavam-se em torno de ideias e de princípios nítidos e irreconciliáveis. O Partido Republicano era visceralmente presidencialista. O Federalista era capaz de pegar em armas para defender o parlamento. “As raízes eram mais fundas, temperadas ao ardor de lutas. O indivíduo era pica-pau ou maragato, com um calor sempre prestes a se transformar em paixão”, testemunhou Vivaldo Coaracy, que pouco depois do fim da Primeira Guerra, saiu do Rio para trabalhar [nas redações de Porto Alegre](#). Foi em grande parte devido a essa vivência e às tradições familiares que o interesse pela política marcaria para sempre a

personalidade de Apparício Torelly.

6. O moço das conferências

[1]

COM A agitação que marcou o fim da Primeira Guerra Mundial, 1918 trouxe à tona uma nova faceta do estudante, jornalista e ativista Apparício Torelly: seu talento como conferencista. É verdade que a febre das conferências literárias, moda importada de Paris, atingira seu auge no Rio de Janeiro algum tempo antes, na primeira década do século XX. Após ouvir divagações literárias sobre a rosa, o amor, o sonho, os ouvintes, nas palavras de Álvaro Moreyra, “voltavam para casa, ao cair da noite, satisfeitos, repetindo frases, lembrando trechos, pondo, nos bancos dos bondes, ares intelectuais, e, nas almofadas das carruagens, sensações de [maravilhamento](#)”.

O que foi estigmatizado como “mania das conferências” teve uma história relativamente longa no país. Em 1878, o jornal carioca *Gazeta Mercantil* ironizava o modismo na pena de um fictício viajante egípcio em passagem pelo Brasil:

Uma das enfermidades que aqui encontrei, revelada muitas vezes por verdadeiros espasmos, é a Conferenciomania. De repente há convulsão epileptiforme, os diários escrevem verdadeiras loas, entoam hinos, hosanas, os músicos forasteiros esperam ser chamados para robustecer o aplauso, pagando-lhes já se vê, e [um conferencista aparece](#).

Em 1907, escrevendo na revista *Kosmos*, o poeta Olavo Bilac, ironicamente um dos expoentes daquele modismo, insinuava que o fenômeno dava sinais de esgotamento e queixava-se de palestras animadas por música, canto e até projeções com lanterna mágica. Ao comentar a ousadia de um colega que decidira fazer uma conferência em versos, rimada do princípio ao fim, o poeta previa as próximas novidades no gênero. Em breve, dizia, os jornais anunciariam: “O conferencista falará uma hora, fumando um charuto, sem tirá-lo da boca e não deixando que ele se apague, durante todo o tempo da palestra.” Ou, ainda: “O conferencista prometerá um relógio Pathek Philip e mais uma nota de quinhentos mil-réis a todos os curiosos de ouvi-lo do princípio ao fim, sem tossir, [espirrar e sem bocejar](#).”

Contudo, o fenômeno ainda demonstrava certo vigor na província. Ao lado do humorista e *chansonnier* André Dumanoir, Apporelly promoveu apresentações literárias em teatros e em cinemas de Porto Alegre e de cidades do interior do estado. Autor de um volume de poesia intitulado *Heures grises* e de dezenas de peças de teatro de revista, o francês fora um dos fundadores da revista humorística carioca *Dom Quixote*, de Bastos Tigre. Em dezembro de 1918, a revista *Máscara* anunciou:

A Porto Alegre intelectual no próximo dia 21 vai ter ocasião de assistir a uma festa verdadeiramente elegante. Trata-se de um sarau literário e poético promovido pelo poeta Apparício Torelly (Apporelly) e pelo poeta e *chansonnier* André Dumanoir em regozijo pela vitória final dos aliados.

A essa festa de “confraternização do espírito e bom humor franco-brasileiro acorrerá por certo o que de mais delicado e fino temos na nossa sociedade”, previa a revista, avisando que os bilhetes estavam à venda [na livraria Americana](#).

Em outra ocasião, em janeiro de 1919, no Clube Caixeiral da cidade de Rio Grande, a dupla promoveu para a “alta sociedade” uma “conferência humorística”. Apporelly era

apresentado como “acadêmico de medicina”, “o moço distraído que troca o A. por L.”, conhecido por seus “versos impagáveis”, e o francês como colaborador do “semanário humorístico de maior circulação no Brasil, poeta e cançonetista, ídolo dos [intelectuais fluminenses](#)”. Uma nota no jornal prometia aos espectadores “uma festa original como talvez o Rio Grande ainda não tivesse ocasião de assistir, pois nela, numa concatenação agradável, os autores interpretarão suas próprias obras com alma e inspiração, tal qual se faz em [Montmartre](#)”.

Conferencia humoristica

É grande o entusiasmo reinante para a conferencia humoristica, que vão realizar, hoje, ás 8 1/2 horas, no salão nobre do Club Calcestral, os poetas Apporelly Torsely (Apporelly), academico de medicina e André Duvernois, humorista francez.

Será uma festa original, como talvez o Rio Grande ainda não tivesse occasião de assistir, porque nella, simultaneamente, numa concatenação agradável, os autores interpretarão as proprias obras, com alma e inspiração, tal qual se faz em Montmartre, onde se recebem as melhores produções de Paris, a cidade da Luz.



Apporelly

O Rio Grande intellectual e elegante, hoje, por certo estará representado na assistencia, ao que de mais fino e espirital tem a sociedade riograndense.

O riso franco e a gargalhada crystallina serão os melhores applaudimentos que recebem os conferenciantes.

O bom e publico, dando uma prova de bom gosto, lá estará para occasionar esses cavalheiros seductores da alegria.

Os bilhetes de ingresso acham-se á venda, na Livraria Americana até ás 18 horas e depois na bilheteria do Club Calcestral.

Jornal *O Tempo*, da cidade de Rio Grande, anunciava em 1919 a conferência de Apporelly.

Histórias sobre as façanhas do boêmio Apporelly em Porto Alegre provavelmente chegaram aos ouvidos dos habitantes da sua cidade natal, sendo essa a única explicação para

a nota tranquilizadora que a imprensa local acrescentou ao anúncio: “Escusado seria dizer que, oferecendo eles à nossa sociedade, às nossas famílias, uma festa elegante, esta se fará absolutamente digna dos assistentes, sobretudo pela moralidade [de que se reveste](#).” Ao que parece, não havia motivo para apreensão. A conferência, sem maiores escândalos, foi bem-sucedida, deixando “impressão agradabilíssima” quanto aos dois “cavaleiros andantes do riso”. Numa demonstração de humor negro, Apporelly anunciou que “nossa apresentação teve tamanho sucesso que até o papai bateu palmas”. Todos os habitantes da cidade conheciam João da Silva Torelly, que não tinha um braço, como “[o maneta](#)”.

No mesmo ano, ainda em sua cidade natal, antes de um chá dançante realizado num clube, Apporelly fez uma palestra com o título “A tragédia brutal de um homem decente”. Em outra, meses mais tarde, o tema foi “Foot-Ball”. Não há registro escrito da conferência, mas o assunto seria motivo de especulações suas por muitos anos. Na década de 1940, numa crônica futurista, ele anteviu uma espécie de futebol virtual, em que seriam eliminados os jogadores. Em vez de “bolas de couro impulsionadas aos pontapés”, seriam inventadas “pelotas-fantasmas, que serão movimentadas pelo rádio”. A partida não seria disputada por duas equipes, “mas sim por duas estações manipuladas por técnicos de radiodifusão, que ao mesmo tempo irradiarão todas as peripécias da partida”. E não apenas os jogadores se tornariam dispensáveis: “As multidões também poderiam deixar de comparecer, porque os aparelhos transmissores dispõem de discos com todos os ruídos gravados imitando as palmas, gritos e [nomes feios](#).”

Ao contrário das palestras dos beletristas da época, as suas eram marcadas por fatos insólitos e de uma delas em particular, em Bagé, ele se lembraria anos mais tarde. Diante da plateia distinta que ouvia atentamente suas palavras, o conferencista manteve o público em suspense ao fingir um engasgo:

Depois de dizer que eu quisera ter o dom da oratória, que quisera ser um Demóstenes, gaguejando, vi que a plateia estava aflita. As mulheres se abanavam, apertadas em espartilhos. E eu dava a impressão de que não podia dizer nada, que não conseguiria dizer absolutamente nada. “Eu... Eu... quisera, quisera...” Quando todos pareciam explodir de nervosos, cantei: Eu quisera ser a rola, a rolinha do sertão/ Pra poder fazer meu ninho, [na palma da sua mão](#).

[2]

Ao fim de cada ano letivo, o estudante Apparício tinha férias, trocando a faculdade em Porto Alegre pela sua cidade, Rio Grande, onde costumava frequentar um hospital local. Em vez de consolidar sua vocação, a alternância entre a teoria da escola e a prática das enfermarias produziu efeito contrário. No quarto ano, Apporelly deixou a faculdade. “Abandonei a medicina porque ocorreu comigo a mesma tragédia de Cronin. Verifiquei em meio aos meus estudos em Porto Alegre que não tinha o temperamento de um apóstolo. E a medicina é um [apostolado](#)...”

A referência era ao escritor e médico escocês A. J. Cronin, autor de *A cidadela*, romance que retrata a desilusão de um médico recém-formado que, saído de Londres, desembarca numa pequena cidade escocesa para cuidar dos trabalhadores de uma mina de carvão e das suas famílias. Vivendo e trabalhando em condições insalubres, a população é vítima de todos os tipos de doença. Diante dessa realidade e munido apenas de idealismo, receitas e

compêndios de medicina, o jovem médico sente-se impotente. Daí a convicção, anunciada várias vezes por Apporelly, de que a medicina deveria ser essencialmente preventiva. “Para ser doutor, eu teria de ser apóstolo ou charlatão”, disse. “Nem como charlatão nem como apóstolo eu resolveria meus problemas ou [o problema dos doentes](#).” A frase insinua que o humorista não mostrava aptidão para nenhum dos polos entre os quais, segundo ele, a profissão médica oscilava: o papel abnegado do altruísta que se sacrifica em prol dos pacientes e o personagem ganancioso que se vale dos seus conhecimentos para explorar os doentes. A opção, contudo, não demonstrava falta de interesse pela ciência. Ao contrário, mais do que objeto de mera curiosidade, essa seria, até o fim de sua vida, quase uma obsessão.

A decisão de abandonar a universidade também expressava a confiança típica dos autodidatas e o desprezo pela educação formal. Sobre os diplomas, costumava dizer: “Isso não encurta as orelhas de ninguém.” Na seção “Toques e retoques”, que assinava em 1918 na revista *Kodak*, ainda estudante, debochava da instituição:

Antigamente ser doutor era um título de recomendação... Quando saía uma turma da Faculdade de Medicina ou da Escola de Direito, o quadro dos novos apóstolos da ciência era exposto à admiração pública, num dos pontos mais centrais, e era de ver-se a romaria de senhoras que levavam suas filhas casaduras pela mão a apresentar-lhes a fotografia dos melhores candidatos ao matrimônio.

E prosseguia o cronista: “E os extraordinários heróis dessa cruzada pela conquista do sagrado canudo, lá estavam eles, fardados de doutor, sérios, firmes, sem pestanejar, numa eloquência muda de retrato, na atitude solene do romano que ‘veio, viu e venceu’.” Mas isso havia ficado para trás numa época em que “as senhoras que têm filhas casaduras fogem espavoridas dos ‘doutores’, preferindo casar as filhas com modestos caixeiros de cinquenta mil-réis ao mês...”

Talvez houvesse algum despeito na investida contra o “sagrado canudo” e na digressão sobre as jovens casaduras: na sua vida sentimental, o eterno estudante parecia ser sempre preterido em favor de partidos mais promissores. Ao menos era o que sugeria um soneto seu, intitulado “Velha história”. “Tu serás a caríssima costela...”, anunciava ele. O poema, porém, não tem final feliz:

A moça, um dia, muito em segredo
Deixa o pobre rapaz chuchando o dedo:
Casa com outro, d’hábitos burgueses...
E é assim que se conta a velha história
Que eu conservo gravada na memória
Porque se deu comigo [vinte vezes](#)...

Após desistir de curar seres humanos, o ex-acadêmico de medicina decidiu pôr seus conhecimentos científicos a serviço de pacientes, segundo ele, até então menosprezados: os porcos. Ao deixar a faculdade, rumou para o sítio do pai, no interior do Rio Grande, decidido a convencer o velho fazendeiro a adotar um método científico para a criação de suínos. Como era usual, seu ponto de partida para analisar uma questão exigia que virasse as noções convencionais pelo avesso. Começou implicando com o nome. “O porco não é porco. Porco é o dono, que o confina num chiqueiro, onde o pobre se torna vítima da verminose primeiro e agente da [verminose depois](#).”

Primeiro, procurou um local adequado para os poteiros, como são conhecidos no sul os cercados providos de água onde são mantidos os animais. Depois de andar pela fazenda, encontrou o local ideal num trecho próximo ao rio, cercado por árvores. Ali mandou que fossem construídos quatro poteiros, todos voltados para o rio. Apparício lera um trabalho científico sobre as propriedades nutritivas do tupinambor, determinada variedade de batata sul-americana que germinava com muita facilidade, pois, uma vez arrancado o tubérculo, outro começava imediatamente a brotar.

Tendo mandado plantar a batata nos quatro poteiros, soltou os porcos no primeiro cercado. Assim que, fuçando a terra, comeram todos os tubérculos, transferiu-os para o segundo. Quando os porcos chegaram ao quarto cercado, os tubérculos haviam crescido novamente no solo do primeiro, adubado com o estrume dos animais. Esses voltavam, então, a ser criados no primeiro cercado, recomeçando assim o procedimento em moto-contínuo. Os porcos de João Torelly, crescendo gordos e sadios, ficaram famosos na região.

Nessa breve experiência, Apporelly aplicou à pecuária, ainda que de forma intuitiva, princípios nos quais acreditava, antecipando práticas que no final do século XX receberiam o nome de agricultura orgânica. O livro considerado bíblia do movimento, *An agricultural testament*, do britânico Albert Howard, seria publicado mais tarde, em 1940. Da mesma forma, apenas anos depois aconteceria a invasão dos fertilizantes sintéticos, que consagraram uma mudança na maneira como os agricultores percebiam o solo. Nessa nova visão, a biologia seria atropelada pela química. Contudo, já naqueles anos, segundo Apporelly, os agricultores deveriam ver suas fazendas menos como máquinas e mais como [organismos vivos](#).

No entanto, além das preocupações científicas, animava aquela experiência o sentimento de simpatia pelos animais, que o acompanharia até o fim da vida. Certamente foi com o poteiro do pai em mente que Apporelly escreveu, na década de 1940, uma crônica que sugere a revolta descrita em *A revolução dos bichos*, imaginada posteriormente por George Orwell.

Os porcos são porcos porque não podem falar nem escrever. No dia em que os porcos recobrem o dom da palavra e conseguem se fazer entender, eles explicarão que são assim porque os homens os encarceraram em chiqueiros imundos, submetendo-os a um regime verdadeiramente irracional.

Nesse dia, “mostrarão ao mundo que também eles adoram as vitaminas, exigindo uma alimentação de legumes limpos e frutas sadias e repelindo, por indignas de um porco que se preza, essas lavagens mal-cheirosas que resultam das sobras dos banquetes dos homens e opressores”. As reivindicações não demorariam a surgir. “Os Yorkshire e os Polland-China pedirão escolas para os seus leitões. Os de Macau reclamarão a fundação de institutos científicos para retomar o estudo das doenças que dizimam os rebanhos e que têm sido tão porcamente estudadas [pelos homens](#).” Entre essas doenças, ele citava, não por acaso, a “pseudo-febre aftosa”, que seria tema de um esforço de anos empreendido por Apporelly.

7. Francoatirador

[1]

APÓS TENTAR a sorte na imprensa de Porto Alegre, escrevendo crônicas para o diário *Última Hora*, colaborando com a revista *Kodak* e participando das aventuras humorísticas de *O Maneca* e *O Chico*, Apporelly iniciou uma incursão pelo interior do estado. Escolhendo Pelotas como ponto de partida, realizava suas conferências literárias, fazia contatos e procurava construir uma reputação. Apresentando-se como “quartanista de medicina”, colaboraria com jornais, vindo a fundar e dirigir diários, geralmente oposicionistas. “Navalha em ação”; “Cena de sangue”; “Conflito e morte” eram alguns dos títulos que se repetiam nas páginas do noticiário do interior. Nessa atmosfera, os conhecimentos de anatomia do ex-estudante de medicina eram de grande valia para qualquer repórter. “Magdaleno puxou um revólver desfechando um tiro contra seu contendor, ferindo-o gravemente na região epigástrica do lado direito, saindo a bala na região axilar”, registrava uma nota típica.

Essa vida agitada e itinerante durou de 1919 a 1924, levando-o a cidades como Pelotas, Bagé, São Gabriel, Alegrete, Uruguaiana, Itaqui e São Borja. Anos mais tarde resumiria essa atividade frenética com um neologismo: “Estava maragateando.” O ritmo de vida parecia talhado para seu temperamento e deixaria boas lembranças. “Eu vivia feliz como um beduíno, abarrancando em qualquer lugar, improvisando para seguir o imprevisto. Senti logo que não poderia ficar onde me sentia bem, porque, nesse caso, [não viajaria mais.](#)”

Colaborador de diários da sua cidade como *O Tempo* e o *Echo do Sul*, Apporelly começou sua peregrinação pela cidade de Bagé, onde trabalharia no *Correio do Sul* sob o comando de Fanfã Ribas, conhecido pelo vibrante artigo diário que assinava e definido pelo próprio jornal como “homem de ideias e princípios, federalista ardoroso e sincero, combatente altivo e [insubstituível](#)”. Apporelly desembarcou na estação de Bagé em dezembro de 1919 e estreou como humorista na cidade em 3 de janeiro de 1920, numa conferência de tema “As caras”, apresentada no teatro Avenida. Sua chegada seria descrita numa das primeiras crônicas que publicou no *Correio do Sul*, sob o título de “Notas de viagem”:

Embarco de manhã. Dia quente. Às duas e trinta e cinco da tarde, por entre uma nuvem de pó, em plena marcha do comboio, resolvo que a vida é estúpida. Às três horas, o trem sai dos trilhos. Estúpido também. Os passageiros sofrem sustos passageiros. Gritos, reclamações. Eu também perco a linha.

A saga ferroviária não deixou boas lembranças: “Voltarei a Bagé em automóvel, em bicicleta, em carroça de bois, em velocípede, em carrinho de mão, por mar, a cavalo, de qualquer jeito. De trem, [nunca mais!](#)”

Hospedado no Hotel do Comércio, o viajante tentou se recuperar dos incômodos da viagem: “Olho-me no espelho. É tanto pó, que tenho na cara, que me desconheço. Apalpo-me todo. Reconheço-me pela fala e pela falta de dinheiro.” Enquanto se prepara para a conferência, acompanha os festejos de réveillon na cidade para a chegada de 1920:

Grupos de rapazes despejam os seus revólveres. Eu fico quieto. Mais tiros. Mais disparos. Ninguém me acerta.

Eu não reajo. Se alguém me ferir, disparo, sim, disparo também. É perigoso passear de aeroplano, por cima de Bagé, na noite de Ano Bom. Não me impressiono com [a passagem de Ano](#).

Às três horas da madrugada, o jovem poeta se recolhe ao quarto de hotel, amaldiçoando a vida de solteiro. “Tomei champagne, tomei whisky, tomei cognac, tomei vinho do Porto, tomei Marasquino e Piperment”, registra em suas *Notas*. “Vou comer um filé com petit-pois e tomar um copo d’água mineral. Fico completamente tonto. Não como mais filet, e nem bebo mais água mineral. Fazem-me um mal medonho.” Apparício tenta se recompor, no dia seguinte, numa confeitaria: “É preciso tomar alguma coisa. Tomo uma resolução: tomar um sorvete. O sorvete custa quinhentos réis. A resolução é grátis. Vou [tomar mais resoluções](#).”

No período em que esteve em Bagé, conquistou a amizade e a admiração de Fanfa Ribas que, devido aos sonetos publicados por Apporelly no jornal, chamava-o de “o vate”. Como prova de confiança, o jornalista o convidou para substituí-lo na direção do *Correio do Sul* durante um curto período de ausência. Durante as duas semanas em que ocupou o posto, Apporelly publicou uma coluna intitulada “Traços e troças”. Certo dia, lançou um olhar filosófico para a lama que enfrentavam pedestres, motoristas e cavaleiros de Bagé:

O barro existente nas nossas ruas traz consigo a vantagem bíblica de manter-nos a constante lembrança da nossa lodosa origem. *Memento homo quia pulvis est et in pulverem reverteris!* Foi com um punhado dessa argila escorregadia, amassada com perícia experimentada do Divino Escultor, que o nosso [pai Adão foi fabricado](#).

Enquanto exercitava sua veia cômica nos poemas e crônicas assinados por Apporelly no *Correio do Sul*, de Bagé, no mesmo primeiro semestre de 1920 publicava sob o nome de Apparício Torelly em *O Rebate*, folha oposicionista de Pelotas, uma série de artigos impregnados da retórica grandiloquente da época. Num deles, às vésperas da eleição, comparava o idealismo das tropas de maragatos ao “ardor religioso” dos exércitos dos cruzados que partiam para libertar a Terra Santa:

Dessa forma, os novos Godofredos, confiantes na vitória, abroquelados no escudo de seus direitos políticos, empunhando a cédula eleitoral, devem marchar, serenos, para a urna, que é o Santo Sepulcro onde jaz a nossa liberdade amortalhada, esperando o [momento da ressurreição](#).

Em outro artigo, arriscava paralelos com a história do império romano para condenar a escolha de um novo chefe de polícia por Borges de Medeiros. Lembrando o gesto de Calígula, que resolvera nomear cônsul seu cavalo, Incitatus, apontava para o gesto extravagante por parte de “outro imperador da mesma espécie que levantou seu trono, vinte séculos depois, num recanto do extremo sul dum país muito nosso conhecido”. Mas se Incitatus era “um cavalo de anca reluzente, tratado a milho e alfafa... este outro é um matungo caborteiro, cheio de manhas, criado guacho ali por de trás da horta”. Se o cavalo Incitatus “nada fez de bem, mas também nada fez de mal”, o mesmo não se podia dizer do novo chefe de polícia: “Encilhado com as atribuições da alta autoridade, é capaz de pegar o freio nos dentes e disparar com os arreios campo afora, perturbando [o sossego das cochilhas](#).”

Mesmo quando o tema e o título eram aparentemente esotéricos, as setas disparadas por seus artigos em *O Rebate*, depois de voltas sinuosas, atingiam o mesmo alvo. Assim, em “Os buracos no céu”, o articulista propunha-se a comentar as observações de certo cientista inglês sobre áreas escuras, enormes massas opacas, que escapam às lentes dos telescópios. Porém, passa a responder à afirmação dos seguidores de Borges de Medeiros de que a política gaúcha se faz “a céu aberto”. Na situação do estado, ele prefere enxergar “uma vasta abóbada negra e ameaçadora, onde aparece um cometa de cabeça diminuta e cauda enorme

(porque o Sr. Medeiros também tem cauda) que atravessa de lado a lado o firmamento de uma política absolutamente escura e opaca a mais nefasta que se conhece no [hemisfério ocidental](#)".

Apesar de sua prosa acompanhar o tom empolado de outros articulistas, aqui e ali vinha à tona o deboche do humorista, como quando aproveitou as colunas do jornal de Pelotas para lamentar que o Brasil fosse, com razão, “conhecido patuscamente como a terra dos doutores e dos coronéis: Neste país de maravilhas, para se conseguir alguma importância é necessário, pelo menos, ser portador dum canudo ou, então, ostentar no braço o brilho duns galões”. E lamentava: “Embora o doutor seja uma zebra, embora o doutor seja uma cavalgada perfeita, embora o doutor caia de quatro pés e não se levante mais, sempre é um doutor.” O mesmo valia para quem ostentava patentes, reais ou imaginárias: “Embora o coronel fique de cabelo arrepiado diante do cadáver imóvel de uma galinha, é sempre um coronel.” Ironizava também os conhecimentos limitados dos coronéis que eram “de poucos horizontes e assinam o nome com a mão trêmula, com o temor de [assassinar a gramática](#)”.

[2]

Enquanto os leitores de Pelotas se familiarizavam com o estilo de Apparício nas páginas de *O Rebate*, o diário *Correio do Sul*, em Bagé, registrava, em 15 de junho, a volta à cidade do seu diretor, Fanfa Ribas, e a partida do substituto para São Gabriel. Agradecia, na mesma nota, “ao talentoso patrício e amigo Sr. Apparício Torelly a maneira gentil e correta com que se desobrigou do espinhoso [encargo que lhe confiamos](#)”. Na verdade, muito mais espinhoso do que imaginara. Ao enveredar por aquele caminho, ele optava pelo gênero mais problemático de jornalismo, a imprensa municipal. Atacar uma autoridade ou hostilizar um político nas colunas de jornal de uma grande metrópole é uma coisa, outra, bem diferente e mais perigosa, é fazê-lo numa cidade pequena, em que todos os dias o jornalista cruza com seu desafeto e seus partidários na praça, onde inimigos se esbarram nas ruas no trajeto entre as oficinas do jornal e suas casas.

Dois fatores agravavam os perigos enfrentados pelos homens de imprensa: a cultura da violência que marcava a sociedade gaúcha e a iminência de uma nova guerra civil entre pica-paus e maragatos. As convicções apaixonadas, as disputas entre clãs e a disseminação de armas de fogo contribuíam para criar uma atmosfera de fácil combustão. Não por acaso Apporelly diria mais tarde ter sido desafiado para dois duelos durante aqueles anos. Políticos gaúchos como Pinheiro Machado se orgulhavam dessa peculiaridade que os distinguia dos colegas do Rio de Janeiro ou São Paulo. “Enquanto o Dr. Rui Barbosa andava de gramática embaixo do braço, eu carregava às costas um fuzil, combatendo dois homens que ele só conheceu de nome: Solano López e Gumercindo Saraiva”, [vangloriava-se](#).

Conforme sua filiação, os jornais referiam-se aos políticos com adulação deslavada ou com os insultos mais ferinos. Aproveitando, por exemplo, um aniversário de Borges de Medeiros, o jornal *A Federação* aproveitou para – citando Ibsen, Maupassant e Schopenhauer – louvar o líder gaúcho como o “expoente máximo da grandeza do estado”, “espírito superior”, como uma dessas “inteligências isoladas que, longe das ações gregárias,

meditam as verdades dos grandes espíritos que o precederam” para forjar “um sistema de governar vazado nos moldes da política positiva do grande [pensador de Montpellier](#)”. Ao mesmo tempo, órgãos da oposição evitavam mencionar o nome de Borges, referindo-se apenas ao “ditador”, “papa verde” ou, debochadamente, “El supremo”, numa alusão ao tirano paraguaio José Gaspar Rodríguez de Francia. Se a política, como Apporelly descobriria, não caminhava numa linha reta, o mesmo valia para o jornalismo político. Havia menos de um ano, ele se sagrara publicamente discípulo e aprendiz do famoso Fanfa Ribas, nas páginas do *Correio do Sul*. Agora, em fevereiro de 1922, ainda em Bagé, atacaria abertamente seu antigo mestre acusando-o de “aliado da ditadura borgista”. E escrevia a respeito de Fanfa Ribas: “Por mais que torça e se retorça, não nos encontrará mais na mesma senda o viscoso diretor do *Correio do Sul*, do qual [estamos distanciados](#).” As acusações vinham estampadas em *A Tradição*, folha que desde julho de 1921 tinha “como diretor o talentoso jovem, primoroso [poeta-humorista Apparício Torelly](#)”.

Com apenas 26 anos, Apporelly não se deixou intimidar pela fama de Fanfa Ribas, polemizando com o famoso jornalista. O desentendimento tinha origem num atrito nas fileiras federalistas. *A Tradição* fora fundado por Ivo Roxo com o intuito de apoiar a candidatura de Rafael Cabeda, figura histórica entre os maragatos, deputado que pediu votos para Artur Bernardes nas eleições presidenciais. Já a facção de Fanfa Ribas favorecia outro candidato – o poeta e jornalista Artur Pinto da Rocha – e defendia a abstenção dos maragatos nas eleições presidenciais.

Aos olhos de Apporelly e dos partidários de Cabeda, o nome de Pinto da Rocha surgia como um maragato de última hora. Exaltado, o jovem jornalista tachou-o de “adesista interesseiro”, “indivíduo de duas caras”, “verrineiro bocageano”, “farejador de sinecuras”, “beduíno aventureiro”, político de “reputação ambígua... caráter de cera... e esôfago de avestruz”. As articulações em seu favor mereciam apenas “a bofetada do [nosso desprezo](#)”.

Como prova da falta de sinceridade da adesão de Pinto da Rocha à causa dos maragatos, o jornal dirigido por Apporelly expôs o que julgava ser um indício contundente. Sob o título “À época das exumações”, desenterrou a nota em que, 26 anos antes, *A Federação* festejara a morte do caudilho guerrilheiro Gumercindo Saraiva. Era justamente de Pinto da Rocha a famosa injúria: “Miserável! Pesada como os Andes te seja a terra que generosamente vai cobrir teu cadáver maldito!” O homem que chamara o herói maragato de “besta fera do Sul e carrasco do Rio Grande” e que classificara Silveira Martins como “Judas Iscariotes” pedia agora os votos dos seus correligionários, indignava-se *A Tradição*.

Rafael Cabeda venceu, afinal, a disputa eleitoral, e, em 17 de maio de 1922, o jornal *A Tradição* anunciou que a partir daquela data deixaria “temporariamente” de circular, após quase um ano dirigido por Torelly. A publicação se dizia “vitoriosa nas duas memoráveis campanhas em que se debateu”: a eleição de Cabeda como deputado e de Artur Bernardes como presidente da República. No mesmo número, o jornal anunciava a chegada a Bagé do jornal *Diário do Comércio*, lançado em outubro de 1922 e que também teria Apporelly entre seus colaboradores.

Em São Gabriel, Apporelly dirigiu o jornal *A Notícia*, que, a exemplo de outras folhas oposicionistas, fustigava Borges de Medeiros nas suas manchetes: “O ditador em palpos de aranha!”; “[Hipocrisia do ditador](#)”... As intrigas internas entre maragatos haviam ficado para trás e, mais uma vez, era hora de somar forças contra seu inimigo comum, que decidira candidatar-se ao cargo de governador do estado pela quinta vez, numa nova batalha eleitoral que seria encarada como uma cruzada quase sagrada.

Encontraria, porém, a resistência organizada em torno da candidatura alternativa de Joaquim Francisco de Assis Brasil. Como de costume, a campanha se deu numa atmosfera de intimidação e violência, com os oposicionistas enfrentando espancamentos, prisões e até mortes. A vitória sobre Joaquim Francisco de Assis Brasil não foi uma surpresa, mas sua posse, em janeiro do ano seguinte, provocou a Revolução de 1923. O estado via-se novamente dividido: de um lado, os borgistas; de outro, os seguidores de Assis Brasil, os maragatos ou libertadores.

O conflito, conhecido como Revolução de 1923, durou 11 meses. Os partidários de Borges de Medeiros comandavam cerca de 24 mil homens, entre integrantes da Brigada Militar e partidários armados. Os revolucionários de Assis Brasil talvez contassem com metade desse efetivo. Mal armados, estes, evocando os acontecimentos de 1893, organizaram formações de lanceiros, que não podiam enfrentar às metralhadoras dos governistas. Devido à desigualdade, a tática dos rebeldes limitava-se a manter o conflito aceso, deslocando-se com rapidez pelo interior do estado para evitar [combates decisivos](#).

Ainda que em escala e intensidade menores, repetiam-se as violências cometidas trinta anos antes, inclusive degolas e fuzilamentos de prisioneiros. Oswaldo Aranha, no lado governista, contava em carta aos pais o cenário encontrado numa cidade por onde passara: “Os horrores praticados aqui não podem ser descritos: vão além da imaginação mais tresloucada de um mau. Assassinatos, roubos, saques, defloramentos, incêndios: [tudo isso e muito mais!](#)”

À guerra travada com balas, revólveres e rifles fazia eco uma outra, na qual os dois lados trocavam argumentos, acusações e insultos por meio da imprensa. Dando cobertura aos revolucionários, circulavam no interior do estado cerca de dez jornais engajados com Assis Brasil, que, mesmo livres de qualquer censura, eram alvo de violências praticadas esporadicamente. A publicação mais famosa ainda era o *Correio do Sul*, de Fanfa Ribas. Outra voz estridente era *O Rebate*, de Pelotas, cuja ousadia tornara seu diretor, Frediano Trebbi, alvo de ameaças de morte. Não era a primeira vez, porém, que esse personagem irrequeto arriscava a vida por suas opiniões. Em 1917, ao solidarizar-se com greves operárias em Pelotas, fora espancado pela polícia em plena rua, além de sofrer um atentado no ano seguinte.

Agora, durante a Revolução de 1923, mesmo em meio à conflagração armada e apesar das novas ameaças de morte ao seu diretor, o jornal continuava a não medir palavras. Como fazia, aliás, o seu arquirrival, o governista *Diário Popular*. Nas páginas deste, *O Rebate* era tratado como “pasquim de bandoleiros”. O jornal maragato por sua vez rotulava a folha rival de “órgão oficial da ditadura” ou “cano de esgoto da rua 15”. Para estigmatizar e ridicularizar as tropas e as milícias governistas, *O Rebate* abandonou o vocabulário

rebuscado e forjou um termo *sui generis*. Assim, os leitores encontravam, nas suas páginas, notícias como “Quatro soldados bundinhas cometeram novas arbitrariedades na venda da rua X” e “Um efetivo de cem bundinhas passou pela cidade Y”.

Se os artigos não eram assinados, o estilo era revelador. Além disso, a certa altura o texto invocava a fórmula final do poema antimilitarista “Guerra”, publicado por Apporelly anos antes em Porto Alegre: “morro ou mato”. Ou seja, ou seu herói fugia para o morro ou se escondia no mato. Dois dias depois de publicar o texto acima, *O Rebate* reagia a um possível plano para matar seu diretor, Frediano Trebbi, recorrendo a uma ameaça:

Se os reis de Pelotas conseguirem eliminá-lo... Dez mil panfletos candentes já estão impressos e guardados em lugar conveniente para distribuição profusa, que causará, como é de supor, verdadeira sensação pelas revelações escandalosas de que estão peçados, descarnando, um a um, os míseros figurões que tramam [o vil atentado](#).

No fim de abril, *O Rebate* foi cercado e invadido por um grupo de militares governistas, que destruíram suas oficinas e feriram Trebbi com um tiro de raspão na cabeça. O jornalista logo se vingaria, através de uma entusiástica cobertura da chegada a Pelotas do caudilho revolucionário Zeca Netto, com seus homens montados a cavalo. A sede do jornal rival, o borgista *O Diário Popular*, quase foi invadida e destruída [pelos revolucionários](#).



Apporelly em 1922: diretor de *A Notícia*, de São Gabriel.

A revolução chegaria ao fim em dezembro de 1923, com a assinatura do pacto de Pedras Altas, nome da propriedade de Assis Brasil. Ali, num castelo de traços medievais erguido

em pleno pampa, as principais lideranças firmaram o tratado que extinguiu a reeleição e a indicação de intendentes para as prefeituras e para a vice-governância do estado. Chegava ao fim uma era da política gaúcha, mas não as atribulações vividas pelos jornalistas da oposição. Um ano depois, mesmo refugiado em Rivera, no Uruguai, Fanfa Ribas estava exposto a eventuais violências. “Jornalista agredido”, dizia uma nota de *O Tempo*, “Fanfa Ribas foi vítima de insólita agressão de dois indivíduos desconhecidos, um dos quais feriu-o na cabeça, a golpe de cacete, na ocasião em que aquele nosso colega se abaixava para pegar uma pedra [com que se defender](#).”

O último capítulo da carreira de jornalista militante de Apporelly aconteceria na cidade de São Gabriel, no interior do Rio Grande, em janeiro de 1924, quando *O Tempo* registrou numa nota: “Visitou-nos com seus primeiros números o nosso novel colega *A Reação*, que acaba de surgir em São Gabriel. Tem como diretor-gerente o Sr. Apparício Torelly e é francamente oposicionista, na sua qualidade de órgão da Aliança Libertadora [daquela cidade](#).”

O jornal chegou às ruas, pela primeira vez, num domingo, 13 de janeiro de 1924, celebrando o Congresso das Oposições do Rio Grande do Sul, num momento em que, terminada a guerra, pretendia-se passar “do campo ensanguentado das batalhas para o terreno pacífico das urnas”. No levante que se encerrara, os maragatos viam um movimento legítimo e ainda estavam presentes no espírito dos leitores as emoções vividas contra o “regime de torturas, de amordaçamentos e de asfixia”. O diretor da publicação se desculpava: “O seu primeiro número, naturalmente, aparece com as imperfeições duma trincheira erguida, às pressas, sob a fuzilaria inimiga, em terreno conquistado palmo a palmo.”

A alusão à trincheira não era casual. Os maragatos não se intimidavam diante das acusações aos seus “bandoleiros”. Ao contrário, assumiam orgulhosamente o rótulo, sem nele enxergar nada de ofensivo. Anunciava o jornal:

Levamos conosco para o terreno da peleja a mesma nobreza, o mesmo cavalheirismo, a mesma pureza de conduta que tanto dignificaram perante o adversário e perante a nação os nossos heroicos soldados da liberdade, corte admirável de bandoleiros gloriosos, que encarnaram na nossa história o mais brilhante capítulo de [civismo e bravura](#).

Porém, qual seria o legado da sua militância jornalística pelo interior do estado? Jornais em que trabalhara, como *A Tradição* e *A Reação* eram órgãos oficiais dos oposicionistas, contudo um velho amigo, ao tentar qualificar as convicções políticas que animavam o jovem jornalista, observou: “Era um maragato, porém [francoatirador](#).” Apporelly exagerava, dizendo: “Chegava numa cidade, fundava um jornal e, em poucas semanas, o prefeito caía, [debaixo de gargalhadas](#).” No entanto, queixava-se de que os políticos só descobriam o quanto ele era espirituoso dias antes das eleições. Não consta que tenha cogitado candidatar-se, mas num perfil seu, traçado por Humberto de Campos, contou o escritor: “Levantava sua candidatura ao Conselho Municipal, mas, na véspera, era obrigado a mudar de terra, com uma ponta de faca no pescoço, a apressar-lhe a viagem. Data daí o jeito que tem de caminhar, como quem vai [empurrado](#).”

No conflito, despontaram entre os governistas vários nomes que ganhariam projeção nacional, como o próprio Oswaldo Aranha, Flores da Cunha e Getúlio Vargas – curiosamente, todos os três ex-borgistas viriam a manter relações pessoais com o ex-

Apporelly havia sido convidado para assumir a direção de *A Reação* por um ilustre médico, importante liderança federalista e presidente do diretório do partido em São Gabriel, que aqui chamaremos de C e que era seu sogro.¹

Três anos antes, ao ser recebido naquela sociedade e na casa de seu benfeitor, o jornalista conheceu e se apaixonou pela filha adotiva deste, Alzira Alves. Criada pelo médico, querido na cidade por seu trabalho humanitário à frente do hospital de São Gabriel, ela fora, na realidade, gerada fora do casamento. Talvez pensando nas jovens de Porto Alegre que o desprezaram, Apparício ponderou se não chegara o momento de encerrar sua carreira de boêmio e casar-se. Afinal, refletiu o humorista, “todos os meus antepassados foram casados”. Pouco menos de um ano antes, numa crônica do *Correio do Sul*, ele anunciara em tom de galhofa: “Não sigo a escola do filósofo cínico, que, a respeito do casamento, dizia: ‘Se fores moço, ainda é muito cedo; se fores velho, [já é muito tarde](#).’”

O casamento foi celebrado em 30 de abril de 1921. O noivo tinha 26 anos; a noiva, apenas 17. Nove meses depois, nascia, em Bagé, o primeiro filho, Ary. O segundo, Arly, nasceria no ano seguinte, na mesma cidade. A vida itinerante de que Apporelly tanto gostava dificilmente pareceria apropriada a um marido, ao menos aos olhos da esposa. Impossível saber ao certo quando começaram a se desentender, mas, ao nascer o terceiro filho do casal, Ady, uma menina, em 1925, na cidade de Rio Grande, o casamento parecia condenado. Fato é que esse relacionamento se revelaria o primeiro passo, desastrado, na atribulada vida sentimental do humorista. Através de documentos e cartas é possível compreender, ao menos em parte, o que se passou, reconstituindo o triângulo amoroso que emergiu dessa crise – quadrilátero talvez seja um termo mais apropriado.

Numa crônica de 1920, publicada em Pelotas, ao comentar a conferência de certo orador, dedicada ao tema “A mulher”, Torelly, num texto piegas e até untuoso, despeja sobre os leitores todos os lugares-comuns dos beletristas da época: “É a mulher que se despe das vaidades terrenas para subir como uma santa para o altar do lar, na simplicidade impecável da mãe criadora, que é toda carinho, toda ternura, toda afeto e bondade... O pecado torna a mulher mais humana; o amor dá-lhe o sopro divino, a dor empresta-lhe a auréola da glorificação.” E o homem? “O homem, com sua maldade, com suas insídias, com suas traições e indignidades, é quem [perverte a mulher](#).” Escrito a sério, o artigo provavelmente arrancou sorrisos irônicos dos amigos que conheciam o boêmio incorrigível. De qualquer forma, em pouco tempo ele percebeu que sua própria experiência conjugal não se enquadrava na moldura cor-de-rosa sugerida por sua crônica.

Na ação de desquite movida por Apporelly contra a esposa, em 1930, ele obteve a guarda dos filhos pequenos graças à condição de “cônjuge inocente”. Com quem o jornalista acusou sua mulher de cometer “traição” não se sabe. Porém a parte acusadora não era tão inocente assim, pois, com o tempo ficaria claro que ele, na casa da família do seu patrono, o homem que o acolhera em São Gabriel, não havia cultivado um relacionamento apenas com

Alzira. A esposa de C, a quem chamaremos de Z, tinha 32 anos, apenas dois a mais do que Apparício, em 1925. Não se podia dizer que fosse exatamente sogra de Apporelly, mas a situação de Z e de Apparício não poderia ser mais delicada e complicada. Ele era esposo da enteada dela. Ela era a madrasta da sua mulher; era esposa do seu sogro. Era, além disso, a mulher do seu patrão, o correligionário maragato e patrono que o acolheu em São Gabriel. Apporelly tinha três filhos com Alzira; Z tinha quatro filhos com seu marido. A última coisa que poderia ocorrer era eles se apaixonarem – é claro que foi exatamente isso o que aconteceu.

No escândalo que se seguiu, a população da cidade tomou o partido do marido. Durante anos, o humorista não voltaria a pôr os pés em São Gabriel, onde sua reputação tornou-se a pior possível, a de ser um “[bagaceiro e relaxado](#)”. O fato de o marido liderar um grupo de dezenas de maragatos armados, conhecidos pela alcunha de “os degoladores”, também deve ter contribuído para que Apporelly não voltasse à cidade. Após romper definitivamente com a esposa e deixar os filhos no Rio Grande do Sul, o humorista, numa rara demonstração de prudência, abandonou o estado. Seguindo os passos de gaúchos talentosos da sua geração, resolveu mudar-se para a capital do país. Por sua vez, Z optou, num primeiro momento, por permanecer ao lado do marido em São Gabriel.

[5]

Concluída a paz de Pedras Altas, Apparício, esgotado, recolheu-se ao sítio do pai, perto de Rio Grande, para um período de descanso. Certa manhã, foi ao rio para pescar bagres, tendo ficado exposto ao sol durante toda a manhã. Como o dia estava bonito, resolveu mergulhar na praia do Cassino, que ficava a uma hora dali a cavalo. Selou a montaria e partiu, mas, quando chegava à praia, sentiu frio. Estranhou quando o frio aumentou e mais ainda quando a sensação se tornou insuportável. Quando voltou, já havia escurecido. Jantou, deitou-se sobre uns arreios e dormiu profundamente. Ao acordar, na manhã seguinte, não conseguia levantar a cabeça, pois o lado esquerdo do corpo estava paralisado. Transportado até a estação de trem numa carroça, enfrentou uma viagem de duas horas até Rio Grande.

Chegando à casa de saúde de sua cidade natal, a mesma que frequentou durante as férias quando era estudante de medicina e que pertencia a parentes seus, deram-lhe um quarto especial. Uma junta de médicos, conhecidos seus, reuniu-se numa sala até chegar ao veredicto: derrame cerebral.

– Tu tens de fazer um tratamento cavalariço. Se o fizeres, em seis meses estarás andando. Caso contrário, não terás três meses de vida – decretou o doutor.

O paciente ouviu em silêncio, agradeceu as atenções e a demonstração de franqueza. Mas avisou que também seria direto.

– Sinto muito, amigos, mas tratamento cavalariço farei somente quando for cavalo.

Havia algum tempo, o ex-estudante Apporelly manifestava ceticismo em relação à medicina convencional e à capacidade dos médicos, mas chegara o momento de testar suas convicções, passando da teoria à prática.

Depois de ouvir o diagnóstico, decidiu estabelecer o próprio tratamento e anunciou que

não queria visitas nem remédios. Precisava apenas de duas freiras que o obedecessem aos mínimos detalhes. Apresentado às assistentes, Apporelly anunciou: “Se forem boazinhas, prometo casamento às duas. Vou ao sacrifício da bigamia.”

Baixando a cabeça, as freiras fizeram o sinal da cruz, mas se comprometeram a obedecer. Ao lado da cama, ambas apoiavam cuidadosamente a cabeça do paciente seguindo suas instruções: cinco toalhas dobradas, cinco minutos de espera; mais cinco toalhas dobradas, outros cinco minutos... Aos poucos, o paciente estava quase sentado na cama.

No primeiro dia, sentiu-se humilhado ao ser alimentado como uma criança, com colheres levadas à boca. Recorrendo a toda a sua força de vontade e paciência, decidiu que comeria com as próprias mãos. Obrigou sua mão esquerda a cumprir ordens, usando um truque para enganá-la. Se ao procurar a boca, ela se desviava demais para a esquerda, ele, com toda a paciência, dizia à mão que a boca estava mais à direita. Lentamente, venceu também essa batalha.

E as pernas? O que fazer com elas, que se recusavam a dar um passo? Após três dias de internação, pediu uma espreguiçadeira para se exercitar, deslocando-se entre a cama e a cadeira. Um mês depois, o paciente andava pelo quarto. Sem avisar aos médicos, decidiu voltar para casa. Ainda vacilante e sentindo alguma tontura, caminhou dez quarteirões até chegar à sua residência, onde foi [recebido com festa](#).

Apesar da recuperação, o derrame deixaria uma seqüela: pelo resto da vida, ele arrastaria uma das pernas. Melhorando, precisou consultar alguns especialistas. O primeiro deu-lhe dois anos de vida. O segundo, também. Ao consultar o terceiro e obter o mesmo diagnóstico, sua preocupação deu lugar à euforia. Contabilizando o saldo das suas consultas, anunciava aos amigos: já tenho seis anos de vida! Apporelly melhorou e [voltou a trabalhar](#).

¹ Para não ferir suscetibilidades, preferimos nos referir apenas pelas iniciais aos envolvidos no episódio relatado a seguir.
[N. do A.]



Parte 2
(1925-1933)

8. Rio, capital do humor

[1]

AO DESEMBARCAR na praça Mauá, no início de 1925, descendo de um dos navios que ligavam Porto Alegre ao Rio de Janeiro, Apparício Torelly trazia no bolso 150 mil-réis e uma carta de apresentação. Não era dirigida a político ou ministro, mas a um conterrâneo que alugava quartos na rua Joaquim Silva, na Lapa. O endereço era suspeito, uma vez que o ponto era um dos preferidos pelas prostitutas da cidade. O quarto, no entanto, era limpo, e o preço, mais do que conveniente – apenas cinco mil-réis por dia, com café da manhã. Aos 30 anos, gozava de certa reputação no jornalismo gaúcho, mas ela nada valia na imprensa carioca. Bateria na porta daquele novo mundo na condição de um perfeito anônimo.

Inicialmente, procurou emprego na revista infantil *O Tico-Tico*, publicação pioneira em quadrinhos no Brasil. A sede ficava na antiga rua Sachet, atual travessa do Ouvidor, onde pediram que voltasse outro dia. Ele não voltou. Algum tempo depois, ao revirar os bolsos, constatou que lhe restavam apenas quinze mil-réis, e esgotara seu repertório de expedientes de onde extrair algum dinheiro: iam de rifas à venda de versos para literatos frustrados. Certo dia, sentado numa mesa do bar Nacional, no elegante hotel Avenida, na avenida Rio Branco, pôs-se a rabiscar um texto enquanto comia. Ao sair, viu, por acaso, a placa que anunciava a redação de *O Globo* e deteve-se diante da escadaria que levava às salas.

Era o mais novo jornal da cidade, fundado naquele ano e que colocara seu primeiro número nas ruas em 29 de julho. Seu criador, no entanto, não era um novato. Treze anos antes, Irineu Marinho fora responsável por um dos maiores sucessos da imprensa carioca: *A Noite*. Trazendo colegas seus da *Gazeta de Notícias* para o que parecia um empreendimento arriscado, ele inovou duplamente. Primeiro, com a ideia de um vespertino. “Ninguém compra jornal depois do jantar”, era a objeção que todos levantavam. Depois, produzindo um jornal que priorizava a notícia em detrimento do comentário. Menos prolixo do que seus concorrentes, o vespertino aposentou o chamado “artigo de fundo”, uma tradição tediosa preservada por outros diários. O sucesso de *A Noite* enriqueceu Irineu Marinho. Contudo, doente e precisando passar um período na Europa, ele vendeu, em 1924, sua parte do negócio aos outros acionistas. No ano seguinte, de volta ao Brasil, precisou decidir, aos 50 anos, o que faria dali para frente. Poderia desfrutar tranquilamente da fortuna obtida ou apostar todas as suas fichas numa nova aventura jornalística, opção que o levou a fundar *O Globo*. Era esse homem que Apporelly encontraria [no alto da escada](#).

Enchendo-se de ânimo, o humorista enfiou no bolso os papéis em que andara escrevendo e subiu os degraus. Encontrou um enorme salão com três espaços, separados por divisórias de madeira. Os primeiros eram destinados à publicidade; o outro, mais imponente, provavelmente fora reservado ao diretor, concluiu. Apporelly avançou imediatamente, até ser [barrado por um contínuo](#).

– Aonde vai?

– Vou falar com aquele homem – disse, apontando para Irineu Marinho, que estava na

entrada da sua sala e cuja figura Apparício conhecia de fotografias.

– Qual é a sua graça? – perguntou, secamente, o homem.

– Não tenho graça nenhuma.

– Como os outros te chamam?

– Às vezes me chamam assim: “psiu, psiu”.

Enquanto o diálogo avançava, Apporelly se aproximava do diretor do jornal. Estando próximo, elevou a voz:

– Vim do Sul, estou doente e quero trabalhar.

– Tenho 150 lugares nesta casa – avisou o diretor. Todos ocupados. Quando aparece uma vaga, 150 pessoas candidatam-se a ela. Veja o que quer fazer, inscreva-se e será chamado.

No entanto, algo no desconhecido – talvez sua determinação ou a postura nada convencional – chamou a atenção de Irineu Marinho e o fez prolongar a conversa.

– O que quer fazer aqui?

– Qualquer trabalho serve. De varredor a diretor do jornal, até porque não vejo muita diferença.

Irineu olhou para o gaúcho e pediu, por curiosidade, para ver os papéis que saíam do bolso do seu paletó.

– O senhor disse que está doente. Pode voltar amanhã, às sete horas? Venha às sete horas, porque não sou desses diretores de jornal que ficam fumando charuto. Sou cozinheiro de jornal.

Deixando a redação, Apparício foi à antiga galeria Cruzeiro, ali perto. Queria comer antes de voltar à atmosfera opressiva de seu quartinho na Lapa. Enquanto ainda estava por ali, um jornaleiro entrou no restaurante, anunciando a segunda edição de *O Globo*. Apparício viu, com espanto, o texto que rabiscara publicado na primeira página. A pequena crônica, que trazia a assinatura “Apporelly”, tinha como tema Mello Vianna, então governador de Minas Gerais, que tentava agora articular sua candidatura à presidência. O autor destilava ironias sobre o terno branco que o político costumava usar. Na redação, o colaborador misterioso foi motivo de especulações. Quem seria “Apporelly”? O novo pseudônimo de Bastos Tigre? De Raul Pederneiras?

No dia seguinte, pela manhã, após alguns minutos de espera na gaiola de madeira, Irineu Marinho apareceu para cumprimentá-lo.

– O senhor é um homem vitorioso – disse ele, numa alusão à sua estreia.

Depois de saborear o elogio, Apporelly, lembrando-se de que suas reservas chegavam ao fim, tentou abordar a questão do pagamento. Perguntou quanto valia seu trabalho.

– Não sei quanto vale, mas continue escrevendo.

Ele seguiu o conselho. Às vezes, escrevia suas crônicas no gabinete do diretor.

O sucesso de Apporelly aproximou-o do departamento de publicidade, onde soube, por um funcionário, que certo português, dono de um negócio no largo da Carioca, prometera um anúncio se fosse apresentado ao novo jornalista. O corretor ofereceu-se para dividir a comissão com Apporelly, que recusou, mas, para ajudar o colega, aceitou visitar o português. Interessou-se, então, pela publicidade e inventou um anúncio que recorria ao esquema das palavras cruzadas. À medida que se completava o quadro, o texto da publicidade formava-se, ao qual era acrescentado um desenho do próprio Apporelly. A Casa

Palermo foi seu primeiro cliente, engordando o orçamento do jovem jornalista.

Ao terminar a semana, no sábado, aflito pela falta de dinheiro, decidiu-se a extrair um vale de Irineu Marinho, que abriu a carteira e deu-lhe quinhentos mil-réis. Quantia mais do que respeitável, visto que o secretário de redação, Euríclides Matos, recebia trezentos mil-réis por semana. Irineu prometeu-lhe que na segunda-feira acertaria seu salário e tomaria as providências para sua contratação. No dia combinado, ele voltou à redação e encontrou na porta do jornal um aviso comunicando a morte de Irineu Marinho, vítima de um infarto. O dono era o único que conhecia o fabuloso salário prometido e durante aquela semana de trabalho o jovem gaúcho se desentendera várias vezes com o secretário de redação que, aos gritos, garantia o fechamento de cada edição. Apporelly estranhou seus modos e o ambiente das redações cariocas. “Vinha do Sul, onde um olhar podia provocar bala. Aqui, no Rio, via dois sujeitos se xingarem – ‘Cafajeste’; ‘Cafajeste é a mãe’; ‘É a tua’ – e, no dia seguinte, almoçarem juntos”, lembraria anos depois.



Apparício com o filho Ary, em 1925, ano em que chegou ao Rio de Janeiro.

[2]

Apporelly não demorou a tomar outro caminho. Sem o apoio do velho diretor, sabia que não suportaria os atritos na redação de *O Globo*. Pouco tempo depois, estava no bar Americano, na galeria Cruzeiro, quando encontrou um amigo, Barcelinhos, acompanhado de uma figura lendária da imprensa carioca, Mário Rodrigues, pai de Nelson Rodrigues, que teria um papel importante na próxima etapa da vida do humorista. Mário saíra recentemente da prisão – onde ficara durante cerca de um ano por ofender o ex-presidente Epitácio Pessoa, que moveu contra o jornalista dois processos – e ocupava-se com os preparativos

para lançar um jornal. O episódio que levou à sua condenação ficou conhecido na imprensa brasileira como “o caso do colar”, em eco ao escândalo de mesmo nome que atingiu Maria Antonieta às vésperas da Revolução Francesa.

Na época, Mário Rodrigues era diretor de redação no *Correio da Manhã*, de Edmundo Bittencourt. Em 19 de novembro de 1923, num momento em que, dada a ausência do dono, Mário assumira o comando, o jornal acusou o ex-presidente Epitácio Pessoa de, em troca de uma joia que ofereceram à sua esposa, suspender medidas contrárias aos interesses dos exportadores de açúcar. Epitácio Pessoa moveu contra ele dois processos, por injúria e por calúnia, que resultaram em duas condenações, com penas de um ano e de dois meses e em duas multas. Ele rompeu com Bittencourt por julgar que este não se mostrara solidário, abandonando-o à própria sorte. Era compreensível a reserva do dono do jornal, uma vez que, dois anos antes, Mário envolvera o *Correio da Manhã* numa enorme confusão ao publicar uma carta de Artur Bernardes produzida por dois falsários na qual o então candidato à presidência insultava os militares e o marechal Hermes da Fonseca. A reputação do diário sensacionalista carioca era a pior possível. Até em Bagé, poucos anos antes, Apparício Torelly, no *A Tradição*, citara as “infâmias insolitamente pasmosas assacadas pela [cloaca de Edmundo](#)”. O escândalo resultante das cartas forjadas provocou inquietação nos quartéis e quase alterou o desfecho da eleição. Edmundo Bittencourt provavelmente achava que seu jornal já havia experimentado uma dose suficiente de fortes emoções. O “caso do colar” [foi a gota d’água](#).

Mário Rodrigues, no entanto, não pensava em encerrar a carreira. Ao contrário, trouxe do *Correio da Manhã* parte da equipe com que fundou seu próprio jornal, *A Manhã*. No dia em que Apporelly se demitiu, Mário andava pela galeria Cruzeiro justamente à procura do futuro humorista, determinado a recrutá-lo para a nova empreitada. Todos sabiam que os princípios éticos de Mário Rodrigues eram discutíveis, mas ninguém duvidava de seu talento para o jornalismo.

– A coluna da [primeira página é sua](#) – prometeu.

A coluna, assinada por Apporelly e intitulada “Amanhã tem mais...”, estreou em 2 de janeiro de 1926. Nela, apresentou aos leitores sua ficha de identidade.

Idade: 30 anos. Não tem maior idade.

Estado: Maior.

Altura: 1,68m. Altura Média. Média Simples. Sem pão nem manteiga.

Crânio: Ucraniano.

Nariz: Para fora.

Boca: Para dentro.

Dentadura: Própria.

Barba: Cerrada e raspada.

Sinais Particulares: Solteiro de nascença. Sifilítico. Minha folha na polícia está limpa.

Minha [roupa branca também](#).

Logo o sucesso lhe valeu uma segunda seção. Ressuscitando uma ideia usada em seu jornalzinho *O Chico*, relançou “O herói do dia”, que apresentava um soneto sobre um personagem em evidência, abaixo da caricatura da vítima. “As duas seções adquiriram extraordinária popularidade”, diria ele. O escolhido podia ser o político Afonso Penna, o

ator Procópio Ferreira ou o general Cândido Rondon. O explorador, conhecido por seu trabalho de contato com os índios, ganhou então um “Rondó a Rondon”:

Na imensidão florestal
Lá nos confins de Goiás
Tem sua taba o general,
Com rádio e fogão a gás
Vive no vale e no monte,
Ensinando ao índio humilde,
O credo de Augusto Comte
E a adoração de Clotilde.
No mato... grosso, na zona
Conquista grande renome
E ao indígena impressiona...
Antropófago não é...
Mas na mata virgem come
Seus [biscoitos “Aymoré”](#)

No espaço que lhe cabia todos os dias na primeira página, Apporelly podia ainda parafrasear grandes nomes das nossas letras e também desenvolver, inusitadamente, seu sentido de audição. Afinal, se Olavo Bilac podia “ouvir estrelas”, por que Apporelly não poderia... “Ouvir panelas”?

Ora! – direis – ouvir panelas! Certo
ficaste louco... E eu vos direi, no entanto,
que muitas vezes paro, boquiaberto,
para escutá-las pálido de espanto.
Direis agora: – Mas meu louco amigo,
que poderão dizer umas panelas?
O que é que dizem quando estão contigo
e que sentido têm frases delas?
E direi mais: – Isso quanto ao sentido,
Só quem tem fome pode ter ouvido
Capaz de ouvir e [entender panelas](#).

[3]

Ao recrutar Apporelly, Mário Rodrigues pretendia oferecer aos leitores uma atração que concorresse com Bastos Tigre, grande nome do humor que brilhava nas páginas do jornal rival, o *Correio da Manhã*. Porém, ao traçar os pequenos perfis em forma de soneto, Apporelly não estava inovando, mas seguindo uma tradição recente que associava humor e poesia. Ao ingressar naquele restrito clube, Apporelly inscrevia seu nome na genealogia do humor brasileiro, cujas raízes desciam até o maranhense Arthur Azevedo. Curiosamente, os principais ramos dessa árvore em algum momento se cruzaram num mesmo ponto: a seção intitulada “Pingos & Respingos”, no *Correio da Manhã*. Por ali passaram o cearense

Antônio Salles, o poeta paranaense Emílio de Menezes e, por último, o pernambucano Bastos Tigre, que manteria a coluna por quase cinquenta anos. Esses nomes do humor muitas vezes se abrigavam sob os mesmos pseudônimos, como Gaston D'Argy ou Cyrano e Cia. Ao recordar sua estreia, o humorista gaúcho registrou a entrada em cena de uma nova geração ao observar que “Bastos Tigre substituíra [Emílio de Menezes no Correio da Manhã](#)”.

Patriarca dessa família, Arthur Azevedo é mais conhecido como o autor de comédias como *A capital federal* ou *O tribofe*, de 1882, em que fustigou o marechal Deodoro e o seu ministério: “Na política há muito tribofe/ Muito herói que não sabe o que diz/ E que quer é fazer regabofe/ Muito embora padeça o país.” Contudo, além de dramaturgo, publicou contos, artigos e comentários humorísticos em jornais, nos quais fez todo tipo de trabalho, de revisor a colunista, passando pela tradução de folhetins franceses. Vivia-se a era dos pseudônimos e, da mesma forma como Machado de Assis assinava “Dr. Semana” ou “João das Regras”, Joaquim Nabuco, “Garrison” e “Freischutz”, e Olavo Bilac, “Puck” e “Belial”, Arthur Azevedo multiplicava suas colaborações por vários jornais sob as assinaturas de “Eloy, o herói”, “Batista, o trocista”, “Cósimo”, “Cratchit”, “XYZ”, “Petrônio” ou “Gavroche”.

Escondendo-se atrás de um pseudônimo era possível não apenas adotar um tom mais leve e frívolo, como ser mais ferino e leviano. Em *Mercúrio*, uma das suas peças de teatro de revista, Azevedo criticou a mania dos pseudônimos franceses, assim como a vaidade e a irresponsabilidade de seus pares, fazendo um dos personagens, um homem de imprensa, já em 1885, rascunhar um “Código de Ética do Jornalismo”:

Parágrafo primeiro:

Se acaso és brasileiro,
Declara-te estrangeiro.

Parágrafo segundo:

Mostra-te furibundo
E ofende a todo mundo.

Parágrafo terceiro:

Embora o derradeiro,
[Reputa-te o primeiro...](#)

Nas páginas de *O Paiz*, Azevedo foi substituído pelo poeta cearense Antônio Salles, fundador da famosa Padaria Espiritual de Fortaleza, confraria intelectual da cidade, e autor da quadrinha:

Passa na estrada um camelo

E um corcunda palpitante

De alegria disse ao vê-lo

– Mas que animal elegante!

Salles, em seguida, assumiu o cargo de redator no *Correio da Manhã*, na seção “Pingos & Respingos”. Apesar do sucesso obtido, era a própria antítese do carreirista. Em Fortaleza, recusara a presidência da Padaria Espiritual e o posto de secretário de estado do Ceará. No Rio de Janeiro, não quis um lugar, oferecido por Machado de Assis, entre os fundadores da Academia Brasileira de Letras e desprezou os cargos de adido comercial e de secretário do embaixador em Londres, em convites de Joaquim Nabuco. Também não o atraiu a chance de

se candidatar a [deputado pelo Ceará](#). Talvez por isso se sentisse tão à vontade em criticar e cobrar satisfações às autoridades. No *Correio da Manhã*, desencadeou uma campanha insistente pela demissão de Nuno de Andrade do cargo de diretor da Saúde Pública. Tendo o médico em mira, ele publicaria várias quadrinhas como essa:

De certas damas, às vezes,
A barriga cresce, estica,
Mas, ao fim de nove meses...
Tudo passa. [E o Nuno fica!](#)

O sucesso da campanha animou Salles a adotar a mesma tática, desta vez contra o ministro J. J. Seabra, do governo de Rodrigues Alves. Salles tomou as dores de Ennes de Souza, demitido da direção da Casa da Moeda e buscou inspiração numa cruzada anterior, movida por Olavo Bilac contra o chefe de polícia Sampaio Ferraz. “Só tu, Sampaio, não sais...” pedia o príncipe dos poetas. Salles, então, atacou:

Sai o cobre do Tesouro
(E ao sair não volta mais).
Sai do povo a pele e o couro.
Só tu, Seabra, não sais!

Ao contrário do que ocorreu com Nuno, Seabra ficou. Foi Antônio Salles quem precisou sair: funcionário do Tesouro Nacional, foi transferido para o Rio Grande do Sul. No dia do embarque, publicou na sua seção do jornal uma última quadrinha:

Sai o Salles do Tesouro,
Vai para as plagas austrais
Comer churrasco com couro...
Só tu, Seabra, [não sais!](#)

Emílio de Menezes foi, sem dúvida, o maior expoente dessa escola. O jovem Oswald de Andrade dizia ser seu fã e talvez a irreverência do poeta tenha se incorporado ao temperamento dos modernistas. Emílio não construiu uma reputação literária convencional: seus poemas parnasianos exerceram enorme influência para, em seguida, serem completamente esquecidos. A posteridade segue ignorando o poeta “sério” que conquistou uma cadeira entre os imortais da Academia, preferindo valorizar o literato que debochava de tudo e de todos na porta da confeitaria Colombo. Foi este o veredicto de Manuel Bandeira, que apreciava os versos satíricos reunidos postumamente na antologia *Mortalhas: os deuses em ceroulas*, mas considerava os poemas parnasianos de Menezes “enfáticos e enfadonhos”: “Emílio de Menezes satírico foi um grande mestre; o lírico, salvo em três ou quatro sonetos, era [empolado e oco](#).”

A própria figura de Menezes já era uma caricatura. O corpo enorme e roliço, o rosto inchado, os bigodes gigantescos e escorridos, tudo sugeria o aspecto de uma morsa ou de um leão-marinho. Os lápis dos desenhistas riscavam quase que sozinhos os traços exagerados. Monteiro Lobato, após encontrá-lo num piquenique com outros intelectuais paulistas, escreveu:

Emílio tem a fama de ser o homem de mais espírito deste país. E é o moto-contínuo da graça. Ri-me tanto, que voltei para casa com os músculos faciais doloridos. Além de grande poeta satírico, Emílio é ator de incomparável máscara e senhor de todos os truques psicológicos que desmandibulam os [homens mais sisudos](#).

Seus versos bem-humorados e agressivos eram temidos. Como disse num poema seu sucessor, Bastos Tigre, “o florete sutil de um pérfido epigrama/ Não há quem, como Emílio, ousadamente esgrima”. Era cruel. Quando o poeta Vicente de Carvalho – julgado por ele vaidoso – amputou um dos braços, Emílio de Menezes viu no ocorrido uma interferência divina, pois só assim o poeta não passaria [a vida a aplaudir-se](#). Com essa atitude, colecionava desafetos. Talvez o maior deles tenha sido o diplomata e historiador Oliveira Lima, autor de *D. João VI no Brasil*. Tão ou mais gordo do que Menezes, ele passou, certo dia, acompanhado da mulher, Flora, diante da confeitaria em que o poeta se encontrava com amigos. “Lá vão a flora e a fauna brasileiras...”, teria comentado Menezes. As palavras, no entanto, chegaram aos ouvidos de Oliveira Lima, que respondeu com um artigo violento no jornal *O Estado de S. Paulo*, desancando Menezes como “bêbado” e “vadio”. O poeta contra-atacou com um soneto em que relaciona a obesidade de Lima à ambição que nutria por cargos no Itamaraty. “Atravancando a porta que ambiciona/ Não deixa entrar nem entra. É uma mania!/ Dão-lhe por isso a alcunha brincalhona/ De paravento da diplomacia.” E concluía: “Eis em resumo essa figura estranha:/ Tem mil léguas quadradas de vaidade/ Por milímetro [cúbico de banha](#).”

Como ocorreria mais tarde com Apporelly, Emílio de Menezes, mais do que autor, transformou-se em personagem. Na condição de protagonista de inúmeros casos e anedotas, ganhou fama como excêntrico, que fazia questão de cultivar. Batia ponto na confeitaria Colombo, onde sempre lavava as mãos ao chegar, encontrando na pia uma toalha invariavelmente encharcada. “Garçom! Traz um pano seco para enxugar essa toalha”, pedia.

A exemplo de Oliveira Lima, Emílio de Menezes era famoso pela obesidade. Glutão convicto, não escolhia lugar apropriado para mastigar beterrabas, abóboras e aipos, geralmente crus, ou camarões secos, que ajudava a descer com um gole de cachaça. Nos restaurantes, após generosas refeições, encerrava a noite comendo meia dúzia de ovos cozidos. Não foi à toa que, ao morrer, Emílio de Menezes pesava 117 quilos, um a mais [do que Arthur Azevedo](#). Se o primeiro parece nunca ter se preocupado em emagrecer, o autor de *A capital federal* demonstrava algum remorso. Deixou-se convencer por algum amigo de que a equitação era um ótimo antídoto contra a obesidade. No bairro carioca de Vila Isabel, arrumou um cavalo e partia em passeios para a Tijuca ou Jacarepaguá.

– E então, Arthur – um conhecido quis saber certa vez, – andar a cavalo faz ou não faz emagrecer?

– Faz.... O cavalo [emagreceu bastante](#).

Como Arthur Azevedo, também Emílio de Menezes foi eleito, em 1914, para a Academia Brasileira de Letras. Chegava, na verdade, atrasado, pois pertencera ao grupo fundador da instituição, mas, devido ao estilo de vida boêmio, custou a obter uma cadeira. Porém, ao ser aceito, quis marcar a ocasião com uma atitude excêntrica. “Fastidioso vai ser este quarto de hora em que sois forçados a ouvir-me” – com essas palavras nada promissoras, começou o discurso que escreveu para sua posse. Conservando seu ânimo combativo, prosseguia, contando que “quando começou a haver uma quase certeza da minha eleição, os inimigos rancorosos redobram de esforços demolidores”. Eram os mesmos que agora ressuscitavam contra ele as acusações de “boêmio” e “desregrado”. Na direção deles, o poeta

descarregava suas baterias:

A esses pivetes da literatura, junta-se infalível e diariamente, uma classe dez vezes mais venenosa, mil vezes mais perigosa. É a dos velhos inéditos à força de publicidade. É composta de uns venerandos senhores que já publicaram, por dezenas de anos, dezenas de livros, volumosos e ponderados, mas sem alguém que lhes repita o nome. Daí a intoxicação pelo ineditismo e o ódio à repercussão do nome alheio. Houve quem os comparasse a essas máquinas de costura aperfeiçoadas, que cosem anos e anos consecutivos, sem que se lhes [ouça o ruído](#).

Vetado pela mesa da Academia, que viu no texto vários itens “aberrantes das praxes acadêmicas”, o discurso jamais foi pronunciado. Emílio adiou o quanto pôde as emendas sugeridas e, quatro anos depois de eleito, morreu sem tomar posse formalmente.

Quem garantiu sua vaga como seu sucessor no humor brasileiro foi o pernambucano Bastos Tigre. Depois de estreiar no *Tagarela*, lançou-se com o pseudônimo de D. Xiquote, nas páginas de *A Avenida*, de 13 de agosto de 1904. Nessa revista ele publicava seus “prontos”: poemas de catorze linhas sobre um personagem, ilustrados por uma caricatura feita por Carlos Lenoir, o Gil, numa fórmula adotada mais tarde pelo jovem Apporelly e por muitos outros. Sobre a origem da expressão “prontos” para esses instantâneos, termo que logo se popularizou, existe uma explicação curiosa do cronista Luís Edmundo. Segundo ele, sua criação está ligada às investidas étlicas de um antigo boêmio chamado Clímaco Barreto, que frequentava os bares da cidade sem ter um tostão. Assim que virava o último copo, ele se levantava e, com braços esticados, rendia-se aos garçons que lhe mostravam a conta. “Pronto! Podem me revistar. Vejam se descobrem um níquel [em algum bolso](#).”

Ao lado dos caricaturistas Raul Pederneiras e Calixto, Bastos Tigre participou também da revista *Avança*, que durou apenas seis números. Melhor sorte teria *D. Quixote*, fundada por ele em abril de 1917, e em cuja equipe figuravam os cartunistas J. Carlos, Raul Pederneiras, Calixto, Storni, Seth e Julião Machado. Assinando os textos, o próprio Emílio de Menezes, Humberto de Campos, Terra de Sena, Madeira de Freitas e o francês André Dumanoir.

A revista de Bastos Tigre inovou ao pagar dignamente seus colaboradores, algo raro. Em *O Malho*, por exemplo, certo Bartolomeu, que acumulava as funções de fundador, proprietário, gerente, caixa e avaliador das colaborações, adotava um critério nada convencional: pagava pela centimetragem. Quando o jornalista e poeta Guimarães Passos lhe trouxe uma colaboração, ele enfileirou logo as tiras de versos, comentários e piadas, uma atrás da outra.

- Quanto quer por isso, seu Guima?
- Quinze mil-réis.
- Quinze mil-réis! Você está doido! Quinze mil-réis por isso? – respondeu, medindo com os dedos a sequência de pedacinhos de papel.
- Mas leia! Leia! Aí tem [graça pra mais de vinte mil-réis...](#) – contra-argumentou o poeta, aflito.

Já a revista de Bastos Tigre publicava um aviso na sua página de correspondência: “*D. Quixote* valoriza o bom humor: por contribuição publicada pagará, a título de animação, três mil-réis.” A quantia era paga por caricatura, quadrinha, anedota ou soneto e, lembrou anos depois Bastos Tigre, “pagava um almoço bem substancial no Bosier, no Labarthe, em qualquer petisqueria, ou um lanche na Colombo, de sanduíches, empadas e [meia dúzia de](#)

[chopes](#)”. Na seção, os redatores ainda comentavam as colaborações rejeitadas ou aceitas: “João – O Batuta: João... João... Você não tem coração!... Envia-nos três piadas sobre o terrível desastre da Central e no fim previne que nos mandará mais piadas... quando houver outro desastre na Central. O seu pseudônimo deveria ser [João Coruja](#).”

Alguns conseguiam faturar bastante com o esquema, recorrendo a uma ampla variedade de pseudônimos. O gerente da *D. Quixote* viu num colaborador especialmente prolífico um espertalhão que queria se aproveitar da revista. Convocado, compareceu à redação “um rapazola moreno, pálido e magro, de uma timidez de causar pena e, ainda por cima, de uma gagueira [incoercível](#)”. O “acusado” confessou-se autor de cinco contribuições da edição anterior, mas, em vez de ser punido, foi contemplado com um convite para integrar a equipe permanente. O nome do novo colaborador era Lauro Nunes, que se tornaria famoso com o pseudônimo de Terra de Sena e por ser o pai do humorista Max Nunes.

Outros, no entanto, por algum estranho pudor, optavam por manter oculta sua identidade. Era o caso do próprio Antônio Salles, que preferia despachar o sobrinho Pedro Nava para o escritório da *D. Quixote*. Toda semana o garoto aparecia na redação levando um exemplar com as contribuições do tio marcadas em lápis vermelho para receber o dinheiro pela colaboração. “Era na rua D. Manuel, num térreo todo escuro e os emolumentos eram entregues por Bastos Tigre em pessoa. Sempre de colarinho duro, colete, só que sem o paletó e os punhos que ficavam em cima da mesa, como dois cilindros engomados no meio da papelada”, contou Nava. O jornalista pedia que o menino revelasse a identidade do colaborador misterioso, mas o garoto seguia a ordem de guardar segredo. “Ele ria, dentro da bigodeira preta e dentro dos olhos de turco – pestanudos e negros – abria a gaveta, tirava o dinheiro e me passava os dez, quinze, vinte mil-réis da semana.” Somente quando seguiu o menino pelas ruas, Bastos Tigre conseguiu flagrar Antônio Salles e desvendar o mistério do colaborador secreto: “Acabou apanhado, cearense besta! Semana que vem, venha em pessoa, se não, [não pago!](#)”

O humor que floresceu nas duas primeiras décadas da vida brasileira no século XX manifestou-se na obra de caricaturistas e de poetas, na publicidade que dava seus primeiros passos e nos espetáculos de teatro de revista. Seu principal veículo, contudo, foi a imprensa. Dos folhetins cômicos do Segundo Reinado, ela atingira um novo patamar nos primeiros anos da República, quando o incremento das gráficas e o crescimento dos centros urbanos levaram à multiplicação de revistas e consolidaram o fenômeno do diário moderno. Este, nas palavras de Olavo Bilac, vinha a ser “o jornal leve e barato, verdadeiro espelho da alma popular, síntese e análise das suas opiniões, das suas aspirações, das suas conquistas e [do seu progresso](#)”. Naqueles anos, os humoristas procuravam explorar o descompasso entre os hábitos arcaicos do país e o modelo europeu de modernidade ao qual as elites aspiravam. Se alguns debochavam do “atraso” manifestado pela população, outros, mais críticos, preferiam fazer rir ao mostrar o que havia de posição na *belle époque* que se queria implantar na capital federal. De modo geral, contudo, os epigramas e trocadilhos de Emílio de Menezes e os versos de Bastos Tigre eram tão inofensivos quanto a literatura convencional da época, aquela que, na fórmula de Afrânio Peixoto, foi rotulada como o “sorriso da sociedade”. Os detentores do poder não tinham por que temer esses humoristas: a boca risonha raramente mordida. Porém não sabiam era que, enquanto completava sua formação na escola daqueles

veteranos, o jovem humorista Apparício Torelly afiava os dentes.

9. O “Foliculário Catastrófico”

[1]

A MANHÃ obteve enorme sucesso. “O diário de Mário Rodrigues era a expressão máxima do jornalismo brasileiro, com suas virtudes e seus defeitos”, opinou Apporelly nos anos 1940. “*A Manhã* desfrutava de prestígio, merecido, diga-se de passagem, porque reunia o que havia de melhor no jornalismo da época. A começar pelo diretor e ainda mais Humberto de Campos, Antonio Torres, Pedro Mota Lima, Guevara e [tantos outros](#).” As virtudes do jornal eram claras, mas o que dizer dos “defeitos”, discretamente mencionados pelo humorista?

Antes de mais nada, caberia lembrar a personalidade singular do seu proprietário. No trato com as pessoas e na vida profissional, Mário Rodrigues parecia animado pela mesma impetuosidade do panfletário que, em Recife, sua cidade natal, havia se envolvido em várias campanhas e polêmicas de extrema violência. Não foi por outra razão que seu conterrâneo Gilberto Amado classificou-o como “foliculário catastrófico”. A atitude projetada era “a do sujeito sem indulgência – o castigador”, recordava-se Álvaro Moreyra. “Não olhava em torno, ia aos trancos. Duro. Mostrando-se mau.” A impressão, contudo, se desfazia aos olhos de quem o conhecesse melhor:

Aquele papão que a gente via de longe não passava de uma criança quando se chegava perto dele. Uma criança tímida, espantada, que falava gaguejando. Uma criança que repartia todos os seus brinquedos. Nunca possuiu nada que não fosse também dos outros. Milionário durante o dia, ia dormir pobre de madrugada, depois [do cansaço da redação](#).

Para compreender o que se escondia nas entrelinhas da observação de Apporelly, é interessante recorrer a uma história que ele gostava de contar, mas que por motivos compreensíveis jamais publicou. O episódio acabaria incorporado ao folclore do jornalismo carioca.² *A Manhã*, tendo ainda poucos meses de vida, enfrentou uma ameaça de greve por parte dos linotipistas, revoltados com o atraso dos salários. Desesperado, Mário Rodrigues anunciou aos colaboradores mais próximos:

– Precisamos ir a Minas Gerais para pegar dinheiro com o Mello Vianna.

Este, na época, governava Minas Gerais e, por coincidência, fora tema da crônica de estreia de Apporelly em *O Globo*. Uma comitiva formada por três representantes do jornal embarcou, então, num trem para Belo Horizonte: o próprio Apporelly, no papel do engraçado, o elemento divertido destinado a amenizar a seriedade da negociação; Danton Jobim, então um jovem jornalista, bem apessoado e elegante, para causar boa impressão; e finalmente o próprio diretor do jornal, Mário Rodrigues. O grupo partiu, sabendo que o nome de Mello Vianna era cogitado como possível candidato à presidência. Pesava também o fato de que seu antigo patrão, Edmundo Bittencourt, colocara *O Correio da Manhã* a serviço da oposição. Neste caso, *A Manhã* defenderia o governo de Artur Bernardes – e, mais tarde, o de Washington Luís –, sempre de olho nas verbas oficiais.

Depois de chegar a Belo Horizonte e instalar-se no Grande Hotel, Mário dirigiu-se com os colegas à sede do governo. Lá, o jornalista desfiou suas lamentações: “A greve é parte de

uma conspiração. Querem acabar com o meu jornal. O pessoal do *Correio da Manhã* está por trás disso. Com o fim do meu jornal, os senhores vão perder um baluarte de defesa da sua política...”

– Muito bem, de quanto você precisa? – perguntou Mello Vianna.

O diretor do jornal informou a quantia. Mello Vianna pegou um papel e escreveu ao seu secretário da Fazenda, Dr. Noraldino Lima: “Peço o favor de entregar ao Dr. Mário Rodrigues a quantia de oitenta contos. Depois arranharemos um jeito de fazer aquilo.” Por “aquilo” entenda-se um malabarismo contábil que disfarçasse o gasto no orçamento do estado. O grupo foi à secretaria e recebeu a quantia em dinheiro. Ao deixar o palácio, os três desceram a rua da Bahia e foram ao Bar do Ponto. Entusiasmado, Mário Rodrigues conclamou os amigos.

– Isso está pedindo uma comemoração!

Pediram uma champanhe francesa. Pediram a segunda e a terceira. Os três, bebendo com aquela animação, às quatro horas da tarde, era uma cena que chamava a atenção. Lá pelas seis da tarde, apareceu um dos “faróis” que frequentavam a área, profissionais contratados pelos cassinos para atrair incautos para suas bancas de jogo.

– Doutor Mário, o senhor está no seu dia de sorte. Se for ao cassino do Bonfim hoje, com certeza vai ganhar tudo!

Com o discernimento embotado pelos litros de champanhe consumidos, os três encaminharam-se para a casa de jogo. Mário Rodrigues comprou uma pilha de fichas. Deu um punhado para Apporelly, outro para Danton, ficando com o resto. Começaram a jogar. Às três da madrugada, não tinham um tostão. Voltaram cabisbaixos para o hotel. No dia seguinte, Mário chamou os dois e anunciou:

– Mandei chamar vocês porque são os dois que vão levar meu cadáver para enterrar no Rio. Sou um criminoso, tirei o pão da boca dos meus filhos, vou me suicidar.

Danton se desesperou:

– Doutor Mário, não faça isso!

Até que Apporelly, friamente, pôs a mão no ombro dele e ponderou:

– Dr. Mário... O senhor tirou esse dinheiro com tanta facilidade... Vai lá e tira de novo.

Espantado com a ousadia demonstrada pelo colaborador, o dono do jornal despiu-se dos – poucos – escrúpulos que lhe restavam. Os três retornaram ao palácio, espantando Mello Vianna quando viu o trio adentrando seu gabinete.

– Ué? Vocês não foram para o Rio?

Compungido, exibindo uma máscara trágica no rosto, Mário Rodrigues respondeu, gesticulando para os colegas.

– Dr. Mello Vianna, eles me salvaram de um suicídio certo... Sou um canalha! Sou um bandido! Sou meu maior inimigo! Eu conspiro contra mim!

– Mas o que aconteceu, Dr. Mário? – perguntou Mello Vianna.

– Imagine que fui atraído para um cassino por um miserável... e perdi todo o dinheiro que o senhor mandou que me dessem.

– E agora, o que o senhor quer?

– Quero que o senhor mande me dar a mesma quantia... E juro, juro ao senhor que isso não vai se repetir!

Mello Vianna sentou-se e escreveu outro bilhete para Noraldino Lima, que recebeu a mensagem horrorizado, telefonando para o governador para confirmar a ordem.

– Noraldino, os rapazes vieram aqui... O Mário queria se suicidar... – justificou-se Mello Vianna.

Mário e seus colegas receberam novamente o dinheiro. Desceram a rua, passaram no mesmo Bar do Ponto. A audácia demonstrada precisava ser recompensada à altura. Mandaram vir mais champanhes. Outra vez, o álcool turvou o juízo do trio. O cassino foi mencionado. Eles haviam conseguido o que parecia impossível. “Dr. Mário, hoje é o seu dia! O senhor vai ganhar *tudo!*”, alguém sugeriu. Por que o impossível não poderia acontecer mais uma vez?

– Chamem um táxi – pediu Mário.

O trio voltou ao cassino. Novas fichas, novas apostas, mesmo fiasco. De madrugada, os três viram-se limpos.

Pela manhã, o diretor de *A Manhã* anunciou:

– Vocês me salvaram do suicídio ontem... Mas hoje... Eu me mato! Sou o último dos canalhas!

Apporelly, após acalmar o patrão, conjecturou:

– Dr. Mário... Quem dá uma e dá duas, também dá três.

Incrédulo, seu chefe insistiu:

– Você acha mesmo, meu filho?

– Acho.

Ao ver os três voltarem em nova investida, Mello Vianna, espantado, foi menos complacente:

– Os três novamente! Vocês estão se transformando numa quadrilha perigosíssima!

Apporelly argumentou.

– Mário queria se matar, mas eu disse, não faça isso, porque o Dr. Mello Vianna é um homem de coração grande.

Depois de outras ameaças melodramáticas de suicídio, apelos desesperados e considerações sobre a utilidade política do diário de Mário Rodrigues, o homem que tinha nas mãos o governo de Minas Gerais acabou cedendo – sob uma condição.

– Eu dou, mas só quando estiverem na estação para pegar o trem para o Rio de Janeiro. Quando o chefe da gare apitar e o outro abaixar a bandeira para a locomotiva sair, o Noraldino, pela janela, entrega o dinheiro a vocês.

Na estação, o trio aflito olhava para todos os lados – nada do secretário de Finanças aparecer e Mário Rodrigues já procurava o revólver para encenar nova ameaça de suicídio. Só quando, já a bordo do vagão, ouviu-se o apito de partida, Noraldino chegou apressado com um grande pacote para passar pela janela. Na viagem de volta, abraçado ao dinheiro que evitaria a greve dos seus linotipistas e garantiria uma sobrevivência ao *A Manhã*, Mário Rodrigues não se cansava de elogiar seu subordinado.

– Apporelly, você é um gênio! Nunca trabalhei com um gênio no jornal! Você é um gênio!

A julgar pelo que o jornal publicava naquele período, algum fundo de realidade deve existir nessa história folclórica. É verdade que não se percebia coerência no estilo bombástico praticado por Mário Rodrigues, porém era lendária a violência das suas colunas e do seu linguajar. Sobre Artur Bernardes, no momento em que deixava a presidência, ao fim do mandato, para embarcar para a Europa, o jornalista escreveu: “Trapo humano, pobre diabo!” Já a Light, deixava em seu rastro “uma história de imoralidades e infâmias, de peculatos e corrupção”. Demolido em poucas frases, o Congresso era “a massa plástica de todas as imoralidades que deprimem e aviltam a nacionalidade, uma cidadela de negociastas repelentes, a sangrar o erário debilitado”. Em outras ocasiões, limitava-se a distribuir insultos, salpicados com doses generosas de pontos de exclamação: “Canalhas!!”, “Patifes!!”, “[Ladrões!!](#)”

Corroborando a história sobre a negociação com Mello Vianna, o jornal *A Manhã* inaugurou, em fevereiro de 1926, uma sucursal em Belo Horizonte, lançando seu “Suplemento Ilustrado de Minas Gerais”, exatamente no curto período em que Apporelly trabalhou com Mário Rodrigues – entre janeiro, quando estreou sua coluna, e maio, quando deixou o diário para seguir carreira independente com seu *A Manhã*. É claro que a linguagem empregada no suplemento para se referir a Mello Vianna nada tinha a ver com os arroubos de Mário Rodrigues. Ao noticiar que o político se afastaria do cargo para concorrer à vice-presidência na chapa de Washington Luís, o jornal comentava: “Com esse ato deu sua excelência seu testemunho público do seu amor à democracia. Isso torna-o cada vez mais querido e respeitado pelo povo, que se sente ufano de ter um dirigente à altura da índole e inteireza de [caráter dos mineiros](#).”

Longe de ser uma exceção, o comportamento de *A Manhã* era apenas um caso extremo de um fenômeno comum na imprensa da época. Adulação derramada e insultos, elogios suspeitos e insinuações maldosas – o humor dos diretores de redação e colunistas oscilava ao sabor do fluxo de doações, empréstimos oficiais nunca saldados, compra de publicidade e pagamento de propinas. Em relatório confidencial sobre a imprensa, encomendado por Washington Luís à Quarta Delegacia Auxiliar, encarregada da “ordem política e social”, afirmava-se que a contabilidade nebulosa dos diários da capital federal escondia todo tipo de “expedientes mais ou menos grosseiros” que os sustentavam. Os procedimentos variavam de doações de origem política até a pura e simples extorsão. Segundo o relatório, *A Gazeta de Notícias* precisava da verba de mais de um ministério para se manter. *A Noite* e *A Vanguarda* contariam com o dinheiro de empresas estrangeiras, como a Light. *O Paiz* receberia um generosíssimo empréstimo do Banco do Brasil como combustível para a fidelidade demonstrada ao governo. Os governos estaduais também despejavam suas contribuições, notadamente no cofre de *A Manhã*. O jornal de Mário Rodrigues chegou a atacar violentamente o governo do Espírito Santo por receber “apenas” cinco contos em troca de elogios [concedidos anteriormente](#).

Mesmo com uma tiragem que chegava a oitenta mil exemplares, *A Manhã* afundava-se

cada vez mais em dívidas. Contudo, seria difícil deduzir isso a partir do padrão de vida de seu proprietário. Se ao chegar ao Rio ele alugara uma casa modesta no subúrbio, poucos anos depois vivia num palacete de três andares em Copacabana aonde só costumava chegar de madrugada, depois da ronda que fazia ao sair da redação, passando por cabarés, bilhares e bares da Lapa. Para livrar-se dos credores, Mário Rodrigues passou o controle do jornal a um sócio.

Na qualidade de colaborador próximo do patrão, Apporelly teve oportunidade de conhecer os bastidores do jornal, incluindo sua contabilidade um tanto turva. Fosse por pressentir um naufrágio iminente ou para realizar o sonho que alimentava desde que vivia em Porto Alegre, ele decidiu, apenas quatro meses após ser contratado, deixar o diário de Mário Rodrigues e criar seu próprio jornal. A separação, ao que tudo indica, foi amigável. Num domingo, 18 de abril de 1926, um discretíssimo anúncio na página oito de *A Manhã* comunicava aos leitores: “Breve: *A Manhã*, revista semanal humorística. Diretor: Apporelly.”

Breve, mas nem tanto. A publicação ainda precisaria de um mês para vir à luz. Não seria uma revista, mas um jornal. Supersticioso Apparício não era, pois decidiu lançar seu jornal em 13 de maio, instalado na rua Treze de Maio – ainda que não no número 13, como gostava de dizer. No dia seguinte, *A Manhã* informava: “Circulou ontem o primeiro número desse novo semanário humorístico dirigido por Apporelly. O nome do seu diretor já é uma garantia para o sucesso que *A Manhã* alcançou. Ao novel, manhoso e simpático colega, nossos votos de [prosperidade](#).”

A Manhã

DIÁRIO DE ATUALIDADE DE RIO
Direção-propriedade: APPOBELLY

"A Manhã"

Programa de dia

Uma agenda é dada
para os leitores em forma de
um livro, e esta agenda é
dada a todos gratuitamente e
também para aqueles que
estão de fora...

Para os leitores que
estão de fora, com as
páginas de dados pessoais
de casamento e com as
páginas de dados pessoais...

Para os leitores que
estão de fora, com as
páginas de dados pessoais...

Para os leitores que
estão de fora, com as
páginas de dados pessoais...

Para os leitores que
estão de fora, com as
páginas de dados pessoais...

Para os leitores que
estão de fora, com as
páginas de dados pessoais...

Para os leitores que
estão de fora, com as
páginas de dados pessoais...

Para os leitores que
estão de fora, com as
páginas de dados pessoais...

13 DE MAIO



Resumo do dia...

13 de Maio, que hoje é
o dia de São João, o dia
de São João, o dia de São
João, o dia de São João...

13 de Maio, que hoje é
o dia de São João, o dia
de São João, o dia de São
João, o dia de São João...



TRIPÉ
Plástico em 45 segundos.
A qualquer hora e lugar.
Este não é um brinquedo.
É um tripé.
Vende-se em
todas as lojas.

13 de Maio, que hoje é
o dia de São João, o dia
de São João, o dia de São
João, o dia de São João...

Processo calibração

Um novo método de
calibração dos instrumentos
de medida, desenvolvido
pelo Dr. João de Deus,
está sendo aplicado em
todas as oficinas de
reparação de máquinas.

Almas paralelas



Almas paralelas



Almas paralelas

Primeiro número de A Manhã, 13 de maio de 1926.

10. O "Nosso Querido Diretor"

AO ESCOLHER o título de seu semanário, *A Manhã*, Apporelly fez mais do que roubar um til do jornal de Mário Rodrigues e criar um pesadelo para futuras gerações de revisores. “O que eu queria fazer era uma paródia do *A Manhã*. Não pude realizar isso porque me faltaram recursos financeiros”, [lembraria o humorista](#). Contudo, mesmo os leitores menos atentos reconheceriam a origem dos clichês que se repetiam nas colunas, principalmente a expressão “nosso querido diretor”, que ironizava o tratamento aplicado a Mário Rodrigues pelos redatores de *A Manhã*. Já a “tenda de trabalho”, termo que, numa humildade afetada, era usado para se referir à redação, transformou-se, no jornal de Apporelly, em “a nossa tenda árabe de trabalho”. Este repetiu até o cabeçalho colado ao título do diário: se no primeiro podia-se ler “Diretor-proprietário: Mário Rodrigues”, o novo semanário anunciava: “Diretor-proprietário: Apporelly”.

O lema do semanário era “Quem não chora, não mama”. Talvez por isso a figura de um bebê chorão pudesse ser vista incrustada no interior da letra “A” do cabeçalho, enquanto um jacaré descansava preguiçosamente sobre a letra “M”, ao lado de uma pena de duas pontas que atravessava o olho de uma máscara. A fantasia bizarra saíra da imaginação de Max Yantok, a quem Apporelly encomendara o serviço. Dono de uma biografia tão excêntrica quanto seu nome, o desenhista era filho de um imigrante italiano com uma índia brasileira. Nascido no Brasil, passou a infância e a juventude na Itália. Em Nápoles, estudou música e emprestava o piano da pensão onde morava a um amigo que fazia aulas de canto. O rapaz ganhava a vida como carroceiro e era conhecido como Enriquiello, porém ficaria famoso com o nome Enrico Caruso.

Além de desenhar, pintar, praticar violino e estudar cálculo infinitesimal, Yantok formou-se como agrimensor. Extremamente inventivo, foi criador e propagandista de um preparado para barbear que não continha sabão. Também sabia desenhar máquinas. Dizia-se que havia transformado a carroceria de um Ford numa incubadora de pintos. Após voltar ao Brasil, o polivalente Yantok sossegou, firmando-se na vocação de desenhista. Estreou no *Malho* e, então, colaborou com o jornal *O Imparcial*, em que teve o privilégio de acrescentar uma nova palavra à língua portuguesa: o termo “urucubaca”, associado à atrapalhada passagem do marechal Hermes da Fonseca pela presidência. Sua colaboração em *A Manhã*, no entanto, limitou-se àquele cabeçalho. Como artista, Yantok se consagraria como pioneiro dos quadrinhos brasileiros, graças às *Aventuras de Kaximborn*, [na revista *O Tico-Tico*](#).

Na página dois, o semanário de Apporelly trazia as seguintes informações:

A Manhã

Órgão de ataques... de riso

Diretor-proprietário: Apporelly

Expediente: Não tem. Jornal sério não vive de expediente.

Correspondência: Toda correspondência, inclusive valores, deve ser enviada ao nosso querido diretor, à Rua 13 de Maio, 35, [sala 317](#).

Quais circunstâncias enfrentaria, naquele Brasil de 1926, o jornalista determinado a praticar um humor agressivo e irreverente? O país saía de quatro anos de grande tensão, nos quais o presidente Artur Bernardes governara a nação, na maior parte do tempo, sob estado

de sítio. A estrutura que mais tarde seria rotulada como República Velha dava sinais de exaustão. A dívida externa ainda não era contada em dólares, mas em libras esterlinas. O Brasil tinha apenas 34 milhões de habitantes e, em grande medida, a vida da república era determinada por um punhado de oligarcas.

O governo era desafiado por repetidos levantes organizados por jovens oficiais, os “tenentes”, e pela inquietação operária. Quatro anos antes, em janeiro de 1922, um pequeno grupo, formado na sua maioria por ex-anarquistas, fundara o Partido Comunista, em Niterói. No mês seguinte, o *status quo* recebeu novo golpe quando um rapaz gordo chamado Oswald de Andrade subiu ao palco do Teatro Municipal de São Paulo, sob uma tempestade de vaias e de insultos, e proferiu, diante de uma plateia distinta, as palavras que soaram como sacrilégio: “[Carlos Gomes é horrível!](#)” Contudo, mais ameaçadoras do que as travessuras dos literatos e dos pintores da Semana de Arte Moderna seriam as proezas da Coluna Prestes pelo interior, acompanhadas, nos anos seguintes, pelas páginas dos jornais.

Em 1926, as melindrosas ainda dominavam a cena, com seus longos colares, chapéus *matinée* e vestidos de crepe esvoaçantes. As mocinhas, que se encontravam nas confeitarias repletas de espelhos de cristal e de mesas de mármore, alimentavam fantasias românticas ao som das canções gravadas por Vicente Celestino e Francisco Alves. Os rapazes engomavam os cabelos com brilhantina, cuidadosamente penteados para trás, usavam sapatos bicolor e, muitos ainda, chapéu de palhinha.

No dia em que o semanário humorístico foi lançado, os leitores que passaram os olhos pelas manchetes dos principais diários cariocas souberam que o general Pilsudski promovera um golpe de estado na Polônia, que a greve geral na Inglaterra finalmente terminara, provocando uma grande alta na bolsa de valores de Londres, e que o poeta futurista italiano Marinetti chegara ao Rio de Janeiro na véspera, a bordo do *Giulio Cesare*. E os jornais já anunciavam o programa do Teatro Lírico para o final de semana:

O jornal de Apporelly decidiu saudar a chegada do italiano com um misterioso poema futurista, intitulado “Chegada de Marinetti”, “para ser lido de baixo para cima”, provavelmente uma referência a um possível foguetório na chegada do [literato italiano](#):

PUM!

(

(

(

)

)

)

i

i

x

PUM!

)

)

)

(

(

(

i

i

x

Mais enigmática era a página 11 do jornal: completamente em branco com exceção da seguinte inscrição: “?!” Em outro canto, seu diretor, indignado com os políticos que “corvejavam” vagas na Academia Brasileira de Letras, articulava uma revanche dos literatos:

Não temo a responsabilidade de ser o primeiro deste movimento de vingança e apresto, desde já, a minha candidatura à primeira vaga que se verificar no Congresso. Empossado no mandato, trabalharei com entusiasmo pela restauração das finanças do país em geral e pelas do deputado em particular. Para tal negociarei um empréstimo externo, hipotecando a minha inteira solidariedade a qualquer [agiota estrangeiro](#).

O jornal teve enorme sucesso. Agradou tanto que, alguns números depois do lançamento, informava:

Completamente esgotada nossa primeira edição: “Prevendo que será completamente esgotada a presente edição da nossa folha, por um golpe de dilatada visão do nosso gerente interino, Sr. Irineu Machado, resolvemos começar a tiragem do presente número já em segundo clichê, considerando, *ipso facto*, vendidos todos [os exemplares da primeira](#).”

[2]

Ao lançar seu semanário, Apporelly deu um passo adiante, indo além dos limites do humor típico do início do século XX: o que distinguiria *A Manha* dos seus antecessores era sua disposição francamente subversiva. Bastos Tigre, ao lembrar os sete anos de sucesso de sua revista *D. Quixote*, a única exclusivamente cômica a circular no período, orgulhava-se de “jamais ter criado um caso ou provocado [inimizades e desgostos](#)”. Apparício Torelly, ao contrário, não se envergonharia se alguém lhe atribuísse o título de “criador de casos”. Muito pelo contrário.

Além de um elemento *nonsense* que faltava aos antecessores, o ânimo revolucionário de *A Manha* também se refletiria, nos anos seguintes, na apresentação gráfica do semanário. Quando *A Manha* foi lançado, já apresentava sinais de cansaço a fórmula seguida por

publicações como *O Malho*, surgido em 1902; *FonFon*, em 1907; e *Careta*, em 1908. Nelas, a agressividade e a criatividade se restringiam ao domínio dos desenhistas. *A Manha* rompeu as regras do jogo ao permitir que o ilustrador manipulasse e interferisse nas fotografias de personalidades famosas. Retocadas com guache ou com nanquim, as fotos do presidente Washington Luís passavam por uma metamorfose, sendo transformadas sucessivamente numa careta ridícula, num bebê chorão ou num macaco.

Muitos ilustradores se sucederiam na equipe de *A Manha*. Um deles, o compositor e caricaturista Nássara, lembrou como esses recursos eram valorizados por Apporelly, que mandava a foto com um recado, pedindo que fosse desenhado um olho ou uma boca de determinado jeito. Porém, sem dúvida, o principal responsável pelas feições do novo semanário foi um brilhante ilustrador e caricaturista, o paraguaio Andrés Guevara, que, por sua contribuição ao *A Manha*, merece o título de cofundador do jornal. Com algumas idas e vindas entre Buenos Aires e Rio de Janeiro, sua carreira estaria intimamente ligada à trajetória de Apporelly durante as três décadas seguintes, numa parceria iniciada [nas páginas de A Manhã](#).

Nascido em 1904, em Villeta, um vilarejo no interior do Paraguai, onde, segundo ele, “nem a peste consegue prosperar”, Guevara chegou ao Brasil pela primeira vez em 1923, desembarcando no porto do Rio com apenas 19 anos. Vinha de Buenos Aires, onde ganhara uma viagem artística à Europa. “Pretendia apenas descer, mas acabei [ficando sete anos](#).” Boa parte do dinheiro com que o jovem promissor aperfeiçoaria seus conhecimentos em Paris foi gasto nos bares cariocas ao lado de nomes como Apparício Torelly e o ainda desconhecido Cândido Portinari. Quando o artista sondou os dois amigos para posarem como modelo, ele logo desistiu de Apporelly para fixar-se em Guevara: “Na década de 20, eu era um Rodolfo Valentino”, gabou-se, anos mais tarde, o ilustrador, numa entrevista. As descrições de contemporâneos, como Rubem Gill, enfatizam o lado dândi do paraguaio:

Cruzando bem o jaquetão que lhe contornava o busto, as calças pautadas às listras de vinco que se diria executado a um só traço, e por força despendendo muito mais em gomalina do que mesmo em *gouache*, ele sugeria, entretanto, bem melhor a elegância dos seus modelos diletos do que a sua própria condição de [humorista do lápis](#).

Personagem sofisticado, Guevara gostava de confundir seus interlocutores, usando frases de efeito. “Não faço coleção de selos, não sou pescador, mas falo guarani. Eis toda a minha biografia”, autodefiniu-se, de modo um tanto enigmático, para um repórter que o entrevistaria [na década de 1940](#). Dele, o letrista Orestes Barbosa, autor de *Chão de estrelas*, disse ser “capaz de extrair de um vidro de nanquim todo o esplendor da realidade humana”. Na visão mais objetiva do desenhista Álvaro, ele mesmo um historiador das artes gráficas, não foi até hoje devidamente avaliada a contribuição do artista paraguaio: “Não haverá nenhum exagero em afirmar-se que a caricatura brasileira e a modificação fisionômica de nossa imprensa têm um nítido divisor de águas – antes e [depois de Guevara](#).” Bem mais tarde, nos anos 1950, ele seria o responsável pela revolução gráfica na criação do *Última Hora*, de Samuel Wainer, que decidiu convidá-lo depois da transformação que o artista promoveu na imprensa argentina. “Um paraguaio com feições de índio, era uma figura singularíssima. Usava só camisas de palha-de-seda, chapéu, fumava piteira – tinha o jeito típico dos boêmios que frequentam o bairro de La Boca, de Buenos Aires”, descreveria Wainer [nas suas memórias](#). Já Nássara, que trabalhou com ele na década de 1920, ainda que reconhecesse seu talento,

[achava-o presunçoso.](#)

No Brasil dos anos 1920, Guevara estreou com um *portrait-charge* do senador Paulo de Frontin, em *O Paiz*. Pouco depois, ingressou na equipe da revista *A Maçã*, de Humberto de Campos, passando a publicar em *O Globo*, *O Malho*, *Crítica* e *Para Todos*, além de desenhar para o efêmero e sofisticado jornal *Jazz*, do qual seria um dos diretores, convidado por Roberto Rodrigues, também ilustrador e [irmão de Nelson Rodrigues](#). Porém, entre todas as colaborações, se revelaria mais fecunda aquela com Apporelly. “A minha estreia em *A Manhã*, de Mário Rodrigues”, lembraria o paraguaio anos mais tarde, “fez-se na companhia de Apporelly, numa página inteira que foi um verdadeiro sucesso. O Mário apenas nos conhecia e ficou tão surpreendido que resolveu dobrar nossos ordenados. Começou assim [a nossa popularidade](#)”.

A repercussão obtida com a página motivou Apporelly a se lançar numa aventura: a criação do seu próprio jornal. O primeiro a ser aliciado para o projeto foi Guevara. “Convidou-me então para fazer uma sociedade”, contou o desenhista, que recusou a oferta, preferindo a segurança de um salário fixo. Dias depois do lançamento, quando soube do enorme sucesso obtido pelo *A Manha*, ele se arrependeu, porém já era tarde. “Daquele dia em diante, por vingança e como lição, o Barão me explorou cordialmente. Para aumentar meu desespero, jogava dinheiro no chão, esperando que eu fosse à redação”, contou o caricaturista, lembrando a ocasião em que, para recepcionar o paraguaio, Apporelly cobriu o chão do escritório com cédulas obtidas com as [vendas do seu semanário](#).

Na época, Apporelly tinha 31 anos e Guevara, apenas 22. O cenário despretensioso para aquela aventura jornalística era uma sala estreitíssima, onde os frequentadores da redação eram obrigados a aturar as incursões de um alfaiate vizinho com pretensões a jornalista e a literato, que impingia aos presentes seus versos de quinta categoria. “Foi naquela redação onde, no começo, o mais prestigioso e abastado colaborador podia exigir no máximo uma média com pão e manteiga, por falta absoluta de crédito. Foi ali que cresceu o prestígio da *Manha* e do Barão de Itararé”, [relembrou o ilustrador](#).

Guevara foi também responsável pela criação de uma pequena caricatura, uma rubrica gráfica, quase um logotipo, de Apporelly sob o tratamento de “o nosso querido diretor”, que teria destaque cada vez maior nas páginas de *A Manha*. A fórmula, uma alfinetada no cabotismo dos proprietários, era também um comentário irônico sobre o espírito de subserviência que marcava as relações pessoais nas redações: o “nosso querido diretor” costumava ser universalmente odiado por seus subalternos, em geral mal pagos e explorados.

Nesses primeiros anos do jornal, a caricatura mostrava um Apporelly sem barba, “com aquele narigão empinado e intrometido, pronto para se meter em todos os assuntos para depois perguntar – arrogante – aos que protestassem contra sua bisbilhotice: ‘E daí?’”, como [descreveu-o um jornalista](#). Lembrando aquele período, Guevara diria que: “Tenho orgulho de ter criado a efígie do ‘nosso querido diretor’. Apenas por preguiça, tive a preocupação de fazê-lo simples e de fácil desenho. O resultado foi essa cara de homem sem preocupação, um pouco [despótico e orgulhoso](#).”

Durante as duas primeiras décadas do século XX chegaram ao país as últimas grandes levadas de imigrantes italianos, alemães e japoneses que formariam grandes colônias no Sul e em São Paulo. Alguns jornais viram nesses contingentes um público a ser conquistado, o que levou o jornal *A Manhã* a lançar seu “Suplemento de São Paulo”, com artigos em italiano e em alemão.

Apporelly, entrando nessa briga, imitou a iniciativa, publicando páginas especialmente destinadas às colônias. Havia o *Zublemendo de Syria e Beiruth* e o *Zubblemend to Alle... Manha*, mas o maior sucesso era o *Suprimento de Portugali*, realizado por um colaborador, Horácio Campos, sob o pseudônimo Furnandes Albaralhão. No suplemento era possível, por exemplo, conhecer a posição da colônia a respeito do uso de nomes estrangeiros nos cardápios, questão discutida pelo conselho da Prefeitura do Rio. Opinião anunciada durante uma “circunfrência” de um “inlustre petrício”, o “sinhoire Migueli Pudraira”. Nela, ele argumentava: “Gualquer p’ssoa sabe logo u que stá scripto nu cradapio: ‘Pur insemplio: ‘Rozzbiff’, logo si bê que é arroz com bife. ‘Vol-au-vent’ é um nome que us francêis lhe dão a um bolo que é feito au bento. ‘Filet à Richelieu’ é o mesmo que bife à Riachuelo. ‘Potage aux pommes de terre’ é uma ispécie di selada de bobage de pombos cum terra. E, cumo esses, muntíssimos oitros nomes que eu de mumento nãon me alembro, [porque m’isquici](#).” Horácio Campos chegou a reunir suas paródias de sonetos num livro, *Caldo verde*, publicado em 1930. Outro colaborador “lusitano” de *A Manhã* foi Saul Borges Carneiro, que assinava como Barão [d’Ascurra](#).

As máximas que Apporelly espalhava pelas páginas de *A Manhã* também tinham correspondentes no *Suprimento de Portugali*. Seguindo a mesma fórmula, expressa em frases sucintas, brindava os leitores com definições lapidares, temperadas com a sabedoria e a filosofia lusitanas. Alguns exemplos: “U açúcar é uma matéria que dá muinto mau gosto ao café quando não se lh’o põe” ou “Alifantíase é uma duença cujo ainceto prupagadoire é um alifante”.

Ao abrir as páginas de seu semanário para essa incursão, Apporelly seguia os passos do talentoso poeta paulista Alexandre Marcondes Machado, que se tornara conhecido sob o pseudônimo Juó Bananére e como autor de versos escritos inteiramente em italiano macarrônico. Sua estreia, na seção *Cartas d’Abax’o Piques*, deu-se, em 1911, no tabloide paulistano de Oswald de Andrade, *O Pirralho*. Criada por Oswald, a seção somente encontraria sua voz autêntica no estilo de Alexandre Machado, consagrado como seu titular.

O título dessas crônicas era uma alusão ao largo do Piques, um dos pontos fundadores do Bexiga, área com forte presença italiana e que, até 1910, era ainda conhecido como Abaix’o Piques. O personagem Juó Bananére tornou-se porta-voz desses imigrantes, sempre pronto a satirizar a elite política. A escolha dos italianos tinha uma razão: um censo realizado em 1910 registrou que, entre 2,4 milhões de estrangeiros no país, nada menos do que 1,3 milhões eram italianos. A partir do linguajar rude desses proletários recém-chegados aos bairros Brás, Barra Funda, Bexiga e Bom Retiro, Bananére forjou seu [dialeto macarrônico](#). O esforço de Alexandre Machado culminaria num volume publicado em 1915, que evocava a obra do poeta maior da literatura italiana. *La Divina Incrensa* reunia paródias de poemas brasileiros escritas no seu estilo inconfundível: “Migna terra te parmeras,/ Che ganta inzima

o sabiá,/ As aves Che sto aqui,/ Tambê [tuttos sabi gorgeá](#).” Machado fez também uma incursão teutônica dentro de *O Pirralho*, lançando “O Birralha, Xornal Allemong”.

Oito anos antes de lançar *A Manhã*, Apporelly, ainda em Porto Alegre, fez algo parecido nas cartas dos leitores que comentavam a rixa de seu jornal *O Chico* com os rivais do *Maneca*: “A ‘Manêga’ sdá tanada gom a zenhorr broguê os menina bonida ta Bordlegro gosdem mais ta zenhorr.” Sobravam também comentários sobre Borges de Medeiros e o temido major Gallant, tradicional inimigo dos estudantes e de suas manifestações: “A docdôr Borches chá tiz ung veis bra gabidong macho Callant, gui quand ell vai faicê naná no gama, ell zembre vai lê ‘Chico’ bra [siri zózinhe](#).” Outro jornal de Porto Alegre que usou versões macarrônicas do português lusitano e do alemão foi o *Zepelim* ou, melhor, *Chossêpeling*, durante a Primeira Guerra Mundial: “Chornalsinhe ti faicê bringueda gon as rabais ta Bordlegro.”

O pioneirismo desse filão macarrônico cabe a Juó Bananére, que deveria dividir os louros com colegas que, já em 1910, criaram na revista *Careta* a seção *La Carete Economique*, escrita num francês estropiado. Nela, revezavam-se nomes como Bastos Tigre, Leal de Souza e o poeta Guimarães Júnior, autor de um texto sobre o carnaval: “Le bresileire est um peuve essentiellement triste, a dit une fois un chroniste qui naturellement avait perdu sa sogre quand escrivit [une telle asniere](#).”

O “italianês” estreou em *A Manhã* em 22 de dezembro de 1927, numa seção assinada por “Basgualé, giurnalista”, mas, a partir de fevereiro de 1931, o suplemento foi assinado pelo próprio Juó Bananére, “poeta, barbiere e giurnalista”. O suplemento anunciou-se como o “Organo da Golônia Intaliana fasciste de Zan Baolo”. A colaboração seguiria até janeiro de 1933, sendo interrompida somente pela morte de Juó Bananére/Alexandre Machado, em meados daquele ano.

Muitos dos italianos que haviam chegado ao Brasil eram vistos pelo governo de Artur Bernardes como uma ameaça à lei e à ordem, permanecendo sob vigilância da famosa Quarta Delegacia Auxiliar. Perigosos não eram apenas o lendário ladrão Meneghetti, que se movia com agilidade felina sobre os telhados da cidade de São Paulo, ou a quadrilha de arrombadores de cofres conhecida como La Squadra, composta por italianos. Mais do que simples assaltantes, os “indesejáveis” eram os militantes anarquistas e socialistas que se destacaram nas greves e nas manifestações dos últimos anos. Em 1926, Artur Bernardes, já no final de seu mandato, incorporou à constituição a lei de expulsão de estrangeiros, aperfeiçoada por ele. Mil deles seriam expulsos. Outros foram presos e enviados, juntamente com militares revoltosos e prostitutas, para um campo de concentração na Amazônia, instalado no Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa, de onde muitos nunca voltaram.

Ao suceder Bernardes, Washington Luís revogou as leis mais repressivas e o país, por um momento, pareceu respirar aliviado. A mudança na atmosfera política era certamente vista com bons olhos pela imprensa, no entanto, seus caricaturistas e humoristas, indiferentes às declarações solenes de governistas e à retórica inflamada da oposição, estavam mais ocupados em estudar o novo alvo à sua frente.

Aos olhos do público, seria difícil encontrar dois políticos com personalidades mais diferentes. Enquanto o sempre formal Artur Bernardes se mostrava retraído e ensimesmado, seu sucessor aparecia frequentemente em público, irradiando energia e disposição, tendo chegado ao poder embalado pela fama de administrador competente. Tanto por seu temperamento quanto pelas medidas que abrandavam o arrocho imposto pelo antecessor, o novo presidente foi, a princípio, visto com simpatia pela população. Nos fins de semana, frequentava saraus e salões, não perdendo as apresentações de óperas trazidas por companhias europeias, sobretudo as obras de Verdi, de quem era profundo conhecedor. Entre os amigos íntimos, exercitava sua voz de barítono, relembrando as aulas de canto dos tempos de juventude no interior de São Paulo.

Diferenças à parte, os dois políticos viram-se transformados em personagens de *A Manhã*. Logo depois da sucessão, o semanário estampou na primeira página: “O ex-presidente Bernardes inicia sua colaboração na *Manhã*.” O jornal anunciava suas memórias, “antes que venham a público adulteradas por outros órgãos de publicidade, ávidos de escândalos”. Virando a história recente de pernas para o ar, “Artur Bernardes”, o governante que mantivera o país sob estado de sítio, relembrava, escrevendo na primeira pessoa, “o longo período em que o povo brasileiro, como um tirano da pior espécie, resolveu suspender-me as garantias constitucionais, obrigando-me a viver encafuado numa [confortável prisão do estado](#)”.

Numa das ousadias tipográficas de Apporelly, a maior parte do texto ocupava a primeira página numa sopa de letras, com manchas e sinais ilegíveis, numa alusão ao estilo hermético do político. Das colunas emergiam apenas aqui e ali, perdidas na massa de letras, palavras e pedaços de frases alusivas à repressão que havia imperado durante o governo Bernardes: “...suicidaram-no na Polícia Central rrrr bbbbbb...” O artifício era uma maneira engenhosa de lembrar crimes políticos recentes, o mais célebre deles sendo o assassinato do comerciante Conrado Niemeyer, atirado pela janela do prédio da Polícia Central. *A Manhã*, portanto, não era animada por uma disposição frívola, como outras publicações humorísticas que latiam, mas não mordiam. Vira-lata malcriado, o jornal não deveria ser confundido com um poodle destinado a divertir e ser afagado por senhoras num salão.

² Uma das versões do episódio foi registrada por Carlos Heitor Cony no romance *Quase memória*. Está relatada aqui a versão que Raymundo Magalhães Jr., em entrevista a Ipojuca Pontes e Zevi Ghivelder, em 1981, disse ter ouvido do próprio Apporelly.

11. O popular Apporelly

[1]

NOS BARES e nas redações do Rio de Janeiro, Apporelly logo se tornou uma figura popular, repetindo o sucesso obtido nos círculos de estudantes e da boemia de Porto Alegre. “Era irresistível. Chegava e em poucos minutos era o dono da conversa” lembrou o pintor Augusto Rodrigues. “A gente via nele não apenas a inteligência, mas a bondade. Tinha sempre uma palavra de carinho para um amigo. Outro traço que chamava a atenção era o respeito e a consideração que inspirava em todos, sem que tivesse posição ou [poder para isso](#).” A simpatia não se limitava aos amigos. No início dos anos 1930, o Rio tinha pouco mais de um milhão de habitantes e, portanto, conhecidos se esbarravam com maior frequência nas ruas do centro. Nesse universo restrito, os fatos repercutiam com maior intensidade e os casos se espalhavam com rapidez. Aos poucos, Apparício Torelly tornou-se um personagem marcante na capital.

Mão aberta, mostrava-se solidário com os amigos. Foi nos anos 20, no Rio de Janeiro, que fez amizade com Cândido Portinari, na época ainda um obscuro estudante da Escola Nacional de Belas Artes, que costumava comer apenas uma vez por dia. Juntos, seguiam para um pequeno restaurante na rua Chile. O futuro barão, munido das últimas piadas, procurava a caixa da casa, seu conhecido. O expediente aplicado para comer de graça era o mesmo. “Vou conversar com o caixa. Se ele der uma boa gargalhada, pode entrar que [a boia está garantida](#)”, anunciava Apporelly. Em 1928, Portinari ganharia uma viagem ao exterior com seu retrato de Olegário Mariano, quando o jornalista celebrou o sucesso e a baixa estatura do amigo, que saía do anonimato, com alguns versos publicados em *O Paiz*:

Deve ter um metro e trinta...

A sua palheta dis... tinta,

Não chega a dizer tinteiro...

Assim, à primeira vista,

Nem parece um grande artista!

– Parece mesmo um [menino arteiro](#)...

Ao retornar de Paris, em 1931, o jovem pintor podia trazer na bagagem algum prestígio, mas tinha pouquíssimo dinheiro. Amargando uma penúria semelhante àquela dos primeiros anos de estudante, Portinari instalou-se com a esposa, Maria, num quarto no bairro do Catete. Apporelly visitou o casal recém-chegado para retomar contato com o companheiro dos anos de boemia. Se o artista continuava pobre, o jornalista, graças ao sucesso de *A Manhã*, encontrava-se numa situação mais confortável. “Ele chegou, conversou um pouco, viu que a gente estava sem dinheiro, numa situação difícil”, relembrou a mulher de Portinari. Sacando um talão de cheques, o humorista assegurou ao pintor que podia ajudar.

“De quanto você precisa?” O Candinho ficou sem graça: Nada, imagina! Apporelly propôs então um trato: “Eu venho almoçar com vocês e dou um tanto. Assim eu almoço.” A gente concordou, mas eu não sabia cozinhar. O macarrão era um grude terrível. Apporelly ficou firme. Vinha [comer conosco assim mesmo](#).

Além de Portinari e do parceiro Andrés Guevara, faziam parte do círculo de amigos o

artista pernambucano Lula Cardoso Aires, o poeta Olegário Mariano e o jovem artista Roberto Rodrigues, que seria assassinado na redação do jornal do pai, *A Manhã*. Além do retrato a óleo pintado por Portinari, Olegário Mariano mereceria homenagens menos convencionais de seu círculo de amigos. Certo dia, viu em *A Manhã* uma foto supostamente sua, estampada na primeira página, em que um homem enfiava na boca o cano de um revólver. A “notícia” era sobre um suposto atraso no aluguel da pensão onde Olegário Mariano morava e por cujos corredores o imortal passeava de pijama, arrastando o espadim da Academia. “Quando o poeta teve conhecimento da denúncia, promoveu formidável escândalo no interior da pensão, dizendo que ia se suicidar e responsabilizar em carta aberta a dona da casa pelo sucedido”, dizia o texto, descrevendo como o literato introduziu o cano do revólver pela boca, “calcando-o sobre o lado interno do orifício bucal”. Quando tentaram se aproximar para tomar-lhe a arma, “o poeta, de boca escancarada e por meio duma mímica especial, ameaçava detonar o revólver”. O desfecho do caso permanecia em suspenso, informava *A Manhã*: “Há dois dias que Olegário está nessa posição, sem se alimentar, mantendo em sobressalto [os inquilinos da pensão](#).”

Com os olhos fundos e a expressão melancólica, Mariano representava à risca o figurino do “poeta romântico”, que ainda fazia grande sucesso junto ao público feminino. A perseguição dessas admiradoras e as confusões amorosas divertiam os amigos. Numa ocasião, ao voltar de trem de um suposto fim de semana em Petrópolis, onde mantinha um sítio, sua esposa, cansada da infidelidade do marido, recebeu-o com um interrogatório.

- Como estava o sítio?
- Tudo normal.
- E as vaquinhas?
- Estão ótimas.
- E as cabras?
- Maravilhosas. Não podiam estar melhor.
- Quer dizer que estava tudo em ordem no sítio? – insistiu.
- Sim... Tudo na mais perfeita paz.

Foi quando a esposa, triunfante, exibiu a primeira página de um jornal, noticiando que a ferrovia estivera bloqueada durante o fim de semana devido a um acidente gravíssimo, com várias vítimas, no trem para Petrópolis, ilustrado com fotos dramáticas.

Sem perder o sangue-frio, impassível, o marido e poeta reagiu indignado:

- E você ainda acredita [no que diz essa imprensa!](#)

Mais tarde, o círculo de amigos de Apporelly se ampliaria para incluir muitos gaúchos desembarcados no Rio de Janeiro a bordo da Revolução de 1930. Entre eles, além de Oswaldo Aranha, estava o general Flores da Cunha. Veterano dos conflitos armados que dilaceraram o Rio Grande do Sul, foi nomeado interventor naquele estado. Ainda assim, não demoraria a brigar com Getúlio, num caminho que o levaria ao exílio e à prisão. Famoso pela sua valentia pessoal, Flores também era conhecido pelo gosto por mulheres bonitas, pelo baralho e por corridas de cavalo. Nas mesas de jogo, detestava os curiosos que rondavam os participantes e observavam suas cartas. Para se defender desses “perus”, como eram conhecidos, abria um enorme guarda-chuva nesses recintos fechados. Certa vez perguntaram-lhe se havia perdido sua fortuna na política.

– Não. Perdi minha fortuna com os [cavalos lerdos e as mulheres ligeiras](#) – respondeu.

[2]

Se, em meados dos anos 1920, Apporelly filava almoços em restaurantes baratos na companhia de amigos cujos bolsos também estavam vazios, nas páginas de *A Manhã*, o “nosso querido diretor” participava de fartos banquetes com os grandes nomes da política. O humorista circulava nos meios boêmios da Lapa, mas, em seu semanário, “o ilustre homem de imprensa” aparecia como íntimo de milionários, convidado para recepções e casamentos celebrados por personagens da nobreza europeia. Informava *A Manhã*:

Amigo de infância do distinto homem de letras que dirige esta folha, Rockefeller viveu muito tempo nos Estados Unidos à custa do nosso chefe, que lhe ministrou os primeiros rudimentos de economia política ou, por outra, lhe abriu os olhos para encaminhar-se na vida prática. Seguindo o mesmo sistema de negócios, tanto ‘Roque’ como o nosso querido diretor enriqueceram, tornando-se ambos arquimilionários, vivendo hoje cada um para o seu lado. Enquanto Rockefeller trata de fundar missões médicas que espalha pelo mundo, o nosso querido diretor empenha-se no desenvolvimento fantástico de suas [inúmeras empresas](#).

Apporelly podia pagar as contas com dificuldade e ser perseguido por credores, mas, nas páginas de seu jornal, metia-se em épicas batalhas financeiras com os irmãos Guinle, que envolviam somas fantásticas. Para conciliar seu tino empresarial e os princípios éticos do jornalismo, guiava-se por uma de suas máximas: “Negociata é um excelente negócio para o qual não fomos convidados.” Durante semanas, os leitores acompanharam o confronto entre “o nosso querido diretor” e a família Guinle, uma das mais ricas do país. “Estão empenhados numa encarniçada rivalidade conhecidos capitalistas desta praça”, informava seu jornal. Quando os irmãos Guinle anunciaram a construção de um arranha-céu nas proximidades do edifício do cinema Império, onde ficava a sede de *A Manhã*, o Barão ameaçou: “Se o edifício dos Guinle, ao ser inaugurado, tiver trinta andares, imediatamente começaremos a demolição do cinema Império para, neste local, construir [um palácio de 31](#).”

Denunciando uma campanha de descrédito contra sua empresa, “o nosso querido diretor” viu os guichês de todos os bancos serem fechados diante dele: “O mais revoltante, porém, em tudo isso, é o fato de esses mesmos bancos que nos cerram as portas fornecerem dinheiro à vontade aos nossos inimigos que gozam dum crédito amplo e inexplicável!” Furioso, prometia usar todos os recursos em sua luta contra os Guinle, ameaçando inclusive a publicação de fotografias comprometedoras em “jornais sórdidos”, e concluía seus artigos ameaçadores com o mesmo juramento: “[Não lhes sairá barato!](#)”

Num artigo intitulado “Rebatendo torpes calúnias”, Apporelly defendia-se das insinuações sobre “os meios inconfessáveis” que teria utilizado para acumular sua fabulosa fortuna. Desejando que “todos os homens públicos pudessem fazer o mesmo com a mesma dignidade”, *A Manhã* defendia a reputação de seu diretor, divulgando nota em que esclarecia as origens daquela fortuna. “Além do cinema Império, do Edifício Portella e dos terrenos da Praça da República, nada mais possui de seu, nesta capital, o distinto literato que dirige esta folha”, esclareceu o jornal. O edifício do cinema Império fora comprado “pela ridícula importância” de dez mil contos de réis. A quantia, no entanto, teve de ser paga “de golpe, duma só vez, ali na batata”. Lamentavelmente, Apporelly, segundo o jornal, esqueceram a

carteira em casa. O nosso querido diretor, “homem de brio, educado à moda antiga”, emitiu um cheque naquela importância “contra o Banco do Alto da Boa Vista Ltda”. Fez isso mesmo sem ter depósitos “naquele estabelecimento de crédito, mas valendo-se de sua amizade com um dos irmãos Guinle, diretor do referido banco. Os amigos são para as ocasiões”. O plano, contudo, não deu certo. “Esse senhor Guinle preferiu sacrificar seu melhor amigo a entregar [os dez mil contos.](#)”

Contra quem o caluniava, o ilustre homem de imprensa prometia “dentro de breve prazo fornecer todos os dados esclarecedores para confundir nossos gratuitos detratores”. Dando por encerrada a discussão, *A Manhã* avisava que seu diretor não mais desceria do segundo andar do edifício Portella, “onde se acha instalado, para discutir com o murmúrio anônimo das [sarjetas](#)”.

Quando foi anunciado, em Roma, em janeiro de 1930, um dos últimos grandes casamentos da nobreza europeia, unindo o príncipe Umberto, da Itália, à princesa Maria José, da Bélgica, o diretor de *A Manhã* concluiu que precisaria participar do evento, mesmo sem arredar o pé do Rio de Janeiro: “Figura universalmente conhecida, dispondo de largas e amplas relações internacionais, o distinto literato que dirige esta folha não podia deixar de tomar parte, embora a distância, das imponentes cerimônias realizadas [na Cidade Eterna.](#)” Ora, na condição de “amigo pessoal do Duque de Barbante, camarada de fuzarca do príncipe da Casa de Savoia, o grande jornalista, desde cedo, compreendeu as graves responsabilidades e tratou de logo aprestar-se para participar do júbilo de seus dignos e reais amigos”. Para isso, contou aos leitores, como, no dia do casamento, celebrou, à sua maneira, o acontecimento. Pela manhã, “o nosso querido diretor, seguido de seus secretários e oficiais de gabinete, assistiu do varandim da Casa Portella ao hasteamento das bandeiras dos países amigos em suas respectivas legações e consulados da nossa capital. Às onze horas da manhã, num automóvel de capota arriada, o nosso chefe ordenava ao *chauffeur* que passasse três vezes em frente à embaixada da Itália, deslizando depois em direção ao Restaurante Roma, onde ordenou ao cinesíforo que ficasse de fogos acesos [à sua disposição](#)”.

Os leitores viam as atividades mais banais do jornalista alçadas à condição de façanhas épicas. Assim, um simples banho de mar na praia de Copacabana era transformado em “Um grande acontecimento social”, título de um artigo de página inteira que relatava minuciosamente como o nosso querido diretor inaugurara oficialmente “a temporada de banhos ultravioletas”. Na sua silhueta, “se confundiam evidentemente a autoridade oceânica de Netuno e os traços eternos da beleza do Apolo de Belvedere”. E seguia a descrição da cena:

Envergando um elegante calção de *football*, pés descalços, braços nus, pé ante pé, o notável jornalista, pisando cautelosamente o lençol alvinitente da praia, teve um momento de profunda emoção. Foi quando, ao aproximar-se da imensidão atlântica, viu um vagalhão formidável erguer-se, cheio de entusiasmo, a grande distância e vir, correndo, num gesto de enternecedora humildade, desmanchar-se na praia, beijando-lhe, sem repugnância, os pés delicados e lépidos. Parecia que a própria natureza queria prestar sua homenagem a esse varão de Plutarco, que os altos poderes da República pretendem inutilmente [subornar!](#)

12. Aftosa: procura-se um vírus

NO SEU escritório de *A Manhã*, Apparício Torelly costumava examinar, todas as semanas, o material publicitário enviado à sua minúscula redação. Num dia de 1927, ao abrir um envelope, sua atenção foi atraída por um pedaço de papel que, de alguma forma, mudaria o rumo de sua vida. Tratava-se de um anúncio que alardeava um remédio capaz de assegurar a “cura infalível” da febre aftosa. Sendo gaúcho e filho de um pequeno fazendeiro, o jornalista estava razoavelmente familiarizado com o problema, que devastava as criações do país e diante do qual a ciência ainda se mostrava impotente.

Mesmo sendo humorista, Apporelly zelava, a seu modo, pela respeitabilidade da sua folha e não quis associar o nome de seu jornal a promessas irrealizáveis. Não admitia qualquer coisa infalível, muito menos remédios. Afinal, como ele afirmava, até o papa erra. Como católico – que ele, aliás, não era –, aceitava somente a infalibilidade de Sua Santidade em matéria de fé, não como homem. “Pois”, afirmava ele, gravemente, “o papa é antes de tudo feito da mesma papa que nós”.

“Pedi então ao meu cliente – contou – que trouxesse literatura sobre a matéria. O anunciante logo voltou, com livros e revistas, e aí compreendi todo o alcance da questão. As pesquisas realizadas na Inglaterra, na Índia, na França, na Bélgica, na Alemanha, por todas as partes do mundo, [me impressionaram muito](#).”

Apporelly aconselhou o anunciante a escrever para o Ministério da Agricultura da Grã-Bretanha, pedindo que realizassem as experiências que comprovariam ou não a eficácia do remédio. As autoridades do país responderam que não estavam interessados numa droga curativa, mas preventiva. “A política britânica era extremamente violenta. Costumavam matar todos os animais doentes e até mesmo os sãos que tinham entrado em contato com os doentes para evitar a propagação da peste”, observou Apporelly, frisando que essa prática impedia a aplicação experimental do remédio. Os funcionários britânicos manifestavam, contudo, interesse numa droga preventiva e recomendavam que o inventor do tal remédio procurasse algum tipo de atestado que comprovasse sua eficiência.

Despertado seu interesse, o tema se tornaria uma obsessão para o jornalista, que via renascer sua curiosidade científica, ofuscada pelas piadas dos tempos da faculdade de medicina, em Porto Alegre. Em 1928, embarcou para Minas Gerais acompanhado do veterinário Ferreira Brant. “Fizemos juntos, em Juiz de Fora, algumas experiências muito interessantes”, contou. “Ali, consegui, num caso de aftosa, isolar um bacilo num animal infectado. Essas verificações deram-me a convicção de que aquele bacilo era o [agente patogênico da peste](#)”, lembrou ele.

Posteriormente, ao tentar precisar o ponto de partida de suas especulações sobre o tema,

disse que tudo começou num curral em Minas Gerais, “a partir de uma observação extremamente banal e simples que fiz ao ver um animal atacado de febre aftosa típica”. Os excrementos, constatou, tinham forte cheiro de acetato de amoníaco.

Talvez muitos estudiosos e pesquisadores tivessem feito semelhante observação, mas certamente não lhe deram maior importância. Por aí já se pode deduzir que nem sempre basta ter olhos para ver e ouvidos para ouvir, conforme diz a sagrada escritura. Para se fazer uma descoberta tão importante, capaz de revolucionar a ciência e determinar novos rumos para vida nos três reinos da natureza, algumas vezes é preciso também ter [nariz para cheirar...](#)

Quase ao mesmo tempo, chegavam às suas mãos os resultados de um congresso em Paris, em que importantes especialistas tinham trocado ideias sobre o problema, tendo chegado a duas conclusões: a aftosa era uma doença infecciosa, causada por vírus filtrável, e estavam esgotados os recursos científicos [para identificá-lo](#).

Dominado pelo que parecia uma ideia fixa, Apporelly remou contra a corrente, desafiando as noções que prevaleciam no *establishment* científico e apostando em seu instinto. O humorista, sediado no Rio de Janeiro, viu suas energias e seu tempo serem divididos com o Apporelly cientista, ocupado com viagens cada vez mais frequentes ao Rio Grande do Sul, numa atividade paralela que interromperia a circulação do jornal durante alguns meses, entre 1928 e 1929. Debruçado sobre o microscópio, examinou “o bacilo da aftosa, encontrado no excremento e na mucosa intestinal” dos bovinos. Em janeiro de 1928, tinha em mãos um documento avalizado por um tabelião em que determinado fazendeiro atestava os efeitos benéficos de um remédio, batizado como Aphtona. Seu papel timbrado de *A Manhã*, exibindo a figura do bebê chorão e o lema “Quem não chora, não mama”, foi substituído por outro, mais solene, em que sob seu nome vinha a inscrição: “Comissões e Consignações. Vendedor e distribuidor universal do específico Aphtona, curativo e preventivo da febre aftosa.”

Em outubro daquele ano, Apporelly conseguiu reunir a bancada do Rio Grande do Sul na Câmara Federal para expor sua visão sobre o problema do “tratamento e imunização da febre aftosa”. Diante do expositor, sentaram-se João Neves da Fontoura, Flores da Cunha, Lindolfo Collor e Assis Brasil – a nata das lideranças do estado. Habitados às estocadas que o humorista desferia contra a classe política, os líderes parecem ter ouvido compenetrados a explanação de Apporelly. Mais do que isso, assinaram uma nota: “As ideias expressadas pelo Sr. Apparício Torelly mereceram o aplauso dos deputados gaúchos. A dissertação foi sobremaneira interessante, sugerindo a crença de que poderá praticamente ser encaminhada a solução deste magno problema”. Na moção, pediam por escrito ao governo que “colocasse à disposição do referido patrício as facilidades necessárias às demonstrações científicas que se propõe a realizar”. O documento era dirigido ao então governador do Rio Grande do Sul, [Sr. Dr. Getúlio Vargas](#). Nos anos seguintes, mais de uma vez ele batera nas portas dos gabinetes de diferentes autoridades em busca de apoio para suas pesquisas. Suas teorias polêmicas provocaram reações variadas, desde a indiferença até um apoio meramente formal. A experiência deixou-o cético a respeito das relações possíveis entre a morosidade do estado e o entusiasmo dos pesquisadores. “Aprendi que os governos não levam a sério essas questões. Há um organismo burocrático que exerce o papel de ducha escocesa na espinha dorsal [do mais exaltado cientista](#)”, concluiu.

Em 3 de julho do ano seguinte, 1929, os principais jornais de Porto Alegre publicaram o

seguinte anúncio: “Companhia Aughtona do Rio Grande do Sul: Deverá esta empresa ser brevemente instalada nesta capital.” Segundo o texto, estava “obtendo completo êxito a subscrição de ações para a constituição da Companhia Aughtona do Rio Grande do Sul, da qual é incorporador o Sr. Apparício Torelly”. O comunicado enumerava acionistas, com nomes e sobrenomes de políticos, empresários e profissionais liberais. Num prospecto da nova empresa, em que a publicidade era reproduzida, chamava-se a atenção para o fato de que os nomes ali listados estavam “entre os mais importantes de Porto Alegre”, incluindo o “prefeito da capital, [secretários de estado etc...](#)”

Naquele mês, a firma foi constituída. Dela restou um exemplar de uma das ações, no valor de duzentos mil-réis. Tendo ao fundo o nome da empresa, composto em letras imponentes, o impresso exibia a figura de um gaúcho montado a cavalo, cercado por ovelhas num cenário idílico que evocava os pampas. Atrás do personagem surgiam raios de sol, prenunciando o futuro radioso da nova companhia. Os estatutos da empresa, que assumia a condição de sociedade anônima, foram impressos, ironicamente, nas oficinas do tão odiado órgão governista *A Federação*. Neles consagrava-se como “incorporador” e detentor da maior parte das ações o Sr. Apparício Torelly, o mesmo que, dez anos antes, escandalizara a sociedade e infernizara os governantes. À frente da firma, ele mantinha quinhentas ações, no valor de duzentos mil-réis cada. Entre as dezenas de subscritores, vinham abaixo dele outros três, com 25 ações cada. Portanto era ele próprio, de longe, o maior interessado no sucesso da empresa – e a maior vítima no caso de um fiasco.

Apporelly viu-se transformado, assim, no garoto-propaganda de uma nova causa e de uma nova companhia, defendidas em conferências na capital e em cidades do interior do estado. Em abril de 1929, por exemplo, um jornal de Itaquí noticiava a palestra realizada no Clube do Comércio da cidade, “pelo nosso talentoso colega, Sr. Apparício Torelly”. “O conferencista, depois de uma ligeira introdução em tom humorístico, passou a falar sobre o magno [problema da febre aftosa](#).”

O tom bem-humorado que temperava suas intervenções se revelaria uma desvantagem, e não apenas quando concluía suas cartas comerciais com um “...aftosamente”. Os primeiros a protestar foram cientistas e médicos que não viam com bons olhos a intromissão daquele autodidata em seu território. O professor Danton Jacques de Seixas, o primeiro brasileiro a ir ao exterior para formar-se em medicina veterinária, estava presente numa palestra apresentada por Apporelly em Porto Alegre, em 1929. Os convites haviam sido expedidos pelo governo do estado, que manifestava assim seu apoio. No auditório lotado, Apporelly afirmou: “Observando o material em estudo, vi quando o vírus da febre aftosa passou correndo pelo campo do microscópio!” Foi o bastante para que o veterinário se levantasse, anunciando em voz alta: “Esta conferência ou é científica ou humorística. Se for humorística, não me interessa assisti-la!” Levantou-se [e saiu da sala](#). A desconfiança entre os médicos, que era grande, aumentou quando circulou o boato de que o objetivo real da campanha era levantar fundos para a criação de um jornal destinado a atacar Washington Luís.

A recepção pouco calorosa dos médicos pareceu não intimidar o jornalista. Imbuído de sua nova *persona*, misto de cientista genial e empresário visionário, instalou-se num dos quartos do Grande Hotel, em Porto Alegre, transformando-o em quartel-general da campanha em prol do novo produto, a Aughtona. Era como se Apparício Torelly quisesse realizar as

fantasias do nosso querido diretor que, nas páginas de *A Manhã*, era pintado como um magnata e dinâmico homem de negócios. Do endereço no hotel saíam e chegavam cartas comerciais e telegramas, despachados para os quatro cantos do estado e até para fora do país. Com energia incansável, escrevia para lojas, armazéns e drogarias, enviando remessas de remédios e notas promissórias, cobrando faturas, perguntando ansiosamente sobre as vendas dos produtos entregues em consignação, sempre atento à importância da propaganda. Escrevendo a revendedores de Uruguaiana, perguntava:

Peço aos amigos informar-me se os jornais *A Fronteira* e *A Verdade* estão publicando os anúncios da Aphtona, conforme combinamos. Remeto-vos também, em pacote separado, cinquenta números do *Diário de Notícias*, que peço aos amigos remeter a outros interessados, pois esse jornal contém uma notícia muito atraente para o nosso negócio.

De São Borja, Benjamim Vargas, em nome da farmácia Vargas, aceitava o recebimento de cem doses de Aphtona. Mais desanimadora era a notícia que chegava de uma casa de Montevideú, informando que *apesar de continua propaganda entre relaciones y amigos aun no hemos podido realizar ninguna [venta de este producto](#)*.

Com o passar do tempo, o tom melancólico desta carta predominaria nas correspondências. Muitas doses do remédio partiam.. E as mesmas doses voltavam. A aventura científico-comercial que Apporelly antevia como um sucesso estrondoso terminava não com um estouro, mas com um suspiro. Chegara o momento de desviar sua atenção da veterinária e dos bovinos em Porto Alegre para a agitação política e as rivalidades do jornalismo no Rio de Janeiro. Assim, ele tropeçaria num grande negócio, muito mais promissor do que as ampolas de Aphtona.

13. Chatô e a revolução

[1]

O FIASCO da vacina contra a febre aftosa, em outubro de 1929, coincidiu com a quebra da bolsa de Nova York: na chamada Terça-feira Negra, os Estados Unidos e o mundo foram empurrados para o que seria uma longa e profunda depressão, de consequências imprevisíveis. Naquele mês, Apporelly foi convidado por Assis Chateaubriand para discutir uma proposta na redação do *Diário da Noite*, no centro do Rio de Janeiro, na esquina da avenida Rio Branco com a rua do Ouvidor. O pernambucano, que tinha apenas 37 anos, começava a construir os alicerces do que seria um grande império jornalístico. De olho no futuro, decidiu apostar suas fichas na Aliança Liberal e no seu candidato, Getúlio Vargas, transformando seu jornal carioca, o *Diário da Noite*, no órgão quase oficial do movimento. Chateaubriand tentara, sem sucesso, aliciar o humorista oferecendo-lhe uma coluna diária. Agora, para aumentar suas vendas, propunha que Apporelly passasse a publicar *A Manhã*, que circulava às quintas-feiras, como encarte do seu diário.

“Reagi por todos os poros”, contou Apporelly a um jornalista. “Disse a Chateaubriand que preferia enganar com a verdade e que o segredo de *A Manhã* era o de ter uma unidade mental. Mas ele insistiu e não adiantou dizer-lhe que não queria seu negócio, porque estava muito [contente com o meu](#).” A explicação é um tanto obscura, insinuando que a imprensa convencional faltava com a verdade e que por trás do humor anarquista de *A Manhã* havia uma “unidade mental”, uma coerência. Politicamente, contudo, havia menos objeções do que se poderia imaginar, uma vez que Apporelly simpatizava com algumas das novas lideranças que se levantavam contra os nomes tradicionais da república.

Mesmo assim, ele resistiu à ideia. Para fazer Chateaubriand desistir, começou a levantar uma série de objeções e dificuldades: “A primeira delas era sobre o preço. Eu dava, então, ao jornaleiro, 75 réis dos duzentos que ele cobrava pela *A Manhã*. Ele dava apenas 25 dos cem réis que recebia pelo *Diário*. Eu lhe disse que teria também de contratar o Guevara.” Ao paraguaio, o empresário prometeu um salário de diretor, mais luvas de vinte contos de réis. “Aceitou que eu controlasse os boletins de tiragem. Concordou com tudo o que eu quis – até com o direito de vender a publicidade de *A Manhã*. Então fizemos um [contrato por um ano](#).” Chateaubriand pediu que Orlando Dantas, gerente do *Diário*, fizesse uma minuta do contrato. Este negou-se, escandalizado com os termos do acordo, que julgava lesivo aos interesses do jornal. Contudo, diante da insistência do patrão, a parceria foi sacramentada. O negócio, segundo o humorista, possibilitou a compra de “moderníssimas máquinas”, permitindo que *A Manhã* passasse a ser impressa “em duas cores”: preto e branco.

Em 9 de outubro de 1929, a edição do *Diário da Noite* trazia um anúncio ilustrado por uma caricatura de Apporelly, feita, possivelmente, por Guevara: “Amanhã circulará o nosso suplemento *A Manhã*, onde Apporelly vai fazer rir todo mundo. Quando comprar o *Diário da Noite* amanhã, exija a inclusão de *A Manhã*. Não há aumento no preço do jornal.” Na primeira quinta-feira, lembrou o humorista, o *Diário da Noite* vendeu cerca de 15 mil

exemplares, dobrando sua tiragem. Na segunda semana, a venda subiu para 21 mil. “E quando Getúlio fez um discurso na Esplanada do Castelo anunciando o programa da Aliança Liberal, o jornal [vendeu 125 mil exemplares](#).” Apporelly relançava, assim, seu semanário e avisava aos leitores: “*A Manhã* resolveu publicar diariamente um suplemento ilustrado, que está circulando desde 5 do [corrente sob o título de *Diário da Noite*](#).” Ele gabava-se de sua independência, anunciando: “*A Manhã* é o único jornal que não se vende. Distribui-se grátis com *O Diário da Noite*.”

O recurso ao pequeno semanário humorístico foi uma arma a mais na batalha que dividia o país e a imprensa da capital federal. Se o jornal de Chateaubriand era o instrumento da candidatura Getúlio Vargas, o candidato oficial, o paulista Júlio Prestes, encontrou seu grande porta-voz no jornal *Crítica*, de Mário Rodrigues. Ambos eram generosamente financiados pelas facções em disputa.



A sociedade com Chatô: o semanário do humorista vira suplemento do jornal dos *Diários Associados*.

Crítica era uma ferramenta especialmente valiosa porque temperava os ataques violentos

aos líderes da Aliança Liberal com um jornalismo de forte apelo popular e ênfase no noticiário policial. Assassinatos, incestos, defloramentos e até atos de canibalismo eram temas de manchetes. Os títulos evocavam o universo melodramático mais tarde associado a Nelson Rodrigues, filho de Mário: “A fúria sanguinária de um marido perverso”, “Desonrou a própria filha”, “Desmoralizando o amigo, tinha talvez o projeto de seduzir-lhe a esposa. E ainda tentou matá-lo a tiros de pistola!”, “Infeliz ancião, cego e paralítico, há 16 anos é barbaramente martirizado pelo próprio filho”. Davam vida ao jornal talentos como o próprio Andrés Guevara, autor do projeto gráfico, Danton Jobim, editor, o compositor Orestes Barbosa, e Nássara, que ali publicou algumas das suas primeiras caricaturas.

O lema, estampado sob o título, não deixava dúvidas sobre o tom populista da folha: “Declaramos guerra de morte aos ladrões do povo!” Lançado em novembro de 1928, o jornal, aos olhos dos mais ingênuos, parecia animado por um autêntico espírito de independência. Num momento, “levantava o véu” que ocultava uma negociata; no outro, defendia o mandato de Minervino de Oliveira, parlamentar do Bloco Operário e Camponês. E era duro nas críticas à polícia política, cujos agentes eram tratados como “os facínoras da Quarta Delegacia Auxiliar”.

Contudo, os leitores mais atentos podiam perceber que, a partir de meados de 1929, os ataques do jornal se concentravam com veemência cada vez maior nos líderes da Aliança Liberal, chamados de “elementos liberaloides”; “corja sinistra dos torpes mistificadores liberais” e, mais enfaticamente, “despudorados histriões: Canalhas! Canalhas! Canalhas!”. O presidente Washington Luís, antes rotulado como “o sibarita do Catete”, alguns meses e muitos mil-réis depois, foi chamado de “o supremo magistrado da nação” e exaltado por sua serenidade e dignidade. O candidato oficial, Júlio Prestes, por sua vez, era visto como “o grande realizador, a força propulsora, neste momento, do formidável progresso paulista”.

Além da produção de *A Manhã* como suplemento, Apporelly comprometeu-se a escrever uma pequena contribuição diária, “A Nota”, encaixada discretamente no alto de uma página interna do *Diário da Noite*. O primeiro texto trazia uma quadrinha:

Abrindo a sessão

Eis um triunfo tranquilo,

Esta seção se inaugura,

Justamente com aquilo,

Que todo mundo procura.

Eleitores, deputados,

Operários, marinheiros,

Mulheres, padres, soldados,

Malandros, poetas, banqueiros,

O cadáver... o enforcado...

E o próprio Irineu Machado,

Que anda agora meio idiota,

Por certo, toda essa gente

Com avidez, diariamente,

Há de querer ver... “A Nota”

A convivência entre os dois tipos de jornalismo, aquele praticado pelo *Diário da Noite*

e o de *A Manhã*, anunciava-se, no mínimo, problemática. Em outubro de 1929, por exemplo, o jornal de Chateaubriand reagiu com preocupação diante do que parecia ser um surto de incêndios que grassava pela cidade. Sob o título “A propósito da pandemia de incêndios”, noticiava que os representantes das companhias de seguro da cidade reuniam-se para tratar da “impressionante e escandalosa regularidade com que vem se registrando sinistro de [fogo ultimamente no Rio](#)”. Enquanto o jornal cobrava “providências das autoridades”, o semanário de Apporelly abordou o problema sob um prisma diferente. Imitando publicações que procuravam aumentar sua tiragem e não admitindo ser ultrapassada pelos concorrentes, *A Manhã* lançou um concurso. Ofereceu dois valiosos prêmios em dinheiro aos leitores que avisassem com antecedência de 24 horas onde aconteceria o incêndio do dia, para que o jornal pudesse fazer, com a devida folga e tranquilidade, “uma reportagem moderna, digna dum grande órgão como o nosso”. Temendo os instintos piromaníacos dos leitores, algumas pessoas procuraram o chefe do jornal para dissuadi-lo da ideia, mas *A Manhã* informava que “essas torpes insinuações do egoísmo humano” iam todas “esbarrar na muralha chinesa do seu grande [coração liberal](#)”.

Politicamente, o *Diário da Noite* não admitia sutilezas ou ambiguidades: já no primeiro número o jornal foi saudado por Getúlio Vargas, que o exaltava como uma força a mais no grande movimento “para sanear o ambiente moral da República” que vinha a ser, é claro, sua candidatura. A posição de Apporelly era um tanto esquizofrênica. Na sua seção “A Nota”, ele abandonava o humor “do contra” para exaltar, ainda que de modo bem-humorado, a campanha da Aliança Liberal. Ao mesmo tempo, no suplemento *A Manhã*, vibrava seu tom anárquico usual.

Assim, em “A Nota” de 31 de dezembro de 1929, ele falava sobre a recepção festiva concedida pelos cariocas a Getúlio Vargas e a João Pessoa: “Foi de tal comunicatividade o entusiasmo contagioso da massa popular, que os próprios secretas, que já haviam confraternizado com a verba secreta da polícia, desgovernaram e confraternizaram novamente com o povo nas aclamações [aos candidatos liberais](#).”

Já em *A Manhã*, um editorial severo repercutia a mesma manifestação. “*A Manhã* resolve apoiar, reservadamente, os Srs. Getúlio Vargas e João Pessoa, sem retirar o apoio à chapa Júlio Prestes-Vital Soares – Atitudes definidas e definitivas.” E continuava: “O gesto altivo do intrépido jornalista [refletia] o perfeito equilíbrio, como compete a um órgão de graves responsabilidades.” “Outro jornal qualquer”, argumentava o “destemeroso publicista”, “sem uma sólida orientação, nesta difícil emergência, optaria estupidamente por um ou por outro. Nós optamos pelos dois e estamos bem com a nossa consciência. Nada de precipitações. O nosso passado tem estrita ligação com o nosso futuro e o nosso futuro depende muito da hora presente. Estamos onde estivemos e estivemos para onde vamos. Nada de ambiguidades. As nossas atitudes [são definidas e definitivas](#)”.

Na quinta-feira seguinte, enquanto os ânimos se exaltavam e as opiniões se radicalizavam, *A Manhã* conservava sua serenidade: “Qualquer que seja o resultado das urnas, seja qual for o epílogo desta luta, saberemos manter corajosamente, custe o que custar, nosso [apoio incondicional ao vencedor](#).” No entanto, com a aproximação das eleições, o editorialista de *A Manhã* mostrava-se cada vez mais aflito com “o descaso inqualificável”

com que o jornal era tratado pelos tesoueiros das duas facções: “E não nos venham procurar depois das verbas estouradas! Um jornal como o nosso, que se bate por princípios, [não transige!](#)”

Contudo, a sociedade entre Apporelly e Chateaubriand duraria apenas cinco meses. “Os primeiros tempos foram maravilhosos. Depois Chateaubriand veio me procurar para me dizer, aflito, que não podia me pagar naquele momento. Desfiz o contrato e nem cobrei [a multa pela recisão](#)”, recordou o humorista. No final de fevereiro de 1930, Apporelly comunicou aos leitores, à sua maneira peculiar, o desligamento da cadeia dos Diários Associados: “Desde quinta-feira passada, o *Diário da Noite*, que vinha sendo publicado diariamente como suplemento de *A Manhã*, passou a ter vida autônoma, continuando, entretanto, com a mesma orientação humorística que [tanto o popularizou](#).”

Na mesma edição, o jornal estampava artigo de página inteira intitulado “Assis, Chateau ou Briand?” Promovendo uma investigação filológica, Apporelly desmontava o sobrenome do dono do *Diário da Noite* para descobrir “qual o verdadeiro nome desse cavalheiro, que parece usar em sociedade um nome suposto ou um pseudônimo literário”. O humorista anunciava que aquele era o primeiro passo de “uma campanha pessoal contra o Sr. Assis Chateaubriand, diretor do consórcio com o qual o nosso querido diretor teve violento bate-boca.” Nos anos seguintes, envenenada por divergências ideológicas, a relação azedaria ainda mais.

As eleições de 1º de março, marcadas por fraudes e manipulações, terminaram com a vitória do candidato oficial, Júlio Prestes. Mas o resultado não pôs fim ao conflito que dividia o país. O declínio contínuo da imprensa governista registrava a impopularidade crescente das autoridades. Apporelly contava que o português João Lage, dono de *O Paiz*, pesadamente subsidiado pelo partido oficial, encarava com ironia sua situação. “Seu jornal está em decadência – comentou um amigo do empresário – não se encontra em parte alguma. Por que não aumenta a tiragem?” Lage respondeu: “Não diga bobagens. Estou tirando até demais. Ninguém compra jornal governista. Estou rodando quinhentos exemplares e isso é muito. Meu ideal é tirar só dois exemplares. Um para mim, outro [para o presidente da República](#).”

Com sua independência restabelecida, Apporelly, instalado no terceiro andar do edifício do cinema Império, tratou de estender novamente suas antenas. Dali estava pronto para captar e repercutir a seu modo as vibrações de um cenário político cada vez mais radicalizado. Quando, do exílio em que se encontrava, o general Luiz Carlos Prestes – ídolo dos tenentistas – recusou-se a apoiar a Aliança Liberal e divulgou um manifesto aderindo ao comunismo, pode ter espantado muitos com sua ousadia, mas entre estes não estava o diretor de *A Manhã*.

O documento, radical para alguns, foi recebido com frieza na redação, pois, na opinião do jornal, as reivindicações eram acanhadas demais para despertar o entusiasmo das massas. O semanário, então, explorou os “pontos de contato entre as duas doutrinas, as de Lênin e as do nosso querido diretor”. E demonstrou, item por item, como a plataforma de Prestes “estava muito aquém das ideias vigorosas e radicais predicadas e praticadas pelo talentoso homem de letras que está à frente desta empresa”. O manifesto do militar rebelde pregava o cancelamento da dívida externa, proposta que não entusiasmou *A Manhã*:

Por aí se tem um pano de amostra da inferioridade em que se colocou o general Prestes, em face das teorias radicais esposadas pelo nosso chefe, que prega não só o cancelamento das dívidas externas, mas também das internas e particulares. O que é preciso acabar-se, antes de tudo, é a dívida interna, a dívida individual, porque [essa sim é vexatória e iníqua](#).

Implacável, o jornal cobrava os propósitos igualitários apregoados por Prestes: “Outro ponto fraco do manifesto do general Prestes é o que se refere à expropriação dos grandes industriais, fazendeiros e latifundiários. Por que expropriar só os grandes? Por que não começar pelos pequenos? [Por que essa desigualdade?](#)”

A indignação do jornal chegava ao auge quando tratava dos direitos trabalhistas exigidos no manifesto:

Ridícula, simplesmente ridícula, é essa parte do manifesto em que o general pleiteia oito horas de trabalho diário! Esse homem está positivamente maluco! Onde vamos parar trabalhando dessa maneira? Por que oito horas? Por que não pleiteia, como nosso chefe, a abolição completa do trabalho? Então não vê que é uma inconsciência exigir dum camarada essa tortura [oito horas por dia?](#)

[2]

À derrota da Aliança Liberal seguiram-se denúncias de irregularidades durante a eleição e as costumeiras trocas de acusações. Os ódios acumulados durante mais de um ano vieram à tona com o assassinato do candidato a vice de Getúlio Vargas, João Pessoa, transbordaram no movimento revolucionário de outubro de 1930, e explodiram nas ruas do Rio de Janeiro. Ali, no dia 24, uma turba enfurecida saiu às ruas para um ajuste de contas, atacando as redações dos jornais governistas.

Durante meses, os jornalistas haviam afiado seus argumentos, escolhido cuidadosamente adjetivos e atirado insultos com mira certa. Agora descobriam que não se tratava de um mero jogo de palavras. Ao contrário, suas decisões teriam consequências práticas – e trágicas. O português João Lage, que encarara com bom-humor a queda da tiragem de seu jornal, via agora consumida pelas chamas a cúpula da sede de *O Paiz*, um edifício imponente, na esquina da avenida Rio Branco com a rua Sete de Setembro. Móveis, livros e pilhas de papéis eram carregados pelos populares para alimentar uma enorme fogueira a céu aberto.

O jornal *Crítica*, abalado meses antes pela morte do polêmico diretor, Mário Rodrigues, recebeu o golpe de misericórdia ao ter sua redação apedrejada e destruída. A *Gazeta de Notícias* e *A Vanguarda* também tiveram suas sedes pilhadas. Por pouco, o fogo não destruiu o prédio mais alto da cidade, na praça Mauá, onde ficava a redação de *A Noite*. De um mesmo trecho ao longo da avenida Rio Branco, onde se concentravam várias redações cariocas, erguiam-se colunas de fumaça. Muitas jovens foram às ruas usando lenços vermelhos amarrados na cabeça. Os homens traziam um pedaço de pano preso à camisa, exibindo a cor da revolução. O cenário apocalíptico virara palco de uma celebração encenada [pela multidão enfurecida](#). Aos olhos do poeta Manuel Bandeira, um observador atento, o clima era festivo apesar das cenas de destruição: “Não havia nem confete nem serpentinas como no carnaval. Ou por outra, as serpentinas eram formidáveis, não se desenrolavam nos ares como as outras, mas no asfalto, porque as serpentinas da revolução

foram as bobinas dos jornais atacados e logo [reduzidas a pedaços.](#)”



O Barão em um de seus uniformes.

Apesar da suposta equidistância em relação às duas candidaturas, *A Manhã* não hesitou, nos meses que antecederam a revolução, em escolher como alvos o candidato Júlio Prestes e o presidente Washington Luís. O jornal, ainda que pequeno, causava furor, era disputado pelos leitores da capital federal e certamente contribuiu para desgastar a figura do presidente junto à opinião pública. Quando, em outubro de 1930, estourou a revolução, o primeiro gesto do diretor do semanário, que não escondia sua simpatia pela Aliança Liberal, foi anunciar a demissão sumária do seu colaborador Dr. Vaz Antão Luís.

Aos olhos das multidões que saíram às ruas não pairava desconfiança alguma sobre as credenciais políticas de Apporelly. Foi numa posição confortável, portanto, que o diretor de *A Manhã* assistiu à investida contra a imprensa conservadora carioca, que retirou das ruas publicações como *A Notícia*, *A Ordem* e o *Jornal do Brasil*. Com uma ironia quase cruel, ele acompanhou as peripécias vividas por esses diários:

Reapareceu ontem o *Jornal do Brasil*, cuja publicação fora suspensa no dia 24, em regozijo à vitória da Revolução. No seu artigo de fundo, aqueles nossos colegas confessam que, de fato, defenderam todos os governos passados, mas, com a mesma lealdade, colocam-se agora ao lado da República Nova.

Enxergando nesse pragmatismo “uma cópia servil do nosso programa de combate”, *A*

Manha reivindicava para si a primazia dessa postura “responsável”, “nascida do consórcio da sã política, filha da moral e da razão, com o rigoroso escrúpulo, filho legítimo [do nosso querido diretor](#)”.

Com a chegada do movimento ao poder, obviamente multiplicaram-se os revolucionários de última hora, ansiosos por dividir os louros da vitória, ávidos por cargos e posições. Compreendendo claramente a nova situação, Apporelly apressou-se a saltar para o primeiro plano, reivindicando para si um papel de destaque nos acontecimentos recentes. Dias depois da posse do novo governo, ao recapitular os principais episódios da revolução, *A Manha* esclarecia a participação decisiva de seu mentor no movimento. “A Revolução Brasileira e o seu máximo herói” era o título do artigo, ilustrado por uma fotografia do diretor em uniforme militar, engalanado e coberto de medalhas.

Segundo o jornal, na madrugada histórica de 24 de outubro, “o nosso querido diretor”, envergando seu “vistoso pijama militar de seda vegetal”, rumava garbosamente em direção ao banheiro quando ouviu “os clarins que conclamavam às armas”. Esquecendo até “seus deveres para com a higiene, deixou nesse dia de tomar o seu banho trimestral, acorrendo pressuroso ao chamado cívico dos cadetes da liberdade”. E descrevia como desceu à rua e, através de um telefone público, transmitiu aos subordinados suas ordens fundamentais para o sucesso da insurreição. Após restabelecer esta verdade histórica e afirmar que “ninguém de boa fé poderia apontar outro chefe da rebelião”, *A Manha* advertia: “Não nos venham agora para cá com Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, Góes Monteiro, Juarez Távora, Olegário Maciel e outros rapazes que agiram sob a batuta do ínclito estrategista que está [à testa desta empresa!](#)”

Em *A Manha*, o nosso querido diretor chegou a vislumbrar uma oportunidade para um excelente negócio: montar um ateliê para a produção de fotografias históricas, que registrassem para a posteridade as façanhas desses revolucionários.

Isso decidido, contratou uma equipe de costureiras e mandou comprar a maior quantidade de cadarços, laços húngaros e divisas, que pudesse ser encontrada na praça; todos os uniformes, mais ou menos usados, mesmo com alguns furos da furada Guerra do Paraguai: todas as armas disponíveis, descalibradas ou não; patentes – porque, como se sabe, o homem depende da altura da patente, e todos os cabos de vassoura, que pudessem servir para uma cavalaria ligeira, em caso de [retirada forçada](#).

Se não apareceram clientes para o ateliê de fotos, o próprio Apporelly manteve ocupado o principal artista a seu serviço, Andrés Guevara. Nas semanas que se seguiram à posse de Getúlio, *A Manha* publicaria uma série de fotografias dos principais líderes do movimento, nas quais o desenhista inseria a figura de seu patrão. Com o nariz empinado e em poses revolucionárias, ele ora aparecia ao lado de Vargas, numa sacada, acenando para a multidão, ora envergando uniforme militar ao lado de generais, ora desfilando em carro aberto sob a aclamação das massas.

Naquele cenário, um novo personagem estava pronto para subir ao palco. Os líderes da revolução não sabiam, porém, que ele não se mostrava disposto a seguir o texto oficial, preferindo improvisar seu próprio roteiro.

A Manhã

ANO I — N.º 28

Director: APPRELLY

RIO, 28 - 8 - 33

A marcha triumphante da revolução brasileira!



« O nosso querido director, chefe da Revolução, de regresso ao seu "Quartel de Honra" do Club dos Desportos, sendo ao lado do Ministro de Instrução, assiste a um desfile de 400 soldados para o campo da liberdade da Republica Brasileira (Texto ao pé da pagina seguinte) »

Apprelly em *A Manhã*: o herói máximo da Revolução de 30.

14. O Barão entra em cena

[1]

NAS ÚLTIMAS semanas de 1930, certo dia ao anoitecer, o cartunista J. Carlos e o jornalista Álvaro Moreyra foram abordados na avenida Rio Branco por um senhor alto, de meia idade, roupa preta e chapéu largo, que pediu licença para conversar com o desenhista e pouco depois se afastou. O homem não tinha ocupação definida e era conhecido como autor de um obscuro livro de versos, explicou J. Carlos, mais tarde, ao amigo. Queria saber se ele tinha relações com os vencedores da revolução. “Se tiver, peço que me consiga algum lugar com o João Neves da Fontoura ou Oswaldo Aranha”, implorou o homem tristonho. Se não fosse possível, não tinha importância; estava desempregado desde os [tempos de Floriano](#). A cena provavelmente se repetiu milhares de vezes. E outros, mais enérgicos, tiveram sucesso onde o apático poeta fracassou. Fora dada a largada para uma corrida desenfreada aos cargos, na qual os gaúchos ocupavam as primeiras colocações, como contou Apporelly anos mais tarde.

Em 1930, vitoriosa a revolução, cada um pegou sua fatia. O Bergamini pulou em cima da prefeitura do Rio. Um outro cavalheiro, que nem revolucionário era, abiscitou os Correios e Telégrafos. Outros patriotas menores foram exercer seu patriotismo a tantos por mês, em cargos de mando e comando. Fiquei chupando o dedo, com uma mão atrás e a outra também, o que parece impossível, [mas é verdade](#).

Ao diretor de *A Manhã*, aquele começo não pareceu promissor. “O nosso querido diretor, como um republicano histórico, vendo aquilo – um verdadeiro assalto às posições – ficou profundamente decepcionado. Isso fez sacudir fundo a sua consciência, que é muito difícil de ser acordada, [diga-se de passagem](#).”

Apporelly repetia para seus amigos que até a ele haviam oferecido um cargo. Após a vitória da revolução, Getúlio Vargas teria mandado chamá-lo ao palácio do Catete. Recém-empossado, o presidente estaria inconformado com as desculpas apresentadas pelo humorista para se esquivar do compromisso. Numa das versões, o convite foi levado por um funcionário munido de intimação policial e especialmente destacado para a missão; em outra, a convocação ocorreu por meio de um telegrama. “Apparício, você não aparece!”, um Getúlio bem-humorado teria saudado o conhecido dos tempos de estudante em Porto Alegre. “Bonito, todo mundo veio me cumprimentar pela revolução e você só vem assim.. [Puxado a telegrama](#).” Uma vaga para inspetor das escolas federais estava sendo disputada por dezenas de candidatos, em sua maioria gaúchos. Segundo Getúlio, somente Apporelly poderia livrá-lo daquela situação, aceitando o cargo. Para o novo presidente, seu nome era o único que não criaria ciúmes nem ressentimentos em meio a tantos conterrâneos. O jornalista, entretanto, não concordou: “Se aceito, não posso falar mal nem do governo, nem do presidente Vargas.” E, despedindo-se, aconselhou a Getúlio: “Vossa Excelência será o maior estadista do país; não precisa fazer mais nada. Negue a dívida aos ingleses e aos americanos e os contemporâneos agradecem, [quanto mais os pósteros](#).”

Contudo, não eram apenas cargos e salários que alimentavam a vaidade dos arrivistas. Os títulos que as autoridades se concediam, assim como a subserviência que inspiravam,

eram um componente importante do aparato que se erguia em torno do poder. Já nos primeiros anos da república, nascida sob a égide de militares que se queriam bacharéis, multiplicaram-se tratamentos como “capitão doutor fulano” ou “segundo-tenente bacharel sicrano”, e a profusão de títulos confundia os mais simplórios entre os que mendigavam favores ou adulavam as autoridades. Uma carta ao ministro da Fazenda Rui Barbosa se dirigia ao político como “Eminente cidadão-general-doutor [Rui Barbosa](#)”.

Dessa forma, atento ao avanço dos revolucionários nas semanas que antecederam a vitória em 1930 e ao ego cada vez mais inflado do “nosso querido diretor”, Apporelly encontrou inspiração para a ideia mais brilhante de sua carreira como humorista. A elevação do editor de *A Manhã* à nobreza, com a concessão do título de Barão de Itararé. Com esse recurso, dava o arremate final, o toque de mestre, na criação de seu melhor personagem: ele mesmo. A partir de então, criador e criatura acabariam se confundindo a ponto de fazer com que se apagasse a tênue linha que separava vida e obra.

[2]

A ideia do título surgira ainda antes da vitória da revolução, certo dia de outubro de 1930, quando o país inteiro acompanhava o avanço das tropas fiéis à Aliança Liberal que haviam se insurgido no Sul. Naquela ocasião, um amigo gaúcho de Apporelly teve uma acalorada discussão com o humorista. Para o capitão Napoleão de Alencastro Guimarães, que se desentendera com os revolucionários, os insurgentes estavam fadados ao fracasso porque não conseguiriam de modo algum passar de Itararé. “Ele me disse que os gaúchos não passariam de Itararé, aliás, frisou, como já havia [acontecido com os homens de Gumercindo Saraiva](#)”, lembrou Apporelly anos depois.

A cidade de Itararé, no sudoeste de São Paulo, divisa com o Paraná, era considerada um ponto de inflexão no caso de invasão por forças argentinas, por ser o local mais apropriado para se organizar uma resistência. Talvez por isso o capitão Alencastro insistisse ser Itararé “uma barreira inexpugnável”. Transformados em estrategistas de salão, a exemplo de outros leitores de jornal que acompanhavam nos mapas a evolução dos acontecimentos, os amigos continuavam suas conversas. Apporelly rejeitava o paralelo com seu herói, o caudilho Gumercindo Saraiva, e insistia que o amigo estava no mundo da Lua: “Retruquei que o Gumercindo não tentara invadir nem tomar São Paulo ou Itararé, mas que tinha chegado ali perseguido. Com Getúlio seria diferente. Quando chegasse a São Paulo contaria [com o apoio da guarnição federal e do povo](#).”

O país acompanhou, atento, o avanço das tropas até Itararé, onde Getúlio se concentrou com um contingente de trinta mil homens do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Dali, lançou um desafio às forças do governo. Numa atmosfera de grande suspense, a opinião pública viu as manchetes sobre Itararé se sucederem, anunciando a iminência do confronto que prometia ser dos mais sangrentos do país. A batalha, no entanto, nunca aconteceu e a revolução seguiu seu rumo, com um episódio dramático a menos e um anticlímax cômico a mais.

No 1º Salão dos Humoristas, no saguão do Teatro Trianon, o jornalista Nóbrega da

Cunha exibiu enorme tela, cercada por uma imponente moldura dourada, mas totalmente em branco, tendo embaixo o título: “Batalha de Itararé”. Sobre o fato, Murilo Mendes sintetizou a sensação geral com um poema instantâneo, escrito naqueles dias:

ITARARÉ

A maior batalha da América do Sul

Não houve.

Quando, pouco mais de uma semana após a vitória do movimento, Apporelly decidiu que seus serviços à revolução mereciam ser celebrados com um título de nobreza, a escolha pareceu óbvia. Em 5 de dezembro de 1930, *A Manhã* publicava um artigo de página inteira: “O novo Barão de Itararé: a íntegra do decreto que agracia com aquele título nobiliárquico o nosso querido diretor.” Dizia o artigo 1º do decreto assinado pelo presidente “Getúlio Dor Neles Vargas”:

Considerando que o nosso querido diretor, na paz e na guerra, prestou os mais relevantes serviços à Revolução Triunfante; considerando que em virtude da sua alta patente de marechal-almirante conquistada pelo esforço próprio, não se lhe pode conferir um posto inferior ao de general ou coronel; considerando que, no fundo, a República é uma monarquia disfarçada, resolve conceder ao nosso querido diretor o título de Barão de Itararé, podendo dele fazer [o uso que lhe convier](#).

O artigo 2º esclarecia que “o Sr. Barão de Itararé, independente de licença especial da polícia, poderá usar ostensivamente as armas que escolher para o seu brasão [nobiliárquico](#)”.

Uma das primeiras providências foi confeccionar “as armas que usará como brasão na porta do automóvel, no guidão da bicicleta, no portão do quintal e no frontispício da sua residência de verão”. O artigo exibia o brasão, desenhado por Andrés Guevara na primeira versão das muitas que colocaria no papel, cada vez mais elaboradas e carregadas com os símbolos mais esdrúxulos, numa heráldica complicada que Apporelly se deliciava em descrever e em explicar. Na parte superior, ele trazia um capacete, de viseira erguida, dos Dragões da Independência, “descansando sobre uma máscara contra gases asfíxiantes e mau hálito”. Já o machado, “pingando sangue sobre uma tigela”, “quer dizer que aquilo não é sopa”. A pena do pavão cruzada sobre o machado “nada mais é que a representação figurada da fulgurança do publicista, que conquistou com sua caneta automática a mesma admiração pública que granjeou para si [a ave de plumagem multicolor](#)”.

Um ano mais tarde, o escudo da Casa de Itararé era outro, que ostentava um brasão dividido em quatro campos, cada um apresentando uma figura: uma taça de vinho, um par de talheres cruzados, uma garrafa de bebida e um frango assado “em decúbito dorsal”. Abaixo, vinha a divisa: “Tallarini ou *in hoc signo vinces*.” Atravessando o escudo em diagonal, cruzavam-se um guarda-chuva e uma bengala, para indicar as virtudes civis do monarca, “que passeia incógnito pelas ruas da cidade, democraticamente, entre a plebe, abrigando-se do sol e da chuva como qualquer mortal”. Dissecado por especialistas, o escudo prometia imortalizar a nobre estirpe dos Itararé: “Temos a impressão de que ali está gravada a imagem da própria pátria, cujas letras invertidas fornecirão aos pósteros a fórmula exata do elixir da longa vida, congraçando as virtudes cívicas com as necessidades temporais:

O novo barão de Itararé

A íntegra do decreto que agracia com aquelle título nobiliárquico o nosso querido director



Dezembro de 1930: o diretor de *A Manhã* é elevado à condição de Barão, com direito a um estudo genealógico e brasão nobiliárquico.

PATRIA

A TRIPA”

Mesmo com título de nobreza, o nosso querido diretor conservava sua índole democrática, promovendo entre os funcionários de sua empresa “uma justa e equitativa distribuição de comendas e cordões”, para emprestar ao ambiente “um sadio aspecto de nobreza patriarcal”. Terminou, então, o tratamento humilhante de contínuo ao encarregado dos negócios da portaria. “Qualquer assunto ali agora deve ser tratado com o Sr. comendador chefe de protocolo.” Aboliu-se também, explicava o Barão, “o menosprezante apelativo de varredor: qualquer remoção de detrito orgânico ou inorgânico exigirá antes de mais nada um entendimento prévio com o Sr. conde mordomo”. Os profissionais da administração e da redação foram agraciados com títulos de marquês e de barão, reservando-se duques e príncipes “para ulteriores promoções por merecimento ou [atos de bravura](#)”.

Até um filólogo foi recrutado pela *Manhã* para aplicar um verniz de respeitabilidade às origens do barão. Ao professor Laudelino Avenida Gomes Freire coube “dissecar à luz da ciência filológica” a origem e o significado da palavra Itararé. Explicando que seu caráter austero não permitia tecer “loas aos poderosos do dia”, o professor Laudelino perguntava a propósito do nome do patrão: “Donde vem a palavra triunfal, que os nossos lábios não se cansam de repetir a todo instante e que encerra, nas suas sete letras mágicas, toda uma legenda de altivez e bravura?” Para o estudioso, Itararé seria um vocábulo de origem ariana ou talvez sânscrita, se remontassem ao período das primeiras migrações mongólicas para a península do Helesponto. “A sua transição etimológica para o tupi-guarani não sofreu, na estrutura íntima, [a mínima modificação...](#)”, esclarecia. Para decompor a palavra, explicava o

professor, é preciso “rachá-la ao meio”. “Ita quer dizer navio costeiro, pedra, laje.” Raré seria “a aglutinação das palavras *raro* e *é*”. Portanto Ita-raré significaria “pedra rara, brilhante sem jaça”. E, concluindo, perguntava-se: “Que é, senão isso, o glorioso fundador dessa heroica dinastia que carrega e engrandece esse tão formoso e sonoro [vocábulo?](#)”

Qualquer integrante da nobreza europeia que passasse pelo Brasil era imediatamente cooptado para o círculo de amizades do diretor de *A Manhã*. Quando o príncipe de Gales visitou o Brasil, em abril de 1931, e foi convidado para caçar veados na fazenda de Lineu de Paula Machado, em São Paulo, Itararé organizou imediatamente uma caçada de periquitos amestrados nas matas do morro do Cantagalo, em Copacabana, onde Apporelly realmente morava. “O encontro entre os dois príncipes, isto é, o príncipe de Gales e o Barão de Itararé, verificou-se dentro do duro rigorismo [exigido pelo protocolo](#)”, registrou seu jornal.

Assim como citava seus títulos em todas as ocasiões – Comendador da Ribalta, Cavaleiro da Carreteira –, não perdia uma oportunidade para exibir seu “brioso uniforme anfíbio de marechal-almirante”. Seus muitos trajes, sempre complicadíssimos, sendo um para cada tipo de cerimoniais, mereciam descrição minuciosa nas páginas do jornal. Assim, na caçada aos periquitos com o príncipe de Gales, o Barão surgiu no salão de Honra ostentando “vistoso chapéu garibaldino com uma peninha ao lado para despistar; gibão de Trás-os-Montes metade verde, metade encarnado; calções de alpinista e botas à *la gaúcha* [de couro de potro](#)”. Mais tarde, envergou “seu austero e brioso uniforme de marechal-almirante, ostentando sobre o largo peito de atleta do pensamento, além de diversas comendas estrangeiras, a Gran Cruz de valor militar, conquistada na grande batalha de Itararé, [a maior da América do Sul](#)”. No casamento entre o príncipe Umberto, da Itália, e a princesa Maria José, da Bélgica, Itararé preferiu vestir “o seu finíssimo guarda-pó de palha de seda, escondendo discretamente a sua comenda da Ordem do Banho, sempre desobedecida, e fazendo-se encimar por seu chapéu de coco da Bahia, que usa com [licença especial do papa](#)”.

Parecia inesgotável o guarda-roupa de onde o criador, Apporelly, tirava os trajes com que vestia sua criatura, o Barão. O mesmo poderia ser dito sobre os recursos com que o autor aperfeiçoava seu personagem. Os detalhes sobre sua corte, império, guarda pessoal, fortuna, negócios, antepassados, brasão e façanhas compuseram uma figura de porte, de entonação e de personalidade inconfundíveis.

Componentes importantes eram o estilo e a linguagem empregados pelo Barão, especialmente a prosa floreada e os arroubos de retórica característicos dos bacharéis, doutores, e membros da oligarquia nos anos 1920 e 1930. Símbolo da adulação e dos favores, das relações que se davam à sombra do poder, foi essa linguagem que Apporelly pôs a nu, ao levar às últimas consequências aquelas fórmulas surradas. Ao exercitar sua criatividade verbal, valeu-se do preciosismo com que seus professores manipulavam a língua portuguesa no Ginásio Conceição. Também serviram de inspiração os excessos cometidos na tribuna por Carlos Cavaco, na Porto Alegre da sua juventude. Contudo, a principal matéria-prima estava sempre à mão: bastava abrir os jornais e ler os discursos dos políticos e os textos empolados dos editorialistas.

Ao longo dos anos, o Barão de Itararé continuaria em permanente construção. Quase duas décadas depois de sua criação, no fim dos anos 1940, ele seguiria sendo elaborado por

Apporelly: “Cioso como ninguém da pureza da sua estirpe, é o único nobre do mundo que, pelo menos uma vez por mês, injeta por via endovenosa certa quantidade de azul de metileno, para manter inalterável a cor da nobreza do sangue.” Era tão refinado que, mesmo sozinho e à vontade em casa, era incapaz de ouvir a transmissão radiofônica de uma ópera “a não ser de chinelos com cara de gato, camisa de peito duro e casaca em abas em tesoura”. Homem versátil, sendo “artista, matemático, diplomata, poeta, pintor, bookmaker, Itararé invadiu espetacularmente o vasto deserto da ignorância humana”. Mais ainda: “Um grande herói que a pátria chora em vida e há de sorrir, incrédula, quando o souber morto.” O dono de jornal, magnata e caudilho político era também um retrato em negativo da elite brasileira, em que eram destacados os traços que ela procurava esconder. Enfim, era um homem sem segredos, uma vez que “sua vida pública é na realidade [a continuação da privada](#)”.

Aos poucos, no tom de voz, nos gestos e na postura, o criador deixou-se impregnar por sua criatura, mas não se sabe exatamente quando Apparício Torelly acabou por se confundir com a *persona* do Barão de Itararé. Se o processo foi gradual, foi também irreversível. Após algum tempo, poucos falavam em Apparício Torelly, e até o pseudônimo Apporelly passaria para segundo plano. Nas redações, nos bares, nas ruas e até entre amigos e parentes, ele seria cada vez mais e simplesmente “o Barão”.

[3]

Dias após as forças de Getúlio Vargas iniciarem sua marcha rumo à capital, chegou a Apporelly uma notícia que produziria uma revolução em sua vida particular: ele havia obtido sucesso na ação de desquite movida contra a esposa, Alzira Alves Torelly. “Atendendo à prova testemunhal, e aos mais dos autos, dos quais se vê ser fora de dúvida o alegado, julgo procedente a ação e”, escrevia o juiz, na sentença de 29 de setembro de 1930, “concedo a guarda dos filhos menores do casal ao autor, [cônjuge inocente](#)”. Inocente ou não, depois de cinco anos afastado da terra natal e dos filhos, o boêmio e irrequieto Apporelly estava livre para tentar organizar algo que parecesse uma vida familiar, agora no Rio de Janeiro. Porém, apenas em princípio: na prática, a mulher que havia escolhido, Z., seguia presa ao marido, no interior do Rio Grande do Sul, e assim continuaria por algum tempo.

15. Maxixes, plumas e o Olho de Moscou

[1]

A AGITADA vida política que se seguiu à ascensão de Vargas em outubro de 1930 não serviu apenas para alimentar o noticiário dos jornais. Saturado das apaixonadas disputas partidárias e dos discursos rancorosos, o público buscava nos espetáculos de teatro de revista uma válvula de escape. Nas poltronas dos teatros João Caetano, República, São José, Rialto, Lírico e Trianon era possível relaxar e rir ao ver os fatos da história recente pelas lentes de um humor carnavalesco. No início de 1931, Apporelly, após sucesso inegável na imprensa humorística, viu-se tentado a escrever para o teatro de revista, território ainda inexplorado por ele.

O parceiro para essa aventura foi uma figura excêntrica, um homem alto, magérrimo, tímido e um tanto desengonçado. Nada naquele personagem tímido sugeria que tivesse sido um dia delegado de polícia. O desenhista Raul Pederneiras, com seu chapelão indefectível, bengala e o enorme bigode que terminava em pontas desgrenhadas, como antenas apontando em todas as direções, era ele mesmo uma caricatura. Munido de um sobrenome ilustre e de um anel de bacharel em direito, sua família esperava para ele uma carreira convencional. “Raul podia fazer grandes coisas com a pena”, escreveu Humberto de Campos. “Preferiu, entretanto, o lápis, agregou-se às rodas boêmias e enfiou-se, de bigodes em riste e chapéu à mosqueteiro, pelo [caminho da notoriedade](#).”

Excêntrico, era ligeiramente gago, além de surdo. Como pintor, expôs nos salões anuais de belas-arts ocorridos no Rio de Janeiro no início do século. Versátil, foi também dramaturgo, mas não foi o único desenhista a enveredar por esse caminho. Nas primeiras décadas do século, muitos caricaturistas fizeram incursões pelo teatro. Julião Machado assinou comédias como *Prim’Alv’ro* e esquetes como *A greve dos micróbios* e *O luto do escrupuloso Mota*. Luiz Peixoto, também caricaturista, renovou o teatro de revista com *Forrobodó*, em 1912. Kalixto apresentou uma comédia, *Podre de chique*, no teatro Trianon em 1915. Ruben Gill tentou a sorte com as revistas *Café com leite* e *Carvão nacional*. Até J. Carlos deixou sua marca no teatro, com a revista *É do outro mundo*, em 1930.

O próprio Raul, antes da parceria com Apporelly, era conhecido como autor de comédias como *O chá do sabugueiro*, *Berliques e Berloques*, *A última do Dudu*, *O Babaquara* e *O Rio civiliza-se*, além dos textos para o teatro de revista, entre eles *O badalo* (com Vicente Reis), *Meu boi morreu* (com Luiz Peixoto) e *Podia ser pior* (com J. Praxedes). Porém, foi como caricaturista que se consagrou, colaborando com publicações como *O Malho*, *D. Quixote* e *Revista da Semana*. Sua carreira começou na revista *O Tagarela*, em que também atuou como editor. Sem dinheiro em caixa, fingia não ouvir os pedidos de vales por parte de colegas desenhistas, como Kalixto. Foram tantas as pragas rogadas pelos colegas, diziam estes, que o caricaturista ficou realmente surdo.

Por vinte anos, Raul foi professor de anatomia e de fisiologia artística na Escola

Nacional de Belas-Artes, onde quem se divertia com seus bonecos e trocadilhos não imaginava que o autor fosse também professor da faculdade de direito, tendo publicado obra de quase quinhentas páginas, *Direito internacional compendiado*, sobre sua especialidade. Num soneto publicado anos antes, em *A Manhã*, Apporelly sintetizara graficamente seu amigo numa única linha, como “pernas, bigodes, chapéu”. O poema era ilustrado por uma caricatura de Raul feita por ele mesmo e o último verso concluía o retrato: “Ah... Surda criatura/ Hoje, fez para *A Manhã*/ A própria [cara que atura](#).”

Para a parte musical, a dupla recrutou o compositor, pianista, orquestrador e arranjador Henrique Vogeler e o versátil Ari Kerner, que, além de compositor e pianista, era jornalista e dramaturgo. Com larga experiência no teatro, Vogeler compusera alguns clássicos da música popular, assinando parcerias com Catulo da Paixão Cearense, Lamartine Babo, Luiz Peixoto, Jararaca e Noel Rosa. O pesquisador José Ramos Tinhorão traçou um perfil de Vogeler que o mostra com um temperamento bonachão: “O pianista e compositor, que em certa época cultivava um belo bigode negro e tinha o hábito de tocar chupando a bochecha, num tique particular, transformou-se na atração das coristas do teatro musicado.”

Dias antes da estreia, recém-chegados de um ensaio no teatro Rialto, Apporelly e Raul receberam um repórter de *O Globo* no escritório de *A Manhã*. “É uma peça leve. Uma sucessão de cenas ligeiras, variadas, formando um caleidoscópio”, explicou Raul. Apporelly interrompeu um artigo que rascunhava para participar da entrevista.

– Não temos pretensões. Fizemos o que pudemos. Mas uma coisa perpetramos inteiramente original, até hoje nunca vista no teatro.

– Originalíssima – confirmou Raul, sem falsa modéstia.

E, juntos, anunciaram:

– Toda a peça, de fio a pavio, obedece à lei nova. Tudo é dito, recitado e cantado segundo a nova ortografia oficial que acaba de ser decretada pelo governo!

“E com esta novidade, despedimo-nos dos autores de *O meu pedaço*”, concluía o [repórter](#).

Na noite de 24 de junho de 1931, estreava no Rialto, com um dia de atraso, o espetáculo *O meu pedaço*, levado ao palco pela companhia de Aracy Cortes. A peça em dois atos e trinta quadros seria a primeira e última incursão no teatro pelo criador de *A Manhã*. A princípio, tudo parecia conspirar a seu favor. A atriz e cantora principal era uma sensação e os autores eram conhecidos e admirados por seus fãs. Percebia-se a boa vontade da imprensa nos primeiros artigos, que antecederam a estreia, e do público, que, pelo menos segundo dizia *O Globo*, correu à bilheteria do teatro para ver a peça do “famoso Barão de Itararé”. Contudo, na cobertura da estreia, após elogiar a interpretação, o mesmo jornal comentou, em tom morno, que “a revista tem alguns momentos que agradam, com [várias cenas interessantes](#)”.

O *Correio da Manhã*, por sua vez, não usou meias-palavras: “*O meu pedaço* logrou apenas meia dúzia de aplausos, além daqueles, irritantes, partidos da claqué.” O autor anônimo da crítica iniciou-a simplesmente com a constatação: “Por motivos inexplicáveis, surpreendentes mesmo, a revista de Raul Pederneiras e Apporelly não conseguiu agradar à numerosa assistência.” Tentava em seguida um diagnóstico para elucidar o que lhe parecia um enigma, afinal, “príncipes do humorismo, os dois escritores obtiveram nome explorando

um gênero difícilíssimo, que é o de fazer rir”. Sem chegar a detectar o motivo da frieza do público, o articulista não sabia se ela podia ser atribuída aos ensaios insuficientes ou à performance dos artistas. O certo, dizia, é que “os admiradores de Raul e de Apporelly, predispostos a rir, deram a impressão de terem saído do Rialto [decepcionados](#)”. Num contraponto cômico à crítica arrasadora, foi publicado na mesma página do jornal, poucos centímetros abaixo, um anúncio da produção da peça: “Hoje, continuação do sucesso da revista do diretor de *A Manhã*, Apporelly, e de Raul Pederneiras. *O meu pedaço*. Números bisados e trisados... Um verdadeiro delírio!”

Não sobreviveu um exemplar do texto da peça, cujo título parecia fazer alusão à disputa por cargos e vantagens após a Revolução de 1930. O número musical considerado o ponto alto do espetáculo era um eletrizante “maxixe acrobático”, dançado por [Aracy Cortes e Pedro Rios](#). José Luiz Calazans, mais tarde famoso como o Jararaca, da dupla com Ratinho, também chamou atenção com seus monólogos caipiras. Um dos quadros, no qual atuava a atriz Geny Martinelli, chamava-se “A feminista”, talvez porque o Rio de Janeiro abrigasse naqueles dias o II Congresso da Federação pelo Progresso Feminino, evento que merecera algumas farpas de *A Manhã*, com direito a caricaturas e a ironias típicas do machismo da época.

Mário Nunes, crítico do *Jornal do Brasil*, foi menos implacável e explicou a reação da plateia. “Não falta a *Meu pedaço* humor, não aquele que provoca ruidosas gargalhadas, mas o que faz sorrir deliciando o espírito”, explicava. “A revista é, em verdade, uma série de anedotas, ditos espirituosos, que ontem não tiveram o realce necessário, pelas incertezas da representação, naturais [em uma première](#).” No *Diário da Noite*, de Chateaubriand, o crítico Mário Domingues iniciou seu artigo com um elogio rasgado à *Manhã*, que, para ele, era “o melhor jornal do Brasil” e um antídoto certo contra o mau humor que assombrava os cariocas.

O Rio é uma cidade em que todo mundo sofre do fígado. Todo mundo aqui é neurastênico. O carioca, conversando, parece estar discutindo, e quando discute, perde a calma. Um horror! O observador aqui no Rio há de ver o seguinte: no bonde, por exemplo, as fisionomias dos homens à tarde dão a impressão de criaturas que acabaram de chupar limão azedo.

Para combater esse mal, não havia nada como o jornal de Apporelly, cujo conteúdo era tão precioso que o crítico o poupava, lendo uma página por dia: “De modo que consigo atravessar a [semana sem neurastenia](#).”

Contudo, os confetes atirados apenas realçaram o golpe que vinha a seguir: “Mas se Apporelly é autor do melhor jornal do Brasil, é também autor da pior peça do Brasil. Quero me referir à revista *O meu pedaço*.” Para o jornalista, “os que encheram ontem aquele teatrinho atraídos pelo prestígio do nome do grande humorista, ficaram desolados”. Apporelly desconhecia completamente a técnica teatral, aquilo que os escritores chamam de “carpintaria”. Raul, apesar de autor teatral experiente, não tinha sabido ajudar seu colaborador: “Afundou com ele no buraco do ponto.” “A graça do ‘nosso querido diretor’”, decretava o crítico, “ficou ofuscada à luz pálida da ribalta do Rialto”. E concluía com uma pitada venenosa: “E Aracy Cortes? Por que montou *O meu pedaço*? Foi má a grande estrela. Teria ela alguma [turra com Apporelly](#)?”

Durante sua curtíssima temporada, o espetáculo seria reforçado com dois novos quadros.

Mas o esforço foi em vão. A produção saiu de cena depois de apenas dez dias em cartaz. Foi à lona nocauteada pela concorrência de atrações de maior sucesso, como a revista *É do balacobaco!*, com músicas de Ary Barroso, que estreara quase ao mesmo tempo no Teatro Recreio.

A arte de fazer rir, principalmente num gênero que o autor não dominava, era realmente difícil, como afirmara o crítico do *Correio da Manhã*. Mais de vinte anos antes, um jovem Raul Pederneiras tentara desvendar o mistério num livreto intitulado *A máscara do riso*. “O problema psicológico do riso ainda se acha na província afastada das hipóteses e das conjecturas”, especulava o autor. O que acontece quando um ser humano ri? Toda a ação, segundo ele, concentrava-se num pequeno músculo:

O bucinador, estendido entre os maxilares, com a ação unida à do orbicular dos lábios, insere-se na tuberosidade do maxilar superior e na porção alveolar dos três grandes molares, ao alto, e numa extensão semelhante, em baixo, na mucosa da comissura labial, ajudando a extensão desta para trás e arredondando as bochechas [pela ação do ar contido](#).

Porém, ao que parece, ao menos nos espectadores afundados nas poltronas do teatro Rialto, os bucinadores permaneceram relaxados, as mucosas das comissuras labiais continuaram em repouso e as bochechas seguiram murchas. Escaldado pelo fracasso, Apporelly decidiu aventurar-se no humor apenas num território com o qual já estava familiarizado: as páginas dos jornais.

[2]

Quando assumiu a pasta da Justiça, em novembro de 1930, Oswaldo Aranha convocou ao seu gabinete o chefe de polícia do Distrito Federal, Batista Luzardo. Ali tiveram as primeiras conversas sobre o combate ao “sovietismo”, assunto que preocupava o novo ministro. Dois meses depois, Luzardo anunciava que fora autorizado a tomar “as mais enérgicas medidas possíveis” contra os comunistas. Aranha desejava recrutar a imprensa para a tarefa e havia exortado seus correligionários em São Paulo a empreenderem “uma obra de profilaxia importante, cortando já as asas a qualquer [propaganda comunista](#)”. O ministro mantinha com Apporelly uma relação de amizade e o próprio Luzardo, gaúcho, alinhara-se aos maragatos no Sul durante a luta contra Borges de Medeiros. No entanto, nas páginas de *A Manhã*, Apporelly vinha fazendo graça com o tema que Aranha encarava com a mais absoluta seriedade.

Como parte daquele esforço, o coronel João Alberto, interventor de São Paulo, assinou, em março de 1931, um decreto abrindo um crédito de duzentos contos para financiar a campanha da imprensa contra o comunismo. Na qualidade de proprietário de um jornal, o diretor de *A Manhã* expressou sua indignação contra o que considerou “um deboche contra a imprensa honesta do país”:

O comunismo é coisa séria. O crédito votado é ridículo. Duzentos contos! Duzentos contos para serem divididos por mais de quinhentos jornais! Poder-se-á, por acaso, com essa ridicularia iniciar-se uma campanha séria, honesta e vibrante, inspirada nos mais altos princípios da moral e da razão republicanas?

Não seria o caso, perguntava-se, o homem de imprensa, de uma campanha não contra o comunismo, mas contra o coronel João Alberto, “que tão mal julga os nossos sentimentos de

abnegação e patriotismo?”

A obsessão com o comunismo rondava as páginas do semanário mesmo antes da chegada de Vargas ao poder. Num artigo intitulado “O nosso querido diretor e o Olho de Moscou”, o jornal já se perguntava: “O grande literato que dirige esta folha estaria envolvido em planos comunistas?” Nele, informava-se que “agentes secretos da 4ª Delegacia Auxiliar, empenhados na repressão ao comunismo, estão desenvolvendo uma grande atividade em torno da pessoa ilustre do nosso querido diretor, suspeito de manter relações diretas com a República dos Sovietes”. Somente essa conclusão explicaria as grandes somas de que dispunha. *A Manhã* adiantava mesmo que a compra do morro do Cantagalo, em Copacabana, um dos últimos negócios do seu diretor, e onde ele morava, destinava-se à construção de uma montanha-russa para atrair “os incautos e honrados chefes de família ao credo comunista”.

À frente do ministério da Justiça, cabia a Oswaldo Aranha lidar com uma imprensa cada vez mais crítica em relação ao novo regime, acusado de esquecer os ideais da Aliança Liberal. Os revolucionários que diziam ter se levantado contra as “leis de arrocho” impostas à imprensa pelas velhas oligarquias agora não acolhiam com tanta benevolência os ataques dos jornais e as cobranças da opinião pública. Aranha, durante algum tempo, passou também a censurar a imprensa. Quando o sucedeu no ministério da Justiça, em janeiro de 1932, Maurício Cardoso anunciou o fim da censura, numa deixa para que Apporelly se saísse com uma defesa irônica do amigo:

A liberdade de pensamento que diziam estar completamente cerceada na gestão do Dr. Oswaldo Aranha no ministério da Justiça nunca sofreu nesta casa a mínima coação. Sempre pensamos o que quisemos a respeito do governo revolucionário e, por sinal, nossos pensamentos não eram nada lisonjeiros.

A posição desconfortável do ministro refletia o caráter ambíguo do movimento de 1930, no qual conviviam duas correntes. De um lado estavam os elementos de tendência mais liberal, que, uma vez superada a República Velha, desejavam apenas reformas políticas, novas eleições e a volta a um governo constitucional; de outro lado estavam os “tenentes”, os militares para quem o respeito aos princípios da democracia liberal estavam em segundo plano. Estes não se importavam em prolongar o regime até a implantação das reformas profundas que consideravam urgentes. A intolerância dos militares às críticas da imprensa manifestava-se de forma cada vez mais violenta. No episódio mais grave, durante a noite de 25 de fevereiro de 1932, oficiais integrantes do clube Três de Outubro invadiram a sede do *Diário Carioca* que, sob a direção de José Eduardo de Macedo Soares, mantinha uma linha de firme oposição ao regime. Além de agredir funcionários, a turba destruiu móveis e quebrou as rotativas do jornal.

Na primeira página do número seguinte de *A Manhã*, o episódio foi reencenado como uma farsa. “Inominável atentado contra as nossas oficinas”, anunciava a manchete do jornal de Apporelly em letras enormes, seguidas do subtítulo: “A destruição de nossa luxuosa rotativa e do nosso parque de linotipos por uma horda de vândalos.” Os invasores surpreenderam “o poeta-soldado” que dirigia aquela folha no momento em que “escrevia violentíssimo artigo contra as classes armadas”. Percebendo que sua integridade física corria risco e que estava desarmado, “resolveu sair corajosamente pelos fundos”: “Num gesto de verdadeira loucura, o destemeroso marechal-almirante-aviador pôs em fuga os seus

perseguidores que corriam desabaladamente pela rua afora [com ele na frente](#).”

As divisões entre os partidários do novo regime resultaram na fundação de vários clubes políticos, associados a datas diferentes do processo revolucionário. Dessa forma, o clube Três de Outubro reunia os militares mais radicais, que se contrapunham aos seus rivais de outros matizes ideológicos, organizados em entidades como o clube Vinte e Quatro de Fevereiro ou o clube Cinco de Julho. “Assim como no futebol, alguns desses clubes foram para a extrema esquerda, outros para a extrema direita. Aqueles da esquerda avançavam direto para a frente; os da direita marchavam sinistramente para trás”, comentava Apporelly. Tudo, segundo ele, levava a um tumulto desnecessário. “Depois de acurados estudos aritméticos, a que não foram estranhas aplicações de logaritmos e extrações de raízes cúbicas, chegamos ao justo termo onde se encruzilham as tendências metafísicas da nacionalidade”, anunciava o semanário, defendendo a fundação do “Clube 7 ½ de Agosto”, a média aritmética que representaria [o consenso nacional](#).

Coincidência ou não, à medida que a tensão política aumentava e os pedidos por uma volta à legalidade ganhavam força, as posições do Barão de Itararé se radicalizavam. Na sua folha, Getúlio era tratado como “o ditador discricionário”. O próprio Barão anunciava que, em seu gabinete na redação de *A Manhã*, estava permanentemente em ligação “através das ondas hertzianas com todos os focos de fermentação do continente que, por sua vez, se articulavam com as engrenagens que movimentam o resto do mundo...” Acostumado a dissertar sobre a situação mundial para seus “asseclas, acólitos e admiradores incondicionais”, ele se pronunciava “com a clarividência científica de Marx, a lucidez combativa de Lênin, a facilidade de expressão de César Ladeira e o bimetalismo da voz [de tenor de Francisco Pezzi](#)”.

Suas ambições também se radicalizaram. O novo título dilatou o ego do diretor de *A Manhã* a ponto de não se contentar apenas com o baronato. Seus domínios, além da salinha que ocupava no edifício do cinema Império, expandiram-se com a fundação da União das Repúblicas Socialistas da América do Sul, as URSAS. Mesmo sendo um conjunto de repúblicas, elas constituíam o território do Celeste Império, governado por um monarca com poderes absolutos, Sua Majestade Itararé I, o Brando.

Para servir cegamente o imperador – souberam os leitores de *A Manhã* – criou-se um verdadeiro corpo de elite, a Guarda Suíça. Idealizada nos moldes da guarda do Vaticano, o Barão procurava dar a essa força especial o mesmo aspecto aristocrático dos soldados a serviço do papa. Parte do seu charme estava, inegavelmente, nos elaborados uniformes que envergava. Em tempo de guerra, “polainas tirolesas com botões laterais de madrepérola, calções de veludo verde-garrafa à la *cacciatore*, jaqueta impermeável com mangas-balão e boina vasca, de linha mercerizada”. Poderiam alistar-se na Guarda Suíça somente “pessoas de grande destaque social, moralmente sem máculas e fisicamente perfeitas e, de preferência, abastadas monetariamente, para que possam contribuir fartamente para o fundo da Guarda, cujo tesouro está sob a honrada custódia do [impoluto monarca](#)”.

O Barão afirmava que todos os povos civilizados que se prezam esforçam-se ao máximo para aperfeiçoar os métodos “de fazer desencarnar o semelhante da maneira mais suave e mais rápida”. O Celeste Império não poderia, portanto, atrasar-se em relação aos outros países no plano militar, tendo a Guarda Suíça adquirido as mais modernas armas de

destruição. Seguindo o princípio religioso de que a Terra nada mais é do que o lugar onde os homens devem purgar seus pecados para merecerem a bem-aventurança do outro mundo, tudo era feito com o objetivo mais nobre e altruísta: “Remeter seu irmão para o além, onde o espera uma vida melhor, liberta dessa [carcaça miserável](#).”

A Manhã, recorrendo a esboços e projetos complicados, explicou aos leitores a natureza desses engenhos terríveis. A primeira arma a ser incorporada ao arsenal do Celeste Império foi o mosquetão sonoro:

Seu cano recurvado em trompa é provido de cornetins suplementares. A pressão atmosférica provocada pela detonação faz vibrar o diafragma colocado acima do cão do gatilho, de maneira que a bala sai assoviando a ária do *Lucevan le stelle* e penetra no ouvido do adversário prostrando-o, no *decubitus dorsalis*, sem lhe dar tempo de ouvir o final do terceiro ato.

Seriam cada vez mais frequentes, nas páginas de *A Manhã*, as referências às URSAS, ao Celeste Império, à Sua Majestade Itararé I e à frenética atividade revolucionária mantida pelo Barão, ampliada em escala continental. Em junho de 1932, chegaram notícias de Santiago, informando que o governo chileno fora derrubado por um grupo de militares liderados por um oficial da Força Aérea, que desejavam instaurar um regime socialista no Chile. A insurreição, episódio menor na história chilena, seria esmagada em poucos dias, mas a forma, os objetivos e tudo o mais nela, a começar pelo nome do líder, Marmaduke Grove, davam um sabor tão exótico àquela revolução que ela parecia encomendada para suscitar o entusiasmo do Barão. Às primeiras informações, Itararé saudou o levante “arrancando da algibeira do seu vistoso colete à fantasia a bandeira vermelha da [revolução social!](#)”.

A Manhã, empenhada em cobrir com louvores seu diretor, apontado como o verdadeiro arquiteto da insurreição, dizia ver na figura de Itararé “o Miguel Ângelo que cinzelará no mármore de Carrara da História as linhas imortais de sua própria [estátua equestre!](#)” Para o jornal, o triunvirato militar que governava o Chile apenas obedecia às instruções “emanadas de um grande foco revolucionário cuja sede deixamos propositadamente de mencionar para evitar mesquinhas perseguições policiais em nossa casa”, mas adiantava que “uma alta patente anfíbia das nossas forças armadas, marechal-almirante e prestigioso caudilho intelectual”, não era alheio aos “graves [acontecimentos chilenos](#)”.

Como prova da participação do seu diretor naquela revolta, o jornal exibia uma série de cabogramas trocados entre Itararé e os revoltosos. O primeiro deles mostrava um tom apreensivo: “Itararé. Celeste Império-Rio. Está *en la hora*. *La situación es grave*. (a) Grove.” Outro terminava numa saudação eloquente: *Vivan los soldados y los camponeses! ¡Viva la Tercera Internacional! ¡Abajo la Cuarta Auxiliar! ¡Vivan los marinos y los submarinos!* A mensagem seguinte informava que os revoltosos, “*después de sangrienta y peligrosa pelea*”, tomaram o palácio de La Moneda, sede do governo chileno, que estava desde já à disposição de *Vuestra Majestad* e despedia-se: “*Salud y Fraternidad. La Junta Gobernativa (a) Davilla, Grove y Pulga.*” O Barão respondeu prontamente: *Debo, sin embargo, advertirlos que, cuanto al palacio, no me interesa en el momento, por estar regiamente instalado en el solar de Cantagallo. Todavía, cuanto a la Moneda, de que con tanto cariño me hablan, devo confesarvos, con la franqueza rude del soldado, que estoy [inclinado a aceptarla](#).*

Apenas um mês depois, quando essa revolução parecia distante e fantasiosa, estourou outra, mais próxima e real, com o levante constitucionalista de 1932, em São Paulo. Assim, transbordava para um movimento armado a insatisfação que se acumulava havia meses com os constantes adiamentos das eleições e do prometido retorno à normalidade democrática. O cotidiano do restante do país, e do Distrito Federal em especial, foi completamente alterado. O policiamento aumentou e as aglomerações eram reprimidas. *A Manhã*, incorporando a gravidade do momento, anunciou que “um edital real fora afixado nos corredores internos desta redação, proibindo grupos de mais de três, sob pena de serem energicamente dissolvidos pela Guarda Suíça”. O aviso, no entanto, não evitou um incidente quando um grupo de quatro indivíduos suspeitos penetrou na empresa “com o preconcebido intuito de cobrar contas, cujo pagamento está suspenso por ordem superior”. Para o jornal, não havia dúvidas sobre o objetivo dos invasores: “A clássica pasta e a atitude de fingido respeito mantida pelos indignos e inoportunos visitantes denunciavam claramente suas sinistras intenções.” Como resistissem às ordens de evacuar, o diretor foi obrigado a acionar a ação fulminante da Guarda Suíça: “... foi ordenada então uma descarga de pistolas de gases narcotizantes, que os prostrou imediatamente [em sono letárgico](#).”

No ambiente de tensão, dado o levante paulista, as divisões no poder se aprofundavam e as prisões se multiplicavam. No início do ano, o empastelamento do *Diário Carioca* levara alguns líderes gaúchos, como Batista Luzardo, Lindolfo Collor e João Neves da Fontoura, a entregarem seus cargos, em protesto contra a complacência demonstrada pelo governo durante o episódio. Dois anos antes, as grandes facções da política do Rio Grande do Sul, os federalistas, liderados por Borges de Medeiros, e o Partido Libertador, liderado por Assis Brasil e por Raul Pilla, uniram-se no apoio a Getúlio e à Aliança Liberal. Agora, juntavam-se novamente na Frente Única Gaúcha em oposição a Vargas.

Entre os nomes gaúchos que se uniam contra Vargas estava o tio de Apparício, Firmino Torelly, importante liderança do Partido Libertador. A exemplo de outros companheiros seus, o político foi preso em Porto Alegre, o que motivou protestos, principalmente entre os estudantes. Num cais isolado, para evitar manifestações, Firmino foi embarcado para o Rio de Janeiro. Chegando à capital, as autoridades, em vez de prendê-lo, informaram-no que estava obrigado a permanecer na cidade até segunda ordem, numa tentativa de afastá-lo das conspirações e das atividades entre seus correligionários gaúchos. No Rio, Firmino procurou o sobrinho. O jovem decepcionara o tio ao evitar uma carreira na medicina ou no direito, porém, mais de dez anos depois, Apporelly o recebia em outra situação, estabelecido na capital e tendo obtido certa fama e algum dinheiro com o que parecia uma opção amalucada pelo humorismo. Nutriam admiração um pelo outro, agora numa posição de maior igualdade. Ao visitar Apporelly na sua nova casa, Firmino fez um comentário casual de admiração pelo belo trabalho de marcenaria numa *chaise longue*. Quando recebeu autorização para retornar a Porto Alegre, ao entrar no camarote do navio que o levaria, encontrou o móvel de que gostara – [um presente do sobrinho](#).

Naquele momento, Z, que se correspondia com Apporelly, recebeu da tia do humorista, Orfilia, a notícia de que ele teria sido preso. “Não acreditei no boato”, escreveu ela a Apporelly, “mas não recebia cartas suas e *A Manhã* não tem vindo. Depois passei-te um

telegrama que ficou sem resposta, afligindo-me isso tudo de uma maneira horrível. Felizmente estou agora tranquila porque já tenho em mãos uma [atenciosa cartinha sua](#)".

A notícia talvez tivesse origem na edição de *A Manhã* que circulara vinte dias antes, sob o cabeçalho "O Boateiro", como se houvesse outro jornal dentro de *A Manhã*, uma matéria de página inteira anunciava, com estardalhaço, "a prisão arbitrária de S. M. Itararé II". Num flagrante desenhado pelo paraguaio Guevara, estava a figura do Barão, ainda sem barba, visto através das grades: "Itararé II num infecto cubículo da 4ª Delegacia". Segundo o jornal, o tema obrigatório em todas as rodas de conversa da cidade na última sexta-feira fora "a prisão em flagrante de S. M. Itararé II, Imperador das URSAS e proprietário integral deste [grande arrotativo](#)".

O "atentado à liberdade locomotriz do magnânimo monarca", além de saudada com repulsa unânime, teria servido apenas para engrandecer sua reputação: "Na abjeta promiscuidade com delinquentes lombrosianos e sórdidos contraventores, todos das suas relações, a figura messiânica de Itararé dilatou-se no conceito de seus concidadãos e aureolou-se com o nimbo luminoso das grandes vítimas injustiçadas." Sem conseguir humilhá-lo, os policiais foram obrigados a ver "os batedores de carteira e os afanadores descuidistas" o aclamarem como "chefe-supremo e mestre inigualável". Diante da firmeza demonstrada pelo diretor de *A Manhã*, as autoridades soltaram-no. Depois de "posar gentilmente de frente e de perfil para os fotógrafos da polícia", foi liberado após ser advertido para que "tomasse cuidado com a sua linguinha de prata" e que se abstinhasse de conspirar contra as [instituições vigentes](#).

[3]

A "linguinha de prata", sempre irrequieta, seria uma fonte de dores de cabeça constantes para Apporelly. Contudo, em meio à desordem da vida pública, o humorista tinha a oportunidade de dar um mínimo de ordem à sua vida pessoal. Ao longo dos anos, suas relações com a instituição do casamento se mostrariam no mínimo problemáticas, pois não era fácil ajustar seu estilo de vida livre e irregular às expectativas de uma esposa. Talvez em seu íntimo permanecessem também certas resistências, por questões de princípio, ao que via como convencional e burguês naquela associação. Essas dúvidas, nas quais uma visão libertária se confundia com o machismo gaúcho, materializaram-se em uma de suas máximas – "A mulher deve casar, mas o homem, não" –, que intitularia uma canção de sucesso, composta pelo caricaturista e compositor Nássara, autor de inúmeras marchinhas de carnaval:

Santo Antônio,
casando um milhão de noivas,
preferiu morrer solteiro.
E agora que eu já sou grande
sou da mesma opinião,
A mulher deve casar, meu irmão,
[Mas o homem não.](#)

A respeito da família, ao menos nas páginas de *A Manhã*, o “nosso querido diretor” não era menos cético. Quando, em 1932, era discutido um projeto de reforma do direito da família, visando a futura constituinte, o jornal apressou-se em apresentar seu projeto. O Artigo 1º definia que: “Dá-se o nome de família a um grupo composto de uma ou mais pessoas, de sexos variados e gênios diferentes, que mantenham permanentemente, debaixo do mesmo teto, uma discórdia perpétua.” No artigo 5º do capítulo II, enumerava-se aqueles que tinham direito a viver nas costas do cabeça da família:

a) Os filhos, que podem vir antes ou depois do casamento; b) A esposa; c) A sogra; d) Os filhos da sogra menores de 23 anos; e) As filhas dessa senhora maiores de trinta; f) Os cônjuges dos respectivos filhos; g) Os filhos desses filhos e desses cônjuges; h) Os parentes que chegam do interior, com um frango e uma lata de goiabada para passar uma semana e ficam oito meses.

Era natural que o projeto previsse a obrigação do estado de “amparar os cabeças de família sobreviventes e proporcionar-lhes os meios materiais para uma fuga discreta e instalação em ilhas distantes, como Fernando de Noronha e outras, sem que outros membros da família possam persegui-lo, garantindo-lhes, assim, um justo repouso e uma [merecida compensação](#)”.

Se não o levou a refugiar-se numa ilha deserta, o primeiro casamento decididamente não deixou boas lembranças no humorista, que sequer gostava de falar sobre o assunto. Nem mesmo um exemplar da tradicional foto da cerimônia ficou guardada entre seus pertences. E nos anos seguintes, seus filhos, que nunca voltaram a ver a mãe, se comportariam como se ela não estivesse viva. Com surpresa, parentes e pessoas ligadas à família descobriram, muito tempo depois, que Alzira, cujo paradeiro havia sido perdido nos anos 1920 no Rio Grande do Sul, na verdade só veio a morrer em 1966, aos 61 anos, no Rio de Janeiro.



O humorista, no início dos anos 1930, com os filhos no Rio: Arly, Ady e Ary.

Ao deixar São Gabriel, Apporelly cortou muitos vínculos, mas não com Z, ainda que esse relacionamento tenha sido um dos principais motivos de sua partida para o Rio de Janeiro. Com ela, a esposa de seu sogro, o jornalista manteria uma correspondência apaixonada durante sete anos. Depois de uma crise, em 1925, provocada pela suspeita de que ela manteria um caso com Apporelly, Z e o marido ainda continuariam sob o mesmo teto. Desconfianças e ressentimentos foram acomodados numa convivência forçada e tensa, num drama que, oitenta anos mais tarde, pode ser reconstituído apenas através das cartas que ela enviava para Apporelly, sempre assinadas como “tua cigana” e endereçadas ao “meu cigano idolatrado”.

Nelas, Z costumava descrever minuciosamente seus dias, quase hora a hora. Na sua rotina, atividades cotidianas, como as orações que fazia, os cuidados com os filhos, as aulas de canto que dava, as lições de inglês que recebia, as idas à missa e mesmo a hora da sesta, eram pontuadas por declarações exaltadas. “Deitei-me um pouco, mas não fiquei muito tempo dormindo, pois passei meia hora acordada, sonhando com o meu amor, confiante na felicidade que ele vai me dar.”

Havia dificuldade, também, em conciliar suas expectativas e esperanças com o clima opressivo que era obrigada a enfrentar em casa. “É preciso ter uma fibra muito forte para controlar este amor, que às vezes parece querer gritar para sentir o eco do amor distante”,

contava ela. Escritas na atmosfera carregada do lar, as cartas, que nunca citavam nomes, traziam referências veladas ao marido:

A pessoa que sabes não tem feito as refeições em casa, sai de manhã e volta às vezes às duas horas para dormir a sesta e só aparece pela madrugada. Ele saiu há pouco. Não fala comigo a não ser para perguntar alguma coisa dos filhos. Eu continuo na mesma atitude, firme e inabalável do meu propósito.

O tom exaltado das cartas não deixa dúvidas sobre esse propósito: “Eu sempre te quis com loucura, mas hoje te afirmo que é enorme esta afeição, me faltando palavras para no papel desafogar.” Outras vezes, acenava com a possibilidade de viverem juntos: “Precisamos rezar bastante para realizarmos esta união, que será adorável, um bem enorme que Deus nos concederá, pois um amor extraordinário como o nosso é digno de ser realizado com todas as pompas.” Em outras cartas, refere-se ao marido apenas como “o Senhor”: “Meu irmão levantou-se tarde, assim como o Senhor, porque estiveram no cabaré. Tendo chegado o Senhor na sala, eu os deixei conversando e vim escrever e pensar no meu idolatrado Cigano.”

Durante aquele tempo, Z mantivera contato com os filhos que Apporelly deixara em São Gabriel: “Os meninos vão bem, o menor esteve hoje aqui, sempre alegre. Quando entra em casa, grita pela mãe Z... e eu fico toda boba.” A respeito de Ady, contava: “Não fazes ideia de como ela está agarradinha comigo. O que não é de estranhar, pois o pai está também, não é verdade?”

Num ambiente provinciano, a amante estava entregue à rotina pacata e tediosa de uma esposa determinada a manter as aparências, exposta à ameaça constante de conflito com um marido com quem não mantinha vínculo real. Não é de admirar que Z se queixasse, na sua correspondência, de repetidas crises “de nervos”. Dizia-se “no auge da alegria” ao receber as “extensas e carinhosas cartas” de Apporelly, mas a correspondência era, às vezes, fonte de sofrimento. Na pequena cidade do interior gaúcho, Z, sozinha e concentrada nos seus sentimentos, era vítima de crises de insegurança ao tentar monitorar um amante distante, livre, não comprometido e exposto às distrações e às tentações oferecidas pela vida agitada do Rio de Janeiro.

“Depois que li tua última carta”, escreveu ela, “contei a F aquela história que me falaste da francesa. Bem, F me disse, com certeza, sem maldade: ‘É natural que ele procure alguma mulher, pois não creio que ele seja puritano.’ Não imaginas, querido, o meu sofrimento.” Em outra ocasião, ela discute sua reação aos elogios feitos por Apporelly a certa poetisa que conheceu. “Bem, achares a moça bonita, inteligente e espirituosa, até aí não há mal algum, estou de pleno acordo. Mas meu amor não foi muito sincero sobre o tempo por que ela permaneceu no escritório. Pois para fazeres juízo da inteligência, do espírito e da sua conversa, ela não poderia ter ficado ali apenas cinco minutos”, argumentava. A distância, Z procurava desviá-lo dos maus hábitos que o envolveram em encrencas anteriormente: “Outra coisa que me contrariou foi o meu amor me mandar dizer que esteve jogando cartas. Não te lembras, querido, que em São Gabriel me prometeste nunca mais jogar cartas depois dos aborrecimentos que tivemos?”

A tensão se acumulou ao longo dos anos em que o casal morou na mesma casa, praticamente sem se falar e à sombra de uma suspeita, como mostra uma carta sem data, dirigida pelo marido à esposa. Nela, em que o destinatário é definido apenas pela inicial

“Z...”, refere-se ao “gênio um pouco arrebatado” da esposa: “Desde 1925, ano da horrível e infamante denúncia, aliás esclarecida, parecia que a vida para nós havia de tomar outro rumo, mesmo porque tive uma formal negativa da tua parte, a maior prova de amizade.”

Na carta, o marido explica que sua expectativa de que a vida entre os dois se normalizasse foi frustrada.

Desde aquela época todos os teus gestos para comigo têm sido de franca hostilidade. Assim, nunca mais te resolveste a sair em minha companhia, assim tratado com certo desprezo, vejo que tem faltado até mesmo certa consideração para o chefe da casa, para o pai dos teus filhos. Ultimamente tenho compreendido perfeitamente a minha situação dentro da minha própria casa, mas o amor aos meus filhos fizera-me cego.

Afirmando que procurava “evitar uma desgraça”, ele pondera: “Se a minha presença nesta casa te causa desgosto a ponto de me evitares, devemos procurar uma solução para o caso dentro da moralidade mesmo com o sacrifício [da minha própria vida.](#)”

No início dos anos 1930, Z finalmente separou-se do marido para se estabelecer em Porto Alegre, cuidando dos filhos de Apporelly. Sua casa, mantida pelo humorista, ficava perto do ginásio Nossa Senhora do Rosário, um internato onde os dois garotos foram matriculados. Só em dezembro de 1932 ela embarcou no vapor Aratimbó, em Porto Alegre, unindo-se finalmente a Apporelly, no Rio. Passando a morar com os filhos deste, deixou suas próprias crianças – quatro – sob a guarda do marido, no Rio Grande do Sul.

Apporelly, Z e seus três filhos instalaram-se em novo endereço, na rua Saint-Romain, número 188, em Copacabana, na encosta do morro do Cantagalo. A casa era ampla e confortável – os tempos de penúria haviam ficado definitivamente para trás após o sucesso de *A Manha*. A paisagem era bucólica, marcada pela floresta onde Ary brincava de Tarzan e teve o dedo mordido por um sagui, cenário em que o humorista viveria, uma única vez, a experiência de uma família unida, estável e tranquila. Para todos os efeitos, Z foi quem educou os filhos de Apporelly nos primeiros anos da infância e seria a figura mais próxima de uma mãe com a qual viriam a contar. O que ignoravam é que não seria por muito tempo.

[4]

O sucesso de *A Manha* não apenas trouxe um fluxo generoso de publicidade para suas páginas, como transformou seu editor num garoto-propaganda de remédios, dentifrícios e outros produtos. Numa época de formação de ministérios, sob o lema “Modelo de idealismo”, Apporelly aparecia, com o nariz empinado e abraçado a uma escova de dente, recusando dignamente pastas que gravitavam à sua volta: Viação, Justiça, Interior, Fazenda...: “O nosso querido diretor não quer pasta alguma... Só quer a pasta *Odol*.” Em outro anúncio, encontrava-se ao lado de um dos enormes aparelhos de rádio da época: “O Nosso Querido Diretor, com altivez: ‘Não admito réplicas! Em matéria de rádio só Telefunken! Eis o meu lema!’”

Porém, mesmo os leitores habituados àquelas publicidades nada convencionais certamente estranharam o anúncio que quase ocupava uma página inteira do jornal, na edição de 15 de dezembro de 1933, oferecendo ingressos para o “Circo Tiradentes”, ilustrado por uma fotomontagem em que o político mineiro Antonio Carlos Ribeiro de Andrada fazia piruetas em trajes de palhaço. Em números anteriores fora antecipada a “sensacional

première do Grande Circo Equestre Tiradentes, que está armado na Rua 1º de Março, esquina com São José”. Era o endereço do palácio Tiradentes, que abrigava, a partir daquele dia, a tão aguardada Assembleia Nacional Constituinte, cujos integrantes tinham sido eleitos quatro meses antes por voto popular.

MODELO DE IDEALISMO:



O Barão como garoto propaganda em *A Manhã*.

A Manhã acompanharia os debates, contribuindo com uma ou outra sugestão. Quando foi discutida uma possível mudança na bandeira nacional, o jornal sugeriu que fossem mantidos apenas a cor verde, como “expressão da exuberância dos nossos campos que os quadrúpedes ainda não conseguiram devorar”, e a bola azul, símbolo “das nossas incontestáveis tendências futebolísticas”. No entanto, defendeu que fosse aposentado aquele lema positivista “borges-medeirosco” de Ordem e Progresso, substituindo-o pela legenda “Quem

[não chora, não mama](#)”. No entanto, o tom de galhofa na alusão ao “Grande Circo”, na véspera da abertura dos trabalhos, escondia uma amargura maior, quase um cinismo, em relação à Constituinte.

A princípio, a nova carta fora aguardada com esperança. Afinal, a Constituinte havia sido convocada graças ao crescente clamor popular, ao levante paulista de 1932 e a todos os movimentos que não se conformavam em ver a Revolução de 1930 desaguar numa nova ditadura. Contudo, o sarcasmo de Apporelly refletia o desencanto de grande parte da opinião pública. Nos meses seguintes ficaria claro que a nova Constituição era uma criança que vinha à luz já na condição de enjeitada. Para os tenentes, foi uma concessão indevida, um erro que somente atrasaria as verdadeiras reformas a serem impostas por um braço forte. Aos olhos de uma extrema-direita cada vez mais confiante, ela era apenas o resquício de um liberalismo moribundo. Para a esquerda, a nova constituição, com sua promessa de democratização, não passava de uma ilusão de ótica a distrair as massas quanto à luta de classes e à verdadeira revolução iminente. Por último – e mais importante – para Vargas, mais do que uma camisa de força, a nova carta era uma ameaça às suas pretensões. Em 17 de julho de 1934, dia seguinte à promulgação da carta, os constituintes elegeram Vargas presidente da República. O mandato, porém, sem direito à reeleição, terminaria em janeiro de 1938, quando deveriam ser realizadas novas eleições presidenciais. Contudo, um sucessor era a última coisa de que Getúlio precisava.

[5]

Em abril de 1934, no auge das articulações envolvendo constituintes, partidos e governo, *A Manhã* precisou desviar sua atenção, por um momento, do palácio Tiradentes, para se concentrar em outro gênero de eleição. Em apenas dez dias daquele mês, morreram três integrantes da Academia Brasileira de Letras: o crítico e filólogo João Ribeiro, o poeta e magistrado Augusto de Lima e o biógrafo, ensaísta e poeta Gregório da Fonseca. Os jornais abriram suas páginas para os obituários, geralmente acompanhados de declarações pesarasas de outros homens de letras. No entanto, *A Manhã*, apenas dois dias depois do terceiro caixão ter descido à sepultura, preferiu abrir as cinco colunas de sua primeira página com a manchete “Itararé, candidato às três vagas da Academia – De como será apontado o seu augusto nome ao sufrágio secreto dos imortais”. Mais do que um cínico e um hipócrita, Itararé seria “um refinado Tartufo” se, a exemplo dos seus concorrentes, escondesse seus sentimentos em relação àquela trágica coincidência e dissesse que “sentiu imensamente a morte dos [três grandes acadêmicos](#)”.

Unicamente por força dos preconceitos sociais, viu-se obrigado a “mostrar o rosto compungido e abotoar à flor dos lábios um *rictus* de amargor”. Com satisfação indisfarçável diante dos caixões cobertos de flores, surgiam diante dos seus olhos as três poltronas vagas. “E quando amigos e admiradores, ansiosos e compungidos, indagavam a que horas seria o enterro, Itararé, também aflito, perguntava a seus botões quando seria o dia venturoso de sua posse triunfal no [Cenáculo dos Imortais](#)...”

Sendo quem era, o Barão dificilmente se contentaria com uma cadeira na Academia.

“Dominando os sentimentos da inata modéstia”, apresentou sua candidatura simultaneamente às três vagas, reconhecendo ser grande demais para ocupar uma poltrona: “Acostumado às frisas amplas e camarotes confortáveis do proscênio da vida, não toleraria o embate acanhado de uma simples plateia numerada.” E raciocinava: candidatando-se às três poltronas, no mínimo garantiria uma, “se colar as três, será para transformá-las, todas, numa metamorfose ovidiana de marcenaria, num confortável sofá, onde o notável monarca possa espriar abundantemente os ilustres e [venerandos fundilhos](#)”.

O perfil do candidato traçado por *A Manha* impressionava: “jornalista de combate; político de atitudes definidas; internacionalista de alto bordo; jurista de borla e cabelo; engenheiro de pontes e calçadas; astrônomo de alentada cultura sideral; filósofo de profundas [interpretações metafísicas](#).” Era esse o “extraordinário polígrafo” que bateria às portas de jacarandá da Academia Brasileira de Letras. Explicando as verdadeiras razões que o levaram a se candidatar àquela “imortalidade precária”, o Barão negava que sua intenção fosse apenas “alimentar [a vaidade doentia](#)”. Ao contrário, era um gesto de altruísmo: “Itaráre consentiu em ser candidato unicamente para prestigiar, com a sua presença e o seu talento, aquela decadente instituição e livrá-la do naufrágio irremediável a que [está condenada](#).”

A iniciativa era uma última pincelada no retrato do Barão de Itaráre composto por Apporelly. Afinal, uma vaga na Academia – e a camada de verniz literário que aquilo representava – era item imprescindível à biografia de políticos e de personagens poderosos. A candidatura de Apporelly, que nunca saiu das páginas de *A Manha*, seria seguida por eventos tão ou mais cômicos, como o ingresso de Getúlio Vargas, sete anos mais tarde, na Academia. No auge do Estado Novo, numa eleição tranquila, com amplo apoio dos imortais, Vargas ocupou a cadeira 37, ingressando na instituição abraçado às suas obras completas: *A nova política do Brasil*, volume pouco inspirado que reunia seus discursos.

Ao traçar o próprio perfil, Apporelly deixou de mencionar um dom com o qual seus leitores já estavam familiarizados: a habilidade para brincar com as palavras, desmembrando-as, estabelecendo as relações mais inesperadas entre as partes ou, ao contrário, jogando com duplo sentido e fundindo palavras diferentes. Quando, em 1934, um grupo de integralistas irados empastelou um jornal paulista, o Barão, após descrever a destruição promovida nas oficinas do diário, sintetizou a situação: “A bagunça foi totalitária...” Graças a esse talento especial, os leitores de seu semanário tropeçavam em erros lamentáveis. Por mais que ele repreendesse seus revisores, em *A Manha*, política local tornava-se, fatalmente, política loucal; integralistas, intrigalistas; [fascistas](#), [farsistas](#). Esse dom o tornou, no entender de Antônio Houaiss, um dos maiores trocadilhistas que a língua portuguesa já teve. Para o filólogo, o estilo adotado por Apporelly mostrava uma modernidade demolidora ao explodir o jargão e os purismos estereotipados empregados pelos políticos e [pela imprensa da época](#).

Quaisquer que fossem os talentos literários do humorista, é certo que suas relações com a Academia de Letras foram pautadas pelas críticas, nem todas destrutivas. Nobre de índole plebeia, Itaráre sugeriu a democratização do acesso à instituição. Para amenizar a dança aflitiva em torno das eternas quarenta cadeiras, propôs a adoção da “fórmula ônibus”, em que a Academia admitiria quarenta imortais sentados e outros vinte em pé. Escrevendo nos anos 1940, o humorista, que conhecia vários acadêmicos, também não se conformava com a

espécie de dupla identidade em que se dividiam os imortais: “Custa crer que certos figurões que estamos habituados a ver diariamente na rua com suas farpelas surradas e sapatos acalcanhados sejam os mesmos que se apresentam posando para a história, metidos num vistoso fardão bordado a ouro, com um espadim de lado e um chapéu de dois bicos enfiados [até às orelhas](#).” O Barão não podia se conformar com essa incoerência. Das duas uma: ou o acadêmico é um “infeliz mortal”, como seus semelhantes, ou é mesmo “um vulto extraordinário” e, nesse caso, jamais deveria tirar o uniforme. Aliás, acrescentava, não se compreendia como durante a escassez de tecidos os acadêmicos andassem “pelas avenidas exibindo ternos horríveis de meia-confecção quando têm no seu guarda-roupa, conservada em naftalina, uma bela farda de finíssima casimira, com florões dourados”. Somente assim, argumentava, o público poderia distingui-los e ovacioná-los entre a multidão. A consagração suprema viria no dia em que “os imortais fardados conseguissem andar de graça, de pé, nos [estribos dos bondes](#)”.

Ao longo dos anos, a Academia Brasileira de Letras seria um tema recorrente nas páginas de *A Manhã*. Uma década após lançar sua “candidatura”, em outra fase do jornal, durante o fim da era Vargas, o Barão e seus colaboradores ainda implicavam com os imortais. Segundo um deles, Raymundo Magalhães Jr., dava grande prazer à equipe “escrever versos bestialógicos, em francês macarrônico ou em português, para atribuí-los aos mais ilustres membros da Academia Brasileira de Letras”.

Engana-se quem acha que os intelectuais eram indiferentes àquelas molecagens. Uma das vítimas prediletas era o médico e poeta Aloísio de Castro e dizia-se que quando, anos mais tarde, José Lins do Rego candidatou-se à Academia e foi visitá-lo, em busca de seu apoio, o médico o recebeu um tanto reticente. Durante a conversa, o motivo veio à tona:

– Disseram-me, Dr. Zé Lins, que o senhor foi redator de *A Manhã*...

O escritor negou com veemência:

– E o senhor acreditou?!

Depois, o romancista confessou aos amigos, impressionado: “Quem quiser entrar para a Academia, não brinque com acadêmicos... Eles [nunca esquecem nada!](#)”

O último ato dessa tumultuada relação aconteceria quase quatro décadas depois, quando a notícia da morte do humorista foi comentada numa sessão da Academia, realizada em 2 de dezembro de 1971. Nela, os acadêmicos, um a um, repassaram suas impressões e lembranças relacionadas a Apporelly. Antônio Houaiss observou que seu humor era menos frívolo do que parecia, já que provocava algo mais do que uma risada, “o riso perdurante pela dúvida filosófica que inoculava”. O gaúcho Vianna Moog profetizou que “no Rio Grande, por toda a campanha, nas fogueiras em que os peões se reúnem para tomar chimarrão e contar histórias, Apporelly vai ser recordado por muito tempo”. O jurista e político Hermes Lima lembraria o companheiro dos anos 1930: “Tive com ele uma longa convivência matutina, vespertina e noturna, porque estivemos presos mais de um ano na mesma sala.” O diplomata e escritor Osvaldo Orico definiu-o como “um alfaiate às avessas: gostava de despir a criatura humana até torná-la viva e nua, como devia ser mostrada”. O jornalista e biógrafo Francisco de Assis Barbosa, ao lamentar a natureza efêmera da sua obra, previu que “a glória literária do Barão de Itararé será daqui por diante apenas folclore”. Anos antes, a possibilidade de que o

humorista se sentasse numa daquelas quarenta cadeiras seria tida como fantasia delirante. Contudo, por ocasião de sua morte, o romancista Josué Montello, na mesma sessão da Academia, mencionou a ausência de Apporelly, atribuindo-a não à sua irreverência, ao seu humor ou às suas posições políticas, mas simplesmente ao acaso: “É para esse homem, cujos caminhos não o trouxeram para a Academia, que eu peço nesta hora, o pesar da nossa instituição, registrado no [seu livro de atas](#).”



Parte 3
(1934-1936)

16. Galinhas verdes e bandeiras vermelhas

[1]

NA TARDE de 20 de maio de 1934, homens, mulheres e crianças passeavam pelo campo de Santana, um refúgio verde em meio ao tumultuado centro do Rio de Janeiro, tentando espantar o tédio daquele domingo ensolarado ao caminhar entre os gramados, lagos, baobás e fontes. Como ocorria todos os finais de semana, os transeuntes que passavam, apressados, a caminho do trabalho foram substituídos por passantes e famílias que, sem destino certo, vagavam à procura de uma distração. Naquele domingo, para sua surpresa, encontraram uma atração além dos cisnes e das cotias preguiçosas que se alimentavam das migalhas e dos restos de sanduíche atirados pelos visitantes.

Por volta das duas da tarde, tiveram sua atenção atraída por grupos uniformizados que se concentravam nos portões do parque. Centenas de homens vestiam calças, gravatas e sapatos pretos e camisas verdes. Na manga da camisa, uma braçadeira exibia o sigma, a décima oitava letra do alfabeto grego. Animados por uma disposição marcial e demonstrando organização militar, aos poucos assumiram suas posições no que se anunciava como um desfile. A curiosidade dos populares aumentava à medida em que se acumulavam os indícios – o rufar de tambores, um toque de clarim – de que os manifestantes se poriam em movimento. Aquela era a maior demonstração já realizada na capital do país pela Ação Integralista Brasileira, movimento fundado 18 meses antes, em São Paulo, por Plínio Salgado. Um jovem homem de letras que participara da Semana de Arte Moderna de 1922, ele voltara de uma viagem à Itália fascinado por Mussolini, a quem entrevistara, e disposto a trocar a literatura pela política.

Estavam reunidos pouco mais de quatro mil integralistas, ou camisas-verdes, como, com certo orgulho, definiam-se. O número relativamente restrito foi compensado pelo cuidado que cercava a manifestação, concebida como um espetáculo. A marcha, os uniformes, as bandeiras, os estandartes e a banda da milícia integralista foram inspirados nos movimentos que levaram ao poder Mussolini e, apenas um ano antes, Hitler. A saudação com o braço erguido ainda não fora estigmatizada como o gesto nazista: segundo os jornais, os participantes faziam “saudações à romana”.

Pela rua Marechal Floriano, o cortejo desceu até à avenida Rio Branco. Do escritório de *A Manhã*, na rua Treze de Maio, Apporelly poderia ver os manifestantes passarem em frente ao café Belas-Artes – onde muitos intelectuais faziam ponto – e pela Cinelândia até chegarem ao seu destino, a praça Paris. Na cerimônia do juramento à bandeira, realizada ali, os iniciados saberiam reconhecer as figuras centrais do movimento, assim como seus cargos e patentes. Plínio Salgado, o chefe nacional; o brigadeiro Thompson Filho, comandante da milícia provincial, e Gustavo Barroso, tenente-general e comandante da milícia nacional.

Com o mesmo espalhafato dos tambores, a imprensa integralista amplificou ao máximo as dimensões do evento. “A um brado de comando, a multidão verde agitou-se e milhares de braços estenderam-se para o alto enquanto de todos os peitos saíam vibrantes ‘Anauê!

Anauê! Anauê!”), descreveu [o diário A Offensiva](#). A exótica saudação – “você é meu parente”, em tupi – começava a soar familiar mesmo aos ouvidos de quem não vestia a camisa verde. É impossível saber com que sentimentos os cariocas viram passar aquele desfile. Talvez a “grande massa popular” não esperasse “ansiosamente pelos soldados do sigma”, como afirmava o jornal. No entanto, era inegável que dia a dia o movimento ganhava força. Sob a aparência de mera imitação dos movimentos e regimes fascistas europeus pulsava uma insatisfação real da classe média brasileira. Sem acesso aos partidos tradicionais e nenhuma afinidade com a alternativa apresentada pela esquerda, esses setores eram seduzidos pela mensagem integralista. Pelas cidades do interior, multiplicavam-se jornais, bandas, creches e núcleos de alfabetização integralistas.

As marchas dos camisas-verdes prenunciavam, sobretudo, o ingresso do Brasil na turbulenta década de 1930. Num mundo atordoado pela crise de 1929, em meio à grande depressão, o fascismo abria caminho à força. À ascensão de Hitler se seguiriam a invasão da Etiópia, a guerra civil espanhola e a derrota da Frente Popular na França: batalhas de uma guerra que começou muito antes que as divisões alemãs se colocassem em movimento. Uma guerra em que não havia lugar para indiferentes e neutros e que começava a projetar sua sombra também sobre o Brasil.

Enquanto o fenômeno nazista ensaiava seus primeiros passos, Apporelly o acompanhava nas páginas de *A Manhã*. Em fevereiro de 1932, o “Zuble mend to Alle... Manhã” debochava do partido nazista e das suas pretensões à pureza racial: “Nesta bardida as allemongs deng gue tê gapelles marréles, olhes açuls, bélle peng prango e deng gue zabê marjá tirreidinhos [e turrinhos](#).”

Depois da vitória do nazismo, o humorista, de seu modesto posto de observação, manteve-se atento aos acontecimentos na Europa. Ocasionalmente comentava os discursos do líder alemão, captados em seu “possante aparelho rádio-saxofônico de onda curta”. A eficiência nazista para impressionar as massas não passou despercebida pelo humorista, que chamava a atenção para “o espalhafato cinecarnavalesco com que o hitlerismo costuma se apresentar em público”. Demonstrando maior lucidez do que outros intelectuais, que expressavam apenas indiferença ou até vaga simpatia pelo *Führer*, Apporelly, farejou desde o início algo podre naquele império em ascensão. “Munido por vezes de modernas máscaras contra gases asfixiantes”, informava *A Manhã*, “o grande sociólogo que dirige esta folha dissecava corajosamente com o bisturi da lógica episódios repelentes, colocando sobre o mármore das autópsias o cadáver moral de um regime [apodrecido em vida](#)”.

Um dos “episódios repelentes” havia ocorrido em 30 de junho de 1934, conhecido como “a noite dos longos punhais”, quando Hitler mandou executar sumariamente, sem encenar sequer um julgamento, Ernst Röhm, comandante das tropas das SA, e dezenas dos seus seguidores. Se o regime empregava tamanha truculência contra seus dissidentes, o que poderiam aguardar os verdadeiros adversários, perguntava-se o Barão. Ao mesmo tempo, nas páginas de *A Offensiva*, o líder integralista Plínio Salgado justificava friamente a truculência de Hitler, referindo-se àqueles assassinatos como “merecido castigo” aplicado a Röhm e aos seus companheiros.

Apesar da fragilidade dos argumentos de Plínio, crescia o número de intelectuais que frequentavam as colunas da imprensa integralista com profissões de fé e declarações de

entusiasmo. O jurista Miguel Reale: “O estado ético da concepção fascista ou integralista é o estado [subordinado à lei ética](#).” San Thiago Dantas: “O integralismo compreendeu que as forças espirituais da nação queriam se dar totalmente à obra de [salvação nacional](#).” O então padre Hélder Câmara: “Violentos seremos também, não o negamos, contra os inimigos de Deus. Que todos os que se levantaram em vários cantos do Brasil contra a doutrina do sigma meditem sobre o que lhes manda um sacerdote camisa-verde [da província do Ceará](#).” O folclorista Luís da Câmara Cascudo era particularmente eloquente:

Integralismo não é cópia. É a fórmula brasileira do fascismo. Cópia é a elegância dos nossos *almofadas*, eternos fã das marionetes analfabetas de Hollywood. Meninos bonitos que citam Lênin afagando camisinhas de seda, banqueiros cegos, guias paralíticos, gente do meu Brasil sonolento. Sobre esse braço inútil pregai a letra chamejante que vos distinguirá da manada confusa, do rebanhismo informe... Vinde para as [fileiras verdes do integralismo](#).

O poeta modernista Menotti del Picchia também se pronunciou: “O integralismo mostra que nossa mocidade tem sede de ideal. Graças a Deus! [Nem tudo está perdido](#).” Já o poeta católico Augusto Frederico Schmidt preferia exaltar o líder do movimento:

O destino misterioso de Plínio Salgado está se realizando. Esse homem de letras, de aparência modesta, de ar distraído e eternamente distante nesse esquivo Plínio Salgado está uma vocação irresistível de profeta que venceu a longa sonolência descrente de um país ignorante [dos seus destinos](#).

Com exceção das palavras de Miguel Reale, todas as declarações ocorreram depois da defesa explícita, por Plínio Salgado, das execuções dos SA ordenadas por Hitler, sem mencionar outras violências, cometidas nos primeiros meses do regime. Contrastando com a atitude desses intelectuais, Apporelly, em julho de 1934, quando muitos ainda discutiam a extensão da repressão nazista, se referia no seu jornal à “carnificina dos campos de concentração, onde se encontram presos os adversários do regime e milhares de judeus que curtem o crime de não terem [nascido arianos puros](#)”. Ainda que as deportações em massa e a política de extermínio da população judaica só tenham sido postas em prática alguns anos mais tarde, o campo de concentração de Dachau havia completado um ano de existência na época em que foi publicado o artigo, sendo seguido por outros, como Buchenwald, Sachsenhausen e Ravensbrück. E neles já se encontravam presos milhares de socialistas, comunistas, judeus e outras minorias religiosas, como testemunhas de Jeová.

O formidável crescimento da Aliança Integralista Brasileira, que chegou a contar, em meados dos anos 1930, com cerca de quinhentos mil seguidores em todo o país, teve como combustível uma ideologia ambiciosa, que pretendia abranger todos os aspectos da existência de seus seguidores. “O integralismo é um modo de ser, um modo de viver, um modo de pensar”, definia um dos principais teóricos, o escritor e historiador Gustavo Barroso. Numa época em que predominava o ceticismo, anunciava: “Somos os que acreditam [em Deus, Pátria e Família](#).” Anos mais tarde, Apporelly confessou que por pouco não aderiu à nova doutrina: “Itararé, que pega tudo de ouvido, quase enfiou a camisa verde: pensou que o lema era ‘[Adeus, Pátria e Família](#)’!”

As mulheres do movimento, as “blusas verdes”, eram organizadas por uma secretaria de arregimentação feminina, e as crianças integravam um corpo semelhante ao escotismo, os “plinianos”, que prestavam um juramento: “Prometo ser um soldadinho de Deus, da Pátria e da Família.” Todos demonstravam pelos símbolos pátrios uma devoção total, ou quase: em escolas, por todo o país, garotos fiéis ao movimento foram enquadrados por indisciplina ao

se recusarem a cantar a segunda parte do Hino Nacional. Integralista algum podia admitir ver a pátria “[deitada eternamente](#)”.

Numa obra de divulgação, *O integralismo ao alcance de todos*, dirigida especialmente ao público infantil, um autor integralista repreendia as crianças de outras épocas, que queriam apenas “brincar e fazer arte”: “Hoje como tudo está diferente! Até você, tão criança, já quer vestir uma camisa verde, levantar o bracinho direito e dizer [com entusiasmo: Anauê!](#)” Em seguida, explicava aos pequenos leitores o que era o comunismo: “O comunismo é uma porção de homens que querem tomar conta do governo do Brasil para judiar com seus pais e desrespeitar sua mãe e irmãs. Se o comunismo vencer, você não será mais de seu pai. [Pertencerá ao governo.](#)”

Nos casamentos integralistas, noivos e convidados apareciam devidamente uniformizados. Nos batizados, o recém-nascido era molhado com água benta em igrejas enfeitadas com bandeiras e estandartes que exibiam o sigma. Os militantes tinham também suas festas e ritos tradicionais: a Vigília da Nação, a Noite dos Tambores Silenciosos e as Matinas de Abril. Não apenas essas cerimônias, mas todas as atitudes e gestos deveriam ser pautados por um manual, intitulado *Protocolos e rituais do movimento*. A saudação com o braço erguido era associada a Roma e à latinidade, mas Gustavo Barroso não escondia sua afinidade com o gesto nazista. “É essa a saudação que, hoje, o braço de Hitler estende sobre a própria Alemanha e que parece ordenar ao bolchevismo: volta para a Ásia! E à democracia liberal: [vai para o cemitério!](#)” O gesto exigia uma coreografia descrita minuciosamente no manual do movimento, que procurava programar seus militantes com a eficiência mecânica de um relógio: “...soerguimento brusco do braço direito até à posição vertical; palma da mão voltada para a frente, com os dedos unidos; braço esquerdo [arriado naturalmente.](#)”

Para um humorista como Apporelly, o integralismo era um alvo perfeito. Levando-se terrivelmente a sério, com sua mistura de pompa e solenidade, os camisas-verdes, com o estilo bombástico dos discursos e a prosa melodramática dos seus jornais, eram um convite à sátira. Suas manifestações eram “apoteoses cívicas” e seus desfiles, “espetáculos empolgantes e formidáveis”. Os populares que os assistiam formavam “grande massa popular que esperava ansiosamente os soldados do sigma”. A mais leve brisa que soprasse durante um comício bastava para animar os redatores de seu órgão oficial: “Bandeiras azuis mostrando o sigma balouçavam, recebendo o ósculo da pátria, trazido pelos ventos soprados de todos [os quadrantes do Brasil.](#)” Naquele 1934 decisivo, quando a esquerda e a extrema-direita se enfrentaram numa batalha de morte, o humor corrosivo de Apporelly se revelou uma arma mais eficiente do que os insultos e os argumentos da esquerda tradicional.

Para além das ideias políticas que os integralistas defendiam, a ideologia e o ânimo dos militantes tinham como pilares certos símbolos e princípios: o uso do uniforme, os moldes militares da organização, a exaltação da coragem física e da virilidade e, por último, mas não menos importante, a obediência cega à hierarquia e à autoridade, que culminava no culto aos líderes e ao “chefe nacional”, Plínio Salgado. Fosse por mera intuição ou por uma tática deliberada, Apporelly pôs-se golpear insistentemente esses pilares, nas páginas de *A Manhã*, para abalar a autoconfiança da extrema-direita.

“Vestimos um uniforme”, proclamava Gustavo Barroso, “porque temos a coragem de afirmar de público a nossa opinião, porque não precisamos nos esconder na hora da

pregação, porque todos nos devem reconhecer [na ocasião do perigo](#)". Não se sabe se foi Apporelly quem batizou os camisas-verdes com o apelido de "galinhas-verdes". De qualquer forma, ele fez o máximo para difundir esse rótulo – e com sucesso, levando adversários do sigma a soltarem galinhas pintadas de verde nas manifestações integralistas. O uniforme era um dos temas preferidos de Apporelly:

Dada a cor neutra, a camisa fascista pode ser usada pelo decurião durante um mês consecutivo. O caldo da lavagem, depois desse período, também pode ser aproveitado industrialmente em conservas raras e de fino paladar, o que lhes dará um gosto em que refletirá a influência do chefe, isto é, [ligeiramente salgado](#).

Também a forma de organização, em legiões, fora copiada dos adeptos de Mussolini, o que Apporelly se apressou em observar depois de um dos primeiros desfiles, em abril de 1933, no Anhangabaú, na capital paulista: "A organização fascista de milícias, centúrias e decúrias foi devidamente nacionalizada, passando as falanges a serem divididas em milhares, centenas e dezenas. O sorteio militar dos milicianos correrá sempre pela última [extração da Loteria Federal](#)."

O juramento feito pelos integrantes e os estatutos da Ação Integralista Brasileira não deixavam dúvidas sobre a obediência cega ao líder máximo. Sob pena de exclusão automática, estabeleciam os artigos 7 e 8 que era proibido aos militantes "comentar os atos do Chefe Nacional" ou "dar opiniões sem haver para isso a necessária solicitação". E o artigo 9 decretava, definitivo: "Para os integralistas, a pessoa do Chefe Nacional é [intangível](#)." Em sintonia com essas normas, os adeptos do movimento dedicavam-se, em discursos, artigos e até poemas, a louvar seu chefe. O resultado eram apologias quase tão cômicas quanto as dirigidas a Itararé nas páginas de *A Manhã*. Assim, numa coletânea de poetas integralistas, um deles anunciava: "Porque o Chefe representa montanhas, vales, rios, minas, planaltos, campinas, em suma, todo o nosso território, tudo quanto é brasileiro, é grande, é belo, é forte. Sobre os ombros do Chefe – O NOVO ATLAS – [Está pois o Brasil](#)."

Era provavelmente com espanto que o Barão via se acumularem tantos acidentes geográficos sobre os ombros do franzino Plínio Salgado, num zelo em engrandecer a figura do líder que somente estimulava o humorista, fazendo com que dirigisse sua ironia contra o chefe nacional, a quem costumava se referir como o "Dr. Plínio Salgado, de sólida [cultura microbiana](#)..."

Os ideólogos do movimento também se esforçavam em retratar o integralista como alguém que prezava a coragem física e não hesitava em pôr sua vida em risco. "O integralismo exige coragem, desprezo pelo perigo, orgulho de sentir-se homem e de ser brasileiro dentro da disciplina, da ordem e da hierarquia, do respeito [aos princípios da autoridade](#)", explicavam. Não por acaso, foi justamente o autor dessa frase, Gustavo Barroso, o alvo preferido de Apporelly na hora de questionar a virilidade dos milicianos.

Fundador e diretor do Museu Histórico Nacional, o escritor e diplomata cearense trocou o fardão da Academia de Letras, da qual foi presidente em 1932 e 1933, pela camisa-verde dos integralistas e o posto de comandante nacional das milícias de Plínio Salgado. Dos romances históricos, que assinava com o pseudônimo de João do Norte, e dos livros sobre folclore, o escritor passou a dedicar-se à redação de manuais e cartilhas para o novo partido. Da exaltação da viola caipira e das lendas indígenas, transferiu sua atenção para temas menos inofensivos, como a conspiração mundial dos banqueiros judeus para asfixiar o

Brasil e o mundo ocidental.

Nessa literatura, Barroso destacava-se justamente por seu antissemitismo, levado a um extremo de que o próprio Plínio Salgado preferia se dissociar. *Brasil, colônia de banqueiros* (1934), *A maçonaria: seita judaica* (1937), *Judaísmo, maçonaria e comunismo* (1937), *A sinagoga paulista* (1937) são algumas obras com as quais enriqueceu sua vasta bibliografia, de 128 títulos, nesse período. Traduziu, em edição crítica, em 1936, os *Protocolos dos sábios de Sião*. O documento apócrifo, suposta prova de uma conspiração judaica universal, transformou-se na bíblia do antissemitismo. “A continuidade do plano judaico através dos milênios”, explicava ele na introdução, “como que revela a obra de um espírito das trevas, anti-humano, anticristão. No fundo do panorama de lama e sangue da ação do judaísmo no mundo, como que se presente a inteligência do Mal”. E concluía: “Mocidade cristã do Brasil, de pé [contra o Anticristo!](#)” Barroso culminou seu esforço teórico com a publicação em Buenos Aires, em 1938, de um panfleto em espanhol: *Roosevelt es judío*.

Foi esse personagem que, subindo ao palco do teatro José de Alencar, em Fortaleza, em dezembro de 1933, participou de um dos muitos atos que promovia pelo interior nas chamadas “bandeiras” integralistas, em que procurava se associar às andanças dos antigos bandeirantes. Não se sabe se a multidão de integralistas realmente se assustou com o espoucar de um flash durante o discurso de Gustavo Barroso, confundindo-o com o estampido de um tiro. Para Apporelly, porém, o rumor era divertido demais para não ser explorado, o que fez com sua malícia habitual, sob um título sugestivo: “A propaganda do integralismo no Norte: Um momento de fraqueza em Fortaleza.” “No momento em que o conhecido acadêmico das medalhas e crachás discursava, um fotógrafo estourou o magnésio do flash para apanhar um aspecto da reunião. Dentro de poucos segundos, a plateia ficou vazia”, escreveu ele, admitindo que nem todos fugiram. “O chefe”, continuou Apporelly, “foi o único que ficou de pé, de braços cruzados, na ribalta, impassível como a própria estátua da bravura, sobre o pedestal de granito do Dever”. Quando os integralistas voltaram, “em doida revoada”, para abraçar o líder, um decurião de cabeça chata avançou e proclamou com o braço estendido: “Ave mestre! Sinto-me orgulhoso de ser comandado por um chefe assim!” Ao que o líder, com “a palidez dos heróis que sucumbem ao relaxamento físico”, respondeu: “Bravos fostes vós, que conseguistes realizar uma impecável retirada estratégica! Infelizmente não me foi possível marchar à vossa frente, como era do meu dever! Fiquei chumbado ao peso miserável dessas calças!” E concluía o Barão, antes de cair o pano: “E, dizendo isso, com o braço erguido à la Mussolini, numa marcha a ré cadenciada e miudinha, retirou-se de costas para o seu gabinete reservado, onde ficou encerrado até que lhe trouxessem [novo uniforme](#).”

[2]

Piadas à parte, Apporelly e seus companheiros sabiam que o integralismo não deveria ser subestimado. Meses antes, haviam assistido, perplexos, os dois mais poderosos partidos da esquerda ocidental, os social-democratas e os comunistas alemães, desmoronarem

semanas após a chegada dos nazistas ao poder e sabiam o que os aguardava no caso de uma vitória integralista. Em 29 de maio de 1934, cerca de duzentos integralistas uniformizados, empenhados em responder a uma ofensa ao seu “Chefe Supremo”, invadiram a redação do *Interventor*, na rua Libero Badaró, em São Paulo. O Barão escreveu sobre o atentado: “Os tinteiros, descrevendo hipérboles irregulares pelo espaço, estraçalhavam-se contra as paredes, marcando-as com as nódoas de uma borra azul-garrafa. A goma arábica jorrava pegajosa pelos tacos de madeira, como azeite sobre o bacalhau à portuguesa.” E concluía, em seu estilo inconfundível: “Nada escapou à ação hitleresca dos mussolínicos regeneradores dos nossos [acanalhados costumes](#).”

Atentos aos acontecimentos recentes na Europa, os adversários dos integralistas estavam conscientes de que, para chegar ao poder, os nazistas haviam conquistado as ruas, intimidado outras forças políticas com suas tropas de choque, espancado seus inimigos e dissolvido a tiros as manifestações dos adversários. Para derrotar os seguidores de Plínio Salgado, os oponentes precisariam manejar algo mais do que uma pena e alguns argumentos. Nos meses seguintes, em crescente tensão, se multiplicariam os choques entre militantes da esquerda e integralistas, com mortos e feridos, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em cidades do interior. Um incidente aparentemente insignificante podia ter consequências trágicas, como na ocasião em que, num dia de outubro daquele ano, um homem foi morto a tiros em frente ao café Nice, na avenida Rio Branco, a cem metros do escritório de *A Manhã*, por ironizar os cartazes que eram colados por um grupo de integralistas.

Nessa atmosfera política eletrizada, marcada pelas posições exaltadas e pelo ceticismo em relação à constituição a ser promulgada, um pequeno jornal independente, o *Homem Livre*, anunciou na primeira página da edição de 19 de junho de 1934, uma entrevista com “o famoso publicista Apparício Torelly”. Com o antetítulo “O divino ímpeto das multidões enfurecidas”, a manchete em quatro colunas anunciava a opinião do entrevistado: “A democracia é uma comédia! A História é uma grande mentira!” Seguiu-se a citação de um trecho expressivo:

A igualdade de direitos atualmente é uma ficção. Só existem crime e punição para os pobres. Os ricos, os protegidos, escapam sempre pelas malhas de todos os códigos. Os pobres, quando querem pensar com autonomia, ter dignidade, ou defender seus direitos, são escorraçados da convivência social como “comunistas” ou “bolchevistas”, indesejáveis.

Significativamente, ilustrava a reportagem a foto de um Apporelly sério, sem barba, pelo menos uma vez desprovido de qualquer pincelada ou retoque do caricaturista Andrés Guevara.

O depoimento oferece uma rara oportunidade para saber como as opiniões de Apparício Torelly refletiam, naquele ano, as delirantes atividades revolucionárias do Barão de Itararé, propaladas aos quatro ventos nas colunas de *A Manhã*. Apporelly era apresentado aos leitores do *Homem Livre* como editor de um semanário que, “sob o manto das suas facécias, das suas sátiras e das suas crônicas burlescas, é um panfleto político de muita penetração em todas as camadas sociais”. E, pela primeira vez, o humorista era anunciado, nas palavras do editor do jornal, Hamilton Barata, como “um estudioso ardente dos problemas sociais”.

No confuso cenário político do Brasil e do mundo, Apporelly distinguia uma realidade traçada em linhas simples, em que não havia lugar para muitas nuances: “Há no mundo uma

revolução em marcha: a dos pobres contra os ricos. A revolução universal vencerá necessariamente, arrastando na sua órbita o Brasil que, apesar de quem julgue o contrário, também faz parte do mundo.” Era impossível saber quão doloroso seria o processo: “Há uma infinidade de exemplos de revoluções que se processaram sem o sacrifício de uma só vida, sem o desperdício de uma só gota de sangue. Por outro lado, às vezes há combates enormes e morre muita gente sem que esteja se verificando revolução alguma.” A respeito daquela que ele desejava, não havia dúvida.

Usem os interessados todos os eufemismos que quiserem, a verdade é que está aberta, na arena do mundo, a luta de classes. Uma classe pouco numerosa, a dos capitalistas, a outra classe, a imensa maioria da sociedade, constituída pelas manadas de homens e mulheres que são hoje forçados a venderem o seu labor, a sua saúde, o seu destino, sua honra, seja lá o que for, sob pena de morrerem de fome, como cães ou lobos.

Sobre os acontecimentos recentes na história do Brasil, ele se mostrava sarcástico:

O que houve em 1930 foi apenas uma divergência entre os membros da mesma classe dominante. Divergência que se solucionou pelas armas. É interessante e grotesco verificarmos quanta confusão, quanta balbúrdia se faz em torno desses dois termos, revolução e revolucionário.

Havia, segundo ele, um abuso em torno desse “título”: “Somente porque pegaram em armas e deram uns ‘morrás’ ao Sr. Washington Luís, passaram a considerar-se revolucionários, a arrotar bazófias de revolucionários.” A palavra *democracia* despertava apenas seu ceticismo: “Democracia, princípios democráticos, programas democráticos na América do Sul (como, aliás, em quase todo o mundo) são um engodo, uma burla, uma farsa. A democracia na América do Sul é uma comédia.”

O noticiário tradicional, com suas disputas travadas entre políticos convencionais, limitava-se a uma luta pelo que chamava de “o queijo” da máquina governamental:

Toda a luta política tem por fim exclusivo devorar o queijo e se resume, em última análise, ao seguinte: os que estão de fora querem passar para o lado de dentro do apetecido queijo e os que lá se encontram, de lá não querem sair. Força de uns para entrar, força de outros para não sair – e eis toda a comédia política.

O humorista não poupou nem seus conterrâneos gaúchos pelo comportamento na ocasião da vitória de Getúlio: “Os riograndenses do sul quase todos se metamorfosearam em ‘revolucionários’ e precipitaram-se sobre o Rio de Janeiro porque aqui é que ficam situados os ministérios, o Tesouro e o Banco do Brasil.”

Apoiava, então, aqueles que se opunham a Vargas? Não necessariamente:

Os que combatem 1930 conservando-se dentro das fórmulas do estado liberal são uns rematados hipócritas porque são outros tantos servidores da classe exploradora. Qualquer outro presidente que a Assembleia Constituinte escolhesse não apresentaria maior legitimidade do que o Sr. Getúlio Vargas, porquanto no sistema capitalista toda representação é uma burla, preparada por uma máquina de mistificação.

As transformações em que acreditava eram de outro tipo. As classes dominantes deveriam ceder o poder e abrir mão dos privilégios, caso contrário “os explorados e as multidões tomarão pela força, pela violência, o que não lhes querem dar por bem e nada mais representa do que um imperativo da justiça humana”. Definitivamente, a única chance de uma verdadeira mudança estava “no exemplo resplandecente da Rússia”. Lá, garantia Apporelly, “o gênio eslavo (digam o que quiserem os maldizentes, os críticos, os deturpadores da verdade) está levantando e consolidando o Estado Novo, o Estado Socialista”. Os expurgos promovidos por Stálin começariam no final de 1934, com aprisionamentos de veteranos bolcheviques, como Kamenev e Zinoviev, e só dois anos mais

tarde resultariam nos julgamentos encenados e execuções sumárias. Mesmo assim, amplos setores da esquerda, com trotskistas e socialistas à frente, já não hesitavam em criticar os rumos que o socialismo soviético tomava. No próprio *O Homem Livre*, jornal que publicava a entrevista, o editor Hamilton Barata condenava o stalinismo. Apporelly, porém, pelo menos até aquele momento, incluía os críticos na categoria de “maldizentes”. Quaisquer erros cometidos eram compreensíveis: “São apenas as apalpadelas inevitáveis de quem realiza formidável experiência até hoje não tentada.”

Para ele, a Revolução Russa era um fato tão inapelável quanto a Revolução Francesa:

Esbravejem e esperneiem os opressores. Os que se alimentam de carne humana, de sangue humano, os que exploram comercial e industrialmente a dor e a miséria humanas serão finalmente dominados e esmigalhados pelo divino, biológico, irrefreável ímpeto das multidões enfurecidas!

Com o ardor, talvez, dos recém-convertidos, o jornalista anunciava: “Os russos estão construindo um arranha-céu moderno, arejado e higiênico, confortável, no meio dos casebres imundos e infectos que são as outras sociedades do Oriente e do Ocidente.” E, num estilo parecido com as hipérboles do Barão de Itararé, insistia na imagem do “belo, impressionante, majestoso” arranha-céu, que ofereceria “magnífico abrigo a todos os oprimidos, a todos os humilhados da Terra, iluminando como um deslumbrante clarão sideral os tormentosos e enigmáticos [caminhos do futuro](#)”.

[3]

“*Apparício Torelly* – Prontuariado desde 25 de junho de 1934. Agitador. Colaborador do *Homem Livre*, do *Avante*, de *A Manhã* e diretor de *A Manhã*, jornais reconhecidamente comunistas. [Conhecido por APPORELLY](#).” O registro na polícia mostra que, não por acaso, seu prontuário foi aberto seis dias depois da entrevista em que saudou “o divino ímpeto das multidões enfurecidas”. Ao longo das três décadas seguintes, sua pasta seria enriquecida gradualmente, como prova da atenção que lhe dedicariam os herdeiros da antiga Quarta Delegacia Auxiliar, criada nos anos 1920 e transformada por Vargas, no início de 1933, na Delegacia Especial de Segurança Política e Social.

Seus agentes acompanharam com atenção os acontecimentos que, dois meses mais tarde, transformaram o centro do Rio de Janeiro numa praça de guerra, dando o tom – cada vez mais violento – que marcaria a vida política nos meses e nos anos seguintes. No final da tarde de 23 de agosto de 1934, o Partido Comunista organizou, com grande estardalhaço, seu I Congresso Contra a Guerra, a Reação e o Fascismo, no teatro João Caetano. Aberto ao som da *Internacional*, o encontro se encerrou à noite, quando Adelino Deícola dos Santos, um dos integrantes do comitê central, subiu ao palco para pedir que todos se retirassem em ordem. As pessoas mais atentas perceberam um volume sob a capa de gabardine que o dirigente insistia em manter no corpo mesmo no interior do teatro. Sabia-se que alguns militantes tinham se armado em grupos de “autodefesa”.

A praça Tiradentes havia sido tomada pela polícia, disposta a impedir que a multidão, em que se incluía Apporelly, saísse em passeata. Contudo, ao fim do encontro, os manifestantes deixaram o teatro igualmente determinados a desafiar os policiais e a desfilar com suas bandeiras e faixas, aos gritos de “Viva o Partido Comunista” e “Abaixo o

integralismo”. O tiroteio começou quase imediatamente. Muitas pessoas correram pela rua da Carioca e por suas imediações, procurando se abrigar no cinema Ideal ou atrás das grades de ferro dos bares, baixadas às pressas. No confronto, seis pessoas morreram e outras trinta foram feridas a bala.

A imprensa integralista apressou-se em pinçar sobrenomes exóticos entre os envolvidos para denunciar “os provocadores de tiroteios, sempre estrangeiros e judeus” e lamentar aqueles que tombaram como “vítimas em holocausto [aos fins ocultos de Israel](#)”. O congresso era a maior iniciativa empreendida até então contra a maré integralista. Diante daquela ameaça mais do que concreta, a esquerda ainda se mostrava dividida, pois o Partido Comunista procurava se articular em torno de um Comitê Antiguerrreiro enquanto os trotskistas e outros setores independentes pregavam a organização de uma Frente Única Antifascista. A despeito da incapacidade demonstrada pelos líderes em formalizar qualquer pacto, os militantes forjavam uma unidade ao sabor dos [conflitos de rua com os integralistas](#).

Ao contrário do que afirmava a polícia política, as publicações citadas na ficha de Apporelly não eram “reconhecidamente comunistas”, ainda que o jornalista se sentisse mais próximo, entre todos os grupos, do Partido Comunista. Era verdade que Apporelly havia liderado manifestações estudantis em Porto Alegre ao fim da Primeira Guerra Mundial e militado como jornalista maragato no interior do Rio Grande do Sul, no início dos anos 1920. Contudo, desde que viera para o Rio de Janeiro, suas atividades políticas tinham se limitado às colunas de *A Manhã* e aos discursos imaginários feitos pelo Barão de Itararé, falando às massas nas fotos retocadas por Andrés Guevara. Em meados de 1934, no entanto, seu comportamento mudaria radicalmente. Esforçando-se para viver segundo suas convicções, preparava-se para mergulhar no turbilhão político que se aproximava.

17. O *Jornal do Povo*

[1]

EM 7 de outubro de 1934, um domingo, o antigo “sócio” de Apparício Torelly, Assis Chateaubriand, voltava para casa após uma visita ao clube Germânia, em São Paulo. Quatro anos tinham se passado desde que aliciara o humorista para uma parceria no *Diário da Noite*, no Rio de Janeiro, durante o auge da campanha da Aliança Liberal. Estabelecido na capital paulista, Chateaubriand mantinha-se determinado a ser um magnata da imprensa, dono de uma rede cada vez mais extensa de diários espalhados pelo país. No início daquela tarde estacionou o automóvel perto da avenida Brigadeiro Luiz Antonio. A exemplo dos populares que se aglomeravam ali, queria assistir ao desfile dos integralistas, à marcha grandiosa que vinha sendo convocada há semanas.

Depois, ao relatar aqueles acontecimentos, contaria como “guapos, sacudidos, os rapazes das formações integralistas desciam a grande artéria em meio a uma atmosfera de grande simpatia da multidão”. Ficou ali parado durante quarenta minutos “para vê-los marchar, garbosos e decididos”. Dirigiu-se, em seguida, à redação do seu jornal, o *Diário de São Paulo*, antes de ir para o casarão onde morava, na rua Senador Feijó. Só então ouviu os tiros que vinham da Praça da Sé, ponto central do comício. “Do lado de fora da avenida Brigadeiro Luiz Antonio – escreveu ele – também rebentava viva fuzilaria.” Era o primeiro indício de que não seria uma manifestação como as outras. Ao sair de casa, deu-se conta da situação. Chatô não escondia suas simpatias: “Atacavam o estado maior integralista, o qual repelia bravamente o ataque comunista.” A manifestação havia sido propagandeada pelos camisas-verdes como “A marcha sobre São Paulo”, numa alusão à célebre Marcha sobre Roma, que levara Mussolini ao poder. O paralelo não escapou a Chateaubriand, que associou o episódio a uma “cena absolutamente idêntica a que presenciei em Milão, em 1929, entre [camisas negras e comunistas](#)”.

Convocada para celebrar o aniversário da proclamação do manifesto do partido, a concentração deveria culminar, à noite, numa cerimônia solene – a Noite dos Tambores Silenciosos – cuidadosamente coreografada pelos líderes. Seu fim, entretanto, não poderia ter sido menos silencioso. O tiroteio que abortou os planos dos integralistas e encerrou a manifestação durou mais de uma hora, transformando a praça da Sé no palco de um tumulto que se espalhou pelo centro de São Paulo, envolvendo populares, manifestantes integralistas, militantes da esquerda e policiais armados. Os integralistas acusaram seus adversários de atirarem do alto dos edifícios; estes responderam que a maior parte dos disparos partiu dos integralistas e da polícia, que se teria aliado aos camisas-verdes. O confronto, conhecido como batalha da praça da Sé, deixou mais de trinta feridos e cinco mortos – dois investigadores da polícia, um militante da esquerda, um integralista e um popular.

Ainda que descoordenados, os esforços dos diferentes setores da esquerda pela primeira vez tinham convergido para um mesmo objetivo: impedir a marcha integralista. Durante os dias que a precederam, comunistas, trotskistas, socialistas e outras correntes convocaram

uma contramanifestação por meio de manifestos semelhantes ao dos anarquistas da Federação Operária de São Paulo:

És amigo da liberdade? Queres que o Brasil marche para a paz e o progresso? Repugna-te o crime e a bandalheira? És amante da arte, da ciência e da filosofia? Pois então, guerra ao integralismo com todas as tuas energias. Todos os homens de brio devem comparecer à Praça da Sé, no dia 7, às 15 horas, para impedir o desfile [dos bárbaros integralistas](#).

Ao conferir importância especial ao ato, os integralistas haviam estimulado uma reação proporcional da parte da esquerda. Os adeptos de Plínio Salgado trataram de organizar comitivas de outros pontos do país para engrossar a concentração da Praça da Sé, às vezes a bordo de comboios especialmente organizados pelo movimento, os chamados “trens verdes”.

Na véspera do comício, por exemplo, Heitor Ferreira Lima, alfaiate e militante comunista destituído da direção do Partido Comunista Brasileiro (PCB), estava num quarto de hotel na rua Marechal Floriano, no centro do Rio de Janeiro, conversando com um companheiro argentino quando ouviram o rufar de tambores. “Fomos à janela e vimos o desfile da milícia integralista do Rio, encabeçada por Gustavo Barroso, dirigindo-se à estação Central do Brasil para tomar parte na grande concentração que teria lugar na Praça da Sé [em São Paulo, no dia seguinte](#)”, escreveu ele. A cena se repetiu em outras cidades, de onde partiram levadas de integralistas para participar daquela que deveria ser “A marcha dos dez mil”.

De modo semelhante, seus adversários também rumaram, às centenas, para a capital paulista. À esquerda e à direita, todos acertaram – ainda que intuitivamente – ao considerar aquela uma batalha decisiva. Anos mais tarde, analistas, historiadores e militantes concordariam que o episódio foi um ponto de inflexão, o momento em que o movimento integralista teve sua ascensão interrompida, entrando em declínio.



Exemplar do *Jornal do Povo* apreendido pela polícia com armas, munição e livros de Lênin.

[2]

Tão ou mais importante do que a batalha nas ruas seria a guerra entre as versões dos acontecimentos travada nos dias seguintes nas páginas dos jornais. A imprensa integralista viu no confronto “uma tragédia épica que ficará na história”. Segundo *A Offensiva*, “os soldados do sigma lutaram denodadamente, não abandonando o campo de batalha, em defesa dos seus ideais e de suas bandeiras”. Plínio Salgado foi categórico na sua interpretação dos acontecimentos: “Fomos agora atacados dentro de São Paulo por uma horda de assassinos, manobrados por intelectuais covardes e judeus. Lituanos, polacos e russos, todos semitas, estão contra nós, empunhando armas assassinas contra brasileiros.” E conclamava: “Estamos em plena guerra. A bandeira azul e branca do sigma já se ensanguentou nos [combates de rua](#).”

Os jornais de esquerda também se apressaram em cantar vitória e, ansiosos por desmoralizar os adversários, destacaram a debandada integralista. Nessa campanha, a farpa mais certa e ferina foi a manchete desfechada por um novo jornal carioca, anunciando: “Um integralista não corre... voa.” O título era ilustrado por uma foto enorme, em cinco colunas, mostrando um flagrante da praça da Sé deserta durante o confronto e alguns integralistas à procura de abrigo. A legenda explicava: “A debandada integralista, como se vê, foi na mais perfeita desordem. Vê-se à esquerda um galinha-verde atrás do poste, e no centro da praça vários outros acorados. A retirada dos dez mil... Salve-se quem puder!”

Contestava-se, assim, a cobertura da grande imprensa, que, com “evidente má-fé”, objetivava “apontar os trabalhadores de São Paulo como criminosos perversos, o insano esforço de fazer dos integralistas [heróis à força](#)”.

O novo diário, lançado no Rio a 7 de outubro – justamente o domingo do confronto na praça da Sé – era o *Jornal do Povo*, que tinha como grande novidade o fato de ter como editor Apparício Torelly, responsável pela ironia presente na manchete e na legenda dirigidas contra os integralistas. Assim, Apporelly abandonava o humor por um momento para realizar uma incursão pela imprensa militante. Mais de dez anos depois, repetia-se a combinação de ânimos exaltados, posições extremadas, violência física e choques armados ocorrida no Rio Grande do Sul, numa atmosfera que parecia estimular no personagem o gosto pela perigosa prática do jornalismo político.

Além de Apporelly, integravam o “comitê de redação” Antonio Soares de Oliveira, Clóvis Caldeira, Ramiro de Souza Cruz e o ilustrador Tomás Santa Rosa, futuro pintor e cenógrafo. O cargo formal de editor não existia, pois, tendo sido fundado por um “grupo de trabalhadores intelectuais e manuais”, o jornal “não obedecia a nenhuma direção individual, mas sim à direção coletiva dos que se congregaram em torno dele”. Ainda assim, o endereço da redação – rua Treze de Maio, 35, 4º andar –, que era o mesmo de *A Manhã*, não deixava dúvidas sobre a associação do humorista com o projeto. No primeiro número, sob o título “Aqui estamos...”, o diário anunciava que seu único objetivo era “defender as massas populares sem nenhuma ligação próxima ou remota com os grupos que estão no poder ou que fingem ‘oposição’”. Dizia também prescindir da ajuda das “empresas capitalistas, nacionais ou estrangeiras, à sopa de cujas gorjetas e subvenções prospera a ‘patriótica’ imprensa [das classes dominantes](#)”.

Quanto à posição política, o novo diário informava aos leitores: “Não somos um jornal de partido. Não viemos para orientar os trabalhadores. Somos sim e seremos sempre um jornal que se coloca ao lado deles e que põe desinteressadamente suas colunas a serviço de suas causas.” Na realidade, tratava-se de um jornal de partido. A nova publicação, destinada a ter vida breve, porém intensa, nascera em reuniões no apartamento do escritor Aníbal Machado, em Copacabana, um dos “trabalhadores intelectuais” citados, na sua maioria integrantes ou simpatizantes do Partido Comunista. Seguindo o jargão de qualquer reunião de esquerda, seguiam-se à primeira fase de “discussão” as “propostas concretas”, e, ao apelo para concretizar, o Barão emendava entusiasmado: “[Vamos concretizar!](#)”

Apesar de divulgar manifestos e declarações do partido, aos comunistas não interessava que o jornal se declarasse um órgão partidário, pois isso limitaria sua influência sobre setores independentes da esquerda. Na campanha eleitoral em curso, o jornal abriu amplo espaço para a chapa do partido, conclamando os leitores a votarem naqueles candidatos. A formalidade do tom era característica da época: “Trabalhadores, votai na chapa da vossa classe, a União Operária e Camponesa do Brasil!” Nas páginas da mesma publicação foi anunciada, em 10 de outubro daquele ano, a adesão formal ao Partido Comunista por parte de Luiz Carlos Prestes, ainda exilado na União Soviética.

Emprestando seu nome ao expediente, Apparício Torelly conferia prestígio, e provavelmente ajuda financeira, ao novo jornal. No entanto, embora o humorista participasse da rotina da redação, o papel de editor, na prática, pertencia ao jornalista paraense Osvaldo

Costa, cujo nome sequer aparecia nas páginas. “Não havia na direção do Partido Comunista quem entendesse mais de jornalismo do que o Osvaldo Costa”, lembrou Moacir Werneck de Castro, que começaria ali, como repórter, sua carreira. Aos 34 anos, Costa se transformara num personagem de peso do partido depois de uma passagem pela *Revista de Antropofagia*, em São Paulo, quando conviveu com Oswald de Andrade e Pagu. A seu respeito, Hermes Lima deixou uma descrição: “Pequeno de estatura, redondo de corpo, riso sardônico, de fabulosa agilidade mental, [articulista incomparável](#).”

As ambições do novo diário iam além do público restrito dos pequenos jornais de esquerda, pretendendo conquistar leitores entre os operários e recorrendo, para tal, a uma forte cobertura na área sindical. Nas manchetes, os destaques incluíam denúncias a respeito da violência policial: aqui, um comício da Frente Única Sindical fora dissolvido a bala e uma operária saíra ferida; em outro lugar, um piquete havia sido atacado pelos policiais a golpes de cassetete. Em outra seção, o jornal polemizava com os trotskistas numa discussão teórica a respeito da Frente Única.

A irônica manchete sobre os integralistas foi um raro momento, na curta carreira do jornal, em que a verve do Barão conseguiu vir à tona em meio a artigos nos quais predominava um tom rancoroso e sectário, mais adequado a alijar personalidades e possíveis aliados do que a aglutinar forças. Desse modo, o prefeito do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto, simpático à esquerda e que seria preso por Getúlio em 1936, era alvo de ataques constantes, provavelmente porque o Partido Autonomista que fundara concorreria com o PCB nas já próximas eleições para a Câmara. A inovadora proposta pedagógica de Anísio Teixeira, chamada “Escola Nova”, praticada pela prefeitura, foi “desmascarada” em artigo implacável: “Escola Nova, não... Escola burguesa!” Era uma ilusão vender uma escola ideal em que as crianças seriam tratadas sem distinção de classe. “Fora da escola não existe essa sociedade. Como resolver essa contradição entre ciência e evidência?” Para o jornal, ela só seria resolvida numa sociedade sem classes. “A escola científica será realizada, por conseguinte, através da escola revolucionária proletária. A Escola Nova, dentro da burguesia, tem um papel definido, que não é nada científico: mascarar [a luta de classes!](#)”

O compositor Heitor Villa-Lobos, também protegido pelo prefeito Pedro Ernesto, era sumariamente descartado como “o fascista Villa-Lobos, de ignorância niaguesca, de blusa russa e cabelos desgrenhados, como uma Desdêmona ressuscitada”. Ele seria um “cavador” que vivia “à custa do erário público”, já que promovia um projeto com alunos das escolas públicas. E o jornal acusava o secretário de Educação, Anísio Teixeira, que apesar de “se dizer socialista e pacifista consente e até paga o trabalho que o maestro está desenvolvendo nas crianças proletárias que frequentam as escolas públicas municipais, estimulando um gosto belicoso, através de hinos guerreiros, cheios de patriotadas, que o maestro lhes [ensina](#)”.

As feministas também não estavam a salvo do crivo ideológico do jornal. Bertha Lutz, candidata às eleições daquele ano, era reduzida à condição de oportunista no artigo “As feministas – mais uma exploradora do *match* burguês saias versus calças aparece em campo cavando votos”. Nele, a importância da conquista do voto feminino é ridicularizada como sendo útil apenas aos “politiqueiros e socialistas de meia tigela”. As feministas, com seu

“cabotismo e desonestidade”, falariam apenas em nome das “madames burguesas”: “Nós desejaríamos que essas cretinas que ainda dividem a Humanidade em machos e fêmeas, e não em exploradores e explorados, nós desejaríamos que elas nos dissessem o que as mulheres – e não as damas – têm lucrado com a atividade das Berthas [Lutz](#).”

A intransigência que marcava a linha do jornal não se devia apenas à inexperiência ou ao clima de radicalização ideológica, mas à linha que, de Moscou, a Terceira Internacional imprimia ao movimento em todo o mundo. Antes que, em breve, fosse anunciada uma correção de rota, rumo à política mais ampla das frentes populares, essa orientação faria muitos estragos – o mais irreversível na Alemanha, onde os comunistas repeliram a social-democracia, rotulada por eles como “irmã gêmea do fascismo”, num ato que apenas facilitou a vitória de Hitler.

A atmosfera ideológica em que viviam os comunistas em 1934 pode ser aferida por um episódio vivido por dois jovens simpatizantes, que trabalharam sob a direção de Osvaldo Costa e de Apparício Torelly no *Jornal do Povo*: Moacyr Werneck de Castro e seu primo, Carlos Lacerda. Ambos compareceram a uma reunião no Sindicato dos Caldeireiros de Ferro, em Niterói, para preparar o Congresso Contra a Guerra, a Reação e o Fascismo, marcado para semanas depois, no teatro João Caetano. Ao pedir a palavra, Lacerda foi impedido por um integrante da Juventude Comunista, Tobias Warchavsky, que o acusou de ser “filho do demagogo Maurício de Lacerda”. Este, ao longo da década de 1920, na condição de advogado, político e orador, atuara corajosamente em várias frentes em defesa dos sindicatos e do movimento operário. Maurício pagara por seu comportamento, inclusive com a perda do mandato, tendo sido preso e espancado durante o governo Artur Bernardes. É verdade que, como muitos outros, apoiara a Revolução de 1930, mas após se desencantar com Getúlio, encontrava-se firmemente plantado no campo da oposição. Contudo, por não ser marxista nem suficientemente radical, não se livrou do rótulo de “demagogo”.

A assembleia dividiu-se quanto a dar a palavra ao jovem Carlos Lacerda. Um operário lembrou que, se por um lado era filho de Maurício de Lacerda, o jovem era também sobrinho de Paulo e Fernando Lacerda, ex-secretários-gerais e figuras respeitadas no interior do partido. Lacerda tinha doze anos quando seu tio, Paulo, deu-lhe o *ABC do Comunismo*, de Bukharin, [para ler](#). Diante desse imbróglio familiar, que se confundia com a história da esquerda brasileira, a mesa da reunião decidiu que a palavra seria concedida, mas só depois da reunião e fora do recinto, na praça em frente à estação das barcas que ligavam Niterói ao Rio, local de grande movimento. Ali, sobre um banco, Carlos discursou, exaltado, e, para melhorar suas credenciais junto ao partido, atacou violentamente o próprio pai, taxando-o como “demagogo de merda”. Os três primos voltaram ao Rio, numa das barcas, em silêncio, perplexos, num momento em que Carlos talvez estivesse mais atônito do que os outros sobre o ato [que acabara de cometer](#).

O *Jornal do Povo* foi mais feliz ao apontar sua mira não contra possíveis aliados, mas para alguns dos seus principais adversários da direita, como Gustavo Barroso, que havia obtido sucesso com seus romances regionalistas assinados com o pseudônimo de João do Norte:

Também se chamava João do Norte no tempo em que escrevia poucos livros que muitos liam. Hoje escreve muitos livros que poucos leem. Nos sábados bota de lado a camisa cor de azeitona e vai para a avenida passear a sua

barriga, a sua bengala e a sua burrice, os três BBB que fazem de sua vida [um pesadelo constante](#).

Acertava também ao ironizar a iniciativa do “já célebre capitão Filinto Müller”, como dizia o artigo, de oferecer um “curso de altos estudos” para delegados, comissários e funcionários da polícia, com ajuda de “aristocratas da cultura”, como Leonídio Ribeiro, Alcântara Machado, Goulart de Oliveira e outros, que faziam palestras: “De agora em diante, aos sábados, os estudiosos membros da polícia terão sua tertúlia literária.” Em tom profético, o *Jornal do Povo* observava a respeito de Filinto:

A sua polícia, que parece vir estudando a fundo as coisas da Idade Média, a história da Inquisição etc., está se adestrando não só no tiro ao alvo, no lançamento de bombas e outros exercícios, como também nas lutas intelectuais... Para que essa riqueza de conhecimentos científicos, se a polícia usa hoje o processo mais bárbaro de compressão – a bala, o cassetete, o gás lacrimogêneo, [a cadeia e o exílio?](#)

Arroubos retóricos à parte, a publicação demonstrava coragem ao denunciar os desmandos da polícia política, mesmo que as principais atrocidades cometidas pelos homens de Filinto Müller ainda estivessem por acontecer. Mesmo assim, poucos meses depois de promulgada a constituição, de cunho liberal, de 1934, já ocorriam prisões de sindicalistas, desaparecimentos de militantes e repressão violenta a comícios e a manifestações de trabalhadores.

Um dos repórteres do *Jornal do Povo*, Moacir Werneck de Castro, foi testemunha e vítima dessas violências. Em 11 de outubro, recebeu de Osvaldo Costa a missão de ir à sede do Sindicato dos Garçons, junto aos Arcos da Lapa, cobrir uma reunião pela unidade sindical. Fazia anotações, sentado a uma mesa, quando viu um policial surgir no alto da escada do sobrado, anunciando que a assembleia seria dissolvida caso continuassem “os ataques às autoridades constituídas”. O tom do anúncio não indicava o que estava por vir e a reunião prosseguiu normalmente. “Daí a pouco soou um tiro, vindo de baixo, e logo outros mais. A sala foi invadida por policiais de arma em punho, que atiravam a esmo e mataram dois trabalhadores”, lembra o jornalista nas suas memórias. Levado por soldados da polícia especial e espancado ao longo de um “corredor polonês”, Werneck de Castro foi colocado diante do delegado Serafim Braga antes de ser preso numa cela da sede da polícia política, na rua da Relação. Na companhia de outros, foi mantido incomunicável [durante duas noites](#).

O *Jornal do Povo* ofereceu sua versão dos acontecimentos:

É indescritível o que se passou lá dentro. Grande parte da massa resistia, investindo desarmada contra os policiais, lutando a braço. Os que procuravam abrigar-se em outras salas do andar eram caçados a bala, inclusive mulheres. Os que iam descendo eram esperados na calçada pela Polícia Especial, que investia de coronha, de carabina, de cassetete... O redator do *Jornal do Povo*, Moacir Werneck de Castro não foi encontrado até a hora em que encerramos os trabalhos desta edição, receando-se que ele esteja ferido ou preso. Desde já responsabilizamos o ministro da Justiça Vicente Rao pelo que possa ter acontecido [ao nosso redator](#).

No dia seguinte à edição do jornal, que trazia ironias contra o capitão Filinto Müller, o chefe da polícia do Distrito Federal enviava a Getúlio Vargas uma nota:

Tenho a honra de comunicar a vossa excelência que, baseado no que estabelece o artigo 113, n. 9, *in finis*, da Constituição da República, determinei a suspensão do periódico *Jornal do Povo*, devido à propaganda subversiva da ordem pública que, pelo mesmo, [vem sendo feita ultimamente](#)...

A iniciativa, aparentemente, foi do chefe de polícia, não do seu superior, Vicente Rao, uma vez que Filinto acrescentava no mesmo documento: “Informo igualmente a V. Ex. já ter dado ciência deste meu ato ao exmo. Sr. ministro da Justiça.” Sem perda de tempo, naquela

madrugada seus homens invadiram a redação para impedir que o número do dia seguinte fosse rodado.

Determinada na véspera das eleições parlamentares, a cassação do jornal não tinha bases legais e encontrou uma equipe disposta a contestar a medida. Considerando que o diário agia como porta-voz da chapa da União Operária e Camponesa, Apporelly e seus advogados decidiram recorrer ao Tribunal Regional Eleitoral por um mandado de segurança. A polícia garantiu que chegassem às mãos do juiz exemplares do jornal, com os trechos supostamente incriminadores devidamente assinalados. Porém, defendendo que “fossem apreciados serenamente os trechos marcados a lápis bicolor”, o advogado Clóvis Dunchee de Abranches admitiu que podia ser “algumas vezes ofensiva, desrespeitosa, agressiva mesmo, a linguagem usada em alguns artigos, notícias e comentários”, mas “não existe de modo claro, ostensivo ou mesmo disfarçado essa perigosa defesa de processos violentos e subversivos [da ordem social](#)”.

O que aconteceu naquela sala do tribunal seria recordado anos depois por um protagonista do episódio, o simpatizante comunista e inexperiente repórter Carlos Lacerda, que tinha apenas 20 anos. “No dia do *habeas corpus* para o jornal poder circular, nas vésperas da eleição chegaram ao tribunal as informações da polícia, sublinhando na coleção do jornal os trechos de comunicados do PCB”, escreveu ele. Seriam mensagens alertando a seção brasileira da Internacional Comunista e suas organizações, como a Federação da Juventude, contra os “fracionistas” e “renegados” trotskistas, zinovievistas e bucharinistas, que ousaram contrariar “o glorioso camarada Dimitrof e o ainda mais glorioso camarada Stálin”.

Ao folhear as informações, o juiz José Duarte, entediado com as polêmicas internas da esquerda, comentou: “Isso é briga entre eles.” E lembraria Carlos Lacerda:

Enquanto distraíamos os funcionários com as piadas do Barão de Itararé, o venerável humorista Apporelly, diretor ostensivo do jornal, ali presente, um rapaz do comitê central da seção regional do PCB apelidado de Baby Face, porque era homem feito com cara de garoto, sublinhou a lápis, além do que a polícia já assinalara, tudo quanto era notícia do jornal: *Faz anos hoje o prefeito Pedro Ernesto. Falta água no Catumbi.*

O ardil deu certo. O juiz se ficou impaciente ao ler aquelas manchetes insípidas: “Não vejo mal nenhum nessas notícias!” E resolveu conceder o *habeas corpus* ao jornal. “Mas a polícia também se impacientou, varejou a tipografia aonde íamos, toda madrugada, paginar o jornal, [e começaram as prisões.](#)”

Os tempos não pareciam propícios a sutilezas jurídicas e as intenções da polícia se tornaram claras minutos depois da sessão no tribunal. Ao abandonar a audiência em que defendera o jornal, o advogado Letelba Rodrigues de Brito foi seguido e interceptado por outro veículo, ocupado por policiais à paisana. Retirado do carro, Letelba foi espancado pelo grupo liderado por um tenente da polícia que esteve [presente no tribunal](#).

No dia seguinte, o jornal informava aos leitores que na madrugada anterior tivera “sua publicação impedida violentamente pela polícia, sem fundamento na lei, sem amparo na lógica, o ato da polícia ficou evidenciado como uma manobra eleitoral, no sentido de impedir a vitória da chapa que tem por legenda a União Operária e Camponesa do Brasil”. O pedido ao Tribunal Regional do Distrito Federal por um mandado de segurança para a livre impressão e circulação do jornal fora concedido unanimemente:

As informações prestadas pelo chefe de polícia, que fez sublinhar alguns trechos de diversos números deste jornal, lidos publicamente no Tribunal, serviram para demonstrar de forma esmagadora a arbitrariedade da medida que proibiu a circulação do *Jornal do Povo*. Assim, de acordo com o que ficou demonstrado e com o auxílio das informações da polícia, que tiveram resultado às avessas, pode o jornal circular novamente com o apoio da massa trabalhadora.



Apporelly em frente ao portão da sua casa, em Copacabana, onde seria sequestrado.

[3]

A “massa trabalhadora”, no entanto, não poderia garantir uma sobrevivência ao *Jornal do Povo*. Ao estigma de “órgão comunista” e ao ódio que lhe dedicavam os integralistas, somou-se outra potencial fonte de problemas: a briga que o jornal comprara com a Marinha. O diário, sem dúvida, fora ousado ao anunciar em seu primeiro número a intenção de publicar em capítulos uma reconstituição do levante promovido pelos marinheiros em 1910, no Rio de Janeiro, mais tarde consagrado com o nome de Revolta da Chibata.

O “trabalho sensacional” sobre a rebelião fora escrito “por elemento estreitamente ligado àquele heroico movimento, do qual foi um dos chefes”, anunciava o jornal em seu segundo número, de forma misteriosa. O elemento era, na realidade, o marinheiro João Cândido, cujo depoimento havia sido colhido e provavelmente reelaborado pelo jovem médico Adão Pereira Nunes, mais tarde secretário-geral da Aliança Nacional Libertadora. Publicado a princípio numa edição artesanal, o conteúdo seria divulgado em capítulos no

novo diário. O cuidado com a identidade da fonte era compreensível: mais de vinte anos depois, o marinheiro que liderou o movimento, conquistando a admiração de todos ao manobrar com grande perícia os navios de guerra na costa carioca, continuava sob vigilância das autoridades, além de ter sido preso quatro anos antes, durante a Revolução de 1930.

Baseando-se nas conversas com João Cândido, o autor procurou reconstituir os acontecimentos sob a forma de folhetim. Publicado em capítulos, *A insurreição dos marinheiros de 1910* dramatizava os principais momentos do levante, ocorrido sete dias após a posse do marechal Hermes da Fonseca e provocado pela pena de 250 chibatadas aplicada ao marinheiro Marcelino Meneses. “A Marinha era um inferno de suplícios, onde os homens mais possantes, caboclos do norte ou gaúchos hercúleos, eram arrebatados a chibata ou iam apodrecer nos cárceres imundos, a pão e água”, descreveu o autor no primeiro capítulo do folhetim, que reproduz diálogos entre os marinheiros. Neles, os marujos observam os oficiais participarem de um banquete a convite dos colegas franceses a bordo de um navio em visita ao Brasil, o *Duguay Trouin*, na véspera do levante. Enquanto participavam do jantar, os oficiais já haviam sido informados sobre um possível levante:

O comandante vomitou alguns impropérios e não mandou aplicar a chibatada em toda a guarnição, talvez para não se aborrecer, já que naquela noite ia comer um banquete a bordo do Duguay Trouin, navio de guerra da França.

Isso até serviu de pretexto para acirrar mais os ânimos dos marinheiros:

– Vejam como são esses canalhas oficiais: mandam nos encher a cabeça de hinos patrióticos e outras baboseiras e quando acaba vão se banquetear num navio de guerra estrangeiro.

– Mas que tem isso?

– Não sabem quem foi Duguay Trouin? Peguem na história do Brasil e vejam! Foi um ladrão francês que assaltou o Brasil há muitos anos. Ele desembarcou aqui no Rio de Janeiro, espingardeou o povo, derramou sangue e, por fim, a França o glorifica e [o manda de propósito ao Brasil](#).

No relato, a profunda divisão na Marinha era demarcada por linhas sociais e raciais, em que os marujos negros eram submetidos “às crueldades dos oficiais brancos e bem [nutridos](#)”. Foi o que ocorreu, por exemplo, quando os comandantes dos encouraçados desprezaram os rumores que corriam a respeito de uma revolta: “Ora”, diziam eles, “há muito tempo que esta negra vive nos ameaçando, e nunca fez, [nem fará, coisa alguma](#)”.

No texto, surgiam até algumas demonstrações de clemência por parte dos revoltosos, mas predominavam as cenas de violência, descritas em termos talvez excessivamente realistas, poderia ter ponderado um editor mais prudente do que o Barão. Os atos relatados podiam corresponder à verdade, mas descrevê-los de maneira tão brutal era uma decisão temerária, considerando a situação política e a reação que poderiam suscitar.

No folhetim, a revolta iniciou-se quando o comandante do encouraçado *Minas Gerais*, Batista das Neves, um oficial particularmente odiado, encontrou os marinheiros no convés: “Canalhas, berrou ao esbarrar nos primeiros insurretos, “e não disse nem mais uma palavra, porque os marujos enraivecidos o atravessaram a baioneta e o picaram a machadinha”. E quando os insurretos partem para conquistar os navios, “estraçalham todos os seus inimigos, quer tenham galões sobre os ombros, quer sejam simples companheiros delatores”. Quando um deles é encontrado, “trava-se uma luta horrenda, uma luta de morte. Por fim o marinheiro negro atravessa o coração do traidor com a lâmina branca da pernambucana e escarra na cara do oficial estrebuchante: ‘Vá se queixar à sua princesa Isabel, [ela é culpada disto tudo](#)’.” E, em outra cena chocante: “Miserável, trêmulo, encharcado de urina e fezes, vão

encontrar escondido um oficial. Acuam-no, perseguem-no, e quando um braço hercúleo o vai pegando pela gola, o covarde, responsável por tantos espancamentos, vara a própria cabeça [com uma bala de revólver.](#)”

A reação não demorou. Na edição de 17 de outubro, que trazia o oitavo capítulo do folhetim, publicava uma carta assinada por “um marinheiro consciente” do *São Paulo*, denunciando que o jornal era confiscado por todos os oficiais daquele encouraçado e de outros navios:

Chegam mesmo a arrancar os jornais das nossas mãos e rasgam-no na nossa presença. Estes agaloados não querem que nós leiamos o nosso jornal de classe. Nós, os marinheiros, achamos que este é o verdadeiro jornal dos explorados, tanto operários [como marinheiros e soldados.](#)

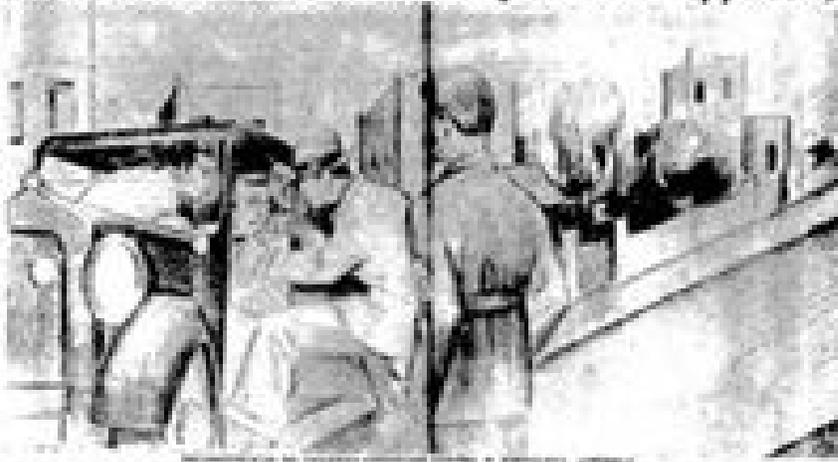
Passados 24 anos, a Revolta da Chibata ainda era percebida pela oficialidade como um tema tabu, cuja simples menção soava como uma ameaça ao princípio da hierarquia. A Marinha, além disso, considerada a mais conservadora das três forças, concentrava simpatizantes integralistas em número considerável. Os leitores jamais veriam o último capítulo da série, com o desfecho da revolta. Apesar da concessão da anistia, votada pelo Senado, e da conseqüente entrega dos encouraçados pelos insurretos, muitos marinheiros foram fuzilados em alto-mar sem qualquer julgamento, a bordo do navio *Satélite*. Dezoito líderes foram trancados numa masmorra na ilha das Cobras, sendo que apenas dois, entre eles João Cândido, foram encontrados vivos depois que as portas foram abertas. Os outros morreram, devido ao calor, às doenças ou à cal, atirada ali a pretexto de limpar a cela.

[4]

Na manhã de 19 de outubro de 1934, uma sexta-feira, Apparício Torelly estava na sua casa, na rua Saint-Romain, em Copacabana, descrita com exagero por um jornal como “um elegante palacete”, quando, por telefone, foi avisado pelos companheiros que policiais estavam recolhendo os exemplares do *Jornal do Povo* pelas bancas da cidade. O jornalista, que antes de receber a notícia se preparava para ir à redação, desceu a escadaria que ligava a casa, erguida numa encosta, ao nível da rua e entrou em seu carro, um Chrysler, para ir ao centro da cidade. Tinha dirigido poucos metros quando foi cortado por um automóvel que, ao simular uma manobra, bloqueara a rua estreita. Quando parou, viu-se cercado por cinco homens, alguns armados, que diziam ser policiais e exigiam que ele se entregasse. “Desci da limusine sob a intimação dos canos”, relatou Apporelly a um repórter de *O Globo*, na edição daquele mesmo dia. “Parecia uma cena de gângsteres... Sozinho e desarmado, como andamos sempre, precisamente para evitar as provocações desta gente, tive de embarcar no tal carro atravessado. E começamos a nos afastar da cidade.”

Ao sequestrarem o jornalista, os homens dividiram-se pelos três carros: dois veículos do grupo colocaram-se à frente, vindo atrás o automóvel do humorista, dirigido por um deles. Apporelly descreveu a cena para o jornal:

Ameaça de fuzilamento ao jornalista Apporelly !



O atentado contra o humorista, em outubro de 1934, teve grande repercussão.

De repente, um dos assaltantes perguntou-me:

– Tem família?

Respondi:

– Isso não vem ao caso. Nem é da conta dos senhores. Nesta situação só interessam os que estão aqui: os senhores cinco e eu...

– Escreva despedindo-se. É um favor que ainda lhe prestamos.

– Dispensó-o – retruquei.

Houve um princípio de silêncio esquisito: os homens vacilavam constrangidos, esmagados pela própria indignidade que cometiam!

Afinal, um falou:

– Assuma o compromisso de retirar do *Jornal do Povo* o folhetim sobre a revolta dos marinheiros de 1910.

Então vi tudo. Não eram policiais. Eram oficiais da Marinha, dos quais há dias vínhamos recebendo ameaças constantes e de cujos movimentos estávamos a par, esclarecidos por marinheiros nossos amigos, operários do Arsenal e fuzileiros. Muitos destes escreveram-nos cartas narrando o que se passava a bordo com relação ao *Jornal do Povo*, arrebatado das mãos das tripulações e rasgado pelos comandantes. E algumas dessas cartas foram publicadas em nossas edições.

Repliquei imediatamente:

– Não, não farei isso. Nem adiantaria nada. Se eu, por uma atitude de fraqueza, assumisse qualquer compromisso,

seria desautorizado pelos meus companheiros. O *Jornal do Povo* tem uma linha definida. Não recuaria, mesmo que um dos seus diretores recuasse. Não me comprometo a coisa alguma.

Então aconteceram coisas degradantes: aqueles cinco homens, trêmulos de raiva, insultaram-me num calão abjeto. Espancaram-me. E levaram a sua baixaza a cortarem-me os cabelos enquanto eu estava impossibilitado de qualquer movimento.

Queriam eliminar-me. Sentia-se que eles tinham uma vontade criminosa de me fuzilar, mas temiam as consequências. Um lembrou que me dessem tiros nos pés, para me deixar aleijado. Outro era de opinião que me atirassem na água. A cólera era grande. Porém o medo de si mesmos tornava-os mais hesitantes ainda. Naquele momento, sim: eu sofri. Sofri por eles, e pela dignidade humana...

Afinal, deixaram-me, despojado de tudo quanto possuía, num local deserto [para os lados de Jacarepaguá](#).

Demonstrando simpatia pela vítima, a *Gazeta de Notícias* informava: “A calma irônica do popular humorista vence a força bruta dos seus adversários, evitando que se consumasse o atentado.” Na versão daquele diário, quando os homens quiseram obrigá-lo a engolir um número do jornal que trazia o folhetim, o “nosso querido diretor” teria recusado, dizendo: “Não estou com apetite.”

No relato da *Gazeta*, os agressores pensaram então em raspar-lhe a cabeça. “O popular jornalista de *A Manhã* agradeceu a ideia em virtude do verão estar próximo e ser necessário mesmo aparar o cabelo para melhor suportar a canícula.” Quando o automóvel dos agressores deixava a cena, um deles teria lembrado as vantagens de um tiro no pé, “mas ninguém queria assumir a responsabilidade [pelo gesto](#)”.

Após ouvir o meio-irmão do humorista, Severino Torelly, e seu pai, João Torelly, vindos do sul para se hospedar na casa de Apporelly por alguns dias, o *Correio da Manhã* acrescentou detalhes ao caso, sob o título “O Barão de Itararé foi vítima de um atentado! Tentaram fazê-lo engolir um artigo e tosquiaram-lhe o cabelo.” Os homens teriam revistado Apporelly e examinado os artigos e as charges que carregava para a redação. Quiseram obrigá-lo a engolir determinado texto. Como não conseguiram, decidiram tosar-lhe o cabelo. O humorista não ofereceu resistência, observando que lhe poupariam o gasto com o barbeiro, mas não gostou quando o chamaram de covarde. A acusação parece ter despertado nele um assomo de galhardia gaúcha:

– Isso não! Tanto assim que estou pronto a me medir com cada um dos senhores, separadamente, com as armas que escolherem...

– Duelo?

– Sim, duelo. Onde e quando entenderem, [mas um de cada vez](#)...

Num local deserto, foi abandonado quase nu, juntamente com seu automóvel, com os pneus furados. O humorista voltou à cidade graças à ajuda de um carro que passava pelo local. Em pouco tempo, o jornalista Otávio Malta, na redação do *Jornal do Povo*, recebia um telefonema de Apporelly, relatando sua aventura. Depois de encontradas, as roupas foram entregues na redação de *O Globo*, sendo fotografadas e estampadas na primeira página.

O ataque ocorrera em meio a uma ofensiva do governo contra o jornal, ameaçado de fechamento. Dois dias antes, outros integrantes do comitê de redação, o ferroviário Antonio Soares de Oliveira e o artista Santa Rosa, haviam sido detidos por algumas horas pela polícia. No dia do sequestro, além de recolherem os exemplares, os policiais também foram à redação para anunciar o fechamento do jornal e apreender o material para a próxima edição.

Numa nota de protesto divulgada nas páginas do *A Pátria*, o comitê de redação do *Jornal do Povo* associava a tentativa de sequestro às medidas oficiais do governo para calar o diário. “Responsabilizamos pelo acontecido e por suas consequências os senhores Getúlio Vargas, Vicente Rao e Protógenes Guimarães”, acusava o texto, relacionando os nomes do presidente da República, do ministro da Justiça e do ministro da Marinha. Prosseguia a nota:

A prova mais evidente de que o atentado contra Apparício Torelly não é um fato isolado é a seguinte: ao mesmo tempo em que ocorria o sequestro de nosso companheiro, a polícia apreendia nos pontos de jornais nossa edição de hoje e mandava intimidar-nos a não mais publicar o *Jornal do Povo*.

Seus autores mencionavam a tentativa de interromper a publicação do folhetim sobre a Revolta da Chibata e atribuíam a perseguição ao jornal “aos desmascaramentos que vínhamos fazendo de todas as manobras reacionárias e guerreiras das camarilhas dominantes, assim como suas ligações com os diversos imperialismos e seus agentes entre os quais os chefes integralistas”. Queixavam-se também de mostrarem o jornal “como órgão oficial do Partido Comunista quando ele é apenas um órgão, não orientador das massas, mas intérprete [das suas reivindicações](#)”.

Assinada por um pequeno grupo que incluía Apparício Torelly e Tomás Santa Rosa, a nota insinuava outro motivo para a ofensiva contra o jornal, mencionando as “manobras reacionárias e guerreiras”: os artigos que, aproveitando informações surgidas durante uma comissão de inquérito do Senado americano, denunciavam a compra de armamentos pelo governo brasileiro. Citando o *Chicago Tribune*, o jornal colocava o Brasil entre os países onde a firma Electric Boat monopolizava o comércio de submarinos graças a uma combinação com sua rival, a Vickers Armstrong. Rebatendo a posição oficial, anunciada pelo general Góes Monteiro, de que o país comprava apenas o “estritamente necessário”, o jornal afirmava que o Brasil estaria encomendando navios aos estaleiros alemães. E, lembrando os 111 aviões que o governo teria comprado dos Estados Unidos durante a Revolução Constitucionalista de São Paulo, relacionava os negócios que a Vickers e a Ford estariam fechando no país. Acusava o jornal, numa campanha que provavelmente irritou ainda mais [os militares e o governo](#):

Ou o Brasil está servindo de biombo para enriquecer um pequeno grupo de indivíduos que controlam as suas atividades, ou então, o que é mais certo, o governo brasileiro, na sua qualidade de agente dos imperialismos que se preparam para a guerra iminente, está acumulando materiais para participar dela, com o sacrifício dos trabalhadores.

O ataque ao jornal e ao seu diretor teve ampla repercussão. A *Gazeta de Notícias* condenou o “inqualificável atentado”. Mais radical e sem meias-palavras, o *Avante* acusava: “A canalha do Clube Naval sequestrou Apparício Torelly, impedindo a circulação do único jornal defensor das liberdades populares.” Além dos jornais de esquerda e da Associação Brasileira de Imprensa (de cujo conselho deliberativo, aliás, Apporelly fazia parte), protestaram entidades dominadas pelo Partido Comunista ou ligadas à esquerda independente, como a Confederação Geral do Trabalho do Brasil, o sindicato dos bancários, comitês de ferroviários, a Federação Vermelha de Estudantes e médicos e estudantes da Fundação Gafrée Guinle. “Não podemos silenciar diante desse atentado”, dizia um telegrama dos gráficos do jornal *A Nação*, “repetição, aliás, dos efetuados pelos camisas-negras de Mussolini e pelas [tropas de assalto de Hitler](#)”.

Para além da mobilização promovida pelo Partido Comunista, a cassação do jornal e o

atentado ao humorista – devido à sua grande popularidade – geraram manifestações espontâneas de indignação e de simpatia. O episódio tornou-se tema de discussões na cidade. Três dias depois do ataque, o *Correio da Manhã* informava que o assunto principal das conversas no dia anterior tinha sido o atentado contra Apparício Torelly, “o popular Barão de Itararé”. “Comentava-se o lamentável fato em todas as rodas, notadamente as jornalísticas, como nos meios navais, porque como é corrente, a agressão teria partido de oficiais da [Marinha](#)”, [informava o diário](#).

Perguntado pela imprensa se puniria os oficiais caso sua participação no ataque a Apporelly fosse confirmada, o ministro da Marinha, almirante Protógenes Guimarães, explicando que conhecia o caso somente pela cobertura dos jornais, respondeu, evasivo: “É uma questão que foge à alçada do Ministério da Marinha. Se houve crime, não foi militar, não podendo, portanto, ser imposta uma pena desse caráter a quem não o cometeu. E como tal, tem que ser tratado [pela justiça comum](#).”

Contudo, a equipe do jornal não se enganava ao ver a intervenção da Marinha nas medidas tomadas contra o jornal. No mesmo dia 13 em que Filinto Müller comunicou sua decisão quanto a interromper a circulação do diário, chegava à sua mesa uma carta do capitão de corveta Armando de Saint Brisson Pereira, escrita a bordo do encouraçado *São Paulo*. Nela, o bem informado oficial agradecia e felicitava Müller “pela moralizadora e patriótica medida tomada por essa chefia de Polícia, mandando sustar a publicação injuriosa à Marinha” e contava que “anteontem, a bordo deste encouraçado, os oficiais foram ao comandante do navio, solicitar-lhe, em nome do brio da classe ofendida”, providências contra o jornal. “Custa crer que a liberdade de imprensa em nossa terra vá ao ponto de articular-se injúrias e calúnias como as publicadas por esse ignóbil pasquim comunista”, desabafava o capitão. “Com prazer verificamos ter o distinto amigo e colega atendido [ao justo reclamo da Marinha](#)”, concluía. A Apporelly restou como consolo o solitário gesto de solidariedade de um oficial da Marinha que, em carta não assinada aos jornais e dirigida “ao Cidadão Apparício Torelly”, explicava que embora desconhecesse os artigos atribuídos a ele, manifestava sua “profunda reprovação contra a vergonhosa e covarde agressão” [de que fora vítima](#).

O episódio aparentemente não diminuiu o ânimo do Barão. Na tarde do dia em que foi atacado, Apporelly deixou a redação na companhia dos advogados do jornal para tentar validar o mandado de segurança concedido dias antes e que garantiria a circulação do diário. Em tom grandiloquente, uma nota da equipe prometia que o jornal “reaparecerá sem a menor concessão aos inimigos do povo, aos magnatas nacionais e estrangeiros graças ao apoio decidido das massas trabalhadoras e de toda a população laboriosa”. Nem os argumentos dos advogados nem a retórica dos redatores foram suficientes para conter a crescente maré autoritária. A publicação jamais voltou às ruas. Sua equipe se dispersou e alguns julgaram mais prudente sumir durante algum tempo, como o jovem Carlos Lacerda, que partiu para Minas Gerais, refugiando-se na casa de um primo, [em Uberlândia](#).

Atropelada por fatos cada vez mais violentos e pela tensão crescente da atmosfera política, a repercussão do caso ia aos poucos mingando nas páginas dos jornais – e com ela toda esperança de ser apurada a responsabilidade pelo atentado. De qualquer modo, a dedicação de Apporelly aos dois jornais parecia uma missão aquém das forças do humorista.

A Manhã deixou de circular entre o fim de setembro e meados de dezembro daquele ano, só voltando às bancas quase dois meses depois da tentativa de sequestro. Do episódio, Apporelly escapou ileso no que tinha de mais precioso, seu senso de humor. Depois da agressão, correu pela cidade a história de que havia mandado colocar uma placa na porta de sua sala no jornal: “Entre sem bater.”

18. O duplo

[1]

O OLHAR sério, a camisa de corte militar, a gravata preta e, principalmente, a braçadeira no braço esquerdo, com o emblema do sigma. A fotografia sugere a severidade que se espera daqueles movidos por certezas absolutas – não por dúvidas ou ironias. Dificilmente alguém imaginaria ser o retrato de um humorista. E, no entanto, é nessa condição que o homem da foto – José Madeira de Freitas – recebeu seu lugar na cultura brasileira. Escrevendo sob o pseudônimo Mendes Fradique, numa brincadeira com um conhecido personagem de Eça de Queirós, Fradique Mendes, consagrou-se como autor do livro *A história do Brasil pelo método confuso*, em que enxergava a realidade brasileira através de um humor carnavalizado, de inspiração abertamente modernista. Se humoristas conservadores são espécimes mais do que raros, o que dizer de um humorista de extrema-direita? O aparente paradoxo habitava Madeira de Freitas e sua, de certa forma, dupla personalidade. “Madeira de Freitas pensava reacionário e Mendes Fradique sentia modernista”, escreveu a historiadora Isabel Lustosa em estudo sobre o personagem. “Seu pensamento era produto de ideias etnocêntricas e conservadoras que resultavam numa visão negativa da realidade brasileira, mas sua estética, expressa na produção do artista do humor e da caricatura, era resultado do vivido, do sentido, [do Brasil real.](#)”

Naquele tumultuado outubro de 1934, Madeira de Freitas e Apparício Torelly travariam um duelo jornalístico e ideológico: o primeiro, como redator-chefe do diário *A Offensiva*, principal órgão do integralismo no país; o segundo como diretor do *Jornal do Povo*, porta-voz, ainda que oficioso, do Partido Comunista. Quatro dias depois da batalha da praça da Sé, numa nota assinada e intitulada “Duas vanguardas”, Madeira de Freitas escrevia no diário integralista:

Defrontaram-se domingo na terra bandeirante: uma acoitada na tocaia da traição, entrincheirada com metralhadoras na couraça dos arranha-céus. Esta é a vanguarda dos negadores do Brasil. A outra, formada com seus efetivos em campo aberto, cantava o Hino Nacional e desfraldava [a bandeira da pátria.](#)

Poucos dias depois, o *Jornal do Povo* respondia a “Madeira de Freitas, teórico do integralismo”, com artigo que exibia o mesmo título:

Concordamos com ele, o formidável choque entre comunistas e integralistas em São Paulo foi efetivamente uma batalha entre as duas vanguardas. De um lado a milícia da camisa verde levada ali por seus chefes não para pedir a expulsão dos imperialistas estrangeiros que desde há um século sugam o sangue e o suor da população indignada e dos trabalhadores foi esta a vanguarda da contrarrevolução, vanguarda armada até os dentes que desfilou ali para intimidar a população faminta de São Paulo. Do outro lado encontrava-se a vanguarda do proletariado, sem bandeira brasileira, sem hino nacional, cantando a *Internacional*. Foi a frente única proletária que fez debandar vergonhosamente a miliciada fascista, que correu da praça da Sé por três vezes, apesar do apoio [dos “tiras” da Ordem Social.](#)



Madeira de Freitas vestindo o uniforme integralista.

Era, sem dúvida, um sinal dos tempos – e uma grande ironia – que esses homens espirituosos, humoristas famosos pela inventividade verbal, se enfrentassem com salvas de lugares-comuns e disparassem as mesmas fórmulas retóricas surradas, impregnadas de rancor ideológico. Ironia maior foi não perceberem que se atracavam com seu duplo, com uma imagem semelhante que, como em qualquer espelho, mostrava-se invertida – um, de direita; o outro, de esquerda.

As coincidências entre ambos obedecem a uma simetria curiosa. A começar pelas mais superficiais. Ambos tinham vindo da província para a capital do país – um do Rio Grande do Sul, outro, do Espírito Santo. Os dois tinham estudado medicina e, embora apenas Madeira de Freitas tivesse se formado e atuado como médico, ambos alimentavam ambições científicas, um dedicando-se ao estudo da febre aftosa, o outro, a pesquisas sobre a diabetes. Os dois tinham não apenas se voltado para o humor, mas se tornado humoristas de uma mesma família espiritual, àquela dedicada ao *nonsense*, à subversão da linguagem empolada e à sátira dirigida contra as elites políticas e intelectuais da Primeira República. Ambos se

tornariam conhecidos por seus pseudônimos, formalizando assim uma espécie de dupla personalidade: Apparício Torelly, como o Barão de Itararé; Madeira de Freitas, como Mendes Fradique.

Em algum momento, criariam seus jornais de humor, animados por estilos personalíssimos – Apporelly, com *A Manha*; Madeira de Freitas, com *O Macaco* – e seriam convocados, em determinada época, a dirigir jornais “sérios”, voltados para o combate político e a serviço de posições radicalmente antagônicas. Finalmente, pagariam caro por suas decisões, passando períodos na prisão em consequência de levantes armados contra o governo Vargas: Apporelly, após a insurreição comunista de novembro de 1935; Madeira de Freitas, depois da tentativa de golpe integralista de maio de 1938.

[2]

José Madeira de Freitas entrou no mundo do humor e no círculo da confeitaria Colombo e da boemia carioca através do gordo Emílio de Menezes, que certo dia apresentou o jovem baixinho aos amigos beberrões como um lançamento em matéria de vinhos: “[Madeira em meia garrafa](#).” Menezes seria seu padrinho de casamento e Bastos Tigre, um amigo para a vida toda. Vindo do Espírito Santo em 1910 para estudar medicina no Rio de Janeiro, Madeira iniciou sua carreira dois anos mais tarde, como desenhista no *Rio Ilustrado*, mas foi na revista *D. Quixote* que passaria também a escrever, a partir de 1919, publicando capítulos semanais da sua *História do Brasil pelo método confuso*. Editada em forma de livro em 1920, ela ganharia sete edições.

A obra, que pretendia rivalizar com um famoso compêndio de Rocha Pombo, era aberta por uma carta apócrifa de Rui Barbosa: “Tanto me chegaram às mãos os oito volumes da primeira edição da sua *História do Brasil pelo método confuso*, dei-me pressa em sorver-lhes o conteúdo, o que fiz [de um só trago](#).” E falava sobre os navegadores portugueses: “A Escola de Sagres, em sessão solene, estabeleceu as bases da descoberta do Brasil. O europeu, péssimo estudante de geografia, ignorava, como ainda hoje, a existência [do resto do mundo](#).” Engrossada por Sancho Pança, a expedição de Cabral ganha um primeiro dia cheio por aqui: “Antes, porém, de se recolherem aos seus aposentos, os descobridores posaram para Victor Meireles, rezando nessa ocasião [a primeira missa no Brasil](#).”

Três anos depois, Madeira de Freitas lançaria *Feira Livre: antologia nacional pelo método confuso* num filão de sucesso que ainda renderia uma *Gramática portuguesa pelo método confuso*. A expressão teria sido extraída de uma crônica de João do Rio, aplicada aos métodos administrativos dos nossos governantes. Demonstrando espírito anárquico e grande criatividade no aspecto gráfico, o autor inovaria em *Feira Livre*, apontando um caminho que Apporelly seguiria em *A Manha*. Numa série de curtas biografias, por exemplo, ele ilustrava o verbete “Coelho Neto” com uma foto de Charles Chaplin, “Monteiro Lobato” com a imagem de um índio com um pedaço de pau atravessado no nariz, a poetiza “Gilka Machado” com a foto de um senhor de barbas e bigodes brancos, o do pensador católico “Jackson de Figueiredo” com uma foto [do ator Procópio Ferreira](#).

Ironicamente, o humorista que se celebrizou com uma versão carnavalesca da história do

Brasil odiava o carnaval. E o jazz, os arranha-céus, os automóveis, o dólar, as lutas de boxe e tudo o que pudesse ser associado à modernidade ou às tradições e aos costumes estrangeiros. Todos foram alvos de dezenas de crônicas impressas na *Gazeta de Notícias* e em *O Jornal*, reunidas mais tarde em três volumes: *Contos do vigário* (1923), *A lógica do absurdo* (1925) e *Ideias em zigue-zague* (1928).

Na sua única incursão pelo universo da literatura, publicou, em 1926, o romance *Dr. Voronoff*, que recebeu resenhas elogiosas de Monteiro Lobato, Coelho Neto e Tristão de Ataíde. Seu personagem principal era, como o autor, um médico capixaba que vive no Rio de Janeiro. Porém, ao contrário de Madeira de Freitas, seu herói, o Dr. Eduardo Marinho, é um homem rico, que desempenha o papel de mecenas e mantém um salão literário por onde circulam personagens reais, como Bastos Tigre. Já maduro, Marinho apaixona-se por uma condessa, mas o relacionamento esbarra num drama: sua impotência. Suas esperanças são despertadas pelas experiências de certo Dr. Voronoff, médico russo radicado em Paris, que anuncia uma solução para o problema: o transplante, para seres humanos, das glândulas sexuais extraídas dos testículos dos macacos. Inspirado no exemplo do cientista russo, o médico brasileiro decide experimentar em si mesmo a terapia e realiza a cirurgia por conta própria, só que usando as glândulas de um rapaz de vinte anos. O resto do enredo gira em torno dos desdobramentos da desastrada experiência

Contra todas as aparências e apesar da trama bizarra, não se tratava de um romance cômico. Mais estranho, o tal Dr. Voronoff e sua esdrúxula terapia existiam realmente. O russo mudara-se ainda jovem para a França, onde se formou em medicina. Nos anos 1920, ficaria mundialmente famoso ao explorar a relação entre o envelhecimento e a atividade hormonal. Em 1917, durante a Primeira Guerra, havia realizado num soldado seu primeiro transplante, ao retirar massa testicular de um macaco e transferi-la para o corpo de um homem. O cientista viveu o auge de seu prestígio nas décadas de 1920 e 1930, mas nos anos 1940 suas teorias começariam a ser ridicularizadas.

Em janeiro de 1927, no entanto, o Dr. Voronoff era um personagem respeitável. Naquele mês, semanas depois da publicação do romance, *O Jornal*, diário de Assis Chateaubriand em que Madeira de Freitas escrevia suas crônicas, publicou nota recebida de uma agência internacional anunciando a morte de um Monsieur Beaucaire, nome que os cientistas deram a um macaco enviado por Voronoff à capital soviética. Em meio a grande sofrimento, o animal morrera após doar glândulas implantadas em seis pacientes russos, vítimas de “anemia, moléstia de Addison, epilepsia, hermafroditismo e arteriosclerose”. A experiência fora conduzida pelo professor Rosinoff, “um dos especialistas que trataram [de Lênin na sua última moléstia](#)”, informava o jornal. O médico pessoal de Lênin extraindo material dos testículos de um macaco para implantá-los em cidadãos soviéticos hermafroditas: para humoristas ou ficcionistas não era fácil competir com material como esse, extraído da realidade.

Demonstrando *timing* notável e um talento para o marketing raro para a época, Madeira de Freitas publicou seu livro quase ao mesmo tempo em que o pesquisador russo aportava no Rio de Janeiro. “A visita de Voronoff, o remoçador, não pôde deixar de despertar um grande interesse, quer nos meios científicos, quer entre as camadas leigas”, anunciou o jornal *A Noite*, que buscou em Madeira de Freitas, a pessoa mais indicada para apresentar ao grande

público o “notável biologista”. Em torno do cientista, explicou o médico-humorista, foram criadas várias lendas, de monstruosas a ridículas: “Ao senso de quase toda gente, Voronoff surge como uma entidade estranha, misto de Mefistófeles e charlatão.” Também aos olhos das elites, acrescentava, “a personalidade do sábio surge envolta num véu dúbio de imoralidade e cabotinismo”. No seu romance, ele explorava as possíveis consequências de um transplante segundo o processo do cientista russo, porém [utilizando material humano](#). O livro causou certa sensação, tendo um jornal inclusive convocado o jurista Evaristo de Moraes para especular se a inédita cirurgia constituiria algum crime. “Estaria sem dúvida incurso no artigo 304 do Código, decorrendo sua culpabilidade do artigo 26 do mesmo código”, respondeu o advogado.

Um dos críticos que aprovaram o romance, Jackson de Figueiredo viu na obra uma oportuna mensagem de cunho moral: “Estamos de fato diante de mais uma vitória da consciência cristã no Brasil.” Depois de elogiar Mendes Fradique, a cuja “graça fácil e jamais perigosa, e jamais impiedosa ou envenenada” todos estavam acostumados, ele enxergava no humorista um aliado na luta contra “as alterações do espírito brasileiro, nesta longa jornada de sua libertação do jugo agnóstico e positivode”. Das desventuras vividas pelos testículos do Dr. Marinho, Figueiredo extraiu uma mensagem contra “o cientificismo, não menos pernicioso, às vezes, que a própria [imoralidade nua e crua](#)”. Em meados dos anos 1920, seria justamente Jackson de Figueiredo, com sua hostilidade ao liberalismo, ao socialismo, ao cientificismo e à modernidade em geral, o responsável pela conversão de Madeira de Freitas a um catolicismo fervoroso.

Em algumas das suas crônicas publicadas em *O Jornal* ao longo da década de 1920, anos antes da fundação do movimento integralista e da ascensão de Hitler, o discurso de Mendes Fradique já se desviava dos temas amenos para enveredar pela política, explicitando sua simpatia pelas soluções autoritárias que se desenhavam no horizonte. Num dos textos, polemizava com o poeta e pensador indiano Rabindranath Tagore, que, ao criticar Mussolini, afirmara que “esposar a causa fascista equivale a praticar o suicídio moral”. Mendes Fradique, ao contrário, argumentava: “Se um cavaleiro vai muito calmamente pela rua, rumo à repartição, e súbito desaba um aguaceiro, não é de cogitar se o homem esposa ou não o aguaceiro. Mussolini não é mais do que uma consequência fatal, inevitável, das coisas e dos homens da Itália, que ele governa.” O escritor indiano mostrava um “deplorável daltonismo crítico” ao não compreender que a ditadura na Itália não fora preparada por Mussolini ou por qualquer indivíduo, mas “pelas [forças impessoais da raça](#)”.

Crítico constante do comunismo, Fradique pensava que o marxismo, uma maravilha teórica, revelava-se catastrófico na prática e, por isso, acreditava que cada país que se “avermelhasse” daria um golpe na “crescente indústria do comunismo”. Essa regra, contudo, admitia uma exceção: o Brasil. No país do “método confuso”, havia o risco de que desse certo o que dera errado em toda a parte:

Devemos evitar a todo custo que tal regime se implante entre nós. Porque se nós, honra nos seja feita, temos desmoralizado tantos regimes salutareis, somos capazes, por um corolário lógico, de darmos bom viço ao regime mais monstruoso que até agora tem engendrado a ruindade humana, [que é o comunismo](#).

A visão que Madeira de Freitas alimentava a respeito do país pode ser deduzida de uma crítica sua ao livro de Paulo Prado, *Retrato do Brasil*, publicado em 1929. De modo geral,

ele aprovava a visão do ensaísta, mas considerava excessivamente severo e sombrio o quadro traçado. “O conchavo político no Brasil”, argumentava Mendes Fradique, era mais uma qualidade do que um defeito: “É coisa etnicamente menos grave do que o ódio ancestral de duas nações vizinhas e secularmente antagônicas.” Por aqui, lembrava ele, “quando se faz uma revolução, trata-se logo de eleger uma comissão de anistia”. Mesmo quando as diferenças evoluem para um conflito armado, “há sempre entre as milícias que se combatem, legalistas e rebeldes, uma encantadora *entente*, uma paternal poupança de vidas nacionais, de parte a parte, revelando uma grande ternura a superar a paixão partidária”. Entre nós, sustenta, “o amor é, por enquanto, maior do que o ódio, e por isso a bondade mais sentida do que a justiça. A tolerância mais praticada do que o direito, e por isso a camaradagem mais forte do que a lei”. E concluía:

Com certeza o ilustre ensaísta retratou o Brasil num dia de chuva, em hora de tédio, em fim de mês. Porque, convenhamos, o Brasil é um rapaz boêmio, um tanto pernóstico, um tanto anarquizado, mas no fundo bom rapaz. Com a idade tomará juízo. Não se pode submeter um menor que entornou tinta na toalha ao tribunal do júri ou ao conselho de guerra. *Calma Señor Prado! Calmita nel Brasil!*

Contudo, a vocação nacional para o entendimento e a conciliação não o levava a ser mais indulgente com a esquerda, e, em junho de 1929, quando a polícia investiu contra as sedes de várias organizações operárias e marxistas, Mendes Fradique solidarizou-se, em sua coluna, com os agentes da ordem: “A polícia andou fechando em dias da semana passada certos núcleos de conspiratas, em que os judeus de todos os tempos põem ao serviço de sua avareza e ambição a boa fé e a impressionabilidade dos espíritos incautos.” Não havia, aos seus olhos, contradição entre as medidas de repressão e as garantias de liberdade de pensamento:

Porque, afinal, que dentro da sua casa, ou mesmo fora dela, pense o sujeito o que melhor lhe calhe, é inteiramente constitucional; que um homem de pijama, seja leitor de Karl Marx, ou de qualquer outro poeta do gênero, é perfeitamente constitucional. O que exorbita, porém, da constitucionalidade, é o conluio secreto, o conciliábulo sedicioso, em que se espoletam bombas, e se [difundem panfletos incendiários](#)...

Seu conservadorismo, a admiração velada pelo regime autoritário na Itália, o antissemitismo e a ojeriza ao comunismo, somados às suas convicções fortemente nacionalistas, formaram o caldo de cultura da sua adesão ao integralismo, já nos anos 1930. A fagulha que levaria esses ingredientes à combustão seria a oratória de Plínio Salgado, que o empolgou nos comícios no Rio de Janeiro e com quem forjou uma relação de amizade: era na casa de Madeira de Freitas que Plínio se hospedava durante suas visitas à capital. Nas fotos da grande marcha integralista diante do palácio do Catete, Madeira de Freitas aparece ao lado do seu líder. Na hierarquia do movimento, o humorista ocupou os postos de provincial da Guanabara e de secretário geral de imprensa e propaganda.

Em 1934, guindado à posição de redator-chefe de *A Offensiva*, Madeira de Freitas e sua equipe captariam no seu radar a entrada em cena do *Jornal do Povo*, colocando o diário e seu diretor, Apparício Torelly, na sua mira. Na véspera do atentado contra Apporelly, *A Offensiva* publicou uma nota atacando “o *Jornal do Povo*, órgão comunista dirigido pelo comunista Apparício Torelly, ex-Barão de Itararé, que agora tirou a máscara e, apesar do seu comunismo, tem [prédios em Copacabana](#)”. Os “prédios em Copacabana” pareciam uma alusão à casa do humorista na ladeira Saint-Romain, mas o verdadeiro objetivo do artigo era

menosprezar “as alfinetadas” que o diário de esquerda dirigira ao “Sr. Herberto Moysés, vulgo Herbert Moses, presidente judaico da ABI”, apelidando-o de “formiga de doce”.

O órgão integralista não admitia uma inimizade entre dois adversários seus: o criador de *A Manhã* e o presidente da Associação Brasileira de Imprensa:

Tem graça... Quem lê isso pensa que os comunistas também têm raiva do “grande jornalista” brasileiro Moysés. Tapeação pura. Por baixo da mesa, eles estão todos de mãos dadas no mesmo plano sinistro. Esses ataquezinhos são para despistar. Porque quem diz comunismo, diz judaísmo. O judeu Apporelly finge atacar o judeu Herbert Moses... Esse pão tem formiga... Quem quiser vá no embrulho. [Menos nós](#).

Mais tarde, em 1937, Madeira de Freitas faria uma derradeira tentativa no campo da imprensa de humor, publicando *O Macaco: Semanário hipocondríaco, órgão oficial da tristeza e da melancolia*. O jornal, no entanto, teria vida curta, durando apenas dois meses. Ficou inacabada a “História da Revolução de 30 pelo método confuso” que o semanário prometia para os seus próximos números. Seria o macaco do título um dos últimos ecos das teorias do Dr. Voronoff? E a “tristeza e melancolia” uma referência às ideias de Paulo Prado a respeito do temperamento do brasileiro?

A partir daquele momento, o médico-humorista-integralista teria poucos motivos para sorrir. Acabaria se associando à ala mais radical do movimento, liderada pelo médico Belmiro Valverde. O escritor pacato deu lugar a uma figura belicosa, capaz de esconder granadas entre as roupas arrumadas em sua gaveta. Acusado de envolvimento no *putsch* integralista de maio de 1938, sofreu um derrame ao ser preso pela polícia do Estado Novo. Depois de perder o posto de professor da Faculdade Fluminense de Medicina, Madeira de Freitas morreu [a 25 de fevereiro de 1944](#).

Curiosamente, e de modo característico do tumulto ideológico daqueles anos, entre os simpatizantes integralistas que haviam participado de um grande desfile dias antes do *putsch* fracassado estava o marinheiro João Cândido. Seduzido pelas ideias de Plínio Salgado, também ele, o líder da Revolta da Chibata e herói do folhetim publicado no *Jornal do Povo*, decidira vestir a camisa verde, segundo contou ao jornalista Edmar Morel. Apesar de inimigos irreconciliáveis, tanto Madeira de Freitas quanto Apparício Torelly poderiam se dizer igualmente perplexos quando se tratava de compreender o Brasil e seu método confuso.

19. No olho do furacão

[1]

CERCA DE vinte dias depois do atentado contra Apporelly e da suspensão do *Jornal do Povo*, o diário *A Pátria* publicava, com destaque, um manifesto assinado por Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Procópio Ferreira, pelo dramaturgo Joracy Camargo, por Caio Prado Júnior, pela jornalista Eneida, pelo professor de direito Leônidas de Rezende, por Apparício Torelly e por outros intelectuais e artistas esquerdistas. Insatisfeitos com as investigações da polícia em relação ao atentado contra Apporelly e a outras violências sofridas por militantes da esquerda, eles propunham a formação de uma comissão independente, integrada por juristas e personalidades, que pudesse investigar por conta própria os últimos acontecimentos, alguns mais graves do que o ocorrido com o humorista.

“Poucos dias após, coincidindo com o sequestro de Apparício Torelly e o desaparecimento de numerosos elementos proletários”, escrevia um redator do *A Pátria*, “davam-se os encontros macabros de cadáveres em decomposição nas matas da Gávea”. E logo em seguida “era suspenso o *Jornal do Povo*, talvez na suposição de que nenhum outro órgão da imprensa noticiasse [tão revoltantes crimes](#)”. Tanto *A Pátria* como *Avante*, além de outros jornais e grupos de esquerda, sabiam que a polícia era a responsável pelo que classificavam como “terror branco”. Alguns dos militantes desaparecidos haviam sido deportados sumariamente; outros tinham sido presos e outros ainda, assassinados.

Entre as tarefas políticas que cabiam à comissão estava “levantar a opinião pública contra tais crimes, contra o sequestro de Apporelly, contra o desaparecimento de trabalhadores, soldados e marinheiros” e “lembrar a palavra-de-ordem dos chefes integralistas sobre a necessidade de uma ‘semana de sangue’, coincidindo com a suspensão do *Jornal do Povo*”. Apparício Torelly seria chamado a depor na primeira reunião da Comissão Jurídica Popular de Inquérito. “Fechado sem qualquer processo regular, por uma simples medida de polícia, a violência sofrida pelo jornalismo popular na pessoa de Torelly apresenta todas as características de um atentado fascista”, concluiu um representante da comissão, falando ao *A Pátria*. Exatamente naquele 18 de dezembro, a própria comissão seria interdita por um ato do governo de Vargas.

Um dos corpos encontrados em 26 de outubro nas matas da Gávea, sem qualquer documento que o identificasse, era, soube-se uma semana depois, de Tobias Warchavsky, um rapaz de 18 anos, integrante da Juventude Comunista, o mesmo que, na assembleia sindical em Niterói, tentara impedir que Carlos Lacerda tomasse a palavra. De uma família judia de classe média, filho de imigrantes, o jovem era conhecido nos círculos do partido por suas posições intransigentes e pelo talento para o desenho, tendo assinado ilustrações para jornais como o *Avante* e *A Pátria*, sempre com forte cunho político, como a que retratava uma vítima crucificada sobre uma suástica.

Durante as semanas seguintes o nome do jovem circularia em panfletos, jornais e

discursos na condição de uma das muitas vítimas da repressão policial. Apporelly emprestou seu prestígio e expressou sua indignação ao exigir a apuração do crime, mas jamais poderia imaginar que a solução do mistério somente se daria quase sessenta anos depois, no início dos anos 1990, com a abertura dos arquivos soviéticos em Moscou, nos quais foi encontrada a versão sobre o caso contida nos relatórios elaborados pelo Departamento de Quadros da Internacional Comunista.

Na época, a polícia responsabilizara os comunistas pelo crime, acusação recebida pela opinião pública com descrédito e até indignação. Contudo, o Komintern, após interrogar integrantes do Partido Comunista Brasileiro em Moscou, apurou que Warchavsky foi realmente executado a mando do partido. Atraído a um encontro nas imediações de sua casa, o jovem foi morto a tiros por Francisco Natividade Lira, conhecido como Cabeção. A execução do estudante, sob a suspeita de passar informações à polícia, foi decidida pelos dirigentes Martins e Tampinha e pelo instrutor alemão enviado ao Brasil pela Internacional, Jan Jolles. Martins, na verdade Honório de Freitas Guimarães, seria condenado pela justiça de Vargas a trinta anos pelo crime. Segundo os documentos encontrados em Moscou, os três se reuniram em Copacabana, no apartamento de Osvaldo Costa, jornalista ligado ao partido que fora o verdadeiro editor do *Jornal do Povo*. Na versão apurada pelo jornalista William Waack no livro *Camaradas*, não é claro se Costa estava presente ou se tinha conhecimento do crime, mas sabe-se que era um segredo guardado por poucos e que a grande massa de militantes e de simpatizantes do período [jamais soube a verdade](#).

[2]

Nem a cassação do *Jornal do Povo* nem a agressão que sofreu por parte dos oficiais da Marinha ou a dissolução, pelo governo, da recém-formada Comissão Jurídica Popular de Inquérito esfriaram o ânimo de Apporelly ou o afastaram da vida política, muito pelo contrário. Ainda no mês de seu sequestro, outubro de 1934, ele foi convidado pelo capitão Amoreti Osório para uma reunião no escritório do capitão e advogado Moésias Rolim, ambos participantes de um pequeno grupo que se reunia para discutir política. Entre eles havia militares egressos do tenentismo e insatisfeitos com Vargas, militantes do PCB e do Partido Socialista do Brasil, sindicalistas, representantes de associações juvenis e personalidades independentes, interessados em que a unidade entre os setores da esquerda obtida na batalha da praça da Sé não fosse apenas um episódio isolado e originasse uma grande frente.

Apporelly encontrou poucas pessoas na reunião, mas se entusiasmou com as possibilidades do [movimento](#). O grupo voltou a conversar, algumas vezes na própria redação de *A Manha*, instalada num escritório na rua Senador Dantas, onde, pelas seis horas da tarde, quando um ou dois funcionários do jornal já se arrumavam para sair, os primeiros participantes chegavam. Na sala modesta, cheia de fumaça de cigarro, cerca de quinze a vinte pessoas trocavam ideias e discutiam o avanço do projeto. Desse modo despretenso, na redação de um pequeno semanário de humor, nascia um dos movimentos de massa mais importantes da história do país, a Aliança Nacional Libertadora.

Apporelly, assistindo à reunião num canto da redação, falava pouco, mas, em compensação, era fundamental na arregimentação de novos simpatizantes, graças às suas relações e popularidade. Enquanto militares como o tenente Nemo Canabarro Lucas procuravam recrutar os companheiros de farda, o diretor de *A Manhã* fora encarregado de atrair civis. Lembraria Canabarro Lucas:

Na formação da Aliança, o Apporelly foi um elemento de grande eficiência. Era muito relacionado e mobilizou os elementos civis que vieram a dirigir o movimento: Campos da Paz, Francisco Mangabeira, Francisco Gikovate, Carlos Lacerda e outros. O Barão foi quem trouxe todos eles para o movimento.

Certa vez, durante uma reunião, o humorista meteu-se numa discussão acalorada com Nemo Canabarro. O estopim foi a recusa do militar em subscrever o manifesto que prepararam. Apporelly, que também não assinara, alegava que o fato de um humorista como ele subscrever um dos primeiros documentos do movimento certamente diminuiria, aos olhos do público, sua seriedade. O militar, por sua vez, não queria assinar por temer alguma medida disciplinar, acreditando que seria muito mais útil onde servia do que exilado em algum regimento no meio da selva. A disputa terminou com os dois se convencendo mutuamente da legitimidade dos seus argumentos: [nenhum dos dois assinou](#).

Meses mais tarde, em 30 de março de 1935, aglutinando comunistas, socialistas, católicos, liberais, tenentistas e até positivistas, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) era criada oficialmente num ato solene no teatro João Caetano, no Rio de Janeiro. Escolhido para falar em nome dos estudantes, Carlos Lacerda, foi chamado por um dos líderes, o major Costa Leite, pouco antes do discurso: “Não quer lançar no seu discurso o nome do Prestes como presidente de honra da Aliança?” Muito honrado, o jovem aceitou a sugestão. “Quando falei no nome de Luiz Carlos Prestes, de surpresa, a plateia aplaudiu entusiasticamente e de cima das galerias, de toda parte, desdobraram-se cartazes e bandeiras que diziam: ‘Prestes, presidente de honra’”, recordou posteriormente. “A surpresa tinha sido [cuidadosamente preparada](#).”

O anúncio do movimento coincidiu com uma mudança na orientação dos comunistas em todo o mundo: ganhando o contorno de uma frente popular, como as que existiam na Europa, a ANL cresceu rapidamente e por todo o Brasil. Em poucos meses, foram criados núcleos no Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Pará, Goiás, São Paulo e Rio Grande do Sul. No Rio, cinquenta mil pessoas filiaram-se ao novo movimento. Caravanas da Aliança cruzavam o país e grandes multidões compareciam aos comícios. Em menos de quatro meses, o pequeno movimento transformara-se numa organização nacional. Outras entidades a ela ligadas foram fundadas na sede da ANL. Entre elas estava a Liga pela Defesa da Cultura Popular, à qual aderiram dezenas de intelectuais depois que assinaram o manifesto de fundação o próprio Apporelly, o jornalista Sady Garibaldi (seu companheiro em *A Manhã*), Rubem Braga, Aníbal Machado, Santa Rosa e muitos outros.

Três dias depois do ato no teatro João Caetano, um telegrama cifrado deixava a sede do Komintern, em Moscou, rumo ao Rio de Janeiro, recomendando a adoção da palavra de ordem “Todo o poder à ANL”. É verdade que os dirigentes da Internacional frisaram que seria imprudente erguer qualquer bandeira de cunho socialista no momento: a revolução, pelo menos naquela fase, se limitaria ao rótulo de “anti-imperialista”. Contudo, a palavra de ordem constituía uma receita para o confronto, já que apontava para a tomada do poder pela

força. A nova orientação era consequência dos relatórios enviados pelo comunista argentino Rodolfo Ghioldi: “Altobelli [codinome de Ghioldi] nos diz que [milhões podem seguir a Aliança](#)”, afirmaria um documento russo escrito semanas depois.

Na grande imprensa, um dos adversários mais eloquentes do novo movimento era Assis Chateaubriand, que, nas páginas de *O Jornal*, concentrava suas energias na figura de Luiz Carlos Prestes, ironizando sua retórica panfletária: “o capitão-do-mato” se transformara numa “sentinela perdida no meio de uma selva de pontos de exclamação”. “Tanto a ANL quanto o comunismo brasileiro são coisas de humoristas malucos, de gente *détraqué*”, escreveu Chatô, numa evidente alfinetada no seu “ex-sócio”. A resposta apareceu nas páginas de *A Manhã*, num artigo enviado por Rubem Braga, em Recife, também ex-funcionário de Chateaubriand. O jovem repórter sabia irritar seu antigo patrão: tratou-o por “Chateaubriand, o Nauseabundo”, alcunha usada pelo próprio Prestes, atacando-o desde o exílio. Ao ler o artigo, o diretor dos Diários Associados teria esbravejado contra Braga na redação de *O Jornal*: “Eu sempre disse que esse filho da puta era comunista! É assim que ele agradece as muitas vezes que tirei dinheiro do bolso para ele [curar as gonorreias!](#)”

No dia 4 de abril, o governo Vargas conseguiria aprovar a Lei de Segurança Nacional. Primeiro passo no caminho que acabaria, mais tarde, conduzindo ao Estado Novo, a nova lei estabelecia os “crimes de imprensa” e proibia a existência de partidos que “incitassem à luta pela violência e ao ódio entre as classes sociais”. Encaminhada ao Congresso pelo governo, foi batizada pela oposição como Lei Monstro e recebeu o seguinte comentário do Barão, sobre sua origem: “Filha putativa do Exmo. Sr. ministro da Justiça e de D. Constituição de tal – uma formosa jovem que foi há pouco violada, conforme escândalo que vem despertando comentários em [todas as camadas sociais](#).”

Julgando que a lei teria vida curta, *A Manhã* afirmava ser crença geral que “dentro em breve, o monstrengo estará exposto num vasto frasco de álcool entre os [casos teratológicos do Museu Nacional](#)”. Tão arbitrária era a nova lei que mesmo um parlamentar goiano de opiniões bastante reacionárias a repudiara, levando o Barão a afirmar que ela conseguira desagradar a [“gregos e goianos”](#). No entanto, a despeito das ironias de Apporelly, a Lei de Segurança Nacional foi aprovada pelo Congresso provocando pânico na redação de *A Manhã*:

Alguns mais tímidos chegaram mesmo a meter-se embaixo das mesas, temendo o rigor dos parágrafos e receando a sanção das penalidades. Itararé, diante da precariedade da situação, foi em casa e voltou trajando seu uniforme anfíbio de marechal-almirante, a fim de levantar [o moral das tropas](#).

A aprovação da lei, por 111 votos a 17, acabou com o pouco prestígio que o Legislativo possuía. *A Manhã* não perdoou os parlamentares. Quando o cavalo Sargento venceu o Grande Prêmio Brasil, em 1935, o Barão lembrou o gesto do imperador romano Calígula, que havia nomeado o próprio cavalo, Incitatus, como senador. O humorista achou conveniente desmentir o boato de que também o cavalo Sargento seria eleito: “No Senado, aliás, já existem diversos representantes das classes equestres e, nessas condições, a eleição de Incitatus, isto é, de Sargento, [não ofereceria nenhuma originalidade](#)”.

No dia 5 de julho, mais uma vez Carlos Lacerda foi escolhido para ler um manifesto no qual Luiz Carlos Prestes conclamava os integrantes da Aliança a formarem um “governo nacional popular revolucionário”. O texto terminava pedindo “todo poder à ANL”. Um

relatório sobre as atividades da organização, elaborado pelo chefe da polícia do Distrito Federal, o major Filinto Strubling Müller – um ex-tenentista expulso da Coluna Prestes – detalhava cuidadosamente os progressos feitos pelo movimento. A declaração de Prestes oferecia a Vargas o pretexto pelo qual esperava: uma declaração que equivalia à defesa da derrubada do governo. No dia 13 de julho de 1935, um pequeno grupo de policiais fechava oficialmente a sede da ANL, na rua Almirante Barroso, no centro do Rio.

Contra todas as expectativas, a repressão à Aliança não despertou reação significativa por parte da opinião pública. Apesar disso, seguindo a orientação do Komintern e obedecendo às regras conspiratórias, um restrito grupo de protagonistas continuaria a pôr em prática o enredo escrito a doze mil quilômetros dali, em Moscou, que deveria culminar numa insurreição armada. Os mais lúcidos entre eles já intuíaam que a sonhada Revolução Brasileira parecia fadada ao fracasso. Contudo, como personagens de uma tragédia grega manipulados por forças acima da sua compreensão, seguiriam desempenhando conscienciosamente seus papéis até o desastre final.

[3]

Enquanto os acontecimentos políticos assumiam uma dimensão cada vez mais dramática, outra tragédia – esta pessoal – iria sacudir a vida de Apparício Torelly no mês de setembro de 1935. Depois de se apaixonarem em São Gabriel, ele e Z haviam mantido um relacionamento sofrido, durante cerca de seis anos, complicado por uma separação imposta pelas circunstâncias – ela, ao lado do marido e da família no sul; ele, no Rio de Janeiro. A despeito da distância que os separava, durante muito tempo a ligação entre os dois tinha sido alimentada por uma romântica correspondência clandestina na qual ela, “tua devotada e eterna”, referia-se a ele com os tratamentos de “Divino amor”, “meu adorado amorzinho”, “querido do meu coração” ou “meu adorado cigano”.

Não eram palavras vazias. Além de criar seus quatro filhos, Z cuidava dos filhos de Apporelly, abandonados pela mãe em São Gabriel. Nas cartas, ela descrevia como banhava, vestia e alimentava a filha de Apporelly, Ady, então com seis anos. Quando ele pensou em providenciar alguém para ajudá-la, ela recusou a oferta: “Tudo o que faço para o meu querido e filhos é com todo o amor. Tu tens que pensar que eu sou a mãe verdadeira em todo o sentido destes pedacinhos do teu coração.” As cartas do jornalista não foram conservadas, mas, a julgar pela impressão que causavam em Z, o sentimento era correspondido: “Às 11h”, escreveu ela, em 1931, “estive arrumando tuas queridas cartas, e relendo-as. Graças a Deus estou me sentindo melhor e mais calma depois que reli tuas palavras sinceras e carinhosas.” Durante a separação, Z precisou conviver com toda a espécie de suspeitas e de dúvidas: “Pedi à nossa Santa que nunca venha a saber, se algum dia me falhares, pois será uma vida de martírio se eu estiver neste mundo sem o teu amor, em quem confio cegamente. Estou num estado de nervos horrível. Peço que me fales com sinceridade tudo o que fazes.”

Mais tarde, ao romper com o marido e vir para o Rio para viver com Apporelly, Z abandonou os quatro filhos. A mulher devota, que fazia suas orações regularmente, demonstraracorage ao unir sua sorte à de um homem de vida irregular. Numa conversa

entre ela e o marido, discutiu-se, a certa altura, a possibilidade de seu filho mais velho, já adulto, vir para o Rio, onde poderia contar com a ajuda do humorista. O marido descartou a ideia, observando: “Apporelly é um boêmio.” Ela retrucou, defendendo o jornalista bem-sucedido: “Se ele foi, hoje não é; vive consagrado ao trabalho.”

Não sabemos como a mulher católica, que frequentava a missa, que tinha aulas de inglês, italiano e intercalava em suas cartas frases em alemão, conviveu já no Rio de Janeiro com os sobressaltos da vida política de Apporelly, exposto a ameaças, agressões, problemas com a polícia, cada vez mais comprometido com a militância de esquerda e com o materialismo ateu. Tudo indica que – surpreendentemente – foram felizes. No período em que o casal e as crianças moraram na confortável casa em Copacabana, o humorista viveu o que seria um brevíssimo hiato de felicidade doméstica numa longa vida de atribulações. Foram cerca de dois anos: muito pouco diante das aflições e provações que Z tivera de experimentar para chegar até ali.

O idílio seria interrompido por um diagnóstico: glomerulonefrite crônica. Ainda não se conhece a causa exata desse mal, que leva à lenta e progressiva destruição dos rins, mas o certo é que se trata de uma doença rara, afetando apenas duas em cada dez mil pessoas. Z morreu em 2 de setembro de 1935, aos 42 anos, no Rio de Janeiro. No seu atestado de óbito consta como *causa mortis* “glomerulonefrite crônica, atrofia aguda amarela do fígado, colapso cardíaco”.

20. Prisão no mar

[1]

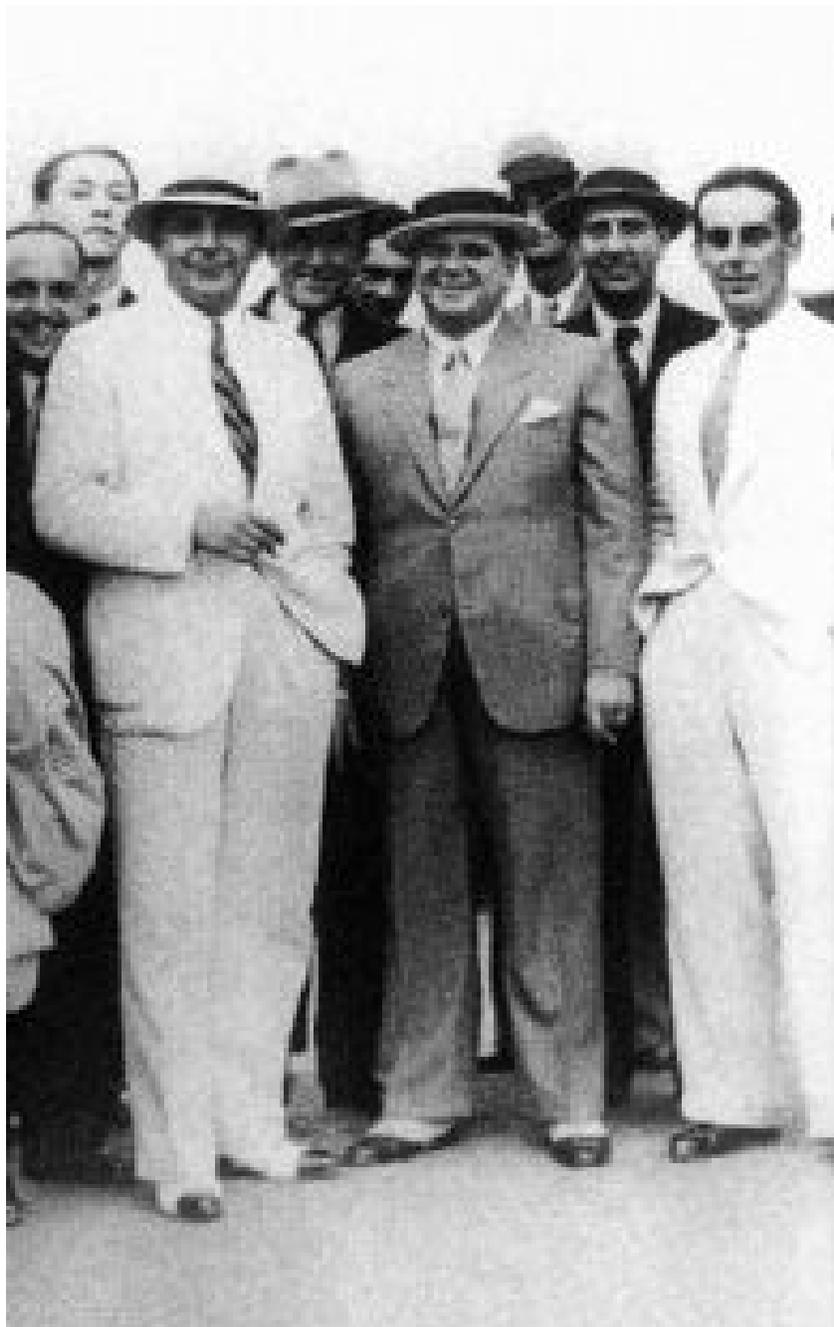
ENTRE OS anúncios que costumavam aparecer nas páginas de *A Manhã*, figurava o de um doutor que oferecia seus serviços (“ouvidos, nariz e garganta”). O médico Jurandir Magalhães morava na mesma rua Saint-Romain, em Copacabana, na qual ficava a casa de Apporelly. Companheiros de boemia e de carteados, ele e Apporelly, quase vizinhos, adotaram um método de comunicação *sui generis*. Segundo um jornalista, quando queriam se falar, iam ao quintal e [davam um tiro para o alto](#). O humorista também se dava com o irmão deste, Eliezer. A família incluía ainda Juracy Magalhães, então governador da Bahia, depois de ter sido nomeado interventor por Getúlio, graças à sua participação, como militar, na Revolução de 30. Politicamente, contudo, Eliezer, com suas inclinações marxistas, era uma espécie de “ovelha negra” nessa família que mantinha relações com o poder. Trabalhando num hospital, ele não apenas integrava a ANL como cumpria o delicado papel de intermediário entre Prestes e o prefeito do Rio, Pedro Ernesto, secretamente sondado pelo líder comunista em busca de apoio para a insurreição que se aproximava. Um dos consultórios no hospital em que Eliezer trabalhava servia inclusive de ponto de encontro para os representantes do Komintern no país.

Eliezer Magalhães mais tarde foi morar num apartamento de um edifício na esquina da avenida Copacabana com a rua Sá Ferreira. Endereço mais do que problemático naqueles dias: no mesmo prédio moravam Osvaldo Costa, o jornalista conhecido do Barão do *Jornal do Povo*, e também o americano Victor Allen Baron. Militante comunista, Baron desembarcara na Praça Mauá com a missão, dada pelo Komintern, de operar o rádio para fazer as ligações em código entre Moscou e Rio de Janeiro. Rodolfo Ghioldi, dirigente do Partido Comunista argentino, e a esposa, assim como os agentes do Komintern, Johann de Graff e sua mulher, também moravam nas imediações. Por força dessas ligações, Eliezer Magalhães – conhecido pelos codinomes de Monte ou Moacir – detinha, naquela última semana de novembro, informações delicadas: dias antes da sua eclosão, sabia até mesmo a hora do levante e quais as principais [unidades militares envolvidas](#).

Em 27 de novembro de 1935, o Barão levava o amigo Eliezer Magalhães no seu carro, de Copacabana para a Associação Brasileira de Imprensa, no centro da cidade, quando, ao passarem pelo Mourisco, ouviram os tiros que vinham da Praia Vermelha. Ambos teriam se olhado, espantados. Apporelly fora surpreendido, afinal pertencia à “ala civil” da ANL e não [ao núcleo da conspiração](#). E mesmo o espanto de Eliezer talvez fosse real: àquela altura, outros dois levantes militares, em Natal e em Recife, nos dias 23 e 25, haviam eclodido e sido esmagados. Fruto evidente das falhas de comunicação e de coordenação entre os revolucionários, a insurreição no Rio de Janeiro parecia um gesto desesperado.

Assim que dominou os levantes ocorridos no Nordeste, o governo decretou, em 25 novembro, estado de sítio. O 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, que agora se

sublevava, encontrava as autoridades mais do que preparadas e seria uma questão de horas até que o quartel fosse bombardeado, o movimento esmagado e os revoltosos rendidos, assim como os outros dois focos de revolta na cidade, a Escola de Aviação e a Vila Militar. A insurreição resultara num desastre completo, seguido por uma onda de prisões. Partindo dos insurretos e daqueles diretamente envolvidos na conspiração, a rede lançada pela polícia ampliou seu alcance até atingir não apenas integrantes como meros simpatizantes da ANL. Sindicalistas, intelectuais e personalidades conhecidas por suas opiniões começaram a ser detidos. Nem mesmo parlamentares, como o senador Abel Chermont e o deputado João Mangabeira, escapariam. O governo obteve do Congresso poderes extraordinários, e o total de sentenciados pelo Tribunal de Segurança Nacional chegaria a 1.420.



Serafim Braga (centro), chefe da Ordem Social da polícia política.

Apporelly foi apanhado no dia 9 de dezembro de 1935 na malha fina lançada pela polícia, sendo levado a princípio para a rua da Relação, onde permaneceu no gabinete do

delegado por cerca de meia hora. Dali foi conduzido para um depósito de presos e, em seguida, para um xadrez. “Era uma espécie de porão, um subterrâneo, com um pé direito altíssimo, onde uma lâmpada lá em cima, muito suja, lançava uma luz baça”, recordou anos depois. “Num lado havia indivíduos amontoados seminus, degenerados de toda espécie, na outra, para onde fui levado, não havia nada [a não ser uma fossa.](#)” No seu habitual terno de linho branco, pisando com seus sapatos finos no chão de terra molhada, a poucos centímetros da fossa onde se acumulavam todos os tipos de dejetos dos presos, cujo número, aliás, não parava de crescer, o humorista avaliou sua situação: “Resolvi tirar os sapatos, improvisar um travesseiro com um paletó e dormir.”

Durante a madrugada, foi acordado. Após pegar o cinto deixado na carceragem – uma antiga prática para evitar suicídios –, foi levado, com um grupo de presos, cerca de quinze ou vinte, e embarcado num tintureiro, como eram conhecidas as camionetes da polícia. “O tintureiro começou a rodar e não parava nunca. Em determinado momento, o carro parou. Estávamos diante da Casa de Detenção. Ali se formou novamente uma fila. Fomos revistados para ver se alguém tinha uma gilete ou coisa parecida”, contou ele. A cada mudança de local, os presos eram “qualificados”, praxe seguida metodicamente pelos homens de Filinto Müller, entre eles os dois nomes mais famosos da polícia política, os delegados Antonio Emílio Romano e Serafim Braga. Nos anos seguintes, ambos ganhariam notoriedade como torturadores.

A qualificação consistia no preenchimento de uma ficha com informações básicas, como nome e residência, e dados regulamentares, como religião. “Da primeira vez, acho que disse que era ‘ministro esotérico’. Na segunda, disse que era ‘livre pensador, mas não com muita liberdade’. Na terceira vez, escrevi: ‘Católico apostólico...’ e abri uma chave: ‘Romano ou Serafim Braga...’ Romano era o delegado da Ordem Política e o Serafim Braga, da Ordem Social. Não sabia para que lado ia ser encaminhado”, recordou.

De onde estava preso, via lá embaixo no pátio o seu automóvel, um Chrysler de seis cilindros e com motor a 80 cavalos – “sem contar com o dono”, como gostava de dizer. E se gabava junto aos companheiros de prisão da importância que as autoridades atribuíam à sua atividade política, pois não é que não apenas o motorista, mas o próprio automóvel fora recolhido, devido à sua alta periculosidade? Enquanto brincava com os amigos, nunca poderia imaginar que os dois – ele e o carro – levariam mais de um ano até voltar para casa. Um na prisão, e o outro [na garagem da Polícia Central.](#)

Na manhã seguinte, junto com os outros quinze presos, foi levado para o navio-presídio Pedro I, ancorado na Baía de Guanabara com ordem de ali ficarem “recolhidos e incomunicáveis”. Utilizada anteriormente para receber prisioneiros durante a Revolução Constitucionalista de 1932, a embarcação era guardada por um destróier. Ancorado inicialmente na enseada da Glória, o navio seria deslocado mais tarde para o fundo da baía. O Pedro I levava também uma guarnição da Polícia Militar encarregada de vigiar os mais de cem presos políticos a bordo. Na sua maior parte eram militares, médicos, advogados e jornalistas, que procuravam se ajeitar como podiam no porão, deitando em redes ou dormindo pelo chão. Do grupo faziam parte também muitos professores da Faculdade de Direito, como Hermes Lima, Edgar Sussekind de Mendonça, Leônidas de Rezende, Frederico Carpenter e Edgar de Castro Rabello. Poucos eram ligados ao PC. A maioria era

formada por membros ou meros simpatizantes da ANL. Nenhum dos professores havia tomado parte diretamente no levante comunista de 1935.

A prisão desses profissionais liberais e intelectuais foi justificada por Getúlio Vargas diante de sua filha, Alzira. Estudante de direito, ela quis saber a razão de tantos professores da sua faculdade terem sido detidos. “Foi uma exigência dos chefes militares. Consideravam uma injustiça serem punidos os oficiais presos de armas na mão, enquanto os instigadores de tudo, os intelectuais que pregavam ideias subversivas, [continuavam em liberdade](#)”, teria dito Getúlio. Daí a ênfase dada a esse aspecto nas justificativas para a prisão apresentadas ao lado de cada nome da relação dos acusados. “Propagador de ideias subversivas”, “propagandista intelectual” e “professa ideias avançadas” são algumas das expressões usadas nos documentos da polícia. Num ofício, ao lado do nome de Apparício Torelly – citado com Waldemar Bessa e Pedro de Alcântara Tocci – vinha a justificativa: “Membros da ANL, foram oradores de vários comícios comunistas, portanto preparadores do ambiente necessário [à eclosão do movimento](#).”

Apporelly havia sido preso em dezembro. Contudo, no início de janeiro, era o único jornalista que continuava detido. Todos os outros já tinham sido soltos. Inclusive Otávio Costa, que – o que a polícia ainda ignorava – estava profundamente envolvido na insurreição e nos contatos com o Komintern. Meses depois ele voltaria a ser preso e – dessa vez – torturado. No início daquele ano de 1936, as relações entre a imprensa e o governo Vargas não poderiam ser melhores. O presidente da ABI, Herbert Moses, agradeceu a libertação dos jornalistas em cartas ao capitão Filinto Müller e seu subordinado, o chefe da Seção de Segurança Social, Serafim Braga. Vargas, por sua vez, sentia-se grato aos jornais pelo apoio à repressão aos insurretos. A lua de mel entre imprensa e governo foi celebrada num coquetel oferecido por Getúlio aos jornalistas cariocas a 9 de janeiro. No dia seguinte o governo anunciava a criação da [Comissão de Repressão ao Comunismo](#).

Como explicar o rigor aplicado ao caso do humorista em comparação a outros nomes da imprensa, que foram libertados? A resposta talvez esteja na sua experiência à frente do *Jornal do Povo* e no conflito que daí se originou com a Marinha. Se a insurreição no Rio havia revelado às autoridades a presença comunista no Exército (no 3º Regimento) e na Aeronáutica (na Escola de Aviação), o mesmo ainda não tinha acontecido com a Marinha, na qual os militantes e simpatizantes do PC e da ANL não tinham se exposto. Segundo um capitão que investigava a infiltração comunista na sua arma, não havia ocorrido um levante porque os revolucionários não tinham encontrado apoio suficiente para tomar parte na intentona de novembro.

O capitão da Marinha chamava-se Lúcio Meira e, em seu relatório, não hesitava em apontar o papel que certa imprensa havia desempenhado: “A distribuição dos pasquins a soldo do Partido Comunista, como o *Jornal do Povo*, completava a obra insidiosa de propaganda visando a destruição da Marinha de Guerra, a organização mais perfeita e genuinamente nacional do país.” E era enfático ao apontar o sentido político do folhetim sobre a Revolta da Chibata, que “apresentava as aterradoras figuras daquela era” como heróis: “Nossa excessiva complacência permitia aos conspiradores tentar, com as maiores possibilidades de sucesso, uma repetição [da sangrenta perversidade de 1910](#).”

As investigações conduzidas pelo capitão levaram à descoberta de um plano para uma revolta a ser desencadeada em 10 de abril, quando a tripulação do destróier Paraíso se amotinaria sob a chefia de um marinheiro, Carlos dos Santos Frederick. Os insurretos zarpariam em direção ao Pedro I para libertar os presos políticos e levá-los ao encouraçado *São Paulo*, na ilha das Cobras, onde se juntariam aos outros revoltosos. O rumor sobre a conspiração, porém, espalhou-se e dezenas de marinheiros armados foram presos. Nas investigações, mais de 150 marinheiros “comunistas confessos”, segundo Filinto Müller, seriam detidos. Anos mais tarde, Luiz Carlos Prestes contaria como, preso na sede da Polícia Especial, vira o capitão Meira chegar diariamente às oito horas da noite para comandar os espancamentos. Carlos Marighela, também ali, denunciou que um dos marinheiros, conhecido como Freitas, não suportando os interrogatórios, tentou cortar os pulsos antes de, finalmente, enforcar-se na enfermaria, [usando um lençol](#).

[2]

Nos porões do navio-presídio, dividiam-se dois grupos de presos: um reunia professores, médicos, advogados e outros profissionais liberais, de mais idade; o outro era formado por oficiais do 3º Regimento e da Escola de Aviação. Ao primeiro grupo pertenciam médicos como o Dr. Pedro da Cunha, clínico famoso, sempre ocupado com a leitura de grossos compêndios sobre sua especialidade, e Campos da Paz, que, prudente, aconselhava a todos paciência: “O que o tempo enrola, o tempo desenrola.” O jurista Luiz Carpenter, figura serena, intrigava os colegas com suas excentricidades. “Tinha uma espécie de mão sagrada, exatamente a direita, que não tocava em nada, sempre guardada no bolso da calça, guardada e não escondida, pois a mão não apresentava nenhum defeito”, lembraria seu colega de prisão, o jornalista, professor e jurista Hermes Lima. Carpenter espantaria o amigo noutra ocasião, quando chegou ao navio a primeira remessa de correio autorizada. Enquanto outros lançavam-se avidamente sobre a correspondência, Carpenter, na amurada do barco, limitou-se a examinar o envelope contra a luz do sol e a atirar a carta ao mar, [fechada como chegara](#).

A severidade dos médicos e professores era contrabalançada pelo ânimo juvenil dos oficiais, entre os quais Apporelly se tornou popular pela maneira bem-humorada como afirmava sua resistência àquela situação. “Naqueles dias, a polícia costumava fazer umas visitas intempestivas ao navio”, recordaria o Barão. “Chegavam magotes de possantes investigadores, sem o menor aviso, os quais, sob qualquer pretexto, espancavam os prisioneiros. Era o terror. Vivíamos sob o temor dessas visitas repentinas. Quando a polícia aparecia no Pedro I, todos ficavam aflitos...”, relembriaria, numa entrevista a Justino Martins, nos anos 1940. Certa tarde, os prisioneiros conversavam quando, subitamente, cerca de vinte policiais entraram no salão do navio. Tensos e apreensivos, os presos não sabiam o que esperar. Num gesto heroico e aparentemente suicida, Apporelly subiu numa mesa e, com o punho fechado, gritou, para espanto de todos: “Viva a Revolução!” Os agentes se preparavam para avançar quando ele se curvou, numa reverência, e acrescentou, com voz meiga: “...de 30!” A gargalhada geral desarmou qualquer disposição belicosa [por parte dos](#)

policiais.

Não é surpresa que os prisioneiros mais jovens convocassem o humorista para organizar passatempos e brincadeiras. Um dos rapazes, mal fora preso, começara a escrever suas “memórias”. Para seu azar, os colegas descobriram os manuscritos e não lhe perdoaram a ideia pretensiosa, nem o título grandiloquente da obra: *Eu diante do oceano*. A partir daí, precisou suportar o deboche implacável dos colegas, que lhe prepararam um trote, entregando os papéis a Apporelly para que desse a palavra final. Em pé, perto de uma escotilha, o Barão, com os manuscritos na mão, discursou solenemente sobre o livro e sugeriu uma alteração no título da obra: em vez de *Eu diante do oceano*, o livro se chamaria *Eu dentro do oceano*. E atirou as poucas folhas no mar. Mais tarde, ânimos serenados, o autor frustrado também levaria o episódio na brincadeira.

Aqueles não tão jovens recorriam a expedientes mais sérios para combater o tédio e a ociosidade a bordo, organizando conferências. Pedro da Cunha falou sobre um tema ligado à biologia; Edgard Sussekind de Mendonça, sobre Euclides da Cunha; Joaquim Ribeiro, sobre a evolução da língua portuguesa; Hermes Lima, sobre a história da filosofia; Leônidas de Rezende, sobre Augusto Comte. Como sempre, o Barão aproveitava a ocasião para corrigir as máximas do pai do positivismo. “O homem se agita e a humanidade o conduz”, dizia Comte. “O homem se agita e a polícia o conduz”, dizia Apporelly. Um dos homens que passaram por aquele porão, Dinarco Reis, segundo-tenente da Aeronáutica, ainda guardaria a lembrança, cinquenta anos depois, de uma conferência proferida pelo criador de *A Manha* numa noite, após o jantar. Normalmente, cada um falava sobre sua especialidade ou interesse, mas, quando chegava a vez de Apporelly, todos estavam preparados para ouvir uma daquelas palestras do mais puro *nonsense*, absolutamente sem pé nem cabeça.

Muitos, porém, não se conformavam com a situação, e uma fuga foi tramada por um pequeno grupo de prisioneiros mais jovens, dispostos a tentar alcançar a nado a ilha do Governador durante a noite. Entre os que conseguiram mergulhar, em meio à escuridão, com as roupas presas às costas com cordas, estavam Roberto Sisson, oficial da Marinha e dirigente da ANL, o oficial do Exército Ivan Ribeiro e um estivador, conhecido como Desidério. A barca que deveria esperá-los na baía não apareceu. Foram, por fim, vencidos pelo cansaço, pelas câibras, pelo frio e pelas falhas na operação. Sisson quase se afogou. Dois ou três homens foram capturados em terra; outros foram obrigados a desfilar molhados pelo convés, com a decepção estampada no rosto e escoltados pelos policiais, com riscas vermelhas de sangue provocadas pelas cordas. O estivador exibia marcas de chicote feitas pela polícia.

Para sair do navio, Apporelly preferia recorrer a métodos menos convencionais. Apostou com colegas que, em 15 dias, daria um passeio em terra. “Redigi um requerimento ao chefe de polícia” recordaria anos depois “pedindo para ser posto em liberdade e convenci um investigador que ia diariamente à cidade a encaminhar o meu papel. O homem recusou-se a princípio, mas acabou levando...” O humorista confiava na inércia da burocracia para alcançar seu objetivo. O documento chegou à portaria da sede da Polícia Central, na rua da Relação, tendo em seu cabeçalho as palavras: “ao Sr. Delegado de Ordem Política e Social, para informar”. Deste, passou ao subchefe de polícia, que, ignorando quem fosse o “detento Apparício Torelly”, determinou que seu chefe de gabinete “encaminhasse o

assunto”. Este, por sua vez, chamou um agente e mandou “trazer o preso à sua presença”. Após uma busca pelas delegacias, o policial descobriu o detento no Pedro I, de onde o levou para a Chefatura Central. Quando a farsa foi desmascarada, ele já havia conquistado a simpatia do investigador graças ao seu bom humor. Foi trazido de volta ao navio-presão diante dos companheiros admirados, depois de ter rodado de carro pelo Rio com o policial, visitado algumas lojas e [entrado em alguns cafés](#).

Recorrendo à Lei de Segurança Nacional e às prerrogativas concedidas pelo estado de sítio, o governo criou, às pressas, um tribunal especial para examinar, caso a caso, a situação de centenas de homens detidos por vagas “razões preventivas”, muitos sem qualquer acusação formal. O órgão extraordinário funcionaria num local também incomum: o salão de honra do navio Pedro I, “àquela altura completamente desonrado”, observaria Apporelly. O homem escolhido para comandar aquela aberração jurídica, desempenhando a figura de “juiz do sítio”, chamava-se Frederico de Barros Barreto. Falando aos repórteres que o entrevistavam no cais, gabou-se mais tarde de já ter ouvido mais de 400 presos, entre os que estavam no navio e os da Casa de Detenção. Só não contou à imprensa que o início de suas atividades não tinha se dado exatamente como esperava.

Determinados a não reconhecer ou legitimar aquele tribunal improvisado ao sabor da conveniência do governo, os presos decidiram boicotá-lo. Todos os dias, mais ou menos às dez horas da manhã, uma lancha abordava o navio, trazendo policiais com ofícios requisitando presos e levando os relatórios do comando do navio-presídio que registravam ocorrências. “Apesar da incomunicabilidade” contou o humorista “tínhamos uma espécie de serviço de informações e por ele ficamos sabendo que eu seria o primeiro a responder a um processo.” Naquele dia, Apporelly viu a lancha que se aproximava e percebeu algo diferente. Era o “juiz do sítio”, acompanhado por um escrivão.

Jornais eram proibidos a bordo, mas o humorista desenrolou uma folha de jornal usada como embrulho. “Eu me deitei num banco diante da escada por onde ele ia desembarcar e onde o comandante do navio – um comandante militar – esperava pelas autoridades”, contou Apporelly, vinte anos depois. “Quando o juiz do sítio chegou, disse a que vinha e então o comandante me chamou pelo nome. Eu vestia apenas uma cueca, porque não tinha outra roupa. Deitado, respondi: ‘Não amola!’ O pessoal em volta começou a rir. Continuei fingindo que estava lendo o pedaço de jornal. Nisso, vem o comandante. ‘Sou eu que estou falando.’ Eu respondi: ‘Ah, desculpe. Pensei que fosse um desses aí...O que o senhor deseja?’ Levantei.”

– O senhor está convidado a depor.

– Como depor? Depor o governo? Não tenho meios para isso e me admira muito que o senhor tenha a coragem de fazer um convite desses. Sou um homem da mais estrita legalidade. Repilo com toda a energia qualquer tentativa de derrubar as autoridades constituídas.

O jornalista foi conduzido ao salão de honra do navio. O “tribunal” era composto por três pessoas: o juiz do sítio, um personagem que fazia o papel de promotor e um escrivão, este “visivelmente um funcionário público, usando um pincenê desses que tem uma presilha apertada no nariz, mas a dele estava meio frouxa”. Definidos os protagonistas, cada um

assumiu seu lugar e preparou-se para a encenação – só que esta não seguiria o roteiro esperado. “Tomei posição na cadeira de réu”, lembrou Apporelly.

O escrivão abriu a máquina portátil. Colocou um papel com carbono. O juiz se mexeu e tirou do bolso da calça um pedaço de papel. Com certeza algo escrito que devia ser o roteiro do inquérito. Começou dizendo que naquele momento declarava instalado o Tribunal de Segurança Nacional destinado a inquirir e processar os implicados e assim por diante e que ia dar início aos trabalhos fazendo a qualificação [do interrogatório do acusado presente](#).

– Qual é o seu nome?

– Ora, doutor, o senhor então atravessa o Atlântico numa lancha a motor, especialmente para me ouvir, e não sabe meu nome?

– Bom, isso aqui é só uma formalidade.

– Mas eu estou completamente informal, nem procurei me vestir. Como é que o senhor me vem com formalidades?

O juiz virou-se para o escrivão e disse: “Apparício Torelly.”

– Ah, o senhor está vendo como sabia meu nome! E mesmo assim estava me perguntando? Eu sou um homem sério; não faça isso comigo.

– Sua idade?

– Esse é outro problema... Não sou criança, nasci há muito tempo. Vou lhe dizer uma coisa: estou numa situação de tamanha pressão mental e nervosa que não me lembro de coisas que aconteceram ontem. E o senhor quer que me lembre de quando nasci. Isso é uma coisa de que não tenho a menor noção no momento.

Ele se virou para o escrivão e disse: “Quarenta anos presumíveis.”

– Presumíveis está muito bem. Aliás, há agora uma teoria em voga que diz que a vida começa aos quarenta. De modo que aceito esse palpíte.

– A que o senhor atribui sua prisão?

– Ora, doutor, eu julgava que o senhor é que vinha me dizer o motivo da minha prisão. Estava esperando que o senhor viesse me dizer: o senhor está preso por isso, por aquilo e assim por diante. Então, com toda dignidade, eu iria me levantar e contestar, com grande veemência, desmanchar esse castelo de cartas, essa acusação contra uma pessoa séria. E, no entanto, o senhor me desarma e vem perguntar a mim, como se eu é que fosse o juiz do sítio. Quer saber por que eu fui preso? Mas é isso o que eu quero saber e o senhor tem a obrigação de me dizer. E se não me disser vai perder a oportunidade de ouvir um brilhante orador, numa defesa não menos brilhante, da sua honra e da sua dignidade.

– Mas o senhor nem desconfia? Não tem a mais vaga suspeita do motivo por que foi preso?

– Bem, o senhor já está me falando de outra maneira, com delicadeza. Isso pede uma meditação. Vou fazer um esforço de memória para reconstituir os fatos. Ah... Agora estou me lembrando. Quando fui preso, estava tomando um cafezinho. Em casa, tomava muito café. E me diziam sempre: não deve tomar tanto café, isso faz mal, um dia você se arrepende. Só posso atribuir minha prisão ao fato de estar tomando um cafezinho, o que na minha família sempre disseram que faz muito mal.

“O juiz, então, virou-se para o escrivão – contou Apporelly – e disse: Escreva. *O depoente informa que vírgula no momento vírgula não pode precisar o motivo da sua prisão ponto no entanto vírgula desconfia vírgula, não, tira a vírgula, que foi por causa do*

cafezinho ponto.”

Apesar de a sessão ter seu acesso restrito, ao erguer os olhos o Barão percebeu com satisfação que sua performance contava com uma plateia: “Em cada vigia daquele salão, havia uma cabeça. Os presos estavam com as cabeças metidas para dentro da sala e acompanhavam o depoimento. Dava para ouvir um monte de gargalhadas. Aquilo formou um quadro formidável.” O interrogatório prosseguiu.

– O senhor tomou parte no movimento?

– Sim, senhor.

– O depoente informa que...

– Pare! O que o senhor está ditando? Não vá me comprometer. Sou um homem sério. Parece que o senhor quer me envolver...

– Mas o senhor não disse que tomou parte do movimento?

– Sim, mas isso não é motivo para que o senhor me faça uma acusação. Estou vendo que o senhor não está bem intencionado comigo...

– Mas se o senhor estava no movimento...

– De que movimento está falando?

– Do movimento de 27 de novembro...

– Ah, sim... Neste estava.

– O depoente...

– Espere. Não vá registrar coisas que eu não falei. Vamos esclarecer a situação. Olhe bem para mim. Sou um cientista, um astrônomo. O senhor me pergunta se estou no movimento, se estou na revolução. A Terra tem dois movimentos, um de translação, outro de revolução. O senhor me pergunta se estou na revolução de 27 de novembro... Estou. Porque o movimento não para. É o ano inteiro, todos os dias; pode olhar na folhinha. O dia 27 de novembro está nisso também. E agora o senhor quer me processar por isso?

A intervenção da plateia foi providencial: “As gargalhadas atrapalhavam o interrogatório. O juiz deu por encerrado o negócio e foi embora.” A exemplo do que viria a ocorrer com muitos presos, Apparício Torelly ficou na prisão por cerca de um ano sem que contra ele fosse aberto qualquer processo.

[3]

A lancha que encostava no navio todas as manhãs trazia, por vezes, policiais encarregados de conduzir presos à terra firme para serem interrogados na Polícia Central. Ainda que rotineira, a ocasião inspirava alguma tensão. Como recordou um dos presos, Apolônio de Carvalho, tenente da artilharia detido no Rio Grande do Sul, ao contrário dos soldados e principalmente dos marinheiros, que eram torturados, os oficiais, médicos, intelectuais ou políticos eram, de modo geral, poupados. Segundo o advogado Sobral Pinto, teria partido de Filinto Müller a ordem para que os oficiais não fossem submetidos a quaisquer violências.

Certo dia, um dos escolhidos para ser conduzido à Polícia Central foi o oficial da Aeronáutica Dinarco Reis, jovem com quem Apporelly fizera amizade. Enquanto o

prisioneiro percorria o caminho costumeiro, acompanhado por dois policiais à sua frente e outros dois às suas costas, viu “o Barão, com muita dificuldade, lutar para botar a cabeça para fora da vigia e erguer o punho fechado”, lembraria Dinarco. “Exaltado, Apporelly gritou em direção aos policiais: ‘Abaixo a República! Abaixo a Monarquia! Viva a Dinarquia!’” Assim ele se despediu do amigo que deixava o navio, para a perplexidade dos policiais [e a diversão dos companheiros](#).

Apporelly deixou em Dinarco, naqueles dias, a impressão de uma pessoa alegre e expansiva, mesmo em condições duras. No navio, o humorista permitiu que crescesse, pela primeira vez, a barba que se tornaria sua marca registrada e o símbolo da postiça nobreza do Barão. “Uma barba de Pedro II cultivada a bordo de Pedro I”, dizia. Mais tarde, nos anos 1940, escreveria uma crônica em defesa dessas “vigorosas vegetações pilosas que brotam na cara dos cidadãos de maioridade”, considerando injusta a ideia de que ela não se adequava ao clima tropical. Muito pelo contrário, “a barba é como cachaça, que refresca no verão e aquece no inverno”. Usando seu poder de síntese, ele a definiria como “o lindo ornamento que a natureza deu ao homem para diferenciá-lo da mulher, mas que os homens teimam em raspar, para agradar as mulheres, mas [contrariando a natureza](#)”.

Os companheiros se habituaram a vê-lo circulando pelo navio no convés, no rancho ou no porão, com um lençol furado enfiado no pescoço como um poncho gaúcho. Um jornalista enviado mais tarde para o navio-presídio, Maurício de Medeiros, recordou a atmosfera que encontrou ao chegar: “À medida que íamos subindo a escada do navio, a rapaziada lá em cima nos recebia com aclamações. O acolhimento caloroso desfazia a primeira impressão de desagrado ao saber que iríamos parar ali.” Na ocasião, percebeu o papel desempenhado naquela pequena comunidade pela figura do Barão.

Jocoso, tomava ares solenes, dispensando as honrarias militares a que fazia jus seu título honorífico de almirante. No meio de tudo isso, Apporelly era um sereno porto de bom humor. Quem, fatigado de ler ou de não fazer nada, quisesse rir um pouco, aproximava-se da roda que tinha por centro Apporelly. Fazia brotar gargalhadas, mantendo ele próprio o seu ar profundamente [sério e compenetrado](#).

A disposição aparentemente bem-humorada escondia angústias íntimas. Primeiro, a morte da mulher. Depois, a situação dos filhos, deixados aos cuidados de um amigo após perderem aquela que para eles fora uma verdadeira mãe. Tendo sido preso em 9 de dezembro, somente dois meses mais tarde, em 12 de fevereiro, Apporelly obteve autorização para ver os filhos, sendo levado até o cais, numa lancha, [para um rápido encontro](#). Provavelmente também o preocupava o fato de que o amigo a cuja família confiara os filhos, o médico Eliezer Magalhães, estivesse mais envolvido do que ele imaginava nas articulações entre a ANL, o Partido Comunista e os agentes do Komintern e prestes a enfrentar, portanto, seus próprios problemas com a polícia. A tudo se acrescentava a frágil situação de sua saúde. Além dos problemas que enfrentava como hemiplégico, os amigos temiam uma complicação no coração, caso continuasse naquelas condições.

Fosse por esses motivos ou pela aflição ao se ver isolado no meio do oceano, Apporelly deixou-se dominar pela determinação de sair daquele navio a qualquer custo. Ao completar três meses de prisão, anunciou seu propósito publicamente, diante de todos, inclusive do comandante, numa de suas palestras esdrúxulas, iniciando uma série de conferências dedicadas, segundo ele, à “força do pensamento”: “Querida mostrar que aquela força era

invencível, que estava disposto a colocá-la a serviço da minha liberdade e que não iria ficar mais lá.” Na primeira palestra, explorou em detalhes em que consistia a tal força do pensamento e programou as restantes para as duas semanas seguintes, de modo a culminar numa demonstração prática do acerto da sua teoria, ou seja, da sua liberdade, sem ter a mais remota ideia sobre [como alcançar o objetivo](#).

As conferências reuniam exemplos e lembravam precedentes históricos, mitológicos e até religiosos, evocados, curiosamente, diante daquela plateia de materialistas: “Lembrei que, se Moisés tinha aberto as águas do Mar Vermelho, eu poderia abrir as águas da baía de Guanabara e pisar, enxuto, na calçada da Praça Mauá. Ou talvez assumisse o comando do navio e, sem precisar acionar alavanca alguma”, ressaltou, “faria com que o navio singrasse naquela direção”.

Em outra palestra, Apporelly abordou os problemas éticos que a questão suscitava e confessou, diante dos companheiros, que hesitava em tomar uma decisão, o que era compreensível:

Todos os grandes homens são assaltados por essas pequenas vacilações. Afinal, não sei se estaria procedendo bem, indo embora sem levá-los, deixando-os aqui. Inclusive o comandante, nesta triste situação de carcereiro, porque ele também não deixa de estar preso, mas, ao mesmo tempo, refleti um pouco e vi outro lado positivo: ao me retirar, estaria também indicando o caminho aos outros, e esse caminho é o da força do pensamento.

À medida que se esgotava o prazo que dera a si mesmo, aumentava sua aflição. “Ia crescendo aquela tensão nervosa, porque não sabia o que ia acontecer. Eu tinha resolvido aquilo e estava disposto a ir embora mesmo.” Até que chegou a véspera da data marcada. “Fiz uma despedida patética: hoje é a última conferência porque amanhã será o dia da ação. Amanhã vou me retirar daqui. Não sabia se estava certo ou errado, mas para mim era uma coisa decidida. Esse era o fato.” No dia seguinte, na mesma hora, chegou a lancha da polícia. Dela saltaram os policiais, que se encaminharam para o comando do navio. Àquela altura, o humorista já havia anunciado para quem quisesse ouvir – presos, guardas, taifeiros – que iria embora naquele dia.

Relatou Apporelly:

O comandante estava na popa, debaixo de um toldo, separado por uma corda, na casa de comando do navio. De modo que resolvi me incorporar à comitiva policial e tentei entrar na área do comando, entre os agentes que iam à presença do comandante. A sentinela não deixou que eu entrasse. Então passei por baixo da corda e saltei na frente do comandante, que estava sentado numa cadeira de balanço. Eu disse, então, energicamente: “Senhor comandante, vim lhe comunicar que vou descer nessa lancha.” Ele ficou surpreso com aquela atitude.

Mostrando, talvez, menos confiança na “força do pensamento” e preferindo apelar para o bom senso do comandante, um grupo de presos, preocupados com o cada vez pior estado de saúde do humorista, reivindicava sua remoção para uma enfermaria. Para isso, contudo, não podiam contar com a ajuda do médico da polícia, figura desprezada por sua cooperação com interrogatórios e torturas. O jurista e professor Luiz Carpenter foi escolhido para apresentar a reivindicação, devido aos cabelos grisalhos e ao ar respeitável. Vestindo um traje nada respeitável, o calção que usava, o catedrático conversou com o delegado e o médico, mas ambos permaneceram irredutíveis diante do apelo dos presos. O professor ainda tentou argumentar, chamando a atenção para o fato de que o prisioneiro era uma pessoa conhecida, “personalidade ilustre”, e que sua morte ou mesmo os simples maus-tratos a que era submetido poderiam ter sérias repercussões. Tudo em vão: doutor e delegado continuaram

indiferentes ante os novos argumentos.

Porém, enquanto representantes da lei e presos negociavam num ponto do navio, Apporelly, do outro lado, havia, por sua conta e risco, descido até a lancha. No momento em que os homens do governo iriam embora, os prisioneiros debruçaram-se na amurada e tiveram uma surpresa. Um deles, o militar José Gay da Cunha, ainda recordaria aquela cena por muitos anos:

O Apporelly estava lá, deitado no chão da lancha, quieto, imóvel, vestindo um pijama azul que às vezes usava e agarrado a uma pastinha onde levava suas coisas. Já o tínhamos visto, mas, conforme o médico e o policial iam se aproximando, ele gesticulava para nós de um jeito engraçado, fazendo uns sinais misteriosos, enquanto pedia silêncio colocando o indicador sobre os lábios fechados.

Quando o delegado finalmente o viu, os companheiros no convés exigiram em coro, aos gritos: [“Enfermaria! Enfermaria!”](#)

Fosse para evitar o constrangimento de arrastar um homem doente para o navio, ou, quem sabe, por interferência do comandante, os policiais concordaram em levá-lo. Assim, ainda que de forma menos dramática do que Moisés, Apporelly avançou sobre as águas da baía, deixando finalmente o navio-presídio para chegar à terra firme. Não à liberdade, como preferiria, mas à Casa de Detenção, na rua Frei Caneca. Num ofício de 21 de março de 1936, o delegado de Segurança Política e Social dizia ter encaminhado dois presos, Apparício Torelly e Enéas Jorge de Andrade, à enfermaria do presídio, “onde deverão ficar [recolhidos sob vigilância](#)”. Cabo da Aeronáutica, Enéas foi um dos brasileiros que deixaram as prisões de Vargas para em seguida participar da Guerra Civil na Espanha, onde lutaram contra as tropas franquistas, integrando as Brigadas Internacionais ou outros corpos das forças republicanas. Ele morreria dois anos depois daquela curta viagem de lancha com Apporelly, abatido enquanto voava, retornando de uma missão contra aviões alemães e italianos em Zaragoza.

A transferência de Apporelly para a Casa de Detenção logo foi seguida pela de seus companheiros. Dentro em pouco, o Pedro I voltaria a ser um navio-fantasma. O que vinha acontecendo no interior daquela prisão nada convencional havia repercutido na mais alta instância do poder. Em 13 de abril, Getúlio Vargas, como fazia ao fim de cada dia no seu gabinete no palácio do Catete, tirou da gaveta um caderno preto que lhe servia de diário. Nele, registrou: “Despachei com os ministros da Justiça e da Educação. O primeiro entregou-me seu relatório, informou-me sobre a fuga dos presos do Pedro I, o estado de desleixo na disciplina a bordo do mesmo, a necessidade de mudança para a Casa de Correção, o apressamento do inquérito, o afastamento para o interior, em colônias agrícolas, dos comunistas não sujeitos a processos etc. Tratamos de todos esses assuntos e os [recursos necessários para atendê-los.](#)”

21. Na Casa de Detenção

[1]

NO DIA 21 de março de 1936, Apparício Torelly foi levado até a Casa de Detenção, na rua Frei Caneca. Depois de cruzar um pátio, viu-se diante na entrada do presídio. “Alto edifício de fachada nova. Salas à esquerda e à direita do vestíbulo espaçoso. Uma grade ocupava toda a largura do prédio. No meio dela escancarou-se [enorme porta](#).” A descrição foi feita por outro preso, que tinha chegado seis dias antes, Graciliano Ramos, na época escritor ainda pouco conhecido, com apenas dois romances publicados. A porta, contou em suas *Memórias do cárcere*, desembocava num amplo espaço, logo batizado de Praça Vermelha, de onde se abriam pequenas celas. Os detentos perambulavam de camiseta, calção ou pijama, o que reforçava o sentimento de inércia e o aspecto de desleixo. Ali, um carcereiro informara ao romancista, os presos viviam “cantando e berrando como uns doidos”.

Largados à própria sorte, os presos quase não tinham contato com guardas e carcereiros. Dos dois pavilhões em que se dividia a prisão, um abrigava intelectuais, oficiais e sargentos, ficando o outro reservado aos cabos, soldados e marinheiros. À noite, os prisioneiros, em grupos de três ou quatro, eram obrigados a se recolher aos cubículos, porém, entre sete da manhã e sete da noite, transitavam livremente [pelas áreas comuns](#).

Desde as primeiras prisões, a situação política mudara. Duas semanas antes de Apporelly ser transferido para a Casa de Detenção, a polícia capturara Luiz Carlos Prestes e Olga Benário. Dois dias depois, o americano Victor Baron foi atirado, provavelmente já morto, do segundo andar do edifício da Polícia Central. O alemão Arthur Ewert, que usava o nome de Harry Berger e era o principal homem do Komintern na articulação com os revolucionários brasileiros, estava preso desde 26 de dezembro. Encaixavam-se, assim, as peças que faltavam para que Filinto Müller reconstituísse as ramificações, inclusive as internacionais, em torno do levante comunista. O quadro que compusera sugeria que o movimento tinha uma dimensão maior do que se imaginava, o que agravou as acusações que pairavam sobre muitos presos. As condições ali eram piores do que no navio Pedro I. “Saímos perdendo”, escreveu Hermes Lima nas suas memórias. “Desde logo, fomos metidos, aos dois, aos três, em sujos cubículos, cujas grades só se abriram, pelo espaço de três semanas, por horas, para o banho de sol [e a higiene do corpo](#).” O presídio na Frei Caneca abrigava a maior parte das vítimas do Estado Novo e ali Apporelly permaneceria, de março a dezembro de 1936.

Outros haviam sido transferidos do navio-presídio, mas a chegada do humorista, devido à sua popularidade, foi a que despertou maior interesse. A advogada Maria Werneck, uma das poucas mulheres presas na Casa de Detenção, lembraria a noite em que perceberam uma movimentação incomum. Em meio à escuridão, ouviram o ruído dos molhos de chaves dos carcereiros e, em seguida, passos. As presas se levantaram e se aproximaram da grade. No

saguão, via-se apenas o facho de luz das lanternas dos guardas. A cela onde ficavam as mulheres era separada por uma espécie de toldo. “Avistamos vultos subindo as escadas e, depois, imagens contra a tela, como num teatro de sombras”, Werneck recordaria. Lá embaixo, na “praça Vermelha”, ouviam-se os presos saindo dos cubículos para encontrar os recém-chegados. Em meio às recomendações de silêncio por parte dos guardas, os novatos tentavam se acomodar, procurando camas ou colchões. Porém, uma vez que os guardas fecharam a porta, os presos começaram seu próprio interrogatório, bombardeando os novatos com perguntas em tom contido: Quem é você? De onde veio? “De repente, o silêncio não foi mais respeitado”, escreveu Maria Werneck, “e ‘hurras!’ e ‘vivas!’ se ouviram, abafando os pedidos de silêncio dos guardas. No meio dos presos [vinha Apparício Torelly, o Barão de Itararé](#)”.

Ao ser retirado do Pedro I, tinham lhe dito que seria levado para uma enfermaria. Contudo, o espaço no qual a princípio foi alojado, no segundo nível do pavilhão, de enfermaria só tinha o nome. “Chegamos à grade na hora em que ele ia entrando. Não havia ali atendimento médico, nem enfermeiro, nem nada. Apenas alguns prisioneiros que tinham problemas de saúde ou que eram mais velhos, tinham ali mais tranquilidade e silêncio”, lembraria Beatriz Bandeira, que ocupava a sala em frente, com companheiras como Maria Werneck, a jornalista Eneida e a psicóloga Nise da Silveira. “As outras já o conheciam, mas eu, que era nova no movimento, o via pela primeira vez. Entre as celas havia um saguão, e nós conversávamos através das grades”, contou Beatriz, que se casaria, mais tarde, [com o jornalista Raul Ryff](#). Como jovem militante e integrante da União Feminina do Brasil, ela desempenhara, nos dias que antecederam o levante, a função de correio do partido, deslocando-se pelo Rio de Janeiro com mensagens trocadas entre seus dirigentes, os agentes do Komintern e os líderes da ANL.

Mais tarde, a notícia da chegada do Barão seria divulgada oficialmente pela “Rádio Libertadora” durante sua programação. Improvisada graças à criatividade dos presos, a “rádio” era gritada para as galerias. Da sua cela, Apporelly confortou os companheiros, inquietos a respeito do que os esperava. Todo o seu otimismo baseava-se na sua “teoria das duas probabilidades”. Ali onde eles estavam não havia motivo para receio, explicava. Que poderia acontecer? Duas coisas: ou seriam postos em liberdade ou continuariam presos. Se fossem soltos, muito bem, era o que queriam. Se os deixassem na prisão, permaneceriam sem processo ou com processo. Se não fossem processados, melhor: poderiam ser soltos mais tarde. Se processados, seriam julgados e, portanto, absolvidos ou condenados. Se fossem absolvidos, ótimo. Se fossem condenados, seriam condenados à prisão ou então à morte. Se ficassem na prisão, melhor: descansariam algum tempo à custa do governo e iriam para a rua. Mas se fossem condenados à morte, seriam indultados ou fuzilados. Se fossem indultados, excelente, não teriam [com que se preocupar](#). Mas se fossem fuzilados, ótimo, porque também não teriam mais com que se preocupar.

A rádio era um artifício para manter o moral elevado, circular informações ou simplesmente se distrair. Assim, todas as noites, após o jantar, eles ouviam um dos presos, o médico Campos da Paz Jr., eleito *speaker* devido à sua voz possante, anunciar cada emissão com o slogan criado pelo Barão: “Agrade ou não agrade, todos à grade para ouvir a PR-ANL – [A Voz da Liberdade](#).” A emissora, ainda segundo Apporelly, transmitia em grande

potência: “1.600 velocípedes.” Durante as emissões, o locutor lia notícias que chegavam clandestinamente ao presídio e comunicados dos dirigentes presos ou anunciava números de “artistas amadores”, os próprios presos políticos. Quando não cantavam as músicas da época, os “artistas” interpretavam canções políticas. Olga Benário, a esposa alemã de Prestes, e Elise Saborowski, a Sabo, mulher de Arthur Ewert, cantavam hinos revolucionários alemães e, invariavelmente, “A Internacional”, em francês, acompanhadas por outras companheiras, ou, ainda, a “Bandera Rossa” italiana: *Avanti popolo! A Ia riscossa!// Bandera Rossa, Bandera Rossa/ Bandera Rossa que triunferá!// E viva il comunismo per la libertà!// Viva Lenin, abasso il ré!// Viva Lenin, [abasso il ré!](#)*

Versões de outras músicas também entravam no repertório, sendo uma preferida pelos rapazes do 3o Regimento de Infantaria e da Escola de Aviação: os quase duzentos oficiais e soldados presos na casa de detenção costumavam cantar sua praia Vermelha com a melodia de “Cidade Maravilhosa”: “Praia maravilhosa/ Cheia de balas mil/ Vermelha e radiosa/ Redentora do Brasil...” Depois das canções revolucionárias e patrióticas, alguém, como se seguisse um script, perguntava: “E a Beatriz, não vai cantar?” Era a deixa para a ex-professora de música Beatriz Bandeira, com sua voz suave, chegar às grades e cantar. Às vezes também ela interpretava versões de músicas conhecidas – uma das preferidas era uma paródia de “O orvalho vem caindo”: “As granadas vão caindo/ Iluminando o meu quartel/ E os soldados resistindo/ [A valentes a granel...](#)”

Organizados, os presos formavam uma comunidade ativa e procuravam preencher seus dias com exercícios físicos, debates políticos e conferências. Datas históricas eram celebradas e comícios aconteciam sobre palanques improvisados. Soldados eram alfabetizados e aulas de todo tipo eram dadas. Quem passasse pelos corredores do segundo andar, à noite, poderia surpreender Apporelly atirando uma caixa de fósforos através do saguão até a cela das mulheres. Lá, Beatriz Bandeira abria a caixinha e retirava um pequeno pedaço de papel cuidadosamente dobrado, escrito em letras miúdas. Não se tratava de perigosas mensagens secretas. Eram apenas exercícios de inglês, que ele tentava ensinar à companheira. A aluna muitas vezes preparava seus deveres até tarde, para atirá-los à cela do professor na manhã seguinte. Ela também se lembraria de que Apporelly escrevia, às vezes, até tarde. Sobre o quê, [ele nunca lhe disse](#).

Certo dia, alguém abriu um pequeno buraco no pano que impedia a visão entre a cela que abrigava as presas e a “enfermaria”, do outro lado do corredor, onde Apporelly estava alojado. Assim, os interlocutores ganhavam rostos. Contudo, a novidade também podia trazer inconvenientes. Um dia, Apporelly, em geral afável e bem-humorado, dirigiu uma observação estranha a Maria Werneck: “Você, quando dorme, parece morta.” A que atribuir uma declaração tão mórbida? Seria um surto de melancolia, provocado pela lembrança da esposa perdida? Ou apenas uma declaração desastrada, uma observação fria, “científica”, feita por um homem sempre curioso a respeito de temas ligados à medicina? O certo é que era a última coisa que uma jovem naquelas circunstâncias gostaria de ouvir. Ciosa da sua privacidade, a prisioneira inverteu a posição em que dormia, colocando [os pés na cabeceira da cama](#).

Na Casa de Detenção, o humorista retomou o contato com os companheiros, tanto os

novos, encontrados no Pedro I, como os conhecidos na militância da ANL. Os mesmos que um ano antes tinham se comprimido na redação de *A Manhã*, conspirando, discutindo e sonhando um futuro que acabara se frustrando. Formavam uma galeria de personagens, no mínimo, curiosos. O primeiro-tenente [Nemo Canabarro Lucas](#), importante líder da ANL, tenentista histórico, também tinha tomado parte da Guerra do Chaco, combatendo – como voluntário – ao lado dos paraguaios contra a Bolívia. O oficial, que mais tarde lutaria na Guerra Civil Espanhola, exibia um estranho sotaque castelhano, o que levava os colegas a só o chamarem de *mi capitán*. Na prisão, o militar-revolucionário não se mostrava exaltado. Ao contrário, sereno, vivia atracado com grossos compêndios de matemática, sua paixão. O semblante solene e a aparência vagamente latina do seu nome se prestavam às brincadeiras de Apporelly. Num discurso seríssimo, o Barão encaixou uma citação erudita: – *Quod natura dat...*

Depois de certo suspense, continuou:

– *Quod natura dat... Nemo Canabarro Lucas.*

Entre os militares descritos por Graciliano estava Herculino Cascardo, ex-oficial da Marinha e ex-interventor no Rio Grande do Norte, que mostrava-se “lacônico, piscando os olhos furiosamente, metido num roupão escuro”. Agildo Barata, de aparência miúda e insignificante, mostrava sua força “no olhar vivo e duro, na fala breve, sacudida, fria, cortante como lâmina”. O segundo-tenente José Gay da Cunha, “era uma criança muito branca e muito forte, alegre, viva, sempre a mexer-se e a rir”. Já Pompeu Accioly espantava os colegas com suas habilidades de enxadrista. Não por disputar três partidas simultaneamente, mas por fazer isso de memória, do andar superior, sob a vigilância dos colegas, sem ver os tabuleiros dispostos no térreo, onde estavam seus adversários. Segundo Graciliano, ganhou duas partidas e empatou uma. Os colegas não sabiam que o engenheiro e militante da ANL tinha se sagrado há pouco campeão brasileiro de xadrez do ano de 1935. Só que acabara preso [antes de pôr a mão no troféu](#).

[2]

Se os oficiais revoltosos e as personalidades eram, de modo geral, poupados das torturas, outros não deveriam esperar algum tipo de clemência, particularmente quem detivesse qualquer informação sobre o paradeiro de Prestes ou sobre a articulação com o Komintern. Elise Saborowski estava detida na cela em frente à enfermaria, onde chegara com os seios esmagados por alicates, numa das muitas violências que sofreu, além de ser enterrada viva e desenterrada à última hora, quando sufocava. Por meio dela, os presos souberam do destino do seu marido, Arthur Ewert. Militante comunista alemão enviado em missão ao Brasil pelo Komintern, ele seria a vítima mais conhecida dos novos métodos que a polícia política adotara.

Preso com sua mulher em 26 de dezembro, no apartamento onde morava, em Ipanema, foram levados ao alto do morro de Santo Antônio, no Centro, onde ficava o quartel-general da Polícia Especial. O casal foi privado de sono e de alimentos durante alguns dias, antes das sessões de tortura intermitentes, que se prolongariam pelos meses seguintes. Acorrentado às

grades, enfiaram-lhe pela uretra um longo pedaço de arame, aquecido após alcançar a bexiga. Submetido a choques elétricos no pênis e no ânus, teve várias costelas quebradas e os testículos espremidos. Pregos foram enfiados sob as suas unhas e vários pontos do corpo [foram queimados repetidamente](#). No comando das sessões estavam Affonso Henrique Miranda Correia, chefe da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), e Antonio Emílio Romano, chefe do setor de política do mesmo órgão e alvo da piada de Apporelly ao preencher sua ficha.

Aos rumores que chegaram à opinião pública a respeito dos maus tratos recebidos pelos presos, Getúlio Vargas respondeu com uma mensagem tranquilizadora:

Posso afirmar-vos que, até agora, todos os detidos são tratados com benignidade, atitude essa contrastante com os processos de violência que eles apregoam e sistematicamente praticam. Esse procedimento magnânimo não traduz fraqueza. Pelo contrário, é próprio dos fortes, que nunca se amesquinham na luta e sabem manter, com igual inteireza, o destemor e [o sentimento da justiça humana](#).

Ewert, que teria resistido às sessões de tortura, enlouquecia de forma lenta e irreversível. Heráclito Sobral Pinto, um advogado católico de 43 anos, sem qualquer afinidade ideológica que o ligasse aos comunistas, encarregou-se da sua defesa. Ele reagiu à afirmação de Getúlio em carta ao ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, afirmando que:

O que mais me assombra, meu caro Agamenon, é o nenhum valor da palavra oficial. Realmente, o primeiro magistrado do meu país, falando de público a todos nós, asseverou categoricamente: ‘Posso afirmar-vos que, até agora, todos os detidos são tratados com benignidade.’ Como defensor *ex-officio* de Harry Berger sou forçado a replicar: não é verdade.

E desafiou o ministro: “Venha comigo, sem aviso prévio, à Polícia Especial.” Se assim fizesse, constataria que existem ali prisioneiros que, “para a administração brasileira”, perderam [“a condição de criaturas humanas”](#).

Sobral Pinto denunciou as condições em que Ewert era mantido:

Metido num socavão do lance inferior de uma das escadas da Polícia Especial, aí passa Harry Berger os dias e as noites, sem ar convenientemente renovado, sem luz direta do sol, e sem o menor espaço para se locomover. Nem cama, nem cadeira, nem banco. Assim entram os dias e as noites, vencem-se semanas sobre semanas, sobrepõem-se os meses uns aos outros, e Harry Berger, num isolamento alucinante, se vê na imobilidade trágica de sua [agonia sem fim](#).

Incapaz de encontrar eco de solidariedade humana nas autoridades, o advogado anexou um recorte de jornal à carta dirigida a Raul Machado, juiz do Tribunal de Segurança Nacional. Tratava-se de uma notícia recente sobre um homem que fora condenado à prisão, no Paraná, por matar um cavalo a pancadas. Para denunciar a situação do prisioneiro, o advogado recorreu ao artigo aprovado na constituição de 1934, segundo o qual “todos os animais existentes no país são tutelados pelo Estado”. De acordo com o mesmo decreto, argumentou, era crime “manter animais em lugares anti-higiênicos ou que lhes impeçam a respiração, o movimento ou o descanso, [ou os privam de ar ou luz](#)”. Se a condição humana parecia ter abandonado tanto vítima quanto carrascos, por que não recorrer à lei de proteção aos animais?

Graciliano Ramos, também defendido por Sobral Pinto, travaria seu primeiro contato com Apporelly na Casa de Detenção. Enquanto se lavava, entre dezenas de outros detentos, ouviu alguém declamar, em altos brados, uma versão inusitada dos primeiros versos de *Os lusíadas*: “As armas e os barões assinalados... E também as memórias gloriosas/ Daqueles

reis que foram dilatando/ A fê, o império, a uretra...” Diante da gargalhada do escritor, Apporelly explicou: “Hoje não se dilata império nem fê. Essas dilatações vão desaparecendo. Agora o que se dilata é a uretra.” Enquanto se enxugava, o escritor se viu diante do dono daquela voz: “Conheci Apporelly, nu, um sujeito baixo, de longa barba grisalha, o nariz arrebitado, que [uma autocaricatura vulgarizou](#).”

Vestiram-se e foram à área destinada ao banho de sol. Instintivamente, afastaram-se das dezenas de presos mais jovens que aproveitavam a ocasião para praticar esportes e exercícios. Sentaram-se num canto à parte, unidos pelo mesmo aspecto doentio: o escritor, figura magra e seca, tinha dificuldade para andar após uma cirurgia recente; o humorista arrastava uma perna desde o derrame que sofrera ainda jovem. “Talvez essa coincidência no desarranjo físico nos tenha aproximado. Familiarizamo-nos depressa”, escreveu Graciliano. Apporelly inspirou no escritor uma grande simpatia, mas também certa aflição com o que julgava um desperdício de talento. Já no primeiro dia em que se conheceram, o humorista anunciou ao novo amigo que dedicaria aquele período de ócio forçado a escrever uma obra de fôlego: a biografia definitiva do Barão de Itararé. “Volume grosso. No frontispício, a divisa, o escudo, as armas do ilustre fidalgo: uma garrafa, um copo, um talher cruzado, um frango em decúbito dorsal. Quinhentas páginas grandes. Acho que terei o volume pronto num ano, com certeza não [nos largarão antes](#)”, confidenciou.

Meses mais tarde, ao voltar à Casa de Detenção depois de um período na Ilha Grande, Graciliano encontrou-o sentado na cama, ocupado em dispor cartas sobre uma pequena mesa redonda, num interminável jogo de paciência. Quis saber como evoluía a “grande biografia”. A narrativa épica ainda não se resolvera a deixar o cérebro do humorista e as “glórias do senhor Barão” continuavam espalhadas ao longo das muitas edições de seu semanário. “Ficariam assim, com certeza: o panegirista não se decidia a pôr em ordem os feitos [do notável personagem](#)”, previa o escritor. Seria Apporelly mais uma vítima de um mal que se abatia sobre todos eles, especulava o romancista, pensando na inércia que os condenaria a passar um ano jogando pôquer, matando percevejos e ouvindo hinos revolucionários com letras bisonhas? O tempo passava e o humorista seguia debruçado sobre as cartas, para a irritação de Graciliano:

Homem capaz, não se resolvia a parir o excelente livro que tinha na cabeça, desperdiçava as longas horas consultando o baralho. Como julgar boa a obra de Apporelly, ainda não escrita? Inclina-me a supor que a obra de Apporelly fosse magnífica, obra ainda [vagamente planeada](#).

O humorista nunca produziu a prometida “grande biografia”. O mais perto que chegou disso foi o texto sobre o Barão que escreveria mais tarde – nos anos 50 – para um de seus almanaques. De qualquer modo, muito longe das prometidas quinhentas páginas. E, provavelmente, foi melhor assim. Apporelly sempre foi o homem do aparte inspirado, da observação espirituosa, do improviso, do fragmento. Numa época em que não havia espaço para sutilezas, muitos falavam “curto e grosso”. Porém, “curto e fino” seria um mote mais apropriado para o seu humor, para o qual um grande volume não seria um veículo adequado.

A “obra” produzida pelo humorista na prisão foi de outro tipo e, por natureza, efêmera: a performance diante do juiz que o interrogou e as encenações que, iniciadas não se sabe muito bem por quem, logo empolgavam dezenas de presos em torno de uma súbita inspiração ou de um expediente para espantar o tédio. Foi assim com a coroação de Itararé I, o Brando, como

imperador das URSAS, a União das Repúblicas Socialistas da América do Sul, realizada com seus companheiros em plena prisão. A cerimônia foi celebrada “com todos os detalhes, com a pompa e circunstância a que tinha direito”, lembrou o oficial José Gay da Cunha. Roupas, adereços, discursos e até convidados ilustres [foram inventados](#).

“Foi uma dessas festas espontâneas onde não havia nada e tudo apareceu”, recordaria Apporelly. “Havia então um rigoroso protocolo para receber as delegações, que eram numerosíssimas, já que Sua Majestade tinha uma projeção internacional muito grande”, contava. Para chefiar a delegação britânica, buscaram o jurista Segadas Viana, cujo rosto lembrava o do rei Jorge V. “Ele usava um dólmã que lhe dava um aspecto régio e meio militar”, lembraria. Outro preso parecia-se com o primeiro-ministro francês Pierre Laval. Para ele, alguém arrumou uma gravata branca. Um médico homeopata lembrava o imperador Hiroito – ou Pirulito, como o chamavam os presos.

Lembraria Apporelly:

A primeira delegação a entrar foi a da Abissínia, comandada pelo próprio Selassié. Era um preso, presidente do Sindicato dos Costureiros, que já tinha esse apelido por ser parecidíssimo com ele. Os outros vieram atrás, embrulhados em lençóis brancos, abanando o Selassié. Tudo com aquela pompa. Foi impressionante. [Tudo improvisado](#).

Outro sócia importante era o presidente do Sindicato dos Ferroviários: era a cara do Getúlio. Certa vez fora a Petrópolis tentar entregar, com seus companheiros, uma reivindicação ao presidente, hospedado no palácio Rio Negro. Era tão parecido que, ao entrar, um soldado do palácio colocou-se em posição de sentido e apresentou armas.

Um dos líderes da ANL, Moésias Rolim, apresentava, segundo o humorista, “uma cara levemente clerical”, ideal, portanto, para encarnar o “Sumo Patífice”, o papa Pio XI: “Ele arrumou uns paramentos papais e uma mitra. Dois indivíduos arranjaram uma roupa parecida com a de sacristão, balançando duas latas de sardinha penduradas por barbante, com um foguinho dentro, soltando fumaça. Iam na frente, abrindo caminho, espalhando aquele incenso...”

A cerimônia teria inspirado ao Barão a “oração da coroa”, discurso que, segundo ele, “ficou célebre”, mas quando lhe perguntaram, anos mais tarde, em que consistia tal discurso, respondeu: “Não me lembro. Mas foi debaixo de gargalhadas. Tudo espontâneo. Teatro de massa com um espírito impressionante.” Era essa a natureza da obra do humorista produzida atrás das grades: etérea e intangível como a fumaça aspergida pelo “Sumo Patífice”.

Em outra ocasião, seu talento dramático foi requisitado por companheiros mais jovens para improvisar uma farsa dirigida contra o Tribunal de Segurança Nacional. Diante dos olhares curiosos dos presos, o salão do alojamento foi, em poucos minutos, transformado por um grupo de voluntários. Arrastados os bancos toscos do refeitório, esticadas cordas e penduradas algumas mantas e lençóis, viram surgir um palco rudimentar, com espaço destinado à plateia. Quando a “cortina” subiu, deixou à mostra alguns móveis, que sugeriam o cenário de um tribunal.

No palco improvisado, juntamente com os presos que encarnavam os papéis de promotor e de advogado, estava o Barão, presidindo a sessão. Enrolado num paletó preto que lhe servia como toga, exibia um rolo de algodão em volta do pescoço, imitando arminho, o magistrado coçava a barba e bocejava, disfarçando o tédio. Para o papel de réu, escolhera

um prisioneiro franzino, tão miúdo que os colegas lhe deram o apelido de “filhinho do Agildo”, porque conseguia ser menor do que o diminuto Agildo Barata. Com as mãos amarradas às costas e um lenço a tapar-lhe a boca, ouviu um comprido arrazoado da parte do juiz. Da argumentação, cheia de rosnados e resmungos, entremeada de socos na mesa, não se compreendia uma palavra além da última, gritada em direção ao acusado: “Defenda-se!” Quando o réu se limitou a soltar um gemido através da mordaça, o juiz, furioso, esmurrou o ar, insistindo: “Defenda-se, covarde!”

Alguns argumentos e dois advogados depois, vê-se um defensor mais flexível ponderar junto ao magistrado: “Que este indivíduo é um canalha, todo mundo sabe. Espero clemência e baseio-me nas tradições misericordiosas da nossa cultura ocidental. Uma pena suave, meritíssimo, aí uns trinta anos, porque enfim este bandido serviu de instrumento.” O juiz mostrava-se compreensivo: “Acho bom atendermos ao pedido, seremos generosos. Trinta anos. Que dizem? Há na verdade atenuantes. Apenas trinta anos, na Ilha Grande. Uma sentença módica.” Satisfeitos, os atores que improvisavam suas falas viam que não apenas os presos, mas [os guardas, riam](#).

[3]

Por motivos políticos ou meramente administrativos, em junho de 1936 parte dos prisioneiros – formada por oficiais, médicos, professores, intelectuais e políticos, entre eles Apporelly – foi transferida para a Casa de Correção, prédio menor no interior do complexo da Casa de Detenção. A mudança, prevista por Vargas no seu diário, ratificava a diferença entre o tratamento concedido a esse grupo e o reservado aos soldados, trabalhadores e, em particular, aos marinheiros, alvos de torturas e maus tratos. Mais de uma vez o humorista e os oficiais viram chegar carregados de volta ao presídio as vítimas dos interrogatórios realizados na Polícia Central, [na rua da Relação](#).

Num dos lados do pátio triangular na Casa de Correção, havia um muro alto e, atrás dele, uma enfermaria. Nas outras faces do triângulo ficavam as chamadas galeria e sala da capela. Os oficiais, compondo a maioria dos presos, ficaram alojados na grande galeria, dotada de celas pequenas dispostas em dois compartimentos unidos por um corredor longo e escuro. Outro grupo, reunindo intelectuais e profissionais liberais, foi instalado em melhores condições, na sala da capela, com cerca de cinquenta camas. O nome se explicava pela destinação original: do espaço já tinham sido retirados os bancos, a cruz e outros adereços religiosos. Ali ficaria o Barão, assim como Graciliano Ramos, Maurício de Lacerda (o pai de Carlos Lacerda), Hermes Lima, Leônidas Resende e muitos outros. Os dois grupos de prisioneiros conviviam na parte inferior, onde ficavam o refeitório e um pátio rodeado de bancos de pedra. O espaço logo seria transformado pelos mais jovens numa área de esportes, onde eram praticados principalmente [o vôlei e o futebol](#).

A redução do número de presos tornou a atmosfera menos impessoal, oferecendo a oportunidade de uma convivência mais íntima. Apporelly logo se adaptou à nova rotina. Às 7h30, todos se encontravam no refeitório e, até as oito horas da noite, conviviam no pátio central. Enquanto os jovens praticavam exercícios, os mais velhos faziam *footing*,

caminhando em círculos pelo pátio. Ao ser preso, Apporelly tinha apenas 41 anos, completados a 29 de janeiro, a bordo do Pedro I. Contudo, a barba, que começava a ficar grisalha, e seu andar arrastado davam-lhe um aspecto envelhecido que contrastava com o vigor e a saúde exibidos pelos rapazes. Essa, aliás, foi a impressão que Beatriz Bandeira teve ao vê-lo pela primeira vez, trazido pelos guardas: “Sabia que ele não era velho, mas aparentava mais idade por causa da barba e daquele jeito de cientista, de filósofo.” Beatriz descobriu outro motivo: a melancolia que às vezes tomava conta do novo amigo. “Sabíamos que tinha sofrido há pouco um golpe com a morte da companheira e estava muito abalado. Sabia-se que ela era do Rio Grande e os que conheceram o casal diziam que o Barão tinha uma grande [paixão por ela](#).”

Apporelly frequentemente era visto andando e conversando com algum amigo, enquanto os jovens oficiais jogavam vôlei no pátio. Havia certa distância entre os dois grupos, mas se Apporelly se dava com os professores universitários e com antigos jornalistas, “gente de gabinete e de sossego”, nas palavras de Graciliano, também se entendia com os oficiais mais novos. Procurado por todos, circulava com igual desembaraço entre diferentes setores e grupos, ignorando diferenças profissionais, [políticas ou de faixa etária](#).

Quando vagou uma cama perto da sua, junto ao altar, o humorista pediu ao escritor: “Venha logo, antes que chegue um intruso.” Sob a disposição bem-humorada, Graciliano percebeu certa melancolia: “Meu pobre amigo Apporelly, a sofrer, amável e risonho, lançando trocadilhos em atitude profissional. Doía-me a paciência triste dele, aparentemente alegre.” Durante o dia, sua condição não era ruim, mas, à noite, com as luzes apagadas, agitava-se, tremia em convulsões, os dentes batendo. “Isso me dava um sono incompleto”, contou o escritor, instalado na cama ao lado. “Abandonava o travesseiro, agarrava o doente até que ele se acalmasse. Atormentava-me. Iria Apporelly morrer-me nos braços? Por fim, meu ato era mecânico: ao despertar, já me achava seguro a ele, tentando [um socorro impossível](#).”

Juntos, cambaleantes, os dois amparavam um ao outro ao descerem a escada pela manhã, quando precisavam ir ao ambulatório tomar injeções. Lentamente, superavam os obstáculos encontrados pelo caminho. A figura trôpega de Apporelly, ao se aproximar de um dos portões internos, entoava então uma canção enérgica, em tom altivo: “Aqui não há quem nos detenha/Não há quem vença a nossa galhardia.” Ficava a bradar o estribilho absurdo até que um guarda se dignasse a abrir a porta para aquela [dupla de aspecto doentio](#).

“Havia muitos movimentos de protesto entre os presos”, lembraria, anos mais tarde, Dinarco Reis. “Fizemos duas greves de fome. Uma delas durou cinco dias, mas poupávamos presos [doentes, como o Barão](#).” Apporelly, mesmo não integrando o grupo, fazia parte de uma minoria entre os mais velhos que, segundo Apolônio de Carvalho, “mostrava-se mais próxima, mais solidária com o movimento, vindo até as grades e [conversando conosco](#)”.

Os policiais aproveitavam-se da insegurança natural dos presos para intimidá-los, espalhando rumores às vezes contraditórios. O Barão, com seu jeito brincalhão, ajudava os companheiros a lutar contra o boato, tido como o maior inimigo do ânimo dos presos. A cada protesto, os policiais, numa tentativa de intimidação, deixavam vazar a informação: em breve seriam transferidos para a temida colônia penal na Ilha Grande, onde Graciliano ficou por algum tempo e na qual as condições eram ainda piores. Quando um dos companheiros

chegou, assustado, trazendo a notícia, o Barão recebeu-a com tranquilidade. Na verdade, não desejava outra coisa, dizia ele, pois somente assim realizaria um sonho acalentado há muitos anos, digno de um aristocrata: “Tomar banho em água de colônia...”

Às vezes, o boato era inverso, dizendo que os prisioneiros estavam prestes a ser libertados. Nessas ocasiões, reagia, inconformado: Deixar a prisão? Em hipótese alguma, nem pensar! Afinal, argumentava, a Casa de Detenção não era o último lugar no país onde se gozava de total liberdade e se podia criticar aberta e violentamente o governo? Um direito, aliás, que ele gostava de exercer. Na cadeia, fazia discursos estapafúrdios. Agitava-se e gesticulava com veemência enquanto grunhia uma algaravia incompreensível em que se compreendiam palavras soltas: “Getúlio”, “imperialismo” etc. As entrelinhas ficavam subentendidas. Carregando no sotaque alemão, Filinto Müller era chamado de “Filinto Mula” e os companheiros cumpriam seu papel, [aplaudindo aquilo com entusiasmo](#).

Ao contrário do que se poderia pensar, não imperava, naquela comunidade, um espírito de fraternidade absoluta. Em meio aos grupos, também nasciam e cresciam ressentimentos e ódios, frutos de mal-entendidos e de divergências políticas, imaginárias ou não. Os que discordavam do Partido Comunista eram evitados ou isolados. Os jornalistas Álvaro Paes Leme e Plínio Melo e o médico Raul Karacik estavam entre os trotskistas presos, dos quais se aproximariam Barreto Leite Filho e Febus Gikovate, militantes que deixaram o PCB depois de criticarem o envolvimento do partido no levante de novembro. Barreto Leite, inclusive, enviara uma carta a Prestes no mês anterior à insurreição, alinhando objeções a um movimento armado naquele momento.

Juntamente com Plínio Melo, ainda quando estavam no Pedro I, Barreto Leite redigira um texto expondo suas críticas ao movimento de 1935. Em vez de considerá-lo uma iniciativa legítima para abrir um debate político, militares comunistas como Agildo Barata e Agliberto Vieira de Azevedo sentiram-se ofendidos e voltaram-se contra os dissidentes com o rancor característico da época, dispostos a punir os hereges. Segundo rumores que chegaram aos ouvidos destes, eles seriam atirados à baía de Guanabara ou mortos a tiros em meio à confusão que ocorreria quando um dos navios de guerra, dominado por marinheiros amotinados, libertasse os prisioneiros do Pedro I. Os planos de um motim foram frustrados e, com eles, um eventual ajuste de contas [com os “fracionistas”](#). No entanto, mesmo depois da transferência dos presos para a Casa de Detenção, persistiu a animosidade entre os grupos.

Apporelly, contudo, não seguia a orientação dos sectários, atestam testemunhos de ambas as facções. “Alguns dos membros do partido – a maioria – não falava conosco, com os trotskistas. O Barão não tinha essa postura e se dava com todos”, recordaria Barreto Filho, um dos “dissidentes”. “O Barão se dava com todos”, confirmaria o comunista Apolônio de Carvalho. “Circulava por todos os círculos, inclusive entre os trotsquistas. Era [uma figura muito querida](#).” E não é de estranhar que assim fosse: graças à sua bonomia e ao seu espírito ecumênico, Apporelly desempenhava uma função importante, esvaziando tensões, aproximando opostos, desarmando prevenções. Com seu humor, proporcionava a gota de loucura necessária para que todos ali confinados preservassem sua sanidade mental.

A cultura política de muitos prisioneiros não ia além da leitura de jornais, manuais e

cartilhas de propaganda partidária. “A prisão – escreveu Apolônio de Carvalho – que nos deveria selar a derrota, será a primeira grande escola de [formação política de esquerda](#).” Os prisioneiros ouviam palestras dos seus líderes e procuravam convencer os professores a realizar conferências. Mesmo não sendo uma liderança nem tendo a pretensão de assumir o papel de um professor, Apporelly exercia certo fascínio sobre os mais jovens, não apenas pela irreverência, como pela capacidade de falar sobre política evitando o jargão e os chavões usuais. Mostrava-se também avesso a qualquer linguagem solene. Certa ocasião, Hermes Lima, num discurso pontuado por imagens poéticas, aludiu à revolução que se aproximava “como um mar revolto a bater na praia”. Apporelly, no seu canto, esvaziou, com seu ceticismo, as metáforas marítimas do amigo: “Já tem muita gente por aí [furando onda](#)...”

Era constante a preocupação em manter o moral e a confiança elevados, mas, sob a euforia aparente, muitos percebiam o início de uma diferença política que separava homens como Herculino Cascardo e Francisco Mangabeira dos militares mais jovens ligados ao partido. O que separava os dois grupos era mais uma diferença política, do que de idade ou temperamento: os primeiros integravam a liderança não-comunista da ANL, insatisfeita com o levante de novembro e com a orientação imposta por Prestes; já os jovens e recém-convertidos ao marxismo, [acatavam a posição do PC](#).

Estes últimos se entregavam a um otimismo ingênuo, procurando demonstrar aos companheiros, sempre apoiados numa fraseologia revolucionária e invocando o “desenvolvimento das forças produtivas”, que a ditadura de Vargas estava com os dias contados. O fim iminente do regime surgia nessas discussões com a rigidez de uma “necessidade histórica”. Já o Barão não era tão otimista. Certa vez, com seu jeito malicioso, aproximou-se de uma rodinha onde a questão era debatida. A certa altura, perguntou, parecendo mudar radicalmente de assunto:

- O Agliberto [um dos presos] tem um filho, não é?
- É – respondeu um deles, um pouco surpreso. – E daí?
- Quantos anos ele tem?
- Sete, eu acho.
- Pois é. Talvez esse garoto ainda vá lutar contra o Getúlio. [Como nós](#).

Apporelly certamente preferia estar enganado, mas sua profecia, de certo modo, cumpriu-se. Ao contrário do que muitos pensavam, nove longos anos se passaram antes que Vargas finalmente abandonasse o poder. Ainda assim, o Barão não deixava que seu realismo desanimasse os companheiros, ao contrário. “Sempre com uma piada na ponta da língua, Apporelly era a alegria da prisão”, escreveu Apolônio de Carvalho nas suas memórias. “Ante nosso abatimento por qualquer notícia ruim, subia num dos bancos do pátio e, eletrizante, fazia um daqueles discursos apopléticos – era o bastante para [aliviar-nos o coração](#).”

Os dias de visita – as quintas-feiras – arejavam a atmosfera viciada da prisão. Nessas ocasiões, Apporelly habituou-se a esperar pelos três filhos: Ary, de 15 anos; Arly, de 14, e a caçula Ady, de 11. Sozinhas, as crianças atravessavam a cidade de bonde até a rua Frei Caneca, saltando na parada em frente ao presídio. Os três se colocavam na fila junto com outros parentes e amigos de presos, esperando o momento de atravessarem o portão e serem conduzidos até a sala de visitas. Ali, na companhia de outras crianças, também filhos dos

presos, os três ficavam com Apporelly no horário permitido pelas autoridades e, no momento determinado, se despediam, deixando nas mãos do pai os doces e [jornais que sempre traziam](#).

Seu tempo continuou a ser desperdiçado, para a irritação do amigo Graciliano. Sempre calado, o escritor guardou para si as observações que viriam à luz nas suas *Memórias do cárcere*, publicadas em 1953, ano da sua morte. O livro foi examinado, ainda em manuscrito, pelos guardiões da ortodoxia do PCB, como Diógenes Arruda Câmara, que, insatisfeitos, pressionaram o escritor, filiado ao partido, para que o alterasse, o que se recusou a fazer. Outros se mostraram melindrados por detalhes mesquinhos, como Agildo Barato, por ser descrito como miúdo e dono de uma voz fina. Segundo Ricardo Ramos, filho do romancista, o Barão teria sido um dos companheiros inconformados com a maneira como foi retratado no livro: magoou-se por ser mostrado como “um tipo de personalidade que ficava no epigrama, incapaz de fazer uma obra de fôlego”, mas o futuro mostrou que [seu amigo estava certo](#).



Casa de Detenção, 1936: Aparício Torelly (de barba, em pé); José Gay da Cunha (à sua direita); Maurício de Lacerda (de pijama); ao lado deste, de pé, Dinarco Reis.

Há uma grande ironia na objeção de Apporelly: autor de uma obra por natureza fragmentada e efêmera, é no perfil traçado por Graciliano em suas memórias que o humorista tem sua melhor chance de passar à posteridade. Mais de meio século depois de circular o último número de seu semanário, décadas depois que os folclóricos episódios de sua vida foram contados, distorcidos e esquecidos, continua mais viva e fascinante do que nunca a figura do Barão como surge das *Memórias do cárcere*. Tão perspicaz em relação a outros

assuntos, o humorista – como muitos de seus contemporâneos – não percebeu o privilégio a ele concedido: o de figurar como um dos principais personagens de um livro que, sem exagero algum, tanto pelo conteúdo como pela forma, constitui um dos pontos altos da literatura brasileira.

De qualquer modo, por ocasião da morte do escritor, o humorista prestou sua homenagem, lembrando na imprensa suas impressões sobre o amigo:

A cabeça de Graciliano dava-me a ideia de uma panela de pressão fechada e em efervescência. Qualquer pergunta que se lhe fizesse aumentava a ebulição e o tumulto interior, tal como o caldeirão do qual se levanta a tampa e deixa escapar um torvelinho sibilante de vapor. Se não falasse, explodiria. Conversando, Graça era a imprecação, a blasfêmia, o palavrão. Escrevendo, as ideias em tumulto entravam em fila [e corriam pelas páginas](#).

Apporelly talvez intuisse que, apesar da amizade entre os dois, existiam áreas do talento do escritor que estavam além da sua compreensão, algo que de certa forma reconheceu ao dizer: “Uma vez, disse-lhe sério: às vezes tenho vontade de partir-lhe a cabeça só para ver [o que tem dentro](#).”



Parte 4
(1937-1943)

EM FINS de 1936, a esperança de liberdade para os detidos na Casa de Correção ainda dependia mais da articulação em torno de casos individuais do que de um gesto que resultasse na libertação em massa dos presos. Fora da cadeia, amigos de acusados como Apporelly e Graciliano, contra os quais sequer havia processo, procuravam discretamente pessoas influentes. Nessa época, o romancista José Lins do Rego procurou interceder por Graciliano junto ao amigo Herman Lima, que trabalhava como auxiliar de gabinete na Secretaria da presidência.

Herman, diga ao presidente Vargas que ele precisa soltar o Graciliano Ramos. Está preso há um ano, tem sofrido os maiores horrores, de prisão em prisão, já esteve a bordo do Pedro I, na Detenção e até como presidiário, na Ilha Grande, sem processo algum, num martírio que não pode continuar. Morreu um filho dele e ele mal teve permissão de assistir aos [últimos momentos do rapaz](#).

Lima, futuro autor de *História da caricatura no Brasil*, abria, todas as manhãs, a correspondência do presidente – centenas de cartas vindas com os pedidos mais curiosos ou estapafúrdios. Por sorte, o secretário pessoal de Vargas, Luís Vergara, saíra de férias, encarregando Lima dos despachos com o presidente. No dia seguinte, o secretário encontrou Getúlio no gabinete, vestindo um roupão de seda azul e fumando um charuto ao lado da mesa abarrotada de livros e de documentos a serem examinados. Herman Lima transmitiu-lhe o recado de José Lins. “Achava-se então de pé, e me ouviu sem pestanejar, até que, ao findar o meu recado – contou nas suas memórias – fechou um dos olhos, naquele sestro habitual, tão conhecido de seus familiares. Depois, virando a cabeça para o alto, a mirar algum ponto imaginário, me respondeu com estas palavras...”

– Você diga ao Zé Lins que, neste caso de comunismo, eu não mandei prender ninguém, mas também não mando soltar ninguém. Isso é lá com a polícia, mas autorizo-o a falar com o general Pinto, dizendo-lhe da minha parte que indague do Filinto Müller se há alguma coisa apurada contra o Graciliano, e, do contrário, naturalmente soltem o homem.

O secretário falou com o general; o general falou com o chefe de polícia; o chefe de polícia falou com o chefe de polícia de Alagoas, onde o romancista havia sido preso. Este, por fim, afirmou que não existia processo sobre Graciliano e que absolutamente nada fora apurado contra o escritor. Dois ou três dias depois, ele foi solto, em 3 de janeiro de 1937.

Processo semelhante deve ter levado à libertação de Apporelly, ocorrida quase duas semanas antes. Segundo o jornalista Antônio Mesplé, ela teria resultado de um pedido feito a Vargas pelo presidente da ABI, Herbert Moses, em favor do humorista e de outros três jornalistas. A atitude de Moses em relação ao então todo-poderoso Filinto Müller era uma combinação de pragmatismo e tato diplomático, temperada por doses generosas de subserviência.

Em meados de 1936, a imprensa sofria com uma censura aleatória, sem critérios claros, aplicada ao sabor do estado de espírito de alguns funcionários. No mês de agosto, Filinto tomou a iniciativa de explicitar as funções dos censores. Acreditando, com razão, que, em se

tratando de censura, uma regra clara era melhor do que regra nenhuma, Moses – em nome da diretoria da ABI – escreveu a Filinto congratulando-o pela medida. Porém, ao dirigir-se ao homem que, àquela altura, todos sabiam ser o responsável por torturas e assassinatos, ele não se contenta com o tratamento oficial de “digníssimo Chefe de Polícia do Distrito Federal”, e opta por abrir sua mensagem com “Meu caro capitão e amigo”. Nela pede que dê conhecimento daquelas normas ao chefe da censura, “confiante de que o mesmo não desejará exercer a sua função além dos limites delineados [naquela carta magistral](#)”. Importava, portanto, esclarecer os “limites” para evitar que desmandos menores se somassem à arbitrariedade maior, que era a própria censura, mas nenhum pragmatismo justificaria classificar como “carta magistral” um documento que determinava como a imprensa deveria ser amordaçada. Anos depois, durante a redemocratização, a revelação do tom desse documento teria sido fatal para a reputação do presidente da ABI. Para sua sorte, nada parecido veio à tona. Porém, em defesa de Moses, pode-se argumentar que, à sua maneira, nunca deixou de interceder em favor de jornalistas e de jornais em dificuldades.

Apporelly foi posto em liberdade, a 21 de dezembro de 1936, juntamente com outros 37 presos. Faziam parte do grupo professores como Hermes de Lima, Castro Rabello e Leônidas de Rezende. “Às vésperas do Natal e por orientação do presidente da República”, informava a imprensa, estavam sendo libertados presos políticos sem participação direta no levante de 1935 e “cuja soltura, neste momento, não constitui perigo ou [ameaça à ordem pública](#)”.

Contudo, antes de ser solto, o humorista – como todos os outros presos – precisou assinar uma declaração formal, renegando suas convicções e, indiretamente, isentando seus carcereiros de qualquer culpa. Além de aprovar o governo, aquele que subscrevia a declaração prometia se abster de qualquer ato de rebeldia no futuro. No seu zelo burocrático e ideológico, os funcionários da polícia de Vargas produziram um texto à altura do criador de *A Manha*. “Declaro”, dizia o documento, “que não adoto as ideias comunistas, condeno toda e qualquer atividade extremista ou que atente contra o regime liberal democrático [estabelecido no Brasil](#)”. Após mais de um ano preso, sem qualquer processo, talvez soasse enigmática essa referência a algum “regime liberal democrático”, mas os policiais pensaram nesse detalhe. Atentos a qualquer brecha que pudesse pôr em xeque a coerência do documento, acrescentaram:

...reconheço como oportunas todas as medidas de exceção adotadas, inclusive a existência do Tribunal de Segurança Nacional, em boa hora instituído para julgamento dos criminosos que pretenderam por atos ou por palavras, direta ou indiretamente, se apoderarem do governo...

E, em seguida: “Juro pela minha honra de brasileiro e patriota que estarei sempre ao lado do governo constituído na defesa das nossas instituições.” Impossível saber se Apporelly conseguiu manter uma expressão séria ao assinar o documento, abaixo da última linha, que concluía: “A presente declaração eu a faço espontaneamente, tão só ditado pelo dever de minha consciência.”

Faltavam quatro dias para o Natal. Era uma segunda-feira, um dia quente de verão carioca, e, ao deixar a prisão, ele se preparou para enfrentar o calor com um terno claro de linho. Acostumados a arrastar tamancos, os que haviam recuperado a liberdade estranhavam os sapatos de verniz que agora calçavam. Com a mala na mão, ao cair da tarde, ele cruzou o

portão do presídio. Alguns, antes de pegar o bonde para suas casas, preferiram caminhar até o centro e perambular [pelas ruas mais movimentadas](#). Pareciam querer se certificar de que a vida lá fora realmente não havia parado desde que os portões da prisão tinham se fechado atrás deles. O cenário que se abria diante do olhar curioso de seu amigo Graciliano Ramos tinha mesmo um sabor de novidade: a última vez que ele estivera no Rio havia sido em 1918. Porém, mesmo para os outros, depois de um ano trancados, tinha algo de inusitado a imagem daquela multidão a andar apressada pelas ruas, onde cada um seguia absorto nos próprios pensamentos. Também ele, Apporelly, precisava agora pensar nos seus problemas, refazer sua vida, interrompida no dia em que os policiais tinham vindo buscá-lo.



Apporelly deixou a Casa de Detenção com a barba cultivada atrás das grades.

[2]

Na década de 1940, numa palestra devidamente assistida e registrada por um informante da polícia, Apporelly relembriaria, diante de uma plateia reunida na sede de um sindicato, um episódio da infância. Quando criança, demonstrara inclinação para imitar tudo o que lhe

parecia grande e nobre. Escreveu o policial, parafraseando o Barão e seu estilo:

Pois, um dia estando na porta de um hotel, presenciou um rapaz saltar de um bonde em movimento. Achou aquilo interessante e decidiu que, na primeira oportunidade, o imitaria. E se assim pensou, mais depressa o fez. Mas, oh!, surpresa: quando deu por si, estava todo [enfaixado com ataduras](#)...

Na atmosfera radicalizada da década de 1930, animado por seu idealismo desinteressado, ele havia seguido o exemplo de seus companheiros de geração e pulado no bonde em movimento da história. Contudo, nada naquela aventura tinha se dado como imaginavam. Do sonho à realidade, a aterrissagem forçada se dera de forma dolorosa. Olhando agora, podia ver espalhados ao seu redor os pedaços do que tinha sido até então a sua vida, sacudida – ela também – pela “bagunça totalitária” de que falara certa vez. Estava morta a mulher por quem tinha se apaixonado e que havia sido a primeira mãe com que seus filhos tinham realmente contado. *A Manhã*, jornal que vinha publicando há mais de uma década quase sozinho, não ia para as ruas há mais de um ano. Os amigos costumavam observar que ele parecia florescer a cada edição, tamanho o entusiasmo que dedicava ao semanário. Estaria agora condenado a sair de circulação juntamente com seu jornal?

Tudo estava parado. Até seu automóvel, que conseguira recuperar enviando um ofício às autoridades, estava inutilizado após mofar por mais de um ano [na garagem da Polícia Central](#). Sua casa, comprada através de um financiamento, fora tomada enquanto estava preso por falta de [pagamento das prestações](#). Mais importante, mesmo em liberdade, com a vida agitada que levava, não conseguia dar aos filhos a atenção merecida. As crianças, que não puderam ser acompanhadas pela mãe quando pequenas, cresciam sob a guarda de governantas e de empregadas. Incomodado, ele tentaria resolver também esse problema.

Cerca de dois anos após ser solto, numa crônica intitulada “Teoria e prática”, ele revisitaria o episódio da infância: “A um menino arteiro, não adianta dizer que não deve descer de um bonde em movimento.” Nada, segundo o colunista, substituiria a prática: “É preciso que o menino caia do bonde, rebente o nariz, parta dois dentes e esfole o frontispício para começar a sentir o significado das advertências dos velhos que já levaram, quando moços, o seu trambolhão.” Assim, na sua visão, as experiências dolorosas, pessoais e públicas, seriam incorporadas “à ciência do bem viver”: “*A golpes se hacen los hombres*, dizem os gaúchos platinos, o que, devidamente trocado em moeda nacional, quer dizer: Aos tombos [fazem-se os homens](#).”

Apesar dos contratemplos sofridos, Apporelly não deixou a prisão renegando suas ideias ou maldizendo a hora em que se envolvera com a política. Ao contrário, a exemplo do que ocorreu com tantos oficiais revoltosos e com alguns intelectuais, o período na Casa de Detenção também teria servido para confirmar suas convicções e estreitar seus vínculos com a esquerda, particularmente com o Partido Comunista. A primeira manifestação desse sentimento foi a solidariedade demonstrada com os que permaneciam presos. Para estes, o humorista pôs-se a recolher contribuições, obtidas junto a amigos e simpatizantes.

Naquele início de 1937, o horizonte político parecia desanuviar-se. Aos poucos despontavam, na classe política, demonstrações de rebeldia em relação a Vargas. Desconfiados dos poderes absolutos que o governo tão sofregamente desejava, os parlamentares recusaram-se a prolongar o “estado de guerra” decretado após o levante comunista. Afinal, tendo este sido completamente esmagado, senadores e deputados não

estavam dispostos a renovar indefinidamente as medidas de exceção em vigor. A imagem do regime se desgastava também no exterior. Em carta a Vargas, seu amigo Oswaldo Aranha, então embaixador nos EUA, advertia: “Nosso país é descrito e apontado aqui como uma terra de censura, de prisões, de violências, [pior do que São Domingo!](#)”

Ainda que com alguma prudência, lideranças se articulavam e surgiam candidatos à presidência: José Américo de Almeida, na condição de candidato oficial, e o paulista Armando Sales, pela recém-criada União Democrática Brasileira, com o apoio do governador gaúcho Flores da Cunha. A situação de dezenas de pessoas mantidas presas sem processo tornava-se insustentável. Em junho, tentando esvaziar a candidatura de Sales, Vargas nomeou, para o Ministério da Justiça, José Carlos Macedo Soares, de perfil mais liberal, que determinou a libertação, de uma só vez, de todos os presos – em torno de trezentos – que não tivessem sido condenados, num gesto que entraria para o vocabulário político com o termo “macedada”. A medida pôs nas ruas boa parte dos quadros da ANL e do PCB que não se envolveram diretamente no levante armado.

Entre estes, estava Apolônio de Carvalho, com quem Apporelly mantivera contato no intuito de ajudar aqueles que continuavam na Casa de Detenção. As semanas seguintes à sua libertação foram ocupadas com a organização da solidariedade aos presos políticos, levantando fundos com os amigos, o que não era difícil graças à sua popularidade. O humorista recolhia contribuições no seu largo círculo social e passava-as a Apolônio, que cuidava para que o dinheiro chegasse ao seu destino. “Quando arrancávamos uma contribuição de cinco mil-réis era uma grande alegria”, lembraria o oficial. A tarefa aproximou-os ainda mais e costumavam conversar bastante. Muitas vezes Apolônio, ficando até tarde na casa do amigo, dormia por lá. Não deixava de satisfazer à autoestima do rapaz de 25 anos que o famoso jornalista se abrisse sobre seus problemas pessoais, tomando-o como confidente. Falava da mulher que tinha morrido e de suas dificuldades para cuidar dos filhos – e principalmente da filha, Ady, a mais jovem, mas também a que já se anunciava mais [voluntariosa e independente](#).



Apparício em 1937, com os dois filhos, Arly (esquerda) e Ary.

Expulso do exército como outros colegas, Apolônio estava disposto a adotar alguma forma de militância, indo trabalhar numa revista de cunho nacionalista, dirigida por Roberto Sisson, um dos dirigentes da ANL. Numa das primeiras reuniões, em que Apporelly estava presente, o humorista chamou-o num canto e anunciou: “Hoje, às 17h, você tem um encontro com alguém do PC.”

Tratava-se do jornalista Otávio Malta, incumbido pelo partido de convencer o jovem

oficial a embarcar para a Espanha, em plena guerra civil, onde deveria se integrar às Brigadas Internacionais e lutar [contra as forças franquistas](#). Não foi preciso esforço. A causa espanhola apaixonava a opinião pública. Numa reunião realizada pouco antes, o *bureau* político decidira recrutar cem combatentes para se unirem às tropas republicanas. No fim, seriam apenas cerca de 25 os voluntários brasileiros para a Espanha. Desses, em torno de 18 chegariam realmente a entrar em combate. Nesse grupo, além do próprio Apolônio, estavam alguns dos que tinham convivido com Apporelly na Casa de Detenção, como José Gay da Cunha, Nemo Canabarro Lucas, Dinarco Reis, Enéas Jorge de Andrade e o major Costa Leite. Ainda que quase todos viessem a ser feridos, apenas Enéas morreria em combate na Espanha.

[3]

No início de 1937, no Rio de Janeiro, Apporelly apresentou Graciliano Ramos a Oswald de Andrade e à sua segunda mulher, a poetisa Julieta Bárbara. Juntos, assistiriam ao desfile de [carnaval daquele ano](#). Apesar do tempo na prisão, Apporelly não se negaria a assinar, nove meses depois, um manifesto escrito por intelectuais em defesa da Espanha republicana, publicado no jornal literário *Dom Casmurro*. Também encontrou tempo para uma visita à sua cidade natal, Rio Grande, onde, além de ver o pai, realizaria uma conferência no teatro Sete de Setembro. Ao contrário das palestras no interior gaúcho, em geral humorísticas, explorou, dessa vez, um tema mais filosófico, [“A verdade”](#).

Contudo, sua maior preocupação era ressuscitar seu semanário, o que conseguiu fazer já no início de 1937, apenas dois meses depois de ser solto. Durante pouco mais de um mês conviveu nas bancas com um concorrente de direita, *O Macaco*, o jornal humorístico de Madeira de Freitas. O semanário do Barão voltaria a circular com uma novidade: um suplemento infantil, *A Manha das Crianças*. Tentando imitar a fórmula de *Tico-Tico*, Apporelly havia recrutado jovens talentos e veteranos dos quadrinhos, como Max Yantok, criador anos antes das *Aventuras de Kaximbow*. O suplemento, que publicava também trabalhos de desenhistas americanos, estava destinado a ser o órgão oficial das “crianças de calças longas ou curtas, como o rádio, todos os tamanhos e idades, com ou sem o dedo no nariz, ajuizadas, manhosas, travessas, [impertinentes ou pirracentas](#)”.

A impressão de que o país voltava à normalidade se revelaria uma miragem: eleições para a presidência eram a última coisa que Getúlio desejava. Suas pretensões continuístas, até então vagas, ganhariam contornos nítidos a partir de uma reunião secreta ocorrida em 27 de setembro, quando o chefe do Estado-Maior, general Góes Monteiro – chamado por Apporelly de “Gás Morteiro” – apresentou indícios de uma suposta conspiração comunista. Batizado como plano Cohen, o documento havia sido forjado pelos integralistas, com os quais o general simpatizava. Greve geral, incêndios em prédios públicos, saques, depredações e assassinatos de autoridades civis e militares eram descritos minuciosamente. Não importava aos seus interlocutores – o general Dutra, ministro da Guerra, e o chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Müller – que o documento fosse falso, pois o importante era que atendesse ao propósito de Vargas de perpetuar-se na presidência com poderes

absolutos. E a participação dos integralistas não era um problema, muito pelo contrário. Nas articulações que se seguiram, das quais participaram Müller e Dutra, Vargas prometeu a Plínio Salgado a pasta da Educação no futuro governo. Como confessaria Góes Monteiro oito anos mais tarde, o “plano” fora entregue a ele pelo capitão Olímpio Mourão Filho, chefe do [serviço secreto da Ação Integralista Brasileira](#).

O sobrenome judeu – Cohen – apostado ao plano pelos integralistas não era um detalhe casual e vinha de encontro às convicções antissemitas da cúpula militar e do aparelho policial. E não apenas deles. Esses sentimentos encontravam eco em parte da opinião pública, o que se refletia na imprensa. Arthur Ewert, por exemplo, ao ser preso, mereceu a manchete de *O Globo*: “Filho de Israel e agente de Moscou!” E o diário *A Noite* também havia observado que o militante comunista exibia “o nariz característico [dos filhos de Israel](#)”. Tudo isso sobre Ewert, que sequer judeu era. Essa associação seria cultivada por Müller, por seus homens e até por admiradores espalhados pelo país, que lhe escreviam cartas em apoio. Do interior da Bahia, um deles enviou a Filinto sugestões para uma campanha de propaganda:

Seria conveniente que a imprensa de todo o país designasse de JUDEUS todos os criminosos de origem realmente israelita: cáftens, contrabandistas etc, que frequentemente vemos nos jornais com nomes bíblicos e com nacionalidade jurídica verdadeira (alemães, romenos, russos etc), porém em última análise falsa, visto não representar a sua verdadeira origem racial. Isso chamaria contra eles a antipatia pública que realmente merecem. Identificando-se o CRIME com os JUDEUS e estes com COMUNISMO, induzir-se-ia facilmente as massas menos cultas às razões por que [combatemos este último](#).

Três dias depois da reunião, Vargas e Dutra divulgavam o plano Cohen, com grande estardalhaço na imprensa. O ministro da Guerra pediu e obteve do Congresso o “estado de guerra”, que daria ao presidente os poderes de que precisava. É interessante acompanhar como, naqueles dias de crise, o destino do país foi percebido e decidido na relação entre três gaúchos, todos conhecidos por Apporelly nos tempos da sua juventude no Rio Grande do Sul. O próprio Vargas, que o humorista conhecera nas pensões em Porto Alegre, mostrava-se dissimulado sobre seus propósitos, mesmo diante de um de seus amigos mais próximos e fiéis, Oswaldo Aranha. Este, ex-colega de escola e amigo de Apporelly, defendia a realização de eleições e uma saída democrática para a crise. Na condição de embaixador brasileiro em Washington, anunciava com sinceridade e com alguma ingenuidade as intenções democráticas do presidente. Já o general Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul e companheiro de carteadado do Barão, passara para a oposição e prometia ser um dos maiores obstáculos no caminho de Vargas. Flores, que não era ingênuo, sabia o que esperar de Getúlio, e, não por acaso, depor o governador gaúcho foi um dos primeiros atos do governo sob o estado de guerra, obrigando-o a exilar-se no Uruguai. Em Washington, ao tomar conhecimento do “ato brutal”, Aranha escreveu à mulher: “Esta manhã, ao ter notícia da intervenção no Rio Grande, chorei as lágrimas mais amargas que já verteram meus olhos [pela sorte de meu país](#).”

Crédulo, Aranha deixou-se convencer por Vargas, que, em carta, falara sobre o “copioso armamento” que Flores da Cunha contrabandeara para se insurgir contra o governo. Em 4 de novembro, o embaixador brasileiro nos Estados Unidos discursou em Cleveland, afiançando à imprensa e ao governo americano as credenciais democráticas de Vargas. Seis dias depois,

a polícia de Filinto Müller cercou e fechou o Congresso. Getúlio, falando à nação pelo rádio, proclamava o Estado Novo. A nova constituição dava-lhe poderes ditatoriais e oficializava o aparato de repressão montado após o levante de 1935. Ainda amargando um sentimento de humilhação pessoal, Aranha foi forçado a ler os jornais americanos que tratavam seu companheiro como um novo *Duce*. O *New York Times* registrava a satisfação do governo nazista em Berlim com o golpe e constatava o surgimento “do problema de um governo fascista neste hemisfério”. Pior para Aranha, à sua frustração provavelmente se somou a raiva ao receber, após o fechamento do Congresso, um telegrama sarcástico de Flores da Cunha, enviado do seu exílio no Uruguai: *Felicitaciones gran éxito democracia brasileña.*

23. Um país em silêncio

[1]

O ESTADO Novo, constatou o Barão, era “o estado a que chegamos”. Mesmo que não houvesse uma ordem direta para seu fechamento, tornava-se difícil a existência de um jornal como *A Manhã* na atmosfera do novo regime. Anos depois, o romancista Jorge Amado afirmaria que o jornal do Barão havia merecido uma atenção especial das autoridades no ano de 1937, quando a imprensa passou a ser submetida à censura prévia. Pelas regras em vigor, a cada diário cabia um censor e a cada grupo de quatro ou cinco semanários, também um censor.

Pois bem: *A Manhã*, semanário de data incerta de saída, tinha dois censores somente para ela. E muitas vezes encontrei Apporelly refazendo seu jornal na oficina, duas e três vezes, porque os censores, que nem sempre primavam pela inteligência, cortavam em média noventa por cento [da matéria original](#).

Anúncios, até havia: o semanário chegou a aumentar seu tamanho, passando de 12 para 16 páginas, e nos arquivos da polícia ou do Ministério da Justiça não existem registros sobre sua suspensão. No entanto, de acordo com Arly Torelly, seu pai teria, por meio de Alzira Vargas, tentado algum contato com Getúlio para garantir a sobrevivência de seu jornal, mas não obteve sucesso: *A Manhã* desapareceu ainda em 1937, saindo de circulação [com o advento do Estado Novo](#). Numa carta, seu tio Firmino Torelly faria ainda alusão, em 1938, a um projeto do sobrinho para relançar o semanário. Mas não é de estranhar que o plano tenha sido frustrado: a atmosfera criada por Filinto Müller era mais propícia à subserviência do que à irreverência.

Antes restrita à imprensa, a censura foi estendida ao rádio. Disposto a abandonar qualquer amadorismo, o chefe de polícia preparava-se para montar um aparelho eficiente no controle da circulação de informações. Ao fazer isso, tinha os olhos voltados para a Alemanha, o modelo mais óbvio. Aparentemente aquela era uma tarefa que o atraía. Já em 1933 ele havia se ocupado do problema e trocado ideias com seus colaboradores. Um deles aconselhou-o: “A imprensa é como um ginete que morde o freio de modo impetuoso. É preciso firmeza no [manter as rédeas](#).” Müller montaria nela com gosto – com esporas de preferência.

Seu primeiro passo foi uma circular enviada a todas as tipografias do Rio de Janeiro, pedindo informações e responsabilizando os proprietários por qualquer publicação, por menor que fosse o número de leitores, impressa sem o conhecimento da polícia. Quanto aos jornais diários, a censura seria feita previamente, com um censor em cada oficina ou redação, conforme explicitava um documento enviado ao Ministério da Justiça. Ainda que as orientações gerais devessem ser conhecidas pelos responsáveis dos jornais, as determinações reservadas, recebidas pelo censor, não deveriam “ser comunicadas a terceiros”. Esse censor deveria receber a prova de página antes que ela fosse fundida na “telha”, ou seja, a chapa de metal a ser ajustada à impressora. E a orientação descia a minúcias: “A prova de página a ser fornecida ao censor deve ser tirada na máquina apropriada, a calandra, e não [com escova e papel molhado](#).”

Publicações semanais, como *A Manhã*, seriam examinadas durante duas horas por dia, na sede da censura. Além disso, três censores percorreriam diariamente as várias oficinas onde eram impressas. Nem os cabos submarinos que ligavam o Brasil a outros continentes foram esquecidos: “A censura dos telefones internacionais deverá ser feita por dois censores – políglotas – que ouvirão todas as comunicações feitas e intervirão – se necessário – interceptando ligações.”

Como se tudo isso não bastasse para inviabilizar a existência de um jornal satírico, sobrava ainda a questão decisiva: o que censurar. Entre os itens a ser evitados estavam “reportagens e fotos que focalizem com evidente má fé aspectos de miséria material em qualquer parte do país”; “notícias que possam incentivar na mocidade ideias subversivas”; “notícias de propaganda de credos extremistas”; “notícias desfavoráveis ou tendenciosas em torno de qualquer ato oficial, político ou administrativo do presidente da República ou de seus ministros”; “caricaturas, desenhos ou fotografias que firam quaisquer dos itens acima mencionados”; e, por último, como se não estivesse suficientemente claro, “no regime doutrinário a censura evitará totalmente artigos, tópicos e [contrários ao atual regime político](#)”.

Seu domínio sobre a imprensa não seria exercido apenas com o chicote: a mão que puxava as rédeas do ginete distribuía um ou outro torrão de açúcar, eventualmente, em caso de bom comportamento. No aniversário de um ano do novo regime, um dos diários de maior circulação no Rio de Janeiro, *O Radical*, considerou adequado publicar uma “edição comemorativa” sobre o golpe de 10 de novembro. Escreveu seu diretor-gerente em carta a Filinto Müller: “O jornal sente-se à vontade para solicitar a V. Excia. – que conhece o quanto *O Radical* é 100% Estado Novo – a gentileza de um auxílio material destinado a ampliar o noticiário que, sinceramente, desejamos publicar sobre os relevantes [serviços dessa repartição](#).” Não foi por outro motivo que um historiador da imprensa desse período observou: “Jornais enriqueceram e jornalistas se corromperam, o quanto era possível enriquecer-se [e corromper-se](#).”

A adulação de que Filinto era objeto aumentou na proporção de seu poder. Na sua mesa, empilhavam-se cartas com elogios, afagos e pedidos de todos os tipos, vindos de donos de jornal ou de simples cidadãos. Não contente em publicar o horóscopo do “grande brasileiro”, o jornal *O Sol* o presenteou com uma medalha confeccionada especialmente para ele. Seu metal, explicou o astrólogo numa carta, continha “suas vibrações, defendendo-o de qualquer assalto malévolos, em consequência de ter sido fabricado cientificamente com cálculos matemáticos”. E acrescentava num *postscriptum*: “V. Excia, e Exma. Família estão incluídos numa corrente espiritualista de grande elevação, recebendo vibrações duas vezes por semana.” Ou então tratava-se de um delegado de Paraisópolis, Minas Gerais, que lhe apresentava o filho, pedindo para ele sua proteção, não sem antes compor um poema em honra do chefe: “Espírito sagaz, que domina e que impera/ Tem sido um defensor na vasta propaganda/ De um regime [que impôs à Pátria nova era](#).”

Mesmo sem contar, como seu arqui-inimigo, com um astrólogo particular, Apporelly sentia que os astros conspiravam contra ele. Via seu jornal sair novamente de circulação – e com ele sua única fonte de renda. Surgia também naquele ano de 1938 uma dor de cabeça a mais: resolver um litígio entre seu pai, João Torelly, e o tio, Firmino Torelly, político fiel à tradição dos maragatos, por quem ele, Apporelly, tinha grande admiração. Transformado em árbitro da disputa em torno de uma herança de família, ele era assediado por cartas das duas partes: as do pai, escritas em letras grosseiras, com um lápis tosco e ortografia idem; as do tio numa caligrafia bem cuidada em cartas elegantes.

Seu pai, que Apporelly dizia possuir uma índole violenta, parecia ter se indisposto com todos, até com a mulher, Orfilia, que voltara para sua terra, o Uruguai, após se separar dele. Recorrendo à justiça, ele conseguira a guarda dos filhos, que, por sua vez, se recusaram a morar com o pai e sua nova mulher, considerada por eles sua “amante”. Com Apporelly, as relações também não eram boas. O humorista mostrava-se um mão aberta incorrigível e até se ofendia quando alguém insistia em lhe pagar de volta. O pai era o oposto. Não esquecia as quantias que dera ao filho nos tempos em que este passara por dificuldades. E, às vezes, quando um parente lhe pedia emprestado, transferia o pedido para Apporelly, “que ainda está [me devendo um dinheiro](#)”, dizia.

João Torelly, naquele momento, acusava o irmão de não pagar o que devia após a venda de um terreno que pertencia a ambos e ameaçava levar o caso à polícia se Apporelly não intercedesse para obter uma solução. O tio repelia as acusações. A venda do terreno dependia de pendências legais e de desapropriações, minúcias jurídicas para as quais João, intempestivo e simplório, não demonstrava paciência. Em cartas a Apporelly, seu tio Firmino explicava pacientemente a situação e refazia as contas, atribuindo às queixas de João à sua “mania de perseguição”.

Em meio a essas dificuldades, o humorista encontrou consolo na figura de uma jovem baiana, Juracy Velloso Dias dos Santos, por quem se apaixonou. Ela seria a terceira mulher a desempenhar um papel importante na sua vida e, ao que parece, a segunda e última por quem realmente se apaixonaria. A seu respeito sabemos pouco, mas esteve ao seu lado ao longo de 1937, enquanto Apporelly lutava para manter *A Manhã* em circulação. No ano seguinte, o casal já esperava um filho. Pouco depois, Apporelly viajou ao Sul, onde tentaria resolver a disputa entre o pai e o tio. De lá, escrevendo a única carta pessoal que restou de seu espólio, uma vez que ele parece ter destruído todas as outras.

Pelotas, 19/5/1938

Amor querido,

São nove da noite e já estou deitado. Já fiz tudo que tinha a fazer. Tomei todas as deliberações e agora venho te dar contas de meus passos desde que cheguei aqui. A viagem do Rio para Porto Alegre foi boa, apesar do forte vento contrário. Paramos poucos minutos em Santos e Florianópolis. E ao meio-dia chegamos a Porto Alegre. Tio Firmino estava me esperando e fui para a casa dele, onde fiquei todo o tempo. Só saí para ir ao telégrafo e para visar minha passagem para Pelotas. Estive conversando até às 11h da noite com Tio Firmino e inúmeros parentes que vieram de todos os lados. Assim passei o dia 18. Hoje, 19, levantei-me às 8 e meia e estive novamente conversando com o tio até as 9 e meia, hora em que fui tomar o avião para Pelotas. O avião saiu às 10h e chegou às 11h30. Tomei um quarto no Hotel Aliança e fui em seguida procurar meu pai. Com grande surpresa minha, encontrei-o na porta da casa onde mora. Ele, porém, não está bem. Tive de convencê-lo a fazer um tratamento sério e ele só poderá fazê-lo em Araxá. Ele, portanto, irá comigo para o Rio, e daí tomará destino. Estou muito satisfeito porque consegui convencê-lo de me

acompanhar. Ele está precisando muito de ser tratado aqui, na casa onde mora, rodeado de estranhos e sem conforto, nunca poderá ser atendido como deve. Comprei uma dúzia deovelos de lã para o *Doutor*. Comprei uma suéter para o meu amor, outra para Ady, e umas camisas para Ary e *Alemão* [N. do A.: Apelido de seu filho, Arly]. Comprei um pijama de flanela para mim, pois o frio está tirânico. Depois da janta, fui ao telégrafo e vim para o hotel, onde estou deitado, com uma saudade louca da minha costela. Amanhã vou para Porto Alegre no *Aratimbó*, onde tenho necessidade de ir para falar com Tio Firmino sobre os negócios de meu pai. No domingo, no *Aratimbó*, regressarei ao Rio, louco de saudades. É este o relatório destes dois dias que estive longe de ti e que me parecem séculos. Beijo-te com todo carinho e mando-te nestas linhas a certeza da minha constante dedicação. Teu, só teu. Apporelly.

O “doutor” mencionado na carta, a quem a lã era destinada, era o filho do casal, que nasceria cinco meses mais tarde. Para este Adão que acabara de ganhar uma nova costela – e com ela uma quarta criança – tornava-se ainda mais urgente garantir uma fonte de renda. Com seu jornal fechado, onde poderia trabalhar? Em termos políticos e éticos, o jornalismo nacional oferecia uma paisagem desoladora, graças a um governo que não se limitava a censurar, mas também distribuía verbas a jornais e emissoras de rádio. Havia poucas exceções. Uma delas mereceu destaque de Nelson Werneck Sodré em sua *História da imprensa no Brasil*: “Entre os jornais empresariais, raríssimos foram os que não se corromperam. Constituiu exemplo digno de lembrança, o caso excepcional do *Diário de Notícias*, do Rio, em que Orlando Ribeiro Dantas manteve atitude de compostura.” Esse jornal veio a ser a tábua de salvação à qual o humorista se agarraria para atravessar o turbulento período do Estado Novo sem submergir definitivamente.

Depois de iniciar sua carreira nos Diários Associados, Orlando Dantas desligou-se de Chateaubriand para lançar o *Diário de Notícias*. Seu afastamento progressivo em relação a Vargas levaria ao rompimento com o governo quando da proclamação do Estado Novo. Dantas, um homem ligado mais à administração do que ao jornalismo, se tornaria um símbolo da independência da imprensa ao decidir não imitar seus colegas, que frequentavam com desenvoltura o gabinete de Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Mais do que isso, muitos concordaram em integrar um Conselho de Imprensa, encarregado de punir os jornais que tivessem publicado material considerado inconveniente e que fugissem às determinações do governo. As sanções iam da suspensão por cinco ou dez dias até a cassação da autorização para importar papel. No comando do *Diário de Notícias*, Dantas aceitava que colunistas como Osório Borba, Rubem Braga ou Raimundo Magalhães Jr. sustentassem opiniões diferentes das suas, reservando a posição oficial do *Diário* para os editoriais.

Como responsável pela censura, papel que exerceria até o fim de 1939, Filinto Müller cercou-se de informantes que proporcionassem uma visão dos bastidores da imprensa da capital, animados por personagens e jogos de interesses. Assim, sobre o *Jornal do Commercio*, dirigido por Elmano Cardim, um relatório informava: “Será extremamente difícil levá-lo a qualquer orientação contrária ao estabelecido pelo governo porque o *JC* deve grandes somas ao Banco do Brasil.” A respeito do *Jornal do Brasil*, do conde Pereira Carneiro: “A orientação do jornal é quase sempre neutra em tudo. O conde não gosta de assumir compromissos e tem verdadeiro terror da autoridade governamental. Pessoalmente é um tímido, dirigido por intrigas tremendas dentro do jornal.” Sobre Paulo Bittencourt, do *Correio da Manhã*: “Sua inteligência é mediana. Parece maior, no entanto, porque viajou

muito e é observador. Não é um homem de grandes lutas. Tem a preocupação de não ser violento, de ser considerado educado.” Sobre Oséas Mota, diretor do vespertino *A Vanguarda*: [“Ignorante e obstinado.”](#)

Durante os anos da Segunda Guerra Mundial, um novo termo apareceria com frequência cada vez maior nesses relatórios preparados para Filinto, admirador confesso da Alemanha nazista: “aliadófilo”. Seria o caso de Orlando Dantas e do *Diário de Notícias*, assim definidos pelo informante:

Propriedade e direção exclusivas de Orlando Dantas. Homem de Armando Sales Oliveira. Afora ele mesmo, só é sugestionável através de Artur Bernardes e Lindolfo Collor. Quando ao mais, segue sua própria inspiração. Intimamente ligado aos meios *yankees*, não somente no país, [mas fora dele](#).

Nesse ambiente político de alto risco, Orlando Dantas decidiu convidar Apporelly para relançar sua coluna, com o título que tivera no jornal de Mário Rodrigues nos anos 1920: “Amanhã tem mais...” Assim, em 30 de janeiro de 1938, pouco mais de um ano após o humorista deixar a Casa de Detenção, o *Diário de Notícias* anunciou seu novo colaborador: “Uma alvissareira novidade! O Sr. Barão de Itararé vai colaborar, a partir da próxima terça-feira, [no Diário de Notícias](#).” Dois dias depois, era publicada a primeira crônica de Apporelly, contando como o Barão chegara no novo emprego e “após tirar o casaco e pôr-se à *frescatta*, com uma perna sobre a secretária e a outra nas costas, deixou correr o marfim de sua caneta automática sobre a alvura do papel-de-arroz e [foi saindo isso...](#)” Era o início de uma colaboração que se estenderia por quase seis anos.

A política e os políticos, seus temas prediletos, deram lugar a assuntos mais esotéricos. “Vida dos esquimós”, “O problema da natalidade”, “Escafandristas e paraquedistas”, “Sapatos mofados”, “Linguagem dos animais” – os títulos sugerem o contorcionismo a que se entregava para escrever uma coluna diária sem tocar em temas proibidos pela censura. Esforço ignorado pela maioria dos leitores que, segundo ele, não percebiam as “cólicas cerebrais que afligem diariamente os mártires que se sacrificam para lhes alimentar a curiosidade e mitigar a sede de saber”.

Ter sobre o que escrever parece nunca ter sido um problema para Apporelly que, animado por um espírito de cientista, egeria a falta de assunto como tema, ao submeter seus leitores a uma experiência. Numa das colunas, anunciou em tom triunfal “uma notável descoberta”: “com imensa alegria, pressenti que, daí para o futuro, nunca mais me faltaria assunto!” A descoberta era “uma infantilidade, um quase nada”, mas era um ovo de Colombo. “E com esse ovo passei a preparar os pratos mais variados, os acepipes mais gostosos, os bolos mais esquisitos...”, contou, prometendo dar a receita capaz de salvar os que sofrem [“torturados pela falta de assunto”](#).

Na coluna seguinte, ele revelava que a “fórmula miraculosa” podia ser resumida em: “ver e meditar”. Sobre o quê? “Sobre a primeira coisa que nos cair sob as vistas, por mais idiota que seja, e pensar [seriamente sobre ela](#).” Naquele momento, uma mosca veio providencialmente pousar sobre o papel em que a crônica era escrita. “Esta mosca, portanto, tem que nos servir de cobaia para esta experiência porque foi a primeira coisa que nos feriu a atenção. Mas o que se poderá escrever sobre a mosca, bichinho tão banal e nojento?” Seu primeiro passo foi uma trivialidade: a mosca é um inseto. “Mas nem todos sabem”, continuou, “que os naturalistas, que são grandes homens, vivem seriamente preocupados com

esses animais e classificaram [mais de 600 mil espécies diferentes](#)". Na coluna seguinte, intuía que "já não temos apenas um, mas, pelo menos, [seiscentos mil assuntos](#)".

Em outro dia, ainda às voltas com os insetos, escreveu que: "Já vimos passar a infantaria, constituída por verdadeiras divisões de bichos-do-pé, por numerosos regimentos de pulgas, batalhões de percevejos, companhias e pelotões de sevandijas de toda [espécie](#)." E prosseguia:

Não deveria perder esta oportunidade de mostrar erudição, escrevendo pelo menos algumas palavras sobre os hemípteros e os coleópteros, os antrenos e os artrópodes, os anelitos e os estrepsíteros... e foi aí que comecei a me estrepar... Porque se fizesse qualquer referência aos estrepsíteros, não poderia deixar de citar também os ortrópteros, os nevrópteros, os dípteros, os lepidópteros e os himenópteros, todos membros de importantes famílias e que, por isso, poderiam ficar justamente magoados se eu deixasse de lhes [dar o nome no jornal](#)...

Assediado por "verdadeiros enxames de insetos de todos os feitios", que "começaram a aeroplanar em torno do meu cérebro", o colunista tentou ordenar aquele caos, atormentado não mais pela falta, mas pelo excesso, de assunto: "Era preciso então afastar com decisão e energia esses insetos e voltar a tratar do assunto que me propus desenvolver nesta experiência... Sim! Mas onde anda, a estas horas, [a minha mosca?](#)"

Enquanto o colunista era obrigado a espremer seu cérebro para produzir curiosidades inofensivas, a vida política continuava seu curso, a despeito das normas baixadas pela censura. Em 11 de maio daquele ano, um grupo de integralistas tentou invadir o palácio do Catete num *putsch* armado contra o governo de Vargas. Deixando algumas dezenas de mortos e feridos, o golpe fracassou. Fora do Brasil, em 29 de setembro, ao assinarem um acordo com Hitler em Munique, Neville Chamberlain e o francês Edouard Daladier oficializavam a capitulação da Grã-Bretanha e da França diante dos nazistas. Traíndo seus compromissos com a Tchecoslováquia, cederam à Alemanha a região dos sudetos em troca da frágil promessa de uma "paz" que não se realizaria.

No entanto, enquanto a História seguia seu curso, Apporelly procurava reconstruir sua vida pessoal. Três dias depois da assinatura do tratado que lançou a semente de uma futura guerra mundial, nascia, em 2 de outubro, seu quarto filho, Amy. Com Juracy, ele morava no final da rua Visconde de Pirajá, nos limites do bairro de Ipanema, local conhecido como Bar Vinte, onde o bonde fazia a volta. Da janela do apartamento, num dos primeiros edifícios altos da região, Apporelly podia ver os trabalhos para a abertura do canal do Jardim de Alah, concluídos naquele ano, que liga a lagoa Rodrigo de Freitas ao mar. De estilo vagamente oriental, a área ajardinada fora associada a um filme de sucesso com aquele título, exibido dois anos antes, em que atuavam Marlene Dietrich e Charles Boyer. As colunas do humorista, ora datilografadas, ora escritas a mão, no apartamento de Ipanema, eram levadas pelos filhos, Arly e Ary, que se revezavam na tarefa, tomando o bonde até a sede [do Diário de Notícias, no centro](#).

[3]

Essa paz doméstica, tornada mais aconchegante pela presença de um bebê de apenas três meses, seria quebrada na tarde de 27 de janeiro de 1939, quando um dos filhos de Apporelly viu o pai voltar para casa acompanhado por um homem muito sério, num terno escuro.

Contrariando seus hábitos, ele não apresentou o “convidado” e tratou-o com frieza. O estranho esperou o Barão terminar calmamente seu chá com torradas para acompanhá-lo porta a fora, [sem uma palavra](#). Preso, segundo a polícia, “por medida preventiva”, Apporelly voltaria para casa quatro dias mais tarde, após ser fotografado de frente e de perfil e passar seu aniversário na cadeia. Não era o último presente [que a polícia lhe reservava](#).

A exemplo do que acontecia com outros “intelectuais comunistas” (era esse o rótulo com que a polícia o classificava no seu prontuário), Apporelly habituou-se a ser observado, sendo alvo de visitas inesperadas dos agentes da Delegacia Especial de Segurança Política e Social, alguns deles personagens sinistramente folclóricos, como aquele conhecido como “Buck Jones”, numa alusão ao famoso herói dos filmes de bang-bang. Um mulato alto, de 1,78m, exibindo uma enorme cicatriz no rosto, esse ex-soldado e ex-presos comum encontrara sua verdadeira vocação ao se alistar na polícia. Com fama de violento, patrulhava as ruas na condição de motorista de táxi: nos anos 1930, essa categoria era conhecida, no Rio de Janeiro, por suas simpatias pela esquerda. Desse modo, ele conseguia recolher informações [úteis para a polícia](#). Numa batida no gabinete de trabalho do humorista, enquanto seus colegas reviravam todos os cantos do aposento, Buck Jones examinava, curioso, as estantes, em busca de algo comprometedor. “E isso aí, o que é?”, quis saber, apontando um grosso volume sobre a mesa. “Isso aqui”, respondeu o Barão, compenetrado, com a mão pousada sobre o exemplar de *O capital*, de Marx, “é a minha Bíblia. E fora da Bíblia [não há salvação](#)”.

		Nome APARÍCIO TORELLY Nacionalidade Brasileiro Naturalidade Rio Grande do Sul Filho de João da Silva Torelly e de Maria Amélia Brickeroff Torelly Idade 44 anos Nascido em Est. Janeiro de 1895 Estado Civil Casado Inscrição Regentaria Profissão Jornalista Residência Rua Visconde de Pirajó, 644-aptº 2. Matrícula 10.273 de 1939	POLÍCIA INDICAÇÃO MÓDULO ANO M
--	--	--	--

Aparício preso novamente, em janeiro de 1939, “por razões preventivas”.

Outro intelectual que fazia parte dessa fatídica lista era seu amigo, o jornalista Álvaro Moreyra, cuja mulher, Eugênia, também estivera presa na Casa de Detenção. Por ocasião dessas “prisões preventivas”, as vítimas eram levadas à sede da polícia política, na rua da Relação, ou à Vila Militar, onde eram obrigadas a cumprir uma rotina de soldado: acordar com o toque da alvorada, arrumar a cama e assim por diante. Álvaro Moreyra, de acordo com seu filho, teria ficado preso ali, com o humorista, numa dessas ocasiões. O Barão suportava tudo com resignação e fazia apenas uma exigência: se o fuzilassem, queria que lhe dessem para ler, no último minuto, a *Vida Doméstica*, uma das revistas mais cretinas da época. Somente assim, explicava, [partiria feliz desse mundo](#).

O momento mais ingrato daquela rotina era quando se perfilavam para ouvir a preleção do general Newton Cavalcanti, integralista notório e comandante da 1ª Brigada de Infantaria da Vila Militar. Responsável pelos presos enquanto estivessem ali, o militar tinha pretensões intelectuais e, diante daquele contingente formado por jornalistas e escritores, invariavelmente exortava aqueles homens a abandonar o que lhe parecia ser um pessimismo crônico em relação ao Brasil: “Por que escrever apenas criticando tudo o tempo todo? Será que não viam as coisas boas a serem exaltadas?” De pé, eles suportavam estoicamente aquelas preleções.

Naqueles dias, uma canção fazia sucesso no rádio. A voz possante de Vicente Celestino

cantava enquanto sua esposa, Gilda de Abreu, acompanhava-o num fundo em falsete: “Brasil, gigante-continente/ És terra de brava gente...” E continuava, num samba-exaltação do ufanismo mais derramado, sob medida para os tempos do Estado Novo. Certa manhã, antes que a preleção inevitável começasse, Apporelly dirigiu-se ao general, dizendo ter sido assaltado por uma feliz inspiração naquela noite. E começou a declamar, diante dos companheiros enfileirados, os versos que escrevera durante a madrugada: “Brasil, gigante-continente/ És terra de brava gente...” E recitou a letra inteira, improvisando alguma coisa sua. O general, que parecia não conhecer a canção – para grande diversão dos presos – sentiu-se tocado pelo gesto do Barão e achou que, pela primeira vez, suas exortações [estavam surtindo efeito](#).

Durante os anos do Estado Novo, Apporelly seria reconfortado pela amizade de Álvaro e Eugênia Moreyra. O casal fazia a alegria dos caricaturistas. Ela era exótica: alta, grande, com cabelo Chanel e sempre fumando um charuto. Ele, baixinho, roliço, com óculos de aros grandes e redondos. Generosos como poucos, Álvaro e sua mulher, ligados ao Partido Comunista, abriam sua casa na rua Xavier da Silveira, 99, em Copacabana, com uma liberalidade que se tornaria famosa. “Todo mundo ia lá comer de graça. E o Barão também vivia por lá, [naquela boca livre](#)”, recordaria Joel Silveira. Pessoas dos círculos literários, jornalísticos, teatrais ou simplesmente esquerdistas convidavam-se sem maiores cerimônias para a mesa do casal, em especial literatos promissores, recém-chegados do interior, que se atiravam sobre sua despensa com avidez comparável a dos gafanhotos que caíram sobre o Egito.

A grande afluência de convidados provocava incidentes tragicômicos. Habitado às constantes prisões, Álvaro, devido a rumores, estava à espera dos policiais. Vestido e com uma valise pronta, ouviu soar a campainha. Ao abrir a porta, deparou-se com um sujeito circunspecto, em terno e chapéu escuros, com um aspecto inconfundível.

– Estou à sua disposição – disse o jornalista, apanhando a mala num gesto resignado.

– Mas... Eu é que estou à sua disposição – disse o homem, confuso, quase se desculpando.

Rapidamente o mal-entendido se desfez, quando o visitante explicou não ser policial.

– Sou do Maranhão. Lá me contaram – disse, olhando para confirmar o número da casa – que aqui o pessoal da literatura [almoça e janta](#).

24. 1939: Trevas ao meio-dia

[1]

ACOMPANHADOS DE perto pelos homens de Filinto Müller, intelectuais como Apporelly e Álvaro Moreyra viviam politicamente um momento de isolamento e de desorientação. Não podiam contar com o apoio e com os contatos no Partido Comunista, desarticulado pelos golpes desferidos pela repressão. Seu estado de ânimo dificilmente poderia ser pior. Desde 1935, com o fracasso do levante comunista e a dissolução da ANL, ele e seus companheiros testemunhavam uma sequência de derrotas. No Brasil, o Estado Novo consolidava-se. Na França, o governo da Frente Popular havia naufragado irremediavelmente. Na Espanha, a guerra civil finalmente terminara, em março de 1939, não com a vitória dos republicanos, como sonharam, mas com a tomada de Madri pelos franquistas. Na Alemanha, os nazistas sentiam-se seguros para extravasar seus piores instintos, espancando judeus nas ruas e depredando suas lojas e sinagogas, como na Noite dos Cristais, em novembro do ano anterior.

Para homens como eles, restava talvez um consolo: a certeza de que, no outro lado do mundo, a União Soviética resistia. Atrás das muralhas do que parecia uma fortaleza, mantinha-se “o majestoso arranha-céu” mencionado por Apporelly numa entrevista, cinco anos antes, ao *Homem Livre*, que serviria como “abrigo a todos os oprimidos e humilhados da Terra”. Justamente por essa razão, o sentimento de solidão e de perplexidade somente poderia aumentar quando, em 24 de agosto de 1939, as manchetes estampadas em todos os jornais anunciaram ao mundo a assinatura do pacto Ribbentrop-Molotov, selando um acordo entre a Alemanha e a União Soviética. Um trecho secreto no protocolo assinado por Hitler e Stálin determinava que o território polonês seria ocupado e dividido entre alemães e soviéticos. A invasão nazista foi seguida por uma declaração formal de guerra por parte da Grã-Bretanha e da França: era o início da Segunda Guerra Mundial.

Ver Moscou enfeitada com bandeiras que exibiam suásticas, dispostas ao longo das ruas por onde passaria o chanceler alemão Joachim von Ribbentrop, era um golpe moral mais doloroso do que qualquer agressão física. Uma foto da assinatura do acordo mostrava o ministro de Hitler confraternizando com seu colega russo, Vyacheslav Molotov, ao lado de um Stálin sorridente, todos sob os olhos de Lênin, que os espiava num enorme retrato na parede ao fundo.

Mais de setenta anos depois, é difícil imaginar o impacto provocado por aquela reviravolta política. Na época, a revista *Diretrizes*, dirigida por um Samuel Wainer ainda jovem, representava um oásis progressista em meio a uma imprensa dócil diante da máquina de propaganda montada pelo governo Vargas. A publicação havia aglutinado um círculo de jornalistas do qual Apporelly se sentia próximo. Não por acaso eram muitos os comunistas ou simpatizantes no seu quadro de colaboradores. “Para a redação, aquilo representou [um desastre moral](#)”, lembrou Wainer nas suas memórias, referindo-se ao pacto nazi-soviético. Atordoado ao ouvir a notícia, o jornalista Joel Silveira dirigiu-se para a sede da revista.

“Quando cheguei à redação, o ambiente era o mais triste e carregado possível. Havia perplexidade no ar. E sussurros”, contou. Os murmúrios transmitiam as novas diretivas de Moscou: atacar o imperialismo britânico e francês e [silenciar a respeito do nazismo](#).

Às pressas, o jornal do Partido Comunista Brasileiro, *A classe operária*, que circulava clandestinamente, encaixou uma nota procurando tranquilizar seus militantes a respeito do “grande alarme” e da “confusão internacional” feita em torno da “suposta aliança” entre os dois países e da “suposta partilha” da Polônia. Durante os últimos anos, o partido defendera à exaustão a formação de uma frente comum contra o fascismo, mas, dentro de pouco tempo, os documentos do partido considerariam uma “guerra de aniquilação do hitlerismo” “insensata” e até “criminosa”. Os ecos daquele terremoto chegavam à distante colônia penal de Fernando de Noronha, onde conviviam dezenas de presos políticos. Ali, Hilcar Leite, um solitário militante trotskista, habituado a ser xingado de “agente da Gestapo”, espantou-se quando os comunistas começaram a ofendê-lo como “agente do [British Intelligence Service](#)”.

O gesto de Stálin foi vendido aos militantes como um exercício de pragmatismo diante da tentativa das potências “burguesas” para atirar Hitler contra a União Soviética. Se esta era a pátria do socialismo e o bastião da revolução mundial, tudo o que atendesse aos seus interesses objetivamente se reverteria em benefício do movimento comunista internacional. Porém, mesmo os mais crédulos se espantaram quando, cerca de três meses depois de firmado o pacto, a Alemanha e a União Soviética, em novembro de 1939, assinaram um Tratado de Amizade. Amizade “cimentada em sangue”, dissera Stálin num dos seus discursos, numa expressão que adquiria um sentido irônico e amargo para certo grupo: o dos comunistas alemães que, ao fugirem do nazismo e buscarem abrigo na União Soviética, caíram na malha da polícia política de Stálin, acusados de desvios, reais ou imaginários.

Naquele inverno de 1939, um surrado recorte do *Pravda* chegou a um campo de prisioneiros políticos na região de Kolima, no extremo oriente da URSS, trazendo a notícia sobre o pacto e uma grande foto do chanceler soviético Molotov ao lado do colega alemão, von Ribbentrop. Uma das prisioneiras russas não se espantou: “Um retrato de família encantador”, comentou. Para elas, a surpresa não foi tão grande, pois haviam sido instruídas a respeito graças à experiência de companheiras comunistas alemãs aprisionadas no mesmo campo, que sentiram na pele as afinidades que aproximavam os dois regimes. “Isso é da Gestapo”, disse uma delas, mostrando as cicatrizes profundas que desfiguravam suas pernas e suas nádegas. “E isso”, continuou, “é da NKVD”, exibindo as unhas deformadas em ambas as mãos, nas extremidades de dedos [azulados e inchados](#).

Com outros presos políticos Apporelly havia protestado com todas as forças quando um contingente da Polícia Especial levava da Casa de Detenção a comunista alemã Olga Benário – não para um hospital, como alegava um médico a serviço das autoridades, mas para a Alemanha nazista. Seus companheiros correram até as grades para denunciar o objetivo dos carcereiros: entregar a revolucionária alemã, grávida, à Gestapo, num gesto que ficaria estigmatizado como um dos crimes cometidos pelo regime de Vargas. O que aqueles militantes ignoravam era que, três anos depois, em fevereiro de 1940, crime semelhante seria cometido, na outra ponta do espectro ideológico, pelo regime de Stálin. Naquele mês, um trem vindo do interior da União Soviética parou em Brest-Litovsk, sobre a ponte do rio Bug, que, no território da Polônia ocupada, marcava o limite entre as jurisdições soviética e

alemã. Uma mulher de 39 anos, a comunista alemã Margarete Buber-Neumann, foi conduzida por um oficial da NKVD até um oficial da Gestapo, conferindo os documentos e entregando a prisioneira ao representante da polícia nazista. Seu marido, o também comunista Heinz Neuman, havia sido executado na União Soviética por suas críticas a Stálin, após desempenhar um papel importante na formação política de Olga. Por pouco, aliás, Heinz e Margarete não foram enviados pelo Komintern ao Brasil em 1935. Em fevereiro de 1940, ela era apenas uma entre os trinta comunistas alemães conduzidos naquele trem para serem entregues aos nazistas.



A situação internacional

Hoje ergul-me do leito, ao clarear do cor-de-dia, com uma irrepressível disposição de escrever um longo e succulento artigo a respeito da gravidade da situação internacional.

Nestes momentos de grande confusão, em que todos falam e ninguém se entende, todos nós, intimamente, estamos convencidos de que somos os únicos que estamos com a razão e, por isso, se conseguíssemos ser ouvidos, em poucos minutos, faríamos voltar a calma à face do planeta. Dahi vem o desejo honesto de falar antes dos outros, porque os outros não entendem dessas coisas...

Acontece, porém, que cada um de nós tem também, no fundo, uma opinião diferente a respeito dos complicados problemas da politica mundial e, nessas condições, querendo cada qual expôr a sua opinião em primeiro lugar, resulta uma confusão ainda maior.

Quem desejar, portanto, sinceramente, a calma, deve-se abster de emitir qualquer opinião sobre o momento.

O homem sensato é, nestas circunstancias, aquelle que não estereia a sua opinião...

Durante a vigência do pacto Ribbentrop-Molotov, calcula-se que mil comunistas ou socialistas alemães e austríacos, nomes presentes numa lista de mais cinco mil pessoas apresentada pelos nazistas, tenham sido enviados por Stálin à Alemanha, como um “gesto de boa vontade” em relação a Hitler. Margarete foi mandada para Ravensbruck, campo de concentração onde estava Olga. Lá, seria uma das últimas pessoas a vê-la: “Em 1941, vi, certo dia, na rua principal do campo de concentração uma mulher alta, de cabelos loiros escuros e grandes olhos azuis. Era Olga Prestes-Benário, assassinada na primeira ação de extermínio contra ‘inferiores biológicos ou raciais’.” Olga seria morta numa câmara de gás [na Páscoa de 1942](#).

No Brasil, as implicações do pacto criariam dilemas para os intelectuais de esquerda. Jornalistas como Rubem Braga foram abordados por certo *Herr* Heinz William Ehlert, diretor de uma agência de notícias pró-alemã, que, em troca de pagamento generoso, não pedia que assinasse artigos favoráveis a Hitler: bastava que escrevesse “contra o imperialismo britânico”. [Braga se recusou](#). Na manchete que o *Meio-Dia*, um diário do Rio de Janeiro usou para anunciar a assinatura do pacto, percebia-se uma euforia pouco disfarçada: “O Reich e a URSS de mãos dadas”. A publicação foi definida num relatório recebido por Filinto Müller: “*Meio-Dia*: Orientação exclusiva de Joaquim Inojosa, por intermédio de quem se pode obter tudo, se houver interesse. Andou envolvido em falências de uma fábrica, recentemente. Parente dos Pessôa de Queiroz, milionários nortistas. Creio que é casado nessa família. De tudo quanto tinha [só lhe sobra o jornal](#).” Inojosa era um industrial mineiro que, em certo período, demonstrara entusiasmo pelo movimento modernista.

A principal característica do *Meio-Dia* era sua simpatia declarada pela Alemanha, que transparecia claramente no noticiário elaborado com o material de uma agência germânica chamada Transocean. A partir de 30 de julho de 1940, quase um ano, portanto, após a assinatura do pacto, o romancista Jorge Amado assumiu a direção de um novo suplemento cultural no jornal: “Letras, Artes e Ciências”. Àquela altura nenhuma ambiguidade pairava sobre as posições assumidas pelo diário. “A Alemanha viverá e vencerá!”, proclamava um dos seus títulos. Seis meses antes da estreia do escritor, um editorial já explorava um dos temas prediletos do jornal: “Onde quer que se apresente vitoriosa, trata a Alemanha de realizar certo trabalho de limpeza, para evitar que no futuro continuem a exploração contra a coletividade por parte da plutocracia judaica do continente europeu.” E prosseguia: “No dia em que o Brasil se transformar no paraíso dos judeus, será [o inferno dos brasileiros](#).”

A posição assumida por Amado seria impensável em outros tempos e só pode ser explicada pela orientação ou, no mínimo, pelo consentimento do partido. Na redação da revista de Samuel Wainer, a nova política confundiu muitos colaboradores e teve consequências práticas. “Até então adotávamos uma linha abertamente antinazista e antifascista. Com a assinatura do pacto, ficamos perplexos. Como sair daquele impasse? Os comunistas, sempre disciplinados, tinham de apoiar o que Stálin decidira. Como eu era controlado pelos comunistas da redação, acabei concordando. Foi a fase mais difícil [vivida por Diretrizes](#)”, lembraria Wainer.

Nas entrelinhas da coluna publicada por Apporelly, no *Diário de Notícias*, uma semana depois da assinatura do pacto nazi-soviético, anunciado em 24 de agosto de 1939, era possível intuir a confusão que grassava nas fileiras da esquerda. “Hoje ergui-me do leito, ao clarear do meio-dia, com uma irreprimível disposição de escrever um longo e succulento artigo a respeito da gravidade da situação internacional”, anunciava no primeiro parágrafo. “Nestes momentos de grande confusão, em que todos falam e ninguém se entende, todos nós, intimamente estamos convencidos de que somos os únicos que estamos com a razão”, prosseguia. Persistia a ilusão de que, se todos fossem ouvidos, “fariamos voltar à calma a face do planeta”. Porém, como cada um tem sua opinião, esse gesto resultaria numa confusão ainda maior, alertava o colunista. “O homem sensato é, nessas circunstâncias, aquele que não externa o seu pensamento e tem o sangue-frio necessário para concordar com todas as opiniões que for ouvindo durante o dia.” O que fazer então? “Um bom apóstolo da paz neste momento é aquele que finge ignorar tudo o que se relaciona com a guerra e se limita a ouvir, calado, como uma múmia, a [opinião delirante dos demais](#).”

Calado como uma múmia... Maior das ironias, por força da situação internacional, assumia por vontade própria essa condição justamente o dono da “linguinha de prata”, o articulista prolixo e prosador tagarela, que tantas autoridades se esforçaram para amordaçar.

Desamparado, vigiado pela polícia e assistindo ao triunfo dos seus inimigos no exterior, o Barão, um excêntrico por natureza, pelo menos uma vez sentiu-se solidário com esse espécime nada heroico: o homem comum. Atirado de um lado para o outro ao sabor do confronto entre forças que fugiam ao seu controle, ele também era assaltado pelo desejo irrealizável, a partir daquele ano de 1939, de ser deixado em paz. Numa das crônicas, evocou, penalizado, a figura do “cidadão pacato, de índole pacífica e vocação bucólica, que ambiciona, sobretudo, viver na santa paz do Senhor, prometida aos corações contritos e humilhados”. Imaginava como deveria ser “horrível e lancinante a tragédia íntima do bom homem, que sempre pagou para não se meter em sarilhos, que fugiu sistematicamente de todos os bate-bocas, que sempre se afastou cautelosamente de todos os locais de sururus e que de repente se vê envolvido pelo turbilhão de notícias terrificantes, que lhe chegam neste momento, de [todas as partes do mundo](#)”.

Naquele mês de setembro de 1939, quando as esteiras dos panzer alemães atropelavam fronteiras e esmagavam o ânimo de muitos, paz era artigo impossível de se obter. E “notícias terrificantes” – Apporelly logo aprenderia – poderiam chegar não do outro lado do mundo, mas até mesmo do outro lado da mesa de jantar. Não se sabe exatamente quando Apporelly tomou conhecimento de que Juracy, sua mulher e agora a mãe do seu filho, sofria de leucemia. O progresso da doença deve ter sido fulminante. Juracy Veloso Dias dos Santos morreu a 25 de outubro de 1939, em meio às primeiras hostilidades que marcaram o início da Segunda Guerra. Duas semanas mais tarde Apporelly mandaria o filho, Amy, de pouco mais de um ano, acompanhado por uma ama de leite, para Salvador, onde ele seria criado pelo seu cunhado Jurandir e a esposa deste, Eunice. Com um pai velho e doente, três outras

crianças para cuidar, um ritmo de vida irregular, um temperamento boêmio e um dom natural para se meter em encrencas, o humorista julgou que estaria longe de ser o pai ideal de que Amy precisava.

Quase um mês mais tarde, sua sogra, Gabriela, escreveu-lhe da sua casa em Salvador, consolando-o pela perda da esposa e agradecendo a ajuda e os presentes que mandara para o filho. “Ontem e hoje mostrei-lhe o seu retrato, o grande, chamando ‘é o papai amigo’. E ele ria-se, dizendo: ‘papai’.” Contou-lhe também o sonho que tivera na noite anterior: “Sonhei que o vi e também a Ady aí na sala de jantar. O seu lugar com a cadeira vazia e o lugar em frente, preparado para Juracy, que não vinha. O senhor muito triste e a Ady, séria. E eu lhe dizia: sente no lugar dela; ela não vem mais!” Gabriela escrevia, esperando encontrá-lo mais resignado “com a grande catástrofe que nos abateu há vinte e três dias e que [já me parecem anos!](#)”

A palavra catástrofe aproximava seu drama pessoal daquele, mais amplo, que contava suas vítimas aos milhares na Europa. Em meio a tantas tragédias, particulares e universais, o humorista se fazia a mesma pergunta que, em nome do “cidadão pacato”, expressara na sua coluna dias antes da morte da mulher: “Em que biboca, em que canto, em que buraco poderá ele se recolher para se [abrigar da tempestade?](#)”

25. O eremita de Bangu

[1]

CONTRA TODAS as probabilidades, o Barão realmente encontraria um “buraco” onde se esconder naqueles anos de tormenta: uma casa numa ampla chácara no bairro de Bangu, na zona oeste do Rio de Janeiro, que pertencia à família Silveira, clã à frente de uma das maiores indústrias têxteis do país. O patriarca Joaquim Silveira, seu filho Guilherme da Silveira e seu neto, que também se chamava Guilherme da Silveira, eram donos da Companhia Progresso Industrial do Brasil, popularmente conhecida como fábrica de tecidos Bangu, e decidiram colocar o casarão à disposição do humorista. O Barão havia conhecido Guilherme da Silveira, o neto, por volta de 1929, quando ainda era estudante de engenharia e frequentavam juntos a vida noturna do Rio.

Contudo, a chácara era apenas um cenário, já que Apporelly instalou-se ali não para se esconder numa casa, mas para se refugiar numa ideia – ou numa obsessão, como temiam seus amigos, que, a partir de certo momento, começaram a ficar intrigados com certas atitudes enigmáticas do humorista. Falava-se em atividades misteriosas e em crises místicas. Entre eles, estava o jornalista Osório Borba, definido por Samuel Wainer como “um talentoso polemista pernambucano, liberal, [amargo, feroz](#)”, que registrou numa crônica suas impressões sobre aquela época. Apporelly, contou ele, transformara-se para os amigos num “problema sutil, inquietante”:

Ele os surpreendia de vez em quando com vagas referências a algo de transcendente e sensacional com que iria despertar a atenção do mundo. E tinha qualquer coisa de iluminado na certeza tranquila com que sorria da ironia dos incrédulos, ao falar da sua [“pedra filosofal”](#).

Sem saber como reagir, os amigos “ouviam-no e se entreolhavam discretamente, vacilantes entre a hipótese de uma *blague* e a de um possível sintoma alarmante”. Perplexos, “não riam da possível *blague* nem julgavam conveniente ‘contrariar’. Despediam-se para trocar conjecturas e discutir diagnósticos”.

Aos poucos o mistério se esclareceria aos olhos dos amigos: o enigma era na verdade o velho cavalo de batalha que ele agora se dispunha a voltar a montar – a descoberta de uma vacina contra a febre aftosa. Quase dez anos antes, o humorista embarcara numa aventura científica e comercial para a criação da sua Companhia Aptonia do Rio Grande do Sul, contudo o remédio que prometia ser uma solução se revelara um fracasso. Era de se supor que a experiência – amarga em todos os aspectos – deixaria qualquer um vacinado contra uma nova incursão nesse campo. Qualquer um, menos Apporelly. Considerando os progressos científicos da última década, ele decidiu “retomar o estudo do problema, mas dentro de uma orientação baseada nos conhecimentos microbiológicos [mais modernos](#)”.

No seu refúgio, que batizou aristocraticamente de *Bangu-sur-Mer*, montou, com o incentivo e o dinheiro do amigo Guilherme da Silveira, um laboratório para dar continuidade às suas experiências. Popular como era, Apporelly, em pouco tempo, transformaria seu centro de pesquisas num ambiente onde recebia os amigos. O empresário conhecia as simpatias políticas de seu protegido e, ainda que a amizade do Barão se sobrepusesse a

quaisquer diferenças de opinião, não costumava frequentar as reuniões na chácara de Bangu, preferindo convidar o humorista para ir à sua casa. Apporelly encantava a família inteira, principalmente as crianças, com a variedade dos seus conhecimentos e o brilho da sua conversa. Nesses almoços de fim de semana, despedia-se do anfitrião [tarde da noite](#).

Sobre a chácara de Bangu, um dos convidados frequentes, o artista Augusto Rodrigues, lembraria:

Era uma casa deliciosa, com uma varanda muito grande. Ele tinha aquela capacidade de trabalhar com os opostos. Instalado lá, nos recebia numas cadeirinhas boas, de balanço, com um papo sem compromisso, cheio de piadas. Só ficava sério quando a conversa era sobre ciência. E a gente ficava um pouco sem saber o que fazer. Se aquilo era fantasia do Barão [ou se era uma piada](#).

O tema fazia com que Apporelly se exaltasse e, eventualmente, até perdesse o bom humor. Outro artista plástico, Athos Bulcão, testemunhou uma discussão acalorada sobre o assunto na casa do pintor Cândido Portinari, onde amigos questionavam as bases científicas de sua tese. “Ele estudava aquilo e havia brigas porque ele queria reconhecimento”, contou [Bulcão](#).

Tocando no cerne da questão, Osório Borba observou: “Ostentava um enjoo invencível, um perfeito desprezo por sua profissão de engraçado. Continuava a exercê-la apenas como indispensável meio de vida, mas odiando-a como se odeia [um ofício desagradável](#).” Dela, segundo o jornalista, desejava apenas o suficiente para sua subsistência, tendo chegado a recusar proposta tentadora para explorar seu talento humorístico no rádio, no qual, tempos depois, a anárquica PRK-30 – a emissora de Lauro Borges e Castro Barbosa – faria sua estreia.

A aspiração de vir a tornar-se um cientista respeitado ocultava um drama íntimo. Numa de suas crônicas (“Por que deixei de falar comigo”) Apporelly mencionou o hábito de trocar ideias com seus botões por horas a fio. Nessas conversas, empregava sempre “uma linguagem acessível e tinha o cuidado de não usar termos empolados, não só para não me tornar ridículo diante de mim mesmo, mas também para me poupar o trabalho de ir ao dicionário”. Em outras ocasiões, mantinha discussões acaloradas consigo mesmo, geralmente ao fazer coisas como comprar um bilhete de loteria ou tomar um bonde errado. Porém, mantinha sempre a compostura, “como convém a uma pessoa de fino trato e esmerada educação”. Desse modo tudo acabava bem e “eu continuava a manter as melhores relações comigo mesmo”. Esse idílio terminou certo dia quando, ao se contemplar vaidosamente num espelho, envergando “um terno quadriculado e um par de sapatos de jacaré” que acabara de comprar, deixou escapar a exclamação: “Mas que cara de cretino!” Foi a gota d’água:

Ao ouvir este insulto atirado às minhas bochechas, senti subir-me o sangue às faces e retruquei com violência: “Cretino é você, seu malcriado!” Das palavras de baixo calão, passei às vias de fato, agredindo-me e rasgando-me a roupa nova, que ficou em petição de miséria. Não satisfeito, arranquei os sapatos dos pés e arremessei, com toda a força, os jacarés contra a minha imagem no espelho, que [se desfez em estilhaços](#).

A julgar pelo depoimento dos amigos, Apparício Torelly vivia um conflito. À falta de sapatos de jacaré, o Apporelly cientista possivelmente se sentia tentado a atirar seu microscópio na cabeça do Apporelly humorista. Este último havia, de certo modo, se transformado numa presença inconveniente para quem se propunha uma missão quase impossível: dobrar os preconceitos da ciência estabelecida contra as pretensões de um leigo como ele, que pretendia ser levado a sério por professores e pesquisadores. Na última

empreitada, dez anos antes, o vício de ser engraçado acabara atrapalhando-o, como teria ocorrido numa conferência, em Porto Alegre, diante de curiosos, técnicos e até autoridades. O expositor parecia ter causado boa impressão na plateia, empregando dados científicos e termos técnicos, tudo apresentado na maior seriedade. Encerrando a palestra, porém, ele concluiu: “É imperioso que desenvolvamos esse tipo de pesquisa, para benefício do Brasil, pois uma vacina eficaz contra a aftosa teria grande significado econômico”. Depois parou, encarando a plateia, e perguntou com entonação teatral: “Afinal de contas, quem somos nós? Repito: Quem nós somos?” E após uma pausa de suspense calculado, começou a dançar e cantar a *Canção do Exército*: “Nós somos da pátria a guarda, fiéis soldados por ela amados...” Dançando e cantando, saiu de cena, deixando, [atônita, sua audiência](#).

Dessa vez, não repetiria o erro. “O que será mais difícil ao imprevisto cientista vai ser impor o seu dramático arrependimento de engraçado”, [previa Osório Borba](#). Algo desse arrependimento já transparecia em certas crônicas publicadas no *Diário de Notícias*. Fosse por conta dessa metamorfose, fosse pelos golpes sofridos na sua vida particular ou ainda, quem sabe, pelos tempos sombrios na política, um tom mais reflexivo e filosófico começou a se sobrepor à postura esfuziante adotada anteriormente.

Os amigos – e a maioria ignorava o interesse de Apporelly pela ciência – precisaram se familiarizar com outra imagem sua, a do homem enfurnado no seu laboratório, na companhia dos tubos de ensaios, frascos, microscópios, lâminas de testes, maçaricos, pilhas de revistas científicas e cobaias. Realizava suas experiências sob o olhar inspirador de cientistas que desafiaram o *status quo*, como Copérnico, Malthus, Oswaldo Cruz, Freud e Darwin, cujos retratos foram espalhados [pelas paredes](#). Concentrado no novo trabalho, o Barão recebia os amigos com longas preleções científicas. Caminhando de um lado para o outro da sala, Apporelly – para aflição dos colegas – não se cansava de falar no assunto.

As explicações que impingia aos amigos leigos se concentravam em pontos básicos. Os cientistas que, em várias partes do mundo, estudavam a questão haviam chegado, segundo Apporelly, a duas conclusões:

Primeiro, a febre aftosa é uma doença infecciosa provocada por um vírus filtrável. Segundo, estão esgotados todos os recursos da física e da química no sentido de identificá-lo. Tais conclusões me colocaram diante de duas verdades: uma, a dos sábios pesquisadores cheios de conhecimentos; a outra, a minha pobre verdade, que não me permitia vacilar, sob pena de ter de duvidar dos meus próprios sentidos. E de lá para cá começou [minha odisseia](#).

Por que dos “meus sentidos”? Porque, sob o microscópio, ele teria visto numa gota suspensa, o que ninguém teria conseguido enxergar até então, “um belíssimo espetáculo”, o qual ele lamentava não ter podido fotografar. Os cientistas acreditavam que a aftosa seria provocada por um vírus filtrável, e não por um bacilo visível num microscópio comum e cultivável num laboratório. Contudo, ele dizia ter recriado numa estufa as mesmas condições a que o vírus era submetido no organismo de um animal: “O resultado dessa experiência foi para mim uma agradabilíssima surpresa. Examinada a cultura encontrei, depois de algumas horas, os bacilos que esperava.” Sua conclusão foi a de que “todos nós temos razão”: os “sábios” por afirmarem que a febre aftosa é provocada por um vírus filtrável; e ele por dizer que esse “vírus evolui até à forma de bacilo [microscopicamente visível](#)”.



Em 1941, na chácara de Bangu, Apporelly escreve sua coluna do *Diário de Notícias*.

[2]

No laboratório, ele mantinha um caderno de anotações, em que, à maneira de um diário, registrava suas ponderações e reflexões, deixando de lado por um momento os bacilos e os vírus para abordar problemas pessoais. Rabiscava recomendações na terceira pessoa, dirigidas a si mesmo, como se um Apporelly aconselhasse ao outro. “Procure roubar ao seu repouso no intervalo dos seus trabalhos cinco minutos para dedicá-los a cada um de seus filhos. Não deixar que eles pensem estar desprovidos da vigilância paterna. Evitar vale mais [do que remediar](#).” Se Ary e Arly estavam respectivamente com 18 e 17 anos, a mais nova, Ady, com 15 anos, morava em São Paulo com amigos da família.

Escrevendo ao pai, a caçula demonstrava estar familiarizada com sua nova mania e brincava a respeito das experiências. “Então? Já está um cientista de fato? Não se assuste que serei uma verdadeira Pasteur... da cozinha. Já sei fazer diversos pratos, pastel de carne, de queijo. O molho de tomate já é [meu velho amigo](#).” Havia, entre os dois, uma brincadeira a respeito da calvície progressiva do pai. O Barão batizara alguns dos seus fios de cabelo com os nomes dos ditadores em voga, na expectativa de vir a comemorar a queda de cada um: “O frio aqui é de rachar até a raiz dos cabelos. Ah! E por falar em cabelo, como vão os seus? O Hitler; o Mussolini? Já caíram? Acho melhor não batizar um deles de Getúlio porque se não der resultado, cai todo o cabelo e só fica um fio, [que é o tal](#).”

Apporelly preocupava-se também com o pai, a quem mandara passar uma temporada em Araxá. “Seu pai precisa de repouso e tranquilidade moral”, aconselhava, antes de discutir em detalhes a dieta alimentar apropriada – “coisas refrescantes, água de arroz, água de coco verde, [chá de barba de milho](#)...” Também não descuidava da própria saúde no ambiente de alto risco do laboratório: “Calma. Nada de impaciências. Cuidado com a contaminação. Todo cuidado pessoal. Proteção das mãos, pés, [fossas nasais](#).” Além da condição física,

mostrava-se atento ao seu estado de espírito, procurando fortalecer a própria determinação: “Continue seus estudos e seus trabalhos. Quanto mais estudar, mais solidificar-se-á a base de seus trabalhos que deverão ter o pedestal de cimento armado.” E prosseguia: “A chuva cai sobre o solo e penetra-o para fertilizá-lo. Assim como a chuva, deve ser também o pensamento [sobre o assunto](#).”

Uma pessoa tão desorganizada quanto ele não parecia ter o perfil indicado para o trabalho em laboratório. Aparentemente, tinha consciência disso, uma vez que na sua caderneta repetiam-se advertências:

Anotar bem claro todas as manifestações. Sobretudo marcar bem os tubos de ensaio, pois, sem esse cuidado, é muito fácil fazer confusão, que redundarão num prejuízo total para a experiência. Não se impacientar com os resultados das inoculações. Não se deixar perturbar ou confundir por isso. Observar, sempre com calma, [e anotar tudo](#).

Enquanto o cientista trabalhava, às vezes numa disposição sombria, o humorista profissional tinha a obrigação de exibir sua outra face na coluna do *Diário de Notícias*. Ali procurava divertir os leitores registrando as variações do seu estado de espírito e seu esforço para evitar a amargura e o desânimo. Se Apparício Torelly despertava ruminando suas dúvidas e preocupações, o Barão de Itararé começava o dia saltando olímpicamente da cama recitando, “com voz emocionada”, um trecho da Canção do Tamoio, de Gonçalves Dias: “A vida é combate/que aos fracos abate/que aos bravos, aos fortes só pode exaltar!” E prosseguia: “Em dado momento pareceu-me até ter ouvido a voz de Cícero, vibrante e enérgica, dizendo, numa linguagem familiar, numa sessão solene no Capitólio: ‘*Viris equisque, ut dicitur, decertandum est!*’ O que, traduzindo em níqueis miúdos, quer dizer: ‘É preciso lutar por todos os meios, com todos os recursos!’” E trombeteava sua mensagem de otimismo:

Ora, um homem que acorda desse jeito, trajando à romana, ouvindo Cícero no original e recitando versos indígenas não tem o direito de achar a vida totalmente ruim. Positivamente, com esse entusiasmo, com esse vigor que sinto em todas as fibras do meu ser, serei um covarde, indigno de envergar a camisola curta dos centuriões de Roma, se hoje mesmo, sem perda de tempo, não tentar pelo menos um empréstimo a longo prazo [num banco desta praça!](#)

[3]

Enquanto o Barão escrevia as linhas acima, as tropas alemãs, passando pela Bélgica, Holanda e Luxemburgo, avançavam pelo norte da França com uma rapidez que surpreendeu o mundo. A opinião pública internacional se familiarizava com a *Blitzkrieg* e, pela primeira vez, se dava conta da revolução que as modernas técnicas haviam introduzido na guerra. Assustado com os trinta navios mercantes afundados só nos primeiros oito dias de guerra, o Barão, com lápis e papel na mão, calculou que, caso o conflito durasse dez anos, nada menos do que 15.600 navios mercantes seriam mandados “para as profundezas de Netuno”. Como solução para o problema, propôs, então, a fabricação de grandes submarinos mercantes e de passageiros.

O submarino atual é uma baleia com periscópio, cujo ventre está repleto de explosivos. O submarino mercante do futuro será a baleia bíblica em cujo bucho os profetas Jonas poderão passar muitas semanas divertidas, comendo ao som de orquestras maravilhosas até serem vomitados num porto [seguro](#)...

Outras vezes suas especulações sobre as novas tecnologias postas a serviço da morte

suscitavam um humor macabro, impregnadas de uma ironia que lembrava o Kafka de *A colônia penal*. Foi assim quando anunciou a invenção de um novo tanque de guerra que, ao contrário dos outros, não espalhava destruição e caos: “Ele mata em perfeita ordem e trata os mortos com o devido respeito, dando-lhes sepultura condigna.” A nova máquina de guerra, apesar de complicada por dentro, funcionava com “uma encantadora simplicidade” ao avançar sobre o inimigo:

O soldado adversário, aprisionado pela caranguejola, é morto por um jogo de lâminas humanitárias e embrulhado em papel celofane impermeabilizado. Ao mesmo tempo movimenta-se um conjunto de pás, que, em vez de cavarem trincheiras, abrem uma cova, onde é depositado o corpo do soldado desconhecido, enquanto outro conjunto de enxadas e ancinhos encarrega-se de colocar e espalhar terra por cima. Automaticamente sobre a fossa fechada, o tanque coloca uma cruz com a inscrição RIP (*Requiescat in pace*) em oito idiomas, [inclusive o esperanto](#).

O avanço do rolo compressor nazista era visto por alguns com desalento, por outros com admiração. No Brasil, em discurso a bordo do encouraçado *Minas Gerais*, em junho de 1940, Getúlio Vargas entendeu que também devia se pronunciar a respeito dos acontecimentos internacionais. Diante dos chefes militares afirmou que “os povos vigorosos, aptos à vida, necessitam seguir o rumo das suas aspirações”, numa justificação das ambições expansionistas de Hitler. Também se lembrou de condenar os “liberalismos imprevidentes”, que não se mostravam à altura [das “nações fortes”](#). Um dos chefes da polícia política no Rio de Janeiro, em memorando a Filinto Müller, comemorou: “No meio militar a repercussão foi enorme... Entre os integralistas, o entusiasmo [foi indescritível](#).”

A essa altura, o domínio exercido pelo Estado Novo era quase absoluto. Um mês antes do discurso a bordo do *Minas Gerais*, Vargas falara a trabalhadores reunidos no estádio do Vasco para anunciar a lei do salário mínimo, antiga reivindicação popular. Enquanto os sindicatos estavam desarticulados e muitas das suas lideranças presas, os trabalhadores eram atraídos e incorporados à base de apoio ao regime.

Ciente de que não bastava vencer, mas sim convencer, Getúlio decidiu montar uma eficiente máquina de propaganda, colocando a censura aos cuidados de uma mentalidade menos truculenta do que a de Filinto Müller. Encontrou o homem de que precisava na figura de Lourival Fontes, um sergipano de 39 anos, bastante inteligente. De físico franzino, sofria de paralisia num dos braços, devido a uma queda na infância. Formado em Direito, dirigira uma revista, chamada *Hierarquia*, na qual defendeu ideias simpáticas ao fascismo. Também havia participado do Centro de Estudos Políticos, uma das matrizes do movimento integralista, mas dele logo se afastaria quando ficou claro que os ventos não sopravam para aquele lado.

Getúlio Vargas confiou a Lourival a criação e a direção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), ao qual, nos últimos dias de dezembro de 1939, Filinto Müller entregaria, a contragosto, a missão de vigiar a imprensa. A mudança teria implicações na vida de jornalistas, escritores e dos trabalhadores intelectuais em geral que, como Apporelly, precisavam seguir atuando naquelas condições adversas. Na carta em que pedia a Lourival que seus censores fossem aproveitados na nova instituição, Müller despedia-se com um “Abraça-o cordial e afetuosamente o amigo de sempre”. Contudo, nos relatórios internos, as fórmulas de cortesia davam lugar a um sentimento de ódio extravasado em insinuações maliciosas e em observações agressivas. Filinto via em Lourival sua nêmesis, e os dois se

enfrentariam nos bastidores do governo no início dos anos 1940, sem perceberem que representavam braços igualmente necessários ao mesmo regime: um, brutal e violento, intimidava pelo terror, outro, insinuante e persuasivo, dobrava escrúpulos e comprava consciências.

Entre os adjetivos com que inimigos e amigos brindavam Lourival Fontes, talvez o mais apropriado fosse “eficiente”. E essa seria a impressão do próprio Getúlio. Quando o procuraram com queixas contra o diretor do DIP, o presidente pediu nomes alternativos para o cargo. Diante do silêncio dos críticos, Vargas teria dito: “Na falta de um homem genial – um Goebbels, por exemplo – a pessoa que serve para o exercício do cargo [é o Lourival](#).” Os informantes de Filinto, que elaboravam relatórios sobre os principais jornalistas cariocas, chegando às vezes a minúcias psicológicas a respeito das suas personalidades, também colocaram o chefe do DIP sob a sua lupa:

Quanto à formação propriamente constitucional, seria extremamente difícil enquadrar a Lourival nas linhas gerais conhecidas de qualquer dos mestres em psiquiatria. Lourival é o tipo *standard* do chamado “homem cinzento das ruas”. Amorfo psicologicamente, sem vontade própria, nem ação pessoal, adapta-se às condições mais fáceis. É o tipo que serve para situações indecisas: sem ódio e sem amor, cumpre [o que lhe mandam rigidamente](#).

[4]

A mão pesada do Estado Novo ainda era sentida de modo brutal, como ocorrera em março de 1940, quando a redação de *O Estado de São Paulo* foi ocupada pela polícia. Encampado pelo governo, o jornal circulava sob a direção de Abner Mourão, que era [dócil ao regime](#). Porém, de modo geral, Lourival Fontes preferia exercer uma ação mais inteligente sobre a imprensa, como consta na argumentação usada por ele num documento interno dirigido a Getúlio Vargas, em que se defendia dos seus críticos. Nele, o chefe do DIP recusava a sugestão de que o governo, como fizera, aliás, com o jornal *A Noite*, comprasse um grande diário para defender suas posições.

Não creio que esse precedente (e o tempo se encarregará de atestar e provar) possa servir no futuro de exemplo animador. Um jornal não é apenas uma folha impressa, dispondo constante e invariavelmente do favor e da estima pública. Um jornal é muitas vezes um patrimônio e uma tradição, e as suas lutas, revezes, campanhas ou orientação criam o seu valimento na opinião pública. Não será mais aconselhável, em vez de transferi-los à propriedade ostensiva do governo com seus evidentes inconvenientes, utilizá-los e aproveitá-los, conservando em face do público a aparência de que [são livres e independentes?](#)

Tanto Filinto Müller quanto Lourival Fontes preocupavam-se com os intelectuais de esquerda, mas cada um à sua maneira. Uma lista elaborada pela polícia política em 1940 enumerava 1.305 intelectuais considerados comunistas. Entre eles, tidos como potencialmente perigosos para o regime, estavam Graciliano Ramos, Rachel de Queiróz, Astrojildo Pereira e Apparício Torelly, o centésimo décimo quinto da relação:

Brasileiro. Jornalista. Em liberdade. Prontuariado desde 25/6/1934. Agitador. Colaborador do *Homem Livre*, do *Avante*, de *A Manhã* e diretor de *A Manhã*, jornais reconhecidamente comunistas. Conta [duas entradas nesta DE](#). Conhecido por Apporelly, foi um dos diretores do órgão comunista *O Povo* [sic].

O nome seguinte na lista pertencia ao mais próximo colaborador de Apporelly em *A Manhã*, um jornalista gaúcho também ligado ao partido: “Sady Garibaldi – Brasileiro. Jornalista. Em liberdade. Prontuariado desde 19/4/1929. Agitador comunista. Orador.

Colaborador de *A Classe Operária*, órgão comunista. Conta duas entradas nesta DE.”

Curiosamente, Sady Garibaldi figurava também em outra lista, que incluía os escritores e jornalistas pagos por serviços ao DIP. Contudo, a natureza dessas colaborações variava muito: iam de um produto politicamente inócuo, como uma adaptação radiofônica de um conto de Machado de Assis, até uma amostra da mais abjeta adulação ao ditador no poder. Desse modo, a rubrica de Garibaldi traz apenas a menção a “biografias”, numa provável referência a traduções de algumas das *Vidas de homens ilustres*, de Plutarco, editadas com auxílio oficial. Como comparar esse serviço com um *Elogio proletário de Getúlio Vargas*, escrito por outro jornalista, que por ele recebeu 1.500 réis?

A exemplo de Garibaldi, artistas, músicos e dramaturgos como Luiz Peixoto, Orestes Barbosa ou Joracy Camargo, trabalharam para o DIP, independentemente das suas opiniões. Contudo, fosse ou não politicamente inofensivo o que viessem a produzir, seus nomes – ainda que às vezes colaborassem anonimamente – conferiam prestígio ao departamento dirigido por Lourival Fontes, sendo visível o orgulho que lhe dava o elenco de colaboradores que arregimentara. Dirigindo-se ao presidente num documento de 1941, ele se gabava: “Colaboram com o DIP, trabalhando diretamente ou emprestando o seu assíduo concurso intelectual, os melhores valores do jornalismo profissional e das nossas [letras e cultura](#).”

As publicações mais ousadas procuravam driblar a censura e as pressões do Departamento de Imprensa e Propaganda, adotando, às vezes, táticas nada convencionais. Na revista *Diretrizes*, Samuel Wainer orgulhava-se das colaborações de vários escritores de esquerda, como Jorge Amado, Graciliano Ramos e Aníbal Machado, mas também achava conveniente ter entre eles a poetisa Adalgisa Nery. Contou Wainer nas suas memórias:

Adalgisa, uma mulher linda, escrevia textos muito interessantes, não era preciso ser indulgente para publicá-los.

Mas o fato de ser casada com Lourival Fontes naturalmente valorizava sua presença na redação de *Diretrizes* e oferecia à revista [algum tipo de proteção](#).

Proteção com que jornalistas independentes não podiam contar. Em 18 de setembro de 1940 informava uma nota publicada no governista *A Noite*: “Suspensão da profissão de jornalista”. Seu personagem principal chamava-se Bruno de Martino. Ao publicar um artigo num pequeno jornal de Niterói, *O Estado*, teve o azar de ver algumas de suas linhas consideradas “insultuosas ao Exército Nacional”. A punição veio de forma fulminante: numa reunião “sob a presidência do Sr. Lourival Fontes”, o Conselho Nacional de Imprensa, formado por representantes dos próprios jornais, “resolveu unanimemente aplicar ao Sr. Bruno de Martino a pena de suspensão da profissão de jornalista”. Nem o seu próprio jornal pensou em solidarizar-se com ele. Ao contrário, aterrorizado, inseriu no número seguinte uma nota repudiando o conteúdo do artigo e anunciando [sua demissão](#).

A quem esses jornalistas poderiam recorrer? Certamente não à Associação Brasileira de Imprensa. Apenas dois dias após a suspensão do jornalista, os diretores e conselheiros da ABI disputavam o privilégio de acompanhar Getúlio Vargas pelos corredores da nova sede da entidade, numa visita ao edifício recém-construído – com ajuda, aliás, do governo. “A cerimônia singela, mas reveladora da gratidão da classe ao sócio benemérito da ABI”, ou seja, ao próprio Getúlio, tinha um objetivo. A diretoria desejava, informava *A Noite*, que “o nome do seu grande benfeitor figurasse em caracteres de bronze à entrada do edifício num

dístico que assinalasse o júbilo dos homens de jornal pela obra que ali ficaria erguida, desafiando a porfia dos tempos...” E ali continuam, “desafiando a porfia dos tempos”, as letras em bronze agradecendo “o espontâneo e decisivo apoio do presidente Getúlio Vargas”. Seguem-se, presos à parede, os nomes dos diretores e conselheiros. Mesmo organizada em ordem alfabética, a lista não traz no alto o nome de Apparício Torelly, conselheiro desde os anos 1930, que foi afixado numa espécie de “adendo”, abaixo da relação, junto com um pequeno grupo aparentemente acrescentado *a posteriori*.

26. O alquimista

[1]

NAS MANCHETES dos jornais, os números relativos às vítimas da guerra na Europa aumentavam e se sucediam com tamanha rapidez que acabariam incorporados à rotina do leitor. As notícias eram tão brutais, observaria Apporelly em sua coluna, que “aos poucos nosso coração vai se calejando e acaba completamente insensível a tanta desgraça”. Milhares de mortos numa batalha ou centenas de naufragos num navio torpedeado já não comoviam as pessoas, e a única prova de que o ser humano não se encontrava completamente anestesiado estava em sua sensibilidade diante das pequenas desgraças individuais:

O homem de aço que lê sem a menor emoção a descrição realista dum bombardeio em Varsóvia, solta o jornal e sai correndo como um alucinado para ir socorrer sua vizinha, que está com uma espinha atravessada na garganta. É isso que, apesar de tudo, não me faz descreer dos altos destinos [reservados à humanidade](#).

A morte do pai, João Torelly, em fins de agosto de 1940, uma dessas pequenas desgraças individuais, encontrou o humorista mergulhado no laboratório, ocupado com um passo importante: a redação de um comunicado científico, resumindo suas ideias a respeito da aftosa, dirigido à Academia Nacional de Medicina. Pela primeira vez, exporia suas teorias diante de um público especializado. A condição de leigo – sequer se formara em medicina – apenas aumentava sua apreensão, já que acreditava penetrar num território científico ainda inexplorado. A iniciativa partira de um dos integrantes da Academia, o doutor Henrique Roxo, professor de psiquiatria da Faculdade de Medicina, que soube das pesquisas de Apporelly e convidou-o a falar aos colegas.

Na edição de 20 de setembro de 1940, o jornal *A Noite* publicava, espremida entre duas manchetes sobre a guerra (“Bombas gigantescas sobre Londres!”; “Atrocidades inomináveis!”), uma pequena nota sob o título “Na Academia Nacional de Medicina”. Nela o repórter insinuava que a monótona rotina da instituição poderia vir a ser quebrada por certa comunicação científica capaz de tornar “ruidosos e memoráveis os plácidos cinco minutos ocupados pela sua apresentação”. O tema, a evolução *in vitro* do vírus da febre aftosa, “comporta larga análise e oferecerá matéria a longas controvérsias”. Seu autor era “o senhor Apparício Torelly, nome vastamente conhecido nos círculos jornalísticos, antigo estudante de medicina em sua terra natal, Porto Alegre, e apaixonado estudioso dos problemas biológicos”.

Num rascunho do texto apresentado, ele se propunha a responder a três perguntas: “1. Qual é a origem da febre aftosa? 2. Que é a febre aftosa? 3. Qual é a natureza do vírus responsável pela febre aftosa?” E escrevia:

Conhecidas as origens da peste; identificado e desmascarado seu misterioso agente patogênico; apontadas as vias de contaminação através das quais ele penetra nas vias do organismo do animal, para praticar uma insólita agressão, será tarefa relativamente fácil chegar às armas a empregar para combatê-lo com toda a segurança.

Na sua visão, a febre seria “uma fermentação provocada pelo vírus, que são verdadeiros fermentos, isto é, micro-organismos vivos e, como tais, capazes de se desenvolver”. E

avisava: “Não venho anunciar a cura da febre aftosa. Os métodos de tratamento dos animais são muitos e, em geral, conhecidos.” Seu objetivo, explicava, era a prevenção da doença por uma vacina cuja fórmula se propunha a descobrir. Os vírus, sozinhos, não podiam afetar os animais. “O grande perigo está no ambiente que o animal lhe oferece para se desenvolver. Nessas condições, sim, eles conseguirão as armas para desencadear uma agressão [violenta ao organismo](#).” Esta observação o distinguia dos outros pesquisadores, pois abordava a questão de um ponto de vista mais abrangente ao relacionar o desenvolvimento da doença com a alimentação e o ambiente do animal.

Falando à imprensa mais tarde, Apporelly preferiu esperar para fazer novos pronunciamentos e definiu a comunicação como “uma nota prévia”. A pedido dos médicos, ele prontificou-se a, num futuro próximo, repetir seus experimentos diante de técnicos apontados pela Academia Nacional de Medicina.

Estou neste momento ultimando as demonstrações de laboratório, que devo repetir diante dos técnicos nomeados pela Academia, devendo nessa ocasião apresentar a comunicação definitiva àquele douto cenáculo da ciência. Os debates então serão abertos e a questão deverá ser desdobrada, em toda a sua impressionante amplitude através de uma nova série de demonstrações que constituirão [outras tantas surpresas](#).

Porém, como o *establishment* científico receberia suas colocações? Se havia algum preconceito, este existia de parte a parte. Numa crônica publicada um mês antes do comunicado à Academia, ele se queixara dos homens da ciência, que tendem a “complicar as coisas mais simples”. “A linguagem dessa gente é extremamente complexa... A nomenclatura é qualquer coisa de intransitável e siderúrgica, quando não toma o aspecto de pesadas nebulosas, que nos invadem e escurecem por completo a abóbada craniana...” Assim, transformavam a ciência no “privilegio de uma casta não muito numerosa, mas que continua a fazer um misterioso monopólio de algumas pobres e discutíveis verdades”. Quando, perguntava-se, os cientistas se dignariam a usar palavras como água ou piolho? “Água da bica é, para todos os efeitos, ‘protóxido de hidrogênio ou hidrolato simples’ e o piolho é distinguido com o belo pseudônimo de *Pediculis capitis*, que mais parece ser o nome de um opulento patricio [da Roma dos césaes](#).”

Apporelly perseguia seu objetivo animado não apenas pela curiosidade científica, mas também por um sentido prático: estava convencido das grandes possibilidades comerciais que uma vacina como aquela ofereceria. As provas que tanto buscava lhe proporcionariam “um triunfo moral e material”. Preocupava-se com a exploração de sua descoberta dentro e fora do país. Registrou no seu caderno de anotações: “É preciso requerer com a maior urgência o registro da patente da vacina. Fazer o pedido imediatamente para o Brasil, Estados Unidos, Alemanha, Argentina, Canadá, Inglaterra, França, Uruguai – de preferência os países de maior importância pecuária.” Planejando ressuscitar a empresa que havia fundado nos anos 1920, ele sonhava alto e estudava a criação “de uma companhia que, sendo proprietária da fórmula da vacina, pudesse, por meio de royalties, explorar industrialmente o produto em todo o mundo”. No esboço do pedido de patente, adiantava que “o peticionário reivindica o privilégio de fabricar uma vacina que será denominada de ‘Amy’”. Pensava em homenagear dessa maneira seu filho, a essa altura com quase dois anos, que deixara com [parentes da sua mulher](#).

No entanto, o magnata em que ele planejava se transformar convivia no seu íntimo com

outro personagem, romântico por natureza: a figura do cientista pioneiro e gênio incompreendido. Sem se dar conta, vivia o romance da ciência nos moldes descritos pelos ficcionistas do século XIX, vendo a si mesmo como o protagonista central daquele drama. No fragmento de um texto inédito, intitulado “O ponto de partida”, lembrou que devia o início de suas pesquisas ao cheiro de acetato de amoníaco que percebera nos excrementos das vacas:

É certo que por meter o nariz onde não devia fui suficientemente castigado... Durante 12 anos sofri a tortura de Tântalo, com o pote de água na minha frente, mas sem poder atingi-lo para ao menos mitigar a sede que me devorava... Durante 12 anos consecutivos senti no meu cérebro a febre que ataca sempre os que se deixam seduzir por um ideal.

Os doze anos a que se referia eram uma alusão ao período que separava suas primeiras pesquisas, do fim da década de 1920, da retomada daqueles trabalhos, empreendida no início dos anos 1940. “Mas não sofri apenas os efeitos da febre”, prosseguia, imbuído do papel de mártir da ciência.

Sofri também suas consequências tragicômicas. Levado pelo delírio, muitas vezes não medi as consequências dos meus próprios passos. Senhor de uma verdade, perdi a noção de outras verdades. Essa obstinação febril me levou a novas decepções e novos sofrimentos. Passei por transe que escaparam à imaginação de um Dostoiévski.. Mas bendito martírio que me fez voltar à realidade! Benditos suplícios que me ensinaram a compreender que também as pedras das estradas têm suas finalidades...

Os amigos do humorista, intrigados com seu comportamento, haviam especulado, brincando é claro, se o humorista não estaria em busca de uma “pedra filosofal”. No vocabulário dos alquimistas, o termo designava a fórmula imaginária capaz de converter qualquer metal em ouro. Sem saber, seus companheiros haviam esbarrado aqui num dos veios que alimentavam as ideias nada convencionais de Apporelly a respeito de ciência. Ele havia recebido suas primeiras noções sobre o assunto nos bancos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, cujo ensino, queixava-se, era dominado pelos princípios positivistas. No primeiro ano, teve de ler o compêndio indicado pela escola para a cadeira de química – orgânica e inorgânica. “O tratado recomendado era o de Grimaux, um francês”, escreveu anos depois num de seus cadernos.

No prefácio dessa obra, entre outras coisas, liam-se dois tópicos: 1) Uma observação irônica sobre a ignorância dos cientistas da Antiguidade, que só conheciam quatro elementos: água, ar, terra e fogo, e que eram, para eles, os componentes básicos da vida universal; 2) Um ataque frontal aos alquimistas...

A anotação termina nesse ponto, mas, ele deixaria claro, em outros escritos, que suas simpatias não estavam com os modernos, julgados arrogantes, mas com os cientistas da Antiguidade e os alquimistas. Quatro anos mais tarde, numa crônica intitulada “A reabilitação dos alquimistas”, Apporelly deixaria entrever sua verdadeira opinião a respeito. Começava lembrando os espertalhões que, diante dos reis da Idade Média, derretiam pedaços de estanho ou chumbo, tendo antes o cuidado de colocar em seu interior pepitas de ouro. Mas os químicos, ao desmascararem esses charlatães, teriam também desmoralizado injustamente os alquimistas, que não mereceriam ser confundidos com aqueles. Por esse motivo os alquimistas teriam “passado à história da química como indivíduos delirantes, que perseguiram um sonho [cientificamente irrealizável](#)”.

Essa injustiça seria reparada. Segundo ele, “os progressos da físico-química moderna” levariam à reabilitação dos alquimistas:

Os estudos sobre a radioatividade de certos elementos podem provar que os átomos do polônio, do urânio, do rádio etc. se desintegram, passando a constituir átomos de outros corpos simples, como o hélio, por exemplo. A teoria da indivisibilidade do átomo defendida pelos fundadores da Química, assim, já não se pode manter de pé.

Segundo Apporelly, as implicações dessa reviravolta eram evidentes:

Os alquimistas, que eram tidos na conta de loucos e ambiciosos, agora ressurgem como cavaleiros andantes, cheios de fé, que bem merecem o título de pioneiros da lei de transformação da matéria, sobre a qual repousa a evolução do universo. Os alquimistas, com alguns séculos de antecedência, pressentiam uma verdade que não conseguiam demonstrar.

Sendo quem era, o Barão de Itararé não poderia deixar de aplicar suas conclusões ao cotidiano.

Hoje ninguém mais duvida da possibilidade de transformação de um metal em outro. A companhia de bondes diariamente recolhe uma enorme quantidade de níquel da nossa população. Todo esse níquel, depois de uma série de operações, é transformado numa certa quantidade de ouro, que é distribuído aos seus acionistas no Canadá.

E defendia:

O que precisamos agora é popularizar esses processos a fim de torná-los acessíveis às camadas mais necessitadas. No dia em que cada um de nós puder praticar o mesmo prodígio, transformando todos os pedaços imprestáveis de papel em papel-moeda então todos os nossos problemas estarão resolvidos.

[2]

Em março de 1941, as pesquisas do humorista, até então conhecidas apenas por alguns, transformaram-se em tema de reportagem de capa da revista *Diretrizes*, com a chamada “Apporelly cientista”. Nela, Otávio Malta anunciava bombasticamente: “O Barão de Itararé aparece como criador de uma teoria que o coloca no mesmo plano de um Pasteur, de um Newton, de um Galileu.” Depois de uma visita ao refúgio do jornalista em “Bangu-sur-Mer”, o repórter compartilhava sua descoberta com os leitores: “O público conhece Apporelly, o homem de letras, o humorista de gênio, o Barão de Itararé. Eu surpreendi Apparício Torelly, o homem de laboratório, o cientista, aquele para quem hoje a alegria é viver perseguindo um vírus: o vírus da febre aftosa.” Na época, ele raspava a barba cultivada na prisão. Numa das fotos, exibe um tubo de ensaio ao repórter. Em outra, posa diante da pequena máquina de escrever em que redigia sua coluna para o *Diário de Notícias*, acomodada sobre uma escrivaninha.

Ao fim da entrevista, enquanto acariciava sua principal cobaia, o “Dr. Coelho Branco”, Apporelly disse a Malta:

Nada, é claro, poderá ser feito sem as provas. São essas provas que estou reunindo pacientemente. O mundo é dos céticos. Já era assim há dois mil anos, quando Nosso Senhor Jesus Cristo veio à Terra. Naquele tempo, São Tomé queria ver para crer. Agora os São Tomés nem vendo muitas vezes querem acreditar. Com tal gente não é possível deixar de lado as provas. E essas serão tão evidentes, que a verdade, afinal, ficará também ao alcance [dos cegos](#).

Uma foto mostrava Apporelly segurando sua cobaia sob a seguinte legenda: “O Dr. Coelho Branco, o mais sincero e dedicado colaborador de Apporelly. O cientista garante que, um dia desses, ele terá como prêmio uma gaiola com placa na porta.” A brincadeira trazia embutida outra piada, mais restrita, fora do alcance da maioria dos leitores: Coelho Branco era também o sobrenome de um conhecido delegado da polícia política, que o Barão e seus amigos de *Diretrizes* certamente sonhavam em ver um dia atrás das grades.



O jornalista Otávio Malta em visita a Apporelly no laboratório em Bangu.

Alvo de elogios dos amigos fiéis e de ataques e deboches por parte do *establishment* científico, o que haveria afinal de consistente nas ideias do humorista a respeito da aftosa? À luz dos conhecimentos atuais, não se sustenta sua afirmação de que teria “visto” num microscópio a evolução de um vírus para uma bactéria, até porque os vírus somente seriam visualizados por meio de microscópios eletrônicos, inexistentes na época. Com o microscópio óptico de que dispunha era possível ver, sim, a bactéria, ainda que o material por ele examinado provavelmente contivesse o vírus e as bactérias presentes em muitos ambientes.

Ainda assim, outro aspecto das suas teorias ganhou certa atualidade: aquele que aponta a relevância do meio ambiente para o surgimento da doença, inclusive os diversos tipos de solo e a alimentação dos animais. Consideradas fantasiosas na década de 1920, essas ideias revelam afinidade com a “teoria ecológica” adotada por estudiosos da doença nos anos 1970, que exploraram as relações e as interações do agente com o hospedeiro e com o meio ambiente. Na década seguinte, pesquisas revelariam que o desenvolvimento do mal era influenciado pela movimentação do gado e pelas características [das diferentes regiões](#). De qualquer forma, a polêmica e barulhenta investida do humorista pela ciência não terminou de forma definitiva e espetacular, pois a sonhada consagração triunfal nunca chegou, assim como seus adversários no mundo científico jamais demoliram suas teorias, nem vieram a público denunciá-lo como charlatão. A voz, antes clara e cheia de convicção, aos poucos se tornou um murmúrio, abatida pela indiferença e pela incompreensão que a rodeavam.

delegado especial Affonso Henrique de Miranda Corrêa, titular da Delegacia Especial de Segurança Política e Social do Distrito Federal, resumida numa única linha dirigida aos seus subordinados: “Observar as atividades e [ligações de Apparício Apporelly \[sic\]](#).”

Mas o que haveria de interesse para a polícia nas atividades daquele homem, que no momento parecia mais concentrado nos rebanhos bovinos do que nos humanos? O faro do delegado não se equivocava. No mês de março em que Apporelly concedera sua entrevista a *Diretrizes*, os últimos remanescentes do comitê central do PCB foram presos em São Paulo, desarticulando o partido, que contava apenas com a direção da Bahia em liberdade. Mesmo assim, os integrantes e simpatizantes, agindo isoladamente, procuravam manter-se em atividade, como o Barão, que colaborava, por exemplo, com a arrecadação de fundos. Um indício desses contatos é um bilhete que Agildo Barata, ainda preso, conseguira fazer chegar às mãos de Apporelly, datado de 27 de setembro de 1941. Para sua sorte, o pedaço de papel nunca caiu nas mãos da polícia.

Meu caro B.

Apronte a barriga. Nós outros andamos precisando de uns cobres. Lembramos-nos de v. Embora reconheçamos que v. é um velho feudal arruinado, também somos forçados a convir que estamos ceguinhos. Se v. não possuir o vil metal, desdobre-se de modo a obter coisa aí parecida com dois contos. Pouco exigentes que somos, contentamo-nos com mais ou menos isso. Dois pacotes é uma boa base. Pedi ao portador que lhe dê notícias nossas, pois não quero alongar essa carta. É claro que sua nobre barriga pode e deve deixar de aguentar sozinha essa sangria e, nesse caso, v. poderia usar do nosso nome e do meu em particular. Um grande e fraternal abraço do bloco e um mais apertado e fraternal do seu

[Agildo.](#)

Cerca de vinte dias após o delegado especial Miranda Corrêa pedir que Apporelly fosse observado, outro documento, de 5 de janeiro de 1942, assinado pelo chefe da Seção de Segurança Social, Serafim Braga, voltava à mesa do chefe com algumas informações que um subordinado, um tanto burocraticamente, reunira. Depois de registrar que o investigado era jornalista e exercia a profissão no *Diário de Notícias* (“onde percebe cerca de três mil-réis mensais”), o delegado informava:

O sindicato, quando entre jornalistas ou amigos, conta anedotas e tece comentários desairosos à administração e ao valor político de S. Excia., o Sr. Dr. Getúlio Vargas, embora mantendo ele relações de amizade com os senhores Oswaldo Aranha, Herbert Moses e [Assis Chateaubriand](#).

Nada havia de estranho, na realidade, na convivência entre o humorista e Aranha. Além da amizade pessoal, algo mais voltava a aproximá-los também no campo da política. De volta ao Brasil depois de deixar a embaixada de Washington, Oswaldo Aranha agora estava à frente do Ministério do Exterior. O novo ministro era, no entanto, como que um corpo estranho no interior do governo de Getúlio. Com o desenrolar da guerra, Vargas e seu regime se viam sob uma pressão cada vez maior para assumir uma posição em relação ao conflito. Enquanto os setores do governo simpáticos aos aliados se aglutinavam em torno de Oswaldo Aranha, aqueles alinhados com o Eixo se guiavam por nomes como os generais Góes Monteiro e Eurico Dutra, ambos agraciados pelo embaixador alemão com a mais alta condecoração do governo nazista.

Neste segundo grupo, destacava-se Filinto Müller. Entre os mais bem informados, era notória a rivalidade que opunha o chefe da polícia ao Itamaraty. Certa vez pediram que Aranha intercedesse para libertar o diretor do escritório da agência United Press, preso por

ter divulgado uma notícia sem a aprovação do censor. Aranha explicou que nada podia fazer: há pouco tempo mandara instalar um telefone no escritório da United Press, mas descobriu espantado que também ele, ministro, só podia ter acesso aos despachos depois de liberados pela censura. “O país está nas mãos de um homem e de seu chefe de polícia”, comentou irritado. Em carta ao próprio Getúlio, acabaria se queixando da vigilância imposta pelos homens de Filinto:

Levei ao teu conhecimento as torpezas e misérias dessa polícia, que não respeitou minha casa, minha família, nem minha vida. Sei que mandaste indagar da procedência da minha queixa e ordenaste a cessação imediata desses constrangimentos. A verdade, porém, foi que eles aumentaram [com tua intervenção](#).

Dois acontecimentos decisivos para o desfecho da guerra se dariam em 1941. Em junho, as tropas de Hitler invadiram a União Soviética, surpreendendo Stálin, que desprezara as informações obtidas pela inteligência dos aliados. Paradoxalmente, o passo foi recebido com certo alívio pelos comunistas e seus simpatizantes em todo o mundo. Era o fim de um período de ambiguidade moral por parte da esquerda, em que a situação se desenhava em complicados tons de cinza. Com a invasão, tudo voltava a ser simples: preto no branco. A nova frente aberta na guerra, que produzia um número ainda maior de mortos, levou o Barão a comparar o homem ao lobo: “Lobo não come lobo. E só come gente em caso de necessidade. O homem mata outro homem por maldade, mastigando desculpas esfarrapadas sobre o espaço vital ou palitando os dentes [com a liberdade dos povos](#).”

O segundo acontecimento foi o ataque japonês à base americana de Pearl Harbor, no Havaí, em 7 de dezembro. Com a adesão da União Soviética e dos EUA, definia-se a aliança que selaria o destino do nazismo. A chegada da guerra ao Pacífico, porém, espantou o humorista. Com os navios de guerra americanos, os japoneses torpedearam as últimas ilusões do Barão: “Na minha incurável ingenuidade, achei que aquele imenso mar, com esse nome tão fagueiro e inofensivo, afinal, fosse uma barreira intransponível para as legiões guerreiras.” De pacífico, o oceano sempre tivera apenas o nome, “pois na verdade é o mais agitado e proceloso dos grandes mares”, um elementar fato da geografia ensinado a Apporelly por “muitos senhores que moram em Cascadura, mas que costumam viajar aos domingos, de pijama e chinelos, pelas páginas das revistas ilustradas, e que por isso armazenam apreciáveis conhecimentos suburbanos sobre casos [extravagantes da natureza](#)”.

Pressionado pelos Estados Unidos, pela opinião pública e pelos revezes sofridos pelas forças do Eixo, que já não pareciam invencíveis, em janeiro de 1942 o governo Vargas rompeu relações com a Alemanha e a Itália. Aranha chamou a atenção de Getúlio para a complacência demonstrada pelos agentes de Filinto Müller em relação aos espões alemães que começavam a ser presos e pediu a exoneração do chefe de polícia. A disputa não escapou à atenção do governo de Berlim. Àquela altura, Aranha e Müller, falavam-se apenas pelo telefone e, mesmo assim, trocando palavras. Por ordem de Joseph Goebbels, ministro da Propaganda, a rádio Berlim criou, para sua emissão para a América do Sul, uma rubrica dedicada exclusivamente a atacar o chanceler brasileiro: “Cartas a Oswaldo Aranha”. Nela, acusava o locutor: “É bem sabido que Aranha, há muito tempo, é o instrumento comprado e provavelmente bem pago de [Roosevelt no Brasil](#).”

A queda de braço entre as duas forças dentro do regime, a facção pró-aliados e aquela que simpatizava com o fascismo, atingiu um momento decisivo em julho de 1942.

Contrariando as instruções do Itamaraty, Filinto Müller tentou proibir um desfile de estudantes como comemoração da independência dos EUA, mas a crise política que se seguiu levou à sua exoneração, junto com o ministro da Justiça, Francisco Campos, ambos pró-Eixo, e Lourival Fontes, do DIP. No mesmo mês, oito submarinos alemães deixavam a costa francesa rumo ao litoral do nordeste brasileiro. Em agosto, um único submarino, o U-507, afundaria três navios brasileiros, matando, em poucas horas, 551 pessoas. A reação popular foi imediata. Um dos alvos dos manifestantes enfurecidos que saíram pelas ruas do centro do Rio de Janeiro foi o diário germanófilo *Meio-Dia*. Não adiantou condenar o ataque aos navios, pois a multidão destruiu o luminoso na fachada do jornal e exigiu, aos gritos, que fosse retirada dali uma bandeira do Brasil [que sua direção hasteara](#). Pouco mais de dez dias depois, em 31 de agosto de 1942, o Brasil declarava guerra à Alemanha e à Itália.

[4]

A vida tumultuada de Apporelly cobrara seu preço, principalmente em relação aos seus filhos. Os dois rapazes, Ary e Arly, tinham respectivamente 20 e 19 anos em 1942 e ingressavam na vida adulta sem dar ao pai maiores preocupações. A filha, Ady, com 17 anos, dava-lhe mais dores de cabeça. Nas crônicas e colunas de *A Manhã*, o humorista criticava métodos convencionais para a criação dos filhos. Tratava-se de um problema biológico que os homens, “por estupidez”, insistiam em transformar numa questão moral. Os pais, argumentava, são “déspotas inconscientes que exercem uma odienta tirania sobre a infância”. Pior, seguiam sempre as orientações de “celibatários neurastênicos e solteirões recalçados que se metem a ditar códigos sobre a melhor maneira de criar os filhos alheios”. Em nome da liberdade, condenava a proteção excessiva proporcionada pelos pais e que, segundo ele, nada pressagiava de bom: “Os pais que não sabem criar os filhos são, pois, os responsáveis pelo aparecimento desses tipos inúteis e sem iniciativa que encontramos a cada passo, nisso a que chamamos ‘a nossa melhor sociedade’, e onde se reúne o que há de pior na espécie humana.” Sem liberdade, acaba-se criando homens e mulheres “incapazes de dar um passo sem consultar [o papai e a mamãe](#)”.

O humorista podia ridicularizar os manuais de psicólogos e de pediatras e até, superficialmente, ironizar o machismo dos gaúchos, contudo, na vida real, suas teorias não o ajudavam a lidar com a jovem irrequieta e obstinada que tinha à sua frente. Os amigos percebiam que o Barão se incomodava com o comportamento da filha, que fumava, bebia e frequentava o Vermelhinho, o bar no centro do Rio que concentrava jornalistas e intelectuais de esquerda. Mesmo num grupo que se pretendia progressista, prevaleciam os valores tradicionais, de forma que o comportamento da jovem levou um dos frequentadores do bar e amigos do humorista, o jornalista Joel Silveira, a referir-se a ela, anos mais tarde, como [“uma louca”](#). Ao procurar se familiarizar com os amigos do pai, conversando de igual para igual com os adultos, a jovem deixava-o constrangido: ao menos nisso ele era convencional.

O choque entre o humorista e a filha de personalidade forte não demorou a acontecer. Dois anos antes, numa carta ao pai, enviada de São Paulo, queixara-se de que os habitantes da cidade eram muito formais e sisudos. “Esperava mais de São Paulo. É uma cidade muito

cheia de preconceitos”, opinara, numa observação significativa para uma menina que tinha apenas 15 anos. Agora, aos 17, a distância entre eles parecia maior. Quando lhe perguntavam sobre sua filha, o humorista desconversava, dizendo que ela viajara, o que não era verdade.

Numa carta de setembro de 1942, enviada ao pai sem o endereço do remetente, Ady pedia: “Se alguém perguntar por mim, diga a verdade. O senhor, que sempre foi inimigo da mentira, não minta, dizendo que fui para fora. Diga que saí de casa.” Tranquilizava o pai, explicando que estava hospedada com uma amiga, mas expunha seu ressentimento. “Já que o senhor não pode dar um jeito na minha vida, eu mesma darei. Começarei do princípio. Trabalharei, sim. Tenho certeza de que algum dia serei dona do meu nariz”, anunciava, explicando que lavar roupa e cozinhar não proporcionariam a independência que ela queria. “Algum dia o senhor, que é tão inteligente, virá a compreender meu ponto de vista. Não culpe a ninguém. Ponha a mão na cabeça e veja quem tem culpa”, acusava. Com uma ponta de insolência, reclamava do tratamento recebido por ela, diferente daquele concedido aos irmãos: “Pense no futuro dos meninos. Faça-os trabalhar para ganhar dinheiro e deixarem de pedir todos os dias algo novo. O senhor não teve tanta energia comigo? Tenha com eles, precisam mais do que eu.” Avisando que morava perto dele, em algum lugar do bairro de Copacabana, terminava a carta pedindo que não a odiasse e prometendo que ele ainda se orgulharia dela: “Sei o que estou fazendo. Sinto a consciência muito tranquila. Um abraço da filha [que muito te quer. Ady.](#)”

[5]

A vitória soviética em Stalingrado, em fevereiro de 1943, marcou uma virada nos rumos da guerra ao abalar o mito de invencibilidade de Hitler. Paralelamente, a blindagem em torno da figura de Vargas montada pelo Estado Novo apresentava as primeiras fissuras. Sua popularidade tinha um componente autêntico, mas comportava também uma imagem cuidadosamente construída pelo DIP. “Getúlio, soldado do Brasil” era, por exemplo, o título de uma conferência de Chermont de Brito, uma das muitas encomendadas pelo DIP a homens de letras e jornalistas. “O tempo vivido no quartel, o seu aprendizado militar, o gosto inato pela arte bélica, somados às influências ancestrais deram-lhe as mais nobres e mais puras qualidades do soldado”, explicava o palestrante sobre os anos que Getúlio passara no Exército.

O tom de adulação nessas peças de propaganda lembrava os elogios empilhados sobre “o nosso querido diretor” em *A Manhã*. E não adiantava, ao leitor entediado, fugir para a página de esportes, porque fatalmente esbarraria no prêmio Presidente Getúlio Vargas na seção de turfê, assim como, nos cafés e padarias, a onipresente fotografia do “primeiro mandatário da nação” vigiava a mais inocente conversa travada sobre um chope ou uma xícara de café.

Para a opinião pública, ficava cada vez mais clara a semelhança entre a exaltação oficial da figura de Vargas e as técnicas de propaganda do fascismo. Subitamente, o que meses antes seria impensável, aconteceu. Em 10 de novembro de 1943, data em que, pela Constituição, deveriam ser realizadas as eleições presidenciais, estudantes desafiaram o Estado Novo

realizando a “passeata do silêncio” pelas ruas de São Paulo, com as bocas amordaçadas por lenços negros. Sem que soubessem, a iniciativa evocava a “passeata da rolha”, liderada pelo jovem Apporelly na Porto Alegre de 1918, contra a censura imposta por Borges de Medeiros. Contudo, a manifestação dos paulistas teve um desfecho trágico e duas pessoas foram mortas a tiros pela polícia.

Pouco mais de um mês depois, ao apagar das luzes de 1943, em 29 de dezembro, Apporelly obteve autorização para visitar presos políticos na penitenciária agrícola do Distrito Federal. O documento não mencionava nomes. Nele, o delegado especial pedia providências para que o Sr. Apparício Torelly visitasse, “em caráter excepcional e na data da apresentação deste, vários presos políticos ora recolhidos nesse presídio, cujos nomes serão [citados no momento](#)”. Se permitida “em caráter excepcional”, a visita não era um gesto rotineiro. Sua autorização talvez se devesse aos tempos que começavam a mudar ou, quem sabe, à interferência de um amigo influente. Ao que parece, o humorista não visitaria um prisioneiro específico.

Àquela altura, já não estavam presos os “professores” e “intelectuais” de 1935, tendo permanecido na cadeia apenas aqueles cujo envolvimento no levante foi comprovado ou os presos posteriormente, acusados de integrar o Partido Comunista. Quatro meses antes, os partidários ainda em liberdade haviam realizado clandestinamente a “Conferência da Mantiqueira”, em Engenheiro Passos, no Rio de Janeiro. Da mesma forma como recebeu bilhetes de Agildo Barata contrabandeados da prisão, não é improvável que Apporelly estivesse levando alguma mensagem aos companheiros detidos.

Por mais inócuas e politicamente inofensivas que fossem suas colunas no *Diário de Notícias*, ele ainda incomodava os setores mais retrógrados do governo, talvez por sua personalidade e por sua história. Em março de 1944, chegou à mesa do delegado da Superintendência de Segurança Política e Social de São Paulo um “comunicado confidencial” em que transparecia o ódio pelo humorista: “Um nosso reservado informa que Apparício Torelly, humorista e ‘chantagista’ que mantém no *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, a seção *Amanhã tem mais*, elemento destacado entre os ‘intelectuais vermelhos’, vem promovendo uma campanha sistemática contra as ordens política e social dominantes, publicando conceitos ilógicos e desagregadores, à guisa de ‘humorismo’, acerca do nosso esforço de guerra, arrefecendo, assim, o entusiasmo dos brasileiros sobre a luta que empreende o país contra o eixo.”

Assim, num sinal da mudança dos tempos, um informante da polícia política, foco de simpatizantes do nazismo, prontificava-se a dar lições de patriotismo a Apporelly, um antifascista em todos os sentidos. Mais realista do que o rei, o colaborador da polícia criticava as autoridades pela aparente condescendência com que o tratavam.

Apporelly vale-se de suas relações com os próceres do governo... “que não o levam a sério e que dão boas gargalhadas com suas anedotas”... para exercer seu apostolado degradante. Prova a asserção o recorte junto. Acredito que será preciso uma providência para desmascarar esse mau brasileiro, que há longo tempo vem desservindo ao país em que goza – inexplicavelmente – de “grande prestígio” [como intelectual!](#)

O recorte anexo exibia uma coluna do humorista sobre uma questão um tanto bizantina, que não parecia justificar tamanha reação: uma discordância entre o governo soviético e o governo polonês no exílio, instalado em Londres. Aparentemente, o motivo da irritação

estava no título e subtítulo: “Os mistérios da guerra: uns se expõem aos sacrifícios na frente de batalha e outros querem mandar, mas em lugar seguro.”

Num aspecto, pelo menos, o informante acertava: o grande prestígio desfrutado por Apporelly. Além de sua coluna diária no *Diário de Notícias*, divulgada também em jornais de outras cidades, ele foi convidado, em dezembro de 1943, para publicar uma seção num novo diário lançado na capital federal. O jornal era o vespertino *Folha Carioca*, que surgia disposto a inovar sob a inspiração e a orientação de um velho colaborador do Barão, o paraguaio Andrés Guevara.

A essa altura, o humorista não escrevia em casa. À medida que a atmosfera política começou a desanuiar, ele mostrou-se disposto a trocar o sossego do casarão em Bangu pela agitação das redações. A nova rotina de Apporelly, responsável por duas colunas, apareceu numa reportagem da *Revista do Globo*, que descrevia o dia a dia de alguns jornalistas famosos. “Caso único é o de Apporelly. Aparece de manhã e à tarde em jornais diferentes com uma crônica humorística”, relatava Francisco de Assis Barbosa. Pela manhã, costumava ir à redação da *Folha Carioca*. Depois de fazer uma ponta bem fina no lápis, munia-se de uma borracha e começava a escrever numa letra miúda e nítida. “Continua a escrever calmamente, tirando de quando em quando uma baforada do cigarro”, contava o repórter. “A seu lado estão Guevara e Augusto Rodrigues. Ambos desenham e falam pelos cotovelos. O Barão não se altera. Às vezes interrompe o trabalho, olha por cima dos óculos e sorri por entre barbas apostólicas.” À noite, indiferente ao barulho ao seu redor, cumpria um ritual semelhante sentado à sua mesa no *Diário de Notícias*. Impressionado com sua capacidade de trabalho, o repórter espantava-se: “É realmente assombroso que, em quase trinta anos de vida jornalística, Apparício Torelly não se sinta esgotado como um [limão chupado...](#)”

Naquela época, o humorista voltou a cultivar a barba, o que provocou um descompasso na sua imagem pública. Nos cabeçalhos das colunas desenhados por Guevara, ele aparecia sem barba na seção publicada pela manhã, no *Diário*, e barbado na *Folha Carioca*, que circulava à tarde. Essa transição foi registrada em dois retratos pintados pelo amigo Portinari. O primeiro, de 1940, mostra um Apporelly com 45 anos, sem barba, ainda de cabelos escuros e sem óculos. No segundo, de 1946, ele surge com barbas e cabelos grisalhos, de óculos, mais envelhecido. Durante os seis anos que separam os dois retratos, milhões de vidas foram consumidas pela Segunda Guerra e o Brasil viveu sob sua ditadura mais opressiva. Contudo, quando se leva em conta a história política do país, a distância entre as duas telas não poderia ser maior: a primeira foi pintada no auge do Estado Novo, quando o regime sufocava qualquer voz discordante; a segunda, no período de efervescência democrática que se seguiu à sua derrocada. A mudança de ares na política seria prenunciada pela frenética atividade jornalística de Apporelly, constatada na reportagem da *Revista do Globo*. Os ventos começavam a soprar em outra direção. Depois de, prudentemente, tê-las deixado de molho por tanto tempo, o Barão estava prestes a poder exhibir suas barbas em público novamente.



Portinari, em 1945, pinta o segundo retrato do Barão, já com barba grisalha.



Parte 5
(1944-1948)

27. O banquete

[1]

AO ENTARDECER de um dia de abril de 1944, um grupo de amigos, em sua maioria jornalistas, reuniu-se, como fazia àquela hora, numa mesa de um bar no centro do Rio. O encontro oferecia uma oportunidade para repassarem os acontecimentos do dia, trocarem fofocas colhidas nas redações, arriscarem um palpite a respeito dos últimos desdobramentos da guerra na Europa e resmungarem contra o governo, sempre em busca de alguma réstia de luz que brilhasse naquele túnel de sete intermináveis anos pelos quais se estendia o Estado Novo.

Como ocorre com boas ideias, ninguém soube dizer precisamente quem foi o autor, nem mesmo o cronista Rubem Braga, que estava presente à mesa, mas alguém lembrou que em mais ou menos um mês Apporelly completaria 25 anos de jornalismo. Por que não promover uma homenagem ao Barão, propôs outro. Afinal, ele não era a própria encarnação do espírito de crítica e de sátira que fazia tanta falta naqueles anos de arrocho? E quem melhor para simbolizar as vítimas do regime? Afinal, seus cabelos e barbas tinham começado a ficar grisalhos na Casa de Detenção. O humorista – pelo simples fato de continuar a ser ele mesmo – acabara virando uma espécie de [símbolo da resistência](#).

Formulado de improviso na mesa do bar, o plano era fazer algo discreto, reunindo apenas os amigos em algum restaurante. Porém a notícia logo se espalhou por redações, livrarias e bares da cidade. A repercussão surpreendente daquela proposta explica-se pela atmosfera política em que surgia. O momento era mais do que propício. A derrota do Eixo despontava no horizonte como algo provável e a opinião pública esperava o desembarque dos aliados na Normandia. No Brasil, percebia-se certa eletricidade correndo pela cena política: todos intuíaam que o fim do fascismo tornaria insustentável a sobrevivência do Estado Novo. Aqui e ali, vinham à tona nomes dos antigos partidos cassados pelo regime, que ensaiavam sua possível volta à vida pública. Como estavam proibidas manifestações políticas, recorria-se a um expediente inventado na França do século XIX: banquetes em torno de personalidades, geralmente em locais como o Jockey Club ou na sede de alguma associação empresarial. Por que, então, não organizar um banquete para Apporelly, perguntaram-se seus amigos.

Os termos empregados pelo *Diário de Notícias* deram o tom da receptividade diante do “jubileu do Barão de Itararé”, numa homenagem ao “notável humorista” ao “homem digno e [boníssimo Apparício Torelly](#)”. Um pequeno anúncio com a efigie do Barão no traço de Guevara foi publicada em alguns jornais, convocando os amigos do humorista e informando onde estavam disponíveis as listas de adesão. Deixadas em locais como o próprio *Diário*, a Associação Brasileira de Imprensa, a revista *Diretrizes* e a livraria José Olympio, as listas ganhavam novas assinaturas a cada dia, com mais pessoas que se comprometiam com o jantar, numa relação que adquiria um caráter ecumênico, refletia a amplitude da frente que se estabelecia contra o regime. Os nomes variavam do general Flores da Cunha a Luiz Aranha,

irmão de Oswaldo Aranha, do jovem arquiteto Oscar Niemeyer ao compositor Dorival Caymmi, do poeta católico Augusto Frederico Schmidt ao modernista Oswald de Andrade – reservou um lugar até mesmo “o cônego Távora, uma das mais expressivas figuras da nossa Igreja, [autorizado pelo arcebispo](#)”. Em poucos dias, os convites acabaram e a festa precisou ser transferida para um local mais amplo, o restaurante da Associação Brasileira de Imprensa.

Por toda parte, à medida que a data se aproximava, a comemoração do jubileu ganhava força. Um a um, os principais cronistas dos jornais cariocas, Raymundo Magalhães Jr., Rachel de Queiróz e outros, dedicaram artigos ao Barão. Oswald de Andrade, na sua coluna “Telefonema”, no *Correio da Manhã*, declarou sua adesão e anunciou ter comprado o convite. Já havia até enviado ao tintureiro o fraque com que comparecia àquelas solenidades: “Também eu marchei modestamente com os sessenta mangos obrigacionais para ter a glória e a vaidade de contar entre [os seus amigos do peito](#).” Genolino Amado, em crônica intitulada “O homem e o símbolo”, publicada em *O Jornal*, saudou em Apporelly o “homem de inteligência singularíssima” e no Barão um Quixote e “o vulto mais autêntico do país [no período em que atravessamos](#)”. Raymundo Magalhães Jr. afirmou que o humorista se transformara “numa das forças morais da nossa imprensa” ao pôr “o rabo de papel do ridículo em vícios, defeitos e indivíduos que pedem corretivo”. A imprensa devia-lhe “um monumento em praça pública” por ter, com seu semanário, apresentado “um raio-x da profissão, mostrando nossos próprios defeitos, [falhas e ridículos](#)”. De Salvador, Jorge Amado lembrou o papel desempenhado por Apporelly na luta contra os camisas-verdes nos anos 1930:

Na luta contra o fascismo, o Barão de Itararé foi dos primeiros e dos mais decididos. Ninguém ridicularizou melhor o fascismo e sua máscara nacional que Apporelly, no seu jornal e nas suas colaborações para os diários. Pagou bem caro, naqueles tempos, esta coragem. Vegetou pelas prisões quando ser antifascista era arriscado, [não a moda de agora](#).

Entre aqueles que dissecaram o personagem do Barão estava Afonso Arinos de Mello Franco, que ofereceu algumas pistas para quem pretendia investigar a árvore genealógica de Itararé:

Hermes Lima acentuou o parentesco de Itararé com Dom Quixote. E eu lembrarei outro protetor do Barão, também tirado à religião do Riso: Pantagruel. Leva-o a investir contra os moinhos, mas na esperança de encontrar farinha lá por dentro. As palmeiras têm sabiás, mas às vezes também têm cocos comestíveis. Itararé pretende que se deve subir às palmeiras para comer o fruto, além de ouvir o sabiá mais de perto: que se deve investir contra o moinho para ver se existe alguma farinha aproveitável. Itararé reúne o real ao irreal. É quixotesco sem deixar [de ser pantagruesco](#).

Dos tributos depositados aos pés do Barão talvez o mais interessante tenha sido prestado por Rubem Braga, na sua coluna “Ordem do dia”, no *Diário Carioca*. Nele, o escritor pondera que os textos despreziosos do humorista poderão se revelar mais úteis do que muitas afirmações solenes quando alguém se propuser a escrever “a história da vida brasileira desse quarto de século”. “Os escritos desta época andam tão cheios, ora de inverdades, ora de omissões e enganos, que, entre as linhas e entrelinhas dos documentos, o historiador ficará a coçar o queixo – se for homem prudente”, opinava Braga. Ao analisar a declaração de um contemporâneo, o cronista convidava seu leitor a “se colocar do ponto de vista de um leitor de 1990”. Assim, abstraindo as intenções e circunstâncias que cercavam

aquela declaração, se espantaria ao perceber que ela perde muito de seu sentido, quando não assume outro, completamente diferente: “Direito por linhas tortas, torto por linhas direitas, assim escrevemos todos, sem falar do que dizemos e não dizemos nas entrelinhas.” Quando, no futuro, muitos “escritos soleníssimos” soarem “como pilhéria”, os historiadores descobrirão “entre os homens realmente representativos de nossa época, no que ela tem de mais sério e mais nobre, um senhor de barbas brancas que jamais entrou para a Academia”. Convidando todos a se somarem à homenagem, o cronista anunciava: “O Barão tem muitas qualidades extraordinárias, e a mais extraordinária de todas é a de, tendo tantas, [ser um homem decente](#).”

Apenas três dias antes do banquete, na madrugada de 6 de junho, pelas ondas do rádio chegou a notícia que todos esperavam: o desembarque das forças aliadas nas praias do norte da França. Havia muito o dia e o local do desembarque eram tema de especulações em todo o mundo, e também o Barão encaminhou aos comandantes da invasão seu conselho sobre como contornar o canal da Mancha, principal obstáculo no caminho dos exércitos aliados. Ele propunha, em vez de atacar, *atracar* a França e sugeriu que “por meio de potentes cabos, amarrados na costa francesa, se procurasse encostar as Ilhas Britânicas na França, fazendo desaparecer, dessa forma, [o famigerado canal](#)”.

O Dia D fez soar uma nota de autêntico entusiasmo popular. Muitos cariocas – registraram os jornais – colocaram seus rádios perto das janelas, ligados a todo o volume no noticiário sobre o desembarque. Na Cinelândia, oradores se revezaram falando numa manifestação convocada às pressas pela União Nacional dos Estudantes. As lojas enfeitaram suas fachadas com bandeiras do Brasil e dos países aliados, mas seus balcões estavam vazios: os vendedores estavam reunidos em torno dos aparelhos de rádio. “Nas fisionomias de todos podia-se notar uma satisfação imensa, como se a invasão houvera sido obra sua, ou como se com ela fossem resolvidos todos os problemas que nos afligem”, observou um articulista do *Correio da Manhã*. “A primeira coisa que se dizia – contou – antes mesmo do cordial ‘bom dia’ era [‘a invasão começou!’](#)”

À excitação do fato, somava-se um novo fenômeno: a velocidade com que os acontecimentos chegavam ao público pelos despachos radiofônicos que começaram às três horas da manhã. “Essa comoção que tivemos foi alguma coisa de absolutamente inédito. Amanhecemos com a história falando em nossa casa”, registrou Genolino Amado na sua coluna de *O Jornal*. “Nunca vi coisa mais bela, mais tocante, mais compensadora de tantas agonias, como o alastrar-se vertiginoso da vibração carioca no primeiro alvoroço da extraordinária notícia”, escreveu o cronista. À alegria misturava-se o pressentimento do que aquilo significava para o país. Havia ali, segundo ele, algo “mais profundo” do que “o frenesi [da novidade sensacionalista](#)”.

Três dias depois, algo daquela euforia ainda animava muitos dos que, no fim da tarde de 9 de junho, uma sexta-feira, concentravam-se nas esquinas e nos cafés nas imediações do prédio da ABI, prontos para o banquete. A multidão era composta por jornalistas, advogados, políticos, artistas, poetas, estudantes e populares. No superlotado salão, comprimiam-se amigos e personalidades como Portinari, Aníbal Machado, Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos, Afonso Arinos, Vinicius de Moraes, Flores da Cunha, Samuel Wainer e outros. De todo o país chegaram [dezenas de telegramas](#). Na

realidade, a festa, transcendendo a enorme popularidade do Barão, ganhara dimensão política, numa época em que manifestações estavam formalmente proibidas. No ano anterior, a despeito da polícia, estudantes haviam realizado passeatas em apoio aos aliados na sua luta contra o Eixo e, em outubro, o Manifesto dos Mineiros pedira o fim do regime de exceção.

Presente ao banquete, o jornalista Raymundo Magalhães Jr. lembrou o clima que predominou na homenagem:

Os convivas entravam no edifício da ABI com um ar de heróis que se expõem, de peito aberto, às represálias. Esperava-se que incidentes graves acontecessem – talvez prisões em massa – tanto mais que várias personalidades ligadas ao governo estavam presentes, numa tentativa de não se isolarem e acompanharem de perto a [evolução dos acontecimentos](#).

O clima era de nervosismo. Um dos mais preocupados era, compreensivelmente, o próprio presidente da ABI, Herbert Moses, que durante o Estado Novo soubera manter ótimas relações com Vargas. Agora, confidencialmente, pedia calma: “Nada de excessos! Nada de [provocações inconvenientes!](#)”

Apesar de toda a tensão, aquela foi a grande noite da vida de Apporelly. Dificilmente outra figura teria prestígio para reunir um leque de personalidades de áreas tão diferentes. O embaixador do México, José Maria D’Avilla, o convidou a visitar seu país. Jean Desy, embaixador do Canadá, fez o Barão prometer um artigo de, no mínimo, 1.500 palavras especialmente para a imprensa canadense, a ser traduzido para o francês e para o inglês pelo próprio embaixador. Circulavam pelo salão, também, dois representantes do governo de Washington, funcionários da Coordenação para Assuntos Interamericanos, U. G. Keener e R. Egan. Todos os convidados estrangeiros foram chamados para ocupar um lugar de honra à mesa principal, na companhia de Graciliano Ramos, do professor Roquete Pinto, de Flores da Cunha e Álvaro Moreyra. Numa sala de projeção, os desenhistas Augusto Rodrigues e o velho amigo e colaborador de Apporelly, Andrés Guevara, exibiram uma curta história sobre a vida do Barão em que, num gesto ousado, não faltavam alusões às [prisões que sofrera](#).

A chegada de Apporelly ao nono andar da ABI foi marcada por uma salva de palmas que se estendeu por alguns minutos. Ao ocupar seu lugar na mesa foi mais uma vez aplaudido pela assistência, que se pôs de pé. Apontado como o *speaker* da noite, Álvaro Moreyra passou a palavra ao primeiro orador. O jurista e jornalista Hermes Lima – que apenas oito anos antes estivera preso com Apporelly na Casa de Detenção – falou em nome dos amigos. Louvou o fato de estarem reunidos ali “tantos democratas, tantos republicanos, para festejarem e aclamarem um barão”. Frisou que um dos traços mais fortes e originais da arte e da maneira de ser de Apporelly era justamente sua capacidade de, por meio do humor, “nos levar ao centro de problemas e verdades”. Fez um histórico da sua figura, recordando que foi da Revolução de 1930 que o humorista surgiu “com um troféu: o título de Barão de Itararé”. Fizera mais que escrever artigos: “Criou um tipo, uma das personalidades contemporâneas mais sugestivas e ricas do nosso seio. Inventou e colocou o Barão no centro da vida nacional, de onde ele não saiu mais.” Também lembrou o estrago nas fileiras integralistas provocado por seus ataques: “No combate que por aqui tivemos de dar ao fascismo, a torrente do sarcasmo aporeliano, de que o Barão é o órgão autorizado, operou devastações memoráveis [no campo do inimigo](#).”

O cardápio do banquete, desenhado por Guevava, trazia o brasão da Casa de Itararé, trazia uma explicação: “Organizado por um êmulo de Vatel à revelia do Senhor Barão de Itararé.” Vatel vinha a ser o lendário *chef* que cozinhou para Luís XIV. Após a relação dos pratos (*Contrafilet de boeuf roti, Pomery Rissolée...*), era anunciada a ordem a ser seguida pela cerimônia: “O discurso do orador oficial, em nome dos homenageantes, será proferido pelo professor Hermes Lima, antes do banquete, a fim de que o Senhor Barão possa digerir com tranquilidade e beatitude. Sua Excelência responderá se quiser.”

Sua Excelência quis. Fez-se silêncio absoluto enquanto Apporelly lentamente se aproximava do microfone. Ninguém parecia disposto a perder uma palavra. Ele explicou que a emoção o deixara com a voz embargada e, olhando para a mesa cheia de personalidades, perguntou: “Tem algum desembargador aí?” Proclamando a importância da liberdade, mesmo para os que estavam soltos, pediu a libertação do único jornalista brasileiro ainda preso por crimes políticos: seu amigo Pedro Mota Lima. Exilado na Argentina, ele voltara ao Brasil assim que o país declarou guerra ao Eixo, apenas para ser preso. O apelo do Barão não ficaria sem resposta e, naquele mês de junho, o jornalista receberia um indulto.

Apesar do entusiasmo geral, dos aplausos e dos gritos, não havia ainda ficado para trás a época das mensagens veladas e das entrelinhas. Estas não faltaram no discurso de Apporelly, que tocou sutilmente numa polêmica que ameaçava dividir a esquerda em particular e a opinião pública democrática de um modo geral. Pouco mais de dois meses antes, Prestes, ainda na prisão, havia divulgado um primeiro documento a respeito da situação política. Nele encampava a tese defendida pelo grupo então hegemônico entre os que tentavam reconstruir o Partido Comunista: a ideia da formação de uma ampla unidade nacional, que deveria abranger inclusive Vargas e seu governo, naquele momento à frente do esforço de guerra contra o nazismo. Advertia Prestes:

Lutar pelas liberdades populares, não significa, neste momento, fazer o combate doutrinário ao Estado Novo e à Constituição vigente. Nem muito menos passar aos insultos generalizados aos homens do governo que enfrentam na prática problemas concretos de terrível complexidade e [cada vez mais difíceis](#).



O jovem Samuel Wainer cochicha ao ouvido do Barão, no banquete em sua homenagem, em junho de 1944 na ABI.

Com seu tom apaziguador, aquela era uma mensagem no mínimo perturbadora, inclusive para muitos no interior do partido, como Agildo Barata, também ainda preso e com quem o Barão mantinha relações. Se alguns achavam conveniente esperar o fim da guerra para levantar a bandeira da democracia e ir contra Getúlio, esse não era o caso de Apporelly. Em seu discurso, disse acreditar que não se devia esperar, pois era “no curso do próprio conflito que se afirmam os princípios pelos quais lutam os povos que [amam a liberdade](#)”. “Não compreendo um combatente”, disse ele, “dependendo de um relógio de pulso, embora seja verdade que todo combatente deve ter pulso para lutar mesmo que [não tenha relógio](#)”.

“O entusiasmo e a vibração das palmas que aclamaram o Barão foram indescritíveis”, descreveu o repórter de *Diretrizes*, revista com que o humorista começara a colaborar. Porém, curiosamente, a revista de Samuel Wainer, na qual era forte a presença dos comunistas, preferiu não transcrever este trecho, destacando generalidades. O Barão, informava a reportagem, dizia saber que “a homenagem não tinha caráter pessoal e entendia o alto sentido daquela reunião de homens livres e democratas no momento em que os povos [lutam pela liberdade](#)”.

Os discursos durante o banquete foram marcados por referências à derrota cada vez mais próxima do fascismo, deixando claro que, no Brasil, a ditadura também tinha os dias contados. Os jornalistas Rubem Braga, Egídio Squeff, Raul Brandão e Joel Silveira, quatro

correspondentes que, nas próximas semanas, embarcariam com as tropas da FEB, foram homenageados com aplausos. “Palmas e vivas explodem com efusão. Não era mais possível conter a onda de vibração que se alastrara pelo salão. Uma eletrizante sensação de entusiasmo domina a todos”, relatou o repórter, registrando os “vivas” dados à democracia e os “morras” ao fascismo. Depois do discurso de Flores da Cunha, Álvaro Moreyra pediu um minuto de silêncio pelos soldados aliados que, naquele momento, lutavam no norte da França. Depois, a assistência, de pé, cantou *A Marselhesa*.

Ao fazer o balanço do banquete, *Diretrizes* esclareceu o significado da festa:

Não foi uma homenagem, nem foi comemoração. Foi, isso sim, a maior consagração que o jornalismo honesto, democrático e decente do Brasil já recebeu em toda a sua história. E ninguém melhor do que Apparício Torelly podia representar esse jornalismo. Festejar o Barão era festejar o espírito brasileiro, o riso de independência e inteligência que há vinte anos vem exaltando a liberdade, atacando o fascismo e [defendendo o povo](#).

E como se comportou o Barão diante de uma homenagem tão consagrada? Uma pista pode ser encontrada numa crônica sua publicada naquele mesmo dia. Nela diz que o banquete seria oferecido a “um pobre velho, que mora numa casa mais velha ainda em Bangu”. O ancião, chamado Apparício Torelly, era seu amigo íntimo, explicava. E encontrava-se constrangido face àquela manifestação “que ele mesmo ainda não percebeu como surgiu e se desencadeou sobre sua bombardeada carcaça”. E prosseguia: “A batalha de hoje não é fácil. Trata-se de defender encarniçadamente uma pessoa indefesa contra uma saraivada de elogios disparada à queima-roupa. Esses elogios muitas vezes são a perdição de certas criaturas fracas, que não têm consciência da sua posição.” A missão do Barão era “procurar um abrigo seguro para o meu amigo Apparício Torelly, a fim de que não se transforme num desses indivíduos que se enchem de gases de importância, tornando-se ridículos e insuportáveis”. Mais do que nunca, aquele “pobre velho” precisava de “serenidade de espírito para continuar a trabalhar, como deve, por um ideal [que ainda não foi atingido](#)”. Seria uma referência à democracia ou às suas pesquisas científicas?

Em outra crônica, publicada depois do banquete, procurou desmistificar seu jubileu. Afinal, aqueles 25 anos, “fazendo os devidos descontos de domingos, feriados e dias santos, mais o tempo empregado em veraneios, viagens de núpcias e estações de repouso forçado, é possível que nem cheguem a vinte”. Além disso, ponderava, talvez fosse prematuro organizar comemorações quando “ainda nos encontramos rodeados de indivíduos que bem gostariam de se introduzir no salão de festas para despejar no nosso copo de vinho uma pitadinha de cianureto”, sem falar que, em meio à volumosa correspondência que recebeu, “aproveitando a balbúrdia dos estafetas”, chegaram “alguns avisos de bancos, convidando-me a comparecer com urgência à gerência a fim de tratar de assunto do [meu exclusivo interesse](#)”.

Ao ser adulado e festejado por tantas celebridades, constatou que conservara sua popularidade junto a um público mais amplo e até entre leitores jovens o bastante para não terem conhecido *A Manhã*, que saíra de circulação havia sete anos. Sinal disso eram as dezenas de telegramas enviados por admiradores das mais variadas origens. Sua fama atravessara os anos do Estado Novo graças ao prestígio acumulado pelo mítico semanário e às colunas publicadas no *Diário de Notícias*, desde 1938, e então na *Folha Carioca* e em *Diretrizes*. Mas também devido à sua condição de símbolo da resistência ao regime. Ele guardaria alguns daqueles telegramas pelo resto da vida: “Minhas congratulações ao grande

Barão de Itararé, o mago da pena. Gervásio Gomes de Azevedo, sargento do Exército”; “Ao grande homem do povo e espírito sábio de Apporelly. Saudações antifascistas. Seus admiradores do Espírito Santo”; “Os alunos do ginásio Bangu, firme na barricada contra o nazi-integral-fachismo”; “Congratulações, em nome da Associação Esperantista”; “Ao grande humorista Apporelly, apesar de fora das comidas. Os ferroviários José Pereira dos Santos e Silvio Pinto.” E outro, que talvez tivesse um significado especial: “Nome enfermos psicopatas Colônia Juliano Moreira leitores vossa original seção ‘Amanã tem mais’ transmito parabéns vosso brilhante jubileu literário. Aldemário Silva, [poeta e louco](#).”



Capa do cardápio do banquete em honra ao Barão. Desenhado por Guevara.

Os indícios de que o regime se enfraquecia continuaram a se acumular. Em agosto de 1944, dois meses depois do banquete e um mês após o primeiro contingente da FEB partir para a Itália, Oswaldo Aranha pediu demissão do cargo de ministro das Relações Exteriores quando o governo proibiu uma cerimônia em sua homenagem organizada pela Sociedade dos Amigos da América. Foi o último capítulo da longa luta que Aranha, com sua política pró-aliados, travara com os elementos do governo Vargas que simpatizavam com o Eixo. Mas se as notícias do mundo exterior eram boas, na vida pessoal um novo golpe iria desabar sobre sua “bombardeada carcaça”. No fim daquele mês de agosto e início de setembro, seus leitores perceberam que o festejado colunista havia desaparecido das páginas do *Diário de Notícias*. Não poderiam saber que, naquele momento, todas as suas atenções estavam voltadas para sua filha, Ady.

Desde que saíra de casa, ela havia insistido para que o pai lhe concedesse a maioridade. Seu objetivo era se tornar economicamente independente. Numa carta, explicava que pretendia fazer um curso de enfermagem; noutra, pedia-lhe que a ajudasse, com sua influência, a conseguir um emprego na companhia aérea Panair. Ao que parece, o pai mostrava-se reticente, tanto em relação à decisão de sair de casa, quanto à de obter um trabalho. A relação entre os dois, portanto, não era boa quando Ady foi internada numa clínica. Entre parentes e amigos espalhou-se a notícia de que seria vítima de uma apendicite. Outros integrantes da família, contudo, acreditavam que uma gravidez indesejada havia resultado num aborto feito em condições precárias.

As complicações que se seguiram agravaram seu estado, deixando o pai em pânico. Sempre interessado pelas coisas da ciência, percebeu durante a crise que a penicilina poderia salvá-la. Na época, porém, o remédio ainda era uma novidade recém-descoberta. Tentou conseguir o medicamento junto à Fundação Oswaldo Cruz, mas o esforço foi em vão. Ady Torelly morreu, aos 19 anos, no dia 7 de setembro de 1944, numa clínica de Copacabana. No atestado de óbito, consta como *causa mortis* “colapso cardíaco, apendicite sub-aguda”. Teria esta informação sido acrescentada ao documento a pedido do pai para corroborar sua versão? Um último esforço para afastar da morte da filha a sombra do que a sociedade da época consideraria um fim escandaloso? Difícil saber. O certo é que a nova perda o deixou prostrado. Possivelmente aumentou sua dor o fato de perceber em Ady algo do seu próprio temperamento: dos filhos, era talvez a de personalidade mais forte, a mais [rebelde e voluntariosa](#).

28. De escritores e crocodilos

[1]

EM 21 de janeiro de 1945, às 16h10, deixou a plataforma da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, um trem com carga preciosa. Partindo para São Paulo, levava nos seus bancos desconfortáveis parte importante da inteligência brasileira, formada por intelectuais, romancistas e jornalistas que participariam de um evento que prometia tornar-se histórico: o 1º Congresso Brasileiro dos Escritores. Integrando a delegação carioca, Apporelly, dezenove horas e muitos quilômetros depois, chegou à capital paulista, esgotado e amarrotado, para o encontro no Teatro Municipal de São Paulo. Durante a viagem, ao cruzar com vagões cheios de vacas, bois e bezerros, avisou: “Vamos voltar naquele ali, o trem do gado em pé.” Do grupo também faziam parte Aníbal Machado, Álvaro Moreyra, Joracy Camargo, Vinicius de Moraes, Carlos Lacerda, Marques Rebelo, Francisco de Assis Barbosa e muitos outros.

O humorista via no encontro uma rara oportunidade para atacar os problemas de uma classe pouco organizada, aquela que realmente extraía das letras seu sustento. Segundo ele, brilhava nessas ocasiões “a fina-flor dos rabiscadores bem nutridos e superiormente instalados na vida”, para quem a literatura servia como pretexto para “a realização de outros negócios, nem sempre limpos, mas em geral inconfessáveis”. Mais útil e urgente seria melhorar a situação dos autores de livros e de peças teatrais, dos cronistas e dos correspondentes que trabalhavam nas redações. “E isso não pode ser feito com poesias melosas ou [devaneios literários](#)”, defendia. Contudo, ele e seus colegas sabiam que, diante das circunstâncias, o congresso ganharia uma dimensão principalmente política.

Ao chegarem ao teatro, os participantes encontraram não apenas seus colegas escritores, mas um público curioso que se confundia com os intelectuais nos corredores, plateias, camarotes e galerias. Sentados à mesa de abertura, tendo ao fundo do palco uma gigantesca bandeira do Brasil, estavam Jorge Amado, Sérgio Milliet, Dyonélio Machado e Aníbal Machado. Após a abertura oficial, cerca de 250 participantes do congresso se espalharam pelo saguão do teatro. Logo reconhecido pelo público, Apporelly pôs-se a distribuir autógrafos a vários jovens, “usando as costas de uma gentil senhorita [como secretária](#)”, segundo um repórter.

Era tamanha a curiosidade do público em relação às celebridades literárias ali presentes que Sérgio Milliet sugeriu que os congressistas fossem chamados a avançar até o livro de presença, um a um, para que fossem reconhecidos pela plateia. Quando o gaúcho Dyonélio Machado foi chamado, ouviram-se as palmas para o autor de *Os ratos*. Jorge Amado, “metido numa túnica à moda de Stalin”, também foi aplaudido. Na vez do romancista e dublê de cronista esportivo José Lins do Rego, explodiram algumas palmas localizadas e particularmente entusiasmadas. “É a torcida do Flamengo”, explicou Apporelly. Por fim, chegou a vez do humorista. “Enfim a figura celestial de Apparício Torelly surgiu na fila”, escreveu Justino Martins. “Como um autômato, todo o auditório se ergueu e durante dois

minutos aclamou o maior humorista consciente do Brasil. Comovidíssimo, o Barão distribuiu [beijos às mancheias.](#)”

Os participantes organizaram-se em grupos encarregados de discutir os diferentes temas, tendo Apporelly presidido a comissão encarregada de cinema, teatro, rádio e imprensa, integrada por nomes como Oswald de Andrade, Vinicius de Moraes, Joracy Camargo e Álvaro Moreyra. As sessões de trabalho, nos dias seguintes, não seriam no Teatro Municipal, mas no Centro do Professorado Paulista. Ali, a campanha que pedia ordem e silêncio foi acionada generosamente em meio ao tumulto característico de quem, após anos de ditadura, esquecera ou jamais aprendera a deliberar o que quer que fosse coletivamente. Os veteranos eram obrigados a tolerar a inexperiência dos mais novos e eventualmente corrigiam detalhes de maior ou menor importância. Justino Martins acompanhou uma discussão política ouvindo os comentários do “impassível e brando Barão que, sentindo sobre os ombros o peso e as marcas de inúmeras experiências dos velhos tempos, alisava sardonicamente a barba de rabino...”

– Eles estão enganados. O Sr. Getúlio Vargas não fechou o Senado em 1937. Puro engano. Injustiça! Ele apenas não permitiu que o Senado reabrisse, naquela risonha manhã de 10 de novembro. O Senado fechara-se por si mesmo e comumente [na noite anterior](#)... – disse Apporelly.

Durante o evento, chegou ao congresso um telegrama de escritores portugueses exilados, estranhando a presença do embaixador de Portugal, Martinho Nobre de Melo, “um escritor fascista”. Apporelly, anos mais tarde, só o chamaria, em *A Manhã*, de “Marotinho de Melo”. Contudo, a exemplo dos colegas, ficou constrangido e levantou-se para tomar a palavra.

– É uma pena que ele seja fascista. Porque gostamos dos portugueses. O português, afinal de contas, é um brasileiro de bigodes...

– Salazar não tem bigodes, Barão – gritou alguém.

– *Lá isso é verdade, sim sinhore.* E o senhor Martinho também não.

Mário da Silva Brito, um dos participantes, lembra-se de que o humorista, vivendo o auge de sua popularidade, “era uma das figuras mais festejadas do congresso”. Além de admirado pelos mais conscientes como um símbolo da luta contra a ditadura, era um personagem que estava na moda. Todos queriam estar ao seu lado, até pessoas da alta sociedade. Nelson de Palma Travassos era diretor-proprietário da gráfica *Revista dos Tribunais*, onde grande parte dos livros brasileiros eram impressos. Riquíssimo, convidou os escritores do congresso para um almoço em sua chácara, perto do Horto Florestal, em meio a um cenário idílico. Por força das circunstâncias históricas do momento, o milionário de ideias conservadoras cultivava a amizade daqueles intelectuais esquerdistas. Muito espirituoso, pendurou, a certa altura, um guardanapo no braço e serviu drinks aos convidados. Ao se aproximar do humorista, perguntou:

– Quando vier o comunismo, ao menos serei aproveitado como garçom, não é, Barão?

E Apporelly, em tom grave e pouco amistoso:

– Isso se prevalecer o critério técnico...

Nos jardins da mansão, o humorista propôs um brinde à figura do escritor desconhecido. Na sua opinião, o mais abnegado entre todos.

– O escritor desconhecido – explicou – é aquele que insiste no seu anonimato, mesmo

quando a polícia o chama para premiá-lo e nega peremptoriamente: ‘Não fui eu, não fui eu [quem escreveu isso!](#)’

Durante o congresso, além de secretariar reuniões, falar aos jornalistas, apaziguar ânimos e aproximar pontos de vista, ele ainda desempenhou outra função: a de cupido. Na boate Bambu, aonde foram, certa noite, escritores e participantes do encontro, Apporelly convidou uma bonita jovem para dançar e esbarrou com Jorge Amado na pista. O escritor baiano, com o rosto afundado no pescoço de uma loura, parecia em transe. O humorista, sempre debochado, deu-lhe um tapa no ombro: “Acorda, rapaz!” Erguendo os olhos, Jorge sorriu ao ver a acompanhante de Apporelly. Mais tarde, veio à mesa do humorista. “Me apresente à moça, Barão”, pediu. E assim Jorge Amado [conheceu Zélia Gattai](#).

Como se esperaria, os três dias de trabalhos culminaram não num pronunciamento sobre alguma questão corporativa da categoria, mas numa declaração política, exortando o país a se ajustar aos princípios democráticos pelos quais os soldados brasileiros lutavam ao lado dos aliados na Europa. Reunindo escritores de diferentes posições em torno da bandeira da redemocratização, o congresso manteve de fora dessa grande família apenas os comprometidos com o Estado Novo. Eram os que, em artigo publicado no *Correio da Manhã* (“Onde está a Gestapo literária?”), Francisco Assis Barbosa classificara ironicamente como “os crocodilos”. Em meados de 1944, a atmosfera política parecia ter mudado um pouco. “Agora os crocodilos se mostram mais cautelosos. Parecem mesmo que estão dormindo”, comentava. Os integrantes daquela Gestapo das letras, segundo ele, disfarçavam-se em defensores da moral pública, acusando Lasar Segall de ser “pintor comunista”, Drummond de escrever “poesia pornográfica” e atacando Manuel Bandeira como “devasso, antibrasileiro e – insinuação ainda mais venenosa – [antigaúcho](#)”.

Quem eram, afinal, os “crocodilos” que pareciam recolhidos às suas tocas? Certamente os escritores do congresso incluíam entre eles Cassiano Ricardo. Se nunca subscreveu aquelas acusações contra os modernistas, o autor de *Martim Cererê*, na condição de editorialista de *A Manhã*, órgão oficial de propaganda do governo, orgulhava-se de ser considerado o poeta do Estado Novo. Nas páginas do jornal, não se cansou de exaltar a figura de Getúlio e de idealizar sua relação com o povo. “O presidente Getúlio Vargas” escreveu Cassiano “sempre despertou, como amigo dos garotos e em contato com a petizada operária, quando em visita a centros fabris ou bairros pobres, esse encantamento matinal com que os meninos brasileiros também aplaudem a sua figura nas telas de cinema e nas revistas fotográficas.” Tudo revelava “de que substância afetiva é tecida a existência do que se fez o [verdadeiro chefe do seu povo](#)”.

Ao comentar os preparativos para o congresso dos escritores, Oswald de Andrade faria uma referência “às intempestivas ordens do dia do Barão de Itararé”. Em seu discurso, homenageou os escritores presentes por meio dos personagens: “Está aqui o Brasil. Estão aqui João Ternura e Cobra Norato, o amanuense Belmiro. Está aqui o gato Sardanapalo e a cadela Baleia.” E, numa referência a Apporelly: “Está aqui a tradição do *humour* que é a flor cáustica da liberdade.” Mário da Silva Brito recorda-se de que Oswald afirmara no congresso que duas figuras heroicas se sobressaíram no período sombrio do Estado Novo que parecia chegar ao fim: o brigadeiro [Eduardo Gomes e o Barão de Itararé](#). Apporelly e o

brigadeiro... A associação parecia, a princípio, exagerada ou insólita. Os próximos meses revelariam que ela seria também problemática.

[2]

“O Barão de Itararé fala aos jornalistas”. A manchete, estampada no *Correio da Manhã* era acompanhada por uma foto em que Apporelly, sentado a uma mesa e assumindo ares de estadista, aparece cercado por repórteres engravatados. Sorridentes, todos estão voltados para ele, atentos, prontos para registrar cada uma das suas palavras. Na tensa atmosfera política daquele março de 1945, quando se sucediam os pronunciamentos de líderes e de personalidades a respeito do destino do regime de Vargas, o Barão havia conquistado um espaço surpreendente ao convocar repórteres e agências nacionais e estrangeiras, por meio da Academia Brasileira de Letras, para a primeira entrevista coletiva [concedida pelo Barão de Itararé](#).

Ao desembarcar dos elevadores, explicava a reportagem, os jornalistas eram recebidos pelos seus oficiais de gabinete. À frente deles estava Jocelyn Santos, “chefe da Casa Civil de sua excelência o Sr. Barão”, descreveu o repórter. “Passava pouco mais das 16h quando o ilustre chefe, passo cadenciado e macio, mãos cruzadas nas costas, entrou no salão de conferências de seu palácio.” A cena registrada na foto, o tom do entrevistado, o cerimonial improvisado, tudo se somava para compor uma paródia com um alvo certo.

Treze dias antes, Getúlio Vargas causara sensação ao conceder uma entrevista coletiva – a primeira desde a implantação do Estado Novo, oito anos antes. No palácio Rio Negro, na cidade serrana de Petrópolis, dignara-se finalmente a responder a eventuais perguntas de jornalistas ao anunciar, sob enorme pressão, a convocação de eleições. Porém decepcionaria a opinião pública ao se negar a alterar as leis do Estado Novo e descartar uma possível Constituinte como “desnecessária”, dando sua garantia pessoal de que o arcabouço autoritário não seria usado durante as eleições. “A entrevista” – era assim que os artigos a ela se referiam – tornou-se o assunto da semana. Durante dias a imprensa não falou sobre outra coisa. A própria imagem, inédita, do presidente à sua mesa, cercado por jornalistas, numa proximidade antes impensável, ficara gravada na consciência dos leitores.

O BARÃO DE ITARARÉ FALA AOS JORNALISTAS

A candidatura anti-aérea — “Não sou candidato!” —
Os retratos para a retratação — O reconhecimento
do governo russo



O Barão de Itararé entre jornalistas no A. B. I., ontem, quando concedia sua entrevista coletiva.

Em março de 1945, Apporelly convoca a imprensa:
sátira à primeira coletiva concedida por Vargas.

A manchete e a foto eram semelhantes, mas o personagem era outro. À falta de um palácio numa cidade de clima ameno, no alto da serra, Apporelly optara pelo 11º andar da ABI, “refrescado pelos aparelhos de ar-refrigerado”. Um comentário assinado pelo “serviço secreto” do DOPS de São Paulo e incluído numa resenha dos principais fatos da semana atestava que a brincadeira incomodara o governo. “A imprensa do Rio, com grande alarde, anunciou a entrevista coletiva do Barão de Itararé, Apparício Torelly, jornalista e escritor comunista, considerado, no momento, o príncipe do bom-humor nas rodas intelectuais do país”, informava o relatório. Porém seu autor apressava-se a adotar o tom adulatório habitual: “Sua entrevista foi uma paródia à concedida pelo Chefe da Nação aos jornalistas. Serviu, aliás, para mais salientar o prestígio do presidente, que emergiu da ‘pilhéria elegante’ mais consolidado em sua situação política e [em suas atitudes, que dias antes.](#)”

Contudo, àquela altura, o único lugar em que Getúlio se mostrava “mais consolidado” era nos relatórios de sua polícia. Entre os intelectuais, principalmente depois do Congresso

dos Escritores, todos fugiam de qualquer associação com o Estado Novo. Dias depois da “entrevista”, a imprensa anunciava que o pedido de exoneração feito por Carlos Drummond de Andrade fora finalmente aceito pelo ministério em que trabalhava. Sua ligação com o governo – ainda que servindo no gabinete de um ministro respeitado como Gustavo Capanema – parecia-lhe, explicou o poeta, uma incongruência diante dos princípios que subscrevera no Congresso Brasileiro dos Escritores. Também Apporelly, à frente de um grupo de jornalistas e colaboradores, anunciara publicamente a decisão de se desligar da *Folha Carioca* por discordar da “sua orientação política” – ou seja, sua linha pró-Vargas. Os outros integrantes do grupo eram José Lins do Rego, Raquel de Queiróz, Odilo Costa Filho, Augusto Rodrigues, [Prudente de Moraes Neto e Pedro Nava](#). Mais tarde, Drummond voltaria ao ministério e Apporelly, à *Folha Carioca*, mas seus gestos expressavam a paixão política do momento.

Entretanto, o Barão não havia convocado sua coletiva de imprensa, como Getúlio, para falar de eleições. Acompanhado de alguns amigos, levantava publicamente a necessidade de se criar um novo diário, que fosse independente e não ligado a grupos econômicos. Um órgão que, numa alusão à sua aventura dos anos 1930 e à falta de outro nome, vinha chamando de “Jornal do Povo”: “Um jornal do povo, com o dinheiro do povo e do qual todos sejam proprietários, sem pertencer a grupo algum.” Sobre a orientação do futuro órgão, limitou-se a dizer: “Defender os interesses do povo é uma grande política. Não adianta mudar as moscas, se a sujeira ficar sempre a mesma.” Fazia, no entanto, uma ressalva: “Mas não será um jornal sectário.” Cogitou também relançar *A Manhã* como um suplemento do futuro diário.

– Vossa Excelência já pediu autorização ao DIP? – quis saber um repórter.

– A essas horas o DIP já estará enterrado. Assim, só por sessão espírita do jornal é que poderemos consultá-lo.

– O DIP está presente a essa reunião? – perguntou outro.

– Creio que sim. O DIP deve estar presente. Deve estar por aí – disse, lançando um olhar desconfiado à sua volta –, mas muito caladinho.

A exemplo de Getúlio, o Barão negou sua candidatura: “Não sou candidato. Entretanto, poderei ser levado à Presidência pela traição ou pela violência dos meus amigos.” Um repórter lembrou que os riograndenses eram vistos como responsáveis pela situação atual. “O senhor, como riograndense...”, começou o jornalista.

– Não sou riograndense. Sou Internacional. E estive preso muitas vezes por isso...

Do Barão, que se declarava prudentemente “extremista de centro”, cobraram uma opinião sobre a “questão dos retratos”, tema polêmico naquelas semanas. As fotos oficiais de Vargas enfeitavam não apenas as repartições públicas, como seria usual, mas restaurantes, cafês, padarias e açougues. Estudantes mais exaltados arrancavam, por conta própria, os retratos do presidente, o que provocou alguns conflitos.

– Acho que os retratos devem permanecer em seus lugares. E muitos mais retratos devem ser tirados. Retratos e mais retratos devem ser expostos por toda parte, porque todos os retratos juntos não hão de chegar para a retratação que eles terão de fazer.

O país parecia se aproximar de uma encruzilhada, e o entrevistado, cobrado pelos repórteres, decidiu retomar seu mote empregado na véspera da Revolução de 1930.

– Estamos atravessando um momento grave. Momentos como este exigem uma definição segundo os nossos princípios: aconteça o que acontecer, haja o que houver, [estaremos com o vencedor](#).

[3]

Brincadeiras à parte, o Barão podia furtar-se a assumir uma posição, mas Apparício Torelly, não. Cinco dias antes da coletiva, seu nome, por força da ordem alfabética, encabeçava uma lista de intelectuais que anunciavam publicamente seu apoio à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência. Assinado por “jornalistas do Rio de Janeiro”, o manifesto exibia não apenas nomes como Adauto Lúcio Cardoso e Carlos Lacerda, que figurariam com destaque na futura União Democrática Nacional, mas nomes identificados com a esquerda, como Hermes Lima, Moacyr Werneck de Castro e o próprio Torelly. “Nunca, em qualquer outro período da nossa história, atravessamos uma situação mais sombria do que o eclipse de 1937-1945. Sujeita a métodos de controle importados dos estados nazi-fascistas, a nossa imprensa sangrava e, com ela, toda a comunidade brasileira”, dizia o manifesto. “Não obstante desconhecermos oficialmente o programa do brigadeiro Eduardo Gomes, as nossas simpatias se inclinam naturalmente pelo seu passado de lutas, pela sua altivez de quem [não se comprometeu com o Estado Novo](#).”

Remanescente dos heroicos Dezoito do Forte de Copacabana no período da República Velha, Eduardo Gomes havia renunciado ao comando do 1º Regimento da Força Aérea em protesto contra a implantação do Estado Novo. Promovido a brigadeiro, exerceu papel importante entre os militares, durante a Segunda Guerra, para que o Brasil aderisse aos aliados. Os que subscreveram o manifesto não apenas desconheciam seu programa, como ignoravam suas ideias sobre as questões sociais que o país deveria enfrentar. Elas só se revelariam mais tarde. O que lhes parecia fundamental é que Eduardo Gomes naquele momento era a candidatura anti-Estado Novo, afinal ele defendia eleições para uma nova Constituinte, sem Vargas na presidência, que deveria ser assumida por um representante do poder judiciário.

A atitude de Apporelly e seus amigos se contrapunha a outro abaixo-assinado divulgado pouco antes. Intitulado “Nós, homens de esquerda”, defendia a tese de que a transição para a democracia deveria se dar com um governo de união nacional em torno de Getúlio. O documento fora proposto pela chamada Comissão Nacional de Organização Provisória do Partido Comunista, naquele momento ainda desarticulado. A posição, contudo, não era unânime. Outro grupo do PC, o chamado Comitê de Ação, era contrário à aliança com Vargas. E importantes comunistas, como Agildo Barata, também resistiam à orientação. Outros, confusos com a polêmica, esperavam uma palavra de Prestes, o arauto da esquerda, para tomar uma decisão final.

ALÉM DOS AVIOES DA CARREIRA, HÁ QUALQUER COISA NO AR

A Manhã

EXTRA

Abre 1945. São de Setembro, 27 de abril de 1945. No. 17

50cts.
EM TODO
O PAIS

A BATALHA DE BERLIM e a histórica ordem de dia de Stalin

Berlim, 27. (AP) — Composturas repetidas...
Stalin, a ordem de dia histórica...
Berlim, 27. (AP) — Composturas repetidas...
Stalin, a ordem de dia histórica...
Berlim, 27. (AP) — Composturas repetidas...
Stalin, a ordem de dia histórica...

UMA IMPORTANTE INNOVAÇÃO

DE ABERTURAS DE...
EMPRESA...
SOLICITANDO...

1. Por...
2. Por...
3. Por...
4. Por...
5. Por...

6. Por...
7. Por...
8. Por...
9. Por...
10. Por...

11. Por...
12. Por...
13. Por...
14. Por...
15. Por...



Reunidos para...
discussão...
em...



CAPRICHES CRUEIS DOS FADOS

Quando...
fatos...
crues...
fados...

Vantagens do vinho

O vinho...
vantagens...
do vinho...

CAMBIO

O câmbio...
cambio...
do câmbio...



1º COL. 2º COL. 3º COL. 4º COL.

Primeiro número da nova fase de A Manhã, lançado em abril de 1945.

Não por outro motivo intensificavam-se as visitas ao líder comunista ainda preso na Polícia Central, na rua da Relação. “Todos querem ver Luiz Carlos Prestes”, anunciava a manchete do *O Jornal*. É verdade que a anistia era iminente e sua libertação aconteceria numa questão de semanas, mas a romaria daqueles que o procuravam era formada, sobretudo, pelas ovelhas desgarradas da esquerda, agora em busca de uma orientação, um sinal, uma direção. Na polícia, os funcionários registravam quem requisitava uma visita e submetiam os nomes ao líder comunista para sua aprovação. “Entre os que se interessavam hoje para falar com o Cavaleiro da Esperança encontrava-se o jornalista Apparício

Torelly”, informava a imprensa. Assim, no dia seguinte à coletiva em que parodiara Vargas, o humorista foi [conversar com Prestes](#).

“Fiquei com a impressão de que ele não tinha gostado”, contou seu amigo Rubem Braga a respeito da entrevista de Apporelly [com o líder comunista](#). Também ele, Braga, falaria com Prestes. “Falar” era uma força de expressão. Não se conversava com ele, muitos se queixavam: somente era possível ouvi-lo. O próprio Prestes descreveria seu estado de espírito naqueles dias:

Nos primeiros meses de 1945, Getúlio começou a se aproximar de mim. Eu, por escrito, mandava dizer que os comunistas deviam apoiar o governo. A situação tinha mudado radicalmente desde o dia 14 de março de 1945, quando Getúlio passou a permitir que eu recebesse visitas. Eu me senti aliviado. Era a prova de que [não ficaria 47 anos na cadeia](#).

O humorista e Prestes conversaram dois dias depois de concedida a autorização para que o prisioneiro recebesse visitas, num momento em que o líder comunista ainda estava sob o impacto da nova situação. O que Apporelly ouviu? Aquilo que Prestes afirmava publicamente desde os primeiros documentos escritos na prisão: “O senhor Getúlio Vargas ainda é o chefe supremo das forças que estão lá fora defendendo a honra do Brasil e a liberdade. Na retaguarda não devemos criar situações caóticas.” A terminologia militar sugeria que o país ainda tinha anos de guerra pela frente, mas o termo soava artificial quando se sabia que naquele momento os russos aproximavam-se de Berlim e esperava-se a vitória dos aliados em trinta dias, não trinta meses.

Como jornalista, também Apporelly deixara se contagiar pelo momento de euforia vivido pela imprensa. Afinal, os jornais reconquistaram sua liberdade na prática, decidindo ignorar as determinações do DIP e desafiar a censura. A esse respeito, dificilmente sensibilizou-se com as críticas de Prestes à imprensa, que, segundo ele, insultava os homens do governo em vez de propor soluções para o país. Essa mensagem apaziguadora, fruto do que o próprio líder comunista definia como um “acordo tácito” com Vargas, estava embrulhada na divisa “ordem e tranquilidade”, difícil para quem se habituou a ver em Prestes uma lenda revolucionária. Com a decretação da anistia, um mês depois, e sua libertação, em abril, o discurso se tornaria ainda menos ambíguo: “O senhor Getúlio Vargas tem estado ao lado do povo nos momentos decisivos. Assim foi na sua declaração de guerra à Alemanha. Assim também agora ao [conceder liberdade aos presos políticos](#)”, disse Prestes.

A anistia como uma dádiva: essa abordagem provavelmente parecia dolorosa aos olhos de quem saiu às ruas para pressionar Vargas a libertar os presos políticos. Apenas um mês antes, vários comícios dessa campanha haviam sido reprimidos pelo governo e num deles, em Recife, um estudante fora morto pela polícia. Um veterano que havia assistido à decretação de mais de uma anistia no período da República Velha, Apporelly formulara sobre o tema uma máxima: “Anistia é um ato pelo qual o governo resolve perdoar generosamente as injustiças que ele mesmo cometeu.” O humorista também se integrou à campanha, comparecendo à abertura da Semana Nacional Pró-Anistia, em 6 de abril, na Escola de Música, promovida pelos estudantes. Era tamanha a sua popularidade que sua mera presença na plateia provocou um alvoroço registrado por um jornal:

Antes que se iniciasse o novo orador, o *speaker* disse estar presente o Barão de Itararé. A multidão, em demorada ovação, exigiu que o conhecido jornalista aparecesse no palco. Com relutância, Apporelly surge no meio

dos estudantes. A assistência delira. Demoradamente aplaude-o, [pedindo que fale](#).

É preciso que um dos líderes estudantis explique que o humorista, adoentado, não está em condições de falar. Só então, o público se acalma, mas Apporelly é convocado, de qualquer modo, a integrar a mesa.

Muitos militantes, movidos pela disciplina ou pelo respeito a Prestes, acataram sua orientação, ainda que a contragosto, como Agildo Barata. Apporelly, porém, num primeiro momento, manteve o apoio à candidatura de Eduardo Gomes, aproximando-se de nomes como Rubem Braga, Raymundo Magalhães Jr. e José Lins do Rego. Estes viriam a compor o núcleo da Esquerda Democrática, embrião do futuro Partido Socialista Brasileiro. Os três seriam seus companheiros na sua próxima aventura: o relançamento de *A Manhã*. O sonho de um diário popular independente anunciado na entrevista coletiva fora posto de lado. A ressurreição do seu semanário humorístico, capitalizando o momento de ebulição democrática e aproveitando o enorme prestígio do Barão, surgia como um objetivo tangível e realizável. Bastava para isso um pouco de senso prático, coisa que faltava tanto a Apporelly, quanto aos seus amigos. Este ingrediente, contudo, entrou em cena na figura de um jovem jornalista nordestino, Arnon de Mello, que viria a ser governador de Alagoas. Filho de um senhor de engenho, trabalhara como jornalista no Rio a serviço dos Diários Associados, de Chateaubriand. Arnon, que se alinhava com a UDN e apoiava Eduardo Gomes, ensaiava seus primeiros passos na política. Mais importante era o fato de ser um jornalista com cabeça de empresário: trabalharia como gerente de um projeto no qual enxergava a possibilidade de um sucesso comercial.

[4]

Em 11 de abril de 1945, uma semana antes da libertação de Prestes, o presidente da ABI, Herbert Moses, acompanhado dos jornalistas Samuel Wainer e Apparício Torelly, entrou no palácio Monroe, para uma audiência marcada com o ministro da Justiça, Agamenon Magalhães. Na pantanosa situação legal em que o país vivia – o Estado Novo não terminara oficialmente, mas já não fazia valer suas leis –, o presidente da ABI advogava a causa dos colegas junto ao ministro. Wainer, editor da revista *Diretrizes*, queria que sua publicação circulasse diariamente como um matutino. Apporelly buscava um sinal verde para ressuscitar seu semanário *A Manhã*, “cujo processo ficara mofando durante esses longos anos [nos arquivos dipianos](#)”, explicava o *Correio da Manhã*.

Após oito anos fora de circulação, *A Manhã* voltou às bancas em 27 de abril de 1945. O expediente, que nos anos 1930 anunciava apenas Apparício Torelly como “diretor responsável”, exibia agora, como “diretor-gerente”, o nome de Arnon de Mello. Em pouco tempo, o jornal rodava cerca de sessenta mil exemplares, obtendo sucesso igual ou maior do que [na década de 1930](#). *A Manhã* ressurgiu com um elenco de colaboradores de peso, que incluía Rubem Braga, Aurélio Buarque de Holanda e Raymundo Magalhães Jr. Enquanto José Lins do Rego tinha uma seção sobre futebol, Álvaro Moreyra assinava uma coluna. Dando adeus à improvisação do passado, todos esses nomes de prestígio no jornalismo trabalhavam com carteira assinada e recebiam bons salários. Arnon de Mello –

organizadíssimo, segundo Rubem Braga – era o contraponto necessário ao estilo caótico de Apporelly. “A antiga *Manha* que nas mãos do Barão era um artesanato, nas mãos do Arnon [virou uma indústria](#)”, observaria, com certo exagero, Joel Silveira.



Arnon de Mello (centro) e Apporelly: sócios no relançamento de *A Manha*, no fim do Estado Novo.

Muitos dos jornalistas consagrados que trabalhavam com Apporelly o faziam sob pseudônimo. Em parte porque não era do feitio do jornal publicar matérias assinadas, mas também por primar justamente pelas matérias apócrifas que traziam a assinatura – às vezes distorcida – de gente famosa na política ou nas letras. Assim, podia-se ler em *A Manha* artigos de “Malba Tantan”, “Henrique Espongeti” ou “Pinotti del Michia”. “Procurávamos escrever mais ou menos no estilo do Barão e ele mexia ou [cortava como achava melhor](#)”, lembraria Braga. O costume às vezes gerava alguma confusão entre os leitores. O jornalista Osório Borba, amigo do Barão, orgulhava-se de ter entre os seus “humilíssimos títulos” ser um dos poucos, entre tantos colaboradores, a publicar em *A Manha* trabalho autêntico e assinado. Porém, logo após a edição ir para as bancas, cruzando com um conhecido no

centro da cidade, este o agarrou pelo braço: “Está gozadíssimo aquele seu artigo na *Manha*, hem? Como o Apporelly sabe [imitar o estilo da gente!](#)”, dizia o amigo, divertido.

A mentalidade empresarial de Arnon de Mello certamente foi importante para pôr as finanças do jornal em ordem e tornar *A Manha* um sucesso comercial. Para preencher suas dezesseis páginas não faltavam anunciantes, que iam desde os comprimidos Melhoral até a Confeitaria Colombo, de tônicos capilares até as recém-lançadas máquinas de lavar. E não eram raros os anúncios em que o próprio Barão aparecia como garoto-propaganda. Num deles, uma foto mostra seu rosto sorridente cercado por lindas mulheres: “Iodalb – A eterna juventude do Barão – não deixe o coração envelhecer. – Iodalb, o remédio da arteriosclerose.” Ou ainda: “O bom humor do Barão!... ou a arte de fazer política sem dores de cabeça! Guaraína – para dor, [gripe e resfriado.](#)”

Sob a manchete “Há algo no ar além dos aviões de carreira”, o jornal inovava, publicando uma foto do temido Filinto Müller, algo impensável havia apenas poucos meses, que ilustrava uma das seções criadas na nova fase, a “5ª Coluna”. O termo popularizado durante a guerra era aplicado aos elementos do inimigo infiltrados no próprio país. Publicada exatamente na quinta coluna da primeira página, a seção estreou com Filinto, o primeiro de uma série de crias do Estado Novo ou do fascismo que assinavam artigos chorosos após caírem em desgraça com a derrocada do Eixo e a redemocratização. Escrevendo de uma estação de águas, Poços de Caldas, onde tentava “dominar os nervos”, o ex-chefe de polícia se lamentava: “Será que estou muito sujo com meus patrícios e necessito de passar uma temporada sulfurosa para desinfetar?” Depois de Filinto, se revezariam na “5ª Coluna” Plínio Salgado, o ex-chefe do DIP Lourival Fontes e o ditador português Salazar. Dessa forma, Apporelly e seus companheiros iam à forra contra os carrascos do passado. Até mesmo o ditador espanhol Francisco Franco foi chorar suas mágoas na famigerada “5ª Coluna”: *Ahora, mi querido Barón. Nadie más me respeta y hasta los países más vagabundos me insultan y me llenan de ridículo. Perdona mi impertinencia y reciba, con los falangistas de ahí, un abrazo de este que és muy su amigo y, sobretudo, muy (a) [Franco.](#)*

29. Esquerda, volver

[1]

O BARÃO teve a satisfação de poder acompanhar do seu jornal, passo a passo, o desmoronamento do nazismo. Naqueles dias de fins de abril e início de maio de 1945, a queda de Berlim foi anunciada pelas agências de notícias mais de uma vez, antes de realmente acontecer. O mesmo ocorreu com os rumores a respeito da morte de Hitler, várias vezes proclamada até ser finalmente confirmada. Desculpando-se aos leitores pela lerdeza do seu pequeno semanário, o Barão constatou, atônito: “Os acontecimentos se processam com tanta rapidez que os acontecimentos acontecem [antes de terem acontecido](#).” Terminada a guerra, pôde saudar as tropas da FEB que retornavam ao Brasil. No seu jornal, fez votos de que “no fim do mês, esses bravos, que não tremeram diante do alemão, não desmaiem diante da conta do armazém e que eles, que ajudaram a derrubar ditadores, tenham o direito tranquilo de eleger, ainda este ano, um presidente democrata e [uma Constituinte decente](#)”.

A ironia contida na súbita aproximação entre Vargas e Prestes também não escapou à *Manha*. Segundo o jornal, Getúlio teria recebido o seguinte telegrama: “Sr. Vargas, neste preciso instante em que os invencíveis exércitos soviéticos penetram em Berlim, lembro à V. Ex. a conveniência de pôr em liberdade o capitão Luiz Carlos Prestes. (a) Stalin.” A resposta não se fez esperar:

Exmo. Marechal Josef Stalin, bravo e destemido Comandante Chefe dos heroicos e incomparáveis exércitos soviéticos. Revendo a lista de encarcerados, não encontrei nenhum preso com esse nome, não sabendo assim se trata de um equívoco da sua parte ou se realmente quereis vos referir ao Exmo. Sr. General Luiz Carlos Prestes, meu atual ministro da Guerra. Saudações democráticas e antifascistas. (a) [Getúlio Vargas](#).

Na redação de *A Manha*, Apporelly encontrava diariamente na porta da sua sala, ao chegar ao trabalho, uma fila de curiosos e de interessados em vê-lo. Propostas de negócios, solicitações de autógrafos, conselhos de ordem sentimental, pedidos de emprego: os assuntos eram os mais variados. Era o preço a pagar pela fama reconquistada. Um repórter encontrou-o recebendo um rapaz recém-chegado ao Rio. Com a mala na mão, ele veio saber qual seria o melhor hotel para “um jovem que vem fazer a vida na capital com pouco dinheiro no bolso e nenhuma perspectiva de emprego”. Talvez baseado na própria experiência, o diretor de *A Manha* recomendou que deixasse a bagagem no caixa de algum café e experimentasse dormir nos bancos da praça Paris, onde “sopra sempre uma brisa do mar e o ar é perfumado pelas flores do jardim”. Outro sujeito, a quem nunca vira, abordou-o, pedindo dinheiro emprestado. O humorista escapou revirando os bolsos para fora, vazios. “Um homem desprevenido às vezes vale dez mil-réis. Não costumo trazer dinheiro comigo”, explicou a [um amigo que assistia à cena](#).

No seu gabinete de trabalho, jornais empilhavam-se sobre cadeiras e uma escrivinha mantinha-se coberta por papéis que ele dizia serem contas e duplicatas dos credores mais irritados. Sobre a mesa via-se uma escova de dentes dentro de um copo. “Desde a primeira vez em que fui preso, costumo andar armado. Não queira imaginar como é ficar em cana sem uma escova de dentes. A gente nunca sabe o que está para acontecer no Brasil”, explicava

ele. Quando conseguia algum sossego, após buscar inspiração nos jornais do dia, o Barão, munido de uma borracha, escrevia a lápis, sempre muito lentamente. “Não se pode fazer humorismo à força”, justificava.

“O trabalho aqui lembra a desintegração atômica”, explicava aos visitantes. Seus artigos costumavam ser passados ao poeta Waldemar Cavalcanti, que enviava os originais para a oficina. Rubem Braga ocupava-se de textos mais sérios e esporádicos. O Barão passava os olhos nas crônicas esportivas de José Lins do Rego e, nas semanas de Fla-Flu, examinava com uma lupa os adjetivos daquele flamenguista exaltado. O filólogo Aurélio Buarque de Hollanda era responsável por uma seção escrita em dialeto caipira. “O Aurélio é um dos poucos sujeitos do mundo que já conseguiu usar todas as pontuações nos seus escritos. Anda sempre com os bolsos cheios de vírgulas, ponto-e-vírgulas, chapéuzinhos e reticências, [os quais distribui às mancheias](#)”, contou o Barão a um repórter.

Politicamente, *A Manhã* concentrava suas baterias contra o candidato do governo, o general Dutra, e tudo o mais que parecesse associado ao Estado Novo. Refletindo a composição política dentro da redação, o jornal acompanhava com simpatia tanto o crescimento da candidatura de Eduardo Gomes como as primeiras movimentações dos comunistas, mas sem polemizar diretamente com o PC e sua política de “união nacional”.

O jornal registrou o histórico comício de Prestes, em maio de 1945, no estádio do Vasco da Gama, quando o comunista pregou a política de União Nacional, apoiando a tese da Constituinte com Vargas. Aderindo ao clima de entusiasmo na cidade, o Barão resolveu comparecer para ouvir o discurso. “Logo à tarde, nosso querido diretor resolveu dirigir-se para o campo de São Januário, munido de uma linda cestinha, onde uma de suas secretárias havia acomodado uma dúzia de sanduíches e uma garrafa térmica com um líquido ardente”, contava *A Manhã*. No estádio, Itararé surpreendeu-se com a multidão.

Não tendo levado batedores, nem sequer alguns elementos decididos de sua guarda pessoal, por uma questão de formação democrática, viu-se ele impossibilitado de fugir à massa para ir ocupar o lugar que o senhor Luiz Carlos Prestes lhe reservava na tribuna de honra. O povo passou a aclamá-lo com insistência, classificando-o, aos gritos, de [“aristocrata progressista”](#).

Os anúncios da campanha eleitoral eram uma importante fonte de renda do jornal, que o semanário não se furtava a publicar nem se tratando da convenção do Partido Social Democrático, o PSD de Vargas, mas elogios rasgados eram dirigidos ao brigadeiro Eduardo Gomes: “Cresceu gritando contra, brigando a favor. Mocinho por vocação. Católico, fez-se, em política, protestante, porque nunca concordou com o erro e o vício. Pracinha bravo, tenente lendário deixando preocupado [o todo-poderoso do Catete](#).” Na mesma época, o movimento queremista – animado pelos sindicalistas que queriam a Constituinte com Getúlio – se fortalecia e era alvo dos versos em francês macarrônico que colaboradores como Rubem Braga e Magalhães Jr. gostavam de escrever. Como estes, por exemplo, assinados por “Gétule Vargues, de L’Academie Brésilienne”: *N’est-ce beaucoup d’espanser/ S’il y a tant de quéremistes / Que je sois – quel diable! – / [Le premier de la liste](#)*.

Porém, tinham efeito muito mais corrosivo nos círculos governistas as quadrinhas que, em meados daquele ano, espalharam-se, com grande sucesso, discretamente e em letra pequenina, pelos cantos do semanário. Com uma regularidade e insistência irritantes, as quadrinhas do Barão martelavam com pontaria certa o que parecia ser a maior

incongruência do cenário político: a permanência no comando do país, em pleno processo de redemocratização, daquele que suprimira as liberdades durante os oito anos anteriores:

Passa uma moça elegante
Com sapato de pelica
Outra passa de turbante
Tudo passa... e o [Vargas fica](#).
Passa o poeta apressado,
Procura rimas para ‘ica’
Passa toda a Academia
Tudo passa... e o Vargas fica.
Zizinho passa a Ademir
Passa Afonsinho a Pirica
E Jaime passa a Domingos
Tudo passa... e o Vargas fica.

O sapo que o Partido Comunista tentara fazer Apporelly e outros simpatizantes engolirem – o apoio a Vargas – revelou-se indigesto. Mesmo assim, à medida que se aproximavam as eleições marcadas para o fim de 1945, esfriava o apoio de Apporelly à candidatura de Eduardo Gomes e aumentava a tensão entre o humorista e seus colegas da Esquerda Democrática, liderados por Arnon de Mello. No início de setembro, os comunistas obtinham seu registro junto ao Tribunal Eleitoral. Quando lançam na disputa presidencial um nome do partido, o engenheiro Yedo Fiúza, o Barão inclina-se a apoiá-lo. Sua candidatura, contudo, era vista por Rubem Braga e Magalhães Jr. como uma manobra para esvaziar a do brigadeiro.

As qualidades de Arnon de Melo como administrador haviam contribuído para o sucesso da nova fase de *A Manhã*, mas suas atribuições, a princípio restritas à gerência, aos poucos invadiam a orientação editorial, a cargo de Apporelly. Na atmosfera exaltada das primeiras eleições diretas presidenciais nos últimos 15 anos, aquela divergência política tornou inevitável que Arnon e seu grupo se desligassem do jornal. “Quando o Barão escreveu apoiando a candidatura do Fiúza, nós – eu, o Raymundo [Magalhães Jr.] e o José Lins – [pedimos demissão](#)”, [contaria Rubem Braga](#).

No mês de outubro, o nome do sócio saiu do expediente e o semanário comunicou a seus leitores que havia deixado “a direção administrativa deste prestigioso arrotativo, o Dr. Arnon de Mello, membro proeminente da Esquerda Democrática”. O antigo sócio, explicava a nota, iria se dedicar à política estadual em Alagoas. Durante os cinco meses que havia durado aquela colaboração, Arnon havia trabalhado duro pelas finanças do jornal, “tendo drenado para o nosso cofre-forte as aparas dos lucros extraordinários da burguesia progressista acreditada nessa praça”. Sua saída, escrevia o Barão, era “um rude golpe” que, se não chegava a “quebrar as pernas” do jornal, “será pelo menos uma dolorosa canelada que nos deixará [capengando por algum tempo](#)”.

As quadrinhas de Apporelly perderam sua razão de ser em outubro de 1945, quando Vargas foi derrubado num golpe liderado por seus generais, que entregaram o poder a José Linhares, do Supremo Tribunal Federal. No mês seguinte, *A Manhã* assumia abertamente o apoio à campanha do candidato comunista. Diante da disputa entre um general, Dutra, e um brigadeiro, Eduardo Gomes, Apporelly adotou o terceiro candidato. Fiúza, segundo ele, era “duplamente civilista, pois se trata de um civil que é [também engenheiro civil](#)”.

No momento em que Getúlio decide autoexilar-se na sua fazenda de São Borja, no Rio Grande do Sul, *A Manhã* estampa, na primeira página, uma foto-caricatura do seu diretor, encapotado, conduzindo um carrinho cheio de malas com a etiqueta “São Borja”: “Confirma-se sensacionalmente o grande movimento de bagagens denunciado há dias pela imprensa”. Seria, afinal, uma aproximação entre o Barão e Getúlio? Talvez o início de uma articulação política com consequências imprevisíveis? Não, esclarecia o semanário. Tratava-se apenas da mudança da redação de *A Manhã*, que se transferia do edifício Porto Alegre para o edifício São Borja, em frente ao palácio [Monroe](#).

Ainda em novembro de 1945, um decreto presidencial convocava eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte, notícia recebida com entusiasmo na redação de *A Manhã*: “Organizavam-se verdadeiras passeatas pelos corredores da nossa redação, nas quais confraternizavam redatores e contabilistas que formavam cordões, deslizando em ritmo de samba entre as carteiras dos nossos vastos escritórios.” O Barão, porém, não se deixou contagiar pela euforia. “Colocando uma bolsa de gelo na cabeça para refletir friamente sobre a situação, o fidalgo progressista que dirige esta folha concordou que o decreto era um passo importante para [a volta à democracia](#).”



Maurício Grabois, candidato a deputado pelo PCB, e Apporelly. Novembro de 1946.

Nas eleições presidenciais, Fiúza, o candidato do PC, obteve dez por cento dos votos. Contra todas as expectativas dos políticos liberais e intelectuais que haviam lutado contra o Estado Novo, o brigadeiro Eduardo Gomes foi derrotado por Dutra, vitorioso graças ao apoio de Getúlio. A adesão de Apporelly ao Partido Comunista neste período se deu sem que sacrificasse o espírito anárquico e irreverente que caracterizava seu jornal. E se manteve essas características, isso se deve à perseverança do próprio humorista, que

permaneceu inflexível a esse respeito. Ao que parece, passou por algumas cabeças do partido na época a ideia de mexer na *Manha*. O pintor e caricaturista Augusto Rodrigues lembraria anos mais tarde ter presenciado uma conversa entre Agildo Barata e o Barão numa das mesas do Vermelhinho, bar frequentado pela esquerda carioca. O responsável pelas finanças do PC se esforçava para convencer Apporelly a dar à *Manha* um tom “mais sério”, “mais conteúdo”, transformá-lo num órgão de polêmicas. O Barão, certo de que aquilo representaria o fim do seu originalíssimo jornal, procurava esquivar-se de todo jeito [aos argumentos do companheiro](#).

Por esta época, visitou o Brasil Pablo Neruda que, após ser eleito senador pela legenda do Partido Comunista Chileno, fora exilado. Só então Apporelly teve oportunidade de conhecer o famoso poeta. Segundo *A Manha*, o Barão recusara vários convites para visitar o Chile, “porque lhe haviam dito que todas as festas ali terminavam em cuecas. Só depois ficou sabendo que *cueca* é uma deliciosa música popular que os chilenos dançam com entusiasmo”. *A Manha* atribuiu a Neruda estes versos macarrônicos, escritos “em homenagem ao nosso querido diretor”:

Al Barón de Itararé

Un grande entre los grandes,

Con respeto lo saluda

De pié

[El poeta de los Andes.](#)

Durante o ano de 1946, Apporelly pôs seu prestígio e o do seu jornal a serviço dos comunistas, que haviam obtido uma performance invejável na votação para a Constituinte, elegendo 14 deputados e um senador, Luiz Carlos Prestes. Quando o governo lançou mão de um recurso jurídico para tentar fechar a *Tribuna Popular*, Apporelly aceitou convite de Prestes para incluir seu nome como diretor no expediente do *Folha do Povo*, o novo jornal que, durante 15 dias, substituiu o diário comunista. Mantendo *A Manha* em circulação, colaborava com o novo diário, que teve, durante certo tempo, Egydio Squeff como secretário e do qual participavam também Di Cavalcanti, Jorge Amado, Álvaro Moreyra e Sérgio Porto, que aos 22 anos estreava na imprensa como crítico de cinema. O jovem, que escrevera alguns contos e pretendia ser um escritor “sério”, depois de conversas com Apporelly na redação, foi convencido de que tinha vocação para o humor. De certa maneira, na convivência com o Barão surgiu, no íntimo de Sérgio Porto, a sombra [do futuro Stanislaw Ponte Preta](#).

A retórica exuberante do Barão, que se esparramava pelas colunas do seu semanário, poderia sugerir aos fãs menos avisados que o humorista escrevia com facilidade e fluência. Contudo, seus amigos e colegas de redação contam que era comum vê-lo debruçado sobre a folha de papel, munido de lápis e borracha, apagando e reescrevendo suas frases, remanejando períodos e orações. Muito exigente, elaborava mesmo seus menores textos, numa atitude que às vezes levava ao desespero o redator-chefe da *Folha do Povo*, Joel Silveira, e as gráficas sob seu comando. Certa vez, o jornal quase não saiu. Altas horas da noite, as gráficas estavam paradas na oficina, esperando seu artigo. Aflito, o responsável insistia: “Barão, olha a hora... Olha a gráfica, Barão...” E ele se mantinha tranquilo na sua mesa, escrevendo, coçando a barba, pensativo. Quando o redator-chefe, já tenso, se

aproximou, ele apenas lhe passou o papel, mostrando o que escrevera. O objeto de tanto trabalho se resumia a quatro versos impublicáveis, de remota relação com o cenário político nacional:

Senhora Dona Marquesa

Eu vos peço, permitais

Que introduza o com que mijo

No [por onde vós mijais](#).

Empenhado numa campanha em defesa de uma “imprensa popular”, Apporelly embarcou numa caravana por cidades de São Paulo e do sul do país para levantar fundos com que o partido montasse uma gráfica onde pudesse rodar seus próprios jornais. Numa “excursão aerodinâmica de dez dias viajando pelos céus e terras do Brasil meridional”, passou por São Paulo, Santos, Florianópolis, Laguna, Porto Alegre, Pelotas e por sua cidade natal, Rio Grande. O velho rebelde surpreendeu-se com a recepção em Laguna, onde recebeu até as chaves da cidade das mãos do prefeito. Relembrando seus tempos de conferencista, fez palestras que culminavam em alguma atividade para arrecadação de fundos. Suas apresentações, contudo, não eram convencionais se considerados os critérios do Partido Comunista – ou de qualquer outro partido na iminência de uma batalha eleitoral.

Em Porto Alegre, com os bilhetes para sua palestra à venda nas sedes de jornais e na Livraria do Globo, Apporelly falou à noite, no cine Carlos Gomes, onde foi recepcionado por Érico Veríssimo. Adoentado, o romancista esforçara-se para estar presente. “Meu caro Apporelly, embora doente não poderia deixar de comparecer para trazer aqui meu abraço carinhoso. Podes crer, para tomar parte dessa magnífica reunião de civismo e de homenagem à tua pessoa, saí diretamente da cama para essa conferência.” Sensibilizado, Apporelly prometeu retribuir o gesto: “Pois farei exatamente o contrário: saindo diretamente dessa conferência [para a cama](#).” Ao ser apresentado à plateia lotada, o palestrante ergueu-se lentamente, limitando-se, calado, a examinar a plateia com um olhar grave, mantendo todos em suspense durante alguns minutos. O silêncio foi interrompido quando o conferencista, em voz pausada e teatral, exclamou:

– Os columbófilos!...

Silêncio completo. Esperou que os rumores de constrangimento cessassem para repetir, de modo ainda mais dramático:

– Os columbófilos!...

Após nova pausa constrangedora, repetiu sua fala, sempre com expressão solene e escandindo as sílabas, até que as risadas na plateia começaram a se ouvir, cada vez mais altas e incontroláveis. Todos riam, sem saber exatamente por quê. Talvez nem Apporelly soubesse. O público, porém, reagia aos misteriosos mecanismos do humor, empregados por um hábil manipulador. Apporelly deu sequência ao início insólito da sua palestra com uma dissertação um tanto caótica a respeito da columbofilia (a criação de pombos) e as viagens de [avião](#).

Também na palestra feita em Santos preferiu evitar a política. Falando no teatro Coliseu para um auditório cheio, “o famoso barão, cofiando suas famosíssimas barbas”, no relato de um jornal local, dissertou sobre “aspectos das Ciências, da Filosofia, da História e da

Moral”. Falaria, anunciou, sem nenhum receio de erro ou de crítica, pois estava convicto de duas coisas: a primeira de que “nada de novo há sobre a Terra” e a segunda de que “todas as tolices já foram ditas”. Com a credibilidade que conquistara nas várias ocasiões em que fora vítima de truculências por parte das autoridades constituídas, ele proclamou: “Amo a liberdade até à revolta. Falarei completamente à vontade, sem nenhum receio de ridículo ou da crítica.”

Em vez de falar sobre política, preferiu fazer digressões sobre as ciências, exaltou a matemática, dizendo que “A alta matemática está ao alcance de todos. Na verdade ela não passa da simplificação de duas operações: soma e subtração” e fez declarações misteriosas sobre a tragédia de Hiroshima: “A bomba atômica é uma arma tão violenta, tão destruidora, que irá matar... a Morte.” Comparou também Pasteur a Marx:

Pasteur provou que as doenças eram ocasionadas pelos micróbios. Conheceu-se o problema da doença, para ser tratado o problema da saúde. Os médicos das sociedades – os sociólogos – eram charlatães. Marx revolucionou a sociologia provando que a doença da sociedade é a luta de classes. A humanidade está dividida em classes que se debatem; eis, portanto, a causa das moléstias sociais.

Por fim, exaltou a tolerância:

A tolerância é a principal das virtudes. Tenhamos as nossas verdades, mas saibamos respeitar as verdades do próximo. É verdade, sem dúvida, que cinco mais cinco são dez, mas oito mais dois também são. E sete mais três também. Há muitos caminhos diferentes para uma só verdade. A verdade depende principalmente da nossa posição no tempo e no espaço e dos nossos miseráveis sentidos...

Ao fim da palestra, um exemplar autografado de *A Manhã* alcançou o preço de cinco mil cruzeiros num leilão para angariar fundos em prol do [Partido Comunista](#). Visitando a redação do jornal santista que divulgara a conferência, o Barão de Itararé deixou suas impressões no livro de visitantes: “Quando entro num jornal como *A Tribuna*, me dá vontade de tirar o casaco e afrouxar os cordões dos sapatos, porque me sinto como se estivesse em minha própria casa. (a) Apporelly. Rio, 25/10/46 — Rio, digo Santos, e Rio, outra vez.”

A polícia também esteve presente na conferência em Santos, mas seu agente preferiu destacar ali a atuação de dois militantes naquela campanha: um “perigosíssimo casal de judeus”. Em Porto Alegre, Apporelly também falara no Círculo Social Israelita, numa noite em que outro convidado faria uma palestra sobre a posição dos judeus na luta mundial pela democracia. Ao longo dos anos, observações antissemitas marcariam os relatórios da polícia política. Em 1950, Apporelly seria convidado a falar no Esporte Clube Pinheiros, em São Paulo, em favor da expulsão de um criminoso de guerra refugiado no Brasil. À última hora, o clube foi ocupado pela polícia e a reunião, proibida. Novamente os relatórios fariam observações, associando o humorista à [“agitação comuno-judaica”](#).

Tempos depois, numa conferência em Salvador, o tema escolhido foi sua “Teoria contra o sono”. Sua tese era simples: “Pode-se lutar contra o sono de várias maneiras. Por exemplo, passar a noite em largas caminhadas pelo quarto. Com isso matamos dois coelhos de uma cajadada só: não dormimos e também não deixamos os vizinhos dormirem.” Em contrapartida, havia coisas fatais para quem desejasse lutar contra o sono: “Por exemplo, ler o anuário da Academia de Letras. O *Jornal do Comércio*, em particular, tornou-se perigosíssimo depois que o Sr. Elmano Cardim entrou para o Petit Trianon. E que faz a Delegacia de Entorpecentes [contra tudo isso?](#)” O DOPS acompanhava diligentemente essas palestras destinadas a arrecadar fundos para a imprensa do partido e, por vezes, seus

informantes não conseguiam reprimir a indignação contra os expedientes empregados pelos comunistas. “Contrariando posturas municipais, foram vendidas ao público pelos adeptos de Moscou balas e outras gulodices, as quais eram aceitas sem reclamações, [por preços exorbitantes](#)”, espantava-se um policial.

[3]

A aliança entre o Partido Comunista e Vargas – que tantas dores de cabeça trouxe para Apporelly e outros intelectuais de esquerda – era, obviamente, um casamento de conveniência, uma opção ditada por uma política que se queria pragmática. No início do século XXI, alguns historiadores se mostraram mais benevolentes em relação àquela aproximação com o movimento queremista: o namoro com o trabalhismo equivaleria a uma injeção de um componente popular no marxismo brasileiro, limitado por seu intelectualismo e pelas [origens de classe média](#). A velocidade com que o partido cresceu e se popularizou naquele ano de 1945 pareceu confirmar esse diagnóstico. Contudo, a rapidez com que o mesmo apoio se esvaiu nos dois ou três anos seguintes mostraria como o tecido daquela aliança era frágil, esgarçado pelas muitas contradições que procurava – em vão – encobrir.

Foi um deputado do Partido Trabalhista Brasileiro, de Vargas, Edmundo Barreto Pinto quem, em meados de 1946, apresentou formalmente uma denúncia contra o PC diante do Tribunal Superior Eleitoral: tratava-se, alegava ele, de um partido internacional, comandado a distância por Moscou e que, em caso de guerra, se colocaria ao lado da União Soviética, não do Brasil. Era um desdobramento de uma provocação lançada durante os trabalhos da Constituinte, quando Prestes se deixara encurralar ao evitar uma resposta categórica à pergunta sobre que posição tomaria no caso de um conflito entre a União Soviética e o Brasil. Assim foi dado o primeiro passo de um processo que, quase um ano mais tarde, resultaria na cassação do Partido Comunista.

A *Tribuna Popular*, órgão do partido, adotaria uma guinada radical no tratamento conferido a Vargas e ao período que o ditador passara no poder, lembrado como “o sangrento consulado [do pai dos pobres](#)”. No carnaval de 1947, seus leitores foram brindados com uma paródia da marchinha “Pirata da perna-de-pau”: “Eu sou o Getúlio, já fui ditador/ Eu sou trapaceiro/ Eu sou gozador/ Meti minha papa no trabalhador / Com o voto dos trouxas / [Eu sou senador](#).” De modo menos divertido e mais sinistro, o jornal finalmente lembrou os aspectos mais sombrios do regime de Vargas em artigos intitulados, por exemplo, “Como se praticavam [torturas na sala secreta de Filinto Müller](#)”, em que eram relatados em detalhes os “interrogatórios” aos quais seus militantes foram submetidos nos porões da polícia política. Os torniquetes, os alicates, os ferros em brasa, todos os pormenores chocantes convenientemente varridos para baixo do tapete durante a aliança com Getúlio eram, com muitos meses de atraso, expostos aos olhos dos seus simpatizantes e da opinião pública.

As torturas foram reais e, no entanto, uma nota de insinceridade perpassava a indignação contra aquele que, até pouco tempo, era retratado nas mesmas colunas como um estadista favorável aos interesses populares. Por que se calaram durante tanto tempo? Quando faltaram com a verdade? Quando o exaltavam ou quando o acusavam? Num editorial contra

Getúlio, a *Tribuna Popular* atacava, em janeiro de 1947, o “senhor todo-poderoso dos destinos de nossa pátria durante 15 anos”. Era “o homem que falava por todos e por todos pensava, considerado o político que a si mesmo enganaria para conseguir ficar no cargo [para o qual não foi eleito](#)”. Ironicamente, a fórmula poderia ser aplicada aos comunistas: perseguindo uma política calculista na ânsia de atingir seus objetivos, não teria o partido traído seus princípios, acabando por “enganar a si mesmo”?

Contudo, para além da complicada coreografia protagonizada por Vargas e pelos comunistas, quais seriam as relações pessoais entre Getúlio e Apparício Torelly? O político parecia simpatizar com o humorista, e entre os dois não existia qualquer indício de rancor pessoal. Diferenças ideológicas e paixões políticas costumam azedar relacionamentos e destruir amizades. Apesar disso, havia também os que, de um modo ou de outro, faziam malabarismos para contornar esses perigos. Costa Rego, conhecido jornalista que no *Correio da Manhã* destilava editoriais venenosos contra Getúlio, ao encontrar a filha deste, Alzira, costumava pedir notícias suas com a seguinte fórmula: “E como vai aquele cujo nome não pronuncio?” Em depoimento dado em 1983, Alzira Vargas comentou o relacionamento do pai com artistas e intelectuais. “As suas relações com o pessoal da arte eram muito boas – com todos. Mas como ele não era de fazer apanágio disso, nem os artistas tampouco, ficava por isso mesmo. O Apparício Torelly, o Barão de Itararé, [frequentava muito a nossa casa](#)”, contou Alzira, sem precisar em que período se dariam essas visitas.

A visita seria retribuída ao menos uma vez, na época em que Vargas foi eleito senador. O rosto familiar chamou a atenção do ascensorista do edifício São Borja, na esquina da rua Santa Luzia com a avenida Rio Branco. Não havia dúvida, o homem baixinho era mesmo Getúlio, que deixara o plenário no palácio Monroe por um momento para visitar o humorista na redação do seu semanário. O jornalista Paulo Mota Lima, amigo de Apporelly, registrou nas suas memórias outro encontro entre o ex-ditador e o humorista, ocorrido em 1946, durante os trabalhos da Constituinte. Viram-se nos salões do Senado, que Apporelly frequentava como jornalista. Mota Lima, ao lado do amigo, viu Getúlio se aproximar e saudar o humorista, falsamente cerimonioso: “Ó Barão, como vai o senhor?” Apporelly, sempre jornalista, quis aproveitar a ocasião para provocá-lo a respeito da ambiguidade do jogo político que mantinha:

- Quero aproveitar para fazer uma pergunta – sondou o Barão.
- Pode fazer.
- Afinal de contas, qual é o partido do senhor? O PTB ou o PSD?

“Getúlio riu e não respondeu. Apesar de tremendamente satirizado, ele nunca perdeu o espírito esportivo [e gostava muito do Barão](#)”, lembraria Mota Lima.

Muitos anos depois, em 1969, falando ao jornalista Remy Gorga Filho, o humorista, já septuagenário, daria seu veredicto a respeito de Vargas. Este seria, antes de mais nada, um produto da terra e do meio onde nasceu: uma figura patriarcal. Mas no retrato predominaria a simpatia por Getúlio: “Apesar de tudo sempre foi um homem extremamente simples. Vivo, inteligente, tinha um porte de estadista raro. Para harmonizar sua índole com os negócios políticos enfrentou até as ideias tradicionais de sua família. Ele era povo, não latifundiário. Getúlio sempre foi o pai da Pátria.” E encarnaria a figura do caudilho, sem que esta assumisse necessariamente uma conotação negativa: “Todo caudilho é um homem que vê

longe, à distância. Ele antecipa os desejos do grupo que lidera, mas procura conduzir esse grupo segundo seu modo de pensar e sua conveniência.”



O Barão e Getúlio em 1946, no Senado: inimigos cordiais.

30. Vote no Barão!

[1]

AO APAGAR das luzes de 1946, em 28 de dezembro, um repórter do diário comunista *Tribuna Popular* procurou Apparício Torelly em seu escritório. Na sala de onde o Barão comandava, a cada semana, a edição de *A Manhã*, o visitante encontrou uma atmosfera ainda mais caótica do que a habitual, com o humorista recebendo diversas pessoas e às voltas com recortes da imprensa sobre sua mesa. Saboreava a repercussão da mais recente empreitada a que se lançara: sua candidatura a vereador pelo Distrito Federal. Podia até se dar ao luxo de falar em “repercussão internacional”, já que havia menções à sua candidatura num semanário de Buenos Aires, uma pequena nota biográfica numa revista de Nova York, além de registros do fato em jornais do Chile, México e Uruguai. Sem falar nas cartas de fãs que chegavam de diferentes pontos do país.

Depois de atender às pessoas que tinham vindo apoiá-lo, o candidato fez sua profissão de fé diante do repórter:

A democracia não se defende com “ligas” formadas por democratas de fachada, reunidos em conciliábulos clandestinos de gabinetes ministeriais cuja atmosfera ainda está impregnada da morrinha estado-novista. A democracia defende-se praticamente, organizando-se, esclarecendo o povo. A democracia que, para a sua defesa, precisa de organizadores que nunca tiveram contato com o povo, de ligas chefiadas por cavalheiros que sentem alergia pelo cheiro de suor, [não é democracia](#).

CASA, COMIDA E ROUPA LAVADA

A Manhã

50
70

A crise alimentar

As dificuldades de abastecimento de alimentos em São Paulo são cada vez maiores. A situação é agravada pela falta de transporte e pela inflação galopante.

Candidato a vereador o Barão de Itararé

(Candidato a uma fardada carreira de constituintes notáveis)



Apparely, conhecido por seu nome verdadeiro, é um dos nomes mais conhecidos da política paulista. Sua candidatura a vereador é considerada uma das mais interessantes da atualidade.

LEI MONSTRUOSA

Uma lei monstruosa foi aprovada pelo Congresso Nacional. Ela estabelece regras rígidas para a distribuição de alimentos e a produção industrial.



PROBLEMA
A situação de fome em São Paulo é alarmante. O governo precisa tomar medidas urgentes para resolver o problema.

Uma religião especial da Constituição

Exemplares governamentais, editados em 1946, mostram a importância da Constituição para a democracia brasileira. Ela garante a liberdade de expressão e a participação popular.



A Manhã, porta-voz da campanha do Barão em novembro de 1946.

A candidatura de Apporelly não era um gesto isolado. Concluídos os trabalhos da Assembleia Constituinte, o país inteiro se preparava para as eleições gerais de 19 de janeiro de 1947. O PCB contava então com 200 mil filiados. Embora não se apresentasse oficialmente como militante, o Barão era um dos notáveis que tinham concordado em integrar a “Chapa Popular” do partido. “De fato, não sou filiado ao Partido Comunista do Brasil”, disse ele, acrescentando que via no convite o desejo de “promover a união nacional, chamando cidadãos independentes, sem filiação partidária, a colaborar nas questões que [afetam o interesse geral](#)”. A essa altura, contudo, Apporelly estava inteiramente alinhado com as posições do partido. Sua suposta independência era apenas um expediente para aumentar a influência que poderia exercer sobre os ainda não-convertidos. No período do pós-guerra o partido tinha entre seus militantes ou simpatizantes vários intelectuais destacados. Muitos deles, como Jorge Amado, Portinari, Caio Prado Júnior e o físico Mário Shemberg, candidataram-se pela legenda do PC. Na verdade, o trabalho parlamentar não

atraía muito o humorista. Fizera a opção, explicara, mais “para apontar o dever de todos os homens de responsabilidade que é o de deixar suas comodidades e vir para a planície [defender a democracia](#)”.

A campanha dos candidatos comunistas ocupou as páginas de *A Manhã*, mas, aproveitando o momento eleitoral, o jornal procurou melhorar sua situação financeira abrindo suas colunas a anúncios de outros partidos, como explicou o Barão aos leitores: “Dentro de sua inflexível orientação liberal, firmada em princípios democráticos, *A Manhã* franqueou as suas colunas desde o início da atual campanha eleitoral a todos quantos quiserem utilizá-las convenientemente, após um breve e agradável contato com a nossa gerência. Nenhum partido pode queixar-se de haver encontrado fechado às suas aspirações o guichê [daquela parte da nossa empresa](#).”

Numa época em que a população carioca sofria com a falta de água e a adulteração do leite, o lema da campanha do Barão de Itararé era: “Mais leite! Mais água! Mas menos água no leite!” Ele anunciou que defenderia intransigentemente “as quatro liberdades fundamentais: a liberdade de pensamento, a liberdade de culto, a liberdade de não ter medo da Polícia Secreta e a liberdade [de não morrer de fome](#)”. Em busca de votos, dirigiu-se ao público fiel de *A Manhã*: “Naturalmente, os leitores estão pensando que o Barão de Itararé vai agora lançar um apelo a seus leitores pedindo-lhes o voto, como qualquer político profissional e sem escrúpulos. Pois estão enganados; Itararé não pede nem implora, mas, em altos brados, exige que esses votos lhe sejam adjudicados como um tributo de admiração e de respeito que todos os cidadãos devem aos heróis que [a pátria chora em vida](#).”

No jornal, o Barão, “que na vida civil assina promissórias e realiza outras operações escusas com o pseudônimo de Apparício Torelly”, adiantou alguns pontos do seu programa. Em um dos números do semanário, aparecia no meio do mato, usando um chapéu de caubói e armado até os dentes. “Este flagrante”, explicava o jornal, “foi tomado em plena selva, onde Itararé penetrou ousadamente, no lombo de cavalo, abrindo picadas a tiros de facão e golpes de revólver”. Embrenhara-se no sertão carioca e percorrera suas “fertilíssimas terras devolutas” para “constatar *in loco* os planos do início da reforma agrária”; para ele, o “[problema máximo do Brasil](#)”. E para resolver definitivamente a questão dos transportes no Rio de Janeiro, Apporelly propunha a construção de um metrô, lembrando que Buenos Aires contava com cinco linhas subterrâneas que transportavam diariamente quinhentos mil passageiros. “Por que não fazemos o mesmo? Mas, se não tivermos capacidade de executar um empreendimento de tal natureza, então seria ainda o caso de abrímos um buraco, mas desta vez [para nos enterrar definitivamente](#).”

Em entrevista ao seu semanário, disse que via a inclusão de seu nome na Chapa Popular como um elemento para aproximação entre as classes, um traço de união entre a nobreza e o povo:

É verdade que tenho estado sempre ao lado da plebe, desenvolvendo a ação de um aristocrata progressista, que procura arrastar a nobreza para o lado do povo. Infelizmente tal tarefa tem sido difficilima, devido ao alto estado de putrefação da chamada classe superior. Ela não pode vir chegando, por isso, [senão aos pedaços](#)...

O candidato também se apressou em dissipar as dúvidas sobre a autenticidade dos seus brasões, rechaçando a ideia de que seria um falso barão, um mero aventureiro, mas não sem alimentar secretamente certa insegurança: “Devo confessar aqui que eu próprio, na calada da

noite, consultando o travesseiro, era sobressaltado por cruéis vacilações em torno da pureza [da minha árvore ginecológica.](#)” Porém, tranquilizando seus simpatizantes, informava que “o egrégio Superior Tribunal Eleitoral, em colenda decisão, firmou jurisprudência sobre a matéria” ao autorizar que Apparício Torelly usasse seu título honorífico nas cédulas. Não foi, na verdade, o que aconteceu: devido a uma decisão do tribunal ou não, nas cédulas apareceu apenas o nome real do candidato.

Questionado sobre as finanças da campanha, Apporelly explicou que aderira à ideia por acreditar nas versões das autoridades de que os candidatos do partido recebiam o “ouro de Moscou”: “Foi uma decepção”, contou. “Esses recursos não vieram e, como consequência dessa verdadeira traição dos moscovitas, o ‘senhor Barão’, para manter a dignidade e o lustro dos brasões, não titubeou em sacrificar seus lençóis e as suas toalhas de caroá cearense para utilizá-las nas faixas de propaganda.” E concluía: “Vamos despejar votos democráticos nas urnas, como quem despeja pás de cal sobre o fascismo. Como dizia Benedito, um amigo meu que veio do interior: [‘conosco ninguém podemos.’](#)”

A direção do PC, como era de seu feitio, tentava promover a “emulação fraternal” nas suas fileiras. Nas páginas do diário *Tribuna Popular*, o partido estabeleceu uma espécie de placar em que competiam seus cinquenta candidatos a vereador pelo Distrito Federal, por meio de um complicado sistema de pontuação envolvendo itens como quantidades de comícios, melhores discursos, número de panfletos distribuídos e de cartazes colados e contribuições arrecadadas. A cada semana, os primeiros colocados eram premiados: o primeiro lugar ganharia uma caneta Parker 51; o segundo, uma camisa; o terceiro, um cinto. Se Agildo Barata, o mais forte candidato do partido, abria uma enorme dianteira com seus 1.064 pontos, o Barão de Itararé figurava quase como *lanterninha*, com meros 27 pontos conquistados com “duas festas eleitorais, um comitê pró-candidatura, [dois discursos e dois comícios](#)”.

Sem se intimidar, Apporelly respondeu de forma altiva, reagindo nas páginas do diário comunista:

Diga ao Agildo, que, apesar de não ser seu parente e de não me correr nas veias aristocráticas o sangue plebeu dos Barata, aceito seu repto com a serenidade própria da minha estirpe. As primeiras escaramuças não têm importância. Prefiro vencer a última [batalha](#).

À escassez de recursos, Apporelly respondia com apelos publicados na *Tribuna*. “O Barão de Itararé”, anunciava uma nota, “faz por este instrumento um cordial apelo a seus admiradores, ocultos uns, ostensivos outros, que tenham por acaso um automóvel que lhe queiram ceder para sua propaganda eleitoral durante uma semana”. E emendava outro pedido, menos convencional, sempre em seu estilo peculiar:

Outrossim, aproveito a oportunidade para dirigir uma exortação às representantes do belo sexo que desejem colaborar na organização de nossas mesas eleitorais de rua a comparecerem a qualquer hora do dia na sede do Comitê Pró-Candidatura Apparício Torelly, à avenida Rio Branco 257, 17^o andar, onde serão [gentilmente atendidas](#).

Por seu estilo, aquela foi, sem dúvida, uma campanha eleitoral única. Seu filho Arly, que o acompanhou nessa empreitada, lembraria as dificuldades enfrentadas. Naqueles dias, eram comuns os comícios-relâmpago dos candidatos do Partido Comunista, que, em qualquer esquina, apoiados num banquinho ou num poste, discursavam. Com a interferência da polícia, surgiram os primeiros tumultos, e o governo, então, proibiu esses comícios. Foi o

bastante para, no dia seguinte, o Barão decidir: “Vamos fazer um comício-relâmpago.”

“Suei frio”, lembraria anos depois seu filho Arly, que o acompanhava na ocasião. Os dois desceram do comitê eleitoral e foram para a frente do bar Amarelinho, na Cinelândia. Ao lado do filho, que segurava um cartaz, o Barão se pôs a falar e logo começou a juntar gente. Pouco depois chegava um choque da Polícia Especial, a temida PE, famosa durante o Estado Novo pela sua truculência e arbitrariedade. Mas os tempos eram outros e, quando eles chegaram, o povo não correu. O oficial abriu caminho no meio da multidão até chegar ao candidato:

– O senhor não pode ficar aí parado fazendo discurso!

– Ah é? Então vou ficar andando! – respondeu Apporelly.

E saiu andando e discursando no meio da multidão. Depois de muito empurra-empurra e de alguns cartazes rasgados, os brutamontes da polícia precisaram bater em retirada sob vaias, [sem espancar ninguém](#).

No dia seguinte à votação, Apporelly assistiu a abertura da primeira urna, uma cerimônia que “emocionou vivamente o Sr. Barão de Itararé”: nela foram apurados três votos para o diretor de *A Manhã*. A urna era de Copacabana, uma zona grã-fina que fez o candidato comunista assumir certa atitude esnobe diante daqueles votos. Empenhado em “graves meditações” a esse respeito, ele só pôde atribuir os tais votos ao fato de banhar-se nas imediações daquela zona eleitoral. De fato, grande número de curiosos se detinha “para apreciar os mergulhos e a elegância olímpica com que o fidalgo fura a onda e sai nadando de peito rumo à costa [d’África](#)”.

[2]

Com 3.669 votos, Apporelly elegeu-se sem dificuldades. Foi o oitavo mais votado do PCB, partido que conquistou 18 das 50 vagas de vereadores, tornando-se a sigla majoritária na Câmara do Distrito Federal. Pouco depois do anúncio do resultado, o humorista convocou a imprensa para sua primeira coletiva como vereador. De acordo com *A Manhã*, o Barão, no encontro com os jornalistas, “apresentava um aspecto primaveril, vestindo um terno de linho cuja alvura só poderia ser comparada à pulcritude da consciência desse patriota indormido, que é o orgulho dos seus contemporâneos”. Quem o via responder às perguntas “lampeiro e ágil, com aquela vivacidade juvenil”, jamais acreditaria que “estivesse há poucos dias metido nessa formidável maratona pela vereança, vencendo galhardamente [velhos carreiristas](#)”.

Dois meses apenas depois da vitória, *A Manhã* anunciava de maneira sensacionalista: “O Barão de Itararé renunciou.” E explicava aos que tiravam conclusões apressadas: “Podemos assegurar que este nosso fidalgo, que tanto honra a aristocracia progressista da nossa praça, renunciou não ao cargo de vereador, como a princípio se propalava a boca pequena, mas ao [subsídio integral daquele cargo](#).” O humorista repetia assim a praxe seguida pelos parlamentares comunistas de renunciar a uma parte dos seus salários em favor do partido. “Estamos seguramente informados de que o tesoureiro do PC recebeu com grande satisfação o gesto tresloucado de Itararé, que merece um comentário especial, feito

naturalmente por [um especialista em psiquiatria.](#)”



Guerra Fria: *A Manhã* saúda a visita do presidente Truman ao Brasil.

Sua legislatura marcou a Câmara dos Vereadores em mais de um sentido. No plenário, algumas figuras se destacavam: os líderes comunistas Otávio Brandão e Agildo Barata e, pela União Democrática Nacional (UDN), Adauto Lúcio Cardoso, Carlos Lacerda e o compositor Ari Barroso. Lacerda, a julgar por suas memórias, não guardou boa impressão daquela experiência: “Havia uma bancada comunista bastante forte, liderada pelo Agildo Barata, e mais o Barão de Itararé e outras figuras. Debates e coisa e tal. Só se falava em assuntos nacionais. Assuntos do Rio, nenhum. Só se falava em política internacional e nacional, e [não em telefones e escolas.](#)” Protestando contra a decisão do Senado de retirar da Câmara dos Vereadores o poder de examinar os vetos do prefeito, Lacerda renunciaria ao mandato, nove meses depois de ter assumido, sendo logo seguido por Adauto Lúcio Cardoso.

Seria injusto afirmar que as escolas não foram tema de debate entre os vereadores, já que o próprio Apporelly integrou a comissão de educação da Câmara. Dessa participação restam documentos em que expõe seus pontos de vista sobre a aplicação das mudanças determinada pela Constituinte para a área, com suas implicações para cursos secundários e escolas

técnicas do município. Em seus pareceres, Apporelly lamentava a falta de escolas em locais de grande concentração populacional, recomendando à prefeitura, por exemplo, a construção de um estabelecimento no morro do Amorim, favela que integrava [o complexo de Manginhos](#).

Somando-se àquele time de nomes respeitáveis, Apporelly expressava suas preocupações na tribuna, sempre em seu estilo peculiar. Ao estigmatizar o então secretário de Educação, Fioravanti Di Piero, por exemplo, ele reclamava da falta de um verdadeiro plano de trabalho para o ensino do Rio de Janeiro. “As referências são tão vagas, tão imprecisas – reclamava – que não podemos dizer que se trata, realmente, de um plano técnico, mas de um plano vago, de um plano aéreo, de um aeroplano. É esta a impressão, meus senhores, que me deixa Fioravanti Di Piero. É um homem que vive na estratosfera, no seu aeroplano, e raras vezes desce das alturas, do astral em que se coloca, para tomar [contato com a realidade](#).”

E após o vereador Moura Brasil terminar uma longa explanação sobre a situação da tuberculose no país, o Barão pediu a palavra para expressar seu ceticismo a respeito das estatísticas apresentadas.

– V. Exa. me permite um aparte? – interveio Moura Brasil. – Os números que trouxe a esta casa constam de relatórios oficiais.

– Justamente a palavra oficial é a que merece menos confiança – retrucou Apporelly. – Esse negror pintado pelo ilustre vereador Moura Brasil, a meu ver, não é tão feio como se pinta, mas... muito mais. Sr. Presidente, se o conde Afonso Celso voltasse agora ao mundo, teria neste momento uma penosa tarefa: escrever outra obra, esta agora intitulada *Por que me envergonho do meu país*. E encontraria uma fonte inesgotável de inspiração na inepta, impermeável e siderúrgica ditadura [que enxovalhou o Brasil](#).

Da tuberculose, diagnosticada como doença social, Apporelly passou ao estado da agricultura brasileira: “Se Pero Vaz de Caminha pudesse apreciar o que se está passando hoje no Brasil certamente se levantaria do túmulo para arrancar dos arquivos da história aquela carta em que decantava a fertilidade [da terra brasiliense](#).”

Investindo contra o apetite dos intermediários, acusava a polícia: “Quando se trata de perseguição ao comunismo, tem olhos de lince para captar pulgas em elefante”, mas “fica completamente cega ou lamentavelmente míope diante da pança avantajada dos comendadores e dos lucros extraordinários que fazem [a miséria do povo](#)”. O Barão reconhecia que não era fácil “quebrar os dentes dos tubarões, porque os tubarões têm duas carreiras de dentes e alguns mesmo já usam [dentaduras postizas](#)”.

Nos registros dos debates ocorridos na Câmara, poucas vezes a rotina burocrática dos trabalhos parlamentares foi temperada com tanta verve e bom humor:

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o segundo orador inscrito, o nobre vereador Apparício Torelly.

O Sr. Apparício Torelly: – Sr. Presidente, está quase esgotada a hora da sessão. Eu não pretendia fazer um grande discurso, mas estou convencido de que desejava fazer um discurso grande.

O Sr. Presidente: – O Sr. Benedito Mergulhão faz uma proposta no sentido de que seja prorrogada a sessão por mais dez minutos.

O Sr. Benedito Mergulhão: – Acredito que dez minutos não bastem para que o Sr. Apparício Torelly faça um grande discurso.

O Sr. Aparício Torelly – Falarei [a táxi, Sr. Presidente](#).

Na sua curta carreira de vereador, Apporelly pode não ter mostrado fôlego para longos discursos. Seus apartes, contudo, obtinham enorme sucesso. Contava sempre com uma observação apropriada na ponta da língua e não eram poucos os que iam às galerias para ver o Barão em ação. Certa vez, quando o vereador Moura Brasil, reclamando da confusa situação política, declarou que “não conseguia ver as coisas claras”, Apporelly aparteou-o: “Duas gotas, dois minutos... [Colírio Moura Brasil!](#)”

Era um vereador original o bastante para, interrompendo um debate sobre menores abandonados, colocar em pauta, diante dos colegas espantados, a antiga proposta de Jonathan Swift para resolver o problema das crianças pobres na Grã-Bretanha do século XVIII:

Lamento interromper o nobre vereador. Eu queria trazer não uma ideia original sobre o problema da infância, mas é a ideia que teve o grande Swift em relação à solução do mesmo problema na Inglaterra; como a Inglaterra é um país que pode servir de padrão para tantas coisas, poderá servir também de exemplo e de guia para a solução desse problema. Swift propunha que os ingleses comessem as crianças: que as preparassem e comessem. Assim se solucionaria brilhantemente o problema da mortalidade infantil. Naturalmente ele dizia que os ingleses deviam ter grandes escrúpulos em comer as crianças, mas chamava a atenção para a existência de um povo esquisito, no Norte do continente americano, que gostaria provavelmente [desse petisco](#).

Naquela época, uma declaração de um jornalista soviético sobre a situação política brasileira despertara a indignação da imprensa, que tomou as declarações do russo como “um insulto ao povo brasileiro”. Apporelly pediu, então, para ler no plenário uma notícia publicada pelo *O Globo*, transcrita do *Journal of the American Medical Association* (“Peço desculpas pelo meu inglês, porque faz muito tempo que nunca fui à Inglaterra”, explicou o vereador). No artigo, um jornalista americano denunciava o estado da saúde pública no Brasil e o aumento da incidência de doenças como a tuberculose. Queixava-se o humorista:

Quando se trata de uma apreciação dum jornalista soviético, diz este jornal que é um insulto gravíssimo aos brasileiros. Quando, porém, se trata de comentários de um especialista americano, classificam-se estes comentários como uma elevada crítica dos Estados Unidos à medicina brasileira e não se vê mais [nenhum insulto](#).

Adauto Lúcio Cardoso, vereador pela UDN, insistindo na distinção entre “as críticas do governo russo e as feitas por um órgão de uma imprensa livre como a americana”, apontou a “ingenuidade angelical do nosso ilustre colega...”

– Se eu fosse angelical, estaria formando na sua corte como um querubim esvoaçante – retrucou o Barão.

Em outra oportunidade, um vereador criticou as mordomias de que gozava o prefeito na sua residência de verão. Examinando os gastos, denunciou que, em apenas um mês, foram consumidos na residência mais de cem dúzias de ovos. Inesperadamente, o Barão defendeu as autoridades: “Acho que não devem fazer acusações tão graves a essas pessoas que vivem de maneira ostensiva, às claras, aproveitando as gemas...”

Na tribuna, o Barão, representando o PC, se contrapunha à figura também cômica de Ari Barroso, pela UDN. Certa ocasião, o autor de *Aquarela do Brasil* armou um escândalo na Câmara, revoltado com as pessoas, geralmente moradores do subúrbio, que, voltando da praia, viajavam nos bondes em trajes de banho.

– Isto é uma indecência, uma imoralidade! – protestava o compositor.

O espírito democrático do Barão insurgiu-se contra o que lhe parecia uma manifestação

de elitismo por parte do compositor. Itararé respondeu nas páginas de *A Manha*:

Calma no Brasil, velhote... Em primeiro lugar, se a natureza deu aos cariocas um clima quente, de derreter os untos, por outro lado brindou-os com um lindo mar, emoldurado por praias maravilhosas. Ora, esse mar não nos foi dado para que ficássemos a contemplá-lo cretinamente, mas para mergulharmos no [côncavo da onda](#).

Ocorre, lembrava, que nem todos os habitantes da cidade tinham o privilégio de morar no Flamengo, na Urca, em Copacabana, Ipanema ou Leblon, muito menos “se dar ao luxo asiático de possuir uma caranguejola particular para ir ao banho de mar”. Pedindo que dessem uma folga aos banhistas, Apporelly protestou: “Não, seu Ari, tenha paciência.” O humorista era até capaz de algumas concessões: “Particularmente, nós estamos de acordo que uma mulher feia, com um corpo horrível e as pernas cheias de varizes, seja de fato uma coisa indecente, que não se deve expor aos olhos de todo mundo, principalmente depois do almoço.” Havia, contudo, coisas e pessoas mais repugnantes: “Devemos convir, cá para nós, que certas pessoas que não tomam banho, mesmo decentemente trajadas, revoltam muito mais nosso estômago.” E concluía: “Deixe, portanto, os banhistas em paz. Pode ser que eles vão ao banho de mar até por conselho médico.”

O caráter pacato e conciliador de Apporelly tornava-o, às vezes, uma espécie de mediador durante os momentos de atrito entre a bancada comunista e as dos outros partidos. Certa vez, Aduino Lúcio Cardoso, durante uma discussão violenta com Agildo Barata, acusou-o de ter sido preso no Estado Novo por crimes comuns, não políticos. Quando o acusado insistiu que Cardoso esclarecesse ao que se referia, ele afirmou, na tribuna: “O crime comum a que aludo é que o senhor foi condenado por matar colegas seus enquanto dormiam.” Agildo Barata, furioso, exigiu que o vereador provasse a acusação: “Desafio o meu acusador a trazer, aqui no plenário, o nome do defunto, sob pena de ficar provado que ele é um mero repetidor de infâmias, que endossa sem um maior exame e sem dignidade alguma...”

– Trarei o nome da sua vítima amanhã – respondeu o vereador da UDN.

Durante mais de duas semanas, ao final de cada sessão, Agildo Barata se levantou e pediu a prorrogação dos trabalhos para que o adversário apresentasse o nome da sua suposta vítima. A situação já havia se tornado embaraçosa para Aduino que, após examinar o processo contra Agildo relacionado ao levante de 1935, não encontrara nada que comprovasse a acusação. Reconhecendo que fora longe demais, foi a Apporelly que procurou nos corredores da Câmara para que transmitisse suas desculpas a Agildo, admitindo que a história toda não passava de “invencionice do DIP”.

“O bondoso Barão de Itararé veio, muito alegre, trazer-me o recado do Dr. Aduino”, lembrou Agildo Barata nas suas memórias. “Eu, porém, não estava disposto a permitir que o incidente se encerrasse com um segredinho de corredor.” E, apesar da intervenção de Apporelly, o caso não se encerrou com um discreto acordo entre cavalheiros, mas com uma nova e acalorada [discussão no plenário](#).

Em maio de 1947, o Partido Comunista teve seu registro cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral, sem que, num primeiro momento, os parlamentares perdessem seus mandatos. Na mesma ocasião, o governo interveio em catorze sindicatos e fechou a Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros. Para azar do Barão, que “só admitia a guerra fria contra o calor excessivo”, as manifestações de anticomunismo tornaram-se cada vez mais frequentes.

Tentou-se também contornar as investidas contra sua imprensa. No Rio de Janeiro, a *Tribuna Popular* deu lugar a alternativas como a *Folha do Povo* e a *Imprensa Popular*; em São Paulo, o diário *Hoje* foi substituído pelo *Notícias de Hoje*.

O presidente americano Harry Truman veio ao Brasil, em setembro de 1947, participar da Conferência Interamericana para Manutenção da Paz e Segurança no Continente, no hotel Quitandinha, em Petrópolis. Nas ruas, os cartazes oficiais de boas-vindas ao presidente americano eram emendados, passando de “Salve Truman” para “Salve-se de Truman!”. *A Manhã*, cobrando os objetivos da missão americana, recebeu o ilustre visitante citando uma gíria da época na sua insólita manchete, em inglês: “*What is the matter with your turkey?*” (Que que há [com teu peru?](#)). E quando, um mês depois, a polícia reprimiu com violência um ato público em comemoração do aniversário da legalidade do PCB, no centro do Rio, Apporelly protestou, acusando as autoridades do governo Dutra de serem as primeiras vítimas de “*delirium-trumans*”. Na época, começava também a ser discutido o projeto de uma nova Lei de Segurança Nacional, que, segundo o humorista, “faria estremecer de inveja as cinzas de Torquemada”.

Os parlamentares comunistas estavam sob pressão permanente. Quando o solitário representante dos integralistas na Câmara voltou à carga contra o PC, acusando-o de sustentar o princípio da luta de classes, o Barão respondeu:

– V. Exa. permite um aparte? O Partido Comunista não tem culpa da luta de classes: apenas Karl Marx a descobriu. É tão ridículo acusar os comunistas pela luta de classes quanto acusar Galileu pelo movimento da Terra [em torno do Sol](#).

Talvez animado com a mudança da atmosfera política e com a guinada à direita que a conjuntura parecia descrever, Plínio Salgado ensaiava uma volta à cena. O líder dos “galinhas-verdes” procurava desenterrar o antigo movimento sob uma nova sigla, o Partido da Representação Popular (PRP), batizado pela *A Manhã* de “Partido da Restauração do Poleiro”. O jornal de Apporelly, sob uma caricatura de Plínio Salgado num uniforme integralista, agarrado a duas galinhas gordas, publicou um aviso endereçado à classe dos avicultores:

Duma feita, disse-nos o ex-Führer íntegro-nipo-falango-salazar-nazifascista, não fui feliz com a minha criação de galináceos. A peste deu nos poleiros e nada se salvou da antiga raça. Agora volto à carga com galinhas de outra cor. Estou tomando todas as providências para preveni-las contra a diarreia, cólera e principalmente contra a [espiroquetose verde](#).

Na época, as sessões do parlamento eram transmitidas pelo rádio e conquistaram audiência tão grande que o governo, a despeito dos protestos da oposição, acabou com as transmissões. E, quando um vereador protestava contra a medida tomada pelo ministro da Viação, Sr. Pestana, Apporelly interveio:

– V. Exa. dá licença para um aparte? Queria lembrar a V. Exa. que o ministro fez isso [sem pestanejar!](#)

Na tribuna, seus adversários tentavam aparentar indiferença diante das estocadas, mas qualquer manobra nesse sentido era uma operação arriscada. “O que Vossa Excelência fala entra por um ouvido e sai pelo outro”, anunciou um deles, com desdém.

– Impossível, excelência: o som não se propaga no vácuo – [reagiu, rápido, o Barão](#).

Os parlamentares do PC tentaram driblar a medida que pôs os comunistas na ilegalidade criando o Partido Popular Progressista. Apporelly, que fazia parte da direção nacional da nova agremiação, explicava que seus objetivos eram muito simples, “porque, infelizmente, nós brasileiros, em questão de liberdade, temos de nos contentar com coisas primárias”. E negava veementemente que a nova agremiação fosse apenas uma fachada para o Partido Comunista: “De máscaras e disfarces precisam estes mascarados que estão no governo, fingindo de democratas e usando [toda a tática fascista](#).” Uma das primeiras baixas durante a ofensiva do governo Dutra foi o jornal do partido, *Tribuna Popular*, que, depois de invadido e empastelado com a conivência da polícia, seria fechado, tendo mais de vinte dos seus funcionários presos.

Com o recesso no final de 1947, os vereadores comunistas deixaram a Câmara para não voltar. Após uma longa batalha judicial, o congresso votou – 169 deputados a 74 –, em 7 de janeiro de 1948, pela cassação dos parlamentares do Partido Comunista, restando apenas dois comunistas no Congresso: Diógenes Arruda e Pedro Pomar, eleitos em São Paulo pela sigla do Partido Social Progressista (PSP), de Ademar de Barros.

“Um dia é da caça... os outros da cassação”, anunciou *A Manhã*. Antes de ter o mandato cassado e ser definitivamente afastado da tribuna, Apporelly pôde comentar a decisão da Justiça que abrisse caminho para aquele desfecho. Num dos seus últimos discursos, manifestou sua discordância em relação aos rumos que o país tomava:

Aliás, o próprio juiz que decidiu com seu voto a triste e memorável questão disse preferir seu parecer *homo sum* – dando a entender que, como criatura humana, estava sujeita a errar... Mas nós diremos com Plauto: *Homo homini lupus* – o homem é o lobo do homem. E, neste momento, verificamos que há juizes que também são lobos, mesmo quando se apresentam como cãndidos. Estamos vendo como a política da ditadura Dutra é de lobos, baseada no voto de um lobo. Toda a ação da ditadura está sendo calcada na lógica e na moralidade do lobo da fábula, onde a Democracia está fazendo o papel de cordeiro.

Os lobos estão soltos, estraçalhando as instituições, reduzindo a pedaços as liberdades públicas. Cuidado com os lobos! Cuidado com os tubarões! E mais cuidado ainda com os caçadores, porque os caçadores de agora não querem caçar os lobos... Eles não querem caçar os tubarões... Eles querem cassar os mandatos dos legítimos representantes do povo...

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Palmas prolongadas no recinto [e nas galerias](#)*).



Parte 6
(1949-1971)

31. Guerra Fria, cabeças quentes

[1]

A CENA tinha algo de grotesco: o poeta Carlos Drummond de Andrade e o romancista paraense Dalcídio Jurandir, dois intelectuais particularmente franzinos, haviam se atracado. Trocando socos e empurrões, disputavam como um troféu o surrado livro de atas da Associação Brasileira dos Escritores (ABDE). Minutos antes alguém o jogara violentamente sobre a mesa, afirmando que o volume não tinha valor. O tumulto ocorrido em 8 de abril de 1949 teve como cenário o auditório no 11º andar da Casa do Estudante do Brasil, no centro do Rio de Janeiro. O que deveria ser apenas uma burocrática reunião da diretoria e do conselho fiscal da entidade transformou-se num encontro caótico, com um plenário dividido. Dos argumentos e insultos, as duas facções passaram às bofetadas e aos safanões. Insitado a apaziguar os ânimos, um Graciliano Ramos irritado e que nunca primara pelo tato subiu numa cadeira e explodiu: “Vão todos à puta [que o pariu!](#)”

Quatro anos antes os mesmos personagens – poetas, romancistas e jornalistas – haviam se encontrado no 1º Congresso dos Escritores Brasileiros, numa atmosfera de fraternidade, animada pelo otimismo que marcava a redemocratização. Agora, a desunião entre os intelectuais expressava um simbolismo igualmente claro: a linha divisória que cindiu o planeta durante a Guerra Fria atravessava também aquele plenário, separando adeptos e simpatizantes do Partido Comunista dos escritores com outras posições políticas.

As primeiras fissuras na entidade haviam começado a surgir já no 2º Congresso, realizado em Belo Horizonte, quando simpatizantes do PC conseguiram aprovar uma declaração pública condenando a cassação do partido. Os escritores não eram contra, mas se indignaram com a truculência dos colegas, que atropelavam as instâncias e comissões do congresso na ânsia de atingir seu objetivo. Em protesto, os integrantes da comissão de assuntos políticos renunciaram em bloco: Drummond, Antonio Cândido, Afonso Arinos e Odylo Costa Filho. Dessa cisão nasceram as duas chapas que se enfrentariam nas eleições da ABDE em março de 1949. Uma era presidida pelo jurista Homero Pires, que contava com o apoio do PC e de nomes como Graciliano Ramos, Aníbal Machado, Orígenes Lessa e Astrogildo Pereira. A outra, encabeçada por Afonso Arinos, contava com apoio de Drummond, Otto Maria Carpeaux, Manuel Bandeira, Rodrigo de Melo Franco e Alceu Amoroso Lima.

À última hora o PC inflou a entidade com uma série de integrantes cuja condição de “escritores” era, no mínimo, discutível. Mesmo assim sua chapa perdeu por uma diferença apertada: 478 a 473. Antigo companheiro do Barão em *A Manhã*, o cronista Rubem Braga, partidário da chapa de Arinos, registrou a vitória obtida em sessão tumultuada, “cheia de incidentes desagradáveis dos quais são culpados eleitores das duas chapas”. Sabe-se que Afonso Arinos chegou a ir armado para a votação.

A vitória, contudo, tinha deixado em Rubem um sabor amargo: “A alegria que ela pudesse despertar foi anulada por um sentimento de tristeza e vergonha ao ver homens

sempre merecedores de respeito traindo a própria palavra, agindo com a mais vulgar e [triste má fé](#).” Ele se dizia decepcionado porque os comunistas, contrariando suas promessas, apressaram-se a contestar o resultado assim que perderam: foi esse o motivo do confronto entre Dalcídio e Drummond. Por isso a reunião, segundo ele, havia sido invadida por alguns escritores e “vários latagões que, pelo físico, pareciam mais membros da Polícia Especial que qualquer outra coisa”.

Na sua coluna, o cronista contou que confiou na palavra dada por amigos seus, “alguns comunistas que são também figuras de grande prestígio intelectual e moral”. Sem citar nomes, esclareceu: “Homens de idade, dois deles velhos companheiros de luta antifascista; homens de vida limpa, cuja palavra me repugnava pôr em dúvida. Pois o recurso é assinado [por um desses homens](#).” Quem seriam os dois “velhos companheiros”? Possivelmente Apparício Torelly ou Graciliano Ramos, porém é difícil afirmar. Disciplinados, ambos seguiam obedientemente [a orientação do partido](#).

O episódio deixou cicatrizes profundas. Sob a hegemonia do PC, a entidade, esvaziada, perdeu representatividade. Um dos que a abandonaram foi o próprio Braga: “Mesmo sem carteirinha, continuarei a ser escritor porque vivo disso. Quando quiser lutar, entrarei para uma academia de jiu-jitsu... A ABDE como sociedade político-lítero-cafajeste me parece confusa, [desagradável e indigna](#).” Estava dado o tom do diálogo de surdos que, a partir do fim dos anos 1940, separaria os escritores e jornalistas comunistas de seus colegas.

À ilegalidade em que foi lançado, o partido respondeu radicalizando suas posições. No mesmo mês que teve seus parlamentares cassados, janeiro de 1948, um manifesto classificava o governo Dutra de “fascista sanguinário” e falava em preparar a luta revolucionária das massas. A nova orientação acabaria se cristalizando no chamado Manifesto de 1950, o qual punha de lado qualquer chance de estabelecer alianças mais amplas ao defender a pura e simples nacionalização de todas as empresas privadas, bancos, grandes propriedades e até – entusiasmado com o exemplo chinês e a chegada de Mao ao poder – a criação de um exército popular de libertação nacional.

A guinada diminuiu a influência do partido na área cultural. Seus porta-vozes – num tom cada vez mais estridente – se especializariam em insultar intelectuais de prestígio. Na revista do PC *Fundamentos*, que tinha Apporelly no seu conselho editorial, Rivadávia Correia acusou Sérgio Milliet de “pelego”, “beneficiário do Estado Novo” e “propagador de preconceitos de raça”. Sérgio Buarque de Hollanda viu-se incluído na “nefasta camarilha de politiquinhos e aproveitadores sem escrúpulos”. Antônio Cândido também foi considerado um dos “agentes e militantes da decadência e do divisionismo no meio intelectual”. Noutra publicação do partido, a revista *Para Todos*, da qual o Barão também foi colaborador, Emilio Carrera Guerra decretou a respeito da poesia de Drummond: “Essa doença que lhe faz ver tudo negro num mundo de problemas e contradições sem saída é própria de sua gente, da classe arcaica, degenerada, moribunda...” José Lins do Rego, Paulo Rónai, Rachel de Queiróz, Álvaro Lins e Raymundo Magalhães Jr. – todos foram rotulados de “traidores e vendidos” por Osvaldo Peralva, que – ironicamente – poucos anos depois [abandonaria o PC](#).

Para alguém afável como Apporelly, conhecido pela habilidade com que transitava por todo o espectro ideológico, a lealdade a um partido sectário e irascível era uma desvantagem tanto na esfera das relações pessoais como nos negócios. Nos anos seguintes,

muitos intelectuais, afugentados pelas repetidas manifestações de truculência stalinista, deixariam o partido. Apporelly, contudo, desde o final dos anos 1940 até o início dos anos 1960, manteve o prestígio de seu nome ligado às muitas causas e organizações defendidas pelo Partido Comunista, sujeitando-se assim a processos e perseguições. Também figurou nos conselhos editoriais de revistas e em seus expedientes, às vezes como diretor responsável, a exemplo da *Folha do Povo*, no Rio, em 1948, e do matutino *Hoje*, de São Paulo, em 1952.



O Barão falando em um congresso de escritores.

Ao fazer essa opção, o humorista ignorava os conselhos de amigos para que pensasse menos em suas posições ideológicas e mais nos próprios interesses. “*Bien le he dicho yo hace tiempo: déjate de preocupaciones políticas si te vas a meter en la empresa del Almanhaque*”, escrevia Andrés Guevara a Arly Torelly, em maio de 1949, preocupado após dois meses sem notícias sobre o pai deste. O paraguaio, na época trabalhando em Buenos Aires, temia que ele tivesse se envolvido em “*algun contratiempo de carácter político*”. O *Almanhaque*, uma coletânea de material produzido por Apporelly, era o projeto no qual a dupla apostava para retirar o Barão das dificuldades em que se encontrava desde que a circulação do seu semanário se tornara cada vez mais irregular. Da Argentina, o desenhista acompanhava, preocupado, a evolução dos planos sobre o empreendimento. Qualquer interrupção ou lapso maior na correspondência com o Barão era motivo de alarme para o amigo. De olho no filão da publicidade, o sempre pragmático Guevara advertiria ao humorista que suas ligações políticas costumavam assustar os empresários.

Metódico, sistemático, organizado, negociador implacável, sempre atento ao aspecto comercial de qualquer projeto, o paraguaio parecia o perfeito oposto de Apporelly. Suas cartas ao parceiro eram carregadas de advertências – geralmente sublinhadas, em maiúsculas ou acompanhadas de pontos de exclamação. *Mienos bohemia, viejo! Más realidad!* – exortava. Apontando a improvisação e a pressa como os principais inimigos da dupla, advertia: *No hay nada más negativo y anarquizante que trabajar en la estratosfera sin pisar la tierra*. Pedia que colaboradores fossem pagos, prazos respeitados e operações planejadas. Baseados nos mais de 25 anos de convivência com Apporelly, estes conselhos tinham um endereço certo. Guevara conhecia as qualidades e limitações de ambos e, por isso, acreditava que os dois se completavam. Juntos participaram de campanhas de publicidade, para Alpargatas, por exemplo, e do projeto de um suplemento infantil para a *Folha da Manhã*, do grupo *Folha de São Paulo*. Em todas essas negociações, o artista se esforçava para que se apresentassem como *un duo*: *Los dos, en un solo block duplicaremos nuestros valores individuales*.

Autoestima nunca fora um problema para o *designer* paraguaio, que, talvez por essa razão, não era visto com bons olhos por colegas brasileiros, como Nássara. Depois de revolucionar as artes gráficas no diário *Clarín*, em Buenos Aires, Guevara estava destinado a sacudir as convenções do jornalismo brasileiro liderando uma equipe de jovens colaboradores argentinos na *Última Hora*. Ao falar sobre o projeto que ofereceriam ao grupo Folha, Guevara disse a Apporelly que, caso dessem-lhe condições e recursos, deixaria a direção do jornal assombrada com o nível de seu trabalho. Hoje, “no continente”, garantia, não havia ninguém que pudesse superá-lo em capacidade profissional. Acusações de soberba não o preocupavam: “*La modestia es una virtud de pordioseros*” – a modéstia era uma virtude para mendigos.

Lançada em 1949 e destinada a ser semestral, a publicação foi um sucesso. A folha de rosto do “ALMANHAQUE ou Almanaque da Manhã” anunciava que fora “supervisionado em sua parte científica, astronômica e profética pelo Exmo. Sr. Barão de Itararé O Brando, Marechal-Almirante e Brigadeiro do Ar-Condicionado que o escreveu todinho em grande estilo e vertiginosa velocidade, com sua nova caneta de propulsão a jato, comandando um

exército de estenodatilógrafas mecanizadas e sob a carinhosa e permanente vigilância das Exmas. autoridades federais e internacionais [da ordem política e social](#)".

Confirmando o prognóstico do amigo Graciliano Ramos, Apporelly jamais chegou a escrever uma vida do Barão de Itararé. Mas o que mais se aproximaria disso seria o esboço biográfico "do senhor feudal de Bangu-sur-mer" com que brindou os leitores do primeiro *Almanhaque*. Nele não faltava sequer um álbum de família com informações sobre seus antepassados, nem uma reprodução do emblema heráldico da Casa de Itararé, desenhado por Guevara. O brasão, explicava Apporelly, sofrera algumas modificações. Fora atualizado "em consequência das grandes conflagrações mundiais, em pleno século XX, em que frutificam o jogo do bicho, o mercado negro, o pife-pafe, as dentaduras de plástico e os [casamentos no Uruguai](#)".

Ali, pela primeira vez, revelava-se a verdadeira idade do Barão de Itararé, que, embora nascido em 1895, contava apenas com 39 anos, e não 54 como determinava a matemática convencional. Exibindo documentos, Itararé demonstrava que tinha perdido dez anos repetindo a segunda série do curso da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, "onde era sempre reprovado em anatomia descritiva". E não era apenas isso: somando todos os pequenos períodos que tinha passado atrás das grades, "onde se enclausurou para meditação e retiros espirituais, como hóspede do Estado e com guarda permanente à sua disposição", constatava que tinha perdido mais ou menos dois anos na cadeia. Somados aos dez da faculdade, já eram 12 a serem subtraídos. Finalmente, "manuseando, com um ar de romântico desconsolo, um velho diário de notas, todo tatuado de nomes femininos, de corações sangrando com endereços e números de telefone, Itararé chega à conclusão de que perdeu pelo menos três anos perseguindo mulheres bonitas sem nenhum resultado". Aqueles três anos, adicionados aos 12, perfaziam 15, "que, por serem negativos, devem ser subtraídos dos 54, dando 39 anos, afinal, [como idade natural](#)".



Apporelly e Guevara, em 1949, ano em que lançaram o primeiro *Almanaque*.

[3]

Recheado de anúncios, o *Almanaque* vendeu bem e ajudou a sanear as finanças do humorista, oscilando eternamente entre surtos de prosperidade e de penúria. O sucesso proporcionou também uma base para tentar fazer *A Manha* voltar a circular de forma menos irregular. Antigos amigos do humorista voltavam de São Paulo impressionados com algumas mordomias de que desfrutava em certos períodos: vinhos finos, jantares em restaurantes caros e até [motorista particular](#). Os apelos de Guevara, pedindo “menos boemia”, eram compreensíveis. Em seus piores pesadelos, o paraguaio poderia vislumbrar parte do dinheiro do projeto da dupla perdido no pano verde da mesa de carteadado ou no grito de um crupiê responsável por alguma roleta.

Para um intelectual comunista, Apporelly cultivava hábitos nada proletários. No final dos anos 1940, mudou-se para um edifício próximo aos fundos do Copacabana Palace e bastava atravessar a rua para visitar o cassino do hotel, na companhia de grã-finos, como o industrial Guilherme da Silveira, ou de amigos como Benjamim Vargas. “O Barão jogava de tudo. Às vezes ele chegava no bar Vermelhinho com aquela maçaroca de [dinheiro no bolso](#)”, lembraria Joel Silveira. O humorista acabaria se tornando um jogador relativamente sofisticado, porém, mais que um meio de ganhar dinheiro, jogar para ele era, antes de tudo, um prazer. Nos cassinos costumavam predominar três modalidades de jogo. A primeira era a roleta, a mais popular e fácil de jogar. Bastava escolher o número e depositar as fichas. O bacará era mais elitista, e a sua pompa costumava atrair figuras da alta sociedade. Apporelly, por sua vez, só jogava a campista, um jogo onde valia mais a adivinhação e em que se trabalhava com uma série infinita de combinações de cartas.

Numa de suas crônicas no *Diário de Notícias*, fez alusão “à noite memorável – no Cassino Icaraí – em que numa mesa de campista só davam a favor o oito, o nove e o ás”. A casa, para indignação do Barão, havia suspendido o jogo, tendo se recusado a pagar o prêmio e até chamado a polícia, vendo no fenômeno um flagrante caso de trapaça e não uma caprichosa manifestação do acaso. “O que se passou com as cartas do baralho não tem nada de extraordinário e está perfeitamente enquadrado na lei das probabilidades. Se houve trapaça, esta foi da sorte contra a banca, mas ninguém deve ser culpado por isso”, argumentou. E anunciava: “Já comprei um baralho e estou me exercitando para fazer saltar o ás de paus quantas vezes quiser.” Quando tivesse convicção de que a façanha poderia ser repetida em público “com as mangas arregaçadas”, ele prometia voltar ao cassino para vingar aqueles jogadores que haviam sido lesados e presos: “Estou disposto a trazer para casa até os lustres e os tapetes daquela [sórdida tavolagem](#).”

O interesse manifestado pelo episódio não partia de um mero diletante. Fazendo a escrita – compilação dos resultados – do jogo de campista, Apporelly a estudava pacientemente, procurando tirar suas conclusões. Ao ator e companheiro de jogo Jaime Costa, confidenciou seu segredo: apoiado em seus conhecimentos de matemática e da teoria das probabilidades, estava prestes a descobrir uma tabela, elaborada “cientificamente”. “Infalível”, a tal tabela permitiria acertar sempre. Ainda estava no período de estudos, explicava aos amigos, não terminara suas pesquisas. Naturalmente, no início algum prejuízo era certo, mas logo, inevitavelmente, haveria um retorno do dinheiro investido... Na verdade, ganhar ou perder pouco importava. O jogo era mais um pretexto. Valia mais a oportunidade de elaborar [outra de suas teorias](#).

O apartamento onde morava era alugado, como, aliás, a maioria das residências que ocupou durante sua vida. Apesar de não faltar dinheiro para perder na roleta e nas mesas de carteadado, o Barão era um tanto irregular na hora de cumprir suas obrigações de inquilino ao fim de cada mês. Não era por outra razão que o humorista – terror dos senhorios e imobiliárias – trocava com tanta frequência de endereço. Um dos conflitos que esse hábito provocou foi explorado por Assis Chateaubriand, seu velho adversário. A ação de despejo por parte do dono do apartamento de Copacabana acabou nas páginas do *Diário da Noite*. Um juiz havia determinado dia e hora para o pagamento dos aluguéis atrasados. “O caso do

Barão de Itararé será tipicamente o de um desses espíritos superiores, pairando acima das pequenas misérias terrenas, entre as quais se inclui o pagamento, todos os meses, do aluguel de casa”, ironizava o jornal. Quando chegou aos seus ouvidos que “um plebeu qualquer urrava” às portas da Justiça “contra sua displicência de [homem superior, próximo da genialidade](#)”, o humorista teria mandado pagar imediatamente o que devia.

A disputa entre o humorista e o senhorio arrastou-se na Justiça e, seis meses mais tarde, anunciando o fracasso da terceira tentativa de despejo, o mesmo jornal comentava: “O Barão bate o pé, arranja o dinheiro, paga tudo e fica talvez até como o sambista deste Carnaval, cantarolando o ‘daqui não saio, daqui ninguém me tira’”... Pelo menos um jornal tomou as dores do inquilino, publicando um protesto do qual o humorista fez questão de guardar um recorte, com o título: “Chatô ri da desgraça alheia”. Dizia a nota: “O Barão de Itararé despejado é uma vítima igual a todas as outras que não vivem de dinheiro mal ganho.”

Nas dificuldades financeiras que vivia, assim como nos projetos jornalísticos, a ajuda muitas vezes vinha de conhecidos ricos, como o banqueiro barão de Saavedra ou Guilherme da Silveira, cujas amizades cultivava. O que aproximava Apporelly daquelas personalidades? A resposta estava, em parte, numa das suas máximas: “Os amigos são para as ocasiões.” Numa crônica sobre o assunto, intitulada “Amigos ricos e pobres”, o autor descreveu o que acontecia quando se procurava um amigo rico em busca de um empréstimo:

O amigo rico, que até então era todo sorrisos e amabilidades, toma um aspecto sinistro, fecha a carranca e explica que não lhe pode emprestar quinhentos cruzeiros porque, no momento, só dispõe de setenta mil em conta corrente num banco e um depósito de dois milhões [em uma companhia](#).

Não era tudo: “Além disso assumiu um compromisso formal com a esposa, que é muito ciumenta, de não tocar nesse dinheiro.” Entre atordoado e revoltado, o amigo pobre empenha seu relógio para ajudar o milionário. O colunista tira sua conclusão: “O amigo rico é rico justamente porque não empresta. E o pobre é um miserável porque tem coração de manteiga e dá tudo o que tem.” Um veredicto injusto, a julgar pela experiência de Apporelly.

[4]

Ao abraçar o projeto do *Almanhaque*, em que a publicidade desempenhava papel-chave, era natural que os olhos do humorista se voltassem para São Paulo, onde se concentravam o parque industrial brasileiro, as maiores empresas e as maiores fortunas. Nas suas muitas visitas, o dinamismo da capital paulista agradara Apporelly, que estava atento ao potencial da cidade para seus futuros negócios.

“Fixar-se” não seria o termo apropriado para alguém tão irrequieto como o humorista mas, no início da década de 1950, Apporelly compartilhou, com o filho Ary, o apartamento 64 da rua Major Quedinho, 144. A redação de *A Manhã*, nessa fase, ficava na rua Quirino de Andrade, 219. Dividindo-se entre Rio, onde morava seu outro filho, Arly, e São Paulo, o humorista nunca era visto com malas e viajava sempre munido de uma única pasta de couro surrada e presa por duas correias.

Embora sua figura fosse mais familiar aos cariocas, o humorista não era desconhecido entre os paulistanos. Seu ex-companheiro de prisão, o jurista Hermes Lima, celebrando o amigo, muitos anos depois, numa sessão entre os imortais da Academia Brasileira de Letras,

recordou uma noite, no final da década de 1940, em São Paulo, quando entraram numa cantina na rua Visconde do Rio Branco. Ao se encaminhar para uma mesa vaga no centro do salão, o humorista, reconhecido graças à sua inconfundível barba grisalha, foi saudado com uma salva de palmas pelos presentes.

Depois do jantar, o Barão, cuja vida noturna era movimentada e para quem dormir era uma perda de tempo, desceu a avenida São João em busca de um café aberto. Enquanto caminhava, expôs a Lima sua teoria de que a importância do sono para o organismo humano era exagerada pela ciência e que, mais do que isso, ele mesmo considerava o sono um vício, “o mais degradante da espécie humana”, considerando uma superstição que a base da saúde seria “acordar cedo e [dormir cedo](#)”. Apporelly fundamentava sua tese na experiência do homem pré-histórico e, a partir dali, contou Lima, extraía suas ilações aplicáveis à política nacional: “O homem primitivo não dormia, porque tinha de se defender dos animais. Tinha de ficar de olho aberto, o que o fazia um indormido. Parou, olhou para mim e disse: ‘O homem indormido era um udenista! [A eterna vigilância...](#)’”

Em São Paulo, Apparício incorporaria um personagem exuberante à sua coleção de amigos ricos: Celestino Paraventi, proprietário do elegante Café Paraventi, na rua Barão de Itapetininga, era dono de uma razoável fortuna originada da primeira torrefação de café de São Paulo, que herdara do pai. De espírito empreendedor e criativo, foi pioneiro em marketing numa época em que o termo não existia e que a publicidade ainda engatinhava. Dificilmente, porém, sua personalidade se encaixaria no estereótipo do empresário obcecado por lucros. Amigo de artistas como Anita Malfati, Volpi e Di Cavalcanti, tinha uma bela voz, tendo gravado, pela Odeon, um disco com as valsas “Tardes de Lindoia” e “Longe dos Olhos”. Culto, sem ser pedante, interessava-se também por mulheres bonitas, carros esportivos e cavalos de corrida. Nas páginas de *A Manhã*, na sua fase paulista, e no *Almanaque*, multiplicavam-se generosamente os anúncios do Café Paraventi: “Alegria de viver: revigora o organismo e tonifica os nervos: o aroma do Brasil”.

A sintonia entre Apporelly e Paraventi explicava-se ainda por outro motivo: a exemplo do humorista, Paraventi também havia merecido a atenção da polícia política. “Seu nome figura em nossos arquivos desde 1935, quando foi preso por ocasião da Intentona Comunista. Não foi processado por escassez de provas”, dizia um documento policial a respeito do empresário. “Adepto do credo de Moscou”, informava sua ficha, teria auxiliado extremistas com “grandes parcelas de dinheiro”, contribuindo tanto com o PCB quanto com a ANL. Era verdade, segundo a polícia, que ele não era visto com tanta frequência ao lado de comunistas, parecendo ter “se afastado daquele ambiente”. Ainda assim, era [um elemento suspeito](#). O nobre revolucionário, que nas páginas de *A Manhã* se envolvia em grandes transações, ao conhecer o empresário, já na década de 1950, viria a encontrar de certa forma, outro exemplar, porém real, dessa espécie exótica: um magnata vermelho.

[5]

Celestino Paraventi era um dos que frequentavam o ambiente nada aristocrático do apartamento de Apporelly na rua Major Quedinho. Para espanto da nora do humorista,

Helena, que passaria na década de 1950 a conviver com ele, a porta ficava sempre aberta. As visitas surgiam casa adentro inesperadamente, sem serem anunciadas por campainha alguma. Se não tropeçassem nos quadros encostados rente ao chão (óleos de Di Cavalcanti, gravuras de Guevara) e não esbarrassem nos jornais amontoados até a metade das paredes, tinham dificuldade em encontrar algum lugar para sentar: as poucas cadeiras precisavam ser disputadas com pilhas de livros. Do círculo de integrantes da elite paulista com que o humorista tinha contato na época também faziam parte Marjorie Prado, a esposa francesa de Paulo Prado; Caio de Alcântara Machado, fundador em 1956 da primeira agência de publicidade de capital nacional; e Lila Byington, esposa do futuro governador Paulo Egídio Martins.

Seu prestígio era suficiente para conquistar privilégios como o de passear com seus amigos influentes ao lado da Miss Brasil e vice-Miss Universo 1954, Martha Rocha, com quem se deixou fotografar num balneário. Ou ainda – mais surpreendente – conseguir do então governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, em agosto de 1953, um documento dando carta branca ao humorista para utilizar instalações oficiais nas suas pesquisas científicas: “Pela presente autorizo que sejam propiciadas ao Sr. Apparício Torelly as facilidades necessárias nos institutos científicos do estado de São Paulo para [pesquisas de química-biológica](#).” As pesquisas seriam relacionadas a “evolução dos virus filtráveis” – ou seja, ainda a busca de uma solução para o enigma da aftosa.

Esta, no entanto, era apenas uma das faces do Barão. A outra era acompanhada de perto pelos agentes do Departamento de Ordem Política e Social, tanto do Rio como de São Paulo. Curiosamente, apenas meses depois de obter este favor do governador, o mesmo Apparício Torelly tinha seu escritório na rua Quirino de Andrade classificado em relatório da polícia política como “um verdadeiro Q.G. comunista”. Registravam os investigadores: “Foi notado grande movimento de elementos estrangeiros naquele endereço, como também saída e entrada de pacotes, sendo grande parte transportada [por elementos estrangeiros](#).” Estes últimos eram provavelmente alguns dos muitos intelectuais, jornalistas e escritores latino-americanos, integrantes ou próximos dos PCs do continente, que visitavam São Paulo fazendo palestras ou estabelecendo contatos.

No fim dos anos 1940 e no início da década seguinte, o humorista seguia sendo vigiado. No seu prontuário, acumulavam-se registros de todo tipo. Nos fundos de uma livraria na rua Barão de Itapetininga ele fora visto “fazendo blague” sobre a polícia e o período que passou na prisão. “O Barão de Itararé está hospedado no Hotel Excelsior e tem tido conversações suspeitas com um certo Dr. Pamplona e o Dr. Araripe.” “O jornalista comunista argentino Lourenzo Miguel Ramon Rolas se acha hospedado na residência do jornalista Apparício Torelly.” De um avião da Panair desembarcaram três indivíduos de nacionalidade uruguaia “aguardados pelo “militante comunista Barão de Itararé”. Apporelly embarcou num voo para Belo Horizonte onde estaria articulando o lançamento de um jornal. O humorista foi visto num almoço em homenagem ao dirigente comunista Pedro Pomar. Participou do III Congresso dos Escritores, em Salvador. Interveio na seção paulista da Associação Brasileira dos Escritores para colocá-la “nas mãos dos comunistas”, integrando uma diretoria alinhada ao PC. Uma simples piada sobre os tempos na prisão contada entre os poucos presentes a uma palestra dada por um professor sobre um tema nada subversivo (“A

estética na geometria”) – tudo era devidamente [anotado pelos agentes](#).

Contudo, para além do tom exagerado adotado pelos homens da polícia, sempre prontos a fantasiar a respeito de qualquer indício de subversão, qual seria realmente o grau de comprometimento de Apporelly com a causa comunista? Como outras personalidades ilustres que simpatizavam com o partido, naqueles anos o humorista continuou a mostrar-se pronto a assinar os inevitáveis manifestos em ocasiões que iam desde o aniversário de Stálin a um protesto contra um golpe na Guatemala; a conferir maior prestígio ao expediente de uma das publicações do PC; a realizar conferências cujos ingressos eram vendidos para angariar fundos para a imprensa comunista. Estas “tarefas” esporadicamente exigiam muito mais do que uma assinatura: demandavam tempo – que considerava precioso –, trabalho e algumas dores de cabeça.

Na manhã de 21 de abril de 1946, um domingo, numa época em que o PC vivia o auge do seu prestígio, uma cerimônia no Teatro Ginástico do Rio de Janeiro marcou a entrega pública dos “*carnets*” do “glorioso Partido Comunista” a alguns intelectuais. Nomes como Cândido Portinari, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Oscar Niemeyer, Álvaro Moreira e outros foram chamados para receber suas carteiras das mãos de Prestes. Por que Apporelly não se juntou a eles, recebendo sua carteira sob aplausos? Guardava alguma distância em relação à política defendida pelos comunistas? Tudo indica que não, pois o humorista estava presente na ocasião e em posição de destaque, compondo a mesa que presidia a cerimônia. Preferia conservar algum grau de autonomia, evitando uma adesão completa? Ou seguiria uma orientação partidária, por sua influência e popularidade serem mais úteis quando exercitadas por um “cidadão independente”? O certo é que, em janeiro de 1947, Apporelly apresentou-se à Chapa Popular explicando “não ser filiado ao Partido Comunista do Brasil”.

Ao relembrar a figura de Apporelly, na década de 1980, Luiz Carlos Prestes afirmou que o humorista “era um militante e fazia questão de se dizer um comunista”. Ao menos durante o curto período de legalidade, de acordo com o líder do partido, Apporelly “tinha o seu comitê de base e participava dele”. Os dois se conheceram em 1945, mas só se encontraram novamente quase dez anos depois, quando o líder do PCB teve sua prisão preventiva suspensa. “Voltei a vê-lo”, contou, “e, quando fui visitá-lo no seu apartamento, estava bastante doente, mas continuava lúcido e mantinha as mesmas posições. Era um homem firme, muito inteligente e bastante estudioso. Conversávamos sobre política e economia... Para mim, a principal característica do Barão era seu pensamento dialético. Ele via o que os outros não viam. Sabia ver o outro lado, que era o lado mais óbvio. Espantava a todos porque dizia simplesmente [o que o bom senso apontava](#)”.

Já o filho Arly preferia dizer que o pai nunca fora um membro formal do partido, com militância regular, o que se devia menos a qualquer discordância do que a uma alergia inata a qualquer modalidade de organização mais rígida. “Ele não conseguia ter nenhuma disciplina sobre si mesmo, quanto mais em [relação a um partido](#)”, explicava. O próprio Apporelly, no fim da vida, afirmou que sua candidatura a vereador acontecera contra a sua vontade: “Não gosto de falar nisso. Admirava Prestes, tinha por ele uma grande amizade e não pude recusar o convite, mas nunca fui [um militante no sentido exato do termo](#).” Contudo, na mesma época, quando perguntado se ainda se considerava um marxista, respondeu: “Sou.

Não considero o marxismo uma ideologia, mas um método dialético baseado na economia e na história para [aproximar o homem da natureza.](#)”

Essa atitude talvez explique por que seu vínculo com o partido resistiu à década de 1950, período em que, no Brasil e no mundo, tantos intelectuais optaram por abandonar o barco do comunismo. Um êxodo que se intensificou a partir de fevereiro de 1956, quando, depois da morte de Stálin, o partido soviético, em seu 20º Congresso, finalmente denunciou os crimes do “genial guia dos povos”. A esse golpe viriam se somar outros, como a invasão da Hungria pelas tropas soviéticas. Difícil imaginar mais de meio século depois o impacto daquelas revelações sobre comunistas movidos até então por uma lealdade cega. Um deles, Agildo Barata, descreveu em suas memórias o choque experimentado com a intensidade de uma sensação física: foi como “um soco no estômago”, contou.

O humorista jamais explorou estas questões em alguma entrevista. Existem indícios, no entanto, de que acreditava que eventuais “deslizes” não punham em questão uma causa que considerava maior. Assim, entre seus papéis existem anotações em que prefere apenas ironizar as críticas do Ocidente à invasão da Hungria, mencionando a hipocrisia dos britânicos. Como se um erro justificasse o outro, lembrava que, naquele mesmo ano, numa atitude tipicamente imperialista, a Grã-Bretanha invadira o Egito para ocupar o Canal de Suez com ajuda da França e de Israel. De modo ainda mais substancial, ao falar sobre suas convicções políticas, pareceu comentar os “desvios” do stalinismo num depoimento gravado por sua amiga, a escritora Antonieta Dias de Moraes, também ligada ao PC:

Eu via também os erros. Sabia distinguir o que era teoria e o que era tática. Porque a teoria é uma coisa, mas essa teoria a gente só pode pôr em prática com anjos, com revolucionários perfeitos, mas não podemos fazer revolução encomendando entidades do céu para isso, é esse material podre que está aí que temos de manipular, não é outro, importado daqui e dali. Temos de endireitar isso. Minha luta não é na Rússia ou na China, vou lá pela curiosidade. Curiosidade, não – é uma vontade de acompanhar por uma questão de solidariedade. Posso imaginar tudo o que está havendo ou não havendo, as coisas erradas sob o nosso ponto de vista, mas que estão certas para eles. Ninguém faz as coisas certas. Os espanhóis dizem: é aos tombos que se fazem os homens. É errando que se aprende. A experiência da Rússia. A maneira como está se desenvolvendo a revolução na China. O homem que não erra é o que não fez nada. O erro é uma experiência. E toda experiência [traz um novo conhecimento.](#)

[6]

O projeto do *Almanhaque* era visto pelo Barão e por Guevara como um trampolim, uma base para o relançamento de *A Manhã* na década de 1950, que, por sua vez, seria chamariz para uma próxima edição do *Almanhaque*. “Deves considerar a conveniência de fazer algum barulho”, aconselhava o paraguaio, sugerindo a publicação de anúncios na iminência do relançamento de *A Manhã*. Depois da edição de 1949, sairiam mais dois números, no primeiro e no segundo semestres de 1955, e o jornal do Barão continuaria sendo publicado, de maneira cada vez mais esporádica, até 1959. Na primeira metade dessa década, foi ilustrado quase exclusivamente pelo cartunista Otávio, que se alternou com Guevara, na autoria [do seu projeto gráfico.](#)

Num rascunho para uma possível publicidade da nova fase do jornal, Apporelly vendia um produto futurista – “*A Manhã* em 1953 entrará na Idade do Hidrogênio. Registrará os

fatos nacionais, internacionais e planetários através de uma turma de redatores nucleares, munidos de cérebros eletrônicos e canetas a jato” – e avisava que o jornal não manteria “nenhuma seção permanente de puxa-saquismo intitulada *O Dia do Presidente*”, numa alusão à coluna criada por Samuel Wainer na *Última Hora*. Ao contrário, prometia a seção “*A Noite do Sr. Vargas*, sobre a qual os escribas [oficiais não dão um pio](#)”.

Apesar de alguns textos brilhantes – principalmente no primeiro *Almanaque*, de 1949 – o jornal e o humor do Barão descreveram uma linha descendente ao longo da década de 1950. Há quem diga que as épocas de maior obscurantismo e de censura são as que mais contribuem para aguçar o senso crítico dos humoristas e estimular a sátira – um mito que a própria vida do Barão se encarrega de desmentir. Longe de estimulá-lo, o regime do Estado Novo quase acabou não só com o humorista, como também com o homem. As melhores fases do seu trabalho sempre coincidiram com os períodos de maior liberdade e efervescência na vida brasileira, como o fim dos anos 20, a primeira metade da década de 1930 e a redemocratização em 1945. Seu afastamento da vida pública e o mergulho do país no clima da Guerra Fria podem ter contribuído para o início da decadência, sua e de seu jornal. Outros fatores pesaram: na época, manter uma publicação, mesmo pequena, era uma operação cada vez mais dispendiosa.

É verdade que sua saúde e seu ânimo também já não eram os mesmos. Mas a idade – em 1955 estava com 60 anos – talvez não tenha sido o fator determinante para a mudança que se operava no seu íntimo. A fadiga que começava a se manifestar em Apporelly era de outra natureza. A exemplo do personagem de um conto de Monteiro Lobato, “O engraçado arrependido”, o Barão parecia cada vez mais cansado da [sua condição de humorista](#). Não era a primeira vez que o fenômeno se manifestava: em 1940, abatido pelo período na prisão, pela morte sucessiva de duas de suas mulheres, pelo fechamento de seu jornal, pela repressão do Estado Novo, ele viu seu interesse se desviar do humor para outras áreas, como a ciência. Foi quase a contragosto que, na época, aceitou o convite para virar colunista do *Diário de Notícias*. Mesmo então, o ânimo anárquico dos anos 1920 e 1930 às vezes já dava lugar em suas crônicas a uma disposição de espírito tingida por certa melancolia, perceptível no olhar um tanto filosófico que lançava sobre os acontecimentos e a vida.

No final dos anos 1950, Apporelly foi dominado por uma disposição semelhante. Dessa vez, a enorme curiosidade que sempre demonstrou não se concentraria sobre um único tema – a febre aftosa –, mas se dispersaria, abrindo-se numa amplitude quase enciclopédica. Entraria em cena outro elemento, embaraçoso aos olhos dos companheiros materialistas-dialéticos: a atração pelo esoterismo e por práticas e convicções alternativas. Mais uma vez, o alquimista ameaçava ofuscar o humorista.



Em 1946, improvisando uma brincadeira numa visita a Buenos Aires.

32. O enigma da melancolia

[1]

NO RIO, Apporelly havia permanecido sempre muito próximo ao filho, Arly. Só com a vinda do pai para São Paulo, o primogênito, com mais de trinta anos, começaria a ter vida profissional própria. Metódico e organizado, ele havia desempenhado informalmente o papel de secretário do pai e – mais tarde – o de gerente de *A Manha*. Já o caçula, mais boêmio, morando em São Paulo, chegou a merecer o apelido de Ary Cabaré e frequentava ambientes por onde às vezes circulavam atrizes do estúdio Vera Cruz, a produtora de cinema que florescia na época. Quando pai e filho passaram a dividir o apartamento da rua Major Quedinho na capital paulista, não houve aparentemente um choque entre dois temperamentos e rotinas diferentes: ambos eram igualmente desregrados.

As coisas começaram a mudar em 1958, quando Ary casou-se no Rio e foi morar com a mulher, Helena, no apartamento de São Paulo. A jovem, de uma beleza quase cinematográfica, era filha de um general nacionalista, com opiniões de esquerda. Na sua formação, no entanto, predominava a influência da avó católica e religiosa, que todos os dias rezava pela conversão do pai. Generosamente, o Barão cedeu ao casal o seu próprio quarto, com mobília e tudo. Mesmo assim, sua nora experimentou um choque ao se transferir para lá. “O apartamento era uma coisa incrível. Saí de uma família tradicional e conservadora e caí no meio daquele caos”, lembraria ela. Aos poucos, começou a passar a chave na porta do apartamento, antes escancarada. As pilhas de jornais e livros que se amontoavam por toda parte foram sendo discretamente deslocadas para os cantos ou desaparecendo. Com o nascimento de sua neta, Andrea, o espaço pessoal de Apporelly minguou ainda mais. Geni, a namorada que o Barão arrumara em São Paulo e que antes frequentava o apartamento, também saiu de circulação. A ideia que o jovem casal fazia de uma casa não poderia naturalmente coincidir com a dele. Passaram-se alguns anos até que a nora se desse conta de que a rotina familiar que construía acabara por minar a desorganização que o humorista cultivava há anos – o seu modo de vida peculiar. “A casa era um caos, mas um caos onde ele encontrava [tudo de que precisava](#)”, contaria Helena.

Apesar disso, a convivência entre os dois – nora e sogro – era amistosa. Afetuoso e brincalhão ao cruzar com as crianças que moravam no prédio, em família o humorista não era de rir muito. Ao sair, costumava vestir uma camisa xadrez com um paletó bege por cima, sem gravata. Em casa, ficava de pijamas e chinelos, passando boa parte do dia escrevendo sem parar em blocos de papel pardo. Nessa época já não se tratava de crônicas ou textos de humor, mas de divagações sobre os assuntos mais variados. Falava muito com a jovem ocupada com os afazeres de dona de casa. Nela, encontrara uma plateia, não uma interlocutora. “Ele me pegava para conversar e contava aquelas histórias interessantíssimas, mas que na verdade eram monólogos. Estava cheia de coisas para fazer, mas ficava ali enlevada, porque ele era uma pessoa diferente”, lembraria, acrescentando que se tratava de coisas “além da sua compreensão”. O que ela não podia saber é que eram coisas além da

compreensão de qualquer um. “Vivia rabiscando naqueles papéis quadriculados... Aquela história de quadrados mágicos. Vivia fazendo horóscopos de pessoas conhecidas. Estava lendo ali e se de repente passasse alguém, fazia logo [o horóscopo dela.](#)”

Os papéis quadriculados nos quais fazia suas anotações seriam o espaço no qual, de modo cada vez mais compulsivo, desenvolveria suas últimas obsessões: uma nova modalidade de astrologia que havia criado e as especulações esotéricas em torno de um jogo matemático, conhecido como quadrado mágico. Não por acaso, o crescente interesse por assuntos como estes se aprofundaria a partir do fim da década de 1950, época em que seu jornal deixaria finalmente de circular – em 1959, ele saldaria suas últimas dívidas em relação à massa falida da Empresa [Editora A Manha Ltda.](#) Significativamente, no mesmo período passa a acalentar a ideia de lançar uma nova publicação, os *Cadernos do Barão de Itararé*, uma série de fascículos mensais. Neles deixaria o humor de lado para dividir com um público mais amplo os temas que despertavam seu interesse solitário: uma gama de assuntos de amplitude enciclopédica, mas cuja ênfase científica parecia recair no bizarro e no heterodoxo. Aos seus olhos, a busca pelo conhecimento transcendia a mera curiosidade: “Não há bem, nem mal – escreveu num dos blocos. O que há é o conhecimento e a ignorância. O mal é a [máxima expressão da ignorância.](#)” Em suas anotações recomendava que, antes de lançar o primeiro número, pelo menos outros cinco já deveriam estar prontos. Era da maior importância, segundo ele, manter aceso o interesse do leitor: “Mensalmente ele terá nos cadernos novas fontes para tomar os goles do elixir da longa vida que é o conhecimento – puro e simples – a começar pelo [conhecimento de si mesmo.](#)”

A publicação parecia ser o principal objetivo da nova empresa que procurou – em vão – formar: a Sociedade Anônima Gráfica e Editora – SOGRA. Esgotadas as possibilidades de novos negócios e vendo frustrados seus projetos jornalísticos, o humorista abandonou São Paulo para, no início da década de 1960, voltar a morar no Rio. Contudo, que sucesso poderia esperar de sua nova publicação? Naquele final dos anos 1950 só podemos especular se existiria uma quantidade significativa de leitores capazes de se interessar simultaneamente sobre os sete princípios da filosofia hermética (“Mentalismo, Correspondência, Vibração, Polaridade, Ritmo, Causa & Efeito, e Geração”) e as pirâmides do Antigo Egito (“Obviamente não são apenas túmulos de faraós”). Ou ainda sobre as origens da suástica, que remontava à antiguidade da Índia e que era mais do que um símbolo do nazismo (“A principal característica da suástica se resume aos seus movimentos, que devem ser idênticos aos da Terra, que são hoje, em essência, três: um de translação, outro de rotação e um terceiro helicoidal ou em parafuso, que resulta nos dois primeiros”). Sem esquecer a incidência dos raios: o Barão mantinha uma lista com o número de pessoas fulminadas por raios em território francês entre os anos de 1835 (foram 111) e 1900 (um total de 141).

Nos fascículos, que nunca chegaram a ser publicados, esperava exercitar uma faceta conhecida apenas dos seus íntimos: o tom professoral com que – para fascínio ou irritação dos amigos – pontificava sobre todos os assuntos possíveis e imagináveis. Certa vez, ao encontrar o caricaturista e compositor Nássara durante uma refeição tipicamente árabe, mostrando o círculo perfeito do contorno de um pão sírio, anunciou solenemente: depois da roda, aquele pedaço de pão talvez fosse uma das maiores invenções humanas. “Os beduínos, atravessando os desertos, em meio àquelas tempestades de areia, tinham neste pão a forma

Dizia-se encantado com a biônica. Surgida na Segunda Guerra Mundial, a nova ciência procurava aplicar processos biológicos à solução de problemas técnicos e científicos, mas é difícil saber se o Barão atribuía o mesmo significado ao termo. Interessado por astrologia, criou um “horóscopo biônico”, em que números relativos às datas de nascimento e à vida de cada pessoa eram dispostos nas colunas de uma área quadriculada. “Sem invocar forças sobrenaturais”, afirmava, “é possível transformar certas hipóteses em previsões [técnicas](#)”. Essa obsessão consumiria grande parte da sua atenção nos últimos anos de vida. Curiosamente, não nutria nenhum respeito pelas modalidades tradicionais de astrologia. “É a mais antiga charlatanice do mundo. Desde os oráculos gregos, os feiticeiros, adivinhos – estes criavam todo tipo de ilusão”, dizia, recusando-se a ser confundido com estes precursores. Estava decidido a usar bases científicas para transformar o que até então tinha sido uma fraude. “Agora resolvi acabar com isso. É uma hipótese de trabalho. Em breve criaremos uma equipe enorme”, anunciava no fim dos anos 1960 a amigos constrangidos. Estes, ao olhar seu apartamento caótico, se perguntavam em que cômodo seria alojada [a “equipe enorme”](#).

[2]

Nas considerações do Barão, a ciência tradicional, que insistia em questionar, desempenhava o papel de vilã. Sobre a matemática, por exemplo, afirmou, certa vez: “Ela resolve tudo e sabe tudo. Mas, note bem, falo da verdadeira matemática, e não desta matemática de mercadores que é ensinada nas escolas. Euclides e Pitágoras são uns vigaristas desta matemática mercantilista, feita para justificar [a escravidão do homem](#).” Dentro do que considerava a matemática “séria”, estavam as brincadeiras e especulações em que costumava se perder ao lidar com o chamado “quadrado mágico”, distração descoberta muitos anos antes, quando procurava escapar ao tédio [no navio-prisão Pedro I, em 1936](#). Naquele porão, não se sabe como, um surrado exemplar do *Domenica del Corriere*, suplemento dominical do *Corriere della Sera*, chegara às suas mãos. Numa seção de curiosidades, o Barão descobriu um quadrado dividido em seis partes, cada uma com um número. Somando os números, vertical ou horizontalmente, o resultado era sempre o mesmo: quinze. O enigma, afirmavam alguns, fora trazido, da China, por Marco Polo.

Para ele, o significado do tal quadrado ia muito além do que os leigos poderiam imaginar. “O quadrado mágico”, registrou em suas anotações pessoais, “é uma grade de vetores e tensores, dispostos na direção dos eixos de rotação e translação, indicando os quatro pontos cardeais e os pontos intermediários da rosa dos ventos com as diagonais do quadrante.” Muito mais do que uma mera curiosidade, ele encarnaria “uma fórmula geral de física, ponto de partida para a solução matemática de qualquer problema [das ciências naturais](#)”.

Em 1968, ao ser entrevistado por Carlos Heitor Cony, o Barão, segurando numa das mãos uma edição em português do *Fausto*, de Goethe, e na outra uma gravura do artista

renascentista alemão Albrecht Dürer, afirmara, um tanto misteriosamente, que a chave da biônica estava naquelas duas obras, e que Goethe e Dürer tinham [descoberto o óbvio](#). A estampa do artista alemão, uma gravura bastante conhecida intitulada *Melancholia I*, produzida em 1514, trazia no canto superior direito um quadrado com números de 1 a 16. Quando dividido em quatro quadrantes, os números no interior de cada parte somavam 34, mesmo resultado obtido se fossem somados horizontal ou verticalmente, repetindo o princípio dos quadrados mágicos. Dürer, além de pintor, era um estudioso de matemática, geometria e geografia. Talvez por isso o Barão, seguindo o exemplo de outros, visse no quadrado uma mensagem cifrada [dirigida à posteridade](#).

A gravura, sobre a qual Apporelly se debruçou na sua última década de vida, esforçando-se para dela extrair informações ali plantadas pelo artista, era representativa da cultura dos humanistas do século XVI, entre os quais era possível encontrar não poucos adeptos do hermetismo e da astrologia, duas áreas de interesse do humorista. A figura central da imagem é uma mulher dotada de asas, encarnando supostamente a melancolia. Com o queixo apoiado numa mão, exibe uma atitude que pode transmitir tanto uma sensação de tédio como de um estado de transe visionário. As folhas em torno de sua cabeça não são louros, mas plantas aquáticas, colocadas ali para amenizar a secura que caracterizaria os melancólicos. Em meio a inúmeros objetos simbólicos que a rodeiam, podem ser vistos também um cão sonolento, uma ampulheta, uma balança, uma sineta, um martelo e um serrote.

Uma enorme pedra, vista ao fundo, costumava ser associada à melancolia e à loucura. Na Idade Média, charlatães propunham-se a curar os loucos com um procedimento *sui generis*: após uma pequena incisão no crânio, era mostrada ao “paciente” uma pedra – supostamente extraída da sua cabeça. Uma vez retirada a “pedra da loucura”, o doente seria induzido a recobrar a razão. No século XV o tratamento chegou a ser tema de uma tela do pintor holandês Hieronimus Bosch, [A extração da pedra da loucura](#).

Amigos que o procuravam nos anos 1960 mostravam-se perplexos com os novos interesses do Barão. Ao visitá-lo no Rio de Janeiro, Apolônio de Carvalho, ex-companheiro na Casa de Detenção e veterano do Partido Comunista, acompanhado da sua mulher Renée, foi recebido com longas explanações sobre matemática e sobre o misterioso horóscopo biônico. “Saímos do apartamento com a impressão de que ele estava fanatizado ou obcecado por aquilo”, contou. O visitante admitia que Apporelly “tinha uma maneira muito bonita de falar da matemática – era uma matemática humanista”, mas seu veredicto não foi muito diferente do apresentado por outros conhecidos: “Muitos companheiros achavam que ele não estava [bom da cabeça](#).”

O próprio humorista ironizou as reações que seus devaneios filosófico-científicos suscitavam nos conhecidos. Numa entrevista contou ter mostrado certa vez seus trabalhos a um amigo e um matemático. “O matemático saiu desconfiado. O amigo disse: ‘Cuidado, Barão. Com esses trabalhos, você acaba ficando maluco.’” Ele respondeu: “Você não reparou que eu já estou completamente doido? Devo lhe dizer que sou louco pacífico, mas em todo caso (e aí fui elevando a voz) é bom não me irritar. – segurando o amigo pela gola, joguei-o para [fora do apartamento](#).” É de se supor que, se fosse possível, mais de um amigo de Apporelly – marxista ou não – de bom grado teria extraído de sua cabeça uma “pedra da loucura”. A cirurgia, no entanto, não resolveria o mistério: que ideias e devaneios se

ocultariam no interior dessa pedra?

33. Uma aventura na China

[1]

EM 19 de setembro de 1963, Sílvia Torelly, prima do humorista foi à sua casa, como combinado, para levá-lo ao aeroporto. Quando perguntado a respeito da bagagem, ele se limitou a apontar para a pequena mala ao seu lado. Mesmo habituada às excentricidades do humorista, Sílvia não conseguiu esconder o espanto. Afinal, não se tratava de uma viagem qualquer. Ainda que fosse um homem simples, parecia pouco para quem estava prestes a passar mais de dois meses na China. A surpresa foi ainda maior quando insistiu em ver o que ele trazia na mala: livros e quase nenhuma peça de vestuário. Perguntado por que se propunha a embarcar para Pequim praticamente com a roupa do corpo, Apporelly, por sua vez, demonstrou espanto. Se partia como convidado, argumentou, por que se preocuparia com tais detalhes? Não caberiam essas responsabilidades aos seus anfitriões?

Diante da olímpica indiferença mantida pelo Barão, só restou à prima levá-lo até o aeroporto. Lá, pouco antes de entrar no avião, passou às mãos dela um envelope. Era um presente, explicou. Nele, ela encontrou um punhado de dólares. O dinheiro havia sido coletado entre amigos, preocupados em amparar o humorista naquela viagem. Diante da resistência da prima em aceitar o presente, Apporelly mais uma vez insistiu: ia como convidado; não precisava de dinheiro. Agarrado à sua modesta mala e às suas noções sobre a hospitalidade chinesa, o Barão preparou-se para embarcar naquela que seria a última grande aventura. Os motivos do convite só podem ser entendidos à luz dos acontecimentos políticos daquele início [da década de 1960](#).

O retorno do Barão ao Rio de Janeiro coincidiu com uma última floração de seu humorismo na volta – ou “revolta”, como dizia – de *A Manhã*. Dessa vez não como uma publicação independente, mas na forma de uma página da *Última Hora*, a convite de Samuel Wainer. A experiência não teve vida longa, mantendo-se apenas entre 1960 e 1962, mas Apporelly continuaria presente no jornal de Wainer até 1964, com textos extraídos de antigas edições do seu semanário e do *Almanhaque*.

Durante o período em que João Goulart esteve no poder, a esquerda recobrou seu fôlego e sua influência tanto no governo quanto junto à opinião pública, com consequências benéficas para o humorista, que tinha dificuldades para se sustentar. Em 1962, o Congresso aprovou, graças, em parte, às articulações de um amigo seu, o jornalista Raul Ryff, uma aposentadoria especial de cinquenta mil cruzeiros a ser concedida a Apporelly. Seria desnecessário “justificar um benefício que, a rigor, toda a nação aplaude”, discursou um deputado sobre o personagem que contava, também, com uma pequena pensão concedida pela Assembleia Legislativa do Ceará graças à iniciativa de algum admirador.



Em 1963, assistindo a um desfile em Pequim ao lado de Raul Lins e Silva.

O mesmo Apporelly que cultivava seus interesses esotéricos seguia sendo convocado esporadicamente para tomar parte de iniciativas do Partido Comunista. Em 1961, por exemplo, foi convidado por Prestes a participar da mesa de conferência na ABI patrocinada pela revista *Novos Rumos*. Entre as entidades estimuladas pelo partido – e visadas pela polícia – estavam aquelas destinadas a estreitar as relações com os países socialistas: o Instituto de Intercâmbio Cultural Brasil-URSS, o Instituto Cultural Brasil-Cuba e a Sociedade Cultural Sino-Brasileira. O nome de Apparício Torelly figurava entre os dez vice-presidentes desta última entidade.

Para além da simpatia que, como homem de esquerda, nutria pela revolução de Mao, outros fatores que pouco tinham que ver com política o aproximavam da China. Na curiosidade que alimentava em relação às civilizações da Antiguidade, suas predileções não eram convencionais: diante dos gregos, por exemplo, exibia certa má vontade. Seus filósofos seriam “fazedores de frases” que nunca chegavam à conclusão alguma. Por isso, Apporelly preferia os fenícios, os babilônios, os egípcios e os chineses, elogiando os conhecimentos milenares destes em astronomia, agricultura e matemática, que permitiram a construção de um dos impérios mais duradouros da humanidade.

Ainda garoto no Colégio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo, uma imaginária viagem à China era um dos devaneios que desviavam sua atenção das aulas dos jesuítas. É compreensível que não tivesse hesitado quando, em meados de 1963, recebeu um

convite do governo chinês para uma visita ao país. Nem a saúde frágil – já sofrera um primeiro infarto dois anos antes – o impediu de integrar a delegação composta, em sua maioria, por intelectuais brasileiros. O convite veio no momento certo para quebrar a rotina da vida que levava então. A oportunidade de viajar para o exterior entusiasmava Apporelly, que só tinha deixado o país uma única vez, em junho de 1946, numa rápida viagem à Argentina e ao Uruguai. Munido de um passaporte especial (“O titular viaja em missão jornalística”, dizia o documento), embarcou num avião a 19 de setembro de 1963 com o pequeno grupo que compunha a delegação. Entre os que o acompanhavam estavam Beatriz Ryff (sua antiga companheira na Casa de Detenção, em 1936, agora casada com Raul Ryff), Heloísa Ramos, a viúva de Graciliano, e o advogado Raul Lins e Silva.

Antes de chegar a Pequim, o grupo parou em Praga e Moscou, onde passaram um dia e tiveram tempo suficiente para visitar a cidade. Com os companheiros, esteve no Kremlin, no mausoléu de Lenin, e pôde perambular finalmente pela capital soviética, que tantas vezes aparecera nos seus textos na figura do terrível “Olho de Moscou”. Os companheiros de viagem guardaram a lembrança do homem envelhecido, que aparentava ainda mais que os 68 anos que tinha na ocasião. Apesar disso, mostrava-se bem-disposto. No aeroporto em Moscou, zeloso da sua independência, foi obrigado a aceitar, constrangido, o auxílio que Beatriz Ryff lhe oferecera. Um pouco trôpego, Apporelly arrastava consigo a mala cheia de livros que os amigos ajudaram a carregar pela longa escadaria do hotel.

Em Pequim, os brasileiros cumpriram uma programação intensa, visitando museus, fábricas e teatros. A exemplo do que ocorria habitualmente com tais delegações, o grupo recebia uma programação combinada previamente e os visitantes eram acompanhados por representantes oficiais. Tudo conspirava para que a imagem formada fosse ditada exclusivamente pela simpatia que sentiam pelo país – nela não havia lugar para dúvidas ou questionamentos. Em meados de 1963, época dessa visita, já haviam sido frustradas as expectativas despertadas pela política do chamado Grande Salto Adiante, desencadeada a partir de 1957, quando a direção do Partido Comunista mobilizou a população em torno de gigantescos projetos econômicos. As medidas deixaram a agricultura em situação caótica, provocando uma fome sem precedentes entre 1959 e 1962, quando se estima que cerca de vinte milhões de pessoas tenham morrido. Contudo, os ecos dessa tragédia não chegavam aos centros urbanos onde estavam os convidados estrangeiros. Como os outros visitantes, o Barão assistiu a desfiles comemorativos e ficou impressionado [com a Grande Muralha](#).

O puritanismo demonstrado pelos chineses – e pelas jovens em especial – em relação a sexo ou relacionamentos afetivos, havia chamado a atenção do grupo que, ao fim de cada dia, se reunia para trocar impressões ou fazer uma refeição. Nessas ocasiões em que os brasileiros confraternizavam ruidosamente, se alguém puxava um samba, o Barão aderiu animado, fazendo o acompanhamento ao imitar por mímica um trombone imaginário. Espantava tanto os companheiros de viagem como os chineses com sua disposição para tomar banhos sempre gelados em meio ao frio que fazia na época. Num detalhe significativo, numa das fotos de viagem, enquanto os funcionários com quem conversa calçam sapatos de verniz, o Barão aparece usando uma confortável e despojada sapatilha chinesa, combinada – num toque de elegância bastante moderno para aqueles anos – com terno e gravata. O antigo boêmio se submetia agora a uma dieta mais saudável, a qual fazia questão de seguir mesmo

longe de casa – com muitos legumes e leite, mas nenhuma carne. Parecia querer aproveitar ao máximo a viagem e, seguindo seu princípio de “só dormir quando se tem sono e só comer quando se tem fome”, não tinha horário para nada, trocando muitas vezes o dia pela noite.



O Barão e seus anfitriões chineses no topo do prédio mais alto de Shangai.

Tinha sempre uma piada ou um trocadilho para cada ocasião, e quem sofria era o intérprete chinês. Era impossível traduzir aquilo com base nos manuais de português que havia estudado. Além disso, o senso de humor dos chineses nem sempre estava sintonizado ao do Barão. Quando reclamou dos longos corredores que precisava percorrer para chegar ao seu quarto e ameaçou requerer do governo chinês uma bicicleta para se deslocar, o intérprete, muito formalmente, explicou que “não era permitida a circulação desses veículos [no interior do edifício](#)”. Enquanto o grupo partia para Nanquim, Apporelly permaneceu em Pequim, só tendo voltado ao Brasil depois do resto da delegação. Ao todo, o humorista ficaria na China por cerca de 110 dias.

Ao chegar, os visitantes haviam se dividido de acordo com suas áreas de interesse. O Barão, curioso a respeito de questões científicas, foi posto em contato com estudiosos e especialistas da área, a quem pôde explicar suas opiniões e teorias. Nesse aspecto, Apporelly afastava-se um pouco do figurino habitual das personalidades de esquerda que costumavam integrar essas excursões. Mostrava-se mais interessado em comparar as propriedades de ervas medicinais brasileiras e chinesas ou nos princípios da acupuntura – pela qual se encantara – do que em discutir o modelo agrário maoísta ou as disputas ideológicas que começavam a separar Pequim e Moscou.

Sua companheira de viagem, Beatriz Ryff, hospedada no mesmo hotel, recordou o carinho com que o humorista era acolhido:

Lembro que, certa manhã, o quarto dele estava cheio de uns senhores idosos chineses – cientistas, provavelmente – e ele lá, com aquela papelada dele espalhada em cima da mesa, conversando. Voltou muito animado porque aqui não davam importância às suas ideias e lá o escutavam [com toda a atenção](#).

Uma das fotografias tiradas durante sua estada no país de Mao, mostra-o em pé, com a barba grisalha e ar professoral, fazendo explanações diante de anotações rabiscadas num quadro-negro. Sua pequena plateia, em atitude de reverência, é composta por uma fileira de chineses. Como esses professores, cientistas ou funcionários do Partido Comunista digeriam as ideias de Apporelly? Alimentados por uma dieta de doutrinação maoísta, como receberiam suas opiniões sobre os limites da matemática convencional, a astrologia biônica, o enigma dos quadrados mágicos ou, quem sabe, as origens da febre aftosa?

[2]

Enquanto os integrantes da delegação passeavam pela China, no Brasil, a situação política se complicava. E muitos, ao receberem as notícias do país pela imprensa chinesa, pegaram o avião de volta preocupados com o futuro do governo Goulart. O próprio Barão falara à imprensa já em janeiro de 1963: “Espero um golpe de Estado de um momento para outro, tanto assim que, quando saio à rua, sempre levo minha pasta, ostensivamente.” Sua esperança – explicava – era ser nomeado ministro com pasta pelo novo governo, por achar “uma indignidade ser ministro sem pasta, por mais modesta e [vagabunda que seja](#)”. Manifestando certo receio, explicou que dera ao governo “um crédito de confiança que pode ser pago a longo prazo”. Achava apenas que as anunciadas reformas de base deveriam ser bem planejadas, “simplesmente porque se não forem muito bem craniadas, poderão sofrer uma fratura [na base do crânio](#)”.

Os passos dados pelo governo Goulart e o desfecho da crise política confirmariam os piores temores do Barão, que mal teve tempo para relatar aos companheiros os detalhes da viagem. Em 19 de fevereiro de 1964, foi um dos convidados para a posse da nova diretoria da Sociedade Cultural Sino-Brasileira. Nos salões do palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro, tendo ao seu lado nomes como Paiva Muniz (deputado pelo PTB e marido da prima Sílvia) e o senador Aarão Steinbruch, Apporelly fez um breve discurso registrado por um policial do DOPS que, ainda no governo Goulart, acompanhava as atividades promovidas pelos comunistas: “A seguir, falou o Sr. Apparício Torelly, que começou dizendo que não estava ali para pregar a revolução, porque revolução não se prega... vai-se fazendo. Ajuntando que não se deve pedir licença aos outros para fazer revolução porque, [se pedir, ninguém dá.](#)”

Seria a última vez que falaria em público. O golpe de 31 de março de 1964, ocorrido cerca de três meses depois de sua volta ao Brasil, surpreendeu o Barão com amigos da missão comercial chinesa quando passavam de carro pela avenida Atlântica e presenciavam o movimento de tropas no Forte de Copacabana. Na euforia da vitória, muitos partidários do golpe tinham saído às ruas para comemorar. Alguns deles já olhavam de cenho franzido e expressão desconfiada para aquele automóvel [cheio de chineses](#). Contra sua vontade, o Barão foi levado, pelo filho Arly e pela nora, Nelly, para o apartamento do casal, no Bairro Peixoto, um recanto bucólico em Copacabana. O casal mudou-se, deixando a residência para ele. Na atmosfera de terror inspirada pela caça às bruxas promovida pelo governo militar naqueles primeiros dias, muitas pessoas com qualquer ligação, ainda que remota, com a

esquerda foram tomadas pelo pânico. “Era uma época de terror. O Arly saía de casa e eu achava que não ia voltar. O Barão mesmo não estava com medo de nada. Nós é que ficávamos [com medo por ele](#)”, lembraria sua nora. O humorista achava que não tinha motivos para temer qualquer coisa. Sempre animado por convicções inabaláveis, não havia quem o convencesse do contrário. Determinado a voltar para sua casa, em pouco tempo retornou ao apartamento onde vivia, em Laranjeiras.

Nos dias seguintes ao golpe, Apporelly perceberia o risco que correria ao aparecer em público ao lado dos amigos chineses. Funcionários do governo de Pequim, eles tinham chegado ao Rio para abrir uma missão comercial depois da visita que João Goulart fizera à China em 1961, ainda como vice-presidente. Procurando dar início a um intercâmbio maior entre os dois países – na época ainda sem relações diplomáticas formais – eles estavam ocupados nos últimos tempos com negociações para a compra de algodão brasileiro e a organização de uma exposição sobre produtos industriais chineses. Entre jornalistas, diplomatas e funcionários da área de comércio exterior eram ao todo nove os chineses que integravam a missão. Os primeiros haviam chegado em 1961 e os últimos, nos primeiros meses de 1964. Devido ao seu trabalho à frente da Sociedade Cultural Sino-Brasileira, Apporelly tinha mesmo ido ao aeroporto receber um dos grupos que havia chegado ao Rio. Instalados em dois apartamentos no Flamengo, não longe da casa de Apporelly, alguns naturalmente estabeleceram relações de amizade com ele.

Pouco antes, o humorista falara sobre sua viagem à China diante de uma plateia de cerca de setecentas pessoas, reunida no auditório do Ministério da Educação, no centro do Rio, durante a posse da nova diretoria da Sociedade Cultural Sino-Brasileira, encabeçada por Adão Pereira Nunes como presidente. Não era surpreendente que Apporelly integrasse a diretoria dessa sociedade, da mesma forma que outras personalidade filiadas ou próximas ao Partido Comunista mantinham atividades semelhantes. Desse modo, Oscar Niemeyer era presidente do Instituto Cultural Brasil-Cuba, do qual faziam parte também Jorge Amado, Di Cavalcanti, Dias Gomes e até o radialista Sargentelli. Mesmo antes do golpe, durante o governo de João Goulart, essas listas eram cuidadosamente registradas nos relatórios da [Divisão de Polícia Política e Social](#). Depois de abril de 1964, os novos donos do poder fariam uso delas – e o nome de Apparício Torelly teimava em aparecer em quase todas.

Em 4 de abril de 1964, ao passar os olhos pelas primeiras páginas dos jornais para se inteirar da confusa situação criada pelo golpe, o Barão se surpreendeu ao ver as fotografias de alguns dos chineses ao lado de quem, apenas três dias antes, passara por Copacabana. “Espíões chineses iam assassinar Lacerda, Kruel e Castelo Branco”, revelava o *Diário de Notícias*. “Presos nove agentes comunistas chineses que vieram matar Carlos Lacerda”, anunciava a manchete de *O Jornal*. “Personalidades brasileiras estavam marcadas para morrer”, informava *O Globo*. Ao procurar detalhes, sob outro título do *Diário de Notícias* (“Mao Tsé mandou matar à chinesa”), Apporelly e milhares de leitores espantados puderam ler o seguinte:

A China de Mao Tsé mandou ao Brasil nove homens com a incumbência de assassinar o Sr. Carlos Lacerda e os generais Amauri Kruel e Castelo Branco. Iam usar no crime o chamado “processo chinês”: uma injeção indolor que fulmina instantaneamente e que seria aplicada no momento em que o criminoso se aproximasse da vítima [simulando um encontro](#).

Até as agulhas de acupuntura encontradas em poder do grupo foram apreendidas: as técnicas de medicina oriental eram desconhecidas na época e suspeitava-se de sua possível relação com o assassinio “à chinesa”. Na imaginação dos leitores mais ingênuos, as acusações talvez evocassem imagens de velhos filmes de mistério em preto e branco da série de Charlie Chan, nos quais Lacerda ou Castelo Branco desfalecidos e amarrados a uma mesa se veriam cercados por vilões chineses manipulando instrumentos misteriosos e de aspecto sinistro. No entanto, para os acusados – e para os brasileiros que se relacionavam com eles – a situação estava longe de ser cômica.

O quadro fantasioso era resultado das diligências realizadas pelos delegados do DOPS, que, liderados pelo coronel Gustavo Borges, secretário de Segurança do Estado da Guanabara, invadiram, na madrugada anterior, os dois apartamentos ocupados pelos chineses, na rua Senador Vergueiro e na rua Almirante Tamandaré. Foram presos Wang Yao Ting, o chefe da representação comercial, e os oito funcionários: Wang Ei Chen, Chu Chin Tung, Hou Fa Tseng, Wang Chin, Su Tze Ping, Chang Pao Cheng e [Sung Kuei](#). “No rico apartamento dos estrangeiros”, continuava o jornal, foi apreendido um pequeno vocabulário chinês com palavras traduzidas para o português. Aquelas palavras, aparentemente inocentes, na verdade eram “senhas para realizar [guerrilhas e agitação](#)”, explicou um delegado do DOPS.

Presos nove agentes comunistas chineses que vieram matar CL



Em 1964, diplomatas acusados de planejar a morte de Carlos Lacerda.

Os nove agentes comunistas chineses foram presos em dois apartamentos na Guanabara, na madrugada anterior, por delegados do DOPS, liderados pelo coronel Gustavo Borges, secretário de Segurança do Estado da Guanabara. Foram presos Wang Yao Ting, chefe da representação comercial, e os oito funcionários: Wang Ei Chen, Chu Chin Tung, Hou Fa Tseng, Wang Chin, Su Tze Ping, Chang Pao Cheng e Sung Kuei. No rico apartamento dos estrangeiros, foi apreendido um pequeno vocabulário chinês com palavras traduzidas para o português. Aquelas palavras, aparentemente inocentes, na verdade eram senhas para realizar guerrilhas e agitação, explicou um delegado do DOPS.

As quantias em dólar encontradas ali eram destinadas ao aliciamento e à compra de favores de políticos – como o governador de Pernambuco, Miguel Arraes – e personalidades

“colaboracionistas” – como o jornalista Samuel Wainer, do *Última Hora*. “Eles montaram uma máquina de corrupção e de traição como não conhecíamos nem na época do Eixo”, revelou o coronel Borges. O mesmo militar informou à imprensa que com os chineses fora apreendida uma lista “com nomes de autoridades e de pessoas influentes no Brasil, todas com sentença de morte lavrada pelos agentes do comunismo internacional”. E continuava: “Diante dos nomes em caracteres chineses, está a forma de execução, que varia do enforcamento ao fuzilamento.” Abriam a lista os nomes de Lacerda e do general Krueel, “ambos com sentença de morte por fuzilamento”. A missão comercial, posta sempre entre aspas, tinha, segundo a imprensa, outros objetivos. “Já está certo que os chineses eram membros do grupo de estrangeiros que na localidade de Sant’Anna de Japuíba, Estado do Rio, estavam preparando as guerrilhas para dominar o sertão daquele estado e os demais próximos.” A polícia acreditava estar diante da ponta de um iceberg: “As autoridades do DOPS estão convencidas de que pelo menos 200 chineses atuavam na Guanabara a serviço de Mao Tse Tung”, dizia *O Globo*. O que os leitores dos jornais não poderiam saber (a informação ficaria restrita aos autos do inquérito militar) é que os funcionários chineses haviam sido espancados sistematicamente desde os primeiros momentos da sua prisão.

Como era de se esperar, os outros 192 chineses que estavam para ser presos “nas próximas horas” jamais se materializaram. Também não apareceram provas que dessem sustentação a acusações tão mirabolantes. No entanto, com a ajuda da grande imprensa, o clima de histeria estava criado. Um Inquérito Policial Militar (IPM), dirigido pelo coronel Luiz de França Oliveira, não demoraria a ser instaurado no Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Guerra, no quartel da rua Barão de Mesquita. A análise dos diários, cadernetas de endereços e anotações dos chineses mostrava que Apparício Torelly estava entre os nomes de brasileiros mais citados. Fosse em respeito à sua idade, ao seu prestígio ou devido ao caráter discreto da sua atuação política, Apporelly não seria incluído entre coréus ao lado dos chineses, acusados de subversão e espionagem. Entre estes estavam comunistas politicamente próximos a Pequim, como João Amazonas e Maurício Grabois, além de nomes como Max da Costa Santos, o ex-deputado Adão Pereira Nunes, o presidente da Sociedade Cultural Sino-Brasileira, e Raquel Cossoy, secretária da entidade.

A flagrante injustiça no tratamento concedido aos chineses conferiu ao episódio um caráter emblemático das truculências jurídicas que se acumulariam a partir de 1964, e, provavelmente por isso, o caso atraiu a atenção do advogado Sobral Pinto, que assumiu a defesa do grupo sem qualquer remuneração; os réus brasileiros foram defendidos por Raul Lins e Silva. Presos, ainda esperariam o julgamento por nove longos meses.

Em dezembro de 1964, arrolado como uma das testemunhas de defesa, Apporelly depôs diante do Conselho, acompanhado por Sobral Pinto e por Lins e Silva, que o observavam, sentados no fundo da sala de audiências. A rigor, o Barão falava como testemunha de Raquel Cossoy, que também era funcionária da Assembleia Legislativa, mas sua intervenção favoreceria todos os acusados, uma vez que o principal objetivo do depoimento era confirmar o caráter puramente cultural da associação de que participava e o sentido exclusivamente comercial e diplomático das atividades dos chineses. Foragida, Raquel alegou a falta de garantias para não se apresentar ao tribunal militar. Em carta dirigida à auditoria militar, ela respondeu: “Acusam-me de uma série de coisas, nem sei bem, que me

deixam estarrecida. Espiã dos espiões chineses, subversiva, comunista notória etc. Que fatos, que testemunhos, comprovam essas acusações? [Nada, nenhum, ninguém.](#)”

A atmosfera durante o depoimento das testemunhas era tensa. A certa altura, enquanto respondia às perguntas, o Barão procurou desanuviar o clima, fazendo um gracejo. Seus amigos chineses no banco dos réus sorriram, mas, ao voltar os olhos para os juízes militares, o humorista viu as mesmas [carrancas mal-humoradas](#). Foi incorporado ao Inquérito Policial Militar o depoimento de Apparício Torelly, “natural do Rio Grande do Sul, com 69 anos de idade, desquitado, jornalista, residente à rua Esteves Júnior, Nº 12, apt. 5, 2º andar”. Inquirida, a testemunha afirmou que a Sociedade Cultural Sino-Brasileira “tinha por finalidade aquilo que seu título indica, isto é, cultura, amizade e amor no entender do depoente”; “que o depoente não tinha sequer a mais leve suspeita quanto a qualquer atividade subversiva ou de espionagem da referida sociedade, até porque nesse caso a ela o depoente não pertenceria”. A testemunha lembrou que “as sessões eram sempre públicas”; “que lembra-se de uma que cuidava de uma exposição de pintura e de objetos de arte chineses”; uma delas na Escola Nacional de Belas Artes, “onde se fizeram ouvir vários discursos de professores daquela escola, todos reconhecendo o valor milenar da arte que estava sendo exposta”, e “que nunca a polícia precisou intervir na Sociedade dada suas atividades [pacíficas e legais](#)”.

Sobre sua recente viagem à China, a convite do governo daquele país, Apporelly declarou que:

Como membro da Sociedade Cultural Sino-Brasileira, limitou-se a visitar os centros de cultura que lhe interessavam, permanecendo sempre com essa preocupação única de cultura, pois visitava, onde era recebido, as universidades, museus, escolas de arte, nunca se preocupando nem mesmo com a divergência política e ideológica que já existia entre Rússia e China, motivo por que nem sequer se preocupou em saber se o governo chinês tinha ou não intenção ou tendência de intervir no Brasil ainda que fosse mediante doutrinação ideológica.

A respeito da acusada Raquel Cossoy, disse que ela “jamais praticou atos contrários ao estatuto da Sociedade, pois, ao contrário, era uma criatura muito dedicada à Sociedade com atividade muito intensa no sentido de beneficiar as relações culturais, objeto da sociedade”.

Perguntado por Sobral Pinto, Apporelly afirmou que na qualidade de vice-presidente da Sociedade, afirmou que “jamais teve notícia de que os acusados chineses tivessem fornecido à Sociedade importâncias em dinheiro o que por certo feriria os estatutos da entidade e com o que o depoente não concordaria”. Inquirido pela promotoria, disse que “dois dos acusados chineses, que eram jornalistas, frequentavam, embora raramente, a Sociedade; que os demais o depoente conhece como homens distintos tendo um grupo deles estado na residência do depoente para agradecer a ajuda dada em São Paulo na obtenção de um museu para uma exposição de arte chinesa, que por sinal não se realizou por interferência diplomática”. Apenas num momento, por trás da linguagem fria e burocrática do escrivão, percebe-se o tom característico do Barão. Ao ser perguntado pelos militares, disse que não podia responder “se a Sociedade fazia propaganda do comunismo chinês ou da China porque não se sente em condições de julgar, até porque tudo o que se publica, tudo o que se divulga é, no entender do depoente, propaganda, pelo que somente sobre quem se exerce essa propaganda poderá decidir ou julgar o sentido da mesma”.

O depoimento em defesa dos amigos não deixava de exigir certa coragem, em vista do

clima de caça às bruxas e ao seu próprio envolvimento com os chineses. Na sua argumentação, a defesa, ao enfatizar o valor das suas testemunhas, citou entre elas “Apparício Torelly, conhecido e famoso jornalista”. Contudo, em meio ao acirramento das disputas ideológicas da época, a boa vontade que setores da imprensa demonstravam em relação ao Barão já não era a mesma. Além disso, parecia haver uma estreita colaboração entre a justiça militar e parte da imprensa. Na cópia do processo arquivado no Superior Tribunal Militar, dois trechos do depoimento de Apporelly estavam assinalados com um “X” rabiscado na margem: aquele em que ele havia dito que em sua viagem à China se limitara a conhecer os centros de cultura e o que afirmava só ter visitado universidades, museus e escolas de arte. Dias depois do seu depoimento, uma nota com o título “Barão desmentido” era publicada em *O Jornal*. Ilustrava o artigo uma foto de Apporelly em sua viagem à China. Nela, aparecia sorridente, abraçado a um integrante do governo: Kuo Mo-jo, vice-presidente do Alto Comitê do Congresso Nacional do Povo. Segundo o diário, aquela fotografia desmentia as declarações do humorista “perante o Conselho da Segunda Auditoria” de que “havia viajado à China exclusivamente na qualidade de diretor da Associação Cultural Sino Brasileira [em missão cultural](#)”. O termo missão cultural aparecia desdenhosamente entre aspas. Mais realista que o rei, o jornal procurava dessa maneira um meio de envolver Apporelly no processo. Mas a polícia, pelo menos dessa vez, deixou-o em paz.

Restou aos acusados contar com a eloquência e a indignação de seu defensor, Sobral Pinto. “Infelizmente”, denunciou o advogado, em carta às autoridades militares, “o clima de paixão que se formou em torno da pessoa dos acusados permitiu que fossem despojados de todos os seus direitos, se vissem caluniados e difamados de todas as formas, tendo tido todos os seus bens, valores e utensílios inteiramente sequestrados, como se fossem [bandidos e criminosos](#)”.

O desfecho do caso chinês não surpreendeu. A promotoria pedia uma pena de 23 anos para os acusados, por espionagem e subversão. O júri não aceitou a acusação de espionagem. Magnanimamente, condenou-os a apenas dez anos de prisão, [por subversão](#). Logo depois, seriam mandados para a China. As consequências, porém, se estenderiam por muitos anos. Quando, em 1974, o governo militar, interessado no mercado chinês, propôs-se a reatar relações com o país, Pequim fez duas exigências: um pedido oficial de desculpas pela prisão dos seus nove cidadãos e a devolução dos dólares roubados pela polícia. Ambas foram atendidas, mas o incidente ainda provocaria constrangimentos entre os dois países. Durante a visita que o presidente João Figueiredo fez à China, em 1984, um diplomata brasileiro, durante um banquete, sentou-se ao lado do mesmíssimo Wang Yao Ting, então promovido a presidente do Conselho para a Promoção do Comércio Exterior. Ao saber que ele trabalhara no Rio de Janeiro, o diplomata, com a intenção de quebrar o gelo, perguntou educadamente se conhecia bem a cidade. “Sim. Passei quase [um ano preso lá](#)”, respondeu Wang.

NA VELHICE, agravou-se no Barão a mania de guardar jornais, revistas, documentos e papéis velhos, um hábito que conservava desde que fizera cinquenta anos. Estabelecer a distância que separa a simples mania de uma doença seria tarefa para especialistas – afinal, o sintoma pode ser listado entre os muitos que caracterizam um transtorno obsessivo compulsivo. Entre os milhares de itens guardados, aleatoriamente ou não, um deles ganharia um significado particular à luz dos seus últimos anos de vida. Rasgado grosseiramente a mão, o pequeno pedaço de papel amarelado pelo tempo exhibe uma mensagem escrita com caneta: “Declaro que por minha livre e espontania [sic] vontade deixo tudo que possuo para a minha irmã, Odette Costa, e por morte desta, ficará para a Sociedade Protetora dos Animais.” Trazia embaixo a assinatura e a data: “Aída Costa. 2 de 11 de 1964.” E a seguir: “Meus únicos bens que possuo: hipoteca, utensílios [sic], relógio, 1 anel, 1 aliança.” Junto ao nome da irmã, numa letra trêmula, abriu uma chave para acrescentar: “minha única amiga”. O pequeno bilhete – “única amiga”, “únicos bens” – sugeria um estado de profunda solidão.

Aída Costa morava com o Barão no seu apartamento em Laranjeiras desde o final da década de 1950. Mineira, ela havia se separado do marido, mas a condição em que vivia ao lado do humorista era um tanto ambígua – pelo menos aos olhos das noras de Apporelly: teria ela ido para lá na condição de governanta, passando em seguida a ser sua companheira? Não conseguiam extrair informações precisas dos filhos do Barão, sempre muito discretos em relação à vida privada do pai. O certo é que Aída havia se desentendido com os dois, Ary e Arly. Era evidente também que as relações entre ela e o humorista vinham se deteriorando gradativamente, com ambos presos no que parecia estar se tornando um inferno doméstico, num drama típico de tantos casais idosos. Contudo, àquela altura Apporelly tinha 70 anos; Aída, apenas 54.

Convidada pelo Barão para almoçar no seu apartamento, a socióloga Moema Toscano conheceu Aída e ficou com a impressão de que os dois definitivamente não se davam bem. “Só se falavam *peleando*, como dizem os gaúchos”, recordaria. A convidada viu a mesa posta com todo o capricho, a comida bem preparada já servida. Mas estranhou ao ver que só dois lugares estavam postos. Quando foi à cozinha para saber o motivo, viu Aída comendo de pé, com o prato sobre a pia. A futura feminista, incomodada com a situação, pediu que a senhora se sentasse também à mesa. Ela, contudo, desconversou e recusou. Ao conversar com Apporelly, este lhe explicou que Aída era do interior de Minas e que aquela atitude se devia à cultura local. Mas havia, acrescentou, um outro motivo para tanta cerimônia:

– Quando ela se casou comigo, pensava que eu era um barão de verdade – contou.

Quando a amiga lhe perguntou por que não tinha contado a verdade, [o humorista desconversou](#).

Nessas brigas, os filhos, como seria de se esperar, tomavam o partido do pai. Porém este

estava longe de ser uma pessoa de convivência fácil. A essa altura da vida, as excentricidades que cultivava haviam se multiplicado e intensificado. A geladeira, um bem com o qual Aída sonhara, só foi comprada graças à pensão concedida no governo Goulart. Ela adorava a geladeira e passava boa parte do tempo lustrando-a com uma flanela, para provável irritação dele: inimigo da comida congelada, só admitia alimentos mantidos numa temperatura natural. Preferia usar o eletrodoméstico para guardar as contas. Trazidas regularmente pelo carteiro, elas eram sistematicamente enfiadas no congelador pelo humorista, que não se mostrava ansioso para pagá-las.

Também relutava em pagar o condomínio do edifício na rua Esteves Júnior, no qual, contra a vontade dos filhos, insistia em morar sozinho. Apesar de isolado, se dava bem com a maioria dos moradores, mas acabou entrando em conflito com o síndico e um ou dois vizinhos. Os desentendimentos começaram quando o síndico bateu num garoto dentro do prédio e Apporelly tomou o partido do menino. Depois, uma discussão entre as duas partes a respeito das contas do condomínio acabou indo parar na Justiça, e seus adversários contrataram logo um advogado para enfrentar o morador do segundo andar – para eles apenas um velho excêntrico e implicante. Aos olhos do Barão – imaginação sua ou não – havia um fundo político para aquelas pequenas intrigas no edifício. Percebia uma certa predisposição contra ele devido às suas ideias. Afinal, não era o espanhol do andar de cima “um franquista declarado” que, logo depois do golpe em 64, dera até uma festa para comemorar? Quanto aos outros... [“Uns lacerdistas”](#), sentenciava o Barão.

No último andar do pequeno prédio existiam quartos “para criados”, um para cada apartamento. O humorista cedeu seu cômodo a uma faxineira, Dona Joaquina. Não cobrava aluguel – “coisa de capitalista” –, mas, numa espécie de escambo, ela limpava sua casa. Os dois tinham também brigas terríveis. “A Joaquina, uma vez, veio para cima dele com uma toalha enrolada, enquanto ele se defendia com um cabo de vassoura”, lembraria Moema. Revoltado contra o que considerava uma tirania imposta pelos ponteiros do relógio, o Barão recusava-se a ter hora para almoçar, jantar ou dormir, obedecendo apenas às manifestações de fome ou de sono. Além disso, os quatro cômodos estavam entulhados de pilhas de livros, jornais, revistas e recortes, alarmando os amigos com o risco de um incêndio. As condições eram próprias para enlouquecer qualquer faxineira ou dona de casa. Os raros visitantes que recebia tinham dificuldade para circular pelos aposentos do apartamento, tamanha a quantidade de livros que se amontoavam por toda parte. Na hora de comer, observou um conhecido, ele tinha de abrir espaço na mesa, empurrando de lado os volumes para colocar seu prato. Da mesma forma, na hora de dormir era preciso expulsar os livros empilhados [na sua cama](#).

E que livros eram esses? Nessas pilhas amontoavam-se títulos em evidência na época, como o romance *O triunfo*, de John Kenneth Galbraith, sobre a política dos Estados Unidos na América Central, ao lado de obras como *História do positivismo no Brasil*, de Ivan Lins. Naquela época, porém, predominavam os temas científicos, como *O pensamento matemático*; exóticos, como *A história dos hititas*, e francamente esotéricos, como *A alquimia* ou *Tratado de parapsicologia*. Entre estes, incluía-se *O despertar dos mágicos*, de Louis Pauwels e Jacques Bergier, que seria best-seller da contracultura dos anos 1960 ao abordar temas bizarros e fantásticos. Apesar da grande quantidade de títulos, o humorista

não tratava sua biblioteca com reverência exagerada. “Os livros não valem nada, meu filho, estão aqui em casa [para serem desmascarados](#)”, explicou a um jornalista que o visitava.

Os insetos eram outro problema. Observador paciente e atento, o Barão encontrara no comportamento e na organização das formigas um objeto a mais para sua curiosidade. Percebendo como se concentravam numa gota de urina sua, diagnosticou a própria diabetes, confirmado no exame encomendado pelo médico. “Elas salvaram minha vida”, insistia. Apporelly acreditava estar diante de uma forma complexa de organização, adotada por um inseto cuja inteligência era subestimada. Diante de Moema Toscano, anunciou a descoberta de uma espécie de código para se comunicar com elas. Ao encontrar a pia cheia de formigas, explicou que, para fazer com que sumissem, bastava bater com os nós dos dedos no mármore numa sequência de pancadas. “E dava certo. Num minuto não tinha formiga nenhuma”, lembraria Moema.

O Barão estendia sua curiosidade científica e sua piedade franciscana até as repulsivas baratas. Quando, vendo uma delas sair de um armário, uma das noras sugeriu uma detetização, recusou-se com indignação, olhando-a como a um funcionário nazista que expunha seus planos para um [extermínio em massa](#). Como era de se esperar, as suscetibilidades do personagem excêntrico eram encaradas com perplexidade por uma pessoa de origem simples como Aída. Quando o Barão surpreendeu-a com uma chaleira na mão despejando água fervendo sobre as formigas, reagiu gritando, horrorizado, como se estivesse ele mesmo sentindo sua [pele ser queimada](#).

Pessoas com a sensibilidade exacerbada em relação a ideias gerais, capazes de se mobilizar ou se comover com conceitos abstratos, como a humanidade, um país, uma causa política ou uma classe social – para não falar de uma colônia de formigas – não raro deixam de mostrar a mesma sensibilidade para com o sofrimento daqueles personagens de carne e osso, de quem muitas vezes estão bem próximas. O Barão parece ter se mostrado surdo aos sinais que sua companheira Aída vinha emitindo – indícios de que seu estado psicológico vinha se deteriorando e de que ela estava prestes a desmoronar. Aos atritos com Apporelly veio se somar – ao que parece – a angústia provocada por problemas de saúde: contrariando todas as explicações que recebia, ela acreditava estar sofrendo de doença incurável, provavelmente câncer.

O curto bilhete rabiscado sobre um papel amassado era o que parecia: uma mensagem de despedida. No dia 12 de janeiro de 1965, dois meses e meio depois de tê-lo escrito – e apenas duas semanas após o fim do julgamento dos chineses – Aída aparentemente conseguiu reunir a coragem necessária para fazer o que planejava. Dirigiu à irmã suas últimas palavras e deixou o apartamento em Laranjeiras para caminhar a curta distância que o separava da área descampada do Aterro do Flamengo, o enorme parque que seria inaugurado meses depois. Ali, num local deserto, encharcou as roupas de álcool e acendeu um fósforo. O corpo meio carbonizado viria a ser encontrado por duas turistas. Junto ao cadáver foram achados dois litros de álcool; um vidro contendo alguma bebida alcólica, também vazio; uma caixa de fósforos; uma receita emitida num consultório de um hospital. Na bolsa caída ao lado havia um par de óculos, um título de eleitor [e 260 cruzeiros](#).

A morte de Aída, ao que parece, foi um marco na última fase da vida de Apporelly. Fisicamente esgotado, teria todos os motivos para considerar que – também no plano emocional – suas forças chegavam ao fim. Aquela era a quinta figura feminina a sair da sua vida de forma trágica. A primeira fora sua mãe, Maria Amélia, que se suicidara em 1897. Depois sua segunda mulher, Z., em 1935, vítima de um câncer, quando o casal finalmente vivia um período de felicidade ao fim de uma história de amor conturbada e sofrida. Em seguida fora a vez de Juracy, morta em 1939 – vítima de leucemia –, menos de um ano depois de dar à luz um filho de Apporelly. A perda seguinte seria sua filha Ady, morta com apenas 19 anos, em setembro de 1944, no momento em que suas relações com o pai ainda estavam marcadas pelos desentendimentos que a tinham levado a sair de casa. E, finalmente, Aída, em 1965.

Não admira que, ao ser procurado pela TV Excelsior naquele mesmo ano para sintetizar em “cinco minutos” seus 70 anos “intensamente vividos”, seu texto também estivesse marcado por uma sensação de despedida. “Biologicamente – escreveu – sinto-me, nesta altura da vida, septuagenária, como um desertor. A minha classe já está sendo chamada para dar o salto definitivo e entrar em órbita [no espaço cósmico](#).” Questionava mesmo a relevância de qualquer opinião que alimentasse sobre si mesmo, de qualquer conceito que fizesse da sua “ilustre pessoinha”: “Isso seria apenas uma atitude cerebral, inconsciente e passageira, nascida e engordada nas reentrâncias escuras e bolorentas das circunvoluções desta caixa craneana, onde se elaboram os mais imprevistos e [errados pensamentos](#).”

No mesmo texto ele havia se apresentado: “Aqui estou eu, em carne e osso, sentindo-me neste momento mais osso do que carne.” Nos poucos lugares que ainda frequentava, provavelmente era assim que os amigos viam a figura magra, como uma sombra do personagem exuberante que fora. Seus conhecidos se acostumaram com a imagem de um Apporelly sempre de terno, camisa social com colarinho aberto, sem gravata e calçando tênis Conga. Com esse figurino frequentava quase diariamente o 11º andar da Associação Brasileira de Imprensa para reencontrar os amigos. Não brilhava mais no salão da ABI onde, na década de 1940, se divertia na mesa de bilhar com Heitor Villa-Lobos. Nem irritava seus parceiros de xadrez – jogo cerebral e silencioso por excelência – com sua mania irritante de irradiar as partidas com o ritmo e os cacoetes de um locutor de futebol: “Sensacional *arrrrancada* do rei [para cima do cavalo!](#)”

Apresentava agora aspecto um tanto melancólico. Certa vez, um artista gaúcho, ao vê-lo na ABI, interessou-se pelo tipo, aos seus olhos, exótico. Sem saber de quem se tratava, perguntou-lhe um tanto grosseiramente quem era ele. Apporelly olhou-o e respondeu friamente: “Sou um mendigo.” Mas, apesar de toda amargura, ainda sabia encarar com ironia as dificuldades com que, na condição de septuagenário, lidava no seu cotidiano. Era o caso, por exemplo, quando enfrentava como pedestre o caótico trânsito carioca. Ficava particularmente assustado com os motoristas dos ônibus, famosos por suas imprudências ao volante. Ao tentar atravessar a avenida Presidente Vargas de braço dado com Valério

Konder, apontou com receio para um dos veículos ameaçadores: “Cuidado, Valério. Aquele ali [já nos viu...](#)”

Apesar de doente, não levava a sério os médicos e seus tratamentos. Preferia seguir sua dieta alimentar, que admitia apenas legumes, frutas e geleias. Apporelly, que no passado fora um bom garfo, deixou de comer em restaurantes, fazendo questão de preparar a própria comida. Antecipando a tendência de volta à natureza, o Barão, com seu interesse pela macrobiótica e plantas medicinais, abraçava as mesmas ideias da juventude dos anos 70 nas suas críticas à sociedade afluyente. Chegara àquele ponto por caminhos diferentes, mas também para ele os cuidados com a alimentação representavam algo mais amplo; eram parte de toda uma filosofia de vida: “O imbecil é um doente. A imbecilidade é uma deformação, em geral proveniente da má alimentação, da má educação, da má saúde. Nos Estados Unidos, por exemplo, onde o bem-estar é apenas artificial, são todos suicidas que acabam [morrendo de câncer.](#)”

[3]

Enquanto Apporelly, encerrado em seu apartamento de Laranjeiras, se perdia em suas divagações esotéricas, o Brasil ingressava em novo período de turbulência política. Seus reflexos, entretanto, só eram enxergados por ele pelas lentes de seus novos interesses e obsessões. Assim, em março de 1968, quando numa passeata o estudante Edson Luís foi morto pela polícia com um tiro no coração, o Barão recortou cuidadosamente a notícia (“Polícia Militar mata estudante”), assim como a foto que mostrava o corpo cercado por seus colegas na Assembleia Legislativa. Mas logo abaixo tratou de traçar o “horóscopo biônico” [do estudante morto](#). E quando, um ano mais tarde, veio à tona o nome do próximo general-presidente, aquele que comandaria o aparelho de repressão na fase mais brutal do regime militar, o Barão confessou a amigos perplexos o motivo do seu otimismo: gaúcho, filho de fazendeiro de Bagé, Garrastazu Médici trazia no seu sobrenome a chancela de uma família com inatacáveis [credenciais maragatas](#).

As autoridades responsáveis pela “ordem política e social”, ocupadas com a revolta estudantil, grupos de extrema-esquerda e os primeiros indícios de luta armada, há muito haviam perdido o interesse pelo humorista-comunista transformado agora em ancião excêntrico. O próprio Barão não duvidava disso. Por esse motivo deve ter se surpreendido quando um oficial de justiça bateu na sua porta a 10 de setembro de 1969 para lhe entregar uma intimação. Estava obrigado “sob pena da lei” a depor no dia seguinte num processo-crime contra um preso. O caso, contudo, nada tinha a ver com política e resultara de um episódio ocorrido pouco mais de um mês antes.

Em 31 de julho daquele ano, o cineasta Ipojuca Pontes e o fotógrafo de cinema Walter Carvalho passavam pela praça São Salvador, onde moravam, quando depararam-se com a cena: um velho, de barbas e cabelos brancos e desgrenhados, gesticulava, aflito, na direção de um homem que carregava um aparelho de TV. Arfante, o velho descera as escadas do prédio onde morava. Enquanto socorriam o ancião, uma pequena multidão cercou o homem que entrara num táxi com a TV. Um fuzileiro à paisana, que passava pelo local, prendeu o

ladrão, salvando-o dos populares que queriam linchá-lo. Com a ajuda do humorista, os dois amigos reconstituíram a sequência dos fatos. Apporelly, muito distraído, costumava deixar a porta do apartamento aberta enquanto se entregava às suas anotações e leituras. Em certo momento, percebeu que sua televisão havia desaparecido, mas, ao ir até a portaria, surpreendeu o ladrão a carregar o aparelho.

O flagrante foi lavrado na 9ª Delegacia Policial e o auto da prisão, no inconfundível estilo burocrático dos escrivães, reconstituía a pequena cena carioca distribuindo os papéis entre “a testemunha”, “o depoente”, “o acusado” e “o lesado”. O “depoente”, o fuzileiro, contou ter sua atenção atraída “por um aglomerado de pessoas no centro do qual estava o acusado presente”. Depois de conter a multidão e lhe dar “voz de prisão”, conduziu-o à delegacia, “bem como ao lesado e a testemunha”. Uma vizinha de Apporelly, “a testemunha”, “se encontrava no interior do seu apartamento quando ouviu a voz do lesado a chamar por socorro e gritar ‘pega ladrão!’”. O “lesado” contou estar “no interior do seu apartamento quando ouviu um rumor e vindo à sala para ver o que se tratava, o declarante viu o vulto de uma pessoa que saía”. Dando pela falta do televisor, chegou à janela e gritou por socorro. O “acusado”, Guilherme Costa Filho, solteiro, 18 anos, aprendiz de torneiro mecânico, morador de Nova Iguaçu na periferia do Rio e que disse não saber ler nem escrever, contou ter penetrado no edifício e subido ao terceiro andar. Ao perceber a TV por uma porta encostada, carregou o aparelho e fugiu “não obstante o lesado ter pressentido a operação e gritado por socorro”. Quase linchado, “o declarante” disse “nunca ter sido preso ou processado” e se declarou “arrepentido do ato praticado”.

A amigos, Apporelly contou ter deixado o delegado irritado com sua recusa em formalizar uma queixa contra o acusado. Este justificou-se junto ao Barão com o fato de que não conseguia emprego. “O sujeito não tem trabalho e vai fazer o quê?” – disse a vítima ao delegado, saindo em defesa do acusado, antes de dar início a uma de suas habituais invectivas contra o sistema capitalista. Mas de nada adiantou a atitude compreensiva do Barão. Uma vez que, dando falta da sua TV Standard Electric portátil de 9 polegadas, o inimigo da propriedade privada havia corrido à janela aos gritos de “pega ladrão”, as engrenagens do Estado haviam sido postas em movimento de modo inexorável: flagrante, delegacia, auto de prisão, vara criminal, processo, interrogatório, instrução criminal, materialidade, autoria, provas, condenação... A pena, de um ano de prisão, era a que correspondia ao artigo 155 do Código Penal. Como se tratasse apenas de uma tentativa de furto, foi reduzida para quatro meses. E como o acusado provou não ter ainda 18 anos, o juiz optou meses depois pela [suspensão condicional da pena](#).

[4]

Personagens singulares como o Barão parecem ter o poder de, como um ímã, atraírem para a sua órbita figuras igualmente originais. Num fim de tarde de outubro de 1968, Apporelly viveria um desses encontros do qual nasceu uma de suas últimas amizades. Naquele dia o músico José D’Aiuto voltava para casa no bairro de Laranjeiras depois de mais um dia de trabalho no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, na condição de segundo

piston da orquestra. Italiano, aos 20 anos havia trocado a Itália de Mussolini pelo Brasil e seu português exibia um sotaque quase imperceptível. Grande leitor, desfrutava, segundo amigos, de uma enorme curiosidade e uma memória prodigiosa. A música ocupava, sem dúvida, o centro de sua vida, mas também se interessava por literatura. No ano anterior perdera um grande amigo na figura do escritor João Guimarães Rosa.

A caminho de casa, notou uma aglomeração na calçada. Em meio a expressões de piedade dos curiosos – “coitado do velho” ou “parece Papai Noel” –, D’Aiuto viu, estendido no chão, o ancião de barbas brancas, ao lado uma bolsa de compras da qual escorria o leite das garrafas quebradas.

O músico reconheceu-o imediatamente: trocara algumas palavras com ele num encontro casual depois da viagem à China. Perguntado se queria ajuda, Apporelly respondeu que precisava apenas se refazer. A sugestão de uma ambulância, feita por um popular, foi afastada com impaciência pelo homem caído. Nas imprecações murmuradas pelo velho, o músico reconheceu uma citação de Goethe, estabelecendo-se um vínculo imediato entre os dois. “Assim ficamos, a sacola, o Barão e eu”, escreveu D’Aiuto. “Esperei com paciência. Ele se levantou com dificuldade. Não queria ajuda. Não por orgulho, mas sim para testar as próprias forças.” Pouco mais de um ano antes, sofrera um novo infarto. Internado, dissera aos jornalistas “ter nascido de novo”. Ainda assim, alimentava a antiga desconfiança em relação aos médicos e aos seus tratamentos. Cansados, os populares haviam se dispersado quando o velho trôpego levantou-se para trocar impressões sobre Johann Wolfgang von Goethe com o pistonista. Conhecia Goethe? Sim, o músico visitara a casa onde ele nasceu, em Frankfurt, e almoçara na adega em que escrevera determinado poema. Conhecia seu interesse pelos cristais? Claro, o poeta alemão, como o Barão, enxergava nos cristais “a suprema arquitetura do universo”. Enquanto escoltava o humorista até a sua casa, conversaram sobre *Fausto* e as versões da obra para o palco, assim como *Werther* e as centenas de suicídios provocados pelo romance no fim do século XVIII [entre os jovens leitores](#).

O pistonista era um personagem *suigeneris*. Conhecido por seu talento para a culinária italiana, D’Aiuto fora convidado, certa vez, para preparar um cabrito à caçadora para um almoço na casa do jurista e poeta Emanuel de Moraes, em Petrópolis. Ao saltar do trem, foi recebido na estação e conduzido até a residência, onde uma ajudante de cozinha o esperava. O anfitrião avisou que voltaria com seus convidados às duas horas da tarde, mas, ao chegarem, não encontraram nem o cozinheiro nem o cabrito. D’Aiuto apareceu uma hora mais tarde, diante do grupo faminto, trazendo o cabrito pela coleira. “Vocês me deixaram com um cabrito vivo”, desculpou-se. “Acharam que eu iria matar o coitado? Eu não mato ninguém, gente ou bicho. Então resolvi ir passear e mostrar Petrópolis para ele.”

Homem de vagas opiniões socialistas, o músico, que distribuía convites para o Teatro Municipal entre os amigos, era conhecido pelo desprendimento e pela generosidade. Trabalhava para um pequeno jornaleiro no Largo do Machado quando este precisava abandonar seu posto e levar dinheiro à mãe num cortiço das redondezas. Fazia aquilo não apenas por inclinação, mas por convicção. Era obrigação do homem livre ajudar pessoalmente a libertação do seu semelhante, defendia. Não num sentido abstrato, político; referia-se a males como a fome, as doenças, o sofrimento. E, ao falar, enfatizava [sempre a](#)

[palavra “pessoalmente”](#).

Animado por essa disposição, o músico resolveu adotar o humorista, visitando-o regularmente, ajudando-o e chegando até – quando necessário – a dar-lhe comida na boca. Oferecia, acima de tudo, um ouvido atento e curioso às elucubrações do Barão, para as quais nem todos tinham paciência. Impressionado com seus devaneios e com o volume dos papéis que enchiam pastas e arquivos do apartamento, o italiano lhe dizia – com alguma ingenuidade – que seu legado científico levaria ainda uns 200 anos [para ser decifrado](#).

Não era à toa que o humorista relutava em lembrar episódios de sua história, tema que interessava mais aos jornalistas que o entrevistavam. Falar sobre o passado significava admitir que sua vida ativa estava encerrada, fato que se negava a aceitar. Não foi por outro motivo que frustrou a intenção do Museu de Imagem e Som do Rio de Janeiro, que insistia em gravar seu depoimento. Em fins de 1969, o *Correio da Manhã* informava que o humorista adiara – pela terceira e última vez – sua ida ao MIS, provavelmente esgotando a paciência [da equipe do museu](#).

Também a família tinha dificuldade em ajudá-lo. Preocupado com seu estado de saúde, seu filho Arly convenceu-o, em 1970, a morar com ele e a esposa. A experiência durou pouco mais de três meses: seus hábitos nada convencionais tornavam a convivência difícil. Não se conformava em ter um canto exclusivamente para os seus jornais, insistindo em espalhá-los pela casa toda. Sentindo-se tolhido ali, preferiu voltar ao próprio apartamento. Depois de ver o pai engordar um pouco durante aquele período, foi com relutância que o filho concordou. Sua nora, então, preparava a comida que Arly levava de ônibus até a casa do pai. Mas dias depois ficava sabendo que ele dera tudo para algum desconhecido que tinha batido à sua porta pedindo ajuda. Sempre cioso da sua independência, ao seu temperamento rebelde vieram se somar as idiossincrasias que se agravavam com a idade. Além dos filhos e de alguns poucos amigos que ainda o visitavam, parecia tolerar apenas a companhia do gato com quem dividia seu apartamento – “conselheiro Borga Gato”, costumava apresentar aos jornalistas que ainda o procuravam.

Durante seus últimos dois anos de vida, seu amigo José D’Aiuto o visitaria quase diariamente. Em novembro de 1971, ao voltar de uma viagem ao Rio Grande do Sul, o músico e sua esposa, Dona Hila, tiveram a ideia de trazer-lhe de lembrança um lenço maragato. Apporelly chorou ao receber o pedaço de pano vermelho, síntese de todas as rebeldias que abraçara ao longo de tantos anos, símbolo dos próprios maragatos, dos estudantes que enfrentavam as cargas de cavalaria em Porto Alegre, dos comunistas e de sua acidentada trajetória, do não-conformista nato que sempre fora.

No dia 26 daquele mês, após as notícias do agravamento do seu estado de saúde, o humorista recebeu a visita do filho e de D’Aiuto. Sua taxa de açúcar no sangue andava perigosamente alta. Arly, que havia tempos insistia para que o velho se internasse numa clínica, tocou no assunto mais uma vez. O Barão, diante de um livro aberto, teimava: “Não. Tenho de [estudar mais](#).” Preocupados com seu estado, ambos pretendiam passar a noite ao seu lado, mas a ideia também foi rejeitada, com veemência, por Apporelly. “Não acredito na morte”, insistia ele, relutante em entregar-se aos cuidados médicos. Certa ocasião, foi preciso amarrá-lo para submetê-lo a uma transfusão de sangue: considerava “um crime” o

procedimento, juntamente com a então recente cirurgia de transplante do coração. Antes da meia-noite, pediu ao amigo que o cobrisse com um xale. “D’Aiuto, amanhã de manhã quero tomar café em vez de mate”, avisou antes que o amigo deixasse o apartamento com o filho.

No dia seguinte, dia 27 de novembro, aniversário do levante comunista que havia motivado sua prisão nos anos 1930, o músico voltou ao apartamento do amigo. Encontrou a casa em silêncio. Deitado em sua cama, com os punhos cerrados junto ao peito – na mesma posição que o tinha visto caído na calçada três anos antes – o Barão estava imóvel, com um filete de sangue escorrendo pelo lado direito da boca. Chorando, o italiano abraçou o corpo do humorista, cuja morte abalou-o “como se fosse a perda de um irmão, de um pai, mãe ou amante”. Procurando no armário, encontrou um paletó de smoking com o qual o vestiu, acompanhado de uma camisa branca. Morto aos 76 anos, o atestado de óbito falava em “arteriosclerose cerebral, seguida de coma diabético”. Velado pelos filhos e alguns poucos amigos, foi enterrado no mesmo dia, à tarde, sob uma chuva fina.

[5]

Depois de sua morte, com o passar do tempo a imagem do Barão dos anos 20, 30 e 40 – o período mais brilhante e criativo de sua carreira – acabaria ofuscada pela impressão deixada pelo Apporelly dos últimos anos, a de um humorista algo melancólico, com suas máximas e declarações em tom filosófico. A irreverência anárquica que revolucionou o humor e a imprensa da época terminaria esquecida pelos mais velhos ou simplesmente ignorada pelas novas gerações. É natural que o aspecto político da sua obra acabasse realçado. Já septuagenário, numa entrevista Apporelly explicou que tinha procurado fugir à regra que prevalecia entre seus colegas humoristas. A influência destes seria, em geral, “muito levemente benéfica e bastante entorpecente”, porque eles mostrariam “apenas metade da verdade”. E no fim da vida acrescentaria: “Eu era um dialeta, só que não sabia.”

Apporelly foi autor de uma obra efêmera por natureza. Ele mesmo, aliás, teria sido o primeiro a torcer o nariz para a noção algo pretensiosa de “autoria”: espalhados pela imprensa ao longo de mais quarenta anos, seus textos faziam alusões a fatos e personagens do momento, tendo sido concebidos para serem consumidos no calor da hora. Efêmera também no sentido físico: impressos em papel jornal que se deteriora com facilidade, os textos estão dispersos nas páginas de seu semanário do qual não existem coleções completas mesmo nas melhores bibliotecas do país. O humorista que não havia planejado sua vida, também parecia não ter se preocupado com a morte ou com a posteridade. A não ser por um breve momento nos anos 1930, enquanto esteve na Casa de Detenção, não demonstrou qualquer disposição para escrever uma autobiografia ou organizar uma antologia de maior consistência. Parecia, desse modo, querer confirmar uma de suas fórmulas, dirigida aos que alimentavam ilusões sobre o além: “O que se leva dessa vida é a vida que a gente leva.”

Impossível separar obra e vida na história de Apporelly. Nada tem ele em comum com o profissional que, ao fim de um dia de trabalho, pendura no cabide a sua persona de humorista. Pode-se mesmo dizer que sua maior obra foi a sua vida. Ambos – criador e criatura – ficariam irremediavelmente confundidos no dia em que Fernando Apparício de

Brinkerhoff Torelly esbarrou na figura do Barão de Itararé ao virar uma esquina da tumultuada década de 1930. “Amo a liberdade até à revolta”, anunciou ele certa vez diante da plateia de uma conferência nos anos 1940, em Santos. Esta parece ter sido a divisa pela qual Apparício se guiou ao longo de toda a sua existência: o menino que saltou do bonde andando, o homem que lutou pela revolução que nunca chegou, o velho que guardava as contas no congelador.

Num depoimento escrito que deixou a respeito do Barão, o italiano José D’Aiuto lamentava que seu amigo Guimarães Rosa, famoso pela inventividade com que lidava com a língua, jamais tivesse rendido um tributo ao humorista e à habilidade que este demonstrara com as palavras. Mas se enganava: num dos prefácios de *Tutameia*, livro publicado apenas meses antes da morte do autor, em 1967, Rosa menciona Apporelly ao explorar os caminhos abertos pelo humor *nonsense*. O escritor lembrava a primeira página estampada pela *Manha* para celebrar a chegada ao Rio, em 1927, do voo transatlântico do piloto português Sarmiento de Beires a bordo do seu avião, o *Argos*. A foto, aberta com estardalhaço, exibia uma vista absolutamente rotineira da baía de Guanabara e do Pão de Açúcar acompanhada da legenda: “O *Argos*, à entrada da barra, quando [ainda não se o via...](#)”

O legado mais importante de Apparício Torelly talvez tenha sido o heroísmo com que, na vida real, procurou realizar escrupulosamente sua fantasia, empenhando-se em explorar todas as suas possibilidades, em inventar a vida como todos sabemos que ela deveria ser – mas nunca é. A vida possível que está lá, mas que teimamos em não enxergar – como o aeroplano invisível do aviador português na primeira página de *A Manha*.

- [líder formal do movimento](#) HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p. 78.
- [feriram a Primeira República](#) *Correio do Povo*, 11/6/1944.
- [profunda paixão](#) *A Manhã*, 14/10/1927.
- [direção desta empresa](#) Idem, 3/4/1930.
- [relações cortadas com o governo](#) Idem, 14/10/1927.
- [com licença eclesiástica](#) Idem, 7/11/1929.
- [Livre de despesas!](#) Idem, 7/11/1929.
- [constante admirador](#) Idem, ibidem.
- [zoologia comparada](#) Idem, 7/11/1929.
- [Olho de Moscou](#) Idem, 6/5/1932.
- [Capitão João Alberto!](#) Idem, 21/5/1932.
- [Amanhã será tarde!](#) Idem, 23/1/1932.
- [para a nossa objetiva](#) Idem, 20/2/1930.
- [tais manifestações](#) MAGALHÃES JR., Raymundo. *Janela aberta*. Rio de Janeiro: A Noite, 1946, p. 3.
- [popularizada por Olavo Bilac](#) *Correio da Manhã*, 25/6/1931.
- [pode ser a verdadeira](#) Sobre o nascimento de Apporelly, ver Remy Gorga Filho em *Correio do Povo*, 6/7/1969; CORIOLANO, Benício. *Cinzeiro: poesias e humorismo de Apporelly*. Edição própria, 1978; Carta do padre Arthur Rabuske ao autor, 10/11/1984.
- [aventureiro saído de Florença](#) As informações sobre a família Torelly são resultado de pesquisas feitas por Maria de Graça Torelly Campello, Miriam Torelly Schlatter e Paulo Fernando Torelly Cruz. A versão a respeito de Fernando Maria Torelli foi apresentada por Abellaire Barreto em *Viajantes estrangeiros no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: UFRGS, 1962.
- [especialmente aos ferroviários](#) *Almanaque*, 1º semestre de 1949.
- [num combate terrível](#) LAVRADOR, José. *Heroes de 93*. Rio de Janeiro: 1933, p. 78.
- [obra dos republicanos](#) LOVE, Joseph. *Rio Grande do Sul and Brazilian regionalism, 1882-1930*. Stanford University Press, Stanford, 1971, p.57.
- [O pâncreas não havia morrido](#) GORGA FILHO, Remy. *Correio do Povo*, 13/7/1969.
- [é considerado um benemérito](#) *Diário de Notícias*, 8/8/1939.
- [nunca morte violenta ou provocada](#) Idem, 7/3/1944.
- [com um só arremesso](#) VERNALHA, Milton Miro. *O caudilho blanco*. Porto Alegre: Littero-técnica, 1988, p. 30.
- [o nome de Apparício](#) LAVRADOR, José. *op. cit.*, p. 64; Arly Torelly em depoimento ao autor em 1984.
- [Pero no se olviden!](#) GORGA FILHO, Remy. *Correio do Povo*, 6/7/1969.
- [para sempre a ideia](#) Arquivo Público do Rio de Janeiro, Departamento Federal de Segurança Pública, documento datado de 20/7/1947.
- [na refeição do jantar](#) Marinha do Brasil, Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, *Livro Mestre*.
- [a invasão fracassaria](#) MARTINS, Hélio Leôncio. *A Revolta da Armada*. Rio de Janeiro: Bibliex Cooperativa, 1997, pp. 244-250.
- [o comando da praça de guerra](#) *Revista do Globo*, 7/10/1944, p. 8.
- [tendo, portanto, 33 anos](#) *O Paiz*, 17/8/1899.
- [entre os seus](#) *Gazeta de Notícias*, 20/8/1899.
- [não queria disparar](#) *Revista do Globo*, 7/10/1944, p. 8.
- [lutas políticas da época](#) BENÍCIO, Coriolano. *op. cit.*, p. 7.
- [mais louco do que eu](#) *Correio do Povo*, 6/7/1969. Entrevista a Remy Gorga Filho.
- [de novo Povo Novo](#) Letty Torelly em depoimento ao autor, em 13/1/2008.
- [entrar em detalhes](#) *Correio do Povo*, 13/7/1969. Entrevista a Remy Gorga Filho.
- [o contrabando de mulas](#) Ver GIL, Tiago. *Infiéis transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)*. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 2007.
- [comerciante em nossa praça](#) Citado em ALVES, Francisco de Neves e TORRES, Luiz Henrique. *A cidade do Rio Grande: uma abordagem histórico-histórica*, URG, Rio Grande, 1997, p. 72.

[companhias equestres](#) LEONINO, Arthur. *Impressões de viagem: O Rio Grande do Sul tal qual é*: Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, 1881, pp. 9, 26, 41 e 42.

[casamento na sua cidade](#) BENÍCIO, Coriolano: *op. cit.*, p. 9.

[Sr. João da Silva Torelly](#) *Diário do Rio Grande*, 15/9/1896.

[na orfanidade dois filhinhos](#) *Echo do Sul*, 15/9/1896.

[aonde eu queria](#) *Correio do Povo*, 13/7/1969.

[supostas sempre boas notas](#) Estatutos do Gymnasio N. Sra. Conceição, São Leopoldo, sem data.

[um alemão chamado Witte](#) FONTOURA, João Neves da. *Memórias*. Vol. I. Porto Alegre: Globo, 1958, pp. 61-62.

[científicas e práticas](#) RABUSKE, Padre Arthur. “Os Bruder: Jesuítas no sul do Brasil”. RS, sem data.

[são casos de exclusão](#) Estatutos do Colégio N. Sra. da Conceição.

[prenúncio da penumbra](#) PEREIRA, Cipião Martins, texto não publicado. Acervo Apparício Torelly. Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

[ao lado de uma pilastra](#) Idem.

[depois da aula](#) FORTUNA, João Neves da. “O único barão da República”. *Realidade*, janeiro de 1970.

[profetizou o professor](#) SÁ JR, Renato Maciel. *Anedotário da Rua da Praia II*. Porto Alegre: Globo, 1983, p. 43; Paulo Motta Lima em depoimento ao autor.

[a plateia delirou](#) Depoimento de D. Letty Torelly ao autor.

[vocação apostólica](#) D’AIUTO, José. manuscrito não publicado.

[revolucionário russo](#) TROTSKY, Leon. *Moral e revolução*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 9.

[tirava o chapéu](#) Moema Toscano em depoimento ao autor, em 2007.

[uma compensação](#) *Revista do Globo*, 7/10/1944, p. 8.

[atestados de óbito e pronto](#) Edécio Torelly em entrevista a Ipojuca Pontes nos anos 1980.

[prazer](#) MALTA, Otávio. “Apporelly Cientista”. *Diretrizes*, 6/3/1941.

[aluno](#) SÁ JR, Renato M. *op. cit.*, 1983, p. 8.

[políticos-médicos](#) WEBER, Beatriz Teixeira. “Positivismo e ciência médica no Rio Grande do Sul: a Faculdade de Medicina de Porto Alegre”, *História, ciência e saúde – Manguinhos* v.5 n. 3. Rio de Janeiro: novembro de 1998- fevereiro de 1999.

[botequineiro](#) *O Rebate*, 15/3/1920.

[cavalaria da polícia](#) WEBER, idem.

[gaiato](#) MARTINS, Justino. “Meu diário do Barão”. *Revista do Globo*, 14/9/1946.

[Bois-Reymond](#) MALTA, Otávio. “Apporelly Cientista”. *Diretrizes*, 6/3/1941.

[Os heminópteros](#) *A Manhã*, 12/8/1932.

[quantos somos aqui](#) MALTA, Otávio, *op. cit.*

[para ninguém, nem para nada](#) Idem, p. 44.

[Era uma farrá!](#) MARTINS, Justino. “Meu diário do Barão”. *Revista do Globo*, 14/9/1946.

[Medicina de Porto Alegre](#) TOSTES, Theodomiro. “O Barão”. *Correio do Povo*, 11/12/1971.

[meu acidentado é careca](#) SÁ JR., Renato M. *op. cit.*, vol. II, 1983, p. 45.

[abandonar a faculdade](#) MARTINS, Justino. *op. cit.*, 14/9/1946.

[seu próprio médico](#) GORGA FILHO, Remy. *Correio do Povo*, 6/7/1969.

[amigos e correligionários](#) PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Typografia do Centro S/A, 1940, p. 150.

[sair com os amigos](#) SÁ JR., Renato M. *op. cit.*, 1983, p. 45.

[asas que voam](#) *Manchete*, 5/2/1960.

[obelisco positivoide](#) MEYER, Augusto. *Segredos da infância/No tempo da flor*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996, p. 95.

[do fundo da garganta](#) *Revista do Globo*, 14/9/1946, p. 59.

[do meu sarcasmo nobre](#) CAGGIANI, Ivo. *Carlos Cavaco: A vida quixotesca do tribuno popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.

[mesada paterna](#) *Revista do Globo*, 7/10/1944, p. 8.

[matar a fome](#) Idem.

[na algibeira](#) TORELLY, Apparício. *Pontas de cigarro*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas de O Globo, 1925.

[separação de corpos](#) Idem, p. 31.

[coreografia de tango](#) MEYER, Augusto. *op. cit.*, 1996, p. 150.

[suas proezas](#) MOOG, Vianna. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, ano 71, vol. 122, anais de 1971, p. 146.

[piadas atribuídas a ele](#) *Revista do Globo*, 14/9/1946, p. 23.

[cinema Ideal](#) *Revista do Globo*, 14/9/1946, p. 23.

[ganho com a aposta](#) A versão desse famoso episódio é contada por Apporelly na reportagem de Justino Martins (*Revista do Globo*, 14/9/1946) e também numa conferência feita em julho de 1947, registrada num relatório da polícia política (dossiê Apparício Torelly no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro). Uma versão mais fantasiosa e menos verossímil, em que ele desfila de ceroulas, pode ser encontrada no excelente *Anedotário da Rua da Praia*, de Renato M. Sá. Jr.

[atitudes extravagantes](#) Barreto Leite Filho em depoimento ao autor, em 1984.

[eles não me ouviam](#) José Gay da Cunha em depoimento ao autor, em 1984.

[verdadeira confraternização](#) *Revista do Globo*, 7/10/1944, p. 8.

[discursos incompreensíveis](#) SÁ JR. Renato M., *op. cit.*, 1983, p. 8.

[absolutamente nada](#) Idem, II, pp. 210 e 211.

[dava tiros](#) CARVALHO, José Cândido de. *Ninguém mata o arco-íris*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972, pp. 13-14.

[na primeira esquina](#) Idem, *ibidem*.

[palavras feias](#) PEREIRA, Cipião Martins. Texto não publicado, Acervo Apparício Torelly, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

[lagos da Suíça](#) *Kodak*, 3/11/1917.

[Centro Católico](#) TOSTES, Theodomiro. “O Barão”. *Correio do Povo*, 11/12/1971.

[que bem entendesse](#) PEREIRA, Cipião Martins. Texto não publicado. Acervo Apparício Torelly, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

[base física da vida](#) TORELLY, Apparício. *Pontas de cigarros*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas de *O Globo*, 1925, p. 7.

[uma tabacaria](#) Idem, *ibidem*.

[vai tomar café](#) Idem, *ibidem*.

[deixa de brinquedo!](#) Idem, pp. 58 e 59.

[pudim que me mandaste](#) *Ilustração Pelotense*, 15/1/1920.

[corpo estranho no nariz...](#) Idem, 16/3/1920.

[dum sustenido](#) BENÍCIO, Coriolano. *Cinzeiro*. Rio Grande: edição do autor, 1978, p. 54.

[sem perder a pose](#) SÁ JR., Renato Maciel de. *op. cit.*, vol. II, p. 45.

[se escondia no mato](#) BENÍCIO, Coriolano. *op. cit.*, 1978, p. 24.

[em sanguinário](#) TORELLY, Apparício. *Pontas de cigarros*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas de *O Globo* 1925, p.17.

[fazer um cigarro](#) JÚLIO, Sílvio (org.). *Pampas*. 1919, pp. 139-141.

[crítica de costumes](#) JUNIOR, Amaro, “Jornais e jornalistas nos primórdios do século XX”. *Correio do Povo*, 10/9/1964.

[presos pelos pequenos](#) *O Maneca*, 15/11/1917.

[fazer paz em separado](#) Idem, 4/3/1918.

[divertido a população](#) Idem, 25/3/1918.

[fábrica de gargalhadas](#) *A Máscara*, 3/8/1918.

[livre e espontânea vontade](#) *O Maneca*, 8/4/1918.

[ajuste de contas](#) *O Chico*, 12/5/1918.

[a alma de muita gente](#) *O Chico*, 12/5/1918.

[com ovos e batatas](#) Idem, *ibidem*.

[nacionais e estrangeiras](#) Idem, *ibidem*.

[por desprezo](#) DAMASCENO, Athos. *Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX*. Editora Globo: 1962, pp. 168-177.

[empadinhas de camarão](#) *O Chico*, 12/5/1918.

[memória de bandido](#) REVERBEL, Carlos; BONES, Elmar, *Luiz Rossetti, o editor sem rosto e outros aspectos*. Porto Alegre: LPM/Copesul, 1996, p.49.

[governista e oposicionista](#) COARACY, Vivaldo. *Encontros com a vida: Memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962, p. 16.

[positivismo grosseiro](#) GUIMARÃES, Rafael. *Tragédia da rua da Praia*. Porto Alegre: Libretos, 2005, p. 235.

[eram coagidos](#) LOVE, Joseph. *Rio Grande do Sul and Brazilian regionalism, 1882-1930*. Stanford: Stanford University Press, 1971, p. 77.

[o espírito nacional](#) FLORES, Elio Chaves, *No tempo das degolas*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996, p. 51.

[a rolha da boca](#) *O Chico*, 12/5/1918.

[brigar à vontade](#) Idem, *ibidem*.

[de pés juntos](#) MEYER, Augusto. *Segredos da infância/No tempo da flor*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996, p. 131.

[do dia ou da noite](#) *Correio do Povo*, 2/11/1918.

[a população desta capital](#) Idem, *ibidem*.

[da saúde pública](#) *A Federação*, 16/12/1918.

[que Sua Excelência tem](#) Idem, 16/11/1918.

[do próprio Borges de Medeiros](#) Para diferentes versões sobre essa manifestação ver MEYER, Augusto. *op. cit.*, 1996, p. 100; SÁ JR., Renato Maciel. *op. cit.*, vol. II, 1983, p. 12; MARTINS, Justino. *op. cit.*, 14/9/1946, p. 60; *A Noite*, 9/6/1944.

[no voto secreto](#) *Revista do Globo*, 7/10/1944, p. 8.

[pavor em relação aos governos](#) OSÓRIO, Joaquim Luiz. *Constituição política do Rio Grande do Sul: comentário*. Brasília: Editora da Unb, 1981, p. 170.

[direito ao voto secreto](#) HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha – uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p. 20.

[as aspirações do povo](#) *Revista do Globo*, 7/10/1944, p. 8.

[gasparista](#) *Correio do Povo*, 13/7/1969.

[discurso mais bonito](#) Depoimento de Letty Torelly ao autor, em 13/1/2008.

[uma linda mulher](#) ALVIM, Newton. *Silveira Martins*. Porto Alegre: Tchê, 1985, p. 65.

[a vibração democrática](#) NABUCO, Joaquim. *Um estadista no império*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975, pp. 702 e 847.

[bravura e cavalheirismo](#) *O Rebate*, 2/6/1920.

[nas redações de Porto Alegre](#) COARACY, Vivaldo. *op. cit.*, 1962, p. 35.

[maravilhamento](#) MOREYRA, Álvaro. *As amargas, não (Lembranças)*. Rio de Janeiro: Editora Lux, 1955, p.106.

[um conferencista aparece](#) BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro, 1960, pp. 137-138.

[espirrar e sem bocejar](#) Idem, *ibidem*.

[na livreria Americana](#) *Máscara*, 14/12/1918.

[intelectuais fluminenses](#) BENÍCIO, Coriolano. *Cinzeiro*. Rio Grande, 1978, p. 45.

[Montmartre](#) *O Tempo*, 24/1/1919.

[de que se reveste](#) Idem, 23/1/1919.

[o maneta](#) *Zero Hora*, 9/7/1995.

[nomes feios](#) *Revista do Globo*, 8/7/1944, p. 18.

[na palma da sua mão](#) SÓ, Ernani. *O Barão de Itararé*. Porto Alegre: Tchê, 1984, p. 38.

[apostolado](#) *O Jornal*, 9/6/1944.

[o problema dos doentes](#) PEREIRA, Cipião Martins. Texto não publicado. Acervo Apparício Torelly, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

[cinquenta mil-réis ao mês](#) *Kodak*, 19/1/1918.

[vinte vezes](#) Idem, *ibidem*.

[verminose depois](#) O experimento com os suínos está relatado em PEREIRA, *op. cit.*

[organismos vivos](#) POLLAN, Michael. *O dilema do onívoro*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007, pp. 161-163.

[pelos homens](#) Recorte sem data. Acervo Apparício Torelly, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

[não viajaria mais](#) *Correio do Povo*, 13/7/1969.

[insubstituível](#) REVERBEL e BONES. *op. cit.*, 1996, p. 57; *Correio do Sul*, 1/4/1920.

[nunca mais!](#) *Correio do Sul*, 11/1/1920. (As informações sobre Apporelly em Bagé são fruto da pesquisa do

historiador Cláudio Antunes Boucinha, diretor do Arquivo Público Municipal de Bagé.)

- [a passagem de Ano](#) *Correio do Sul*, 11/1/1920.
- [tomar mais resoluções](#) Idem, 11/1/1920
- [pai Adão foi fabricado](#) Idem, 9/6/1920.
- [momento da ressurreição](#) *O Rebate*, 23/3/1920.
- [o sossego das cochilhas](#) Idem, 25/3/1920.
- [hemisfério ocidental](#) Idem, 27/4/1920.
- [assassinar a gramática](#) Idem, 26/3/1920.
- [encargo que lhe confiamos](#) *Correio do Sul*, 15/6/1920.
- [vangloriava-se](#) Citado em FLORES, Elio Chaves. *No tempo das degolas*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986, p. 71.
- [pensador de Montpellier](#) *A Federação*, 27/11/1918.
- [estamos distanciados](#) *A Tradição*, 18/2/1922.
- [poeta-humorista Apparício Torelly](#) Idem, 30/11/1921.
- [nosso desprezo](#) Idem, 16/7/1921.
- [Hipocrisia do ditador](#) *A Notícia*, 20/12/1922.
- [combates decisivos](#) LOVE, Joseph. *op.cit.*, 1971, p. 205.
- [tudo isso e muito mais!](#) HILTON, Stanley. *op. cit.*, 1994, p.13.
- [o vil atentado](#) *O Rebate*, 13/4/1923.
- [pelos revolucionários](#) LONER, Ana Beatriz. “Os jornais pelotenses na República Velha”. *Ecos Revista*. Pelotas, Nº 2, 1998; CALDAS, Pedro Henrique. *Zeca Netto e a conquista de Pelotas*. Porto Alegre: Edições Est, 1995, p. 66.
- [com se defender](#) *O Tempo*, 1/8/1924.
- [daquela cidade](#) Idem, 23/1/1924.
- [civismo e bravura](#) *A Reação*, 13/1/1924.
- [francoatirador](#) Guilherme da Silveira Filho, depoimento ao autor em 1984.
- [debaixo de gargalhadas](#) PONTES, Ipojuca, em *Manchete*, 5/12/1981.
- [empurrado](#) CAMPOS, Humberto. *Perfis, Primeira Série*. Rio de Janeiro: Jackson Editores, 1945, p. 254.
- [já é muito tarde](#) *Correio do Sul*, 10/6/1920.
- [perverte a mulher](#) *O Rebate*, 27/3/1920.
- [bagaceiro e relaxado](#) Carta do historiador Osório Santana Figueiredo, de São Gabriel, ao autor em 15/9/2007.
- [recebido com festa](#) O episódio do derrame está relatado em PEREIRA, op. cit.
- [voltou a trabalhar](#) CAMPOS, Humberto. *Perfis, Primeira série*. Rio de Janeiro: Jackson, 1945, p. 257.
- [no alto da escada](#) CAMPOS. *op. cit.* p.14.
- [barrado por um contínuo](#) A estreia de Apporelly em *O Globo* está contada PEREIRA, Cipião Martins, texto não publicado, Acervo Apparício Torelly, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo; e em CONY, Carlos Heitor. “O humorismo não é engraçado”. *Manchete*, 7/12/1968.
- [cloaca de Edmundo](#) *A Tradição*, 17/5/1922.
- [foi a gota d’água](#) SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, pp. 411 e 416.
- [primeira página é sua](#) CONY, Carlos Heitor. *Manchete*, 7/12/1968.
- [roupa branca também](#) *A Manhã*, 2/1/1926.
- [biscoitos “Aymoré”](#) Idem, 19/2/1926.
- [entender panelas](#) Idem, 10/03/1926.
- [Emílio de Menezes no Correio da Manhã”](#) *Revista do Globo*, 14/9/1946.
- [Reputa-te o primeiro](#) MAGALHÃES JR, Raymundo. *Arthur Azevedo e sua época*, São Paulo: Saraiva, 1953, p. 22.
- [deputado pelo Ceará](#) NAVA, Pedro. *Baú de ossos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983, p. 396.
- [E o Nuno fica!](#) MENEZES, Raimundo de. *Bastos Tigre a belle époque*. São Paulo: Edart, 1966, p. 170.
- [não saís!](#) Idem, p. 171-173.
- [empolado e oco](#) BANDEIRA, Manuel. *Crônicas inéditas 1, 1920-1931*. São Paulo: Cosac Naify, 2008, p. 17.
- [homens mais sisudos](#) MENEZES, Raimundo de. *Emílio de Menezes: o último boêmio*. São Paulo: Saraiva, 1949, p. 184.
- [a vida a aplaudir-se](#) LUSTOSA, Isabel. *Brasil pelo método confuso: humor e boemia em Fradique Mendes*. Rio de

Janeiro: Bertrand Brasil, 1993, p. 87.

[cúbico de banha](#) MENEZES, Raimundo de. *op. cit.*, 1949, p. 229.

[do que Arthur Azevedo](#) Idem, p. 75.

[emagreceu bastante](#) Idem, p. 115

[ouça o ruído](#) Discurso de posse de Emílio de Menezes. Disponível no site da Academia Brasileira de Letras.

[em algum bolso](#) MENEZES, Raimundo de. *op. cit.*, 1966, p. 157.

[graça pra mais de vinte mil réis...](#) Idem, p. 119.

[meia dúzia de chopes](#) TIGRE, Bastos. *Reminiscências*. Rio de Janeiro: Thesaurus, 1992, p. 174.

[João Coruja](#) D. *Quixote*, 5/2/1919.

[incoercível](#) TIGRE, Bastos. *op. cit.*, 1992, p. 174.

[não pago!](#) NAVA, Pedro. *Balão cativo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973, p. 213.

[do seu progresso](#) SALIBA, Elias Thomé. “A dimensão cômica da vida privada na República”, em NOVAIS, Fernando, SEVCENKO, Nicolau (orgs.). *História da vida privada no Brasil IV*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 298.

[tantos outros](#) *Revista do Globo*, 25/11/1944.

[do cansaço da redação](#) MOREYRA, Álvaro. *op. cit.*, 1955, p. 70.

[Ladrões!!](#) MEIRELLES, Domingos. *1930: Os órfãos da revolução*. Rio de Janeiro: Record, 2006, pp. 50, 68, e 158.

[caráter dos mineiros](#) *A Manhã*, 21/2/1926.

[concedidos anteriormente](#) MEIRELLES, Domingos. *op. cit.*, 2006, pp. 119 e 238.

[prosperidade](#) *A Manhã*, 14/5/1926.

[lembraria o humorista](#) *Revista do Globo*, 25/11/1944.

[na revista O Tico-Tico](#) LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*, vol. IV. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963, pp. 1.249-1.266.

[sala 317](#) *A Manhã*, 26/04/1934.

[Carlos Gomes é horrível!](#) *Nosso Século 1910-1930*, vol. 34. São Paulo, 1980, p. 198.

[literato italiano](#) Idem, ibidem.

[agiota estrangeiro](#) Idem, ibidem.

[os exemplares da primeira](#) *A Manhã*, 7/6/1926.

[inimizades e desgostos](#) TIGRE, Bastos. *op. cit.*, 1992, p. 169.

[nas páginas de A Manhã](#) Para um estudo minucioso sobre o assunto, consultar a ótima tese de ANDRÉ, José Mendes. “Elementos para uma leitura da obra de Apparício Torelly, o Barão de Itararé”. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2004.

[ficando sete anos](#) *Revista da Semana*, 17/7/1944.

[humorista do lápis](#) GILL, Rubem. *Dom Casmurro*, 30/10/1943. LOREDANO, Cássio. *Guevara e Figueroa: caricatura no Brasil nos anos 20*. Rio de Janeiro: Funarte, 1988.

[na década de 1940](#) *Revista da Semana*, 17/7/1944.

[depois de Guevara](#) COTRIM, Álvaro, “Guevara, o único paraguaio que nos venceu”, *Boletim da ABI*. Junho/julho de 1980.

[nas suas memórias](#) WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. Rio de Janeiro: Record, 1987, p. 134

[achava-o presunçoso](#) LUSTOSA, Isabel. *Nássara*. Rio de Janeiro: Reume Dumará, 1999, p. 102.

[irmão de Nelson Rodrigues](#) LOREDANO, Cássio. *op. cit.*, 1988.

[a nossa popularidade](#) *Revista da Semana*, 17/7/1944.

[vendas do seu semanário](#) Idem, ibidem.

[relembrou o ilustrador](#) Idem, ibidem.

[descreveu-o um jornalista](#) *Revista da Semana*, 17/7/1944.

[despótico e orgulhoso](#) Idem, ibidem.

[porque m'isquici](#) *A Manhã*, 27/10/1927.

[d'Ascurra](#) MAGALHÃES JR., Raimundo. *Antologia de humorismo e sátira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957, p. 309.

[dialeto macarrônico](#) FONSECA, Cristina. *Juó Bananére: o abuso em blague*. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 54.

[tuttos sabi gorgeá](#) BANANÉRE, Juó. *La Divina Incrénca*. São Paulo, Editora 34, 2001, p. 8.

[siri zózinhe](#) *O Chico*, 12/5/1918.

[une telle asniere](#) VEIGA, Cláudio. *Um brasilianista francês – Philéas Lebesgue*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, p. 157.

[confortável prisão do estado](#) Idem, 25/11/1926.

[poder para isso](#) Augusto Rodrigues em depoimento ao autor em 1985.

[a boia está garantida](#) *Manchete*, 24/2/1962, p. 48.

[menino arteiro](#) *O Paiz*, 1928, s/d, Arquivo do Projeto Portinari [PR-63.1].

[comer conosco assim mesmo](#) Depoimento de Maria Portinari ao Projeto Portinari [DE-3.1], em 1982.

[os inquilinos da pensão](#) *A Manhã*, 3/4/1930.

[no que diz essa imprensa!](#) Depoimento de Álvaro ao Projeto Portinari.

[cavalos lerdos e as mulheres ligeiras](#) SÁ JR., Renato Maciel. *Anedotário da Rua da Praia, Vol.1*. Porto Alegre: Globo, 1995, p. 54.

[inúmeras empresas](#) *A Manhã*, 11/7/1930.

[um palácio de 31](#) Idem, 14/10/1927.

[Não lhes sairá barato!](#) Idem, 6/2/1930.

[os dez mil contos](#) Idem, 3/4/1930.

[sarjetas](#) Idem, *ibidem*.

[na Cidade Eterna](#) Idem, 9/1/1930.

[à sua disposição](#) Idem, *ibidem*.

[subornar!](#) Idem, 16/1/1930.

[me impressionaram muito](#) MALTA, Otávio. *Diretrizes*, 6/3/1941.

[agente patogênico da peste](#) Idem, *ibidem*.

[nariz para cheirar](#) “O ponto de partida”. Acervo Apparício Torelly, Caixa 3, Volume 1, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

[para identificá-lo](#) PEREIRA, Cipião Martins. Texto não publicado. Acervo Apparício Torelly, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

[Sr. Dr. Getúlio Vargas](#) “Aftosa”, Acervo Apparício Torelly, Caixa 7, Volume 1, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

[do mais exaltado cientista](#) MARTINS, Justino. “Meu diário do Barão”. *Revista do Globo*, 14/9/1946.

[secretários de estado etc](#) Acervo Apparício Torelly, Caixa 17, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

[problema da febre aftosa](#) Idem.

[e saiu da sala](#) SARAIVA, Danilo, Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul, Informativo online, nº 131, 28/11/04 a 04/12/04.

[venta de este producto](#) Acervo Apparício Torelly, Caixa 17, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

[contente com o meu](#) GORGA FILHO, Remy. *Correio do Povo*, 10/7/1969.

[contrato por um ano](#) Idem, *ibidem*.

[vendeu 125 mil exemplares](#) Idem, 6/7/1969.

[corrente sob o título de Diário da Noite](#) *A Manhã*, 10/10/1929.

[fogo ultimamente no Rio](#) *Diário da Noite*, 9/10/1929.

[coração liberal!](#) Idem, 10/9/1929.

[aos candidatos liberais](#) Idem, 31/12/1929.

[são definidas e definitivas](#) *A Manhã*, 2/1/1930.

[apoio incondicional ao vencedor](#) Idem, 9/1/1930.

[não transige!](#) Idem, 23/1/1930.

[a multa pela recisão](#) GORGA FILHO, Remy. *Correio do Povo*, 6/7/1969.

[tanto o popularizou](#) *A Manhã*, 27/2/1930.

[para o presidente da República](#) Acervo Apparício Torelly, Caixa 7, Volume 2, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

[essa sim é vexatória e iníqua](#) *A Manhã*, 5/4/1930.

[Por que essa desigualdade?](#) Idem, *ibidem*.

[oito horas por dia?](#) Idem, *ibidem*.

[pela multidão enfurecida](#) SILVA, Hélio. *1930: A revolução traída*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 382-383.

[reduzidas a pedaços](#) BANDEIRA, Manuel. *Crônicas inéditas I*. São Paulo: Cosac Naify, 2008, p. 383.

[do nosso querido diretor](#) *A Manhã*, 31/10/1930.

[à testa desta empresa!](#) Idem, *ibidem*.

[retirada forçada](#) GORGA FILHO, Remy. *Correio do Povo*, 20/7/1969.

[tempos de Floriano](#) MOREYRA, Álvaro. *op. cit.*, 1955, p. 111.

[mas é verdade](#) MESQUITA DA COSTA, Adroaldo. “Recordando”. *Correio do Povo*, 12/1/1972.

[diga-se de passagem](#) GORGA FILHO, Remy, *Correio do Povo*, 20/7/1969.

[Puxado a telegrama](#) D’AIUTO, manuscrito citado; PEREIRA, Cipião Martins. Texto não publicado. Acervo Apparício Torelly, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

[quanto mais os pósteros](#) Idem.

[Rui Barbosa](#) CARVALHO, José Murilo de. “Rui Barbosa e a razão clientelista”. *Dados*, Volume 43, N° 1, 2000, p. 100.

[acontecido com os homens de Gumercindo Saraiva](#) GORGA FILHO, Remy. *Correio do Povo*, 20/7/1969.

[com o apoio da guarnição federal e do povo](#) Idem.

[o uso que lhe convier](#) *A Manhã*, 5/12/1930.

[nobiliárquico](#) Idem, *ibidem*.

[a ave de plumagem multicolor](#) Idem, *ibidem*.

[A TRIPA](#) Idem, 27/11/1931.

[atos de bravura](#) Idem, 2/9/1932.

[a mínima modificação](#) Idem, 12/8/1932.

[vocábulo?](#) Idem, *ibidem*.

[exigido pelo protocolo](#) Idem, 11/4/1931.

[de couro de potro](#) Idem, *ibidem*.

[a maior da América do Sul](#) Idem, *ibidem*.

[licença especial do papa](#) Idem, 9/1/1930.

[a continuação da privada](#) *Almanhaque*, 1º semestre de 1949.

[cônjuge inocente](#) Acervo Apparício Torelly, Caixa 16, Volume 1, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

[caminho da notoriedade](#) CAMPOS, Humberto de. *Perfis, primeira série*. Rio de Janeiro: W.M. Jackson, 1945, p. 219.

[cara que atura](#) *A Manhã*, 7/2/1926.

[repórter](#) *O Globo*, 22/6/1931.

[várias cenas interessantes](#) Idem, 25/6/1931.

[decepcionados](#) *Correio da Manhã*, 25/6/1931.

[Aracy Cortes e Pedro Rios](#) RUIZ, Roberto. *Aracy Cortes: Linda Flor*. Rio de Janeiro: Funarte 1984, p. 168.

[em uma première](#) *Jornal do Brasil*, 25/6/1931.

[semana sem neurastenia](#) *Diário da noite*, 25/6/1931.

[turra com Apporelly?](#) Idem, *ibidem*.

[pela ação do ar contido](#) PEDERNEIRAS, Raul. *A máscara do riso*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1907, p. 12.

[propaganda comunista](#) HILTON. *op. cit.*, 1994, p. 86.

[abnegação e patriotismo?](#) *A Manhã*, 6/3/1931.

[ao credo comunista](#) Idem, 15/5/1930.

[não eram nada lisonjeiros](#) Idem, 2/1/1932.

[as rotativas do jornal](#) HILTON. *op. cit.*, 1994, p. 126.

[com ele na frente](#) *A Manhã*, 4/3/1932.

[o consenso nacional](#) Idem, 28/5/1932.

[de tenor de Francisco Pezzi](#) Idem, 14/7/1934.

[impoluto monarca](#) Idem, 16/7/1932.

[carcaça miserável](#) Idem, 12/8/1932.

[revolução social!](#) Idem, *ibidem*.

[estátua equestre!](#) Idem, 11/6/1932.

[acontecimentos chilenos](#) Idem, *ibidem*.

[inclinado a aceitá-la](#) Idem, *ibidem*.

[em sono letárgico](#) Idem, 29/7/1932.

[um presente do sobrinho](#) Depoimento de Letty Torelly ao autor, em 13/1/2008.

[atenciosa cartinha sua](#) Acervo Apparício Torelly, Caixa 16, Volume 1, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

[grande arrotativo](#) *A Manhã*, 9/9/1932.

[instituições vigentes](#) Idem, *ibidem*.

[Mas o homem não](#) Depoimento de Násssara ao autor, em 1986.

[merecida compensação](#) *A Manhã*, 30/1/1932.

[com todas as pompas](#) Acervo Apparício Torelly, Caixa 16, Volume 1, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

[da minha própria vida](#) Idem.

[não chora, não mama](#) *A Manhã*, 13/4/1933.

[três grandes acadêmicos](#) Idem, 26/4/1934.

[Cenáculo dos Imortais](#) Idem, *ibidem*.

[venerandos fundilhos](#) Idem, *ibidem*.

[interpretações metafísicas](#) Idem, *ibidem*.

[a vaidade doentia](#) Idem, *ibidem*.

[está condenada](#) Idem, *ibidem*.

[fascistas, farsistas](#) Idem, 19/4/1934.

[pela imprensa da época](#) Depoimento de Antônio Houaiss ao autor, em 24/8/1984.

[até às orelhas](#) *Revista do Globo*, 9/9/1944.

[estribos dos bondes](#) Idem, *ibidem*.

[nunca esquecem nada!](#) MAGALHÃES JR., Raymundo. *Manchete*, 14/11/1964.

[seu livro de atas](#) *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Ano 71, Vol. 122, Anais de 1971, pp. 145-150.

[o diário A Offensiva](#) *A Offensiva*, 24/5/1934.

[e turrinhos](#) *A Manhã*, 5/2/1932.

[apodrecido em vida](#) *A Manhã*, 7/7/1934.

[subordinado à lei ética](#) *A Offensiva*, 31/5/1934.

[salvação nacional](#) Idem, 9/8/1934.

[da província do Ceará](#) Idem, 13/9/1934.

[fileiras verdes do integralismo](#) Idem, 18/10/1934 e 11/10/1934.

[Nem tudo está perdido](#) Idem, 28/6/1934.

[dos seus destinos](#) Idem, 18/10/1934.

[nascido arianos puros](#) *A Manhã*, 14/7/1934.

[em Deus, Pátria e Família](#) BARROSO, Gustavo. *O integralismo de norte a sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934, p. 21 e 76.

[Adeus, Pátria e Família](#) *Almanhaque*, 1º semestre de 1949, p. 12.

[deitada eternamente](#) CAVALARI, Rosa Maria. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: Edusc, 1999, p. 198.

[com entusiasmo: Anauê](#) WENCESLAU JR., J. *O integralismo ao alcance de todos*. São Paulo: Sociedade Imprensa Brasileira, 1936, pp. 78 e 79.

[Pertencerá ao governo](#) Idem.

[vai para o cemitério!](#) BARROSO, Gustavo. *op. cit.*, 1934, p. 78.

[arriado naturalmente](#) CAVALARI, Rosa. *op. cit.*, 1999, p. 198.

[os quadrantes do Brasil](#) *A Offensiva*. 24/5/1934.

[na ocasião do perigo](#) BARROSO, Gustavo. *op. cit.*, 1934, p. 78.

[ligeiramente salgado](#) *A Manhã*, 13/4/1933.

[extração da Loteria Federal](#) Idem, 13/4/1933.

[é intangível](#) CAVALARI, Rosa. *op. cit.*, 1999, p. 53.

[Está pois o Brasil](#) ALENCAR, Clodoaldo de. “O Novo Atlas”. *Coletânea de poetas integralistas*. Rio de Janeiro, s/data, p. 66.

[cultura microbiana](#) *A Manhã*, 14/7/1934.

[aos princípios da autoridade](#) BARROSO, Gustavo. *Os protocolos dos sábios de Sião*. Rio de Janeiro: Minerva, 1936, p. 71.

[contra o Anticristo!](#) BARROSO, Gustavo. *op. cit.*, 1936, p. 82.

[novo uniforme](#) *A Manhã*, 22/12/1933.

[acanalhados costumes](#) Idem, 5/4/1934.

[caminhos do futuro](#) *O Homem Livre*, 19/6/1934.

[Conhecido por APPORELLY](#) Material entregue ao autor, em 1985, pela Polícia Federal.

[aos fins ocultos de Israel](#) *A Offensiva*, 30/8/1934.

[conflitos de rua com os integralistas](#) Sobre as relações entre o Partido Comunista e a Frente Única Antifascista, ver CASTRO, Ricardo Figueiredo de. “A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934)”. *Topoi*, Nº 5, 17/8/2004.

[camisas negras e comunistas](#) *A Offensiva*, 11/10/1934.

[dos bárbaros integralistas](#) CASTRO, Ricardo Figueiredo de. “A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934)”. *Topoi*, Nº 5, 17/8/2004.

[em São Paulo, no dia seguinte](#) LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 186.

[combates de rua](#) *A Offensiva*, 11/10/1934.

[heróis à força](#) *Jornal do Povo*, 11/10/1934.

[das classes dominantes](#) *Jornal do Povo*, 7/10/1934.

[Vamos concretizar!](#) Moacyr Werneck de Castro em depoimento ao autor, em 1985.

[articulista incomparável](#) CASTRO, Moacyr Werneck de. *Europa 1935: uma aventura de juventude*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 26; depoimentos de Moacyr Werneck de Castro ao autor em 1985 e 2009.

[a luta de classes!](#) *Jornal do Povo*, 10/10/1934.

[ensina](#) Idem.

[Lutz](#) Idem, 12/10/1934.

[para ler](#) LACERDA, Carlos. *Rosas e pedras do meu caminho*. Brasília: UNB/Fundamar, 2001, p. 72.

[que acabara de cometer](#) CASTRO, Moacyr Werneck de. *op. cit.*, 2002, p. 35.

[um pesadelo constante](#) *Jornal do Povo*, 10/10/1934.

[a cadeia e o exílio?](#) Idem, 12/10/1934.

[durante duas noites](#) CASTRO, Werneck de. *op. cit.*, 2002, p. 18.

[ao nosso redator](#) Idem, p. 19.

[vem sendo feita ultimamente](#) Arquivo Nacional, Caixa 76, Subsérie 38/1760/35, Ministério da Justiça/Ordem Política e Social.

[da ordem social](#) *Avante*, recorte sem data incluído no material sobre *Jornal do Povo*. ARQUIVO NACIONAL, Caixa 76, Subsérie 38/1760/35, Ministério da Justiça/Ordem Política e Social.

[e começaram as prisões](#) LACERDA, Carlos. *op. cit.*, 2001, p. 95.

[presente no tribunal](#) *Jornal do Povo*, 14/10/1934.

[com o apoio da massa trabalhadora](#) Idem.

[o manda de propósito ao Brasil](#) Idem, 11/10/1934.

[nutridos](#) Idem, 9/10/1934.

[nem fará coisa alguma](#) Idem, 11/10/1934.

[ela é culpada disto tudo](#) Idem, 12/10/1934.

[com uma bala de revólver](#) Idem, 11/10/1934.

[como marinheiros e soldados](#) Idem, 17/10/1934.

[para os lados de Jacarepaguá](#) *O Globo*, 19/10/1934.

[pelo gesto](#) *Gazeta de Notícias*, 20/10/1934.

[mas um de cada vez](#) *Correio da Manhã*, 20/10/1934.

[das suas reivindicações](#) *A Pátria*, 20/10/1934.

[os militares e o governo](#) *Jornal do Povo*, 7/10/1934.

[tropas de assalto de Hitler](#) *A Pátria*, 23/10/1934.

[Marinha”, informava o diário](#) *Correio da Manhã*, 21/10/1934.

[pela justiça comum](#) *O Globo*, 19/10/1934.

[ao justo reclamo da Marinha](#) Arquivo Filinto Müller, CPDOC/FGV, FM 33.02.21.

[de que fora vítima](#) Idem.

[em Uberlândia](#) LACERDA, Carlos. *op. cit.*, 2001, p. 95.

[do Brasil real](#) LUSTOSA, Isabel. *op. cit.*, 1993, p. 15.

[a bandeira da pátria](#) *A Offensiva*, 11/10/1934.

[dos “tiras” da Ordem Social](#) *Jornal do Povo*, 14/10/1934.

[Madeira em meia garrafa](#) LUSTOSA, Isabel. *op. cit.*, 1993, p. 11.

[de um só trago](#) FRADIQUE, Mendes. *História do Brasil pelo método confuso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 41.

[do resto do mundo](#) FRADIQUE, Mendes. *op. cit.*, 2004, p. 63.

[a primeira missa no Brasil](#) Idem.

[do ator Procópio Ferreira](#) Todos os detalhes da carreira de Madeira de Freitas foram extraídos do estudo de Isabel Lustosa. *Brasil pelo método confuso: humor e boemia em Mendes Fradique*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993.

[de Lênin na sua última moléstia](#) *O Jornal*, 21/1/1927.

[utilizando material humano](#) *A Noite*, sem data. Acervo Mendes Fradique, Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

[imoralidade nua e crua](#) *Gazeta de Notícias*, 7/6/1926. LUSTOSA, Isabel. *op. cit.*, 1993, p. 186.

[forças impessoais da raça](#) Recorte sem data. Acervo Mendes Fradique, Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

[que é o comunismo](#) Idem.

[Calmita nel Brasil](#) *O Jornal*, 8/1/1929.

[difundem panfletos incendiários](#) Idem, 14/6/1929.

[prédios em Copacabana](#) *A Offensiva*, 18/10/1934.

[Menos nós](#) Idem.

[a 25 de fevereiro de 1944](#) LUSTOSA, Isabel. *op. cit.*, 1993, pp. 239-245; LUSTOSA, Isabel, “Introdução”, In: FRADIQUE, Mendes. *op. cit.*, 2004, p. 15.

[tão revoltantes crimes](#) *A Pátria*, 8/11/1934.

[Povo](#) Arquivo Público do Rio de Janeiro, Fundo polícia política, Comunismo, Dossiê 9, Caixa 769. Documento apreendido pela polícia.

[Pátria](#) *A Pátria*, 18/12/1934.

[jamais soube a verdade](#) WAACK, William. *Camaradas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 297 e 324.

[movimento](#) Nemo Canabarro Lucas em depoimento ao autor, em 18/6/1985; SILVA, Hélio. *1935, A revolta vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969, pp. 196 e 197.

[nenhum dos dois assinou](#) Nemo Canabarro Lucas em depoimento ao autor.

[cuidadosamente preparada](#) LACERDA, Carlos. *op. cit.*, 2001, p. 152.

[milhões podem seguir a Aliança](#) WAACK, William. *op. cit.*, 1993, p. 119.

[curar as gonorreias!](#) MORAIS, Fernando. *Chatô, o Rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 359.

[todas as camadas sociais](#) *A Manhã*, 16/3/1935.

[casos teratológicos do Museu Nacional](#) Idem, 2/2/1935.

[a “gregos e goianos”](#) KONDER, Leandro. *Barão de Itararé*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 23.

[o moral das tropas](#) *A Manhã*, 16/3/1935.

[não ofereceria nenhuma originalidade](#) Idem, 9/8/1935.

[davam um tiro para o alto](#) Depoimento de Pompeu Accioly ao autor, em 26/8/1985.

[unidades militares envolvidas](#) WAACK, William. *op. cit.*, 1993, pp. 181, 225, 243 e 254.

[ao núcleo da conspiração](#) José D’Aiuto em depoimento escrito.

[a não ser uma fossa](#) As citações foram extraídas de um depoimento gravado pela escritora Antonieta Dias de Moraes nos anos 1950. Nele, Apporelly fala da sua prisão e do período passado no navio Pedro I.

[497 na garagem da Polícia Central](#) José Gay da Cunha em depoimento ao autor em 2/8/1985.

[continuavam em liberdade](#) LIMA, Hermes. *Travessia: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974, p. 114.

[à eclosão do movimento](#) Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Prontuário GB 14.848. Documento de 17/1/1934.

[Comissão de Repressão ao Comunismo](#) DULLES, John Foster. *O comunismo no Brasil: 1935-1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 16.

[da sangrenta perversidade de 1910](#) DULLES, John Foster. *op. cit.*, 1985, p. 63.

[usando um lençol](#) Idem, p. 64.

[fechada como chegara](#) LIMA, Hermes. *op. cit.*, 1974, p. 116.

[por parte dos policiais](#) MARTINS, Justino. “Meu diário do Barão”. *Revista Globo*, 14/9/1946.

[levaria o episódio na brincadeira](#) Paulo Motta Lima em depoimento ao autor, em 1984.

[e a polícia o conduz](#) LIMA, Hermes. *op. cit.*, 1974, p. 113.

[sem pé nem cabeça](#) Dinarco Reis em depoimento ao autor em 1984.

[feitas pela polícia](#) LIMA, Herman. *op. cit.*, 1963, p. 116; RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Vol. 2, Rio de Janeiro: José Olympio, 1953, p. 62.

[entrado em alguns cafés](#) MARTINS, Justino. “Meu diário do Barão”. *Revista Globo*, 14/9/1946.

[do interrogatório do acusado presente](#) A versão do diálogo a seguir, uma das histórias mais conhecidas sobre Apporelly, foi extraída de depoimento gravado pelo próprio humorista, nos anos 1950, para uma amiga, a escritora Antonieta Dias de Moraes.

[e a diversão dos companheiros](#) Dinarco Reis em depoimento ao autor, em 1985.

[contrariando a natureza](#) *Diário de Notícias*, 19/3/1944.

[sério e compenetrado](#) MEDEIROS, Maurício de. “O jubileu de Apporelly”. *Diário Carioca*, 11/6/1944.

[para um rápido encontro](#) Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Prontuário GB 14.848, fl. 5.

[como alcançar o objetivo](#) As citações a seguir foram extraídas do depoimento de Apporelly gravado por Antonieta Dias de Moraes.

[“Enfermaria! Enfermaria!”](#) José Gay da Cunha em depoimento ao autor, em 2/8/1985.

[recolhidos sob vigilância](#) Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Prontuário GB-14.848, documento de 21/3/1936.

[recursos necessários para atendê-los](#) VARGAS, Getúlio. *Diário: vol.1, 1930-1936*, Rio de Janeiro: Siciliano/FGV, 1995, p. 497.

[enorme porta](#) RAMOS, Graciliano. *op. cit.*, Vol. 2, 1953, p. 7.

[pelas áreas comuns](#) CARVALHO, Apolônio. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 64.

[e a higiene do corpo](#) LIMA, Hermes de. *op. cit.*, 1974, p. 117.

[vinha Apparício Torelly, o Barão de Itararé](#) WERNECK, Maria. *Sala número 4: primeiro presídio político feminino*. Rio de Janeiro: Cesac, 1988, p. 86.

[com o jornalista Raul Ryff](#) Beatriz Bandeira (Beatriz Ryff) em depoimento ao autor, em 1985.

[com que se preocupar](#) RAMOS, Graciliano. *op. cit.*, Vol. 2, 1953, p. 47. Com uma variante, depoimento de Apporelly a Antonieta Dias de Moraes.

[A Voz da Liberdade](#) Depoimento de M. V. Campos da Paz Jr., em 1984.

[abasso il ré](#) Idem.

[A valentes a granel](#) CARVALHO, Apolônio. *op. cit.*, 1997, p. 65.

[ele nunca lhe disse](#) Beatriz Bandeira em depoimento ao autor, em 1985.

[os pés na cabeceira da cama](#) WERNECK, Maria. *op. cit.*, 1988, p. 88.

[Nemo Canabarro Lucas](#) RAMOS, Graciliano. *op. cit.*, Vol. 2, 1953, p. 155.

[antes de pôr a mão no troféu](#) Idem, pp. 60, 155 e 158.

[foram queimados repetidamente](#) ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e o controle social no Brasil, 1930/1954*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 96.

[o sentimento da justiça humana](#) Idem, p. 111.

[a condição de criaturas humanas](#) PINTO, Sobral. *Por que defendo os comunistas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação/Universidade Católica de Minas Gerais, 1979, p. 71.

[agonia sem fim](#) Idem, p. 75.

[ou os privam de ar ou luz](#) Idem, *ibidem*.

[uma autocaricatura vulgarizou](#) RAMOS, Graciliano. *op. cit.*, Vol. 2, 1953, p. 47.

[nos largarão antes](#) Idem, p. 48.

[do notável personagem](#) RAMOS, Graciliano. *op. cit.*, Vol. 4, 1953, p. 16.

[vagamente planeada](#) Idem, p. 43.

[foram inventados](#) José Gay da Cunha em depoimento ao autor.

[Tudo improvisado](#) Depoimento de Apporelly a Antonieta Dias de Moraes.

[os guardas, riam](#) RAMOS, Graciliano. *op. cit.*, Vol. 4, 1953, pp. 125-130.

[na rua da Relação](#) Apolônio de Carvalho em depoimento ao autor, em 22/8/1985.

[o vôlei e o futebol](#) CARVALHO, *op. cit.*, 1997, p. 70.

[paixão por ela](#) Beatriz Bandeira em depoimento ao autor, em 1985.

[políticas ou de faixa etária](#) Apolônio de Carvalho em depoimento ao autor, em 22/8/1985.

[um socorro impossível](#) RAMOS, Graciliano. *op. cit.*, Vol. 4, p. 110.

[dupla de aspecto doentio](#) Idem, *ibidem*.

[doentes, como o Barão](#) Depoimento de Dinarco Reis.

[conversando conosco](#) Depoimento de Apolônio de Carvalho.

[aplaudindo aquilo com entusiasmo](#) Depoimento de Dinarco Reis.

[com os “fracionistas”](#) DULLES, John Foster. *op. cit.*, 1985, pp. 46 e 47.

[uma figura muito querida](#) Depoimentos, ao autor, de Barreto Leite Filho, em 27/8/1985, e de Apolônio de Carvalho, em 22/8/1985.

[formação política de esquerda](#) CARVALHO, Apolônio. *op. cit.*, 1997, p. 63.

[furando onda](#) José Gay da Cunha em depoimento ao autor.

[acatavam a posição do PC](#) CARVALHO, Apolônio de. *op. cit.*, 1997, p. 65.

[Como nós](#) Depoimento de José Gay da Cunha ao autor.

[aliviar-nos o coração](#) CARVALHO, Apolônio de. *op. cit.*, 1997, p. 71.

[jornais que sempre traziam](#) Arly Torelly em depoimento ao autor, em 1985.

[seu amigo estava certo](#) MORAES, Denis de. *O velho Graça*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992, p. 274.

[e corriam pelas páginas](#) *Manchete*, 9/1/1954

[o que tem dentro](#) Idem.

[últimos momentos do rapaz](#) LIMA, Herman. *Na poeira do tempo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967, p. 308.

[naquela carta magistral](#) Arquivo Filinto Müller, FM 33.04.19, CPDOC/FGV; Antonio Mesplé depoimento ao autor, em 1985.

[ameaça à ordem pública](#) *Correio da Manhã*, 22/12/1936.

[estabelecido no Brasil](#) Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Prontuário 14.848, Documento de 21/12/1936.

[pelas ruas mais movimentadas](#) Apolônio de Carvalho em depoimento ao autor, em 22/8/1985.

[enfaixado com ataduras](#) Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Dossiê Apparício Torelly, Documento de 30/7/1957.

[na garagem da Polícia Central 912](#) Arquivos da Polícia Federal, Rio de Janeiro.

[pagamento das prestações](#) Depoimento de M. V. Campos da Paz Jr. ao autor, em 1984.

[fazem-se os homens](#) *Diário de Notícias*, 3/10/1939.

[pior do que São Domingo!](#) Carta de 24/9/1937. HILTON, Stanley, *op. cit.*, 1994, p. 251.

[voluntariosa e independente](#) Apolônio de Carvalho em depoimento ao autor, em 22/8/1985.

[contra as forças franquistas](#) CARVALHO, Apolônio de. *op. cit.*, 1997, p. 74.

[carnaval daquele ano](#) MORAES, Denis de. *op. cit.*, 1992, p. 159.

[Dom Casmurro](#) *Dom Casmurro*, 2/9/1937.

[“A verdade”](#) NEVES, Décio Vignoli das. *Vultos do Rio Grande*. Rio Grande, 1987, p. 63.

[impertinentes ou pirracentas](#) *A Manhã das Crianças*, 15/5/1937.

[serviço secreto da Ação Integralista Brasileira](#) HILTON, Stanley. *op. cit.*, 1994, p. 253.

[dos filhos de Israel](#) ROSE, R. S. *op. cit.*, 2001, p. 98.

[combatemos este último](#) Arquivo Filinto Müller, FM 33.02.21, CPDOC/FGV.

[pela sorte de meu país](#) HILTON, Stanley. *op. cit.*, 1994, p. 253.

[Felicitações gran éxito democracia brasileira](#) HILTON, Stanley, *op. cit.*, 1994, p. 257.

[da matéria original](#) AMADO, Jorge. *Hora da guerra: A Segunda Guerra Mundial vista da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 210-211.

[com o advento do Estado Novo](#) Arly Torelly em entrevista ao autor em 1984.

[manter as rédeas](#) Arquivo Filinto Müller, FM 33.04.19, Pasta I, CPDOC/FGV.

[com escova e papel molhado](#) Arquivo Nacional. Documentos do Ministério da Justiça, MJNI, Organização e Administração dos Serviços de Informação, Caixa 360, Sub-série 47, 522/38.

[contrários ao atual regime político](#) Idem.

[serviços dessa repartição](#) Arquivo Filinto Müller, CPDOC/FGV.

[e corromper-se](#) NOBRE, Freitas. *História da imprensa de São Paulo*. São Paulo: Leia, 1950, p. 96.

[que impôs à Pátria nova era](#) Arquivo Filinto Müller, FM 33.01.01, CPDOC/FGV.

[me devendo um dinheiro](#) Depoimento de Edésio Torelly a Ipojuca Pontes e Zevi Ghivelder.

[só teu. Apporelly](#) Acervo Apparício Torelly, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo. Carta de 19/5/1938.

[atitude de compostura](#) SODRÉ, Nelson Werneck. *op. cit.*, 1966, p. 439.

[“Ignorante e obstinado.”](#) Arquivo Filinto Müller, FM/Biografias, Jorn.Car.Chp., CPDOC/FGV.

[mas fora dele](#) Arquivo Filinto Müller, FM/Biografias, Jorn.Car.Chp., CPDOC/FGV.

[no Diário de Notícias](#) *Diário de Notícias*, 30/1/1938.

[foi saindo isso](#) Idem, 1/2/1938.

[pela falta de assunto](#) Idem, 4/5/1940.

[seriamente sobre ela](#) Idem, 21/5/1940.

[mais de 600 mil espécies diferentes](#) Idem, 23/5/1940.

[seiscentos mil assuntos](#) Idem, 22/5/1940.

[espécie](#) Idem, 24/5/1940.

[dar o nome no jornal](#) Idem, 26/5/1940.

[a minha mosca?](#) Idem.

[do Diário de Notícias, no centro](#) Depoimento de Ary Torelly gravado por sua esposa, Helena Torelly.

[sem uma palavra](#) Depoimento de Arly Torelly ao autor, em 1984.

[que a polícia lhe reservava](#) Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Prontuário GB 14.848 da polícia política.

[úteis para a polícia](#) ROSE, R. S. *op. cit.*, 2001, p. 118.

[não há salvação](#) Depoimento de José Gay da Cunha ao autor, em 2/8/1985.

[partiria feliz desse mundo](#) Depoimento de Sandro Moreyra ao autor, em 5/7/1985.

[estavam surtindo efeito](#) Idem.

[naquela boca livre](#) Depoimento de Joel Silveira a Ipojuca Pontes e Zevi Ghivelder.

[almoça e janta](#) Histórias sobre Álvaro Moreyra contadas pelo caricaturista Álvaro em depoimento ao Projeto Portinari (DE-22.1, 1983).

[um desastre moral](#) WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. Rio de Janeiro: Record, 1987, p. 54.

[silenciar a respeito do nazismo](#) SILVEIRA, Joel; NETO, Geneton de Moraes. *Hitler-Stalin: o pacto maldito*. Rio de Janeiro: Record, 1989, p. 380.

[British Intelligence Service](#) DULLES, J. F. *op. cit.*, 1985, p. 198.

[azulados e inchados](#) GINZBURG, Eugenia. *Journey into the Whirlwind*. Nova York: Harcourt, 1967, p. 154.

[na Páscoa de 1942](#) WAACK, William. *op. cit.*, 1993, p. 341.

[Braga se recusou](#) SILVEIRA, Joel; NETO, Geneton de Moraes. *op. cit.*, 1989, p. 440.

[só lhe sobra o jornal](#) Arquivo Filinto Müller, FM Biografias, Jorn.Car.Chp, CPDOC/FGV.

[o inferno dos brasileiros](#) SILVEIRA, Joel; NETO, Geneton de Moraes. *op. cit.*, 1989, p. 361.

[vivida por Diretrizes](#) WAINER, Samuel. *op. cit.*, 1987, p. 54.

[opinião delirante dos demais](#) *Diário de Notícias*, 29/8/1939.

[todas as partes do mundo](#) Idem, 19/9/1939.

[já me parecem anos!](#) Acervo Apparício Torelly, Caixa 16, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

[abrigar da tempestade?](#) *Diário de Notícias*, 19/9/1939.

[amargo, feroz](#) WAINER, Samuel. *op. cit.*, 1987, p. 50.

[“pedra filosofa!”](#) BORBA, Osório. *A comédia literária*. Rio de Janeiro: Alba, 1941, p. 130.

[mais modernos](#) *Diretrizes*, 6/3/1941.

[tarde da noite](#) Depoimento de Guilherme da Silveira Filho ao autor, em 1984.

[ou se era uma piada](#) Depoimento de Augusto Rodrigues ao autor, em 1985.

[Bulcão](#) Depoimento de Athos Bulcão ao Projeto Portinari. DE-48.1, 1983, p. 40.

[um ofício desagradável](#) BORBA, Osório. *op. cit.*, 1941, p. 130.

[se desfez em estilhaços](#) *Diário de Notícias*, 25/4/1944.

[atônita, sua audiência](#) SÁ JR., Renato Maciel. *op. cit.*, Vol. I, 1995, p. 113.

[previa Osório Borba](#) BORBA, Osório. *op. cit.*, 1941, p. 131.

[pelas paredes](#) MALTA, Otávio. “Apporelly Cientista”. *Diretrizes*, 6/3/1941.

[minha odisseia](#) *Diretrizes*, 6/3/1941.

[microscopicamente visível](#) Idem.

[do que remediar](#) Acervo Apparício Torelly, Caixa 3, Volume1, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

[meu velho amigo](#) Carta de Ady Torelly ao pai, em 15/10/1940.

[que é o tal](#) Idem.

[chá de barba de milho](#) Acervo Apparício Torelly, Caixa 3, Volume 1, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

[fossas nasais](#) Idem.

[sobre o assunto](#) Idem.

[e anotar tudo](#) Idem.

[num banco desta praça](#) *Diário de Notícias*, 3/5/1940.

[seguro](#) Idem, 10/9/1939.

[inclusive o esperanto](#) Idem, 24/10/1939.

[das “nações fortes”](#) HILTON, Stanley. *op. cit.*, 1994, p. 333.

[foi indescritível](#) Capitão Felisberto Baptista Teixeira (DOPS) a Filinto Müller em 13/6/1940. HILTON, Stanley. *op. cit.*, 1994, p. 336.

[é o Lourival](#) Arquivo Filinto Müller, FM/Biografias chp, CPDOC/FGV.

[o que lhe mandam rigidamente](#) Idem.

[dócil ao regime](#) SODRÉ, Nelson Werneck. *op. cit.*, 1966, p. 439.

[são livres e independentes?](#) Arquivo Filinto Müller, FM 33. 01. 01, CPDOC/FGV.

[duas entradas nesta DE](#) Lista em poder de Hélio Silva, Centro de Memória Social, Faculdade Cândido Mendes, Rio de Janeiro.

[letras e cultura](#) Arquivo Filinto Müller, FM 33. 01. 01, CPDOC/FGV.

[algum tipo de proteção](#) WAINER, Samuel. *op. cit.*, 1987, p. 51.

[sua demissão](#) *A Noite*, 18/9/1940.

[reservados à humanidade](#) *Diário de Notícias*, 24/9/1939.

[violenta ao organismo](#) Acervo Apparício Torelly, Caixa 3, Volume 1, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

[outras tantas surpresas](#) *Diretrizes*, 6/3/1941.

[da Roma dos césores](#) *Diário de Notícias*, 14/8/1940.

[parentes da sua mulher](#) Acervo Apparício Torelly, Caixa 3, Volume 1, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

[cientificamente irrealizável](#) *Diário de Notícias*, 26/3/1944.

[dos cegos](#) *Diretrizes*, 6/3/1941.

[das diferentes regiões](#) FIGUEIREDO, Ana Paula Matsukita; FRARI, Marina Gabriela. ZAPPA, Vanessa. “História da febre aftosa no Brasil”. In: *Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária*, Ano VII, Número 13, julho de 2009.

[ligações de Apparício Apporelly \[sic\]](#) Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Prontuário GB 14.848, fl. 10.

[Agildo](#) Bilhete de Agildo Barata a Apparício Torelly (Coleção de Arly Torelly).

[Assis Chateaubriand](#) ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Prontuário GB 14.848, fl. 11.

[com tua intervenção](#) HILTON, Stanley. *op. cit.*, 1994, pp. 355-356.

[com a liberdade dos povos](#) *Diário de Notícias*, 28/6/1941.

[extravagantes da natureza](#) *Diário de Notícias*, 9/12/1941.

[Roosevelt no Brasil](#) HILTON, Stanley. *op. cit.*, 1994, p. 396.

[que sua direção hasteara](#) SILVEIRA, Joel e NETO, Geneton de Moraes. *op. cit.*, 1989, p. 377.

[o papai e a mamãe](#) Acervo Apparício Torelly, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

[uma louca](#) Depoimento de Joel Silveira a Ipojuca Pontes e Zevi Ghivelder.

[que muito te quer. Ady](#) Acervo Apparício Torelly, Caixa 16, Volume 1, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade

de São Paulo.

[citados no momento](#) Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Prontuário 14.848, Fl. 12.

[como intelectual!](#) Arquivo do Estado de São Paulo, DEOPS, 30K/11/2, 27/3/1944.

[limão chupado](#) *Revista do Globo*, 7/10/1944.

[símbolo da resistência](#) Depoimento de Rubem Braga ao autor em 1984.

[boníssimo Apparício Torelly](#) *Diário de Notícias*, 28/5/1944.

[autorizado pelo arcebispo](#) *Diretrizes*, 15/6/1944.

[os seus amigos do peito](#) *Correio da Manhã*, 9/6/1944.

[no período em que atravessamos](#) *O Jornal*, 3/6/1944.

[falhas e ridículos](#) MAGALHÃES JR., Raymundo. *Janela aberta*. Rio de Janeiro: A Noite, p. 189.

[não a moda de agora](#) AMADO, Jorge. *Hora da guerra: A segunda Guerra Mundial vista da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 210-211.

[de ser pantagruelresco](#) Afonso Arinos de Mello Franco, *O Jornal*, 2/6/1944.

[ser um homem decente](#) *Diário Carioca*, 3/6/1944.

[o famigerado canal](#) *Diretrizes*, 25/5/1944.

[a invasão começou!](#) *Correio da Manhã*, 7/6/1944.

[da novidade sensacionalista](#) *O Jornal*, 7/6/1944.

[dezenas de telegramas](#) *Diretrizes*, 15/6/1944.

[evolução dos acontecimentos](#) MAGALHÃES JR., Raymundo. *Manchete*, 14/11/1964.

[provocações inconvenientes!](#) Idem.

[prisões que sofrera](#) *Diretrizes*, 15/6/1944.

[no campo do inimigo](#) *Folha Carioca*, 10/6/1944.

[cada vez mais difíceis](#) MORAES, Denis de; VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982, p. 96.

[amam a liberdade](#) Idem, ibidem.

[não tenha relógio](#) Idem, ibidem.

[lutam pela liberdade](#) *Diretrizes*, 15/6/1944.

[defendendo o povo](#) Idem.

[que ainda não foi atingido](#) *Correio do Povo*, 10/6/1944.

[meu exclusivo interesse](#) *Diretrizes*, 15/6/1944.

[poeta e louco](#) Acervo Apparício Torelly, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

[rebelde e voluntariosa](#) Depoimento de Arly Torelly ao autor, em 1984, e de Patrícia Torelly, em 2010.

[devaneios literários](#) *Revista do Globo*, 24/2/1945.

[como secretária](#) Idem.

[beijos às mancheias](#) Idem.

[na noite anterior](#) Idem.

[quem escreveu isso!](#) Idem. Depoimento de Mário da Silva Brito a Ipojuca Pontes e Zevi Ghivelder.

[conheceu Zélia Gattai](#) GATTAI, Zélia. *Um chapéu para viagem*. Rio de Janeiro: Record, 1982, p. 30.

[antigaúcho](#) *Correio da Manhã*, 18/6/1944.

[verdadeiro chefe do seu povo](#) MOREIRA, Luiza Franco. *Meninos, poetas e heróis*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 181.

[Eduardo Gomes e o Barão de Itararé](#) Depoimento de Mário da Silva Brito a Ipojuca Pontes e Zevi Ghivelder.

[concedida pelo Barão de Itararé](#) *Correio da Manhã*, 16/3/1945.

[em suas atitudes, que dias antes](#) Arquivo Público de São Paulo, Departamento de Ordem Política e Social, 30K/11/22.

[Prudente de Moraes Neto e Pedro Nava](#) *O Jornal*, 4/3/1945.

[estaremos com o vencedor](#) *Correio da Manhã*, 16/3/1945.

[não se comprometeu com o Estado Novo](#) *O Jornal*, 10/3/1945.

[conversar com Prestes](#) *O Jornal*, 16/3/1945.

[com o líder comunista](#) Depoimento de Rubem Braga ao autor, em 1984.

[não ficaria 47 anos na cadeia](#) MORAES, Denis de; VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 96.

[conceder liberdade aos presos políticos](#) *Correio da Manhã*, 27/4/1945.

[pedindo que fale](#) *Correio da Manhã*, 7/4/1945.

[nos arquivos dipianos](#) *Correio da Manhã*, 12/4/1945.

[na década de 1930](#) MARTINS, Justino. “Meu diário do Barão”. *Revista do Globo*, 14/9/1946.

[virou uma indústria](#) Depoimento de Joel Silveira a Ipojuca Pontes e Zevi Ghivelder.

[cortava como achava melhor](#) Depoimento de Rubem Braga ao autor em 1984.

[imitar o estilo da gente!](#) BORBA, Osório. *op. cit.*, 1941, p. 226.

[gripe e resfriado](#) *A Manha*, 4/5/1945.

[Franco](#) Idem, 21/6/1945.

[antes de terem acontecido](#) Idem, 4/5/1945.

[uma Constituinte decente](#) Idem, 23/8/1945.

[Getúlio Vargas](#) Idem, 27/4/1945.

[um amigo que assistia à cena](#) *Revista do Globo*, 14/9/1946.

[os quais distribui às mancheias](#) Idem.

[aristocrata progressista](#) *A Manha*, 24/5/1945.

[o todopoderoso do Catete](#) Idem, 26/9/1945.

[Le premier de la liste](#) Idem.

[Vargas fica](#) Idem, 15/8/1945.

[pedimos demissão”, contaria Rubem Braga](#) Depoimento de Rubem Braga ao autor, em 1984.

[capengando por algum tempo](#) *A Manha*, 24/10/1945

[também engenheiro civil](#) Idem, 21/11/1945.

[Monroe](#) Idem, 24/10/1945.

[a volta à democracia](#) Idem, 14/11/1945.

[aos argumentos do companheiro](#) Depoimento de Augusto Rodrigues ao autor, em 1984.

[El poeta de los Andes](#) *A Manha*, 25/7/1945.

[do futuro Stanislaw Ponte Preta](#) Sandro Moreyra em conversa com o autor, em 1985.

[por onde vós mijais](#) Depoimento de Joel Silveira ao autor, em 1984, e a Ipojuca Pontes e Zevi Ghivelder, nos anos 1980.

[para a cama](#) *Correio do Povo*, 30/4/1982.

[avião](#) *Correio do Povo*, 30/10/1946; SÁ JR, Renato Maciel. *op. cit.*, Vol. III, p. 70; *Correio do Povo*, 30/4/1982.

[Partido Comunista](#) *A Tribuna*, 26/10/1946.

[“agitação comunojudaica”](#) Arquivo Público de São Paulo, DOPS, 30K/11/25.

[contra tudo isso?](#) *Imprensa Popular*, 25/4/1950.

[por preços exorbitantes](#) Arquivo Público do Rio de Janeiro, Divisão de polícia política e social.

[origens de classe média](#) REIS, Daniel Aarão e FERREIRA, Jorge (orgs.), *As esquerdas no Brasil: a formação das tradições, 1889-1945*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

[do pai dos pobres](#) *Tribuna Popular*, 26/2/1947.

[Eu sou senador](#) Idem, 1/3/1947.

[torturas na sala secreta de Filinto Müller](#) Idem, 26/2/1947.

[para o qual não foi eleito](#) Idem, 11/1/1947.

[frequentava muito a nossa casa](#) Depoimento de Alzira Vargas ao Projeto Portinari (DE-441:1983).

[e gostava muito do Barão](#) Depoimento de Paulo Motta Lima ao autor, em 1984.

[seu modo de pensar e sua conveniência](#) *Correio do Povo*, 20/7/1969.

[não é democracia](#) *Tribuna Popular*, 29/12/1946.

[afetam o interesse geral](#) Idem.

[defender a democracia](#) *A Manha*, 19/12/1946.

[daquela parte da nossa empresa](#) Idem, 24/12/1946.

[de não morrer de fome](#) Idem.

[a pátria chora em vida](#) Idem.

[problema máximo do Brasil](#) Idem, 19/12/1946.

[para nos enterrar definitivamente](#) Idem, 5/12/1946.

[senão aos pedaços](#) Idem, 16/1/1947.

[da minha árvore ginecológica](#) Idem.
[‘conosco ninguém podemos.’](#) Idem.
[dois discursos e dois comícios](#) *Tribuna Popular*, 8/1/1947.
[batalha](#) Idem, 9/1/1947.
[gentilmente atendidas](#) Idem, 8/1/1947
[sem espancar ninguém](#) Depoimento de Arly Torelly ao autor.
[d’África](#) *A Manhã*, 23/1/1947.
[velhos carreiristas](#) Idem, 6/2/1947.
[subsídio integral daquele cargo](#) Idem, 7/3/1947.
[um especialista em psiquiatria](#) Idem.
[não em telefones e escolas](#) LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, p. 76.
[o complexo de Manguinhos](#) Acervo Apparício Torelly, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.
[contato com a realidade](#) Anais da Câmara do Distrito Federal, Vol. II, pp. 68 e 69.
[que enxovalhou o Brasil](#) Idem, Vol. V, p. 2.
[da terra brasiliense](#) Idem, ibidem.
[a miséria do povo](#) Idem, Vol. V, p. 83.
[dentaduras postiças](#) Idem, ibidem.
[a táxi, Sr. Presidente](#) Idem, Vol. V, p. 81.
[Colírio Moura Brasil!](#) *Diário Oficial do Distrito Federal*, p. 3.048.
[desse petisco](#) Idem, p. 2.556.
[nenhum insulto](#) Idem, p. 2.564.
[côncavo da onda](#) *A Manhã*, 8/6/1947.
[discussão no plenário](#) BARATA, Agildo. *Memórias de um revolucionário*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, pp. 338-340.
[com teu peru?](#) *A Manhã*, 4/9/1947.
[em torno do Sol](#) *Anais da Câmara do Distrito Federal*, Vol. VI, p. 522.
[espiroquetose verde](#) Idem, 31/10/1947.
[sem pestanejar!](#) *Diário Oficial do Distrito Federal*, p. 1.445.
[reagiu, rápido, o Barão](#) KONDER, Leandro. “O Barão de Itararé”. In: REIS, Daniel Aarão e FERREIRA, Jorge (orgs). op.cit., 2007, p.192.
[toda a tática fascista](#) Idem, p. 1.465.
[e nas galerias](#) *Anais da Câmara do Distrito Federal*, Vol. V, p. 84.
[que o pariu!](#) CASTRO, Moacyr Werneck de. “Éramos assim em 1949”. *Jornal do Brasil*, agosto de 1987.
[triste má fé](#) *Diário de Notícias*, 31/3/1949.
[por um desses homens](#) Idem.
[a orientação do partido](#) Depositado na Casa de Rui Barbosa, o livro de atas da Associação Brasileira Dos Escritores não foi localizado no acervo.
[desagradável e indigna](#) *Diário de Notícias*, 9/4/1949.
[abandonaria o PC](#) MORAES, Denis de. *O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994, p. 139.
[en la empresa del Almanhaque](#) Carta de Andrés Guevara, em 5/5/1949. Coleção Arly Torelly.
[uma virtude para mendigos](#) Cartas de Guevara, algumas sem data. Acervo Apparício Torelly, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.
[da ordem política e social](#) TORELLY, Apparício. *O Barão de Itararé apresenta o seu Almanhaque para 1949*. São Paulo: Studioma/Edusp/MESP, 2001.
[casamentos no Uruguai](#) Idem.
[como idade natural!](#) Idem.
[e até motorista particular](#) Depoimento de Edmar Morel ao autor em 1985.
[dinheiro no bolso](#) Depoimento de Joel Silveira a Ipojuca Pontes e Zevi Ghivelder.
[sórdida tavolagem](#) *Diário de Notícias*, recorte sem data. Acervo Apparício Torelly, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

[outra de suas teorias](#) Depoimento de Nássara ao autor, em 1984.

[homem superior, próximo da genialidade](#) *Diário da Noite*, 7/9/1949.

[em uma companhia](#) *Diário de Notícias*, 13/6/1944.

[dormir cedo](#) Depoimento de Apparício Torelly a Antonieta Dias de Moraes, na década de 1950.

[A eterna vigília](#) *Revista da ABL*, Ano 71, Vol. 122, Anais de 1971.

[um elemento suspeito](#) Arquivo Público do Estado de São Paulo, 52-2-0-35.719.

[pesquisas de químicabiológica](#) Acervo Apparício Torelly, Caixa 6, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

[por elementos estrangeiros](#) Arquivo Público do Estado de São Paulo, Pasta Apparício Torelly, 4/2/1954, 30 k/11/10.

[anotado pelos agentes](#) Arquivo Público do Estado de São Paulo. Dossiê Apparício Torelly nos arquivos da polícia política.

[o que o bom senso apontava](#) Depoimento de Luiz Carlos Prestes ao autor, em 1985.

[relação a um partido](#) Depoimento de Arly Torelly ao autor, em 1984.

[um militante no sentido exato do termo](#) CONY, Carlos Heitor. “O humorismo não é engraçado”. *Manchete*, 7/12/1968.

[aproximar o homem da natureza](#) Idem.

[traz um novo conhecimento](#) Depoimento de Apparício Torelly a Antonieta Dias de Moraes, na década de 1950.

[do seu projeto gráfico](#) ANDRÉ, José Mendes. *Elementos para uma leitura da obra de Apparício Torelly, o Barão de Itararé: humor, projeto e design gráfico*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2004.

[oficiais não dão um pio](#) Acervo Apparício Torelly, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

[sua condição de humorista](#) O autor agradece a Ipojuca Pontes pela menção ao conto de Monteiro Lobato.

[tudo de que precisava](#) Depoimento de Helena Torelly ao autor, em 2009.

[o horóscopo dela](#) Idem.

[Editora A Manha Ltda](#) Acervo Apparício Torelly, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

[máxima expressão da ignorância](#) Acervo Apparício Torelly, Caixa 10, Volume 1, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

[conhecimento de si mesmo](#) Idem.

[fosse um dogma](#) Depoimento de Nássara ao autor, em 1985.

[técnicas](#) Acervo Apparício Torelly, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

[a “equipe enorme”](#) *Correio da Manhã*, 31/12/1968.

[a escravidão do homem](#) CONY, Carlos Heitor. *op. cit.*, 7/12/1968.

[no navioprisão Pedro I, em 1936](#) D’AIUTO, José, depoimento escrito inédito.

[das ciências naturais](#) Acervo Apparício Torelly, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

[descoberto o óbvio](#) CONY, Carlos Heitor. *op. cit.*, 7/12/1968.

[dirigida à posteridade](#) D’AIUTO, José, depoimento escrito inédito.

[A extração da pedra da loucura](#) SCLIAR, Moacyr. *Saturno nos trópicos: A melancolia européia chega ao Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 81-88.

[bom da cabeça](#) Depoimento de Apolônio de Carvalho ao autor, em 1985.

[fora do apartamento](#) *O Pasquim*, 7/12/1971.

[da década de 1960](#) Depoimento de Patricia Torelly ao autor, em 2010.

[com a Grande Muralha](#) SPENCE, Jonathan D. *Em busca da China moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 545-550.

[no interior do edifício](#) Depoimento de Lavínia Lins e Silva, Josefina Etcheverry e Luísa Prado ao autor, em 1985.

[com toda a atenção](#) Depoimento de Beatriz Ryff ao autor, em 1984.

[vagabunda que seja](#) *Manchete*, 19/1/1963.

[na base do crânio](#) Idem.

[se pedir, ninguém dá](#) Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Dossiê de Paiva Muniz, DOPS, Pasta 33, Folha 21/02/64.

[cheio de chineses](#) Depoimento de Arly Torelly ao autor.

[com medo por ele](#) Depoimento de Nelly Torelly ao autor, em 2008.

[Divisão de Polícia Política e Social](#) Boletim reservado de 1962.

[simulando um encontro](#) *Diário de Notícias*, 4/4/1964.
[e Sung Kuei](#) *O Jornal*, 4/4/1964
[guerrilhas e agitação](#) Idem.
[nem na época do Eixo](#) *O Globo*, 4/4/1964.
[morte por fuzilamento](#) Idem.
[e os demais próximos](#) Idem.
[Nada, nenhum, ninguém](#) Superior Tribunal Militar, Processo 34.582.
[carrancas malhumoradas](#) Depoimento de Arly Torelly ao autor.
[pacíficas e legais](#) Superior Tribunal Militar, Processo 34.582.
[em missão cultural](#) *O Jornal*, 13/12/1964.
[bandidos e criminosos](#) Supremo Tribunal Militar, Processo de Apelação 34582/64.
[por subversão](#) *O Jornal*, 13/12/1964.
[um ano preso lá](#) *Veja*, 6/11/1985.
[o humorista desconversou](#) Depoimento de Moema Toscano ao autor, em 2008.
[“Uns lacerdistas”](#) Depoimento de Arly Torelly ao autor, em 1984.
[na sua cama](#) RUSCHEL, Nilo. “Rua da Praia”. *Correio do Povo*, 20/3/1971.
[para serem desmascarados](#) PEREIRA, Cipião Martins. Manuscrito inédito no Acervo Apparício Torelly, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.
[extermínio em massa](#) Depoimento de Nelly Torelly ao autor, em 2008.
[pele ser queimada](#) Depoimento de Moema Toscano ao autor, em 2008.
[e 260 cruzeiros](#) *Correio da Manhã*, 13/1/1965; *O Dia*, 13/1/1965.
[no espaço cósmico](#) Acervo Apparício Torelly, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.
[errados pensamentos](#) Idem.
[para cima do cavalo!](#) ANDRÉ, José Mendes. *op. cit.*, 2004, p. 173.
[já nos viu](#) KONDER, Leandro. *op. cit.*, 2007, p. 193.
[morrendo de câncer](#) CONY, Carlos Heitor. *op. cit.*, 7/12/1986.
[do estudante morto](#) Acervo Apparício Torelly, Caixa 3, Volume 2, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.
[credenciais maragatas](#) Depoimento de Moema Toscano ao autor, em 2008.
[suspensão condicional da pena](#) Justiça do Estado da Guanabara, Processo 8380/69; Depoimento de Moema Toscano ao autor, em 2008.
[entre os jovens leitores](#) Depoimento inédito escrito por José D’Aiuto.
[sempre a palavra “pessoalmente”](#) CALABRIA, Mário. *Memórias: de Corumbá a Berlim*. Rio de Janeiro: Record, 2003, pp. 28-30.
[para ser decifrado](#) D’AIUTO, José. Depoimento escrito inédito.
[da equipe do museu](#) *Correio da Manhã*, 15/11/1969.
[estudar mais](#) Depoimento de Arly Torelly ao autor, em 1985.
[ainda não se o via](#) ROSA, João Guimarães. *Tutaméia: terceiras histórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 35.

Agradecimentos

Tendo publicado um pequeno livro sobre Apparício Torelly em 1987, o autor decidiu preparar uma edição atualizada daquela obra. Porém, logo se deu conta de que o volume de material inédito que havia se tornado disponível ao longo de mais de vinte anos – de papéis pessoais até relatórios da polícia política – justificava a realização de uma biografia mais ambiciosa.

Este novo livro não poderia ter sido escrito sem a colaboração de muitas pessoas. A começar pelos integrantes da família Torelly. Arly Torelly, filho de Apporelly, já falecido, foi o primeiro a nos ajudar, ainda nos anos 1980, assim como sua esposa, Nelly, que voltou a colaborar conosco neste novo trabalho. Dona Helena Torelly e Arly Torelly – também filho do Barão – atenderam com infinita paciência as solicitações do autor, em busca de informações, imagens e documentos. Em Porto Alegre, Letty Torelly, nos recebeu para compartilhar suas memórias a respeito das histórias da família. E só lamentamos que não tenha vivido para ver o resultado final deste esforço. Ainda no Rio Grande do Sul, agradecemos a colaboração de Graça Torelly, João Firmino Torelly Bastos, Paulo Torelly e Arthur Torelly Franco. No Rio de Janeiro, também contamos com a ajuda de Patrícia Torelly e, em Salvador, de Ernesto Grimaldi Torelly, Giovanni Grimaldi Torelly e Ruth Grimaldi.

Foi vital a colaboração do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, que permitiu o acesso aos documentos pessoais reunidos no Fundo Apparício Torelly, ainda em fase de classificação. Isso só foi possível graças à autorização de Luíza Thomé, então diretora, e da atual diretora do IEB, Maria Ângela Faggin Pereira Leite. Esperamos que esta biografia contribua para a ampliação, valorização e organização do acervo dedicado ao humorista abrigado naquela instituição.

O autor tem uma dívida com todos que escreveram anteriormente sobre o personagem deste livro. Entre eles, gostaria de destacar três pessoas: (1) Ipojuca Pontes, autor do livro *A manha do Barão*, generosamente pôs à nossa disposição fitas de depoimentos sobre Apporelly gravadas com Zevi Ghivelder nos anos 1980. Entre os entrevistados havia não apenas nomes que o autor já tinha ouvido para o seu primeiro livro (Joel Silveira e Sandro Moreyra), como também outros testemunhos importantes – Raymundo Magalhães Jr., Otávio Malta, Mário da Silva Brito e Edésio Torelly. A origem dos trechos utilizados está especificada nas notas ao fim do livro; (2) José Mendes André, responsável pela reedição dos *Almanhaques* e autor de importante tese sobre a relação entre design gráfico e a obra de Apporelly. Todos que se interessam pelo tema são gratos a Mendes André por sua iniciativa de ter encaminhado ao IEB os documentos que compõem o Fundo Apparício Torelly; (3) Finalmente, o historiador gaúcho Cláudio Antunes Boucinha, ao divulgar em seu blog trechos de colaborações de Apporelly no jornal *Correio do Sul*, frutos de uma pesquisa sua, nos estimulou a investigar a carreira do humorista pela imprensa do interior do Rio Grande do Sul na década de 1920.

O jornalista Moacir Werneck de Castro, já falecido, conversou conosco a respeito da imprensa e a esquerda nos anos 1930 e Moema Toscano sobre a convivência com o Barão durante seus últimos anos. O historiador Ricardo Figueiredo de Castro lançou luz sobre as disputas internas da esquerda e os enfrentamentos com os integralistas. A doutora Vanessa

Zappa nos falou sobre a história das pesquisas relacionadas à aftosa no Brasil e o historiador gaúcho Osório Santana Figueiredo a respeito da passagem de nosso personagem pela cidade de São Gabriel.

Sem conhecer o biografado e muitos menos o biógrafo, a designer Heloísa de Paula Santos se dispôs a vasculhar caixas, guardadas num sítio em São Carlos, com os pertences de sua avó, a escritora Antonieta Dias de Moraes. Graças à sua gentileza, encontrou uma fita com um depoimento de Apparício Torelly – único registro da sua voz de que o autor tem conhecimento. A ela, nossos agradecimentos.

Com sua recriação sensível e inteligente de Apporelly no monólogo *A sobancelha é o bigode do olho*, de Ivan Jaf, o ator Márcio Vito fez mais do que produzir a melhor encarnação do Barão no palco ou na tela: contagiou o autor com seu entusiasmo pelo personagem. Contribuiu assim para que fosse mais uma vez inoculado com o vírus dessa monomania, estimulando-o a concluir este livro. Já o cineasta Luiz Carlos Lacerda gentilmente permitiu que roubássemos o título de seu filme *Barão de Itararé: Entre sem bater*, de 1988.

Para contar a história de Apparício Torelly, o autor pesquisou em arquivos e bibliotecas no Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Porto Alegre, Rio Grande, Bagé e Brasília. Em todas essas instituições – em sua grande maioria públicas – contou sempre com a ajuda de bibliotecários e arquivistas que, com sua boa vontade, foram às vezes além do que sua obrigação formal exigiria.

Gostaríamos de agradecer também Martha M. Batalha, Martha Ribas, Maria Inez Turazzi, Isabel Lustosa e Núbia Melhem; meus irmãos Reinaldo e Rubens Figueiredo, meu pai, Cândido, e em particular à minha mulher, Maria Isabel – suas sugestões e seu estímulo foram fundamentais para que este livro adquirisse sua forma final.

Índice

[CAPA](#)

[Ficha Técnica](#)

[Ao meu pai, Cândido](#)

[Prólogo](#)

[Parte 1](#)

[1. O clã dos Torelly](#)

[2. Infância: entre peões e jesuítas](#)

[3. Rua da Praia: anatomia e boemia](#)

[4. Sonetos e bengaladas](#)

[5. A passeata da rolha](#)

[6. O moço das conferências](#)

[7. Francoatirador](#)

[Parte 2](#)

[8. Rio, capital do humor](#)

[9. O “Foliculário Catastrófico”](#)

[10. O “Nosso Querido Diretor”](#)

[11. O popular Apporelly](#)

[12. Aftosa: procura-se um vírus](#)

[13. Chatô e a revolução](#)

[14. O Barão entra em cena](#)

[15. Maxixes, plumas e o Olho de Moscou](#)

[Parte 3](#)

[16. Galinhas verdes e bandeiras vermelhas](#)

[17. O Jornal do Povo](#)

[18. O duplo](#)

[19. No olho do furacão](#)

[20. Prisão no mar](#)

[21. Na Casa de Detenção](#)

[Parte 4](#)

[22. Estado Novo](#)

[23. Um país em silêncio](#)

[24. 1939: Trevas ao meio-dia](#)

[25. O eremita de Bangu](#)

[26. O alquimista](#)

[Parte 5](#)

[27. O banquete](#)

[28. De escritores e crocodilos](#)

[29. Esquerda, volver](#)

[30. Vote no Barão!](#)

[Parte 6](#)

[31. Guerra Fria, cabeças quentes](#)

[32. O enigma da melancolia](#)

[33. Uma aventura na China](#)

[Epílogo](#)

[Notas](#)

[Agradecimentos](#)